DO PROCESSO INDIVIDUAL AO PROCESSO SOCIAL

ROMPENDO AS AMARRAS DA CONGRUÊNCIA EM BUSCA DE UM PROCESSO MAIS EFETIVO

SERGIO CRUZ ARENHART

DO PROCESSO INDIVIDUAL AO PROCESSO SOCIAL

ROMPENDO AS AMARRAS DA CONGRUÊNCIA EM BUSCA DE UM PROCESSO MAIS EFETIVO

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Professor Titular de Direito Processual Civil junto ao Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná

CURITIBA

2024

Ao meu Professor Luiz Guilherme Marinoni.
Que esta tese seja símbolo do grande orgulho
que tenho em ser seu discípulo.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é sempre um trabalho que anima diferentes emoções. Da solidão na busca de ideias e na procura de argumentos que sustentem as conclusões defendidas ao coleguismo e amizade daqueles que me estimularam a ir adiante, daqueles que se oferecem para discutir os conceitos e temas, daqueles que se apresentam para ler e corrigir o texto, percorri um mundo que – não importa quantas vezes já o tenha visto – é sempre novo e sempre traz o receio do desconhecido.

Por isso, percorrer esse caminho é sempre mais prazeroso quando posso dizer que estive sempre em boa companhia. E por isso também, agora que terminada a jornada, é hora de agradecer a todos aqueles que estiveram comigo na viagem.

Depois de tanto tempo, é impossível agradecer a todos, já que foram muitos aqueles que fizeram parte da minha caminhada acadêmica até aqui. Dos meus professores aos meus alunos, dos meus colegas de departamento aos estudiosos do processo civil, da minha família aos meus amigos, todos foram muito importantes para que chegasse esta oportunidade. Muitos deles estão também homenageados nesta tese, com alguns de seus trabalhos referidos e discutidos ao longo do texto. Outros, embora não citados, estão e estarão sempre no meu coração, grande devedor que sou de suas ideias, de seus conselhos, de suas lições – de processo civil, de Direito ou da vida.

Porque são muitos esses queridos companheiros de viagem, não tenho como nominar a todos individualmente. Mas é importante que todos saibam que devo muito a cada um de vocês e que, sem dúvida, o trajeto teria sido muito mais árduo (talvez até impossível) e, sem dúvida, muito mais triste sem sua presença.

Faço uma menção especial aos membros da banca examinadora, que se dispuseram a analisar e a criticar, de modo honesto, profundo e minucioso, aquilo que escrevi. Certamente, vocês engrandecem e muito qualquer coisa que eu possa ter feito de bom e têm minha maior admiração pelas observações críticas que venham a fazer, que diante de sua estatura acadêmica, são e serão sempre vistas como novas lições para mim.

Do mesmo modo, agradeço em particular ao Professor Luiz Guilherme Marinoni. Se esta tese existe, é por causa dele. Ferrenho defensor da academia, sempre me disse que não se pode tolerar que alguém seja alçado à condição de professor titular sem que preste

alguma contribuição à coletividade. Professor Marinoni, se sei alguma coisa do processo civil e se escrevi alguma coisa de útil para a sociedade, saiba que devo isso a você!

Na mesma esteia, devo agradecer muito a outros tantos professores que formaram as bases do meu pensamento. São muitos e seria injusto esquecer de algum. Mas faço especial referência aos Professores Egas Moniz de Aragão e Alcides Alberto Munhoz da Cunha, que representam esse universo de maestros com quem dialoguei – pessoalmente, por suas palestras e conferências ou por seus livros e artigos – ao longo da minha vida.

A vida universitária ainda me deu grandes amigos e tenho a todos "no lado esquerdo do peito", com muito carinho. Escolhi três deles para representar a todos, porque foram eles que, em primeiro lugar, leram a presente tese e ofereceram as mais valorosas contribuições que eu poderia receber neste momento. Daniel Mitidiero – meu "irmão de tintas" como ele mesmo diz –, Gustavo Osna – hoje meu grande Professor de processo coletivo, meu amigo pessoal e meu colega de Departamento – e Adriano Gomes – brilhante jovem, de intelecto ímpar e de senso humano impecável. Vocês representam, para mim, tudo aquilo que a vida acadêmica me deu de melhor. Minha eterna gratidão!

Não poderia faltar aqui o meu agradecimento à minha família. Afinal, foi deles que roubei o tempo, a atenção e a dedicação que eles sempre mereceram e merecem. À minha esposa, Marina, e às minhas filhas, Luiza e Rafaela, desculpem minha ausência, meu mau humor e minha desatenção. Prometo melhorar em breve. À minha Vó Quinha, sempre minha maior fã, o meu sempre beijo mais terno e carinhoso. Aos meus pais, Sérgio e Bianca, e à minha irmã, Bianca Georgia, meu muito obrigado pelas lições que fazem de mim quem sou. Pelas lições sobre o Direito e pelas lições sobre a vida, vocês são a essência de onde moldei tudo de bom que posso esperar ser um dia. Não tenho nem como agradecer a vocês por tudo!

Enfim, ao Ser Supremo que me propiciou ter a vida que tenho, a família que tenho, os amigos que tenho e as oportunidades que tenho. Não poderia pedir mais do que isso, mas não posso esquecer que só as Suas graças permitiriam que as coisas fossem assim.

A todos, muito obrigado!

"*o Estado, no exercício de sua função judicial, possui um dever jurídico próprio, de maneira que a conduta das autoridades judiciais não deve depender exclusivamente da iniciativa processual da parte autora dos processos*"

(Corte Interamericana de Direitos Humanos. Furlán e Familiares *vs.* Argentina, j. 31.08.12, parágrafo 169).

SUMÁRIO

Primeiras observações 12
1. O ECAD e a Rádio Imprensa S.A. 12
2. Qual o objeto desta pesquisa? 15
3. O problema dos conceitos em Direito 21

PARTE I – PREMISSAS PARA A COMPREENSÃO DA TESE 25

1. O individualismo e sua força na criação dos institutos do processo civil 26
1.1. A compensação financeira pela exploração de recursos minerais e a dupla personalidade do Poder Público 26
1.2. Um breve panorama dos fundamentos dos institutos do processo civil moderno e a força da ideologia privada 28
1.3. Os limites da atividade jurisdicional 37

2. A proporcionalidade panprocessual 48
2.1. O Judiciário não é para todos 48
2.2. A proporcionalidade como critério de aplicação dos valores públicos 49
2.3. A proporcionalidade e o serviço Justiça 56
2.4. A proporcionalidade panprocessual nos sistemas processuais atuais 61
2.5. A proporcionalidade processual no direito brasileiro 74
2.6. Os contornos da proporcionalidade panprocessual no sistema brasileiro 80

3. A teoria dos efeitos da sentença e o encarceramento da prestação jurisdicional 86
3.1. Embargos de terceiros e fraude contra credores 86
3.2. A classificação das sentenças por seus efeitos e suas consequências 88
3.2.1. A origem da teoria dos efeitos da sentença 88
3.2.2. A classificação atual dos efeitos da sentença empregada no Brasil 93
a) ação declaratória 95
b) ação constitutiva 98

c) ação condenatória 99
d) ação mandamental 102
e) ação executiva 105
3.3. As dificuldades em aplicar essa classificação das ações 109
3.4. Uma análise crítica da classificação das ações segundo seu efeito predominante 115
3.5. O problema peculiar das chamadas "ações declaratórias sobre fato" 129

PARTE II – BUSCANDO NOVOS LIMITES PARA A ATIVIDADE JURISDICIONAL 143

1. A força do pedido mediato e o desconforto de algumas soluções 144

2. Uma verdade para cada processo 146
2.1. Falsidade e falsidades 146
2.2. Primeiras observações 147
2.3. A ação declaratória de falsidade ideológica 150
2.4. Um documento falso apenas para as partes? 153
2.5. Uma saída honrosa para a coerência 159

3. *Mandatos preventivos* e tutelas interinais 166
3.1. O processo e a proteção da coletividade 166
3.2. Os "*mandatos preventivos"* argentinos 167
3.3. A regra da congruência e os "*mandatos preventivos*" 171
3.4. Seria essa experiência cabível também no Brasil? 173
3.5. As medidas interinais no direito brasileiro 177

4. Ações anulatórias e efeitos para terceiros 186
4.1. Barbosa Moreira e a ação de nulidade de patente 186
4.2. Terceiros e coisa julgada 189
4.3. Coletivizando as tutelas individuais 197

PARTE III - TRAÇANDO NOVOS HORIZONTES 200

1. Um novo olhar sobre a postulação no processo 201
1.1. O fornecimento de medicamentos e o Superior Tribunal de Justiça 201
1.2. O que se nota até aqui 204
1.3. Abandonando as premissas individualistas do processo em busca de novos horizontes 204
1.4. A jurisdição e sua aproximação da função administrativa 206
1.5. Os reflexos dessa nova visão sobre a atuação jurisdicional (a atuação do direito) 211
1.6. A inadequada compreensão da realidade e seu impacto no pedido. O pedido como ato de vontade e a crise de percepção da realidade 218
1.7. A capacidade postulatória e a manifestação da vontade na elaboração do pedido 222
1.8. A crise de insuficiência de tutela e a formulação do pedido 227
1.8.1. Os problemas estruturais 229
1.8.2. Os "fundos limitados" 232
1.8.3. Reflexos pretersatisfativos da tutela jurisdicional 235
1.9. Retornando aos fins da regra da congruência 238
1.9.1. A preservação da liberdade 239
1.9.2. A preservação da imparcialidade 241
1.9.3. A questão do contraditório 244
1.10. Uma nova congruência e a ampliação dos horizontes da atividade jurisdicional 245
1.10.1. Reflexos na interpretação *dos pedidos* 246
1.10.2. Reflexos nos limites *estabelecidos pelos pedidos* 250
1.11. Novas formas de pedido e a necessidade de revisão da ideia de congruência 258

2. A preservação da garantia de defesa e de participação nesse novo contexto 264
2.1. Participação no processo e efetividade da prestação jurisdicional 264
2.2. O contraditório como condição para o processo civil atual 272
2.3. Contraditório efetivo e eficiente 276

2.3.1. O direito à participação dos afetados 277
2.3.2. Contraditório, interpretação do pedido e expansão da tutela jurisdicional 281
a) a interpretação do pedido e o contraditório 281
b) a expansão do pedido e o contraditório 283
2.4. Contraditório, representação adequada e representação virtual 286
2.4.1. Um modelo para a representação adequada no Brasil 289
2.4.2. A representação virtual como alternativa legítima 293
2.5. Inversão do ônus da discussão e preservação do contraditório 304

Um fim de um trabalho incompleto 309

Bibliografia 312

Primeiras observações

1. O ECAD e a Rádio Imprensa S.A.

Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça julgou o Recurso Especial n. 1.763.920/SP.[1] O caso tratava de uma ação de cobrança, ajuizada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), em face da Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem, referente a direitos autorais pelo uso de obras musicais em seus estabelecimentos. No curso da ação, a ré denunciou à lide a Rádio Imprensa S.A., empresa que veiculava as músicas em questão e que havia, em demanda anterior, recebido sentença favorável que reconhecia "que a atividade da autora (Rádio Imprensa S.A.), no tocante à transmissão de música ambiental, vai desde a geração da música até a sua efetiva

[1] STJ, 3ª Turma. REsp 1.763.920/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 18.10.2018. O acórdão recebeu a seguinte ementa: "RECURSO ESPECIAL. PROPRIEDADE INTELECTUAL. DIREITOS AUTORAIS. SONORIZAÇÃO AMBIENTAL. DECISÃO JUDICIAL DEFINITIVA QUE DISPENSOU OS CLIENTES/ASSINANTES DA RÁDIO IMPRENSA S/A DO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO AUTORAL. COISA JULGADA. LIMITES SUBJETIVOS. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. IRRADIAÇÃO DE EFEITOS DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO SOBRE TERCEIROS. POSSIBILIDADE. 1. Ação ajuizada em 29/11/2004. Recurso especial interposto em 29/7/2014 e concluso ao Gabinete em 25/8/2016. 2. O propósito recursal é definir se o acórdão recorrido violou os limites subjetivos da coisa julgada e, subsidiariamente, se a utilização de sonorização ambiental no estabelecimento da recorrida enseja o pagamento de direitos autorais. 3. Segundo disposto no art. 472 do CPC/73, a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. 4. Em determinadas circunstâncias, todavia, diante da posição do terceiro na relação de direito material, bem como pela natureza desta, a coisa julgada pode atingir quem não foi parte no processo. Precedente. 5. Os limites subjetivos da coisa julgada - os quais se destinam a definir quais sujeitos estão impedidos de discutir novamente provimentos judiciais definitivos - não se confundem com os efeitos legítimos que a sentença pode irradiar sobre terceiros que, embora não figurem como sujeitos ativos ou passivos da relação jurídico-substancial versada no litígio, são titulares de relações jurídicas que com ela se relacionam ou que dela dependam. Doutrina. 6. No particular, houve julgamento definitivo: (i) reconhecendo que a atividade desenvolvida pela litisdenunciada estende-se desde a geração da música até a efetiva propagação da sonorização ambiental nos estabelecimentos de seus clientes/assinantes; e (ii) dispensando esses clientes/assinantes de obterem licença especial ou de pagarem quaisquer taxas diretamente ao ECAD. 7. A relação jurídica material estabelecida entre a litisdenunciada e a recorrida (prestação de serviços de sonorização ambiental), possui conexão incindível com aquela a respeito da qual houve pronunciamento jurisdicional transitado em julgado (ECAD x RÁDIO IMPRENSA S/A). 8. O benefício auferido pela recorrida, consistente na dispensa de pagamento de direitos autorais diretamente ao ECAD, constitui efeito legítimo de decisão judicial imutável, não havendo que se falar em extensão indevida dos limites subjetivos da coisa julgada. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO".

propagação nos estabelecimentos de seus clientes/assinantes, dispensados os seus citados clientes ou assinantes de obterem licença especial ou pagarem taxas quaisquer, diretamente ao réu (ECAD)".[2]

A ação foi julgada improcedente em 1º grau – por se entender que a responsabilidade pela execução das músicas (e, assim, pela arrecadação das quantias em debate) era da rádio litisdenunciada – e também em 2º grau. O caso subiu ao Superior Tribunal de Justiça, invocando o ECAD que não haveria que se falar em coisa julgada no caso em discussão, já que a empresa ré (Leroy Merlin) não havia participado da primeira demanda. Por isso, não poderia opor o impediente da coisa julgada para inviabilizar a cobrança realizada pelo ECAD.

Ao examinar o caso, o Superior Tribunal de Justiça frisou a diferença entre os limites subjetivos da coisa julgada e dos efeitos da sentença. Embora reconhecesse que, salvo situações excepcionais (a exemplo da sucessão processual) a coisa julgada só operaria em relação às partes do processo – na forma do então vigente art. 472, do CPC – consignou a Corte que o mesmo não ocorre com os efeitos da sentença. Valendo-se da lição de Cândido Dinamarco, o acórdão então afirma que "a projeção *ultra partes* dos efeitos reflexos da sentença é consequência de sua eficácia natural, que se impõe a todos na exata medida do objeto do julgamento".

Com base nessa premissa, o tribunal então afirma que no primeiro processo (entre a Rádio Imprensa e o ECAD) foi reconhecido que a atividade desempenhada pela rádio se estendia da geração até a propagação das obras musicais nos estabelecimentos de seus clientes e assinantes, dispensando-se estes clientes e assinantes de obterem licença especial ou de pagarem qualquer taxa ao ECAD. E conclui que a extensão a terceiros (assinantes e clientes) desse reconhecimento constitui "mero efeito natural" da decisão transitada em julgado.[3] Finalmente, valendo-se da orientação de José Rogério Cruz e

---

[2] Conforme consta do relatório do acórdão do Recurso Especial, essa sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e houve ainda o ajuizamento de ação rescisória em face desse acórdão. Embora em um primeiro momento, essa ação rescisória tenha sido acolhida pelo próprio Superior Tribunal de Justiça (em virtude de recurso especial), ao final o entendimento original foi mantido no julgamento de embargos de divergência, preservando-se assim o direito da Rádio Imprensa (e seus clientes) de não obterem licença especial ou pagarem quaisquer taxas ao ECAD.

[3] "No particular, constata-se, portanto, que houve julgamento definitivo – sobre o qual se operou a coisa julgada – (*i*) reconhecendo que essa atividade, desenvolvida pela RÁDIO IMPRENSA, estende-se desde a geração até a efetiva propagação nos estabelecimentos de seus clientes/assinantes e (*ii*) dispensando esses clientes/assinantes de obterem licença especial ou de pagarem quaisquer taxas diretamente ao ECAD. A impossibilidade de o recorrente cobrar diretamente da recorrida remuneração autoral sobre o uso da música ambiental que lhe é fornecida pela litisdenunciada, nesse contexto, constitui mero efeito natural da decisão

Tucci – que pondera que algumas relações jurídicas, por sua conformação específica, só podem subsistir perante todos – a Corte conclui que "o que se pode concluir, da hipótese concreta, é que a relação jurídica de direito material estabelecida entre a litisdenunciada e recorrida (contrato de prestação de serviços de sonorização ambiental), possui conexão incindível com aquela a respeito da qual houve pronunciamento jurisdicional definitivo (ECAD X RÁDIO IMPRENSA)". Assim, o tribunal entendeu que os efeitos da sentença do primeiro processo estenderam-se para atingir a relação conexa (existente entre a Rádio Imprensa e a Leroy Merlin) e para imunizar a última empresa do pagamento de taxas devidas pela execução de obras musicais.

Examinando o acórdão, nota-se que, na verdade, a Corte concluiu que a primeira sentença produziria efeitos *imutáveis* para a segunda demanda judicial. Em consequência, não parece que o tribunal tenha estendido à Leroy Merlin apenas os *efeitos diretos ou reflexos* da primeira sentença. Na verdade, a fundamentação do acórdão proferido revela a conclusão de que os efeitos do primeiro processo projetariam *indiscutibilidade* daquilo que lá foi estatuído em relação a outros processos, mesmo envolvendo partes diversas. Isso fica claro quando a Corte afirma que "a coisa julgada formada na ação movida pela RÁDIO IMPRENSA em face do ECAD *impede que este rediscuta, em juízo, a questão concernente à possibilidade de exigir*, dos usuários do serviço prestado por aquela, remuneração autoral decorrente do uso do serviço prestado" (grifei).

Apesar de se poder discutir possível imprecisão terminológica no acórdão, de fato, a situação implicava a incidência de "alguma espécie de estabilidade" – seja da coisa julgada, seja dos efeitos da sentença. Sem dúvida, nos termos do acórdão, ali se imagina que o caso transcenda em muito a situação da extensão dos efeitos da sentença, na medida em que, fosse este o caso, a imutabilidade desses efeitos só poderia decorrer de eventual situação de ilegitimidade para possível rediscussão do decidido em nova demanda judicial.[4] No caso, porém, a legitimação é evidente, tanto que levou à instauração de novo

---

transitada em julgado, na medida em que sua parte dispositiva é expressa nesse sentido. A coisa julgada formada na ação movida pela RÁDIO IMPRENSA em face do ECAD impede que este rediscuta, em juízo, a questão concernente à possibilidade de exigir, dos usuários do serviço prestado por aquela, remuneração autoral decorrente do uso do serviço prestado. O benefício auferido pela recorrida, por seu turno, consiste na dispensa de pagamento de direitos autorais ao ECAD, integra a gama dos possíveis e legítimos efeitos reflexos da sentença definitiva, não havendo, consequentemente, que se falar, ao contrário do que afirmado nas razões recursais, em extensão indevida dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada" (excertos do acórdão).

[4] A respeito, é fundamental reconhecer o acerto da conclusão de Liebman de que os efeitos das sentenças se projetam para todos (partes e terceiros). Para as partes e para terceiros interessados, no entanto, esses efeitos podem, ao menos em tese, ser evitados, seja por meio do uso de recursos, seja pelo emprego de

processo, apreciado em seu mérito. Todavia, a situação, tal como vista pelo Superior Tribunal de Justiça, efetivamente reclama a coisa julgada, na medida em que o ECAD recebeu a incidência de uma norma específica – no primeiro processo – segundo a qual era-lhe vedado exigir dos clientes ou assinantes da Rádio Imprensa qualquer licença especial ou pagamento de taxa, decorrente da execução de obras musicais por esta empresa.

A propósito, a legislação processual brasileira deixa expresso que a coisa julgada se dá em relação "às partes entre as quais é dada",[5] mas não apenas *na relação existente entre elas*. Assim, a coisa julgada implica *vinculação das partes* à regra concreta estabelecida pela sentença, ainda que essa regra concreta possa projetar – como no caso julgado – consequências para terceiros.

De todo modo, por ora, é importante apontar para a nebulosa expressão empregada pela Corte no sentido de que a relação jurídica existente entre as partes originais apresenta "conexão incindível" com relação havidas com outros sujeitos, o que justificaria a extensão da indiscutibilidade da primeira sentença à segunda controvérsia.

Problemas como esse são recorrentes no processo civil nacional. Por vezes, é necessário lançar mão de algumas adaptações para que a teoria do processo faça sentido e apanhe a riqueza das relações jurídicas formadas no seio social. E isso tudo demonstra que teorias que parecem ter pretensão de validade eterna exigem constante revisão, sobretudo porque o mundo real insiste em superar os conceitos que pareciam estáticos.

2. Qual o objetivo desta pesquisa?

Por que motivo o juiz deve estar vinculado aos pedidos formulados pelas partes? Por que, mesmo ciente da ocorrência da violação de um direito, e tendo o compromisso em aplicar o Direito ao caso concreto, deve o juiz fechar seus olhos para o que ocorre na realidade?

---

instrumentos autônomos de impugnação. Para evitar que isso ocorra de forma eterna é que surge a figura da coisa julgada, para tornar indiscutível a sentença para as partes e, assim, tornar estáveis os efeitos que a sentença produz para elas. Em relação a terceiros indiferentes, no entanto, os efeitos se produzem sempre de forma indiscutível; e isso pela simples circunstância de que eles não ostentam legitimidade para a discussão daqueles efeitos e, assim para afastá-los de sua esfera jurídica (v., por todos, LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença.* Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945, p. 105).

[5] Era assim a redação do art. 472, do CPC/73 e é também essa a redação do art. 506, do CPC em vigor.

Imagino que essas são questões que frequentam a mente do estudante de Direito e, também, do leigo. À medida em que avançamos no estudo do Direito e do processo civil, essas questões tornam-se superadas, porque aprendemos as razões que levaram, ao longo da história, a construir o princípio da demanda, a enxergar um processo "de partes" e a conceber a função jurisdicional como inerte. Todavia, parece que as mesmas luzes que iluminaram o nosso caminho na construção do conhecimento cegam a nossa visão para outras possibilidades.

Este é o objetivo desta pesquisa: avaliar se há espaço para pensar a atuação judicial fora dos limites dos pedidos feitos pelas partes.

Não pretendo examinar as situações já conhecidas em que se admite o chamado pedido implícito ou a ampliação subjetiva dos efeitos da sentença. Esses pontos já foram suficientemente debatidos e examinados pela doutrina processual, não havendo sentido em acrescentar mais luzes a essas questões. O que desejo analisar é se, fora desses campos clássicos, é viável pensar na possibilidade de que o juiz aja fora dos limites do pedido formulado.

De fato, a preocupação não é nova. É conhecida a tese, explorada por muitos e difundida no Brasil por Liebman,[6] a propósito da "incontrolável" ampliação subjetiva dos efeitos da sentença. Tal como já se sabe há muito tempo, todos, sem dúvida, devem reconhecer aquilo que é estabelecido pelo pronunciamento judicial como sendo algo natural, ainda que nem todos tenham legitimidade e interesse para discutir esses efeitos em juízo.

Esse debate, no entanto, tem como alvo algo distinto daquilo que aqui se pretende examinar. Não se busca traçar os limites entre os efeitos da sentença e a extensão subjetiva da coisa julgada. Muito já se debateu sobre isso. Não se pretende aqui repetir aquilo que a doutrina já disse inúmeras vezes e que a realidade reafirma cotidianamente.

O que aqui interessa são efeitos que alcançam terceiros e que podem ser *exigidos jurisdicionalmente*.

Afinal, como pondera Carnelutti, em conhecida crítica à doutrina de Liebman, a comparação entre uma sentença judicial e um parecer de um consulente demonstra que a essência do ato judicial está em sua *imperatividade*.[7] Realmente, muita coisa, oriunda ou

---

[6] LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*, ob. cit., p. 105.

[7] CARNELUTTI, Francesco. "Efficacia, autorità e immutabilità della sentenza". *Studi di diritto processuale*. Padova: CEDAM, 1939, vol. III, p. 65. Não tenho nenhuma intenção de ingressar nesse conhecido e importante debate. Pretendo apenas usar dos conceitos trabalhados na polêmica para apresentar

não de um processo judicial, é percebida pela sociedade como um todo, inclusive com efeitos jurídicos. Mesmo a análise de um especialista, oferecida por exemplo, por um médico ou um engenheiro, pode, e às vezes deve, ser respeitada por muitas pessoas, para além daquelas a quem se referia o parecer. Até mesmo um juiz poderia impressionar-se com essa manifestação e valer-se desse conhecimento, em certas circunstâncias, para examinar os casos que lhe são submetidos. Esse respeito, no entanto, opera para essas pessoas como um mero fato, às vezes como um fato jurídico, mas sem qualquer exigibilidade real em via jurisdicional.

Por isso, quando aqui menciono a ampliação *subjetiva* dos efeitos de um pronunciamento judicial, pretendo restringir essa ideia apenas a efeitos que possam operar consequências para outros processos, com alguma carga de imperatividade, ainda que isso possa não se traduzir na estabilidade própria de coisa julgada. Muitas situações poderiam gerar esse tipo de consequência e, talvez, a mais importante hoje admitida é o sistema de decisões vinculantes aceito pelo código de processo civil (arts. 927 e ss. do CPC). Tratei do assunto em outro lugar[8] e, por isso, tomarei essa análise como premissa para este texto. O tema, de todo modo, por já ter sido analisado em outro campo, também não será aprofundado nesta pesquisa.

Ainda assim, é importante ter em mente o que ocorre com esse sistema de decisões vinculantes (chamado também correntemente de sistema de precedentes[9]) justamente

---

o recorte que desejo dar a esta pesquisa. Para quem deseje analisar os termos do diálogo, sugiro, além do texto que acabou de ser mencionado, a análise do livro de Liebman (*Eficácia e autoridade da sentença*. Trad. de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945) e a resposta que oferece à crítica de Carnelutti (LIEBMAN, Enrico Tullio. "Ancora sulla sentença e sulla cosa giudicata". *Rivista di diritto processuale civile*. N. I, 1936, traduzida para o português como capítulo da edição brasileira do Eficácia e autoridade da sentença, mencionado, p. 141 e ss.) e, finalmente, o texto de Carnelutti encerrando o debate ("Bilancio de una polemica". *Studi di diritto processuale*. Padova: CEDAM, 1939, vol. III). Também é interessante analisar a avaliação crítica feita por Antonio do Passo Cabral, em texto intitulado "Alguns mitos do processo (ii): Liebman e a coisa julgada" (*Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*. N. 52. Abr./jun., 2014).

[8] ARENHART, Sérgio Cruz. PEREIRA, Paula Pessoa. "Precedentes e casos repetitivos. Por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância de massa?" *Revista de Processo Comparado*. V. 5 n. 10, jul./dez 2019, *passim*.

[9] Conforme demonstramos no texto referido na nota anterior, a teoria dos precedentes, no modelo anglo-americano, tem pouco a ver com um mecanismo desenhado para lidar com a litigância repetitiva. Trata-se, antes, de técnica ligada à unidade e estabilidade da interpretação e aplicação do direito, de sorte a exigir coerência nos critérios e elementos empregados pela magistratura para a aplicação das normas jurídicas. O funcionamento da teoria dos precedentes exige a adequada avaliação dos fatos determinantes da causa e impõe que, diante de situações semelhantes, a mesma racionalidade jurídica seja aplicada. Todavia, não se trata de "otimizar" os recursos jurisdicionais no trato com questões de massa ou questões repetitivas. Para esse fim, outras técnicas – como a tutela coletiva, o julgamento de causas-piloto ou de casos-modelo e mesmo a ampliação dos limites subjetivos da coisa julgada – tem sido o caminho comumente empregado.

porque o que ali se propõe é que a solução alcançada atinja a todos indistintamente, impondo-se sobre o Judiciário em um cenário muito semelhante – se não idêntico – ao da coisa julgada.[10]

Na verdade, a preocupação sobre se a força vinculante dos "precedentes" decorre da coisa julgada ou de algum outro tipo de fonte pode ser muito útil para compreender a mecânica que está por detrás da lógica de sua influência. Talvez, deixar de lado esse debate e centrar em outro ponto possa servir para enxergar outros horizontes que contribuam para a análise da questão de modo mais amplo.

Pensar na estabilidade das decisões judiciais para os *sujeitos parciais* pode, quiçá, não permitir o alcance inteiro do problema em análise. Por outras palavras, a discussão, ao fim e ao cabo, tem sido apresentada como se o critério determinante para que uma decisão judicial opere efeitos – para as partes ou para terceiros – esteja atrelada: *a)* à extensão do contraditório que foi garantido a esses sujeitos; e *b)* às regras existentes na legislação processual que estabelecem os limites subjetivos da coisa julgada. Todavia, é possível que outra visão sobre o problema seja capaz de oferecer diferente perspectiva de solução. A sentença judicial (ou, mais amplamente, a deliberação judicial), como um ato estatal que é, apresenta *por si* presunção de legitimidade, de existência e de veracidade. Como qualquer outro ato público, existe e é presumido válido pela simples razão de que foi expedida por ente que goza de presunção de legitimidade de seus atos e de acordo com um procedimento adequado e previamente definido.

Se toda sentença possui essa qualidade intrínseca, então é evidente que o Estado não pode – e *a fortiori* não o pode o próprio Poder Judiciário – futuramente desconhecer a existência desse ato, nem lhe negar os efeitos gerados, sob pena de manifesta atuação contraditória.

Parece que Liebman vislumbrou corretamente essa consequência, ao afirmar que a sentença, como formulação da vontade do Estado no caso concreto, deve valer para todos e não apenas para as partes.[11] Também a doutrina alemã parece ter clara a diferença

---

E é exatamente desse tipo de técnica que tratam os institutos como o incidente de resolução de demandas repetitivas, o incidente de assunção de competência e a técnica dos recursos repetitivos.

[10] V., MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2022, p. 24-36 e 169-174.

[11] "Mas, desde que recebe a sentença a sua eficácia do poder soberano da autoridade em cujo nome é pronunciada, da qualidade pública e estatal do órgão que a prolata (visto que já se logrou a plena consciência desta verdade), seria de todo em todo inexplicável que valesse ela só para um e não para todos como formulação da vontade do Estado no caso concreto. Por outro lado, não é o processo uma tutela do direito subjetivo, concedida pessoalmente ao seu titular, mas tutela, atuação e garantia do direito objetivo, exercida

– embora por razões diferentes – ao mencionar o chamado "efeito constitutivo" das sentenças em geral.[12]

Olhar para a situação material e extrair daí os limites dos efeitos da decisão judicial que sobre ela se manifesta talvez seja uma aproximação mais frutífera e que resolva parte dos problemas que a visão corrente ainda não consegue explicar. Dito de outro modo, seria possível partir da premissa de Liebman, de que "a sentença regula a posição das partes a respeito de determinada relação jurídica, e esse modo de regulá-la vale para todos os que nela são mais ou menos diretamente interessados".[13]

Logicamente, quando se observa aquilo que a situação material exige, duas ordens distintas de problemas podem surgir. Em primeiro lugar, o aspecto que vem sendo até aqui apresentado, ou seja, a amplitude *subjetiva* da decisão judicial. Saber quem será atingido pela sentença e em face de quem ela é imperativa é problema clássico, que vem ocupando páginas importantes da doutrina internacional. Em segundo lugar, porém, há também que se perguntar o que é alcançado pela decisão judicial e o que pode ser exigido por meio dela. O problema não deixa também de envolver o aspecto *subjetivo* da decisão judicial, mas agora ainda com um complicador a mais: o problema da amplitude objetiva dos efeitos da decisão. Saber se uma sentença declaratória deve ou não admitir execução ou se ela é ou não suficiente para autorizar atos subsequentes ao mero reconhecimento do direito (v.g., o desapossamento de certo imóvel) é problema também complexo, que envolve não apenas saber se um terceiro pode estar sujeito a essa sentença, mas também saber se aquilo que foi ali obtido é o bastante para essas outras consequências, não expressamente consignadas no ato judicial.

Tudo isso, ao fim e ao cabo, envolve pensar até onde vão os limites dos efeitos da decisão judicial. A questão poderia ser exposta, recorrendo novamente à polêmica entre

---

para satisfazer um interesse público e geral" (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*, ob. cit., p. 106).

[12] "É errado falar aqui de extensão do caso julgado, pois o reconhecimento da constituição não provém de modo algum do caso julgado. A sua validade geral cabe ainda, por ex., às decisões constitutivas da jurisdição voluntária que, muitas vezes, não formam qualquer caso julgado material, como a nomeação do tutor, a perda dos cuidados paternais. Todo o acto estatal constitutivo pretende validade geral porque altera a situação jurídica" (JAUERNIG, Othmar. *Direito processual civil*. 25ª ed., da obra de Friedrich Lent. Trad. F. Silveira Ramos. Coimbra: Almedina, 2002, p. 342). Este efeito constitutivo, de acordo com a doutrina alemã, não decorre propriamente da coisa julgada, mas do direito material atuado (ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*. Trad. Angela Romero Vera. Buenos Aires: EJEA. Tomo II, 1955, p. 24), como decorrência da própria incidência da lei sobre a situação concreta.

[13] *Eficácia e autoridade*, ob. cit., p. 152.

Liebman e Carnelutti, na noção de comando geral e comando especial.[14] Afinal, se é possível fazer essa distinção, o problema reside em determinar de que forma diferente operam essas duas dimensões do comando e quem é efetivamente atingido por essas ordens de efeitos.[15]

Ainda na esteia de Carnelutti, afirmar que a sentença valha igualmente em relação a todos é, no mínimo um exagero. É evidente que a sentença – e, em especial, seus efeitos – constitui um fato que deve ser reconhecido como existente por todos. No entanto, também é evidente que cada sujeito recebe e percebe essa sentença e seus efeitos de modo muito distinto.[16]

Enfim, essa é a ordem de preocupações que anima esta pesquisa. Para isso, em primeiro lugar, algumas premissas foram escolhidas como fundamentais, para que o leitor possa compreender o meu ponto de partida para a análise desenvolvida. Posteriormente, busquei apresentar casos em que os problemas que pretendo enfrentar foram (e são) amplamente discutidos pela doutrina e pela jurisprudência, de modo a fixar situações que são preocupantes e que não recebem resposta única ou adequada sob os critérios usualmente empregados. Finalmente, procuro desenvolver as bases para uma reconstrução dos limites do pedido e os reflexos desses limites sobre as situações jurídicas eventualmente implicadas.

---

[14] V., CARNELUTTI, Francesco. "Efficacia...", ob. cit., p. 65 e ss.

[15] "Cosa vuol dire che un commando sia generale o speciale? Novantanove volte su cento, almeno, si risponde che il comando generale vincola tutti e il comando speciale solo persone determinate. La risposta non è inesatta ma non è risolutiva perché fornisce piuttosto una parafrasi che una spiegazione. Resta da sapere, invero, quando o meglio perché un comando vincoli tutti o solo alcuni. Il vero è che un comando in tanto può essere generale in quanto sia ipotetico cioè si riferisca a qualunque caso (conflitto) conforme a un'ipotesi data, il che vuol dire che il comando è generale quando concerne *una serie* (infinita) *di casi* e speciale quando concerne invece *uno o più casi concreti*" (CARNELUTTI, Francesco. "Efficacia…", ob. cit., p. 65-66).

[16] "... ma il Liebman ha creduto di poter fare ancora un passo cancellando la differenza tra efficacia diretta e efficacia riflessa e scrivendo, per esempio, che 'le parti, come soggetti del rapporto a cui la decisione si riferisce, sono certo le prime che risentono tale efficacia, ma non v'è alcun motivo che esoneri i terzi dal risentirla *egualmente*'. Egualmente? Quando il giudice condanna a morte qualcuno, i suoi parenti o i suoi amici soffriranno anche di più di lui, ma egualmente no, diamine! se in forza della decisione non c'è che una testa, che deve cadere. Dal punto di vista logico, l'abbaglio è elementare e consiste nello scambio fra due termini diversi, quali sono la *esistenza* e la *efficacia* della *decisione* o, in genere, del comando. È curioso come il Liebman, che vede una differenza, dove non c'è, tra efficacia e autorità, cada poi nella confusione tra esistenza ed efficacia! Certo la sentenza esiste di fronte a tutti, come un colpo di fucile; ma colpisce soltanto le parti, cioè i soggetti di qual conflitto, il quale da essa viene risolto" (CARNELUTTI, Francesco. "Efficacia…", ob. cit., p. 68). E em seguida conclui o autor, afirmando que "*Tertio neque nocet neque podest* vuol dire, e in questo senso è esatto, che la *sententia* del giudice sulla questione *in iudicium deducta* è una *lex* solo per le parti o meglio per la *res*, rispetto alla quale è pronunziata, mentre non ha efficacia vincolativa per un'altra *res* cioè per un'altra lite" (ob. loc. cits).

Por óbvio, como toda teoria, esta há de servir melhor para algumas situações, mas pode deixar outras sem respostas. O grande objetivo deste trabalho não é oferecer uma nova pauta de critérios universais, que sirva para qualquer situação jurídico-processual imaginada. Não tenho essa pretensão.

Meu objetivo é apenas convidar o leitor a refletir sobre aquilo que temos hoje e estremecer conceitos e dogmas que estão assentados, de modo indelével, na cultura jurídico-processual brasileira. Fazer com que o leitor possa revisitar esses conceitos, questionar sua validade atual e imaginar sobre outros caminhos que talvez sirvam melhor para o processo atual: esses são os objetivos que aqui nortearam minhas preocupações. E, se ao final da leitura, eu conseguir que essas mesmas inquietações sejam inculcadas na mente do leitor, então meu trabalho terá atingido completamente seu objetivo.

Antes, porém, de prosseguir, é preciso que nos atentemos a uma importante âncora para qualquer estudo processual. Uma âncora que, ao mesmo tempo em que é útil para uniformizar a nossa compreensão do direito e facilitar a nossa análise sobre os institutos jurídicos, é também responsável, muitas vezes, por nos prender a certos alicerces e impedir que possamos seguir adiante: os conceitos em Direito.

3. O problema dos conceitos em Direito

Também é fundamental, para a perspectiva aqui desenvolvida, ter a certeza de que os conceitos, embora possam ser importantes aliados na compreensão de um fenômeno, podem transformar-se em um grande inimigo de qualquer iniciativa que busque tornar o Direito – e, em particular, o direito processual civil – mais rente à realidade de cada caso.

Afinal, qualquer conceito tende a ser excludente de situações que acabam por não se amoldar exatamente aos seus elementos. E essa exclusão pode, muitas vezes, ou reduzir demasiadamente o âmbito de aplicação de um instituto, ou alargá-lo para além daquilo que seria seu adequado espaço de incidência.

Quando se conceitua algo, sobretudo que tenha finalidade de aplicação prática e concreta, abre-se espaço para intermináveis discussões de filigranas linguísticas, particularmente no foro, que têm por única finalidade abstrair o conflito concreto e

categorizar institutos que poderiam ser úteis para certas situações ou que, nitidamente, não deveriam ser aplicados a certos casos.[17]

O processo de conceitualização toma algumas propriedades de uma ideia padrão feita sobre o objeto, generalizando-as para toda a categoria.[18] Enquanto esses conceitos são empregados apenas nessa dimensão de generalização e dentro de uma "ideia-padrão", que aceita exceções, não há nenhum problema em seu emprego. No Direito, porém, o que ocorre é que, de regra, toma-se o conceito como algo absoluto, suficiente em si para determinar a aplicação de certo regime jurídico. Assim, se a situação concreta preenche os requisitos necessários para integrar a categoria *segundo o conceito pré-concebido*, então a ela deve-se aplicar certo regime jurídico; do contrário, simplesmente, não. Como corretamente observa Adriano Gomes, "é frequente na doutrina que os conceitos jurídicos sejam abordados como elementos da natureza e não como construções humanas".[19]

Assim, como "dados da natureza", os conceitos teriam vida e essência próprias, inalteráveis pelo jurista, cujo único papel seria revelar essas qualidades intrínsecas aos institutos.[20] Supondo o conceito como um dado, aquilo que não se encaixa na definição deve, simplesmente, ser descartada, de modo a não poluir a ciência jurídica.[21] A realidade, então, perde suas cores para adaptar-se ao mundo ideal e conceitual criado na mente do jurista. Perde, com isso, suas infindáveis variações, que se tornam irrelevantes na tentativa de uma uniformização de respostas, dadas a partir da categorização da realidade.[22]

---

[17] Sobre o problema dos conceitos jurídicos, já se falou muito. Para evitar insistir nas críticas, v., por todos, com ênfase no campo processual, SILVA, Ovídio A Baptista da. Processo e ideologia: o paradigma racionalista. Rio de Janeiro: Forense, 2004; GOMES, Adriano Camargo. "Teoria geral do processo: pressupostos para uma reconstrução". *50 anos da teoria geral do processo no Brasil – passado, presente e futuro*. Coord. Flávio Luiz Yarshell e Camilo Zufelato. Londrina: Thoth, 2024, p. 50-54.

[18] SCHAUER, Frederick. *The force of law*. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 37-38.

[19] GOMES, Adriano Camargo. "Teoria geral do processo...", ob. cit., p. 50.

[20] SILVA, Ovídio Baptista da. *Processo e ideologia*, ob. cit., p. 70.

[21] "In una disciplina dove quella metodologia concettualistica che ha informato negli ultimi decenni gli studi giuridici è più dura a morire che altrove, il parametro ala cui stregua valutare l'importanza di singole norme o istituti è infatti per lo più costituito non dal loro specifico peso in sede applicativa, bensì dall'essere alla moda nell'ambiente degli specialisti e cioè dalla complicazione, dalla eleganza, dalla costruibilità in termini di dogmatica giuridica dei relativi problemi. In poche parole, le esigenze del corso degli onori universitari appaiono privilegiate, pur essendo ben diverse, rispetto alle esigenze della vita giuridica di tutti i giorni, il che serve in parte a spiegare sia la tanto spesso lamentata divaricazione tra la prassi forense e giudiziaria e la teoria accademica, sia – e per converso – il 'dottrinarismo' di molti giudici, altrettanto spesso indicato come una delle cause del c.d. disservizio dell'amministrazione della giustizia" (CHIARLONI, Sergio. *Introduzione allo studio del diritto processuale civile*. Torino: Giappichelli, 1975, p. 8).

[22] "... la esatta comprensione delle norme processuali è comunque generalmente impedita dal rifiuto di considerare come un elemento a tal fine essenziale le loro connessioni con la realità sociale sottostante. Il processo è quello e solo quello regolato dal codice, visto a sua volta come un meccanismo isolato, un giocattolo da smontare rimontare ed eventualmente abbellire o migliorare sulla base delle matrici culturali

Poder-se-ia exemplificar isso com inúmeras situações, embora a constatação seja óbvia. De todo modo, apenas para ilustrar a situação, é possível referir, no campo do processo civil, a crise por que passa o conceito de sentença – positivado pelo direito brasileiro – em relação a várias situações extremas, tais como o ato que extingue uma ação do processo, ou aquele que extingue uma fase do processo. Dado que o conceito de sentença foi elevado a ponto central para a determinação do regime recursal, incontáveis polêmicas surgem, sobretudo nos tribunais, exatamente porque apelações são interpostas contra atos que não são considerados sentenças ou agravos são deduzidos contra atos tidos como sentenças. Nem mesmo o princípio da fungibilidade foi capaz de superar o problema, que continua a ser responsável por diversas situações de não conhecimento de recursos no sistema judiciário brasileiro, em notável evidência de caso em que um conceito se sobrepõe à necessidade de dar adequado tratamento à controvérsia.

Esse processo, obviamente, deturpa a função do Direito. Mais do que isso, deturpa a função do direito processual, que é ramo do direito que mais deveria se preocupar com a realidade das coisas e com a vida concreta. Torna o direito, de uma análise atomizada e única, em uma ciência generalista, capaz de desconsiderar a solução justa em prol de uma solução compatível com os conceitos e as regras gerais.[23]

Esse movimento, ao que parece, embora pudesse ser razoável para outras épocas, não tem mais razão de ser. O processo civil precisa adaptar-se à realidade (e não o inverso!) e, por isso, é preciso ter presente que a vida é sempre mais diversificada do que a mente humana pode imaginar. Logo, as respostas dadas são sempre provisórias e sujeitas a contingências.

Por isso, aqui não pretendo me apegar a conceitos abstratos. Embora em muitas passagens eles estejam presentes e sejam discutidos, não tenho nenhuma pretensão de oferecer "conceitos estanque", em que a realidade deva ser inserida. Tenho a certeza de que a realidade é muito mais rica do que qualquer abstração que possa fazer e, por isso,

---

e delle più o meno esplicite personali convinzioni ideologiche di singoli capi scuola" (CHIARLONI, Sérgio. Ob. cit., p. 8-9).

[23] Também crítico dessa visão, afirma Ovídio Baptista da Silva que "seria inútil procurar soluções para as questões forenses, a partir das invencíveis complexidades dos casos concretos. Somente a *segurança*, que nos é dada pelas invariáveis estruturas das figuras geométricas, poderia auxiliar-nos na solução dos casos 'individuais'. Somos educados para considerar o Direito, mesmo o direito processual, uma disciplina científica, no sentido moderno de 'ciência', cujo método deverá ser o indutivo, próprio das ciências experimentais, *generalizantes*, produtoras de regras, quando não uma ciência cuja epistemologia seja a mesma das matemáticas" (SILVA, Ovídio Baptista da. "Direito material e processo". *Jurisdição, direito material e processo.* Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 166.

prefiro trabalhar com características que sejam típicas – e que possam determinar a aplicação de algum instituto – ou com regras que possam ser úteis para a maioria das situações vivenciadas.[24] Mas é sempre importante ter presente que a riqueza da realidade sempre imporá exceções, adequações ou releituras, de modo a atender àquilo que o caso concreto exige – e não aquilo que a teoria criada suporia como necessariamente correto.

Considerando isso, aqui pretendo trabalhar mais com princípios e tendências, que possam iluminar respostas concretas, do que com conceitos abstratos, aplicáveis a toda a realidade.

Com isso, sublinho que o leitor não encontrará aqui respostas para todas as perguntas. Talvez, porém, encontre bússolas e astrolábios que possam orientar a sua própria construção de uma resposta adequada.

[24] "The nature or essence of any concept or category might sometimes, often, or always be a cluster of interrelated properties, none of which is individually necessary. Or it may be that the concept, category, or institution of law, at least, has no essence, it being too diverse a collection of phenomena to be captured or explained by one or more necessary properties. Yet even without attempting to resolve some of the deepest issues about language, concepts, and the categorial division of the world, it may still often be more valuable to focus on the typical rather than the necessary features or properties of some category or social phenomenon. Just as we can learn a great deal about birds from the typical but not necessary fact that birds fly and can understand important aspects of the history and chemistry of wine by focusing on the fact that wine is typically but not necessarily made from grapes, so too might we learn a great deal about law in general, and not just the law in this or that legal system at this or that time, from law's typical but not necessary features" (SCHAUAER, Frederick. *The force of law*, ob. cit., p. 4).

PARTE I

PREMISSAS PARA A COMPREENSÃO DA TESE

1. O individualismo e sua força na criação dos institutos do processo civil

1.1. A compensação financeira pela exploração de recursos minerais e a dupla personalidade do Poder Público

Conforme estabelece o art. 20, da Constituição, os recursos minerais, inclusive aqueles inseridos no subsolo, são bens da União. E, diante da exploração desses recursos por terceiros, a própria Constituição estabelece o direito do Poder Público a participar no resultado decorrente ou a perceber compensação financeira.[25] A compensação financeira pela exploração mineral, regulamentada inicialmente pela Lei 7.990/89, incide, assim, sobre a exploração de areia e outros minérios, casos em que, eventualmente, coloca dúvidas e resistência na sua arrecadação, o que acaba por reclamar a intervenção judicial para sua cobrança.

Curiosamente, no entanto, nesse momento a figura revela a dupla personalidade do Poder Público na tutela desses valores. Uma rápida busca na jurisprudência nacional demonstra que, por vezes, a pretensão à condenação de quem explora esses recursos ao pagamento da CFEM se faz por meio de ação civil pública[26]; em outras vezes, no entanto, o caminho empregado é a clássica ação de cobrança[27] ou a execução fiscal[28].

O curioso dessa dupla forma de legitimação é que ela implica reconhecer que a União, por vezes, assume-se como *titular* do direito à compensação em questão e, em outras vezes, conclui que o direito é metaindividual, pertencente a toda a coletividade, sendo o Poder Público um simples legitimado processual para essa tutela.

---

[25] "É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração" (art. 20, § 1º, da Constituição).

[26] Assim, por exemplo, STJ, 2ª Turma. REsp 2.009.894/PR. Rel. Min. Francisco Falcão. DJe 27.04.23; STJ, 2ª Turma. AgInt no REsp 1.990.213/PB. Rel. Min. Francisco Falcão. DJe 21.09.22; STJ, 1ª Turma. AgInt no AREsp 1.486.771/PR. Rel. Min. Gurgel de Faria. DJe 02.12.19.

[27] Por exemplo, STJ, 2ª Turma. AgInt no AgInt no AREsp 1.405.865/RJ. Rel. Min. Francisco Falcão. DJe 17.03.20.

[28] V.g., STJ, 1ª Seção. EDcl no AgInt nos EREsp 1.718.447/RS. Rel. Desembargador Convocado Manoel Erhardt, DJe 10.03.22; STJ, 1ª Turma. REsp 1.661.027/SC. Rel. Min. Regina Helena Costa. DJe 25.02.22; STJ, 2ª Turma. REsp 1.722.939/SC. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 22.11.18.

Por outro lado, em que pese nesse segundo caso a União se apresente como mera "representante" processual de um direito coletivo, costuma postular, como se vê dos pedidos formulados, que os valores devidos por eventual exploração ilegal (ou exploração em que não houve o recolhimento da compensação devida) sejam destinados *ao erário* e não aos fundos de interesses coletivos, na forma como preconiza a legislação que rege a tutela coletiva.[29] Ou seja, embora a União afirme que o interesse objeto de proteção é metaindividual, exerce com a demanda uma pretensão ao ressarcimento de seu próprio patrimônio, como se fossem a mesma coisa o patrimônio próprio dela e o interesse coletivo.

Mais curioso ainda é o fato de que essa dupla atuação do Poder Público tem recebido pouca atenção da jurisprudência, que autoriza o emprego de todas essas medidas para a obtenção da mesma finalidade e, o que é ainda mais interessante, sempre permitindo que os valores sejam incorporados ao erário, sem maiores controvérsias.[30]

---

[29] Prevê, de fato, o art. 13, da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) que "Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados". A sua vez, estabelece o art. 1º, § 2º, da Lei 9.008/95 (que cria e disciplina o Fundo Federal de Defesa de Direitos Difusos) que são recursos desse fundo o produto da arrecadação "das condenações judiciais de que tratam os arts. 11 e 13 da Lei n. 7.347, de 1985". Mais do que isso, prevê o § 3º, do mesmo preceito, que "Os recursos arrecadados pelo FDD serão aplicados na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativo especificamente relacionados com a natureza da infração ou do dano causado, bem como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas relativas às áreas mencionadas no § 1º deste artigo". Logo, não é a mesma coisa atribuir os recursos derivados da CFEM ao erário, para seu emprego em qualquer finalidade pública, e destinar esses valores ao FDD, caso em que há objetivos específicos para os quais essa verba pode ser empregada.

[30] Raras são, de fato, as decisões judiciais que colocam em campos diversos a ação civil pública e a ação de cobrança em casos de discussão da exploração irregular de minerais. Digna de nota, no entanto, é a percepção havida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na análise da apelação n. 5009542-07.2012.404.7204, quando se notou o equívoco dessa liberalidade corriqueira, como se vê da ementa do julgado: "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL ELEITA. INEXISTÊNCIA DE PROVA QUANTO À OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL. 1. É questionável o uso do instrumento da ACP para condenação ao pagamento pela extração de minerais em quantidade superior à lavra autorizada, pois a União refere que "em virtude do ato ilícito praticado pela ré (art. 186 do Código Civil, cumulado com artigo 2º, da Lei 8.176/91), o desfalque decorrente da usurpação patrimonial realizada deve ser reparado na forma do art. 927 do Código Civil", ao que busca a condenação das 'rés a ressarcir o erário pelo montante mínimo de R$5.893.299,93 (cinco milhões oitocentos e noventa e três mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), quantia que deverá ser atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora desde a época da constatação administrativa do dano até o efetivo pagamento', em razão de haverem lavrado 'ilegal e clandestinamente o significativo montante de quase 350 mil toneladas de diabásio', cujo objeto da ação 'tem por finalidade levar a juízo caso concreto de usurpação de patrimônio mineral do Estado brasileiro, decorrente de lavra ilegal exercido ou propiciado pela parte ré, e buscar o correspondente ressarcimento pela apropriação indevida de bem de titularidade da União, de fundamental importância econômica e social para toda a

O exemplo ilustra, a meu ver, a dificuldade que os Tribunais têm em lidar com as categorias do processo e, sobretudo, as do processo coletivo. Já apontei essa dificuldade em outro lugar,[31] mas parece que aqui é importante voltar ao assunto.

Com efeito, *toda* a estrutura processual – particularmente aquela que influenciou o direito brasileiro – é assentada em uma matriz liberal e individual, que marcou a época em que o processo civil desenvolveu sua autonomia. E, não obstante esse período já não marque tão profundamente as relações sociais atuais, o processo civil continua a repercutir essas ideias e a ancorar seus institutos nas mesmas bases, o que implica clara defasagem entre aquilo que o direito processual consegue oferecer e aquilo que o Estado e a sociedade precisam no cenário atual.

1.2. Um breve panorama dos fundamentos dos institutos do processo civil moderno e a força da ideologia privada

Não é necessário grande esforço para comprovar a afirmação acima feita.

Para qualquer pessoa um pouco familiarizada com o direito processual civil não soará estranho notar que os institutos do processo civil foram concebidos a partir de elementos do direito privado e, em particular, do direito civil dos séculos XVIII e XIX.[32] Desde a própria centelha que inaugurou a autonomia do processo civil, tem-se a nota marcante da dependência com os conceitos e as ideias que permeavam o direito privado daquela época.

---

coletividade', conteúdo esse que, "a priori", aponta ser incompatível com o objeto da ação civil pública, que é restrito às hipóteses elencadas no art. 1º da Lei 7.347/1985: meio ambiente; consumidor; bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; qualquer outro interesse difuso ou coletivo; e infração da ordem econômica. 2. O TRF/4ª Região também já decidiu ser questionável o uso da ACP para buscar a condenação ao pagamento pela extração de minerais em quantidade superior à lavra autorizada. 3. Conclui-se, portanto, pela inadequação da via eleita, uma vez que a ação civil pública não serve para tutelar, por vias reflexas, o ressarcimento civil por supostos danos ao Erário, conforme precedentes do TRF/4ª Região. 4. Improvimento da apelação". (TRF4, 3ª Turma. AC 5009542-07.2012.4.04.7204. Rel. Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz. J. 07.11.2013).

[31] ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. *Curso de processo civil coletivo*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2021, p. 53 e ss.

[32] A análise do tema se concentrará, sobretudo, com foco no direito italiano, sobretudo porque, como alerta a doutrina, ele é, ao menos do ponto de vista histórico, a principal influência do direito brasileiro moderno (TARUFFO, Michele. MITIDIERO, Daniel. *A justiça civil – da Itália ao Brasil, dos Setecentos a Hoje*. São Paulo: RT, 2018, p. 9; PASQUALOTTO, Victória. *Processo civil comparado – do direito comparado à comparação no processo civil*. São Paulo: RT, 2022, p. 120).

De fato, sabe-se que o processo civil moderno se assenta em quatro pilares fundamentais: jurisdição, ação, defesa e processo. Em todos eles, nas várias perspectivas que inspiraram o direito europeu e, consequentemente, o direito brasileiro, é evidente a tônica do direito privado e, especialmente, do direito privado de índole individual liberal.

A conhecida "polêmica a respeito do conceito de ação", havida entre Windscheid e Muther,[33] como sabido, envolve simplesmente um debate a respeito do conceito de ação e de pretensão no direito romano, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento do direito processual. Ainda que a controvérsia tenha, depois, despertado o interesse por essa figura então nebulosa que é a ação processual, fato é que toda a construção que se desenvolveu a partir daí envolve conceitos que são típicos do direito romano e, depois, apropriados pelo direito civil.

Mesmo que o tema tenha, posteriormente, sido apropriado pelo processo civil e criado raízes próprias, elas sempre foram inspiradas pelo direito civil e pelas suas categorias próprias.

É útil ilustrar essas construções com alguns exemplos concretos, colhidos dos grandes juristas que enriqueceram a criação e o desenvolvimento desses institutos.

A *ação*, por exemplo, sempre foi descrita por meio das categorias de direito privado. De regra, foi enxergada como um *direito subjetivo*, seja dirigido contra a parte contrária, seja dirigido contra o Estado, à obtenção de uma resposta em relação a certa pretensão de direito material. Para ficar apenas na doutrina italiana que mais influenciou o direito brasileiro, vê-se, por exemplo, em Mortara a afirmação de que a ação teria natureza "quase contratual".[34] Representando parte importante da doutrina que formou as bases do processo, Goldschmidt dá voz à concepção de que essa ação, como pretensão à tutela jurídica, é o objeto do processo e tem sua origem no direito material, convertido em público, que toma lugar da primitiva justiça de mão própria (a autotutela privada).[35]

---

[33] Por uma reunião dos textos que representaram essa polêmica, v., WINDSCHEID, Bernhard. MUTHER, Theodor. *Polemica intorno all'"actio"*. Trad. Ernst Heinitz e Giovanni Pugliese. Firenze: Sansoni, 1954, *passim*.

[34] "Per quanto a noi pare, nel moderno diritto giudiziario, in cui la funzione del magistrato si esplica interamente e liberamente come atto di sovranità, indirizzato alla ricerca del vero e giusto rapporto in cui devono stare i contendenti riguardo all'oggetto della controversa, l'azione civile si palesa rivestita di un carattere quasi contrattuale, che per essere diverso da quello considerato nel diritto romano, non manca di lineamenti e contorni meno chiari e ben scolpiti" (MORTARA, Lodovico. *Principii di procedura civile*. Firenze: G. Barbera, 1919, p. 23).

[35] "La *acción procesal* o *pretensión de tutela jurídica* – como la llamó Wach por primera vez – vino a sustituir al antiguo derecho de tomarse la justicia por su mano. (…) En confirmación de esta tesis de la necesidad de que exista una acción procesal, puede alegarse, además, que no cabe resolver en el proceso

Constitui um direito público subjetivo, dirigido contra o Estado, e correspondente ao direito de obter a tutela jurídica.[36] A seu ver, a ação não é um direito de natureza processual; tem essência material, alinhada à pretensão material existente.[37] Mesmo para aqueles que admitem a abstração da ação, o resultado não se altera de forma substancial. Também estes veem na ação um direito subjetivo, ao qual corresponde uma obrigação ou dever jurídico devido pelo Estado. É o caso, por exemplo, de Carnelutti, que, após expor longamente ideias como o contrato, a obrigação, a relação jurídica, o ato lícito e tantas outras noções do direito privado, conclui que a ação implicaria um direito (subjetivo), ou mais exatamente um direito público subjetivo,[38] que tem como sujeito ativo o autor, e por meio do qual ele se habilita a participar da atividade processual.[39]

Seja por uma visão ou por outra, sempre pareceu difícil divorciar a ideia de ação do conceito de *direito subjetivo*.

No entanto, sintetizando as ideias mais correntes e demonstrando a dificuldade de adaptar as estruturas processuais à (então necessária) categoria conhecida do direito material, Liebman conclui que a ação é um direito subjetivo instrumental, dirigido contra o Estado e correspondente ao direito à jurisdição. Consistiria em um direito de impulso e de iniciativa ao desenvolvimento da atividade estatal, embora sem que daí adviesse propriamente uma obrigação do Estado, na medida em que essa atividade corresponde, afinal, ao interesse do próprio Estado.[40]

---

sobre ninguna relación de derecho civil si no tiene concedida una acción de aquella clase. La acción procesal tiene su origen en el derecho justicial sustantivo (material), al que consideramos como un derecho privado integral convertido en público, y que no es otro que el 'derecho de las acciones' romano" (GOLDSCHMIDT, James. *Derecho procesal civil*. Trad. Leonardo Prieto Castro. Barcelona: Labor, 1936, p. 2).

[36] Idem, ibidem, p. 96.

[37] "La acción procesal, como objeto concreto del proceso (el 'meritum causae'), es un derecho justiciario de carácter material, no de carácter procesal. No es una 'pretensión' (acción o derecho) preprocesal o supraprocesal más que desde el punto de vista de la concepción civilistica corriente, que supone la existencia de sus presupuestos. Para la concepción procesalista, según la cual el fin del proceso es hacer evidente el derecho discutido, es, antes y durante el proceso, la posibilidad de obtener una sentencia favorable, y, después de terminados os debates, la expectativa de la misma" (Idem, ibidem, p. 96-97).

[38] CARNELUTTI, Francesco. *Lezioni di diritto processuale civile*. Vol. 1. Padova: La Litotipo, 1926 (reimpr., 1986), p. 109.

[39] CARNELUTTI, Francesco. *Lezioni di diritto processuale civile*. Vol. 2. Padova: La Litotipo, 1926 (reimpr. 1986), p. 172.

[40] "Riconoscendo all'azione l'indole de un diritto soggettivo strumentale, scompaiono le difficoltà che si sono finora incontrate quando si è cercato di delinearne esattamente la figura. Essa è un diritto soggettivo, ma non di natura obbligatoria. Lo schema consueto del rapporto civilistico non ha qui ragione alcuna di essere richiamato. L'azione si dirige infatti verso lo Stato, nella sua qualità di titolare della potestà giurisdizionale, ed è perciò nel suo esatto significato il diritto alla giurisdizione; ma non le sta di fronte un obbligo dello Stato stesso, perché la sua caratteristica consiste nell'essere un diritto d'impulso e d'iniziativa

Ao examinar essas concepções, Calamandrei salienta que, mesmo que a evolução histórica do conceito de ação tenha conduzido esse instituto ao campo do direito público,[41] não conseguiu desvencilhar-se da clássica estrutura obrigacional.

Foi exatamente o incômodo em tratar a ação como um direito subjetivo que levou Chiovenda a se valer da noção de *direito potestativo*. Por não enxergar nenhuma obrigação (própria), seja do Estado, seja do adversário, diante da ação exercida pela parte autora, Chiovenda afasta a possibilidade de que ela possa caracterizar-se como um verdadeiro direito subjetivo.[42] Concluindo então que a tônica da ação está na sujeição do

---

allo svolgimento di una funzione a cui lo Stato è anch'esse interessato" (LIEBMAN, Enrico Tullio. "L'azione nella teoria del processo civile". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962, p. 45).

[41] "Es cierto, en efecto, que esta teoría logró por primera vez demostrar, con el célebre ejemplo de la acción entendido como derecho a la tutela jurídica puede existir independientemente de la preexistencia de un derecho sustancialmente insatisfecho; pero no es menos cierto que también aquí la acción continuaba siendo considerada como instrumento y garantía del interés individual (tanto que Bulow reprochó a Wach el perpetuar la sumisión del proceso al derecho privado), y, sobre todo, es cierto, y digno de observación, que este derecho público del ciudadano contra el Estado estaba construido según el esquema civilístico de la relación jurídica que tiene lugar entre un titular de derecho y un obligado, y que este esquema la posición de sujeto activo aspirante a una prestación (tutela jurídica) era asumida por el ciudadano, mientras la posición de sujeto pasivo obligado a la prestación se reservaba al Estado. En esta construcción, pues, que representaba al Estado como *obligado* a ejecutar una prestación en servicio del ciudadano, estaba explícitamente consagrada la preeminencia del interés individual y la subordinación a él del interés público: si la acción, considerada como un derecho subjetivo por sí misma, no podía ya confundirse con el derecho subjetivo privado, la misma no tenía en realidad, según esta concepción, otra función que la de constituir su salvaguardia" (CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliográfica Argentina, 1945, p. 144-145).

[42] "Determiniamo ora meglio la natura di questo potere e insieme la differenza delle nostre formulazioni da quelle più antiche che diremmo miste. L'azione è un potere di *fronte* all'avversario più che *contro* l'avversario. Vorremmo con questa distinzione rendere l'idea che l'azione non suppone alcuna obbligazione. Il preconcetto che il diritto subbiettivo presupponga di necessità un dovere, ha sempre allontanato da questa concezione dell'azione, ch'è la più semplice. L'azione è un potere, di fronte a quale l'avversario non è tenuto ad alcuna cosa: poiché se l'azione tutela un diritto subbiettivo, l'obbligo di soddisfare il diritto subbiettivo tutelato forma, come prima, il contenuto di questo: mentre poi, come vedremo, può darsi in certi casi azione senza diritto subbiettivo. Né all'azione corrisponde alcun dovere processuale dell'avversario: ma puramente e semplicemente la sua soggezione agli effetti giuridici a cui l'azione intende" (CHIOVENDA, Giuseppe. "L'azione nel sistema dei diritti". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I, p. 15). Salientando o esforço de Chiovenda em superar a dimensão privada, Calamandrei sublinha que "la idea fecunda, el 'descubrimiento', se podría decir, de Chiovenda, se concentra sobre todo en esto: en haber visto que la acción, si bien se debe considerar como un derecho subjetivo por sí mismo, no se presta a ser encuadrada en el esquema tradicional del derecho subjetivo en sentido civilístico, cuya base está constituída por la prestación respectivamente pretendida y debida, y en el que el predominio del interés del acreedor tiene como inevitable contrapartida el sacrificio del interés del deudor. En realidad cuando el Estado administra justicia, se mueve no para prestar con sacrificio propio un servicio a quien se lo pide, sino para cumplir con ello uno de los fines esenciales del Estado, esto es, para servir un interés esencialmente público. El interés individual y el interés público no se pueden, pues, considerar en el proceso como dos fuerzas en oposición, sino más bien como dos aspiraciones aliadas y convergentes, cada una de las cuales, lejos de buscar ventajas en menoscabo de la otra, considera la

réu à atuação estatal, o autor lança mão da categoria dos *direitos potestativos* para explicar sua concepção. A figura, como ele reconhece, ainda não era suficientemente conhecida quando da elaboração de suas ideias (em 1903), mas já poderia ser enxergada em situações de direito privado e público (com as limitações que esse ramo possuía na época), tais como o direito à impugnação de contratos ou testamentos, o direito à denúncia e contratos, a revogação de mandato ou o direito à obtenção de servidão de passagem.[43] E é exatamente essa a categoria escolhida por Chiovenda para superar os óbices do emprego da ideia de direito subjetivo e que o leva a definir a ação como o poder de colocar em movimento a condição para que uma vontade concreta da lei possa existir e possa ser efetiva no mundo dos fatos.[44]

Assim, mesmo se afastando da categoria clássica do direito subjetivo, Chiovenda não pode fugir do emprego de institutos reconhecidos do direito material – gestados no âmbito do direito privado da época – para descrever o fenômeno da ação. Exatamente por isso, Calamandrei, embora reconheça os méritos da teoria desenvolvida por Chiovenda, conclui que "si se excluye que esta relación entre el sujeto de la acción y el Estado se puede definir como un derecho subjetivo público a la prestación jurisdiccional".[45]

Desse modo, não obstante a importante evolução que o tema recebeu na doutrina processualista, não se pode negar que o instituto da ação jamais conseguiu desvencilhar-se dos conceitos de direito civil de direito subjetivo, alcançando quando muito a ideia de direito potestativo, também gestado na mesma matriz liberal individualista. A falta do desenvolvimento das categorias do direito público na época impedia que os autores pudessem valer-se de qualquer conceito que não aqueles então disponíveis, ou seja, aqueles originários do direito privado. E, assim, mesmo que eles tentassem dar ares de valores públicos a essas categorias, elas continuavam umbilicalmente ligadas às suas raízes individualistas, liberais e patrimoniais, próprias daquele momento histórico.

Por essa mesma razão, não foi distinto o desenvolvimento do instituto da *defesa*. Como aponta Carnelutti,[46] a defesa é o contraponto do direito de ação (é uma "ação da

satisfacción de la otra como condición de la propia" (CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción", ob. cit., p. 145-146).

[43] Idem, ibidem, p. 20-21.

[44] "...l'essenza dei diritti della seconda, o azioni, è nel potere di porre in essere la condizione perchè una volontà concreta di legge sia tale e diventi effettiva nel campo dei fatti" (idem, ibidem, p. 24).

[45] CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción", ob. cit., p. 148.

[46] CARNELUTTI, Francesco. *Lezioni*..., ob. cit., p. 175.

outra parte"[47]) embora guarde a mesma essência daquela.[48] A defesa, assim, constitui, tal como a ação, um *direito subjetivo* (ou, talvez, um direito potestativo[49]), a ser exercido por aquele que é convocado para participar do processo na condição de réu. Para alguns, ela seria um "contradireito",[50] enquanto para outros, ela seria simples manifestação da resistência do réu quanto à pretensão deduzida pelo autor.[51] Expressando toda a força da ligação entre o direito material clássico e os institutos processuais, resume Couture a essência da defesa dizendo que, "se a ação é, como dizíamos, o substitutivo civilizado da vingança, a exceção é o substitutivo civilizado da defesa".[52] É, enfim, um direito à jurisdição, tanto quanto o direito de ação.[53]

O direito de defesa seria, conforme a crítica observação de Ovídio Baptista da Silva, um direito *amplo*, que não admite restrições, sobretudo por seu viés constitucional, a exigir do Estado um processo plenário, onde se deve admitir ao réu todo o mais pleno

---

[47] Ob. loc. cits. Assim também, entre vários outros, v, COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 3ª ed., Buenos Aires: Depalma, 1958, p. 90-91 e MICHELI, Gian Antonio. *Corso di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1959, vol. I, p. 24, para quem "il potere d'azione è, quantomeno nei processi a parti contrapposte (n. 11), bilaterale e tale bilateralità è specialmente evidente nel processo di cognizione".

[48] Convém salientar que, mesmo quando *o exercício* da defesa é enxergado como um *ônus* para a parte (v.g., JAUERNIG, Othmar. *Direito processual civil.* 25ª ed., trad. F. Silveira Ramos. Coimbra: Almedina, 2002, p. 237) não é sob esse aspecto que a defesa é aqui examinada. É evidente que, em regra, a parte não tem o dever de se defender. Nas situações mais frequentes, o exercício da defesa corresponde, mesmo, a um ônus processual. Todavia, não há dúvida de que o "direito de defesa", visto em sua situação abstrata, é comumente vista como um *direito subjetivo* e a esse direito corresponde uma *obrigação/dever* do Estado em permitir seu exercício.

[49] Assim, v., CHIOVENDA, Giuseppe. "Sulla 'eccezione'". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I, p. 149.

[50] CHIOVENDA, Giuseppe. "Sulla 'eccezione'", ob. cit., p. 149. Para ele, a defesa (e, em especial, as exceções) teria como finalidade a impugnação e a anulação do direito de ação. Na mesma linha, v., HEINITZ, Ernesto. *I limiti oggettivi della cosa giudicata*. Padova: CEDAM, 1937, p. 217 e ss.; ROCCO, Ugo. *L'autorità della cosa giudicata e i suoi limiti soggettivi*. Roma: Athenaeum, 1917, p. 286.

[51] Nessa linha, afastando-se um pouco da sua posição anterior, v., CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo.* Napoli: Morano, 1958, p. 177-178

[52] COUTURE, Eduardo J. *Introdução ao estudo do processo civil*. 3ª ed. Trad. Mozart Victor Russomano, Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 23; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2000, vol. I, p. 120.

[53] COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*, ob. cit., p. 95.

exercício de sua "ampla defesa".[54] Seria também um direito abstrato, na medida em que ele existe independentemente de o réu ter ou não razões suficientes para exercê-lo.[55]

Não há dúvida, enfim, de que a defesa, sob qualquer aspecto que ela possa ser enfrentada, nutre suas raízes nas mesmas bases da ação. Por isso mesmo, sua essência é tipicamente individual, representada pela tradicional ideia do direito *individual* do contraditório, dificilmente redutível a um direito de defesa por terceiro.[56]

A mesma contaminação dos valores privados informou a evolução do conceito de jurisdição. Por mais que os autores tenham tentado desvincular a ideia de jurisdição da tutela do indivíduo, fato é, como o reconhece Paula Costa e Silva, que em última análise "tudo comece e sempre termine pela realização da Justiça no caso e para o caso individual".[57] Realmente, mesmo as concepções mais publicistas, ligadas à finalidade da jurisdição – como é a de Chiovenda, que aponta o fim da jurisdição como a atuação da vontade concreta da lei mediante substitutividade[58] –, acabam por vincular a atividade jurisdicional ao exercício da ação e, assim, por subordinar essa função pública a uma iniciativa privada e à liberdade dos indivíduos.[59] Ao final, portanto, há sempre uma

---

[54] O autor critica essa postura, inclusive com exemplos de procedimentos especiais, mas reconhece que essa é a postura assumida pela ampla maioria da doutrina, nacional e internacional (v., SILVA, Ovídio Baptista da. "A 'plenitude da defesa' no processo civil". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 109; v., tb., do mesmo autor, "Processo de conhecimento e procedimentos especiais". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, esp. p. 98). Defendendo essa amplitude ilimitada para o direito de defesa, v., PORTANOVA, Rui. *Princípios do processo civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado,1995, p. 125.

[55] COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos...*, ob. cit., p. 95

[56] Essa circunstância, aliás, aponta claramente para a dificuldade que o Brasil tem de aceitar que uma sentença coletiva possa impor prejuízos aos indivíduos não participantes (v., art. 103, inc. III, do CDC) e também para a excepcionalidade das circunstâncias que autorizam alguém a defender direitos de outrem (v. g., arts. 109; 121, parágrafo único; e 339, do CPC).

[57] "Muitas podem ser as causas deste fenómeno, mas, independentemente delas, uma circunstância resulta como impressiva: à medida que cresce e se concentra no Estado o poder das suas clássicas funções, na medida em que o aparelho estadual cresce e se burocratiza, a Justiça, mulher nascida da cabeça de um homem, parece transmutar a sua face: deixa de ser assunto das pessoas, daqueles que a ela acorrem, para ser mais um assunto de Estado. Não se ignora que a realização da Justiça feita no caso pode transcender o plano do individual; mas isso não invalida que tudo comece e sempre termine pela realização da Justiça no caso e para o caso individual. Estruturas ordenadas a garantir que o direito dito e, como tal, realizado, seja sempre o melhor, determinando uma ampliação das intervenções – ou dos sujeitos legitimados a intervir – não vivem em contradição com a tutela do individual" (SILVA, Paula Costa e. *Perturbações no cumprimento dos negócios processuais*. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 28-29).

[58] V., CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil.* Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1942, vol. I, p. 71 e ss.

[59] Aliás, a impossibilidade de desviar-se da noção privada fica clara quando Chiovenda associa a sua ideia de jurisdição (e a função de atuação da vontade da lei) à própria finalidade *romana antiga* da atividade jurisdicional. Como ele mesmo admite, sua ideia de jurisdição como atividade de "especialização" da lei advém da noção romana da atividade jurisdicional, prestada sob o manto da noção de *condemnatio* romana

vontade do indivíduo a condicionar o exercício da atividade estatal, o que revela o aberto compromisso das teorias com a liberdade individual e o caráter "disponível" da jurisdição.[60]

Assim, mesmo que se conceba a jurisdição como um instrumento da legalidade,[61] ou ainda como instrumento para o adimplemento da lei,[62] é inevitável sempre concluir que a jurisdição, ao menos para a teoria modernamente mais aceita, está condicionada à vontade do indivíduo que tem em suas mãos a única chave para o seu funcionamento. Essa circunstância é revelada, por exemplo, por Couture que, quando define jurisdição, esclarece que ela é a função pública que objetiva *a determinação dos direitos das partes*, com a finalidade de dirimir controvérsias e conflitos de relevância jurídica, por decisões dotadas de autoridade de coisa julgada e eventualmente sujeitas à execução.[63]

Enfim, o discurso não muda – ao contrário, se avoluma – quando o alvo é a categoria do *processo*. Não obstante as diversas polêmicas que o assunto levantou, há

(v., CHIOVENDA, Giuseppe. "L'idea romana nel processo civile moderno". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. III, p. 78-79). De modo semelhante, Ricardo Marcelo Fonseca, tratando da jurisdição no Estado liberal, conclui que "aqui, a jurisdição – já desvestida das funções de governo e de afirmação do poder que tinha no período anterior – vai passar a ser reflexo de uma aplicação direta, automática e meramente silogística da lei. E o exercício jurisdicional – agora um mero produto de um juiz ou de um intérprete que não deve sob nenhuma hipótese se afastar do comando estatal, e muito menos trai-lo – será reduzido, amesquinhado e ofuscado pelo protagonismo do legislador. A partir daqui será a lei o centro do sistema e o modo de veiculação do poder, enquanto que a jurisdição uma mera sombra de um poder que lhe sobrepaira e lhe condiciona" (FONSECA, Ricardo Marcelo. "Estados, poderes e jurisdições: modelos de análise e a experiência brasileira". *Estado, poder e jurisdição*. Org. André Peixoto de Souza. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 26).

[60] Essa subordinação se mostra mais eloquente ainda quando se vê a amplitude hoje dada aos negócios jurídicos processuais pela doutrina estrangeira e nacional, que submete até mesmo a forma de atuação do poder do Estado à vontade das partes do processo. V., sobre isso, entre inúmeros outros, CADIET, Loic. "Les conventions relatives au procès en droit français". *Revista de processo*. N. 160, jun./2008, *passim*; CAPONI, Remo. "Autonomia privata e processo civile: gli accordi processuali". *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*. Vol. 62, n. 3, 2008, *passim*; CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. 4ª ed., Salvador: JusPodivm, 2023, *passim*; DIDIER JR, Fredie. *Ensaios sobre os negócios jurídicos processuais*. 4ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*; NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Negócios jurídicos processuais*. 5ª ed., Salvador: JusPodivm, 2023, *passim*; REDONDO, Bruno Garcia. *Negócios jurídicos processuais atípicos*. 3ª ed., Londrina: Thoth, 2024, *passim*.

[61] CALAMANDREI, Piero. *Instituciones de derecho procesal civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Librería 'El Foro', 1996, vol. I, p. 114-115.

[62] Esta é a fórmula finalmente empregada por Carnelutti para descrever o papel da jurisdição, sintetizando os objetivos (antes por ele concebidos) de composição da lide ou de prevenção da desobediência. V., CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*, ob. cit., p. 67.

[63] "Función pública, realizada por órganos competentes del Estado, con las formas requeridas por la Ley, en virtud de la cual, por acto de juicio, se determina el derecho de las partes, con el objeto de dirimir sus conflictos y controversias de relevancia jurídica, mediante decisiones con autoridad de cosa juzgada, eventualmente factibles de ejecución" (COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos…*, ob. cit., p. 40).

franca aceitação de que o processo se caracteriza por envolver uma *relação jurídica*, categoria indisfarçavelmente tomada do direito privado.

Considerado um dos precursores da moderna ciência processual, Bülow expressamente considerava o processo como uma relação de direitos e obrigações recíprocas, ou, em síntese, uma relação jurídica.[64] Essa relação jurídica existente entre as partes e o órgão jurisdicional – ou, eventualmente, entre todos esses três sujeitos principais e ainda outros sujeitos de menor relevância – seria a característica essencial da figura do processo, porque a partir de sua caracterização estaria configurada a vinculação dos sujeitos processuais aos atos do processo e toda a cadeia de direitos, obrigações, ônus e deveres que surgiriam das várias posições que se sucederiam no procedimento judicial.[65] Mesmo quando se adota a concepção mais ampla, de colaboração de sujeitos que almejam um objetivo comum,[66] a raiz privada é preservada íntegra, como a própria doutrina sublinha.

Ademais, a despeito das críticas lançadas à teoria do processo como relação jurídica,[67] é preciso reconhecer que essa teoria é francamente predominante, orientando a construção das diversas outras categorias processuais. Aliás, todas as demais visões que se apresentaram relevantes sobre a natureza jurídica do processo, de certa forma, foram ou afastadas ou conciliadas com a noção de relação jurídica,[68] o que tornou essa teoria a dominante para explicar a essência do instituto "processo".

---

[64] BULOW, Oskar. *La teoria de las excepciones procesales y los presupuestos procesales*. Trad. Miguel Angel Rosas Lichtschein. Buenos Aires: EJEA, 1964, p. 1.

[65] CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições...*, ob. cit., p. 95-97; LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di diritto processuale civile.* 5ª ed., Milano: Giuffrè, 1992, vol. I, p. 35. Por uma crítica ao emprego dessas categorias clássicas do direito privado ao processo, v., SILVA, Paula Costa e. *Acto e processo*. Coimbra: Coimbra, 2003, esp. p. 129 e ss.

[66] V., por todos, CALAMANDREI, Piero. *Instituciones de derecho procesal civil*, ob. cit., p. 335-336.

[67] V., por todos, GOLDSCHMIDT, James. *Derecho procesal civil*, ob. cit., p. 7-9; *Id. Il processo come situazione giuridica (prima parte)*. Trad. Marino Marinelli. Torino: Giappichelli, 2019, *passim*; COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos...*, ob. cit., p. 124 e ss.

[68] Assim, por exemplo, Calamandrei afirma que a teoria do processo como situação jurídica tem conteúdo mais sociológico do que jurídico, porque demonstra o que a realidade da aplicação do processo faz com os direitos (v., CALAMANDREI, Piero. "El proceso como situación jurídica". *Estudios sobre el proceso civil.* Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EJEA, 1945, p. 223-224). Já Liebman enfatiza que a teoria de Goldschmidt não descreve o que é o processo, mas sim o que é o seu objeto, de sorte que as teorias tratariam de assuntos diversos (LIEBMAN, Enrico Tullio. "L'opera scientifica di James Goldschmidt e la teoria del rapporto processuale". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962, p. 140 e ss.). Também sugerindo a conciliação das teorias, porque tratam de fenômenos diversos, v. CASTILLO, Niceto Alcalá-Zamora y. *Proceso, autocomposición y autodefensa*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000, p. 130.

Mesmo aqueles que, mais recentemente, tentaram afastar-se da noção de relação jurídica para explicar o processo acabam sempre necessitando de algo semelhante para subsidiar suas conclusões. Assim, por exemplo, quando Fazzalari busca centrar sua explicação do fenômeno processual pela lógica da participação em contraditório,[69] sua teoria acaba por enfatizar um aspecto sem dúvida importante da relação processual (a sua dialeticidade). Contudo, ao fim e ao cabo, não há como fugir da conclusão de que esse contraditório se exerce, no processo, por meio de direitos, deveres, ônus e obrigações, o que reconduz o núcleo desse instituto à ideia de relação processual.

Assim, por mais que se tente dar ares de direito público a essa relação (porque dela participa o Estado), fato é que as explicações desenvolvidas tradicionalmente sobre esse fenômeno são sempre atreladas à ideia privada de relação jurídica e aos conceitos que daí decorrem.

Fica claro, ao que parece, que o processo – não obstante hoje enxergado como uma estrutura com importante viés de interesse e de direito público – colhe seus institutos e a lógica que os orienta do direito privado.

É natural que tenha sido assim, na medida em que o momento histórico em que esses institutos foram pensados refletia as ferramentas hermenêuticas então existentes. E essas ferramentas eram, todas, assentadas na lógica individual e liberal do final do século XIX.[70] É natural também, por conseguinte, que essas influências não se façam sentir apenas nesses quatro institutos fundamentais, mas sim em *toda a racionalidade do processo civil*, aí incluída a amplitude que se consegue dar à tutela jurisdicional a ser prestada.

1.3. Os limites da atividade jurisdicional

Como se viu há pouco, à medida em que o direito processual civil recebia seus institutos do direito privado, era natural que fosse diretamente influenciado pela própria estrutura e concepção que impactavam a relação jurídica na dimensão privada.[71]

---

[69] FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di diritto processuale*. 8ª ed., Padova: CEDAM, 1996, p. 82-85.

[70] Por uma ampla análise desse aspecto, v., DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva*. São Paulo: RT, 2017, p. 45 e ss.

[71] Na verdade, as origens do princípio da demanda são ainda mais antigas do que o direito liberal que informou as estruturas processuais no Séc. XIX. Como leciona Cruz e Tucci, essa preocupação já estava presente no direito romano e no direito medieval, ainda que sem o tecnicismo que marcou o desenho dessa ideia posteriormente (TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São

Assim, por exemplo, se as relações jurídicas privadas eram caracterizadas por ligações (jurídicas) entre duas pessoas, então também o conflito trazido para o processo só poderia ser enxergado nessa dimensão linear.[72] Assim também, olhando especificamente para o fenômeno que aqui interessa, só se conseguiu construir a estrutura dos limites da atividade jurisdicional à luz da mentalidade liberal e individual que marcou o tempo da concepção dos institutos do processo civil moderno.[73]

Apenas para exemplificar o raciocínio desenvolvido para chegar aos limites da tutela jurisdicional, veja-se o caminho percorrido por Jaime Guasp. Após apontar a insuficiência da abordagem objetiva (atuação do Direito) e da subjetiva (tutela dos direitos), o autor oferece uma definição de processo que combina esses dois vieses. Para ele, o processo é um instrumento composto por uma sucessão de atos e destinado à atuação de pretensões conforme o direito objetivo.[74] A fim de avaliar se essas pretensões são mesmo conforme o direito objetivo, e para que, em caso positivo, essas pretensões possam de fato ser atuadas, o Estado ofereceria uma função específica, a chamada Jurisdição.[75] Ademais, se a finalidade da jurisdição é avaliar a legitimidade da *pretensão* deduzida (para poder implementá-la), então o ponto nevrálgico da construção reside exatamente na dualidade entre aquele que exerce a pretensão e aquele que a examina.[76] E, se é assim, então a atividade daquele que examina a pretensão só se pode legitimar na

---

Paulo: RT, 2018, vol. VIII, p. 125, nota 151). Ainda assim, é inegável o vínculo que essa concepção tem com o direito privado e sua ideologia.

[72] Carnelutti, exatamente nessa linha, afirma que "así como los intereses en litigio no pueden dejar de ser dos, así *tampoco pueden ser más de dos*, y por tanto, *no pueden ser más de dos los sujetos del mismo*. Como el conflicto es una relación entre los interesados, es evidente que si éstos fuesen más de dos, la relación no podría ser una sola. En otros términos: pueden muy bien suceder que un interés de Ticio se halle en conflicto no sólo con un interés de Cayo, sino, además, con un interés de Sempronio, pero ello no quiere decir que el litigio único tenga más de dos sujetos, sino que en tal caso existen dos litigios" (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Uteha, 1944, vol. II, p. 4-5).

[73] Como observou Renato Beneduzi, "a ênfase com que o processo civil brasileiro encara este princípio é uma das heranças mais longevas da filosofia liberal que tanto marcou a processualística romano-germânica na segunda metade do século XIX" (BENEDUZI, Renato. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. II, p, 301-302).

[74] "...una *serie o sucesión de actos que tienden a la actuación de una pretensión conforme con el derecho objetivo*" (GUASP, Jaime. *Concepto y método de derecho procesal*. Madrid: Civitas, 1997, p. 17).

[75] "Jurisdicción y proceso son, por tanto, dos nociones no idénticas pero sí correlativas; el proceso es, en su íntima esencial, una actuación de pretensiones por el Estado; la Jurisdicción es la función estatal dedicada a dicha actuación" (ob. cit., p. 19).

[76] "El hacer de la pretensión la noción objetivamente esencial del proceso equivale a plantear todo el edificio de este último sobre la dualidad fundamental entre personas que piden o pretenden y personas que conceden o deciden, la que es precisamente una dualidad puesta de manifiesto en un primer examen fenomenológico del instituto del proceso" (ob. cit., p. 20).

medida em que sua análise se dá, única e exclusivamente, sobre a pretensão que esse outro sujeito lhe apresenta.[77]

Na observação de Chiovenda, essa vinculação constitui a salvaguarda essencial para a preservação do interesse das partes contra o possível arbítrio estatal.[78] Em outras palavras, a sujeição da atividade jurisdicional aos limites postos pela parte autora tem por premissa a lógica de preservação da liberdade individual contra o possível abuso do Estado. A fim de evitar esse excesso, não apenas se dá ao indivíduo o poder de provocar a atividade jurisdicional, mas também o de estabelecer os limites para que essa atividade possa ser realizada.

Assim, como observa Arruda Alvim, "tendo-se em vista que a ação é um direito subjetivo secundário, que se origina do interesse primário, regulado pelo direito privado, estende-se ao direito de ação o princípio de que é a vontade privada que o fez nascer, e que lhe dá também conteúdo. Esse princípio se denomina *dispositivo*".[79] A construção, é desnecessário dizer, está na base de toda estrutura processual moderna, na ampla maioria dos países: a jurisdição atua nos limites em que o pedido da parte é apresentado (a propósito, são inúmeros os brocardos que manifestam essa ideia clássica, a exemplo do *ne procedat iudex ex officio*; do *ne eat iudex ultra petita partium*; do *sententia debet esse conforme libello*; ou do *nemo iudex sine actore*).

Esse princípio quase universal, ao lado de sua relação com a titularidade da relação material deduzida, também vem atrelado à intenção de preservar a imparcialidade do juiz, que é essencial para a atividade jurisdicional moderna.[80] Afinal, como lembrava Hélio

---

[77] "Dada la correlación existente entre pretensión y proceso en cualquiera de sus manifestaciones no hay dificultad en afirmar tres principios que no son sino consecuencias de la tesis que acaba de desarrollarse y que pueden formularse así: todo proceso exige una pretensión, toda pretensión lleva consigo un proceso, ningún proceso puede tener un contenido mayor, menor o distinto que el de la correspondiente pretensión" (ob. cit., p. 21).

[78] CHIOVENDA, Giuseppe. "Identificazione delle azioni. Sulla regola 'ne eat iudex ultra petita partium'". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I, p. 158. Assim tb., no Brasil, v., ARAÚJO, Fabio Caldas. "Julgamento além do pedido – Haroldo Valladão e sua projeção no sistema processual e material". *Teorias do processo – dos clássicos aos contemporâneos*. Org. Antonio Pereira Gaio Junior e Marco Felix Jobim. Londrina: Thoth, 2020, vol. II, p. 138.

[79] ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código de processo civil comentado*. São Paulo: RT, 1979, vol. V, p. 165. No mesmo sentido, v., CAPPELLETTI, Mauro. *El testimonio de la parte en el sistema de la oralidad*. Trad. Tomás A. Banzhaf. La Plata: Librería Editora Platense, 2002, 1ª parte, p. 291 e ss.; LIEBMAN, Enrico Tullio. "Fondamento del principio dispositivo". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962, p. 3.

[80] "El proceso, civil o penal, de los pueblos modernos, es esencialmente un *proceso a base de acción* (*Klageverfahren*), esto es, un proceso en el que el órgano judicial no toma en consideración la realidad social para conocerla o para modificarla en sus aspectos jurídicos, sino dentro de los límites de la propuesta

Tornaghi, o único interesse que deve animar a atuação jurisdicional é o interesse na solução da causa (de forma externa).[81] Logo, permitir que um juiz aja de ofício significa autorizar que ele atue quando possui interesse em alguma específica solução para a controvérsia, o que infringe sua imparcialidade. Sobre essas premissas, constrói-se a estrutura do pedido como elemento que limita a atividade jurisdicional. Assim, ainda que se admita certa liberdade do juiz na qualificação jurídica atribuída aos fatos narrados no processo – e, por vezes, até mesmo se admita que o juiz conheça de ofício fatos que não haviam sido alegados pela parte – a sua vinculação ao pedido formulado é praticamente absoluta.[82]

Na clássica lição de Calamandrei, ainda que a lide possa existir em outros termos fora do processo, ela só importa para o direito processual na medida em que ela é submetida ao juiz, dentro da relação processual.[83] Pouco importa, portanto, o que acontece fora do processo. É aquilo que vem internalizado no processo, por meio do pedido formulado pela parte que constitui o material com que deve atuar o juiz.

Por fim, a vinculação do juiz ao pedido formulado pela parte é, como alerta a doutrina, de importância crucial para o exercício do contraditório e da ampla defesa.[84] Afinal, para que a parte ré possa exercer de forma adequada seu direito de defesa, é

---

que se le formula por el sujeto que ejercita la acción. Una jurisdicción ejercida de oficio, en la que el órgano juzgador procediese por propia iniciativa, sin esperar la solicitud del sujeto agente, repugnaría al concepto que modernamente nos hemos formado de la función del juez, el cual, para mantenerse imparcial, debe esperar a ser requerido y limitarse a hacer justicia a quien le pide; y si nos contaran que un magistrado, sin requerimiento alguno, se ha puesto en viaje al objeto de descubrir *entuertos que enderezar*, nos sentiríamos impulsados a considerarlo, más bien que un héroe de la justicia, un perturbado peligroso, del tipo de Don Quijote o del legendario zapatero de Mesina" (CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción", ob. cit., p. 140). No mesmo sentido, v., entre vários outros, LIEBMAN, Enrico Tullio. "Fondamento del principio dispositivo", ob. cit., p. 9 e 15; CAPONI, Remo. PISANI, Andrea Proto. *Lineamenti di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 2001, p. 54; MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. 1, p. 105; MARANHÃO, Clayton. *O princípio da congruência no processo de conhecimento de primeiro grau*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Direito das Relações Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 1998, p. 28.

[81] TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 1976, vol. I, p. 78.

[82] DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva,* ob. cit., p. 53; ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código de processo civil comentado*, ob.cit., vol. V, p. 166.

[83] CALAMANDREI, Piero. "El concepto de 'litis' en el pensamiento de Francesco Carnelutti". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliográfica Argentina, 1945, p. 289.

[84] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Correlação entre o pedido e a sentença". *Revista de processo*. N. 83, jul./set.- 1996, p. 209; BEDAQUE, José Roberto dos Santos. "Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório". *Causa de pedir e pedido no processo civil (questões polêmicas)*. Coord. José Rogério Cruz e Tucci e José Roberto dos Santos Bedaque. São Paulo: RT, 2002, p. 34 e ss.

imprescindível que ela possa compreender de modo adequado *sobre o que deve defender-se*. É ínsita à ideia de ampla defesa, nesse contexto, a *previsibilidade* sobre as consequências do exercício ou não desse direito. Ou, como adverte Barbosa Moreira, "é preciso que ele [o réu] saiba, ao ser convocado a juízo, ou possa verificar com os dados de que dispõe, quais são as suas chances, tanto para o melhor, quanto para o pior. É preciso que ele possa avaliar desde logo qual a pior coisa que lhe pode acontecer na hipótese de derrota".[85]

No Brasil, essa vinculação do juiz ao pedido da parte é apresentada em mais de uma oportunidade. O art. 2º, do CPC, afirma, nessa linha, a inércia da jurisdição, que depende da provocação de alguém para colocar-se em movimento.[86] Mais adiante, o código adverte que a decisão do juiz deve ater-se à análise dos pedidos formulados pelas partes[87] e que é proibido proferir decisão que se afaste desses pedidos.[88]-[89]

---

[85] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Correlação entre o pedido e a sentença", ob. cit., p. 209.

[86] "Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei". O código anterior era ainda mais abundante em tratar do tema. Além de conter regra praticamente idêntica a esta (art. 262), ainda estabelecia que a prestação jurisdicional só poderia ser prestada mediante requerimento de sujeito interessado (art. 2º).

[87] "Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte" (na estreita linha do que já previa o art. 128, do CPC/73) e "art. 490. O juiz resolverá o mérito acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, os pedidos formulados pelas partes." Esta última regra repete, em linhas gerais, o contido no art. 459, do CPC/73. De certa forma, a mesma ideia já estava presente no CPC/39, quando advertia que "o juiz não poderá pronunciar-se sobre o que não constitua objeto do pedido, nem considerar exceções não propostas para as quais seja por lei reclamada a iniciativa da parte" (art. 4º). Aliás, também essa ideia já estava presente nas Ordenações Filipinas, quando estabelecia que "o julgador sempre dará sentença conforme ao libelo, condenando ou absolvendo em todo, ou em parte, segundo o que achar provado pelo feito... nem julgará mais do que he pedido pelo autor, quanto ao principal" (Livro III, Título 66, n. 1). Esta regra, a seu turno era, em linhas gerais, reprodução do contido nas Ordenações Afonsinas, Livro III, Título LXVIIII, n. 1 ("E ainda deve ser muito avisado, que sempre dee a Sentença conforme ao Libello, a saber, condenando, ou absolvendo em todo, ou em parte, segundo o que achar provado polo Feito, como dito he: nem deve julguar mais daquello, que he pedido per o Autor, quanto ao julguamento do principal..."), e nas Ordenações Manuelinas, em seu Livro III, Título L, n. 1 ("E ainda será avisado, que sempre dee a sentença conforme ao libelo; convem a saber, condenando, ou absolvendo, em todo ou em parte, segundo o que achar provado polo feito, como dito... Nem julguará mais daquello que he pedido polo Autor, quanto ao principal").

[88] "Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. Parágrafo único. A decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional." Também esse preceito já constava no CPC/73 (art. 460 e 461, posteriormente transformadas em art. 460 e seu parágrafo único).

[89] Emblemático exemplo do extremo a que esse arsenal pode levar é o enunciado 111, do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS), que afirma que "salvo concordância da parte contrária, viola o artigo 329 do Código de Processo Civil pedido de alteração da tecnologia de saúde após o saneamento, devendo, no caso de necessidade de alteração do tipo de tratamento, ser proposta nova demanda". A despeito da orientação do Superior em sentido diverso – como se verá a seu tempo – o enunciado demonstra que, mesmo em casos sensíveis como é a tutela da saúde, ainda se vê exemplos em que a tutela do direito é sobrepujada pela aplicação das regras processuais.

Pontes de Miranda[90] chama essa ligação entre a decisão judicial e o pedido de princípio da *adstrição do juiz ao pedido da parte* e também de princípio da *coextensão*,[91] enquanto outros preferem o nome de *adstringência* ou de *congruência*,[92] ou ainda de *correlação*.[93] Por consequência desse princípio, coloca-se nas mãos das partes (em específico, da parte postulante) impulsionar a atividade estatal e fixar os contornos e os limites daquilo que espera ser julgado pelo órgão jurisdicional.[94] Como já dito, esse princípio reflete, de modo inegável, a própria racionalidade que animou o desenvolvimento de todo o ordenamento jurídico, como ponderou Ovídio Baptista da Silva. Afinal, não seria imaginável a categoria do "direito subjetivo", mesmo em relação a direitos indisponíveis, sem que se pensasse, como consequência, a liberdade atribuída ao seu titular de lhe exigir a proteção. Visto de outro modo, impondo-se ao titular a tutela de seus direitos, esses direitos acabariam sendo convertidos em verdadeiros deveres, subvertendo toda a lógica do sistema normativo.[95]

---

[90] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, tomo II, p. 380; *Id. Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997, tomo V, p. 71.

[91] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., tomo V, p. 72. Assim tb., SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, vol. IV, p. 441.

[92] V.g., DALL`AGNOL, Antonio. *Comentários ao Código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, vol. 2, p. 132.

[93] V.g., BENEDUZI, Renato. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., vol. II, p. 301; BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Correlação entre o pedido e a sentença", ob. cit., p. 212 (que usa tanto a expressão congruência como correlação).

[94] "É, pois, a vontade do autor e o tipo de informação, por ele trazidas a juízo, que, projetando-se na sentença, confinam exatamente as balizas da sentença, incumbindo ao juiz decidir a pretensão do autor, bem como aceitar ou rejeitar os fundamentos, de fato e de direito, por ele postos à base de sua pretensão. Ademais, no dizer do texto do art. 128, *que é norma de ordem pública*, em que se utilizou o legislador da expressão *decidirá*, fica claro que foi imperativo, para o juiz (todo o Judiciário), não lhe deixando margem alguma de liberdade, no que respeita à estrita obediência de conhecer a lide, e decidi-la (= sentenciá-la), exatamente tendo em vista como a configurou o autor" (ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código de processo civil comentado*, ob. cit., vol. V, p. 152).

[95] "Trata-se de princípio fundamental que domina não apenas o Direito Processual Civil mas ultrapassa suas fronteiras, para constituir um dos pressupostos elementares de todo o sistema jurídico moderno. Com efeito, a própria ideia de direito subjetivo seria impensável se não o concebêssemos como uma faculdade capaz de ser exercida livremente pelo sujeito a quem a ordem jurídica atribui essa prerrogativa. Direito capaz de ser imposto a seu titular perderá essa natureza para tornar-se simples função do direito objetivo, como o conceituam, aliás, certas correntes do positivismo moderno. A ideia de direito traz imanente o pressuposto de que o titular possa livremente exercê-lo, quando lhe parecer conveniente, abstendo-se de usá-lo segundo sua vontade, pois a imposição compulsória de seu exercício transformaria o direito em dever. Ninguém pode ser obrigado a exercer os direitos que a ordem jurídica lhe confere. Daí por que a atividade jurisdicional, enquanto tutela dos direitos subjetivos, somente será prestada quando postulada por quem se afirme titular do respectivo interesse. Mesmo os chamados *direitos indisponíveis* só poderão ser

De uma parte, assim, no direito brasileiro, cumpre à parte dar o impulso inicial à atividade jurisdicional, não se tolerando que a jurisdição se inicie por iniciativa própria.[96] De outra, toca-lhe também estabelecer os limites dentro dos quais será legítima a atuação jurisdicional.[97] Finalmente, também na ótica da doutrina nacional dominante, o princípio da demanda se relaciona ao poder dado às partes de extinguir o processo, seja por atos de disposição material, seja pela simples disposição do processo.[98]

Essa lógica se projeta na própria estrutura da petição inicial, formada a partir da lógica de um silogismo. Assim, a petição inicial foi pensada a partir da descrição de um conjunto de fatos (premissa menor) e da demonstração de que esse conjunto se subsume a alguma norma jurídica (premissa maior). Da combinação dessas premissas, então, extrai-se uma conclusão, que corresponde ao pedido formulado.[99] Toda essa estrutura, como é fácil notar, está alinhada à perspectiva liberal de dar à parte o poder de determinar os fatos que serão descritos ao Judiciário, à medida em que eles levarão, pela incidência de uma certa norma tida como adequada, ao atendimento à pretensão deduzida no pedido.

---

judicialmente protegidos quando a tutela for espontaneamente invocada pelo interessado" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2005, vol. 1, p. 32-33).

[96] Ovídio Baptista da Silva, examinando a legislação anterior, pondera a esse respeito que as raras exceções então existentes ao princípio da demanda, ou seja, os excepcionais casos em que se admitia ao Judiciário iniciar procedimentos de ofício (v.g., abertura de inventário em casos particulares, ordem de exibição de testamento e arrecadação de bens de falecido) em verdade sequer poderiam ser vistos como exceções ao princípio. Isso porque, como recorda o autor, esses casos importam providências de natureza mais administrativa do que jurisdicional, de sorte a não comprometer a lógica da ação, atrelada à verdadeira função jurisdicional (SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários...*, ob. cit., vol. 1, p. 34-35).

[97] No passado, ainda se imaginou que esse poder da parte se estendesse também ao de conduzir o andamento do processo. Todavia, como acertadamente demonstrou Liebman, é necessário distinguir o princípio da demanda – relacionado ao poder de iniciar o processo e estabelecer os limites para a atuação jurisdicional – e o princípio dispositivo – ligado ao predomínio das partes na condução dos atos do processo. Embora o primeiro seja praticamente absoluto nos sistemas modernos, vê-se variação ampla de limites postos entre as partes e o juiz no que diz respeito à condução do processo (LIEBMAN, Enrico Tullio. "Fondamento del principio dispositivo", ob. cit., p. 5-6).

[98] MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Comentários*, ob. cit., vol. 1, p. 106. Barbosa Moreira, cabe referir, discorda dessa relação, apontando como fundamento a constatação de que também para direitos indisponíveis, embora não possam ser alvo de renúncia ou reconhecimento, vale o princípio da demanda e a necessidade do impulso inicial para que o processo se desenvolva. Como explica ele, "o juiz civil, no direito brasileiro, repito, não está autorizado a instaurar de ofício um processo porque se trate de direito indisponível, e tampouco está autorizado a, na sua sentença, pronunciar-se sobre algo que não foi objeto do pedido, só porque lhe pareça que se trata de um direito indisponível. Direito não exercitado, ainda que indisponível, é para o juiz direito não contemplável na sentença. Nenhum juiz pode acrescentar na sua sentença uma disposição, uma determinação que não tenha sido incluída no pedido, a pretexto de que essa prestação, à qual se refere o mandamento sentencial, se fundava num direito indisponível" (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. ""Correlação entre o pedido e a sentença", ob. cit., p. 208-209).

[99] ROSENBERG, Leo. *La carga de la prueba*. Trad. Ernesto Krotoschin. Buenos Aires: EJEA, 1956, p. 6; ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código de processo civil comentado*, ob. cit., vol. V, p. 163.

O desenho da petição inicial, assim, não apenas é hábil a veicular o pedido (e, assim, colocar em movimento do Judiciário e estabelecer os limites de sua atuação), mas atende inteiramente a toda racionalidade que permite a incidência desse princípio.

Parece desnecessário dizer que o princípio da adstrição do juiz ao pedido da parte refere-se, como uniformemente compreende a doutrina nacional, tanto ao pedido imediato, como ao mediato.[100] Assim, ao juiz não é dado decidir sobre "bem da vida" distinto daquele postulado pela parte, nem se lhe permite outorgar providência jurisdicional diversa daquela postulada. Nesses termos, não pode o juiz conceder a declaração de *nulidade* de certo leilão extrajudicial quando a parte se limitou a postular a *condenação* à indenização em razão desse ato indevido,[101] nem pode *declarar* a ocorrência de fraude à execução quando o pedido original foi a *anulação* de negócio jurídico por fraude contra credores.[102]

É verdade que o direito brasileiro admite também a figura do *pedido implícito*, ou seja, a possibilidade de que certas tutelas sejam prestadas a despeito de não terem sido requeridas.[103] De regra, isso se liga a situações em que a própria lei pressupõe que certos pedidos implicam também outros. É o caso, por exemplo, da condenação em juros legais, na correção monetária e nas verbas sucumbenciais (art. 322, § 1º, do CPC) e nas prestações vincendas (art. 323, do CPC). É ainda o caso da fixação dos contornos específicos da obrigação, que devem ser estabelecidos mesmo quando formulado pedido genérico (art. 491, do CPC) e ainda da preservação da alternatividade da obrigação, mesmo quando o autor faça pedido específico (art. 325, parágrafo único, do CPC). Os exemplos podem multiplicar-se, mas em todos aqui há regra específica que atribui consequências não requeridas a certas pretensões exercidas em juízo.[104] Todavia, há ainda

---

[100] SCHWAB, Karl Heinz. *El objeto litigioso en el proceso civil*. Trad. Carlos Antonio Agurto Gonzales *et alli*. Santiago: Olejnik, 2021, p. 206. No Brasil, entre tantos, v. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., tomo II, p. 383; SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., vol. IV, p. 441. DALL`AGNOL, Antonio. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., vol. 2, p. 132-133.

[101] STJ, 3ª Turma. AgInt no AgInt no AREsp 1.462.753/MG. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 26.06.24.

[102] STJ, 4ª Turma. AgInt no AREsp 158.358/SP. Rel. Desembargador Convocado Lázaro Guimarães. DJe 21.09.18; STJ, 3ª Turma. REsp 1.479.385/PE. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 13.04.16.

[103] Entre tantos outros, v., CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao código de processo civil*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998, vol. III, p. 209-210; TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., vol. I, p. 339.

[104] É o caso, também, da condenação em alimentos nas demandas em que se pede apenas o reconhecimento de paternidade, na forma do que prevê o art. 7º, da Lei 8.560/92 (BEDAQUE, José Roberto dos Santos.

situações excepcionais em que certos pedidos acabam por ser interpretados como veículos também de outras pretensões.[105]

Por outro lado, merece referência ainda a previsão, no ordenamento nacional, de situações em que o juiz está autorizado a conferir proteção ligeiramente diversa daquela solicitada. Trata-se de aberturas de técnica processual, tal como hoje consta dos arts. 497 e 499, do CPC, que permitem ao juiz, quando requerida prestação de fazer, não fazer ou entrega de coisa, independentemente do pedido formulado, conceder a tutela específica ou o resultado prático equivalente ou, ainda, de forma excepcional, transformar a prestação *in natura* em perdas e danos. Não obstante a situação revele discrepância entre o pedido e a tutela prestada, entende a doutrina que isso não implica, necessariamente, alijamento das razões que informam o princípio da demanda, na medida em que há, de certo modo, equivalência entre o que a parte busca e aquilo que o Estado confere.[106]

Ao lado disso tudo, merece ainda registro a possibilidade de eventuais alterações no conteúdo da demanda. Isso tanto pode ocorrer pela simples vontade da parte, como ainda por força de fato ou de direito superveniente.

A primeira das situações trata da possibilidade de, dentro de certos limites, promover-se a modificação ou o aditamento do pedido ou da causa de pedir. Ponderando a predominância da vontade das partes e eventuais riscos que a "instabilidade da demanda" possa acarretar para a solução tempestiva da controvérsia, a lei nacional permite que, dentro de certos limites e até certo momento processual, as partes possam

---

"Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório", ob. cit., p. 36) e da condenação em perdas e danos, outorgada independentemente de pedido na ação popular (art. 11, da Lei 4.717/65).

[105] Era o que ocorria, na vigência do código anterior, com a correção monetária (v., BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Correlação entre o pedido e a sentença", ob. cit., p. 212). É o que também ocorre, como também refere Barbosa Moreira, ainda hoje com a possibilidade de conversão da ação de nunciação de obra nova em indenização, para casos excepcionais, em que o dano for de pequena expressão ou casos em que o imóvel tenha sido alienado a terceiros (v., STJ, 3ª Turma. REsp 1.515.693/SP. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 21.06.19; STJ, 4ª Turma. AgInt no REsp 1.560.919/SC. Rel. Desembargador Convocado Lázaro Guimarães. DJe 15.12.17). Com efeito, a jurisprudência aponta que "é cabível ao magistrado realizar uma interpretação lógico-sistemática dos pleitos deduzidos na petição inicial, reconhecendo, inclusive, pedidos que não tenham sido expressamente formulados pela parte autora, o que não implica julgamento *extra petita*" (STJ, 3ª Turma. AgInt nos EDcl no AREsp 2.208.042/DF. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 28.06.24).

[106] MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Comentários...*, ob. cit., vol. 1, p. 107. Assim é, segundo os autores, porque "o fato de o juiz poder variar a técnica executiva (arts. 139, IV, e 536 a 538, CPC) para prestação da tutela ao direito também não constitui ofensa ao princípio da demanda. A razão para tanto é ainda mais clara: a técnica executiva encontra-se no plano processual (isto é, é uma técnica processual), ao passo que o princípio da demanda diz respeito ao plano material (isto é, concerne à tutela do direito)" (ob. cit., p. 107-108).

ter a liberdade de modificar o pedido ou a causa de pedir.[107] A regra geral, assim, é que o pedido formulado na petição inicial se estabilize e constitua o principal objeto sobre o qual incidirá a resposta jurisdicional. No entanto, excepcionalmente, desde que isso não implique risco para outros objetivos do processo, confere-se às partes a possibilidade de alterar o conteúdo do pedido, adaptando-o ou o adequando àquilo que as partes efetivamente desejam que seja resolvido pelo órgão jurisdicional.

A segunda situação trata da ocorrência de fatos novos e que possam impactar na solução da controvérsia. Conforme hoje estabelece o art. 493, do CPC, deve o juiz, de ofício ou a requerimento, considerar novos fatos que possam influenciar no julgamento do mérito.[108] De modo semelhante, estabelece o art. 342, inc. I, do CPC, estende essa modificabilidade também a questões de direito superveniente.

Significa isso dizer que, embora como regra geral, o juiz fique cingido a examinar o pedido tal como apresentado no início do processo, admite-se certa margem de flexibilização para essa radical limitação. A primeira atenuação vem da possibilidade de se alterar o pedido ou a causa de pedir dentro de certos limites, até o saneamento do processo (art. 329, incs. I e II, do CPC). A segunda e mais importante é a abertura do processo judicial a essas novas circunstâncias de fato e de direito, que possam interferir na análise do mérito. É por isso que se diz que o juiz deve examinar a controvérsia tal como ela é estabelecida no momento do julgamento, e não, necessariamente, na forma como apresentada no início do processo.[109]

---

[107] Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir."

[108] "Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão. Parágrafo único. Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir." Em suas linhas essenciais, a regra já constava do código de 1973, em seu art. 462.

[109] LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de pedir e pedido – o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006, p. 223 e ss. Tratando especificamente do tema dos processos estruturais – mas em observação que vale para qualquer outro processo – afirma Leonardo Nunes que "há casos em que não será possível divisar, no exercício inicial da ação, ou seja, no momento do ajuizamento do pedido, quais são as providências aptas a viabilizar a adequada tutela jurídica de todos os interesses envolvidos no conflito" (NUNES, Leonardo Silva. "Ensaios sobre a postulação móvel nos processos estruturais". *Coletivização e unidade do direito – vol. IV*. Londrina: Thoth, 2023, p. 515).

Pondera Arruda Alvim que a figura, embora possa ampliar o conteúdo da análise do juiz, não implica nova ação, nem modificação da ação originalmente proposta.[110] Tem razão em sua observação. No entanto, não há dúvida de que essas regras acabam por tornar permeável o processo também a essas novas circunstâncias, o que pode impactar os contornos do pedido a ser finalmente apreciado e, em última análise, os limites da prestação jurisdicional.

Por último, é importante referir que o código, rompendo com antiga tradição nacional,[111] determina que, na interpretação do pedido, deva o juiz considerar "o conjunto da postulação" e o princípio da boa-fé (art. 322, § 2º, do CPC). Retornarei ao tema adiante, mas por ora é relevante sublinhar que essa mudança, embora possa parecer pequena, revela a semente de novas possibilidades para a interpretação dos limites da intervenção judicial.

[110] ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código de processo civil comentado*, ob. cit., vol. V, p. 162.

[111] O art. 293, do CPC/73, na linha do que já previa o art. 154, do CPC/39, estabelecia que a interpretação do pedido deveria ser sempre restritiva, salvo as exceções postas em lei. Como ensinava Pedro Batista Martins, esse critério (a interpretação restritiva dos pedidos) tinha em mente evitar que o juiz pudesse proferir sentença *extra* ou *ultra petita*. "Para obviar os males decorrentes da multiplicidade de sentenças nulas, quis a lei erigir em norma o critério que deve presidir a interpretação do objeto mediato da demanda. Se o juiz, por mal compreendido liberalismo, se insurgir contra o princípio que lhe deve nortear a decisão para dar ao objeto da demanda uma extensão insuportável, não há dúvida que terá estatuído além ou fora do pedido" (MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1941, vol. II, p. 112).

2. A proporcionalidade panprocessual

2.1. O Judiciário não é para todos

Em fevereiro de 2024, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução n. 547, pela qual autoriza os magistrados a extinguirem execuções fiscais de baixo valor, "pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa" (art. 1º, da resolução). A resolução expande de modo geral o conteúdo do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 1.355.208, que examinava o Tema 1.184.[112]

No entender do Supremo Tribunal Federal, essas execuções fiscais de pequeno valor revelam a ineficiência da Administração Pública em obter esses créditos por outras vias e geram custos exorbitantes para a estrutura jurisdicional.

Mas será razoável negar acesso ao Judiciário com base no valor da dívida a ser cobrada? Não há violação às garantias do processo com esse tipo de postura?

Comumente, as garantias processuais e a avaliação do nível de eficiência da prestação jurisdicional são observadas a partir de uma visão interna ao processo. Ou seja, analisa-se o respeito às garantias do processo e se afere a eficiência da prestação

---

[112] "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DE BAIXO VALOR POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR: POSTERIOR AO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 591.033 (TEMA N. 109). INEXISTÊNCIA DE DESOBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS FEDERATIVO E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. FUNDAMENTOS EXPOSTOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA TESE DO TEMA N. 109 DA REPERCUSSÃO GERAL: INAPLICABILIDADE PELA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA QUE POSSIBILITOU PROTESTO DAS CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Ao se extinguir a execução fiscal de pequeno valor com base em legislação de ente federado diverso do exequente, mas com fundamento em súmula do Tribunal catarinense e do Conselho da Magistratura de Santa Catarina e na alteração legislativa que possibilitou protesto de certidões da dívida ativa, respeitou-se o princípio da eficiência administrativa. 2. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem nortear as práticas administrativas e financeiras na busca do atendimento do interesse público. Gastos de recursos públicos vultosos para obtenção de cobranças de pequeno valor são desproporcionais e sem razão jurídica válida. 3. O acolhimento de outros meios de satisfação de créditos do ente público é previsto na legislação vigente, podendo a pessoa federada valer-se de meios administrativos para obter a satisfação do que lhe é devido. 4. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento com proposta da seguinte tese com repercussão geral: "É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor, pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio da eficiência administrativa". (STF, Pleno. RE 1355208. Rel. Min. Carmen Lucia. DJe 01.04.24).

jurisdicional a partir da incidência desses valores *dentro de cada processo*. Assim, um processo observa as garantias fundamentais se, em seu interior, todos os direitos fundamentais processuais foram observados. Do mesmo modo, um processo gera resultado eficiente se ele consegue atingir a máxima chiovendiana de dar a cada um tudo aquilo e exatamente aquilo que ele tem o direito de obter,[113] e o faz de modo célere e econômico.

Sob essa ótica, cada processo deve render o máximo possível em termos de resultado, observando incondicionalmente todas as garantias processuais incidentes.

É fácil ver, no entanto, que essa visão, embora importante, peca por dois pontos essenciais. De um lado, isola cada fenômeno processual da realidade, examinando-o em uma situação ideal de perfeição. De outro, desconsidera que cada processo está inserido em uma estrutura – estatal ou não – em que ele não é o único elemento a ser ponderado.

Por isso, vêm ganhando corpo na doutrina internacional análises que transcendem a visão de "um" único processo – e das interações que ocorrem ali dentro entre os vários valores que devem ser atendidos – para considerar outros elementos que são também relevantes e que atraem o discurso processual para a realidade fenomênica. Assim, tornam-se modernamente relevantes análises como a análise econômica do processo, as pesquisas judiciárias e, no que importa para este trabalho, a proporcionalidade pensada para a atividade jurisdicional.[114]

2.2. A proporcionalidade como critério de aplicação dos valores públicos

[113] CHIOVENDA, Giuseppe. "Dell'azione nascente dal contratto preliminare". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I, p. 110. Desnecessário repetir que a afirmação do autor foi feita em outro contexto e para outra razão. Mas, essa frase foi elevada ao cânone maior no campo da efetividade da prestação jurisdicional, razão pela qual permanece útil até hoje.

[114] Sobre a proporcionalidade nesse viés processual, e com a conotação aqui empregada, v., CAPONI, Remo. "Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: prime note sistematiche". *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*. Vol. 65, n. 2. Padova: CEDAM, 2011; CAPONI, Remo. "Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: risvolti intorno di 'class action'". *Bolletino risorse on line*. Disponível em www.giustamm.it/private/new_2010/ART_3730.htm; ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2014, p. 26 e ss.; OSNA, Gustav. *Direitos individuais homogêneos*. São Paulo: RT, 2014, p. 46 e ss.; OSNA, Gustavo. *Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*. São Paulo: RT, 2017, p. 91 e ss.; JOBIM, Marco Felix. *As funções da eficiência no processo civil brasileiro*. São Paulo: RT, 2017, *passim*; CAMPOS, Santiago Pereira. "Proporcionalidad procesal y justicia civil: tempo de cambios". *Revista eletrônica de direito processual*. Vol. 23, n. 2, maio-ago, 2022 (disponível em https://doi.org/10.12957/redp.2022.67850).

Embora a proporcionalidade seja muito conhecida e utilizada no campo do direito constitucional – para aferir a razoabilidade e as interrelações entre os direitos fundamentais –, recebendo aplicações derivadas em muitos outros âmbitos do direito (inclusive no campo processual, quando se trata de discutir possíveis colisões entre direitos fundamentais processuais) sua aplicação no processo revela ainda outros horizontes.

Para cá, essa ideia parte da noção de eficiência, critério de enorme importância para a análise da amplitude em que são prestados os serviços públicos a partir da imposição constitucional. Essencialmente, na construção proposta por Alexy, voltada à solução de questões referentes à interação entre vários direitos fundamentais, também se vê a ligação direta entre a proporcionalidade e a lógica da eficiência. De fato, para ele, os princípios, como mandados de otimização, precisam relacionar-se com as possibilidades jurídicas e fáticas existentes.[115] Ciente de que esses princípios exigem sua realização na maior extensão possível, então a realização concreta *de todos os princípios fundamentais* impõe um juízo concreto que analise de que modo todos eles podem atuar de forma excelente, ou seja, eficiente.

O art. 37, da Constituição brasileira, expressamente prevê que a Administração Pública deve pautar seu comportamento pelos "princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência", além de outros valores. Essa previsão, a seu turno, está em harmonia com a exigência da doutrina mais abalizada internacional a respeito do tema, que sublinha a necessidade de que a prestação da atividade estatal – sobretudo quando voltada à realização de serviços públicos – não pode, por um lado, até porque implica investimentos públicos, pautar-se por práticas desnecessárias e inadequadas, não tolera desperdícios e não é compatível com o desleixo. Mas, por outro lado, essa mesma diretriz determina que sempre se busque, nesse campo, a prestação "ótima", com a melhor gestão possível dos recursos e a adoção das práticas que sejam capazes de gerar o melhor resultado possível, na perspectiva da satisfação dos fins públicos e dos valores constitucionais.[116]

---

[115] "De la máxima de proporcionalidad en sentido estricto se sigue que los principios son mandatos de optimización con relación a las posibilidades juridicas. En cambio, las máximas de la necesidad y de la adecuación se siguen del carácter de los principios como mandatos de optimización con relación a las posibilidades fácticas" (ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. 3ª reimpr., Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002, p. 112).

[116] Como assinala Marçal Justen Filho, essa eficiência não se confunde com a mera eficiência econômica, governada pelo lucro. Ao contrário, "a eficácia administrativa envolve a ponderação de interesses e de valores de distinta natureza, sem eleger o lucro e a rentabilidade econômica como princípio único ou

Essas duas dimensões de imposição, à sua volta, são exigíveis tanto da Administração Pública pensada de modo amplo, como dos agentes públicos particularmente considerados.[117] Vale dizer, de um lado, o Estado deve oferecer ao cidadão o resultado ótimo, prestando a melhor atividade possível (alinhada aos ditames e valores públicos e constitucionais) como um todo, de forma a atingir da melhor forma viável todos esses objetivos. De outro lado, os agentes públicos devem, também eles considerados de forma isolada, atender a essa atividade ótima, zelando pelo não desperdício de recursos públicos (em todos os sentidos) e pela melhor aplicação possível da sua força de trabalho e dos recursos que lhe são disponibilizados.

Assim deve ser porque esses recursos – materiais, humanos, estruturais etc. – são públicos e, por isso, não se pode admitir que sejam esbanjados, mal aplicados ou que possam ter rendimento aquém do ideal. Vale repetir, no entanto, a ressalva já feita: quando se pensa em rendimento ideal ou em otimização de recursos, não se deve confundir isso com a lógica da *eficiência econômica*. A eficiência econômica, como lógica que prestigia o lucro, é ideal privado e está relacionado exclusivamente aos fins individuais, prestigiados em uma economia de mercado. No âmbito público, porém, é evidente que o objetivo não pode ser a obtenção do maior lucro possível, da maior economia de recursos possível, dos menores gastos possíveis ou de algo semelhante. Como já mencionei, a eficiência administrativa é pensada na perspectiva da maior concretização possível dos valores constitucionais e públicos, o que, por conseguinte, só se consegue com a utilização ótima dos recursos disponíveis.

Enxergada assim a função da eficiência administrativa, é fácil notar a sua ligação com a lógica da proporcionalidade.[118] Afinal, a proporcionalidade contém e transporta a ideia de que o Poder estatal deve agir da melhor forma possível dentro dos vários escopos

---

fundamental" (JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 9ª ed., São Paulo: RT, 2013, p.217). A lógica da eficiência administrativa, assim, está em que essa pluralidade de interesses e valores exigem realização concomitante e com a maior intensidade possível. Logo, "veda-se o desperdício econômico precisamente porque a otimização dos recursos propicia realização mais rápida Assim, o que se espera é que os fins públicos, buscados pela Administração, seja "realizados segundo o menor custo econômico possível, o que não é sinônimo da obtenção do maior lucro" (Ob. cit., p. 218).

[117] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 14ª ed., São Paulo: Atlas, 2002, p. 83.

[118] Como aponta Carlos Pulido, a noção de proporcionalidade como ideia geral é conhecida desde a antiguidade, como relação entre meios e fins. No entanto, em sua versão mais recente, como ferramenta de controle jurídico da atividade do Estado, sua formulação tem origem na construção da noção de Direito de Polícia prussiano, no Século XVIII (PULIDO, Carlos Bernal. *El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005, p. 40 e ss.).

que lhe são atribuídos.[119] É nessa perspectiva que se constrói a lógica de que a atuação pública deve pautar-se pelos cânones da necessidade, da adequação e da proporcionalidade em sentido estrito. A aplicação desses elementos permite avaliar se os valores públicos que se espera sejam atendidos pelo Estado são garantidos e tutelados na sua forma ótima quando da atuação estatal.[120]

Nessa linha, pensar sobre essa *adequação* impõe que se avalie a relação entre meios e fins existentes. É indispensável que as medidas adotadas permitam atingir a finalidade pública almejada e, de modo mais amplo, as finalidades públicas estabelecidas na Constituição. Não se trata, por isso, de considerar apenas a adequação para realizar as consequências dos princípios em colisão. Quanto a estes, a análise é sempre necessária e mais do que conforme à lógica da realização *máxima possível* dos valores constitucionais. É importante também avaliar as consequências da otimização de um dos princípios sobre o *conjunto* de valores constitucionais existentes, ainda que determinado princípio não esteja diretamente envolvido na colisão inicialmente enxergada pelo intérprete ou aplicador do Direito.[121]

É claro que o discurso de "adequação entre meios e fins" nem sempre é tão simples assim. Afinal, muitas vezes não é fácil determinar os fins a que se destinam os princípios, sobretudo a partir de critérios objetivos que possam ser previamente especificados.[122]

---

[119] Como observa Juarez Freitas, esse princípio "quer significar que o Estado não deve agir com demasia, tampouco de modo insuficiente na consecução de seus objetivos" (FREITAS, Juarez. *O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais.* São Paulo: Malheiros, 1997, p. 56). Também nessa linha, afirma Walter Rothenburg que a proporcionalidade "representa uma medida ou critério de extensão e intensificação de aplicação de um direito e, assim, de especificação do âmbito de proteção do direito fundamental, sobretudo em relação com outros direitos. Não é, portanto, somente um fator de restrição, mas um critério de aplicação ótima (a melhor possível) de direitos" (ROTHENBURG, Walter Claudius. *Direitos sociais são direitos fundamentais – simples assim*. Salvador: JusPodivm, 2021, p. 255).

[120] A respeito, aponta Humberto Ávila que "o exame da proporcionalidade aplica-se sempre que houver uma *medida concreta* destinada a realizar uma *finalidade*. Nesse caso devem ser analisadas as possibilidades de a medida levar à realização da finalidade (exame da adequação), de a medida ser a menos restritiva aos direitos envolvidos dentre aqueles que poderiam ter sido utilizadas para atingir a finalidade (exame da necessidade) e de a finalidade pública ser tão valorosa que justifique tamanha restrição (exame da proporcionalidade em sentido estrito)" (ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 15ª ed., São Paulo: Malheiros, 2014, p. 206).

[121] Alexy refere, nesse ponto, ao Ótimo de Pareto (ALEXY, Robert. "Constitutional rights, balancing, and rationality". *Ratio juris*. Vol. 16, n. 2, junho-2003, p. 135; ALEXY, Robert. "Constitutional rights and proportionality". *Journal for constitutional theory and philosophy of law.* N. 22, 2014, disponível em https://journals.openedition.org/revus/2783, acessado em março de 2024), na medida em que, nessa lógica de eficiência, nenhuma outra alocação de recursos poderia gerar situação melhor, sem piorar a situação de outro valor fundamental ou indivíduo.

[122] Como apontam o Min. Luís Roberto Barroso e Ana Paula de Barcellos, "o fim a ser atingido ou o estado ideal a ser transformado e realidade pode não ser objetivamente determinado, envolvendo uma integração

Essa indeterminabilidade, por sua vez, cumpre o papel de permitir leituras distintas do mesmo princípio ao longo do tempo, mas também dificulta a aplicação do subcritério de adequação para a adequada valoração da proporcionalidade. Afinal, se é difícil determinar o fim a que se destina algum dos valores constitucionais, também é difícil estabelecer se os objetivos invocados pelo agente público estão inseridos ou não naquele objetivo maior. Além disso, se algum objetivo público pode ser alcançado por mais de um meio, em muitos casos será difícil mensurar em que medida certo meio é mais adequado do que outro, sobretudo quando se olha para o conjunto de valores envolvidos.

Esse universo de variáveis acaba por conduzir a análise da *adequação* para um terreno movediço, em que a eleição do melhor meio para atingir a finalidade pública pode justificar, em última análise, qualquer meio e qualquer fim. Exatamente por essa dificuldade é que parte da doutrina conclui que não se pode exigir do agente público a escolha do melhor meio, do meio mais forte ou do meio mais seguro para atingir um fim público; basta que o meio escolhido se destine a atingir o objetivo para que o critério seja satisfeito.[123]

Sob outro ângulo, é fundamental avaliar se a medida adotada é *necessária* para atingir os objetivos públicos buscados. A avaliação dessa necessidade toma em consideração diversos fatores. Em primeiro lugar, é preciso analisar em que medida o meio empregado é capaz de implementar certo valor constitucional. Em segundo, é essencial verificar se, entre os vários meios possíveis, há algum que implica menor restrição (ou restrição alguma) a outro princípio ou valor fundamental.[124] E, na

---

subjetiva por parte do intérprete. Um princípio tem um sentido e alcance mínimos, um núcleo essencial, no qual se equiparam às regras. A partir de determinado ponto, no entanto, ingressa-se e um espaço de indeterminação, no qual a demarcação de seu conteúdo estará sujeito à concepção ideológica ou filosófica do intérprete. Um exemplo é fornecido pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Além de não explicitar os comportamentos necessários para realizar a dignidade humana – esta, portanto, é a primeira dificuldade: descobrir os comportamentos – poderá haver controvérsia sobre o que significa a própria dignidade a partir de um determinado conteúdo essencial, conforme o ponto de observação do intérprete" (BARROSO, Luís Roberto. BARCELLOS, Ana Paula de. "O começo da história – a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro". *Crise e desafios da constituição*. Coord. José Adércio Leite Sampaio. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 479).

[123] ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*, ob. cit., p. 209. Ainda, segundo o autor, "o exame da adequação só redunda na declaração de invalidade da medida adotada pelo Poder Público nos casos em que a incompatibilidade entre o meio e o fim for claramente manifesta" (ob. cit., p. 213).

[124] Aí está a ideia da proibição do excesso. A matéria é assim tratada por Alexy, que explica que "el Estado fundamenta la prosecución del fin *F* con el principio *P1* o *F* es idéntico a *P1*. Existen, por lo menos, dos medios, *M1* y *M2*, que son igualmente adecuados para lograr o promover *F. M2* afecta menos intensamente que *M1*, o no afecta en absoluto, la realización de aquello que exige una norma iusfundamental con carácter de principio, *P2*. Bajo estos presupuestos, para *P1*, es igual que se elija *M1* o *M2*. *P1* no exige que se elija

ponderação desse "outro princípio ou valor fundamental", deve entrar em avaliação não apenas um elemento em específico, mas a totalidade dos outros princípios ou valores que o Estado se compromete em efetivar. Essa "constelação"[125] de valores, então, pode assumir perspectiva mais simples ou mais complexa, a depender das circunstâncias concretas. É, no entanto, sempre necessário atender, na maior extensão possível, a todos os valores públicos alcançáveis. Isso implica, obviamente, a avaliação dos custos envolvidos[126] e dos recursos disponíveis para atender a esse conjunto de valores, o que torna também essa análise complexa e, muitas vezes, impraticável.

Mais uma vez, trata-se de análise difícil de ser conduzida e de ser testada ou controlada. Afinal, a comparação sobre os meios que implicam menor restrição envolve avaliações múltiplas, que comparam muitas vezes grandezas diferentes.[127] Quando se tem valores de mesma dimensão ou meios que se destinam, com a mesma intensidade, à busca do fim, a comparação pode ser mais fácil. No entanto, em muitas situações, não é isso o que se vê. A realidade exigirá a comparação de meios que atendem de formas diferentes ao objetivo e que, ao mesmo tempo, podem afetar de maneira também diversa outros valores também relevantes.[128]

M1 en lugar de *M2* o *M2* en lugar de *M1*. Para *P2*, no es igual el que se elija *M1* o *M2*. En tanto principio, *P2* impone una optimización tanto por lo que respecta a las posibilidades fácticas como jurídicas. Con respecto a las posibilidades fácticas, *P2* puede ser realizado en una medida mayor si se elige *M2* y no *M1*. Desde el punto de vista de la optimización con respecto a las posibilidades fácticas, bajo el presupuesto de la validez tanto de *P1* como de *P2*, sólo *M2* está permitido y *M1* está prohibido" (ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*, ob. cit., p. 113-114).

[125] O termo "constelação" é empregado por Alexy justamente para se referir a essa situação em que ao menos dois princípios fundamentais podem estar implicados (ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*, ob. cit., p. 113). A imagem criada por essa ideia representa bem as forças de atração e repulsão que ocorrem na interação entre valores fundamentais e, por conseguinte, permite bem compreender a complexidade envolvida na aplicação de princípios.

[126] ALEXY, Robert. "Constitutional rights, balancing, and rationality", ob. cit., p. 136.

[127] Como observa Humberto Ávila, "a dificuldade desse exame reside no fato de que os meios promovem os fins em vários aspectos (qualitativo, quantitativo, probabilístico). Um meio não é, de todos os pontos de vista, igual a outro. Em alguma medida, e sob algum ponto de vista, os meios diferem entre si na promoção do fim. Uns promovem o fim mais rapidamente, outros mais vagarosamente; uns com menos dispêndios, outros com mais gastos; uns são mais certos, outros mais incertos; uns são mais simples, outros mais complexos; uns são mais fáceis, outros mais difíceis, e, assim, sucessivamente. Além disso, a distinção entre os meios será em alguns casos evidente; em outros, obscura. Por último, mas não por fim: alguns meios promovem mais o fim em exame, e também os outros com ele relacionados, enquanto outros meios promoverão em menor intensidade o fim em exame, mas com mais intensidade outros cuja promoção também é determinada pelo ordenamento jurídico" (*Teoria dos princípios,* ob. cit., p. 214).

[128] "Como escolher entre um meio que restringe pouco um direito fundamental mas, em contrapartida, promove pouco o fim, e um meio que promove bastante o fim mas, em compensação, causa muita restrição a um direito fundamental? A ponderação ente o grau de restrição e o grau de promoção é inafastável. Daí a necessidade de que o processo de ponderação, como já foi afirmado, envolva o esclarecimento do que está

Por fim, também importa atender ao critério da *proporcionalidade em sentido estrito*, que se envolve diretamente à lógica do balanceamento de valores. Aqui, busca-se satisfazer à máxima de que, "quanto maior o nível de não satisfação de um princípio (ou em detrimento dele), maior deve ser a importância na satisfação do outro".[129] Essa análise depende de três ordens de avaliação. Em primeiro lugar, deve-se analisar o grau de comprometimento ou de não satisfação do primeiro princípio a ser ponderado. Depois, exige-se que se estabeleça o grau de importância do outro princípio a ser privilegiado. Em terceiro lugar, é necessário que se afira se esta importância dada ao segundo princípio justifica o comprometimento ao primeiro.[130]

Também aqui, porém, é evidente a subjetividade da análise.[131] Afinal, o balanceamento dos princípios ou dos valores em jogo, a fixação de seu peso relativo e a análise da amplitude do comprometimento causado envolvem ampla dose de pessoalidade.

Em síntese, o que se vê é que o cânone da proporcionalidade vem sendo amplamente empregado no campo da ponderação dos valores e dos princípios essenciais do Estado, a partir da construção tomada pelo direito constitucional. Apesar disso, a doutrina tem alertado para o fato de que, muitas vezes, critérios como a proporcionalidade ou a ponderação, pela fluidez de seus elementos e a abstração de suas balizas, acabam servindo para soluções arbitrárias e aleatórias. Por isso, também se tem afirmado que a legitimidade desses conceitos só pode ser aferida diante da *justificação* oferecida para cada uma das decisões judiciais.[132]

---

sendo objeto de ponderação, da ponderação propriamente dita e da reconstrução posterior da ponderação" (ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*, ob. cit., p. 216).

[129] "The greater the degree of non-satisfaction of, or detriment to, one principle, the greater the importance of satisfying the other" (ALEXY, Robert. "Constitutional rights, balancing, and rationality", ob. cit., p. 136 – tradução livre).

[130] *Idem, ibidem*, p. 136.

[131] "Trata-se, como se pode perceber, de um exame complexo, pois o julgamento daquilo que será considerado como vantagem e daquilo que será contado como desvantagem depende de uma avaliação fortemente subjetiva. Normalmente um meio é adotado para atingir uma finalidade pública, relacionada ao interesse coletivo (proteção do meio ambiente, proteção dos consumidores), e sua adoção causa, como efeito colateral, restrição a direitos fundamentais do cidadão" (ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*, ob. cit., p. 216-217).

[132] "No estágio atual, a ponderação ainda não atingiu o padrão desejável de objetividade, dando lugar a ampla discricionariedade judicial. Tal discricionariedade, no entanto, como regra, deverá ficar limitada às hipóteses em que o sistema jurídico não tenha sido capaz de oferecer a solução em tese, elegendo um valor ou interesse que deva prevalecer. A existência de ponderação não é um convite para o exercício indiscriminado de ativismo judicial. O controle de legitimidade das decisões obtidas mediante ponderação tem sido feito através do exame da *argumentação* desenvolvida. Seu objetivo, de forma bastante simples,

Mesmo nesse campo, porém, há amplo espaço para a discricionariedade judicial, na eleição da solução ótima. Afinal, todos os três elementos empregados para a aplicação do cânone da proporcionalidade acabam por permitir que influxos subjetivos, ideológicos e políticos do magistrado sejam empregados para justificar algum arranjo entre os valores e princípios fundamentais.[133]

Também se tem afirmado que não há base para intuir da lógica dos princípios o cânone da proporcionalidade[134] e que a construção que trabalha com o balanceamento de princípios pode esvaziar a força normativa da Constituição, retirando a prioridade dos valores fundamentais que ela agasalha.[135]

Não obstante todas essas críticas, na atualidade, parece que o critério da proporcionalidade é a ferramenta mais útil concebida para a objetivação do discurso jurídico no campo da aplicação de valores concorrentes de dimensão pública.

Por isso mesmo é que ele também deve servir para a aferição da otimização da atividade jurisdicional.

2.3. A proporcionalidade e o serviço Justiça

é verificar a correção dos argumentos apresentados em suporte de uma determinada conclusão ou ao menos a racionalidade do raciocínio desenvolvido em cada caso, especialmente quando se trate do emprego da ponderação" (BARROSO, Luís Roberto. BARCELLO, Ana Paula de. "O começo da história...", ob. cit., p. 486).

[133] Alexy, nesse ponto, pretende objetivar a avaliação dos critérios por ele sugeridos empregando, ao invés de uma escala matemática, os estágios de interferência "leve", "moderado" e "sério" (ALEXY, Robert. "Constitutional rights, balancing, and rationality", ob. cit., p. 136 e ss.). Mesmo dentro desse parâmetro, porém, é possível ver – até com o emprego dos exemplos por ele dados – a subjetividade dessa avaliação. O grau de comprometimento que certa solução implica para os outros valores fundamentais, ao fim, é considerado como leve, moderado ou sério segundo perspectivas muito pessoais do intérprete, abrindo espaço largo para inúmeras conclusões, todas justificáveis sob os mesmos critérios. O problema é admitido pelo próprio autor, quando pondera que "it is true that the Weight Formula does not say 'how the concrete weights to be inserted into the formula are identified, measured and compared'. Now it is true that the Weight Formula does not tell us what an interference with a constitutional right (*Ii, Ij*) comes to, when the scale light (*l*), moderate (*m*), and serious (*s*) is used. It also does not tell us what the abstract weights (*Wi, Wj*) of the colliding principles are. Finally, it says nothing about the reliability (*Ri, Rj*) of the relevante empirical assumptions" ("Constitutional rights and proportionality", ob. cit., item 3.3.). No entanto, na perspectiva do autor, essa fluidez não conduz à irracionalidade da teoria, na medida em que esses conceitos deverão ser preenchidos por argumentação adequada, procedida pelo intérprete no caso concreto, sendo esse o maior grau de exigência que o sistema pode oferecer.

[134] V., sobre isso, as ponderações do próprio Alexy ("Constitutional rights and proportionality", ob. cit., itens 2.4 e ss.)

[135] HABERMAS, Jurgen. *Between facts and norms*. Trad. William Rehg. Cambridge: Polity, 1996, p. 256.

Comumente, a eficiência da prestação jurisdicional é aferida, como já mencionado, apenas com o contraste entre o meio e o resultado obtido, considerado de forma singular. Por outras palavras, examina-se o processo jurisdicional empregado (e o grau de atendimento ou comprometimento que ele conduz às garantias processuais das partes) e o resultado que ele alcança em termos de atendimento ao direito material objeto do processo. Um processo (na hipótese de um juízo de procedência), nessas circunstâncias, é tanto mais eficiente quanto mais conseguir se aproximar de um ideal de atender, de forma rápida, adequada e efetiva – e com o menor grau de restrição possível aos direitos processuais das partes – à pretensão material deduzida. E, no caso de improcedência, é tanto mais eficiente quanto mais conseguir atender às garantias das partes, com o menor tempo, o menor dispêndio de recursos e o menor comprometimento dos interesses das partes possível.

Da mesma forma, a própria lógica da proporcionalidade opera nesse mesmo sentido, examinando se as medidas a serem adotadas para a obtenção de um fim estão limitadas ao absolutamente *necessário* para atingir essa finalidade.[136]

Essa análise, no entanto, peca por um grande problema. Ao apreciar a realidade de um processo singular, esquece que a prestação jurisdicional precisa ser enxergada também em sua dimensão ampla.

Ao lado de a jurisdição ser uma forma de atuação concreta do poder do Estado, ela desempenha também um importantíssimo papel como *serviço público*.[137] Não há

---

[136] É assim, por exemplo, que a proporcionalidade é tratada pelo Tratado da União Europeia, de 1956, que, em seu art. 5º, estabelece que "1. The limits of Union competences are governed by the principle of conferral. The use of Union competences is governed by the principles of subsidiarity and proportionality. 2. Under the principle of conferral, the Union shall act only within the limits of the competences conferred upon it by the Member States in the Treaties to attain the objectives set out therein. Competences not conferred upon the Union in the Treaties remain with the Member States. 3. Under the principle of subsidiarity, in areas which do not fall within its exclusive competence, the Union shall act only if and in so far as the objectives of the proposed action cannot be sufficiently achieved by the Member States, either at central level or at regional and local level, but can rather, by reason of the scale or effects of the proposed action, be better achieved at Union level. The institutions of the Union shall apply the principle of subsidiarity as laid down in the Protocol on the application of the principles of subsidiarity and proportionality. National Parliaments ensure compliance with the principle of subsidiarity in accordance with the procedure set out in that Protocol. 4. *Under the principle of proportionality, the content and form of Union action shall not exceed what is necessary to achieve the objectives of the Treaties*. The institutions of the Union shall apply the principle of proportionality as laid down in the Protocol on the application of the principles of subsidiarity and proportionality".

[137] "Di conseguenza, la giurisdizione non è da concepire solo come una funzione dello Stato moderno diretta all'atuazione del diritto nel caso concreto, ma anche – in primo luogo – come servizio pubblico diretto alla composizione delle controversie secondo giustizia (cioè con l'applicazione di criteri di giudizio oggettivi e predeterminati)" (CAPONI, Remo. "Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: prime note

dúvida da importância de enxergar a atividade jurisdicional como função essencial do Estado. No entanto, essa análise, por considerar apenas a prestação jurisdicional de forma singular, deixa de lado importante perspectiva, que projeta essa função para outra dimensão.

A dita "crise do Poder Judiciário", muitas vezes, está atrelada à incapacidade da função jurisdicional para lidar com o volume de demandas existentes, dentro de um tempo razoável e oferecendo a essas causas solução razoável e a partir de critérios isonômicos. Em grande medida, essa crise tem como causa a dificuldade que se tem de enxergar o trabalho jurisdicional como um serviço público, semelhante àquele prestado em outras esferas. Essa dificuldade se traduz na pouca ênfase dada às soluções que olham para o todo. Na sua ampla maioria, as reformas processuais realizadas buscam atender a um específico ponto do procedimento judicial previsto em lei, seja para facilitar o fluxo da causa, seja para simplificar a prática de certo ato, seja ainda para tornar mais rápida ou mais efetiva a resposta dada a certa controvérsia.

Sem dúvida, é importante que se dê atenção a esses detalhes procedimentais, buscando atualizar o processo à realidade da sociedade atual e dos conflitos a serem enfrentados.

No entanto, olhar apenas para esses aspectos esconde elementos fundamentais. Não considera, como é evidente, elementos externos que podem impactar significativamente na solução adequada dos problemas.

Deixa de considerar, por exemplo, eventuais outros limites legislativos que podem interferir na construção de um processo mais efetivo. Por vezes, há barreiras legislativas ou há imposições constitucionais e legais que impedem a adoção de medidas que, talvez, pudessem conduzir a um resultado mais rente aos desejos das partes do processo. Pense-se, por exemplo, na imposição constitucional do regime de precatórios. Logicamente, aquele que sofre um dano, por exemplo, decorrente de um ato de agente público, esperaria poder ser ressarcido da forma mais completa e rápida possível. No entanto, a imposição de outros valores constitucionais – como o regime orçamentário e, aí incluído, o modelo

---

sistematiche", ob. cit., p. 389). Em outro contexto, enxergar a Justiça como um serviço também permitiu a criação de movimentos como o "juízo 100% digital", que, de certo modo, "desmaterializa" a atividade jurisdicional e a enxerga como outros serviços públicos também disponibilizados à população por meio da internet (v., por exemplo, ARAÚJO, Valter Shuenquener de. GABRIEL, Anderson de Paiva. PORTO, Fábio Ribeiro. "O futuro da Justiça e o mundo 4.0". *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*. N. 84, abr./jun. 2022, p. 213).

de pagamentos pelo Poder Público – inviabiliza o atendimento completo dessas expectativas.

Além de questões legislativas, há também aspectos culturais que interferem na criação de processos e de procedimentos. Como aponta Oscar Chase,[138] as relações entre o processo e a cultura são mútuas e de enorme relevância até mesmo para a aceitação legítima da solução judicial. Por isso, qualquer regra processual precisa considerar suas relações com a cultura tomada em seu sentido mais amplo. Deve, assim, ponderar sobre os padrões culturais de um povo e seus hábitos; as suas práticas em outras esferas e a possível emulação desses comportamentos no campo processual; as noções éticas aceitas, toleradas ou rejeitadas por uma sociedade; o grau de informação e de instrução do povo; a sua inclinação à conflituosidade e às formas de solução dos problemas; os aspectos econômicos e sociais que impactam em certos comportamento de determinada sociedade; enfim, precisa considerar os diversos pontos de vista em que haja interseção entre o ambiente cultural de uma sociedade[139] e as formas de solução de controvérsia aceitas e previstas pelo Estado. Ainda dentro desse elemento cultural, deve-se considerar a formação e a capacidade dos profissionais do Direito e a sua disponibilidade para contribuir para soluções que se alinhem às finalidades públicas.[140] Esse alinhamento ou desalinhamento, afinal, é o principal responsável pelo sucesso ou não de qualquer comando legal. Pouco adianta uma legislação perfeita se o seu aplicador e usuário não é capaz de compreendê-la ou de aplicá-la corretamente.[141]

---

[138] CHASE, Oscar G. *Law, culture, and ritual: disputing system in cross-cultural context*. New York: NYU Press, 2007, *passim*.

[139] Evidentemente, é possível que essa interação apresente diversos aspectos, segundo o ambiente cultural em que está inserido. Assim, pode-se pensar em diferentes arranjos culturais para o processo civil internacional, empresarial, laboral, público etc.

[140] Com razão, parte da doutrina alerta para o fato de que nem sempre os interesses dos sujeitos processuais estão alinhados aos fins públicos do processo. É lógico que as partes não têm interesse (ao menos primariamente) idênticos aos do Estado-Jurisdição. Elas almejam fins privados, que muitas vezes se contrapõem à ideia de atuação do direito, de pacificação com justiça etc. A par delas, no entanto, é sempre fundamental considerar que há interesses muitas vezes desconsiderados nas cogitações processuais, como são os interesses dos advogados. Como alerta Gustavo Osna (*Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*, ob. cit., p. 84-85), muitas vezes os interesses específicos dos procuradores das partes são desconsiderados pelas análises processuais, como se sempre houvesse a identificação entre os interesses de ambos. Uma análise elementar, no entanto, demonstra que nem sempre é assim, sobretudo quando se pensa nos vários incentivos atribuídos *especificamente aos advogados* no CPC em vigor para a prática de certos atos processuais (v.g., as custas recursais ou o direito autônomo a honorários). Desconsiderar esses interesses próprios é um enorme erro nas análises processuais e pode comprometer muito dos resultados esperados.

[141] Tarello, examinando o elemento cultural na construção da ideia de ação no sistema italiano, traduz bem a força desse elemento no desenvolvimento do conceito em questão. Afirma ele que "proprio perciò vale la

Justamente por isso, o componente cultural pode representar muitas vezes o ponto mais importante na análise processual e tem conexão direta com a aceitabilidade de certas tendências na atividade jurisdicional.[142]

Por fim, também é necessário avaliar o elemento estrutural. Ainda que o direito processual civil possa, em abstrato, prever aquilo que entenda mais adequado, de nada adiantarão essas previsões se não houver recursos (em sentido amplo) que possam implementar esses comandos. Assim, por exemplo, a garantia fundamental da duração razoável do processo (art. 5º, inc. LXXVIII, da Constituição e art. 4º, do CPC) é preceito essencial para um processo que busque ser justo. No entanto, trata-se de comando evidentemente estéril se não houver recursos (humanos, materiais, econômicos etc.) que estejam alinhados a atingir esse fim.

Parece claro que essas três ordens de elementos não podem ser aferidas exclusivamente do ponto de vista interno do processo. Ainda que seja importante que eles sejam examinados em relação a cada um dos processos existentes, sua avaliação nunca será adequada se não considerar, também, o conjunto de casos existentes para a solução jurisdicional. [143]

É esse o ponto que aqui mais interessa. Enxergar as soluções processuais *inseridas* em um ambiente que deve olhar para o volume de casos existentes e que exigem solução com os mesmos critérios e com a mesma eficiência daquela dada a cada um dos conflitos pendentes. É sob esse ângulo que as questões discutidas neste estudo serão enfrentadas.

---

pena di fare qualche considerazione sulla vicenda letteraria dell'azione: perché quattro grandi giuristi, trattando dell'azione, non ci hanno informato per nulla dell'azione (che à un fantasma), ma ci hanno informato no poco su se stessi, su cosa volevano, sul loro mondo. L'azione è 'un punto di vista privilegiato', proprio per la sua inconsistenza, proprio perché sull'azione c'è poco da essere informati; non avremmo avuto un punto di vista cosí vantaggioso se avessimo davanti quattro scritti su cose meno eteree; chessoio, la domanda giudiziale, il patto di riscatto, l'uso legittimo delle armi, l'amministrazione consultiva. Con l'azione abbiamo i giuristi al meglio, soli con le loro operazioni culturali, senza limiti costituiti dalla positività dell'oggetto. Possiamo cosí considerare direttamente i giuristi ed il loro mondo storico" (TARELLO, Giovanni. "Quattro boni giuristi per una cattiva azione". *Dottrine del processo civile*. Bologna: Il Mulino, 1989, p. 242-243).

[142] Para Remo Caponi, o elemento cultural é o mais importante a ser considerado, na medida em que é o único elemento que consegue extrair frutos positivos dos demais elementos ("Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: prime note sistematiche, ob. cit., p. 392).

[143] "In altri termini, poiché le risorse del servizio giustizia sono – probabilmente saranno sempre – scarse rispetto al fabbisogno, l'effettività del rimedio giurisdizionale nella singola controversia, cioè la congruità della risposta al bisogno individuale di tutela nel singolo caso, è una variabile dipendente dalla necessità di assicurare l'efficienza del sistema giudiziario nel suo complesso, cioè un'allocazione tendenzialmente ottimale delle risorse rispetto ai risultati medi che il servizio giustizia è chiamato a realizzare nella gestione della massa dei processi" (CAPONI, Remo. "Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: prime note sistematiche", ob. cit., p. 390).

É aquilo que temos denominado de proporcionalidade *panprocessual*, que deve servir de ferramenta para a análise da utilidade ou não de qualquer instituto do processo civil.

Vale, de todo modo, fixar já uma premissa: essa abordagem não constitui um simples método ou um enfoque qualquer. Trata-se, ao contrário, de visão que está assentada em uma *imposição constitucional de eficiência*. E, nessa dimensão, trata-se de exigência imposta ao intérprete na análise de qualquer questão processual.

2.4. A proporcionalidade panprocessual nos sistemas processuais atuais

Evidentemente, essa abordagem não constitui construção inovadora, muito menos particular ao direito brasileiro. Ao contrário, ela tem sido desenvolvida em muitos países, servindo em vários sistemas como um cânone legal de interpretação e de aplicação de todo o sistema processual.

O primeiro e mais importante sistema a adotar expressamente essa visão foi o Reino Unido. As *Civil Procedure Rules* do Reino Unido, estabelecidas em 1998, em seu art. 1.1, estabelecem os objetivos essenciais daquele sistema. Preveem, como finalidades cardinais do processo civil inglês permitir aos tribunais *lidarem com os casos de forma justa*. E, para esse fim, esclarecem que lidar com a causa de modo justo implica, tanto quanto possível, assegurar que as partes estejam em pé de igualdade; economizar recursos; lidar com o caso de forma proporcional à aos valores econômicos envolvidos, à importância do caso, à complexidade das questões e à posição financeira de cada parte; assegurar que o caso seja tratado de forma expedita e adequada; e alocar a cada caso parcela apropriada dos recursos da Corte, tomando em conta a necessidade de alocar recursos aos outros casos.[144]

---

[144] O texto reproduz de forma livre a regra que tem o seguinte teor: "1.1—(1) These Rules are a new procedural code with the overriding objective of enabling the court to deal with cases justly.
(2) Dealing with a case justly includes, so far as is practicable—
(a)ensuring that the parties are on an equal footing;
(b)saving expense;
(c)dealing with the case in ways which are proportionate—
(i)to the amount of money involved;
(ii)to the importance of the case;
(iii)to the complexity of the issues; and
(iv)to the financial position of each party;
(d)ensuring that it is dealt with expeditiously and fairly; and
(e)allotting to it an appropriate share of the court's resources, while taking into account the need to allot resources to other cases."

Esses objetivos fundamentais,[145] segundo prevê o art. 1.2, devem ser buscados pelos tribunais ingleses seja no exercício de qualquer poder outorgado pelas regras, seja na interpretação de qualquer outra regra. Ainda, nos termos do art. 1.3, exige-se também das partes colaborar para que os tribunais atinjam esse objetivo.

Segundo afirmou Lord Woolf, no relatório final que ofereceu a respeito dessas regras, o propósito desses "objetivos essenciais", fixados no início do código inglês, é o de servir de guia para a interpretação de todo o sistema processual. Segundo ele, sabendo-se que as palavras podem receber várias interpretações, é necessário oferecer ao intérprete os "propósitos fundamentais" que iluminaram a criação do novo sistema processual. Assim, esses objetivos deveriam servir como guia para a hermenêutica do código, possibilitando ao usuário compreender quais deveriam ser as escolhas a serem feitas na aplicação do novo sistema.[146] Dentre esses objetivos, é de se destacar aquilo que o próprio Lord Woolf chama de "proporcionalidade". Para ele, a necessidade de preservar esse valor – lidando com as causas a partir da aferição concreta dos valores envolvidos, da importância e da complexidade das questões e da condição financeira das partes, está no âmago da previsão de procedimentos diferentes, a exemplo do "procedimento

---

[145] Esses princípios fundamentais se relacionam ainda com outras regras específicas que traduzem tais finalidades gerais para questões pontuais ao longo do código. É o caso, por exemplo, do art. 44, que regula as custas, nos seguintes termos: "(5) Costs incurred are proportionate if they bear a reasonable relationship to –
(a) the sums in issue in the proceedings;
(b) the value of any non-monetary relief in issue in the proceedings;
(c) the complexity of the litigation;
(d) any additional work generated by the conduct of the paying party,
(e) any wider factors involved in the proceedings, such as reputation or public importance; and
(f) any additional work undertaken or expense incurred due to the vulnerability of a party or any witness" (art. 44.3 (5)).

[146] "Every word in the rules should have a purpose, but every word cannot sensibly be given a minutely exact meaning. Civil procedure involves more judgment and knowledge than the rules can directly express. In this respect, rules of court are not like an instruction manual for operating a piece of machinery. Ultimately their purpose is to guide the court and the litigants towards the just resolution of the case. Although the rules can offer detailed directions for the technical steps to be taken, the effectiveness of those steps depends upon the spirit in which they are carried out. That in turn depends on an understanding of the fundamental purpose of the rules and of the underlying system of procedure.
In order to identify that purpose at the outset, I have placed at the very beginning of the rules a statement of their overriding objective. This is intended to govern the operation of all the rules and in particular the choices which the court makes in managing each case and in interpreting the rules....." (Woolf Final Report, §§ 10 e 11, disponível em https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20060214041256/http://www.dca.gov.uk/civil/final/sec2a.htm#c1).

sumarizado" ("fast track")[147], conforme as circunstâncias específicas do conflito ou das partes envolvidas.

Essa proporcionalidade, a seu turno, deve ser enxergada em uma dupla dimensão. Em primeiro lugar, em uma ótica *individual*, exige-se que a demanda considerada de forma isolada consuma uma quantidade de recursos proporcional aos valores mencionados na regra, a exemplo do seu valor monetário. Em segundo lugar, em um enfoque *coletivo*, impõe-se que nenhuma demanda se valha de recursos judiciários além do proporcional, considerada a quantidade de recursos necessária para a solução das outras controvérsias.[148] Esta segunda ordem de abordagem é fundamental para a adequada distribuição de justiça em um sistema. Considerar que o serviço-Justiça não existe apenas para um caso – mas deve dar conta de todos os casos que existem e que podem vir a existir perante certa estrutura jurisdicional – é essencial para que se possa enxergar a atividade prestada de forma global. E essa abordagem, a seu turno, é indispensável para que se possa ver que as soluções jurisdicionais não podem ser pensadas unicamente no nível da solução *de um caso singular*. É fundamental compreender as consequências derivadas da solução de certo caso para o sistema como um todo e para a litigiosidade de modo amplo.[149]

---

[147] Woolf Final Report, § 19 e ss., disponível em https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20060214041256/http://www.dca.gov.uk/civil/final/sec2a.htm#c1, acessado em março de 2024.

[148] SORABJI, John. "English civil justice: another attempt at a new approach to Justice". *Revista de processo*. N. 243, maio-2015, p. 91. Como salienta o autor, "Where an individual claim was prosecuted in a way that was disproportionate in either sense then the court could properly bring the claim to an end prior to judgment i.e., justice on the merits could properly be denied. As stressed in the Final Woolf Report and underlined in 2013 by Lord Dyson MR, the civil justice system was to be managed so that it was able to provide effective access to justice for all potential court users; the courts were to managed cases in order to '...preserve access to justice for all users of the system [thereby ensuring] that individual users do not use more of the system's resources than their case requires. This means that the court must consider the effect of their choice on other users of the system'. Procedural decisions consequently were to be taken systematically rather than simply by looking at the immediate case in hand and the need to secure justice on the merits in that particular case. If resources are not fairly distributed, the inevitable result is that in many cases rights will not be vindicated." (ob. loc. cits).

[149] Aliás, na linha do que há muito pondera Steven Shavell, podem ser muito diversos os estímulos sociais e privados ao ajuizamento de uma demanda judicial, particularmente em um sistema judiciário que é sabidamente custoso (SHAVELL, Steven. "The social versus the private incentive to bring suit in a costly legal system". *The journal of legal studies*. Vol. 11, n. 2, jun.-1982, *passim*). Nessa linha, pondera o autor, "one might view various social efforts to promote or subsidize suit (availability of the class action, establishment of small-claims courts) as social solutions to problems of otherwise insufficient private motives to bring suit. Similarly, one might see social attempts to reduce the volume of suits, passage of statutes to circumvent the legal system (automobile no-fault schemes, workers' compensation), and, perhaps, the notion that society is on balance too litigious, as reflecting problems of excessive private incentives to bring suit" (ob. cit., p. 339).

Na observação de Jolowicz,[150] essa abordagem do processo civil simboliza uma mudança significativa na compreensão da finalidade do processo civil. De um instrumento voltado à solução de controvérsias, a racionalidade trazida pelo direito inglês passa a enxergar a jurisdição civil em seu contexto atual na sociedade. Nota-se que os tribunais, embora lidem com um percentual pequeno de litígios – em comparação com o conjunto de controvérsias existentes – tem um importante papel *qualitativo* como instrumento de solução de casos, de aplicação do Direito e de pacificação social. Diante desse cenário, ainda segundo o autor, é razoável que os magistrados sejam reservados, na medida do possível, a casos que apresentem repercussão para além da exclusiva vontade ou do único interesse das partes ou, ao menos, que possam permitir de guia para a futura administração do Direito e solução de outras disputas de modo geral.[151]

Essa mudança de compreensão – de um modelo adversarial para um sistema que aumentava consideravelmente os poderes do juiz – foi criticado por boa parte da doutrina e também por parte dos magistrados do Reino Unido, que punham em dúvida a utilidade dessa guinada e o comprometimento que essa visão poderia levar à busca pela solução justa do caso.[152] Ainda na época da elaboração do relatório preliminar de Lord Woolf, parcela significativa dos autores ingleses apontava para os riscos que esse modelo mais publicista poderia gerar para a imparcialidade do juiz e para a sobrecarga que poderia acarretar aos recursos jurisdicionais.[153]

---

[150] JOLOWICZ, J. A. *On civil procedure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 394 e ss.

[151] "In a system in which the contribution of the courts to dispute resolution is quantitatively insignificant but qualitatively of the highest importance, such a policy must appeal. It makes sense that the time of the judges should be devoted, so far as possible, to cases in which the proceedings and the decisions will, for one reason or another, bear on interests over and beyond those of the nominal parties to them, or at least will provide guidance for the future administration of the law and for the resolution of other disputes whenever, and to whomsoever, either task may fall" (*Id., ibidem*, p. 395).

[152] Foi assim, por exemplo, a observação do Lord Justice Millett, em seu voto proferido no caso *Gale v Superdrug Stores Plc* ([1996] 1 WLR 1089). Salientava o magistrado que "Litigation is slow, cumbersome, beset by technicalities, and expensive. From time to time laudable attempts are made to simplify it, speed it up and make it less expensive. Such endeavours are once again in fashion. But the process is a difficult one which is often frustrated by the overriding need to ensure that justice is not sacrificed. It is easy to dispense injustice quickly and cheaply, but it is better to do justice even if it takes a little longer and costs a little more." Também questionando a utilidade dessa alteração, v., ZUCKERMAN, A.A.S. "Reform in the shadow of lawyers' interests". *Reform of civil procedure – essays on 'Access to Justice'*. Ed. A.A.S. Zuckerman e Ross Cranston. Oxford: Clarendon Press, 1995, p. 73-76.

[153] V., por exemplo, ANDREWS, Neil. "The adversarial principle: fairness and efficiency: reflections on the recommendations of the Woolf Report". *Reform of civil procedure – essays on 'Access to Justice'*. Ed. A.A.S. Zuckerman e Ross Cranston. Oxford: Clarendon Press, 1995, p. 178 e ss.; MARCUS, Richard L. "*Déjà vu* all over again'? An American reaction to the Woolf Report". *Reform of civil procedure – essays on 'Access to Justice'*. Ed. A.A.S. Zuckerman e Ross Cranston. Oxford: Clarendon Press, 1995, p. 239 e ss. De modo mais amplo, v., DAMASKA, Mirjan R. *The faces of justice and State authority.* New Haven:

Em parte, ao menos, tais críticas foram se dissolvendo ao longo do tempo. Por outro lado, nem todo juízo ou observação adequados para um sistema processual é necessariamente cabível em outro. Parece que, o caso brasileiro exige outra ponderação dos riscos envolvidos nessa opção por um modelo mais publicista, como se verá adiante. Por ora, é importante apenas sublinhar que a escolha desse caminho, na Inglaterra, foi alvo de sério questionamento pela doutrina daquele país e por autores de outros países de *Common law*. Não obstante essas manifestações, a aplicação da lógica da proporcionalidade – enxergada nesse sentido panprocessual – tem sido ampla no direito inglês,[154] o que vem repercutindo em outros sistemas processuais.

Realmente, o Canadá é um dos países em que essa influência é facilmente notada. Como relata Catherine Piché,[155] ao menos três províncias canadenses revelam clara preocupação com a lógica da proporcionalidade: *Québec*, *Ontario* e *Colombie-Britannique*.

Conforme salienta a autora, no Quebec, a proporcionalidade foi introduzida no art. 42, do Código de Processo Civil, que estabelece que durante o processo, as partes devam tomar a cautela de que os atos adotados e os custos e tempos necessários sejam proporcionais à natureza e à finalidade da demanda, à complexidade do litígio.[156] A regra tem sido empregada até mesmo como critério para o combate à má-fé processual,[157] tendo recebido da jurisprudência um viés *repressivo* e um *preventivo.* Na dimensão repressiva,

---

Yale University Press, 1986, p. 104 e ss; RESNIK, Judith. "Managerial judges: the potential costs". *Public administration review*. N. 45, nov./1985, *passim*.

[154] Assim, por exemplo, em 2009, em um relatório apresentado a respeito dos custos da litigância civil no Reino Unido (Review of Civil Litigation Costs: Final Report, disponível em https://www.judiciary.uk/wp-content/uploads/JCO/Documents/Reports/jackson-final-report-140110.pdf, acessado em março de 2024), Lord Jackson enfatiza a importância do emprego da proporcionalidade para a determinação dos custos do processo e também de modo geral para o processo, recomendando que a legislação inglesa defina a expressão "custos proporcionais" a partir dos montantes econômicos em discussão, do valor de tutelas não monetárias requeridas, da complexidade da causa, da conduta e de outros valores amplos, a exemplo da importância da causa (p. 39).

[155] PICHÉ, Catherine. "La proportionnalité procédurale: une perspective comparative". *Revue de droit de l'Université de Sherbrooke*. N. 40, 2009-2010, p. 567 e ss.

[156] "Art. 42. Dans toute instance, les parties doivent s'assurer que les actes de procédure choisis sont, eu égard aux coûts et au temps exigés, proportionnés à la nature et à la finalité de la demande et à la complexité du litige; le juge doit faire de même à l'égard des actes de procédure qu'il autorise ou qu'il ordonne".

[157] "Quatrièmement, la proportionnalité québécoise est encadrée, en quelque sorte, par les articles 54.1 et suivants C.p.c., entrés en vigueur le 4 juin 2009 par la *Loi modifiant le Code de procédure civile pour prévenir l'utilisation abusive des tribunaux et favoriser le respect de la liberté d'expression et la participation des citoyens aux débats publics*. Ces articles permettent au juge de sanctionner tout abus de procédure, en application du principe de la bonne foi procédurale de l'article 4.1 C.p.c. – et de la proportionnalité de l'article 4.2 C.p.c.!" (PICHÉ, Catherine, ob. cit., p. 572-573).

impõe-se ao juiz o dever de impor a todos os participantes do processo o respeito à proporcionalidade. No âmbito preventivo, exige-se do juiz atuar como verdadeiro gestor do processo, de modo a poder intervir em caso de condução desproporcional do processo pelas partes.[158] Ademais, seguindo a influência inglesa, a regra apresenta duas ordens distintas de intervenção: a primeira de caráter individual, regulando o comportamento das partes dentro de um específico processo, filtrando as escolhas que ali são feitas; a segunda, de caráter coletivo, que impõe a consideração dos recursos empregados em um processo, na comparação com aqueles que podem ser necessários para os outros processos existentes.[159]

Em Ontário, a racionalidade proporcional foi codificada no art. 1.1, das Regras de Processo Civil, que determina que, na aplicação das normas processuais, exige-se que o tribunal aja de forma proporcional "à importância e à complexidade das questões em litígio, bem como à soma de dinheiro envolvida no processo".

Finalmente, na Colúmbia Britânica, a observância da proporcionalidade foi introduzida em 2005, tendo sido elevada à condição de princípio retor da legislação em julho de 2010. Nos termos da atual regra 1-3, a finalidade das regras processuais daquela província é assegurar a solução de mérito de todos os processos de forma justa, rápida e econômica. E esse objetivo exige, tanto quanto possível, que a condução do processo seja proporcional aos valores envolvidos no processo, à importância das questões em debate e à complexidade do procedimento.[160]

Naquele país, portanto, vê-se um crescente interesse pelo tema. O interesse, ademais, não é apenas acadêmico, mas prático, já que a jurisprudência vem aplicando – ainda que de forma tímida – os critérios de proporcionalidade para a solução de certas questões processuais, particularmente no campo da instrução processual.

---

[158] PICHÉ, Catherine, ob. cit., p. 576.

[159] Ob. Loc. cits., p. 572.

[160] "Rule 1-3 — Object of Rules.

Object

(1) The object of these Supreme Court Civil Rules is to secure the just, speedy and inexpensive determination of every proceeding on its merits.

Proportionality

(2) Securing the just, speedy and inexpensive determination of a proceeding on its merits includes, so far as is practicable, conducting the proceeding in ways that are proportionate to

(a) the amount involved in the proceeding,

(b) the importance of the issues in dispute, and

(c) the complexity of the proceeding."

Outro país onde a proporcionalidade tem apresentado interesse crescente é a Austrália, até mesmo por sua relação direta com o direito inglês. A comissão indicada para a reforma da legislação do estado de Vitória, em relatório publicado em 2008, já sublinhava a importância do respeito à proporcionalidade como critério de interpretação e aplicação da legislação processual.[161] Mais recentemente, a Corte de Apelação de Vitória pôs em prática essa diretriz, ao examinar caso que se tornou verdadeiro paradigma no assunto. Ao analisar o caso *Oswal*,[162] aquele tribunal determinou que as partes esclarecessem se, em seu pedido de recurso – tido como inviável – elas não teriam violado suas obrigações referentes à proporcionalidade, ao usarem meios de atuação e de representação excessivos e se o material empregado para a tentativa de admissão do recurso não teria sido desnecessário ou excessivo. Embora o tribunal tenha considerado que não houve excesso de representação processual no caso, entendeu que as mais de 2700 páginas ofertadas à Corte, muitas contendo documentos estranhos ao caso ou em duplicidade, implicavam custos excessivos e uso inadequado do Tribunal como um recurso público.[163] Em razão disso, o tribunal, a par de inadmitir o recurso deduzido,

---

[161] "It is increasingly accepted that the costs incurred by the parties and by the public in the provision of court resources should be 'proportional' to the matter in dispute. Relevant dimensions of the matter in dispute include the amount in issue or its importance. As one author has suggested, there is a widely-held belief that we must 'match the extensiveness of the procedure with the magnitude of the dispute'. According to Lord Woolf's Final Report, 'the achievement of the right result needs to be balanced against the expenditure of time and money needed to achieve that result'. There are numerous dimensions to the civil justice debate about proportionality. Although disputes of relatively low value or importance should clearly not require disproportionate private or public resources for their resolution, there is a vexed policy issue as to whether high value civil disputes should be permitted to consume substantial publicly funded court resources, particularly where the parties in dispute are commercial leviathans involved in a commercial dispute with purely financial dimensions and where such parties can readily afford the costs of mediation, arbitration or other 'private' methods of resolving their dispute." ("Victorian Law Reform Comission". *Civil justice review. Report 14*. 2008, item 4.1.4, p. 91, disponível em https://www.lawreform.vic.gov.au/wp-content/uploads/2021/07/VLRCCivilJusticeReview-Report.pdf, acessado em marco de 2024).

[162] *Yara Australia Pty Ltd & Ors v Oswal* [2013] VSCA 337.

[163] "40 The Act is designed to protect litigants from incurring excessive costs, but it is also designed to protect against the inappropriate use of the courts as a public resource. Overly voluminous application material strains the administrative resources of the Court and the time of judges themselves. Where a large volume of material is provided to a court that is unnecessary and excessive, there will be a prima facie case that the overriding obligation has been breached. The court was provided with six application folders, comprising submissions, affidavit material, transcript and authorities running to over 2700 pages. Two folders pertained to the Mr Oswal application and four folders related to the application of Mrs Oswal. The affidavit material from the parties' solicitors contained a variety of largely extraneous materials, included old statements of claim, swathes of email correspondence, materials from related proceedings in Western Australia, and transcripts from related hearings in the Supreme Court of Victoria. Much of this material was either peripheral to the application or entirely unnecessary."

determinou que: cada postulante arcasse com as despesas da parte contrária; cada advogado devesse indenizar 50% dos custos de seu cliente com a parte contrária; e vedou que cada advogado dos postulantes pudesse recuperar dos postulantes 50% dos custos referentes à preparação dos anexos do recurso e seus custos.

A decisão tem repercussões enormes. De um lado, vale-se do critério da proporcionalidade para evitar despesas desnecessárias, tornando o processo mais simples e adequado para a solução da controvérsia. De outro, demonstra que a proporcionalidade, no sistema australiano, é entendida como medida punitiva e compensatória, permitindo inibir comportamentos que possam desperdiçar recursos públicos e a força de trabalho existente na esfera judiciária.

Conforme ressalta o juiz da Suprema Corte de Vitória Clyde Croft, a lógica da proporcionalidade, na Austrália, vem-se desenvolvendo em dois vieses diversos. Em primeiro lugar, na tentativa de mudar a cultura da litigância naquele país, estimulando os litigantes a resolver seus conflitos fora do ambiente judiciário tradicional. Em segundo lugar, buscando impor às partes – e sobretudo aos seus advogados – uma nova mentalidade, que implique o esforço racional para a obtenção da composição da controvérsia de forma consensual, por meios adequados de solução de conflitos, salvo quando isso seja inviável.[164]

Ao lado desse esforço, vê-se também que a proporcionalidade, inicialmente aplicada de forma localizada naquele país, tem-se desenvolvido como critério fundamental de gestão dos recursos jurisdicionais. Com essa lógica, ao julgar o caso *Expense Reduction Analysts Group Pty Ltd v Armstrong Strategic Management and Marketing Pty Ltd*, a Suprema Corte australiana, fazendo referência a julgamento anterior (*Aon Risk Services Australia Ltd v Australian National University*, em que se enfatizou a

[164] "The Explanatory Memorandum which accompanied the Act identified the two main ways in which the primary objective of changing the culture of litigation was to be achieved. First, the changes implemented through the Act seek to create a culture in which litigants are encouraged to resolve their cases without going to court, and where litigation is seen as a measure of last resort. The second aspect focuses on the building of a culture within the court system that encourages litigants and, perhaps even more importantly, their lawyers to use "reasonable endeavours to achieve early resolution of cases by agreement, using appropriate dispute resolution processes where appropriate or to narrow the issues in dispute, except where the interests of justice require access to the court, or where the dispute is of such a nature that only judicial determination is appropriate." (CROFT, Clyde. "Changing the culture of civil litigation", p. 11, disponível em https://www.supremecourt.vic.gov.au/sites/default/files/assets/2017/09/32/80d13f878/changing%2Bthe%2Bculture%2Bof%2Bcivil%2Blitigation%2Ba%2Bpractitioners%2Bduties%2Bunder%2Bthe%2Bcivil%2Bprocedure%2Bact.pdf, acessado em março de 2024).

vedação a modificações ilimitadas nos pedidos e causas de pedir de um processo, mesmo diante de acordo das partes) salientou que é imprescindível adotar nova forma de abordagem dos problemas relacionados ao tempo e ao custo da litigância. E essa abordagem exige não apenas considerar esses elementos em relação a um processo em específico, mas também deve levar em conta os reflexos das soluções para o Judiciário e para outros litigantes.[165]

Ainda que o impacto dessa lógica não seja tão grande nos Estados Unidos, é certo que também esse sistema vem-se inclinando por empregar a mesma racionalidade proporcional na administração da Justiça. Particularmente relevante, nesse campo, é a reforma havida no campo da *discovery*, procedimento destinado à seleção e coleta das provas que poderão ser empregadas para a solução de conflitos.[166] Após longa tradição que admitia gestão liberal e ampla dessa fase, a partir da reforma processual de 2015, a aquisição da prova no processo civil norte-americano passou a ser pautada pela lógica da proporcionalidade. Conforme estabelece a regra 26 (b) (1) das *Federal Rules of Civil Procedure*, em regra, as partes podem obter provas em relação a qualquer matéria – não sujeita a regras de privilégio – que seja relevante ao processo, contanto que seja *proporcional* às necessidades da causa, tomando em conta a importância das questões em debate, os valores envolvidos, o acesso das partes a informações relevantes, os recursos das partes, a importância da fase de *discovery* para a solução das questões, e o equilíbrio entre os custos da obtenção dessa prova e os benefícios dela decorrentes.[167]

---

[165] *Expense Reduction Analysts Group Pty Ltd v Armstrong Strategic Management and Marketing Pty Ltd,* (2013) 205 CLR 303; [2013] HCA 46. Salientou o Tribunal que "In Aon Risk Services Australia Ltd v Australian National University48, it was pointed out that case management is an accepted aspect of the system of civil justice administered by the courts in Australia. It had been recognised some time ago by courts in the common law world that a different approach was required to tackle the problems of delay and cost in the litigation process. Speed and efficiency, in the sense of minimum delay and expense, are essential to a just resolution of proceedings. The achievement of a just but timely and cost- effective resolution of a dispute has effects not only upon the parties to the dispute but upon the court and other litigants. The decision in Aon Risk Services Australia Ltd v Australian National University was concerned with the Court Procedures Rules 2006 (ACT) as they applied to amendments to pleadings. However, the decision confirmed as correct an approach to interlocutory proceedings which has regard to the wider objects of the administration of justice."

[166] Sobre mais detalhes a respeito da evolução normativa dessa alteração, v. CIULLA, Matthew T. "A disproportionate response? The 2015 proportionality amendments to Federal Rules of Civil Procedure 26(b). *Notre Dame Law Review.* Vol. 92, 2017, *passim*; OSNA, Gustavo. *Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*, ob. cit., p. 101 e ss.

[167] "(b) Discovery Scope and Limits. (1) Scope in General. Unless otherwise limited by court order, the scope of discovery is as follows: Parties may obtain discovery regarding any nonprivileged matter that is relevant to any party's claim or defense and proportional to the needs of the case, considering the importance of the issues at stake in the action, the amount in controversy, the parties' relative access to relevant

Ao aplicar essa regra, os tribunais norte-americanos têm sopesado o impacto que os recursos, públicos e privados, empregados para a obtenção da prova sofrerão, em comparação com a finalidade da prova e o resultado que ela pode alcançar. Nessa linha, por exemplo, ao julgar o caso *Dao v Liberty Mutual*, o tribunal do norte da California rejeitou pedido de *discovery*, por violação à proporcionalidade, considerando que, segundo as estimativas do réu, o tempo necessário para a coleta da prova seria de aproximadamente 26.904 horas, quando o valor da controvérsia girava em torno de dois mil dólares.[168]

Ou seja, ainda que o tema tenha recebido atenção apenas para alguns aspectos do processo civil norte-americano, também ali a lógica da proporcionalidade foi considerada como elemento relevante para salientar que a liberdade das partes não pode sobrepor-se a outros valores públicos também relevantes.

Ademais, a proporcionalidade não tem sido alvo de interesse apenas para países de *Common law*. Também em outras tradições a matéria tem suscitado debates, o que demonstra a importância de tomar a sério esse elemento como critério para a adoção de políticas judiciárias, mas também para a solução de controvérsias na esfera jurisdicional.

Embora a aplicação dessa lógica de proporcionalidade não tenha sido tão evidente na Europa continental e na América Latina, há aplicações significativas desse conceito que demonstram sua incidência também nestes sistemas.

Alan Uzelac, nessa linha, relata que vários países enxergam a aplicação da proporcionalidade no estabelecimento de procedimentos especiais ou órgãos jurisdicionais específicos para o tratamento de causas de pequeno valor, ou ainda na previsão de soluções rápidas e provisórias para certas matérias.[169] Na pesquisa por ele realizada, à questão sobre as diferenças existentes em cada país no tratamento de questões de diferente relevância,[170] o grande foco das respostas concentrou-se exclusivamente na

---

information, the parties' resources, the importance of the discovery in resolving the issues, and whether the burden or expense of the proposed discovery outweighs its likely benefit. Information within this scope of discovery need not be admissible in evidence to be discoverable."

[168] *Dao v. Liberty Mutual* (N. Cal. Feb. 23, 2016) 2016 WL 796095.

[169] UZELAC, Alan. "Goals of civil justice and civil procedure in the contemporary world". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 23.

[170] A pergunta formulada foi a seguinte: "*Principle of proportionality (de minimus non curat praetor) or same standards and processes to everyone, irrespective of the importance of the case*. To what extent is it considered that the goal of civil justice is to afford as much attention to the cases as they deserve, discarding all the matters that do not belong there? What filtering mechanisms are available? Or, is it considered that refusal to deal with a case in the same manner would be denial of justice? What are the real differences in

descrição do regime de processamento das causas de pequeno valor.[171] Em poucos relatórios, o tema também foi abordado sob a ótica do estímulo à autocomposição[172] ou da flexibilização procedimental de modo geral.[173]

Exceção importante nesse contexto é a situação da Noruega. Como relata Inge Backer, o *Dispute Act* de 2005 passou a prever de modo explícito a necessidade de observar a proporcionalidade, de modo que o procedimento e seus custos sejam razoavelmente proporcionais à importância do caso.[174] O princípio tem aplicação direta

---

the way and style of handling 'small claim' and 'proper court cases'?". Talvez a forma como realizada a pergunta tenha influenciado as respostas dadas. Mas é curioso que praticamente todas as respostas tenham-se concentrado na análise de mecanismos diferenciados para casos de pequeno valor.

[171] Foi nesse sentido o relatório apresentado por Koller em relação ao direito alemão e austríaco (KOLLER, Christian. "Civil justice in Austrian-German tradition". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 49-51), o de Elisabetta Silvestri, a respeito do direito italiano (SILVESTRI, Elisabetta. "Goals of civil justice when nothing works: the case of Italy". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 97-98) – embora ela ressalte que aquele sistema praticamente ignora a noção de proporcionalidade, valendo-se apenas da prática de submeter casos de pequeno valor a juízos e procedimentos mais rápidos (ob. cit., p. 97) – o de Fu Yulin, em relação ao processo civil chinês (YULIN, Fu. "Social Harmony at the cost of trust crisis: goals of civil justice in China". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 178-179), o de Dmitri Nokhrin, em relação ao sistema russo (NOKHRIN, Dmitri Heroldovich. "Civil litigation in Russia: 'Guided justice' and revival of public interest". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 199-200), o de Kengyel e Czoboly, a propósito do direito húngaro (KENGYEL, Miklós. CZOBOLY, Gerlely. "Battle between individual rights and public interest in Hungarian Civil Procedure". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 214-217) e o de Teresa Alvim, a respeito do direito brasileiro (ALVIM, Teresa Arruda. "Judicial activism as a goals setting – civil justice in Brazil". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 256-257).

[172] RHEE, C. H. (Remco) van. "Civil justice in pursuit of efficiency – the Netherlands (with some reflections on France and Belgium". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 72.

[173] Tal como descreve o relatório da Eslovênia. V. GALIC, Aleš. "(In)compatibility of procedural preclusions with the goals of civil justice: an ongoing debate in Slovenia". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 228-229. O autor, no entanto, embora descreva a possibilidade dessa flexibilização, salienta que ela é alvo de intensa desconfiança da doutrina e dos operadores do direito na Eslovênia, diante da possibilidade do excesso de poder delegado ao magistrado com essas técnicas.

[174] BACKER, Inge Lorange. "Goals of civil justice in Norway: readiness for a pragmatic reform". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014, p. 115. Logo na abertura do diploma legal, ao esclarecer os objetivos d do processo civil norueguês, a Seção 1-1 dispõe que "(1) The Act shall provide a basis for hearing civil disputes in a fair, sound, swift, efficient and trustworthy manner through public proceedings before independent and impartial courts. The Act shall safeguard the needs of individuals to enforce their rights and resolve their disputes, and the needs of society for respect and clarification of legal rules. (2) To achieve the purposes in subsection (1): - each party shall be entitled to argue its case and to present evidence, - each party shall have access to and the opportunity to refute the arguments and evidence of the opposite party, - each party shall at one stage

no campo da instrução – só permitindo que seja objeto de prova fatos que sejam importantes para a solução da controvérsia e limitando o objetivo da prova àquilo que seja razoavelmente proporcional à importância do caso – da indenização pelas custas do processo – limitadas àquilo que tenha sido estritamente necessário para o desenvolvimento da causa – da admissibilidade da demanda – o que permite a rejeição liminar de causas infundadas – e em muitos outros aspectos.[175]

É interessante notar, a partir desses relatórios, a grande ênfase dada pelos autores de vários países de tradição europeia continental ao regime dos juizados de pequenas causas ou a procedimentos simplificados para o tratamento de questões de menor valor. Embora a técnica sem dúvida esteja alinhada à lógica da proporcionalidade, trata-se de fenômeno mais antigo e que parte da premissa de que é necessário estabelecer *procedimentos diferenciados* para a adequada aplicação de um sistema que reaja de forma correta à alocação ótima de recursos jurisdicionais.

De todo modo, a instituição de juizados especiais para pequenas causas e de procedimentos específicos para esse tipo de matéria não são as únicas expressões da proporcionalidade no direito de influência continental europeia.

Parte da doutrina italiana, por exemplo, acolheu expressamente a lógica da proporcionalidade, na exata extensão dada pelo direito inglês. Proto Pisani,[176] nessa linha, ao elaborar o projeto de um novo código de processo civil, fez consignar na regra 0.8 a necessidade de se empregar no processo uma quantidade de recursos proporcional ao objetivo da justa composição do litígio em um prazo razoável, sempre tendo em vista a necessidade de preservar recursos necessários aos outros processos.[177] E na esteia dessa orientação, Remo Caponi desenvolve a aplicação desse princípio como verdadeiro critério orientador de todo o trabalho processual, em diversas frentes, a exemplo da amplificação dos mecanismos de solução negociada de controvérsias, de combate ao

---

of the proceedings have the opportunity to argue its case orally and to present its evidence directly to the court, - the procedure and the costs involved shall be reasonably proportionate to the importance of the case, - differences in the parties' resources shall not be decisive to the outcome of the case, - grounds shall be given for important rulings, and - rulings of considerable importance shall be open to review."

[175] Ob. loc. cits., p. 115-116.

[176] PISANI, Andrea Proto. "Per un nuovo códice di procedura civile. *Il foro italiano.* Vol. 132, n. 1, 2009.

[177] "È assicurato un impiego proporzionato delle risorse giudiziali rispetto allo scopo della giusta composizione della controversia entro un termine ragionevole, tenendo conto della necessità di riservare risorse agli altri processi"

abuso do processo, da seleção da espécie de rito a ser empregada para a solução da causa, do emprego da tutela coletiva e de interpretação da coisa julgada.[178]-[179]

Mais próximos ao Brasil, outros autores latino-americanos também vêm invocando o princípio para subsidiar a construção de procedimentos que tomem em conta a necessidade avaliar o "todo" além da situação particular de cada caso. Alvaro Perez Ragone, por exemplo, enxerga a necessidade de trasladar o conceito de proporcionalidade, tal como concebido pelo direito inglês, aos processos por audiências e, em particular, para as audiências preparatórias, próprias de vários sistemas de *Civil law*. Para ele, essa audiência deve ser pensada de modo amplo, como momento para o exercício da cooperação entre os sujeitos do processo, para a seleção do método adequado de solução da controvérsia, para a determinação adequada do objeto de discussão do processo e para o correto estabelecimento das diretrizes que comandarão a instrução do feito.[180]

Santiago Pereira Campos, do mesmo modo, olhando para o processo civil latino-americano, sugere a aplicação ampla do princípio como forma de superar o esquema rígido de procedimento comumente adotado, como mecanismo de estímulo à verdadeira criação de um sistema multiportas e como ferramenta para otimizar a relação entre a importância da causa e os recursos públicos a ela outorgados.[181] Ademais, segundo o autor, não se deve confundir a lógica da proporcionalidade com a simples cogitação entre custos e eficiência na atividade jurisdicional. Isso porque a proporcionalidade exige investigação muito mais ampla, que deve levar em consideração o caso concreto, seus fundamentos e seus impactos, seja sobre os litigantes, seja sobre a sociedade de modo geral.[182]

---

[178] V., entre outros estudos do autor, CAPONI, Remo. "Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: prime note sistematiche", ob. cit., *passim*; CAPONI, Remo. "Rigidità e flessibilità del processo civile". *Rivista di diritto processuale*. N. 6, nov./dez.-2016, esp. p. 1457; CAPONI, Remo. "Diritti sociali e giustizia civile: eredità storica e prospettive di tutela collettiva". *Revista da faculdade de direito da UFPR*. N. 54, 2011, p. 23 e ss.

[179] A ideia, no entanto, vem recebendo críticas da doutrina italiana, que acredita que a inserção desse princípio de modo amplo na Itália poderia implicar risco à imparcialidade do juiz e podem inviabilizar a tutela adequada dos indivíduos considerados de forma isolada (v., por exemplo, PANZAROLA, Andrea. "Il principio di proporzionalità tra utilitarismo anglosassone e codice processuale attuali". *Rivista di diritto processuale*. N. 6, nov./dez.-2016, *passim*).

[180] RAGONE, Alvaro Perez. "La revalorización de la audiencia preliminar o preparatoria: una mirada desde la justicia distributiva en el proceso civil". *Revista de processo*. N. 252, fev./2016, *passim*.

[181] CAMPOS, Santiago Pereira. "Proporcionalidad procesal y justicia civil: tiempo de câmbios", ob. cit., esp. p. 1.236 e ss.

[182] Ob. loc. cit., p. 1.237.

Logo, ainda que de modo incipiente, o critério de proporcionalidade começa a ser empregado, também em países de tradição continental-europeia, para a justificação de certas soluções judiciais que, enxergado o conjunto da litigância, seriam mais eficientes e adequadas para a solução das controvérsias e a otimização dos recursos disponíveis.

2.5. A proporcionalidade processual no direito brasileiro

O direito brasileiro, embora conheça e aplique a lógica da proporcionalidade no campo do controle de constitucionalidade, não aplica com frequência a proporcionalidade panprocessual como critério para a alocação de recursos judiciários ou para a adoção de soluções processuais.

Há muitos anos, e sem referir diretamente à construção da proporcionalidade antes mencionada, Ovídio Baptista da Silva ponderava que institutos como as intervenções de terceiros (ele se referia especificamente à denunciação da lide) não estão alinhadas à melhor proteção dos interesses das partes. Ao contrário, em sua perspectiva, têm elas o compromisso de atender, de forma primária, ao interesse do próprio Estado-jurisdição, ainda que com sacrifício à efetividade da prestação jurisdicional desejada pelas partes. E isso ocorreria na medida em que a inserção desse terceiro no processo, embora atendesse ao interesse da Jurisdição em oferecer resposta ao conflito em sua maior extensão, incluiria no processo novo custo e nova complexidade, retardando a solução do conflito exposto pelas partes e, sob esse aspecto, prejudicando a celeridade processual. Expõe então o autor a lógica de que o princípio da "economia processual" poderia ser lido em uma perspectiva "*macro*", tomando em consideração a totalidade da prestação jurisdicional que o Estado deve prover.[183]

[183] "Entretanto, somente numa hipótese seria possível afirmar que o instituto da denunciação da lide atende ao interesse na 'presteza na entrega da prestação jurisdicional.' Tal se daria no caso de estarmos a considerar essa presteza não em relação ao caso individual de cada litigante e sim, numa perspectiva *macro*, a presteza ou a eficiência com que o Estado globalmente se desincumbe de seu dever constitucional de prestar jurisdição. O raciocínio seria conduzido na seguinte direção: - o princípio da economia, embora retarde a solução do caso concreto, aumenta o índice de efetividade na prestação jurisdicional, abstratamente considerada, em seu aspecto global, evitando que as partes tenham de voltar a juízo com novas demandas que a cumulação de lides, propiciada pela denunciação, elimina" (SILVA, Ovídio Baptista da. "Celeridade *versus* economia processual". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 228-229). Para Gustavo Osna, esse mesmo tipo de pensamento é latente na ótica de muitos autores na defesa e no tratamento de institutos clássicos, a exemplo da intervenção de terceiros. Referindo-se especificamente à argumentação apresentada por Cândido Dinamarco no tratamento do chamamento ao processo. Segundo Osna, "a preocupação exposta por Dinamarco também é de especial importância. Verdadeiramente, é certo que o processo civil deve ser hoje entendido não apenas sob as lentes do autor,

Já com amparo na construção da proporcionalidade do direito inglês, defendi no passado a aplicação desse critério como elemento determinante para a identificação dos direitos individuais homogêneos,[184] mas sem grande aceitação na prática forense. Sustentei, naquele trabalho, que a tutela coletiva – ou coletivização das técnicas de tutela jurisdicional – deveriam pautar-se por uma racionalidade de otimização de recursos, de modo que esses mecanismos fossem empregados sempre que a agregação de direitos, de questões, de defesas ou mesmo de provas pudessem garantir uma proteção mais adequada das situações do que a veiculação desses elementos por processos "individuais".

Com essa ideia concordou Gustavo Osna.[185] Posteriormente, ele também se valeu da proporcionalidade como elemento conceitual fundamental dos institutos do processo civil.[186] Leonardo Carneiro da Cunha, já refletindo sobre o então projeto de novo código de processo civil, também sublinhou a importância da eficiência como critério interpretativo das regras processuais e das rotinas adotadas no âmbito jurisdicional.[187] Na mesma linha, Marco Jobim desenvolveu a importância de ver na eficiência um verdadeiro critério hermenêutico do processo, aludindo à importância de enxergar esse princípio fundamental em sua função de princípio, de regra e de metanorma.[188] E Antonio do Passo Cabral se valeu da ideia da eficiência para defender a centralização de processos – como elemento capaz de evitar "desperdício de atividade jurisdicional duplicada e superposta sobre as mesmas questões".[189]

---

mas também em sua conformação geral. É partindo disso que ganham fôlego discussões preocupadas com seus custos em geral e voltados a tentar conferir à sua gestão uma modelagem mais proporcional" (OSNA, Gustavo. "Solidariedade passiva e chamamento ao processo: conflito e releitura a partir da efetividade processual". *Revista de direito civil contemporâneo*. Vol. 40, jul.-set./2024, p. 123).

[184] ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais homogêneos*. São Paulo: RT, 2013 (2ª ed., 2014), *passim*.

[185] OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos*. São Paulo: RT, 2014, *passim*. Também, mais recentemente, a mesma diretriz foi usada por João Antonio Fachinelo para sustentar mecanismos mais eficientes para a efetivação de direitos individuais homogêneos (v., FACHINELO, João Antonio Tschá. *Execução de direitos individuais homogêneos*. São Paulo: RT, 2023, p. 83-128).

[186] OSNA, Gustavo. *Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*, ob. cit., esp. p. 91 e ss.; OSNA, Gustavo. "Coletivizações e proporcionalidade – escolhendo as portas da tutela coletiva. *Coletivização e unidade do direito*. Org. Marco Felix Jobim *et alli*. Londrina: Thoth, 2020, vol. II, *passim*.

[187] CUNHA, Leonardo Carneiro da. "A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro". *Revista de processo*. Vol. 233, jul./2014, *passim*.

[188] JOBIM, Marco Felix. *As funções da eficiência no processo civil brasileiro*. São Paulo: RT, 2017, *passim*.

[189] CABRAL, Antonio do Passo. *Juiz natural e eficiência processual – flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. São Paulo: RT, 2021, p. 599.

No entanto, a par de algumas manifestações pontuais na doutrina,[190] pouco se considera, concretamente, a prestação jurisdicional em sua dimensão ampla. Adota-se, de regra, a análise endoprocessual, buscando a solução mais compatível com a solução de uma controvérsia determinada.

O mesmo se passa no campo jurisprudencial. São escassos os julgados que fazem referência à necessidade de examinar a prestação jurisdicional como um todo e buscar soluções que otimizem a alocação de recursos judiciários para oferecer melhor resposta à litigância considerada em sua totalidade.

Talvez um dos casos mais emblemáticos dessa preocupação ocorra no tratamento da reunião de processos para otimizar a prestação jurisdicional. Aqui, calha mencionar o voto vencido do Min. Luiz Fux (enquanto atuava no Superior Tribunal de Justiça) ao apreciar conflito de competência que tratava da reunião de ações individuais semelhantes que discutiam a legitimidade da cobrança de tarifa básica de telefonia fixa.[191] Ao se manifestar no caso, o Min. Luiz Fux salientou o risco de admitir que chegassem ao Judiciário milhares de decisões diferentes sobre a mesma matéria, com risco à isonomia e com descrédito à função jurisdicional. Apontou, então, que seria mais racional oferecer *uma única decisão* sobre a questão, o que, em última análise, importaria na otimização dos recursos jurisdicionais.[192] Posteriormente, ao examinar o Conflito de Competência n.

---

[190] Valendo-se da lógica da proporcionalidade na linha do texto, v., tb. ALFF, Hannah Pereira. *Gestão judiciária e técnicas do processo agregado*. Londrina: Thoth, 2021, p. 62-93.

[191] STJ, 1ª Seção. CC 47.731/DF. Rel. p/ acórdão Min. Teori Zavascki. DJU 05.06.06, p. 231.

[192] Disse o Ministro Luiz Fux, textualmente, que "A grande realidade é saber se podemos conviver com nossa função, tal como prevista na Constituição Federal, assistindo passivamente, chegarem aqui cem mil ações com decisões diferentes sobre a mesma matéria. Isso significa abdicar do dever de velar pela cláusula máxima consectária da tutela da dignidade da pessoa humana, que é a igualdade. Sabemos que um dos fatores que levou o Poder Judiciário a um profundo descrédito perante a opinião pública foi a falta de sintonia nas decisões. Citei uma vez um exemplo: um leigo pergunta para um outro qual é o juiz dele, pensando que poderia ir ao juiz do outro e conseguir o mesmo que o outro conseguiu, porque não conhece o princípio do juízo natural. No meu modo de ver, a conexão é inegável. Aliás, o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki entende que elas são conexas. Além do mais, não estamos julgando litígios individuais, mas uma discussão relativa a um ato-base genérico, que é o ato da agência que intervém quando instituiu a tarifa básica, sem considerarmos alguns aspectos práticos de que, se isso eventualmente vier a surpreender as partes em conflito, certamente essas empresas - e temos assistido a isso com constância na Corte Especial - reclamarão na Corte Especial para fazer valer a condição originária da concessão, sob pena de repassar para o consumidor, num tiro às avessas, a onerosidade pela impossibilidade de cobrar a tarifa básica que a agência reguladora autorizou.(...) Esta é uma ação coletiva, que versa e que interessa a todos. Uma ação dessa tem gerado a repetição de inúmeras ações. Nossa opção na vida é: ira ou amor. Temos que fazer uma opção. Vamos receber cem mil ações, cada uma com uma decisão diferente e vamos bater no peito que somos um tribunal da cidadania, mas violando a isonomia, ou daremos uma solução para essa questão, que é nacional? Diante desse panorama, reformulando meu voto, já que entendo que não podem permanecer nos juizados especiais, assento que a ratio essendi da conexão das ações coletivas é manter a uniformidade

57.558/DF, além de reiterar aquele seu entendimento anterior, sublinhou, em posição agora vencedora, que "o ideal jurisdicional é a função preventiva do Judiciário em evitar a multiplicação de ações conducentes a resultados inconciliáveis".[193] A compreensão que ampliava a reunião de processos para além dos casos classicamente admitidos vem ganhando corpo, sobretudo no Superior Tribunal de Justiça, que já empregou a medida para evitar a manipulação do Judiciário (que poderia ser estimulado a proferir decisões contraditórias), para impedir o abuso do sistema judiciário e mesmo para resolver de forma otimizada questões polêmicas repetitivas.[194]

Em outros termos, embora a jurisprudência brasileira não costume aludir expressamente à proporcionalidade panprocessual, ao menos nesse tipo de solução

---

das decisões, do contrário, estaremos criando, com as ações coletivas, a possibilidade de decisões contraditórias, isto é, estamos indo na contramão da finalidade do instituto. Sugiro que todas as ações sejam reunidas no juízo federal para uma decisão única, porque, mesmo aquela primeira solução de grupos ficarem em locais diferentes, gera a possibilidade de essas decisões serem contraditórias nesses grupos. Essa é a complementação da minha sugestão de voto" (aditamento ao voto do Min. Luiz Fux no exame do CC 47.731/DF).

[193] STJ, 1ª Seção. CC 57.558/DF. Rel. Min. Luiz Fux. DJe 03.03.08.

[194] Com esses fundamentos, por exemplo, é a seguinte passagem do voto do Min. Herman Benjamin, ao analisar o Conflito de Competência n. 108690/RS: "A requerente afirma que a situação fática, com 39 processos ajuizados nas Justiça Federal, Estadual e do Trabalho, decorreria de ação deliberada de determinado procurador para manipular o Judiciário. Sem qualquer juízo sobre se seria essa a situação do caso concreto, em tese existe a possibilidade de que se configure uma situação dessas. Há casos que podem gerar grande ansiedade, em especial para o réu, em que uma mesma questão é submetida, às vezes por uma multidão de partes, a juízes diversos e mostra-se claro o risco de decisões conflitantes. Exemplo claro pode ser buscado nos leilões de privatização de empresas estatais ocorridos anos atrás. Como muitos atores sociais eram contrários à privatização, seja por vislumbrarem problemas específicos no processo, seja por filosofia, ajuizavam ações requerendo a suspensão do certame. Os autores eram diversos, mas havia uma unidade no polo passivo e no pedido: pretendiam que a União não vendesse determinada empresa estatal. E a situação da União era, evidentemente, processualmente difícil, pois, distribuídas ações em 100 juízos diferentes, ainda que 99 negassem a liminar, bastava que um que a concedesse para o leilão não poder ser realizado. E essa realidade não passou despercebida a alguns atores que, por vezes, adotam verdadeira "tática de guerrilha", propondo ações utilizando diversos autores, possivelmente sem qualquer interesse verdadeiro na causa, apenas para aumentar as chances de decisão favorável. Num exemplo hipotético, empresa com contrato em curso com a Administração e interessada em impedir licitação para seleção de novo contratante consegue que uma série de outras empresas, sem qualquer interesse até em participar do certame, ajuízem ações alegando irregularidades no processo licitatório e pedindo a sua suspensão. As ações serão distribuídas a diversos juízes e, assim, vislumbra-se maior chance de algum deles conceder liminar e suspender ou anular o processo licitatório. Novamente, a mesma situação difícil para o réu: se 49 juízes considerarem inexistir irregularidade, bastará que um vislumbre algum vício para ser suspenso o certame. Em vista de situações como essa, que certamente causam perplexidade, seja em casos em que há verdadeiro abuso do sistema de justiça, seja em casos em que simplesmente existem questões polêmicas e muitos agentes resolvem legitimamente discuti-lo judicialmente, a jurisprudência do STJ entende pela necessidade de reunião dos processos em um único Juízo." (STJ, 1ª Seção. CC 108.690/RS. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 17.10.16).

emprega, de forma esporádica, a sua lógica para solucionar problemas ligados à multiplicação descontrolada de processos.

Ao que parece, também esse raciocínio permeia a solução dada pelo Supremo Tribunal Federal no caso descrito no início deste capítulo. No exame do RE 1.355.208, a conclusão por autorizar o Judiciário a impedir a execução fiscal de pequeno valor vem permeada pela lógica de balancear os custos com a movimentação da máquina judiciária em contraste com o benefício alcançado pela sua intervenção. Embora enfatizando a eficiência administrativa sob outro ângulo – e mencionando que esse comando constitucional deveria levar a Administração Pública a escolher outros meios para satisfazer seus créditos antes do recurso ao Judiciário – a orientação dominante do Supremo Tribunal Federal tangencia também a questão da adequada gestão dos recursos jurisdicionais. Afirma, por exemplo, a Min. Carmen Lucia que seria "desarrazoado onerar o Poder Judiciário com o prosseguimento de demandas cujos objetivos podem ser obtidos por meios extrajudiciais de cobrança, e, cotejando-se o interesse de agir, o princípio da eficiência na administração da Justiça e da administração do Município e o baixo valor pretendido pela execução, há que se concluir que a instituição de outros instrumentos legais para exigir à Fazenda Pública o adimplemento de dívidas não satisfeitas pelo contribuinte impõe a revisão da jurisprudência afirmada em 2010 no Recurso Extraordinário n. 591.033".[195] Em seu voto, a Min. Carmen Lúcia ainda sublinha a importância de que a autonomia dos entes federativos seja exercida de modo compatível com os princípios constitucionais, o que exige o respeito à razoabilidade e à proporcionalidade na escolha de por em movimento o Poder Judiciário.[196] Enfim,

---

[195] Voto da min. Carmen Lucia no RE 1.355.208/SC, antes mencionado. A alusão ao RE 591.033 se refere à tese firmada no julgamento deste caso (Tema 109), que compreende que "lei estadual autorizadora da não inscrição em dívida ativa e do não ajuizamento de débitos de pequeno valor é insuscetível de aplicação a Município e, consequentemente, não serve de fundamento para a extinção das execuções fiscais que promova, sob pena de violação à sua competência tributária." Ao apreciar o caso, o Supremo Tribunal Federal concluíra que não é constitucional negar a municípios a cobrança de créditos, ainda que de pequeno valor, na medida em que isso implicaria violação à garantia da inafastabilidade.

[196] E o pensamento da ministra vem ainda escorado na percepção de que "Havendo interesse e obrigação do ente estatal de dar cobro às dívidas que têm com os contribuintes, também é exato que o princípio da eficiência administrativa e financeiro impõe que somente possa se valer do caminho que importa onerar o Estado-juiz se outro instrumento para a mesma finalidade inexistir. Menos ainda se legitima a escolha da judicialização quando o custo financeiro e administrativo seja tanto maior quanto o que se tem a receber do devedor. A ineficiência administrativa mostra-se pela transferência à solução buscada entregando-se mais atribuição a órgãos de outro poder; pela indolência administrativa de se buscarem alternativas internas nos entes estatais (câmaras de conciliação e processos de formulação de meios de pagamento sem litígio); pela busca de pagamentos que formam processos de duração desarrazoada e impeditivas da eficiência do Poder Judiciário, pela absurda carga de processos dessa natureza".

expressamente ponderando sobre a necessidade de otimizar o emprego dos recursos judiciários, pondera a Min. Carmen Lúcia que "pela necessidade de se obterem e, principalmente, de dispenderem recursos públicos de forma racional, em especial aqueles destinados ao Judiciário, fator relevante para a análise do presente recurso, há de se relevar ser fundamental para o funcionamento e a manutenção do sistema: a gestão responsável, racional e eficiente das verbas públicas e a racionalização das demandas, da estrutura e do desgaste humano no Judiciário".

A seu turno, o Min. Luiz Edson Fachin, apresentando seu voto no caso, traz a primeira referência explícita na jurisprudência nacional dos tribunais superiores à ideia proporcionalidade panprocessual, enfatizando a necessidade de se atender a uma gestão do processo atenta à necessidade de otimizar os recursos jurisdicionais. Em apoio a essa percepção, o Min. Fachin ainda faz referência ao fato de que "isso, a rigor, está na Lei da Responsabilidade Fiscal, que não caracteriza como renúncia de receita o cancelamento de um crédito tributário cujo valor seja inferior ao custo da cobrança, porque esse, a rigor, é um critério relevante, trazido pela própria Lei Complementar 101, no seu art. 14, § 3º".[197] Posteriormente, em seu voto, o Min. Edson Fachin traz a racionalidade da proporcionalidade panprocessual como critério para a solução da escassez de recursos judiciários, destacando a necessidade de enxergar as soluções processuais em um contexto amplo. Afirma em seu voto que essa lógica parte da premissa da escassez de recursos, o que impõe a necessidade de sua gestão eficiente, considerando as circunstâncias específicas e as necessidades pontuais da litigância oferecida. E conclui que "a organização interna dos serviços e dos recursos para as causas que demandam mais tempos e recursos é algo que diz respeito às atividades do Poder Judiciário".[198]

---

[197] Aparte do Min. Edson Fachin, no julgamento do RE 1.355.208/SC.

[198] "Por isso, a partir das premissas normativas acima expostas, e das interessantes e oportunas lições dos professores de processo civil Sérgio Cruz Arenhart, da centenária Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, (A tutela coletiva de individuais: para além da proteção de interesses individuais homogêneos. 2a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 35-47) e Remo Caponi, da Universidade de Florença, (O Princípio da Proporcionalidade na Justiça Civil Primeiras Notas Sistemáticas. Revista de Processo. Vol. 192, fev. 2011, p. 397-415) trago à colação conceito da proporcionalidade panprocessual, que, em meu modo de ver, é mais adequado para enfrentar a questão posta. Segundo os autores, esse conceito não se refere à análise da máxima da proporcionalidade como técnica para verificar a adequação, a necessidade ou a proporcionalidade em sentido estrito da restrição a direito ou de tutela pleiteada. O seu foco é a gestão processual. Trata-se de reconhecer a escassez não só dos recursos financeiros, mas também dos recursos humanos e a necessidade de gerir o tempo destinado tanto a causas complexas e estruturais, como a causas não tão complexas no âmbito do Poder Judiciário. Portanto, a organização interna dos serviços e dos recursos para as causas que demandam mais tempos e recursos é algo que diz respeito às atividades do Poder Judiciário. De modo que, medidas que visem a melhor gestão de tais recursos, para que

2.6. Os contornos da proporcionalidade panprocessual no sistema brasileiro

À medida em que a proporcionalidade panprocessual vem ganhando corpo no sistema nacional, é possível atribuir certa sistematização a esse critério, o que é necessário até mesmo para que se possa aplicá-lo de forma minimamente objetiva.

De saída, não deve haver mais dúvida de que essa racionalidade é impositiva ao Poder Judiciário. De um lado, porque a eficiência exigida pelo art. 37, da Constituição, não se impõe apenas ao Poder Executivo. Trata-se, como visto, de critério que orienta toda atividade prestacional do Estado, na medida em que não se pode tolerar o desperdício de recursos públicos, particularmente quando sua escassez é notória, como é o caso brasileiro. Assim, o Poder Judiciário está submetido à lógica da eficiência, simplesmente porque integra o Estado. E, em razão disso, cumpre-lhe utilizar o critério da proporcionalidade panprocessual para alinhar seus meios – e também seus fins – à satisfação dos valores fundamentais da sociedade brasileira.

Tem-se aí a primeira âncora à aplicação da proporcionalidade: o atendimento aos valores essenciais do Brasil, tal como estabelecidos pelo texto constitucional e, em especial, pelos seus arts. 1º, 3º e 5º. Esse elemento é confirmado pela redação do art. 8º, do CPC, que determina que, na aplicação de todo o ordenamento jurídico – inclusive o processual – cabe ao juiz atender "aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência".

Além de expressar a eficiência na atividade jurisdicional, a proporcionalidade panprocessual revela-se como importante expressão da garantia fundamental de isonomia. Como pondera Gustavo Osna,[199] não é razoável que o Poder Judiciário confira a mesma atenção, a mesma carga de trabalho e o mesmo tratamento a duas causas completamente diferentes em curso perante o Poder Judiciário. E não é razoável exatamente porque, ciente de que essas causas não são *iguais*, não é constitucionalmente

---

o Poder Judiciário efetive o acesso à justiça célere, adequada e efetiva realizam direitos fundamentais e promovem a melhoria dos serviços e das políticas públicas prestadas com benefícios a toda a população. Assim, à luz desses parâmetros normativos, fundados em direitos humanos e fundamentais, concluo pela correção da decisão ora questionada, bem como não verifico qualquer inconstitucionalidade da lei estadual de Santa Catarina que serviu de fundamento para a sentença que extinguiu execução fiscal contra a qual foi interposta o Extraordinário" (excerto do voto do Min. Luiz Edson Fachin, no RE 1.355.208/SC).

[199] OSNA, Gustavo. *Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*, ob. cit., p. 96.

legítimo que se lhes dê tratamento igual. Este impecável raciocínio ressalta a importância de empregar a proporcionalidade como critério para a distribuição dos recursos judiciários na solução da massa de controvérsias existentes: a isonomia (tomada em sua acepção substancial) deve impor que controvérsias de dimensão diferente – sob o ponto de vista da importância das questões debatidas, dos valores em causa, dos seus impactos na sociedade e sobre os litigantes, de seu alinhamento com os valores essenciais do Estado brasileiro etc. – devam receber do Judiciário atenção diferente e quantidade distinta de recursos estatais.

A ótica do autor enfatiza elemento sem dúvida relevante para a aplicação da proporcionalidade. Ao lado dela, há ainda outra dimensão que não pode ser esquecida. Enxergar na atividade jurisdicional um *serviço público* impõe também que esse recurso escasso seja otimizado de outra forma, que além de considerar a *interrelação* entre os diversos processos existentes, enxerga a prestação jurisdicional para além de sua incidência nos processos em curso. Deve-se pensar, aqui, em uma certa função "preventiva" da atividade jurisdicional, não na linha apenas das ações inibitórias, tal como conhecidas,[200] mas como um *serviço que pode e deve ser prestado também de forma profilática*, no intuito de evitar demandas e pretensões que possam ser solucionadas antes mesmo de surgirem. Trata-se de pensar a litigância como um todo e a alocação de recursos judiciários de modo a enfrentá-la da forma mais eficiente e diligente possível.

Tanto quanto qualquer outro serviço público, muitas vezes a forma mais eficiente de utilizar os recursos públicos é de forma preventiva. Evitar uma doença é, sem dúvida, muito mais eficiente do que combater seus efeitos e obter a sua cura. Antecipar defeitos em uma obra – e agir antes de sua ruína – é incomparavelmente mais adequado, econômico e eficiente do que atender às consequências perniciosas depois de sua derrocada. E não é diferente no campo da litigância. Agir para prevenir conflitos é, muito

[200] V., sobre este tema em específico, no direito brasileiro, MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela inibitória. 8ª ed., São Paulo: RT, 2022, *passim*; ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*. São Paulo: RT, 2000, *passim*; ARENHART, Sérgio Cruz. *Perfis da tutela inibitória coletiva*. São Paulo: RT, 2003, *passim*; SPADONI, Joaquim Felipe. *Ação inibitória*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, *passim*. Deveras, no texto, não se pretende tratar apenas das ações inibitórias, como medidas destinadas a impedir a ocorrência ou a repetição de um ato ilícito. A tutela inibitória, como técnica preventiva, tem por objetivo atender a um específico risco de violação. No texto, ao contrário, pensa-se a proporcionalidade como ferramenta apta a evitar que conflitos possam surgir, de modo amplo, sejam aqueles que reclamam atuação preventiva, sejam aqueles que exigem proteção repressiva.

comumente, opção mais eficiente – e, assim, mais proporcional – do que aguardar os conflitos e os processos decorrentes chegarem à análise jurisdicional.[201]

A atividade jurisdicional, desse modo, à luz da proporcionalidade panprocessual, deve ser enxergada para além dos processos singulares em que atuará. Deve ser vista em sua função *curativa* e também, como dito, em sua dimensão *profilática*.

Além disso, essa leitura da atividade jurisdicional implica enxergar a função processual como uma *atividade em rede*. Por outras palavras, os processos singulares conformam uma *rede* que pode ser examinada a partir de cada um de seus nós (cada conflito, cada processo, cada atividade jurisdicional ou atividade voltada lidar com as controvérsias presentes, pretéritas e futuras), mas também exige ser apreciada em seu conjunto. As controvérsias não são tratadas unicamente pela atividade desempenhada *dentro de uma específica relação processual*. Muitas vezes, atuações ocorridas em outros processos ou decorrentes de outras soluções judiciais (v.g., a formação de uma decisão vinculante) influencia situações de conflito, criando-os, eliminando-os ou os modificando.

Por isso, a interpretação e a atuação do direito processual exigem – sob os ares da proporcionalidade panprocessual – levar em consideração esses efeitos externos ao processo. E impõem também avaliar a *eficácia das soluções encontradas à luz da maior extensão possível aos casos submetidos à apreciação judicial*.

Assim é que a proporcionalidade panprocessual pode ser vista sob dois diferentes ângulos. Em primeiro lugar, em uma ótica *interna*, que avalia as melhores soluções a serem empregadas *dentro do processo*, tendo em vista a limitação de recursos e a necessidade de otimizar sua aplicação diante de outros casos em que soluções semelhantes se imponham. Em segundo lugar, em um viés *externo*, que examina as soluções processuais fora da relação processual, tomando em consideração abordagens que possam gerir de forma eficiente os recursos jurisdicionais tendo em vista a litigância

[201] Repita-se, aqui, a passagem já citada de voto do Min. Luiz Fux, que aludia ao "ideal jurisdicional" de uma função preventiva do Judiciário, capaz de evitar a "multiplicação de ações conducentes a resultados inconciliáveis" (STJ, 1ª Seção. CC 57.558/DF. Rel. Min. Luiz Fux. DJe 03.03.08).

como um todo,[202] conformando a própria estrutura jurisdicional aos desafios dessas limitações e mesmo encontrando alternativas para a solução adequada de conflitos.[203]

Parece desnecessário dizer que a visão profilática e externa da proporcionalidade é muitas vezes negligenciada pelo processo civil, embora possa trazer importantes contribuições para o aperfeiçoamento geral do serviço-Justiça. Cabe recordar que, perante o direito canadense, como já visto, a proporcionalidade, na dimensão aqui defendida, é fundamento para a punição de qualquer espécie de abuso do processo (art. 4.1 e 4.2, do Código de Processo Civil do Quebec).[204] Talvez para o direito brasileiro, a mesma racionalidade possa ser empregada com a vantagem de dispensar qualquer espécie de avaliação sobre elementos subjetivos ou sobre o potencial danoso[205] da conduta do sujeito

---

[202] "À notre avis, il est plutôt nécessaire d'effectuer ici un contrôle de proportionnalité procédurale à deux niveaux. D'abord, la garantie procédurale de proportionnalité requiert, quant au litige considéré individuellement, que les parties aient chacune eu la possibilité de présenter leur cause de manière proportionnée et équilibrée. Il ne pourra alors être permis, par exemple, que l'une des parties puisse contre-interroger un témoin une deuxième fois alors que l'autre n'a pu le faire. De plus, dans certains cas ce deuxième contre-interrogatoire ne pourra être permis, par exemple, si le litige n'est pas assez important. L'importance du litige devra alors être déterminée en fonction non seulement de la valeur monétaire du litige, mais de la complexité des questions en litige. Un litige pourra aussi être considéré important, même si la somme en litige n'est pas très élevée, s'il implique des enjeux non monétaires importants, telle la détermination d'une question de droit constitutionnel ou de droits de l'homme, ou ayant des répercussions importantes sur l'opinion publique. Au deuxième niveau, il faut contrôler la proportionnalité sociétale. Des ressources raisonnables doivent avoir été investies dans le litige par les parties, sans abus, et ce, compte tenu des ressources judiciaires dont la communauté a besoin, notamment, du temps-juge disponible aux justiciables109. Ainsi, plusieurs aspects du litige pourront – et devront – être examinés dans la détermination de proportionnalité des procédures judiciaires, soit, entre autres, les actes de procédures (leur longueur, leur complexité), les interrogatoires et contre-interrogatoires, les expertises, les heures facturées et les frais d'avocats chargés, le temps d'audience, les délais, les conférences préparatoires et téléphoniques, les témoins." (PICHE, Catherine, ob. cit., p. 593). De modo semelhante, assinala Alvaro Ragone que "la proporcionalidad no exige precisión y se aplica al menos a dos dimensiones: (i) a las partes en tanto amplía el horizonte de acceso a la justicia y poder transitar en ella con costos adecuados y en un tiempo razonable; (ii) en relación al tribunal que debe considerar un caso actual y los recursos a él asignados contextualizándolo dentro de otros casos que deberá de futuro conocer y decidir 'considerar la cantidad de recursos gastados en cada caso haya en la necesidad de asegurar que los recursos judiciales apropiados están disponibles para otros litigantes' (CPR 1.1 (2) (e)). La combinación del juez activo director y gestor del proceso sumado al rol de las partes (en el ejercicio de su autonomía para proponer el diseño y flexibilidad del proceso sumado a su deber de cooperación) parecen ser una salida aceptable y funcional" (RAGONE, Alvaro P. "La revalorización de la audiencia preliminar o preparatoria: una mirada desde la justicia distributiva en el proceso civil", ob. cit., p. 412).

[203] Enfatizando essa necessidade sob a ótica da gestão processual, v., GAJARDONI, Fernando Fonseca. "Gestão de conflitos nos Estados Unidos e no Brasil". *Revista Eletrônica de Direito Processual*. v. 19, n. 3, p. 276-295, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.12957/redp.2018.39174. Acesso em: 03 abr. 2024; ZUFELATO, Camilo. "Flexibilização procedimental e gestão processual no direito brasileiro. *I Colóquio Brasil-Itália de direito processual civil*. Org. Camilo Zufelato *et alli.* Salvador: JusPodivm, 2016, *passim*.

[204] PICHÉ, Catherine, ob. cit., p. 572-573.

[205] Embora não haja dúvida de que o abuso de direito (processual ou não) dispense a análise de qualquer elemento subjetivo, arte relevante da doutrina defende que o dano é elemento indispensável para a

dentro de um processo singular.[206] Sem dúvida, ainda que o combate ao abuso do processo ofereça outras finalidades imediatas, a aplicação e a extensão dada a este instituto pode gerar efeitos benéficos ou não para a litigância como um todo e, em especial, para o volume de demandas apresentados perante o Judiciário. Não se trata aqui apenas de pensar em um efeito "econômico" desse tipo de medida, mas de enxergar a importância de interpretar e aplicar os conceitos e as regras processuais à luz dos recursos (em sentido amplo) disponíveis, da necessidade de preservar recursos proporcionais para serem aplicados aos outros processos e, em consequência, de pensar a atividade jurisdicional como um todo, que pode atuar até mesmo antes e fora de um processo singular.

Com isso não se pretende defender a ideia geral de que a função judicial deva afastar a sua premissa essencial da inércia, tal como expressamente consignado no art. 2º, do CPC. Sem dúvida, a jurisdição não deve atuar no vácuo, sem que tenha ocorrido qualquer provocação. Porém, uma vez provocada, deve agir de modo amplo e ótimo, de sorte a produzir o resultado mais eficiente para enfrentar o problema que lhe foi trazido em sentido amplo. Repita-se aqui a advertência de Jolowicz,[207] que sublinha que, diante da manifesta escassez de recursos, é razoável compreender que a atividade jurisdicional seja reservada a questões que ultrapassem o limite do interesse estritamente privado e individual, para focar, sobretudo, em questões que ofereçam alguma repercussão social ou possam de fato comprometer os objetivos gerais do Direito e do Estado.

Não que interesses privados sejam irrelevantes; mas se os recursos são escassos, então a prioridade não pode ser dada a esses interesses egoísticos, sobretudo quando há

---

caracterização do abuso processual (v., por todos, ALBUQUERQUE, Pedro de. *Responsabilidade processual por litigância de má fé, abuso de direito e responsabilidade civil em virtude de actos praticados no processo*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 92-93; ABDO, Helena. *O abuso do processo.* São Paulo: RT, 2007, p. 254).

[206] De certo modo, essa visão não é diferente daquela que animou parte da doutrina nacional a defender que o abuso de direito de defesa que autorizava a antecipação de tutela não era, propriamente, comportamento ilícito da parte, mas sim situação em que o direito de defesa, considerado de forma ampla, implicava situação injusta e, portanto, desproporcional, para a parte autora. Marinoni, por exemplo, sustenta há muito tempo que o abuso de direito de defesa a que aludia o art. 273, inc. II, do CPC/73 não se referia exatamente a situação em que o réu agisse com má-fé ou de forma ilícita; aludia sim a situações em que o exercício *regular* da defesa do réu importava situação abusiva, porque impunha ônus do tempo exagerado à parte autora (MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. São Paulo: RT, 1997, p. 27-28). Também Rogéria Dotti demonstra que a condenação com reserva, que dá base à antecipação de tutela fundada na "evidência", ainda que possa indiretamente apresentar efeito dissuasório, não tem função punitiva, prestando-se antes à distribuição equitativa do ônus do tempo do processo, o que importa a consecução de um processo mais célere e efetivo (DOTTI, Rogéria Fagundes. *Tutela da evidência*. São Paulo: RT, 2020, p. 61).

[207] JOLOWICZ, J. A. *On civil procedure,* ob. cit., p. 394.

outros valores – essenciais para o Estado – que também carecem da atenção jurisdicional. Além disso, em ampla medida, é possível que o atendimento a esses valores "menos relevantes" para a ordem jurídica seja atendido por formas múltiplas, não se podendo mais pensar que o processo individual de rito comum seja a via única e adequada para toda a conflituosidade.

Em suma, essa perspectiva, dada pela proporcionalidade panprocessual, ainda está alinhada ao consequencialismo e ao pragmatismo que orientam os arts. 20 e 22, da LINDB. Se não se tolera mais que decisões (inclusive as judicias) sejam baseadas em valores sem considerar as suas consequências e se é necessário sempre, na gestão pública, considerar as dificuldades, os obstáculos e as exigências das políticas públicas, então é fundamental que a interpretação e a aplicação do processo civil se deem com a consideração daquilo que é necessário para a melhor obtenção desses fins públicos e no limite da máxima efetividade dos recursos disponíveis.

Por fim, não se pode perder de vista a advertência de Cadiet, no sentido de que a gestão adequada de recursos judiciários não pode ser vista como um fim em si mesmo. Essa gestão adequada é apenas um meio para que se possa prestar a atividade jurisdicional de modo otimizado, com a qualidade necessária a um maior número possível de controvérsias que existam no seio social.[208]

[208] Nas palavras do autor, ela é "um *meio* de fornecer, dentro de prazos razoáveis, uma justiça de qualidade, isto é, em definitivo, uma justiça aceita pelas partes que terão o sentimento de terem sido escutadas de maneira apropriada, mesmo se elas não obtiverem decisões favoráveis às suas postulações. A justiça não deve ser proporcionada ao menor custo, mas a um custo *adequado*, ou seja, em uma medida que não traga substancialmente prejuízo às exigências da justiça processual. A promoção do princípio da eficiência como princípio de ação pública deve ser combinada com os princípios do processo justo. O processo civil não pode ser pensado hoje senão como o resultado de um compromisso permanente e necessário entre um princípio de eficiência e um princípio de equidade" (CADIET, Loïc. *Perspectivas sobre o sistema da justiça civil francesa – seis lições brasileiras*. Trad. Daniel Mitidiero *et alli*. São Paulo: RT, 2017, p. 72).

3. A teoria dos efeitos da sentença e o encarceramento da prestação jurisdicional

3.1. Embargos de terceiros e fraude contra credores

Tradicionalmente, no direito brasileiro, não se admite que, em ação de embargos de terceiros, seja desconstituído negócio jurídico em razão do reconhecimento de fraude contra credores. Esse entendimento foi decantado por meio da Súmula 195, do Superior Tribunal de Justiça, que afasta qualquer dúvida a respeito dessa conclusão.[209]

Em um dos precedentes que deram origem a essa conclusão (Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 24.311-1/RJ[210]), o Min. Barros Monteiro, relator cujo voto prevaleceu na 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, ponderava, com base em lições de Cândido Dinamarco, que a finalidade dos embargos de terceiro era limitada ao desfazimento do ato de constrição judicial. Por outro lado, ainda segundo o voto, a fraude contra credores implica a anulabilidade do negócio jurídico (ou a sua ineficácia superveniente e sucessiva), de sorte que, até que sobrevenha essa desconstituição – por sentença de eficácia *constitutiva* – o negócio é válido e eficaz. Ademais, ainda segundo o relator, a anulação do negócio exigiria a participação de todos os celebrantes, o que não ocorre na ação de embargos de terceiro, sobretudo diante da inviabilidade da reconvenção.[211] Ainda que essa tenha sido a orientação dominante, divergiram dessa conclusão os Min. Dias Trindade e Sálvio de Figueiredo Teixeira. Para este último, não haveria óbice em autorizar a discussão da fraude contra credores em embargos de terceiros, desde que houvesse a participação de todos os que estão envolvidos no ato impugnado, "uma vez que não se pode desconstituir um ato jurídico sem a participação das partes nele envolvidas".

Em outro julgamento, ainda mais antigo (REsp 5.307/RS[212]), o também processualista Min. Athos Gusmão Carneiro, após expor a controvérsia existente sobre o

---

[209] "Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores".

[210] STJ, 2ª Seção. EREsp 24.311-1/RJ. Rel. Min. Barros Monteiro. DJU 30.05.94, p. 13438.

[211] Em síntese, concluiu o voto no sentido de que "prestando a adesão de meu voto a tal entendimento, tenho que não se pode dispensar a *actio pauliana*. Eficaz o negócio jurídico em sua origem, poderá deixar de sê-lo, se sobrevier sentença constitutiva que lhe retire essa eficácia relativamente aos credores. E, isso não é suscetível de operar-se no âmbito restrito dos embargos de terceiros".

[212] STJ, 4ª Turma. REsp 5.307/RS. Rel. Min. Athos Carneiro. DJU 08.03.93, p. 3119.

tema, justificando que "o processo moderno deve apresentar-se instrumento de restauração célere e eficiente dos direitos violados. Casos apresenta-se com frequência, em que as circunstâncias indicam, por vezes às escâncaras, o prejuízo do credor e o 'consilium fraudis' de parte do adquirente. Remeter o credor, em nome da ortodoxia doutrinária, aos caminhos longos, penosos e demorados da ação pauliana, parece, 'venia concessa', uma demasia, quando está posta em juízo demanda incidental em que a questão poderá perfeitamente ser resolvida. Nestes casos, demonstrada a fraude ao credor, a sentença não irá anular a alienação, mas simplesmente, *como nos casos de fraude à execução*, conduzirá à ineficácia do ato fraudatório *perante o credor embargado*, permanecendo o negócio válido entre os contratantes, o executado-alienante e o embargante-adquirente. A sentença terá, destarte, caráter dominantemente declaratório, pois declarará a validade e eficácia do ato de constrição e a possibilidade de o bem fraudulentamente alienado responder pela dívida, embora mantido no patrimônio do adquirente".

O exemplo expõe bem a dificuldade que o processo civil brasileiro tem em lidar com a inclusão ou não de temas em certos processos à luz da teoria dos efeitos da decisão judicial. Sobretudo no que diz respeito aos casos em que é importante a diferença entre os efeitos *declaratório* e *constitutivo* há debates eternos a respeito da natureza da sentença e dos limites das matérias que podem ser conhecidos neste ou naquele processo.

Nessa ordem, por exemplo, Pontes de Miranda, tratando do princípio da fungibilidade da forma do fundamento, que autoriza ao juiz dar outra interpretação aos fatos descritos pelo autor na causa de pedir de sua demanda (*da mihi factum dabo tibi ius*), expressamente afirma que essa modificação só pode ocorrer se "a nova categoria ou figura ainda se concilie com o seu pedido, por aptidão material ou jurídica do que, segundo ela, seria pedido".[213]

De certo modo, portanto, parece ainda atual a advertência feita por Corrêa Telles, no início do século passado, que afirmava que "é preciso saber os nomes de todas as acções; porquanto ainda que, quando se intentam, se não exija declarar os nomes delas, é comtudo indispensável a juízes e advogados conhecerem-nas, não menos pelos nomes que pelos effeitos".[214]

---

[213] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1996, tomo IV, p. 14.

[214] CORRÊA TELLES, José Homem. *Doutrina das acções*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918, p. 12-15.

3.2. A classificação das sentenças por seus efeitos e suas consequências

É inegável que, para o direito brasileiro, tem significativa importância a teoria dos efeitos da sentença. Seja quando observada sob o prisma do "pedido imediato" a ser deduzido, seja quando se discute a extensão do conteúdo da decisão proferida, apreciar os efeitos principais que podem ser atribuídos à sentença conduz a incontáveis consequências e a discussões eternas.

Por isso, antes de apreciar criticamente essa teoria, cumpre avaliar mais detidamente suas raízes e a classificação atualmente empregada.

3.2.1. A origem da teoria dos efeitos da sentença

É da tradição brasileira classificar as ações (e consequentemente as sentenças) possíveis no nosso sistema. Todavia, nem sempre essa classificação tomou em conta os "efeitos" que são buscados em juízo. Tradicionalmente, até pela aproximação entre o direito processual e o direito material, essa classificação tomava em conta mais a implementação do direito que era alvo da prestação judicial.

Corrêa Telles, por exemplo, apresentava diversas classificações possíveis para as ações. Dentre elas, aludia à classificação referente à origem dos direitos invocados – mencionando as ações referentes ao estado das pessoas, às obrigações pessoais, às prejudiciais, às reais e às pessoais[215] – e aos fins buscados – divididas em reipersecutórias, penais e mistas.[216]

Paula Batista, de modo semelhante, mencionava a divisão fundamental das ações, aludindo às ações derivadas do estado das pessoas, ou de direito absoluto (real) ou de direito relativo (pessoal), tratando então das ações prejudiciais, reais e pessoais.[217] Em relação às sentenças, mencionava apenas aquelas *condenatórias* e *absolutórias*.[218] Sua ideia de condenação, no entanto, afasta-se completamente da ideia de sentença

---

[215] Ob. cit., p. 27 e ss.

[216] Ob. cit., p. 36 e ss.

[217] PAULA BATISTA, Francisco de. *Compêndio de teoria e prática do processo civil comparado com o comercial e de hermenêutica jurídica*. 7ª ed., Lisboa: A. M. Teixeira, 1910, p. 12 e ss.

[218] Ob. cit., p. 168. A respeito, afirma o autor que a sentença "divide-se em *definitiva* e *interlocutória*: a primeira é aquella que decide a questão *principal*, condemnando ou absolvendo o réo; e por isso é *condemnatoria* ou *absolutória*..."

condenatória atual. A noção de condenação, aqui, está muito mais ligada à ideia atual de "procedência" do pedido.

Um pouco mais tarde, seguem nessa mesma linha, entre vários outros, João Monteiro,[219] Costa Carvalho[220] e João Mendes de Almeida Junior.[221]

Foi apenas com o aumento da influência do direito alemão e italiano sobre a doutrina processual brasileira e com o incremento do reclamo doutrinário em afastar o direito processual do direito material[222] que se passou a classificar as ações – e consequentemente as sentenças – por meio das eficácias com que hoje elas são conhecidas. Com isso, não se diz que as eficácias das ações e das sentenças eram desconhecidas no passado.[223] Porém, sem dúvida, a doutrina emprestava a essa característica pouca relevância, preferindo – até pela vinculação tradicionalmente realizada entre o direito processual e o direito material – enxergar as ações por suas relações com as situações materiais alvo de tutela.

Em verdade, até mesmo na Europa, até o início do século passado, pouco crédito se atribuía à classificação das ações (e das sentenças) à luz dos efeitos buscados na

---

[219] MONTEIRO, João. *Programma do curso de processo civil*. 5ª ed., São Paulo: Typographia Academica, 1936, p. 96-102 e 577. Particularmente, refletindo a noção que se tinha na época de "condenação" afirma o autor que "eis a razão porque a Ord. L. 3º tit. 66 § 1º dispõe que *o julgador sempre dará sentença conforme ao libelo condemnando ou absolvendo em todo ou em parte segundo o que achar provado pelo feitor*" (nota 1).

[220] COSTA CARVALHO, Luiz Antonio da. *Curso theorico-pratico de direito judiciário civil*. 1º vol. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº, 1936, p. 123 e ss. e 313.

[221] ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. *Direito judiciário brasileiro*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960, p. 110 e ss e 141-142.

[222] Devis Echandía, por exemplo, aludia ao sentido "material ou incorreto" da classificação das ações e ao sentido "processual" (correto) dessa classificação. Dizia ele que "cuando se usa el término *acción* en sentido material, para clasificar o identificar las pretensiones aducidas en la demanda, se suele decir por autores y jueces que en un determinado proceso se ha ejercitado una acción de nulidad, de simulación, de resolución de un contrato, de indemnización de perjuicios contractuales o extracontractuales, etc., con el fin de precisar cuál es el debate sustancial que en el proceso se ha planteado y, por lo tanto, el alcance de la sentencia de fondo o mérito que debe dictarse. Pelo se comprende sin dificultad que en todos esos casos lo adecuado es hablar de pretensión y no de acción" (ECHANDÍA, Hernando Devis. *Teoría general del proceso*. 2ª ed., Buenos Aires: Editorial Universidad, 1997, p. 197). Já em relação à classificação "correta", ponderava o autor que "entendemos por tal la que mira a la clase de jurisdicción, al tipo de proceso (ordinario o especial) y a los fines para los cuales se impetra la decisión del juez por el aspecto de su naturaleza procesal; es decir: fines declarativos, constitutivos, de condena, ejecutivos, cautelares, que son las varias maneras de obtener la declaración o la realización del derecho objetivo mediante la sentencia y las diversas clases de procesos" (Ob. loc. cits). Sob essa perspectiva processual, o autor oferecia distintas classificações, como entre ações públicas ou privadas; ordinárias e especiais; ou de julgamento e de execução.

[223] Chiovenda, por exemplo, refere ao uso da ação meramente declaratória no direito romano, por meio da *praeiudicia* e no direito medieval, através do processo provocatório (CHIOVENDA, Giuseppe. "Azioni e sentenze di mero accertamento". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, p. 19).

prestação jurisdicional. Dava-se mais ênfase à classificação das ações que ainda guardava grande ligação às formas de pretensão viáveis, até porque essa era a tradição cultivada por muito tempo.[224]

As reações contra essa tendência, no entanto, são antigas no direito europeu. Talvez um dos momentos mais marcantes nessa mudança seja o trabalho de Wach,[225] a respeito da pretensão à declaração. No intuito de isolar a finalidade da ação declaratória, o autor esclarece que é a razão da proteção por atividade jurisdicional o que diferencia a ação condenatória da ação declaratória, na medida em que a primeira buscava a satisfação do direito, enquanto a segunda tem finalidade distinta, ligada a outros fatos que justifiquem o interesse na proteção.[226]

Chiovenda pode ser usado como um bom exemplo desse momento de transição na Europa. Em 1901, ele escreve sobre a "ação" em geral, para um dicionário italiano. Ali, ele apresenta as várias acepções do termo e descreve a construção da moderna teoria da ação na Itália como categoria diversa da pretensão material exercitada em juízo.[227] Ainda muito influenciado pela doutrina antiga, ele expõe como principais classificações das ações aquelas que as dividem em pessoais ou reais; em mobiliárias ou imobiliárias; as diretas, contrárias, oblíquas ou úteis; as públicas ou privadas, entre outras. Um pouco mais tarde, em sua conhecida *prolusione* de Bolonha, de 1903, o autor faz breve menção às categorias de ações, enfatizando a existência de algumas categorias até então pouco conhecidas, a saber a declaratória e a constitutiva.[228] Quando, mais adiante, da publicação

---

[224] Mortara, por exemplo, escrevendo no início do século XX, mantinha a ênfase da ação nas espécies de pretensões viáveis, aludindo às ações reais e pessoais e às ações petitórias e possessórias (MORTARA, Lodovico. *Principii di procedura civile*. Firenze: G. Barbèra Editore, 1919, p. 51-52). Para ele, essa classificação deveria levar em conta "l'oggetto della domanda, il suo scopo, l'indole del diritto che si vuol tutelare" (ob. cit., p. 51).

[225] WACH, Adolf. *La pretension de declaración – un aporte a la teoria de la pretensión de protección del derecho*. Trad. Juan M. Semon da obra original, publicada em 1889. Buenos Aires: EJEA, 1962.

[226] "El fundamento de la protección por sentencia es el que diferencia la acción de condena de la declarativa. En aquélla, el interés en la protección jurídica está en la necesidad de satisfacción del derecho, en ésta, en medida más amplia, tales como se expresan en el párr. 231, fundamentan un interés jurídico, en la más pronta y posible declaración. Por la acción de condena se hace valer el derecho como necesidad de satisfacción, por ende incumplido, o, como se dice, 'violado', como aspirando al cumplimiento, como pretensión de existencia presente, mientras que en la acción declarativa no es así. La necesidad de satisfacción siempre constituye una causa de protección del derecho, esto no existe mayores comentarios. La acción declarativa, que no tiene tal causa en su favor, deberá basarse en otros hechos que justifiquen el interés en la protección (interés en la declaración)" (ob. cit., p. 77).

[227] CHIOVENDA, Giuseppe. "Azione". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 3, p. 3-18.

[228] CHIOVENDA, Giuseppe. "L'azione nel sistema dei diritti". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 1, pp. 16 e 25 e notas de rodapé 68 e 118.

de seus *Principii*, o autor já trata das ações declaratórias, constitutivas e condenatórias,[229] fazendo referência à doutrina alemã e, depois, italiana que menciona essa tripartição.[230] Um pouco mais tarde, em 1932, discorre ele sobre a ação declaratória, tratando-a definitivamente como categoria autônoma e trazendo para o direito italiano as ideias construídas havia pouco tempo na Alemanha e também a experiência de outros países.[231] Em 1937, regressa mais uma vez ao tema, definindo as sentenças declaratórias, *em sentido amplo*, como aquelas que não comportam execução, aí incluídas as sentenças de improcedência e as constitutivas.[232] *Gosso modo*, nesse estudo, ele reproduz o texto anterior e acentua a evolução do conceito de ação como ponto fundamental para o reconhecimento da autonomia da ação declaratória.[233-234]

---

[229] CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di diritto processuale civile*. 2ª ed., Napoli: Jovene, 1923, p. 46.

[230] *Idem*, *ibidem*, p. 144, nota de rodapé 1. Ali o autor menciona que as primeiras referências a essa teoria vêm do direito alemão, no final do século XIX, sobretudo a partir da obra de Hellwig. Na Itália, segundo o autor, a introdução do tema, de forma incipiente, estaria presente em seu próprio estudo "*Azione nel sistema dei diritti*", em 1903. A referida nota é um desdobramento da nota de rodapé 118, inserida no texto "L'azione nel sistema dei diritti", já mencionado.

[231] CHIOVENDA, Giuseppe. "Azioni e sentenze di mero accertamento"*,* ob. cit., p. 19-49. Nesse estudo, afirma o autor que "si chiama propriamente azione e sentenza meramente dichiarativa quella figura generale d'azione e di sentenza con cui l'attore che la propone o la invoca tende esclusivamente a procurarsi la certezza giuridica di fronte a uno stato d'incertezza che gli è pregiudizievole, all'uopo chiedendo che si dichiari esistente un suo diritto o inesistente il diritto altrui, indipendentemente dalla effettiva realizzazione, dalla condanna, dalla esecuzione forzata. In questo senso la sentenza *meramente* dichiarativa si differenzia dalla sentenza di condanna che tende alla esecuzione effettiva d'una prestazione e dalla sentenza costitutiva, che tende al mutamento dello stato giuridico esistente" (Ob. cit., p. 19). Em seguida, o autor pondera que a noção de sentença declaratória pode assumir duas diferentes conotações: uma mais ampla e outra mais restrita. "In questo largo significato rientra la intera massa delle sentenze che *rigettano* la domanda dell'attore, e quella delle sentenze costitutive: le prime dichiarano la insussistenza del diritto fatto valere in giudizio; le seconde dichiarano la sussistenza del diritto alla modificazione dello stato giuridico attuale, modificazione che non si realizza in via d'esecuzione forzata, ma si attua *ope legis* in seguito alla dichiarazione del giudice" (*idem, ibidem*, p. 20). No sentido mais restrito, porém, ainda na ótica do autor, seria declaratória a ação em que se pretende a declaração da existência do direito próprio ou a inexistência do direito alheio (ob. loc. cits.).

[232] CHIOVENDA, Giuseppe. "Azione di mero accertamento". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 3, p. 51.

[233] Ob. cit., p. 63.

[234] Mais corretamente seria dizer a "redescoberta" da autonomia da tutela declaratória, na medida em que, como acentua o autor, as ações declaratórias eram conhecidas havia muito tempo, inclusive no período romano. Porém, à medida em que o processo se dirige para a finalidade de "resolver litígios", enfraquece a função unicamente declaratória da jurisdição, paulatinamente substituída pelas ações provocatórias, que buscavam *indiretamente* a certeza jurídica, provocando o adversário a propor alguma demanda ou, em sua omissão, "*sentirsi condannare al silenzio per l'avvenire*" (CHIOVENDA, Giuseppe. "Azione di mero accertamento", ob. cit., p. 55; v., tb, contemporaneamente, CHIOVENDA, Giuseppe. "Sulla influenza delle idee romane nella formazione dei processi civili moderni". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 3, p. 110).

Como se vê, nesse período inicial, ainda era nebulosa a distinção entre os vários efeitos da sentença (e da ação), sendo comum que se considerasse que esses efeitos estavam, de certo modo, entremeados e presentes, em alguma medida, indistintamente em todas as ações e sentenças. No entanto, a partir da ênfase na autonomia do direito processual frente ao direito material, e sobretudo diante do reconhecimento da possibilidade de uma ação "puramente" declaratória, o foco doutrinário passou a olhar para o fenômeno "ação" sob luzes estritamente processuais, depuradas de qualquer contaminação do direito material.[235]

Esse crescente movimento em direção à autonomia do processo (em relação ao direito material) veio acompanhado do aumento das discussões a respeito das categorias das ações (vistas sob o enfoque estritamente processual), seja em relação à sua existência, seja em relação ao seu conteúdo, seja ainda em relação à qualificação de situações pontuais de tutela segundo essas classes.

Assim, por exemplo, Alfredo Rocco, no início do século passado, entendia que não era admissível uma ação ou sentença constitutiva, na medida em que isso conflitaria com a própria finalidade da jurisdição de aplicar o Direito preexistente.[236] Contra esse entendimento, posicionou-se, entre outros, Chiovenda,[237] que sublinhava que também na sentença constitutiva havia a atuação (declaração) de uma norma preexistente; porém, nesse caso, a declaração judicial seria a causa de uma modificação jurídica, tal como determinada por esse direito anterior. Calamandrei,[238] também nesse momento inicial da doutrina italiana, opta por um viés conciliatório, afirmando, na linha de outros autores

---

[235] Assim, CHIOVENDA, Giuseppe. "Azione di mero accertamento", ob. cit., p. 63.

[236] ROCCO, Alfredo. *La sentenza civile*. Milano: Giuffrè, 1962 (reimpressão da 1ª ed., de 1906), p. 131 e ss. Para ele, "se, infatti, esiste una categoria di sentenze civili, le quali non si limitano ad *accertare* rapporti giuridici, ma *creano rapporti giuridici nuovi*, ciò significa che la funzione giurisdizionale non ha per compito la *realizzazione* dei rapporti esistenti mediante accertamento ed esecuzione forzata; che essa non si propone di *accertare* la tutela giuridica spettante a un concreto interesse, o di soddisfare un interesse la cui tutela giuridica sia certa (casi tutti, in cui si presuppone *già esistente* il rapporto giuridico), ma che, invece, compito dello Stato nell'esercizio della funzione giurisdizionale è quello di *creare* rapporti giuridici, ossia di *procurare*, colla propria attività, la tutela giuridica a determinati interessi" (ob. cit., p. 131).

[237] CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios de derecho procesal civil*. Trad. de José Casais y Santaló. Madrid: Reus, 1922, tomo I, p. 210 e ss.

[238] CALAMANDREI, Piero. "Limites entre jurisdicción y administración em la sentencia civil". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliográfico Argentina, 1945 (artigo originalmente publicado na *Rivista di diritto commerciale*, 1917), p. 34-36.

anteriores, que as sentenças constitutivas seriam, em verdade, a "soma de uma atividade jurisdicional com uma atividade não jurisdicional".[239]

Em conclusão, é possível dizer que o movimento em direção à autonomia do direito processual levou a enfatizar a classificação das ações por meio de suas eficácias, em um nítido afastamento da ação em relação ao direito material e de descontaminação dos institutos processuais de qualquer resquício das pretensões materiais.

3.2.2. A classificação atual dos efeitos da sentença empregada no Brasil

Evidentemente, o Brasil recebeu esse impacto internacional e também se desenvolveu no sentido de tratar, de modo explícito, as ações por meio das eficácias que poderiam gerar.

Curiosamente, ao contrário do que se poderia imaginar, as primeiras sementes desse debate são contemporâneas às discussões travadas na Europa. Segundo Buzaid, por exemplo, já em 1906, Rui Barbosa apontava para a necessidade de distinguir a sentença meramente declaratória da sentença constitutiva.[240] Do ponto de vista legislativo, o Código de Processo Civil para o Distrito Federal foi o primeiro a apresentar a distinção técnica entre a ação declaratória e a condenatória,[241] ainda que tenha permanecido em parte preso à distinção antiga, formulada pelo Regulamento 737, que aludia às ações ordinárias, sumárias e sumaríssimas.[242] O CPC de 1939, também atento à distinção já consolidada naquele momento, buscava distinguir a ação declaratória da ação

---

[239] "Nótese que si descomponemos la sentencia constitutiva en los elementos lógicos de que está compuesta, vemos que por medio de ella el juez, ante todo, declara la existencia de una concreta voluntad de ley la cual garantiza a una parte el derecho a obtener, por obra del juez, un determinado cambio jurídico (por ejemplo, la anulación de un contrato a base del art. 1165 del Cód. civ.); hasta aquí, naturalmente, se trata de una actividad puramente jurisdiccional dirigida a declarar la certeza de una voluntad concreta de ley ya existente (carácter declarativo), que tiene por destinatario una persona diversa del juez (carácter de la sustitución). Pero esta actividad jurisdiccional no alcanza, obsérvese bien, a declarar como ya ocurrido el cambio en el ejemplo puesto, la anulación del contrato), sino que se limita a declarar como existente el derecho a obtener el cambio: a fin de que el cambio ocurra, es necesaria una actividad ulterior del juez, la cual no consiste ya en juzgar, sino en ejecutar, y es precisamente esta segunda fase de la actividad del juez, consistente en ejecutar, la que opera en el mundo jurídico la variación, que la primera fase, consistente en juzgar, no había (precisamente en virtud de su naturaleza jurisdiccional) sabido operar" (*Idem, ibidem*, p. 35).

[240] BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1986, p. 43.

[241] Dizia aquela lei, em seu art. 576, que "A acção declaratoria é especialmente destinada a obter por sentença, desprovida de execução compulsória, a declaração da existência ou inexistência de um direito ou de uma relação jurídica, ou da falsidade ou authenticidade de um documento". Segundo esse código, ainda, essa ação seria independente da ação tendente ao cumprimento da obrigação (art. 578)

[242] Cf. BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória*, ob. cit., p. 49-50.

condenatória, afirmando que "Na ação declaratória, a sentença que passar em julgado valerá como preceito, mas a execução do que houver sido declarado somente poderá promover-se em virtude de sentença condenatória" (art. 290).

Dados como esses levaram a doutrina a concentrar esforços em uma classificação das ações que levassem em conta essas características, separando-as de elementos do direito material. Tomando por base critérios eminentemente processuais, ligados à eficácia das sentenças almejadas, esforçou-se a doutrina em estabelecer uma classificação que fosse verdadeiramente "*legittima e importante*",[243] porque útil à separação entre processo e direito material.

A partir de então se foi ampliando a classificação das ações a partir das suas eficácias. Em um primeiro momento, a doutrina – influenciada pelo direito italiano – valeu-se da classificação que separava as ações em declaratória, condenatória e constitutiva. Posteriormente, muito por influência do aporte para o direito brasileiro de conceitos do sistema alemão, particularmente por Pontes de Miranda como adiante se verá, tomou corpo a divisão das ações em cinco espécies, somando-se às três primeiras as ações mandamental e executiva.

Como já sublinhado, essa classificação toma por base o efeito que se pode obter pela intervenção judicial para a consecução do pedido formulado. Como ponderava Ugo Rocco essas modalidades de ação (segundo ele, classificáveis em declaratória, executiva, condenatória e cautelar) estariam relacionadas às *atividades jurisdicionais* que seriam viáveis.[244] Por outro lado, Pontes de Miranda pôs em evidência que a classificação que avalia as ações por meio de suas eficácias toma em consideração *a eficácia predominante*

---

[243] A expressão é de Liebman (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di diritto processuale civile – principi.* 5ª ed., Milano: Giuffrè, 1992, p. 152)

[244] "Poichè l'attività giurisdizionale si distingue in attività diretta all'accertamento dei concreti rapporti giuridici sostanziali, increti o controversi e in attività diretta alla realizzazione dei concreti rapporti giuridici, la cui tutela sia accertata, la pretesa giuridica individuale può presentarsi in una quadruplice forma: come pretesa al solo accertamento del diritto (*azioni di puro accertamento*); come pretesa alla pura esecuzione (*azioni esecutive*); come pretesa all'accertamento e alla esecuzione (azioni di condanna; ed, infine, come pretesa ad ottenere un provvedimento di carattere *conservativo o cautelare* (*azioni cautelari*)" (ROCCO, Ugo. *Corso di teoria e pratica del processo civile*. Napoli: Libreria Scientifica Editrice, 1951, vol. I, p. 236). De modo idêntico, aponta Rosenberg que a classificação moderna das ações trata "de contenidos procesales distintos de demanda y sentencia, de actos distintos de tutela jurídica que impulsa el actor y ejecuta el tribunal; así, de especies distintas de demandas y sentencias, mientras la relación de derecho material puede ser la misma. Así es posible, por ej., que una misma relación de derecho de obligaciones constituya el fundamento de una demanda de condena, de declaración o constitutiva" (ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*, ob. cit., tomo II, p. 5-6).

presente na atividade desenvolvida.[245] Assim, é possível dizer que todas as ações conteriam a busca de mais de uma eficácia; porém, haveria uma delas que sobressairia às demais e é a partir dela se expressaria a classificação adotada pela doutrina.

Nessa linha, a doutrina contemporânea qualifica essas espécies de ação da seguinte forma:[246]

a) ação declaratória

Embora, do ponto de vista cronológico, o reconhecimento da autonomia da ação declaratória tenha ocorrido mais tarde, ela é sem dúvida a base da classificação tal como hoje estudada. Toda ação, afinal, ainda que possa oferecer mais, sempre trata também do

[245] O autor desenvolveu a chamada "teoria da constante 15", segundo a qual todas as ações conteriam as cinco formas de eficácia (declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva) em pesos diferentes, que poderiam ser graduados de 1 a 5, sempre resultando em uma somatória 15 (v., por todos, PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*. Campinas: Bookseller, 1998, tomo I, p. 131 e ss.). Assim, por exemplo, "todas as ações de decretação de nulidade são ações constitutivas negativas: declarativídade, 3; constitutividade, 5; condenatoriedade, 1; mandamentalidade, 2; executividade, 4" (ob. cit., p. 142). Conforme o peso atribuído a cada eficácia, segundo o autor, haveria consequências para o comportamento da sentença judicial (tal como a produção ou não de coisa julgada, a viabilidade ou não da execução da sentença ou o grau de cognição do processo). A teoria, em si, atualmente tem apenas valor histórico. Todavia, a relevância do estudo promovido pelo autor está em esclarecer que a classificação em análise se dá pela *eficácia predominante* presente no pedido imediato, de sorte que as ações podem conter (e em regra conterão) mais de uma eficácia, ainda que uma delas sempre pareça preponderar. Nas palavras do autor, "as classificações de ações de que usaram os juristas europeus estão superadas. Assim a classificação binária como a classificação ternária (ação declaratória, ação constitutiva, ação condenatória) não resistem às críticas e concorreram para confusões enormes que ainda hoje estalam nos espíritos de alguns juristas, como também não viam que uma coisa é força de sentença (eficácia preponderante) e outra a eficácia imediata ou a mediata, sem se falar nas duas menores, com que se completa a constante da eficácia das ações e das sentenças" (ob. cit., p. 132). Deixada de lado a questão das "cargas das eficácias", foi relevante, para aquele momento da evolução do processo civil, notar a existência de *múltiplas eficácias* em uma única ação e concluir que a classificação realizada tinha em vista a eficácia que dominava o pedido formulado. Reconhecendo a importância desse passo, afirma Clóvis do Couto e Silva que "por esse motivo, classifica PONTES DE MIRANDA, as ações ou sentenças por seu efeito preponderante, sem excluir a existência simultânea dos demais efeitos. Os efeitos secundários se relacionariam uns em face dos outros segundo uma hierarquia, ou seja, na conformidade dos graus de eficácia próprios de cada ação ou sentença. Essa idéia de mútua inter-relação necessária de efeitos é peculiar a uma relação de preponderância ou de hierarquia, no sentido de que todas as ações devem possuir, em graus diversos, a totalidade dos efeitos. Ainda que seja possível discutir esse aspecto, é fora de dúvida que nenhum autor examinou, com rigor semelhante, os diferentes efeitos das ações e das sentenças" (SILVA, Clóvis do Couto e. "A teoria das ações em Pontes de Miranda". *Revista de informação legislativa*. Brasília. N. 100, out./dez.-1988, p. 255-256).

[246] Evidentemente, não é intuito deste trecho examinar com profundidade a classificação das ações pelos efeitos da tutela pretendida. O assunto já recebeu da doutrina atenção suficiente. A finalidade é apenas descrever sucintamente essas classes, para que com isso se possa analisar criticamente a classificação.

modo de "*ser* ou *não-ser* a relação jurídica"[247] e almeja a *certeza jurídica* a respeito de determinada relação jurídica.[248]

Deve-se a Wach o mais decisivo passo em direção à autonomia da ação declaratória em relação à condenação. Conforme ele mesmo mostrou, em sua época era comum supor que a declaração era tida como mero pressuposto (do processo ou da ação), uma questão preliminar que estava envolvida na análise da mera admissibilidade da demanda.[249] No entanto, como ele argumenta, nem sempre haverá interesse manifestado pela parte na *satisfação* de seu direito,[250] havendo casos em que é relevante e necessária a intervenção judicial, para a proteção do direito, ainda que seja inviável a sua satisfação (seja por que pende condição ou termo, seja porque o direito apresenta prestações periódicas ainda não vencidas ou seja ainda por outras causas[251]).

Logo, para ele, a diferença entre uma ação condenatória e uma ação declaratória não está, ao contrário do que se poderia imaginar, na *natureza distinta da proteção buscada em juízo*.[252] A tônica da ação declaratória está sim na existência de um interesse jurídico específico, que envolve a "imediata declaração da existência ou inexistência de uma relação jurídica, da autenticidade ou falsidade de um documento".[253] E esse interesse não se confunde, ainda na ótica do autor, na necessidade de uma maior segurança jurídica

---

[247] PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*, ob. cit., tomo I, p. 132. Essa noção é compartilhada, atualmente, pela maior parte dos sistemas, até mesmo de *common law* (v., por exemplo, JAMES Jr, Fleming. HAZARD Jr., Geoffrey C. LEUBSDORF, John. *Civil procedure*. 4a ed., Boston: Little, brown and Company, 1992, p.28).

[248] Como sublinhava Buzaid, a finalidade da ação declaratória "é alcançar uma sentença de mérito, terminativa do processo, que firme um estado de certeza objetiva em torno de uma relação jurídica. Esta segurança é, por si só, um bem digno de tutela" (BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*, ob. cit., p. 125-126).

[249] WACH, Adolf. *La pretensión de declaración,* ob. cit., p. 55-56.

[250] *Idem, ibidem*, p. 77-78.

[251] *Idem, ibidem*, p. 78-79.

[252] "La diferencia no está en la naturaleza distinta del pretendido acto de protección del derecho mediante la sentencia. No está, por consiguiente, en la naturaleza distinta de la pretensión de protección del derecho en sí. Si hablábamos y hablamos de pretensión de declaración y pretensión de condena, sólo se señalan con ello subespecies de la pretensión a decisión judicial" (*Idem, ibidem*, p. 71). Ou ainda, como ponderava Denti, a diferença fundamental entre a sentença declaratória e outras sentenças é que naquela a resposta jurisdicional *limita-se à declaração*, sem somar a isso qualquer outro efeito, que caracterizariam os efeitos condenatório ou constitutivo (DENTI, Vittorio. *La giustizia civile – lezioni introduttive*. Bologna: il Mulino, 1989, p. 122).

[253] *Idem, ibidem*, p. 89, com expressa referência àquilo que na época previa o § 231 da ZPO.

ou de uma certeza a respeito do direito.[254] É imprescindível que haja uma ameaça ou lesão a direito que possa ser satisfeito com essa declaração e certificação judiciais.[255]

De todo modo, o ponto nodal dessa modalidade de ação é a obtenção de certeza e segurança jurídicas a respeito da existência, inexistência ou modo de ser de relação jurídica ou ainda a respeito da falsidade ou autenticidade de documento (art. 19, do CPC). A intenção primeira aqui é a obtenção da estabilidade decorrente da coisa julgada,[256] mesmo quando não haja qualquer dever de prestação envolvido (seja presentemente, seja para o futuro).[257] Importa afastar um "estado de fato contrário ao direito", ainda quando esse estado seja decorrente da *incerteza* quanto ao verdadeiro "estado de fato conforme ao direito".[258]

O nó górdio dessa espécie de ação sempre esteve na caracterização do interesse processual para seu emprego. Conforme atesta a unanimidade da doutrina, é exatamente a dificuldade de caracterizar esse interesse que fez surgir a preocupação com o desenho dessa forma de ação e a necessidade, por vários ordenamentos, de regular expressamente a extensão desse requisito. Compreender em que medida é suficiente e adequado obter apenas a certificação sobre a relação jurídica (ou sobre a falsidade documental) é processo delicado e, muitas vezes, é o grande obstáculo à admissibilidade dessa forma de pedido.

---

[254] *Idem, ibidem*, p. 102.

[255] *Idem, ibidem*, p. 106. Ou, como afirma Ovídio Baptista da Silva, é necessária a reunião de dois elementos: "a) alegação de uma dúvida fundada (não simples temor subjetivo), determinada pela contestação oposta pelo demandado, a respeito da existência ou não de uma certa relação jurídica; b) que essa divergência entre as partes torne necessária a declaração, a fim de que o autor não venha a sofrer um dano injusto" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2005, vol. 1, p. 53).

[256] PROTO PISANI, Andrea. *Appunti sulla giustizia civile*. Bari: Cacucci, 1982, p. 76; ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*, ob. cit., tomo II, p. 13.

[257] V., por um resumo dessa questão, CHIOVENDA, Giuseppe. "L'azione nel sistema dei diritti", ob. cit., nota de rodapé 68, p. 78-79.

[258] CHIOVENDA, Giuseppe. "L'azione nel sistema dei diritti", ob. cit., nota de rodapé 68, p. 81. É curioso anotar que, mesmo no direito norte-americano, de início refratário a uma tutela meramente declaratória, passou a admitir essa modalidade de sentença, sobretudo porque, muitas vezes, as *injunctions* tinham sua função esgotada no reconhecimento da situação de ilegalidade (v., HAZARD JR., Geoffrey. TARUFFO, Michele. MITIDIERO, Daniel. *A justiça civil – dos Estados Unidos ao Brasil.* São Paulo: RT, 2023, p. 224). Naquele sistema, "a sentença declaratória define as questões apreciadas, formando coisa julgada. A partir daí, espera-se que as partes a utilizem como guia para o seu comportamento futuro – funcionando nesse particular de modo semelhante à *injunction*. Nada obstante, a sentença declaratória não impõe imediatamente um comportamento passível de efetivação mediante *contempt of court.* Se a parte não adota o comportamento devido, a parte interessada tem de requerer uma *injunction* para efetivá-lo. Com esse passo adiante, a sentença declaratória tem o mesmo efeito prático de uma *injunction*" (HAZARD JR., Geoffrey. TARUFFO, Michele. MITIDIERO, Daniel, ob. cit., p. 224-225).

b) ação constitutiva

Por meio das ações constitutivas, a parte deseja ir além do estado de certeza e de segurança jurídicas, operado pela declaração. Pretende a *produção de um efeito jurídico* até então não produzido ou, ao menos, não observado.[259] Assim, a finalidade desse efeito é constituir, modificar ou extinguir relações jurídicas.[260]

Muitos autores ligam a ação constitutiva à proteção de direitos potestativos.[261] A conclusão, no entanto, é polêmica, havendo muitos autores que buscam demonstrar que no campo da ação constitutiva ingressam diversos tipos de pretensões, muitas das quais não necessariamente qualificadas como potestativas, a exemplo do pedido de cumprimento de obrigação de emissão de declaração de vontade (aí incluídas as situações de pretensão judicial à conclusão de contrato, com base em contrato preliminar)[262] ou de anulação de contratos em geral.[263]-[264]

---

[259] ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*, ob. cit., tomo II, p. 22.

[260] Assim preceitua o art. 2.908, do Código Civil italiano: "Nei casi previsti dalla legge, l'autorita' giudiziaria puo' costituire, modificare o estinguere rapporti giuridici, con effetto tra le parti, i loro eredi o aventi causa".

[261] V., por exemplo, ROCCO, Alfredo. *La sentenza civile*, ob. cit., p. 126; CAPONI, Remo. PISANI, Andrea Proto. *Lineamenti di diritto processuale civile.* Napoli: Jovene, 2001, p. 131; FREITAS, José Lebre de. *Introdução ao processo civil*. 2ª ed., Coimbra: Coimbra, 2006, p. 25-26. No Brasil, v. por exemplo, DIDIER JR, Fredie. "Sentença constitutiva e execução forçada". *Teoria quinaria da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Coord. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 255.

[262] V.g., CHIOVENDA, Giuseppe. "Dell'azione nascente dal contratto preliminare". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I, p. 110; CARNELUTTI, Francesco. *Instituzioni del nuovo processo civile italiano*. 4ª ed., Roma: Foro Italiano, 1051, vol. I, p. 37; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 2004, vol. IV, p. 492-493; YARSHELL, Flavio Luiz. *Tutela jurisdicional específica nas obrigações de declaração de vontade*. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 52. Em sentido diverso, argumentando que, exatamente porque nesses casos não está envolvido direito potestativo, não se poderia falar em sentença constitutiva, v. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Aspectos da 'execução' em matéria de obrigação de emitir declaração de vontade". *Temas de direito processual – sexta série.* São Paulo: Saraiva, 1997, p. 236-237; DIDIER JR, Fredie. "Sentença constitutiva e execução forçada", ob. cit., p. 256-257.

[263] V., nessa linha, PROTO PISANI, Andrea. *Lezioni di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1999, p. 193-194;

[264] Criticando a necessária vinculação entre efeito constitutivo e direitos potestativos, observa Hermes Zaneti Jr. que "a categoria dos direitos potestativos ou formativos é desta forma desnecessária e insuficiente para afirmar o conteúdo das sentenças constitutivas, existirão sentenças constitutivas, bem como eficácias, independentemente da afirmação de direitos potestativos no processo. A eficácia constitutiva é uma eficácia processual que por certo pode decorrer da afirmação, sempre *in status assertionis*, de um direito material de natureza potestativa ou formativa, como também poderá ocorrer hipóteses em que desses direitos não se trate" (ZANETI JR., Hermes. "A eficácia constitutiva da sentença". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 311).

De outro lado, comumente se assimila as ações constitutivas a casos em que os efeitos da sentença se operam apenas para o futuro (*ex nunc*), sem retroagir para atingir situações anteriores à propositura da demanda ou à sentença ou ainda à coisa julgada. No entanto, essa equiparação é evidentemente equivocada e não serve de fundamento para o isolamento do "efeito constitutivo".[265] Afinal, a questão da retroatividade ou não dos efeitos de certa (des)constituição é problema do direito material e, assim, pode haver casos em que esses efeitos retroagem, enquanto em outras situações o efeito é só prospectivo.

Em verdade, o que determina a existência de uma categoria própria denominada de ação constitutiva é essa modificação operada sobre as relações jurídicas, que constituiria um *plus* em relação à mera declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser dessa relação.[266] Este é o elemento distintivo da eficácia constitutiva e é o que permite individualizá-la das demais categorias.

c) ação condenatória

A ação condenatória corresponde, sem dúvida, à espécie mais antiga de ações conhecidas.[267] No entanto, diante da evolução da teoria das ações, foi necessário dar-lhe contornos mais precisos, de modo a distingui-la de outras categorias.

Nessa ordem de preocupação, dentro da visão tradicional (que enxergava apenas três eficácias para as ações e sentenças), a ação condenatória recebeu a importante finalidade de atender às situações que exigiam a modificação do *estado de fato* existente. Nessa compreensão, a ação condenatória está relacionada à *violação de relações jurídicas*, reconhecendo, em seguida, a incidência da *responsabilidade* pelas consequências dessa violação.[268] Ainda segundo esse pensamento, a ação condenatória

---

[265] Assim, por exemplo, Rosenberg classifica as ações constitutivas em ações em que a formação do direito ocorre *para o futuro* e ações em que essa formação se dá com *efeito retroativo* (ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*, ob. cit., tomo II, p. 24-25). No mesmo sentido, v. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*. Campinas: Bookseller, 1998, tomo III, p. 45.

[266] CALAMANDREI, Piero. "Limites entre jurisdicción y administración en la sentencia civil", ob. cit., p. 38.

[267] Como recorda Ovídio Baptista da Silva, "as sentenças eram todas condenatórias, quando procedente a ação, pois o interesse por classifica-las em classes, segundo as respectivas cargas de eficácia preponderante, surgiu apenas neste século" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., vol. 1, p. 52).

[268] Afirma, a respeito, Carnelutti que "en principio, también la condena pertenece al proceso declarativo, ya que lo que el juez hace es una aplicación vinculativa de normas jurídicas; pero la diferencia está en el

não estava ligada a um pedido de *ordem judicial*, até porque eventual ordem envolvida aí não seria do juiz, mas da regra jurídica que incidiria sobre o caso. A finalidade precípua da condenação estaria na especificação (*accertamento*) da sanção a que o obrigado estaria sujeito.[269] Ou, conforme lição de Liebman, o que distingue a condenação das outras eficácias é a "formulação expressa ou implícita da regra sancionadora concreta".[270] Ou, ainda segundo outra opinião importante, essa tônica estaria na sujeição do condenado à coação, que é acrescida pelo processo à tutela jurídica prestada pelo direito material.[271]

De todo modo, como recorda Calamandrei, pelo próprio nome empregado, tem-se que, ao contrário das outras formas de ação (capazes de ser suficientes em si, como a declaração e a constituição), na condenação há sempre algo a mais que é necessário, na medida em que a condenação não é capaz de exaurir em si a função que lhe é reservada.[272] E esse *plus* pode ser caracterizado pela necessária atividade posterior de concretização da

---

objeto del acertamiento, que no consiste en una *relación jurídica*, y por ello, en una *obligación* ante todo, sino en la *situación jurídica* a que dimos el nombre de *responsabilidad*" (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Uteha, 1944, vol. I, p. 163).

[269] "Pero mientras tanto, ha de descartarse en seguida la idea de una orden o de una amenaza particulares pronunciadas por el juez *contra el obligado*, porque en realidad la orden y la conminación están ya comprendidas en el mandato declarado; la crítica se hace en este punto manejando elementares conceptos jurídicos. Subsistiría la hipótesis de una orden del juez al *órgano ejecutivo*; pero también aquí ha de advertirse que los poderes y los deberes de éste se hallan establecidos por la ley y no por el juez, que se limita a acertarlos ('accertarli'). Es precisamente la ley la que atribuye al órgano ejecutivo el deber de realizar la ejecución, cuando se haya violado una obligación. La intervención del juez en la preparación de la ejecución, no puede traducirse, pues, más que en el *acertamiento de la sanción a que el obligado debe ser sometido*" (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*, tomo I, ob. cit., p. 164).

[270] LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de execução*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1963, p. 15. Segundo ele, "a sentença condenatória tem duplo conteúdo e dupla função: em primeiro lugar, declara o direito existente e nisto ela não difere de todas as outras sentenças (função declaratória); em segundo lugar faz vigorar para o caso concreto as forças coativas latentes da ordem jurídica, mediante aplicação da sanção adequada ao caso examinado – e nisto reside a sua função específica, que a diferencia das outras sentenças (função sancionadora)" (*ob. loc. cits*.).

[271] "Quando si concepisce la condanna come un ordine di prestazione diretto all'obbligato, perché nella massima parte delle condanne civili la emanazione della sentenza non toglie al condannato la facoltà (che nella massima parte delle condanne penali non è neppur concepibile) di adempiere volontariamente per sottrarsi così alla esecuzione forzata, si prende come essenziale ciò che è soltanto accessorio; e si dimentica, che mentre l'ordine di prestare (già esistente, anche prima della pronuncia del giudice, nel diritto sostanziale) si concreta anche nelle sentenze di mero accertamento di un rapporto obbligatorio, - ciò che non esiste mai nelle sentenze di mero accertamento, e che costituisce quindi la *differentia specifica* delle sentenze di condanna, è quell'assoggettamento alla coazione, in forza del quale si opera, per così dire, lo spostamento della tutela giuridica dal piano sostanziale a quello processuale" (CALAMANDREI, Piero. "La condanna". *Opere giuridiche*. Napoli: Morano, 1972, vol. V, p. 493). Defendendo ponto de vista semelhante, acentuando a tônica da ação condenatória na constituição do título executivo, v., BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Reflexões críticas sobre uma teoria da condenação civil". *Temas de direito processual – primeira série*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1988, p. 77-79.

[272] CALAMANDREI, Piero. "La condanna", ob. cit., p. 483.

sanção que fora cominada, seja por ato do próprio condenado, seja por ato do Estado, seja ainda por ato de terceiro. Ou seja, aqui, para a satisfação do autor vencedor não basta (em regra) o pronunciamento judicial; é necessária atividade ulterior, capaz de transformar a sanção cominada para o caso concreto em uma realidade física. É necessário sair do mundo estritamente jurídico para atuar no mundo dos fatos.

Daí a correta menção de Barbosa Moreira às sentenças de "repercussão física", justamente para acentuar a característica da condenação de poder alterar a realidade dos fatos.[273]

Em um primeiro momento, o conceito de "ação condenatória" serviu para apanhar qualquer situação e pretensão que buscasse a alteração do mundo sensível. Assim, em contraste com as duas outras formas de ações (declaratória e constitutiva), este seria o veículo processual a ser empregado sempre que se desejasse alguma alteração na realidade dos fatos. Ainda hoje, para a doutrina que não admite a autonomia das ações mandamental e executiva, a função destas duas figuras é normalmente assimilada pela condenação, exatamente porque ali se concentram as características necessárias para permitir que a jurisdição proceda a modificações fáticas que sejam capazes de atender à pretensão do demandante.[274]

Posteriormente, porém, com a crescente aceitação – em primeiro lugar, pela doutrina, e depois, pela própria legislação[275] – das categorias das ações mandamentais e

---

[273] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Tendências em matéria de execução de sentenças e ordens judiciais". *Revista de processo*. N. 41, vol. 11, jan./mar., 1986, p. 153.

[274] Resumindo esse pensamento, afirma Humberto Theodoro Jr. que "quando se distingue o provimento sentencial em declaratório, constitutivo e condenatório, se toma como base classificatória o *conteúdo* (*objeto*) do ato judicial: a sentença *declaratória* certifica (declara) a existência ou inexistência de relação jurídica; a *constituitiva* cria, por si só, uma situação jurídica material nova entre as partes; e a *condenatória* certifica (declara) tanto a existência da relação jurídica material como o dever de cumprir uma prestação dela derivada. Quando, porém, se afirma que uma sentença é executiva ou mandamental, e que nela se configura uma espécie distinta da condenatória, o que se leva em conta é o seu *efeito* de permitir a coação executiva imediata, sem necessidade de recorrer à ação executiva (*actio iudicati*), enquanto a condenatória apenas prepararia uma futura execução por meio de outro processo" (THEODORO JR., Humberto. "As sentenças determinativas e a classificação das ações". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 325). E arremata o autor, afirmando que "em outras palavras: sentenças declaratórias e constitutivas são, por seu conteúdo, exaurientes da tutela jurisdicional cabível. Sentenças executivas e mandamentais têm o mesmo conteúdo das condenatórias, e como estas não esgotam a tutela cabível, pois reclamam ambas 'uma complementação da atividade jurisdicional'. Apenas o modo de complementar a sentença é que varia, ou seja, o cumprimento da condenação pode se dar de forma *sumária* (por simples mandado) ou por ação autônoma (*actio iudicati*). É, então, depois da sentença e não nela, o u em seu conteúdo, que se nota alguma diferença. Já aí, contudo, se está no campo dos atos executivos e não mais no dos atos decisórios (ou sentenciais)" (ob. cit., p. 327).

[275] V.g., arts. 139, inc. IV; 380, parágrafo único; 400, parágrafo único e 403, parágrafo único do CPC.

executivas, o campo de afinidade da ação condenatória foi sendo reduzido e hoje, praticamente, ela está ligada às situações em que a prestação fática buscada envolve o pagamento de soma em dinheiro.[276] Ou, para ser mais preciso, a situações em que se pretende alcançar bem jurídico integrante do patrimônio do condenado – de modo que as situações em que o autor tem como alvo bem jurídico que deveria estar em sua esfera jurídica ficariam abrangidas pela ação executiva.[277]

d) ação mandamental

A ação mandamental é uma das categorias admitidas de forma mais recente na doutrina nacional e que, de certo modo, constitui desdobramento de efeitos que, anteriormente, eram inseridos no campo da eficácia condenatória.

O isolamento da categoria se deve a Kuttner, na Alemanha, no início do século passado, posteriormente trazida para o Brasil por meio das ideias de Pontes de Miranda.[278] Originalmente, ligava-se a ação mandamental a situações em que o juiz determinava a outro órgão do Estado que adotasse certa medida específica (ou se omitisse de agir) dentro de sua esfera de competência, de modo a atender à pretensão da parte autora.[279] Já segundo Pontes de Miranda, "a ação mandamental prende-se a atos que o juiz ou outra autoridade deve mandar que se pratique. O juiz expede o mandado, porque o autor tem

[276] V., com mais detalhes, ARENHART, Sérgio Cruz. "Sentença condenatória para quê?". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, *passim*.

[277] "A diferença entre sentença condenatória e sentença executiva subsiste incólume, porque assenta no direito material alegado pelo autor (como sói ocorrer com a classificação das sentenças pela força e efeitos). Se o bem da vida almejado pelo autor, concretamente, e obtido mediante ato posterior ao enunciado do comando sentencial, quiçá da respectiva indiscutibilidade (art. 467), integra a esfera jurídica do exequente consoante o provimento, a força da ação é, preponderantemente, executiva. Ao invés, se a satisfação do autor depende do patrimônio do vencido, a força da ação é condenatória" (ASSIS, Araken de. "Sentença executiva, sentença condenatória e execução incidental: diferença segundo a classificação pela força e efeitos". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 62).

[278] Conforme pondera Barbosa Moreira, a construção de Pontes de Miranda se afasta da tese original de Kuttner. Este considerava que a essência da ação mandamental estaria em uma ordem dirigida ao poder público estranho ao processo. Já Pontes de Miranda não atrelava o efeito mandamental a qualquer específico destinatário da ordem, afastando-se assim da orientação original e ampliando o campo dessa forma de ação (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "A sentença mandamental – da Alemanha ao Brasil". *Temas de direito processual – sétima série*. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 57-59.

[279] SILVA, Clóvis do Couto e. "A teoria das ações em Pontes de Miranda", ob. cit., p. 252.

pretensão ao mandamento e, exercendo a pretensão à tutela jurídica, propôs a ação mandamental".[280]

O elemento diferenciador, aqui, seria a *ordem* (mandamento), que inexiste na ação condenatória. Esta ordem, para Goldschmidt, pode ser traduzida na ideia de uma certa "auto-executoriedade" (ou, em suas palavras, em uma "exigência de execução"), que transcende os efeitos obtidos com a condenação, que estão limitadas à obtenção de um título executivo cuja executoriedade é meramente uma possibilidade.[281]

Dessa circunstância, tem-se que a ordem mandamental é caracterizada pela inexistência de alternatividade para aquele a quem a ordem é dirigida. Não tem esse sujeito qualquer liberdade ou discricionariedade em atender ao comando ou incidir em alguma consequência que possa ter sido cominada para vencer a sua vontade. "A *ordem* é sempre terminante, não deixa qualquer margem de discricionariedade para o receptor; não lhe permite escolher entre o *cumprimento* da decisão e a *consequência cominada*, como no caso da aplicação de medida coercitiva. Não se conta, sequer, com a possibilidade de descumprimento da ordem (decisão mandamental) – que deve simplesmente ser cumprida (*tollitur quaestio*)".[282] Consequentemente, nessa orientação, a ação mandamental dispensa qualquer cominação de meio coercitivo, na medida em que não há espaço para tolerar a inobservância da ordem. Eventual descumprimento é sancionado pela própria lei, que reage de forma severa ao desatendimento a ordens judiciais em regra com a aplicação de consequências criminais.[283] Logo, para esse ponto de vista, o que torna uma ação mandamental é a pretensão à obtenção de um *mandamento*, cuja infringência é punida criminalmente, porque revela inobservância da autoridade

---

[280] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Borsoi, 1955, tomo V, p. 486.

[281] GOLDSCHMIDT, James. *Derecho procesal civil*. Trad. Leonardo Prieto Castro. Barcelona: Labor, 1936, p. 115.

[282] MALACHINI, Edson Ribas. "As ações (e sentenças) condenatórias, mandamentais e executivas". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 138.

[283] "Muito diferentemente do que ocorre com a sentença *cominatória*, em que o estabelecimento da *alternativa* é essencial; em que a consequência do respectivo descumprimento tem de ser *expressamente formulado* – nisso consiste a cominação –, no caso da sentença mandamental, da sentença que contém ordem, *não tem de haver nenhuma cominação*; e isso pela simples e boa razão de que tal consequência *já está na lei*. É do próprio sistema jurídico-político, do sistema constitucional do País, que as decisões judiciais devam ser cumpridas (mesmo pelos outros Poderes do Estado); e, de outra parte, o Código Penal prevê, no art. 330, o crime de *desobediência*, consistente em 'desobedecer a ordem legal de funcionário público', entendendo a *communis opinio* que nesse *tipo* penal se inclui a desobediência a *ordem judicial*" (MALACHINI, Edson Ribas. "As ações...", ob. cit., p. 138).

estatal. Nesse ponto, ainda para essa orientação, não é o fato de a ordem vir acoplada com uma medida coercitiva que a transforma em *mandamental*. Estas, em verdade, seriam condenatórias,[284] já que as medidas realmente mandamentais estariam asseguradas pelo *imperium* judicial. [285]

Embora seja essa a orientação original da teoria, para a doutrina mais recente, o ponto característico da *ordem mandamental* é o fato de vir ela aparelhada por medidas de coerção, enquanto as ordens executivas estariam garantidas por medidas de sub-rogação.[286]

Independentemente da consequência que se atribuir à eventual violação da ordem judicial, a ação mandamental está aí sempre vinculada à presença de um *mandado judicial*, uma *ordem*, que extravasa o exercício do *imperium* do Estado. Nisso se diferenciaria da ação condenatória. Como há muito ponderava Ovídio Baptista da Silva, quem descumpre uma sentença condenatória exerce seu direito de aguardar a eventual futura efetivação do título, por meio do procedimento judicial correspondente (cumprimento de sentença); quem, no entanto, desobedece a uma ordem judicial comete

---

[284] "Condena-se, porque se declarou e o preceito não foi atendido. Preceitou-se, de jeito que o não-cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer dá ensejo a condenação do demandado ao que foi cominado, *como*, se tivesse sido proposta a ação de condenação e o demandado não cumprisse aquilo a que fora condenado, *lhe teria de ser exigida a indenização* (as perdas e danos). A cominação está, portanto, no lugar da indenização: em vez de condenar a *x*, correspondente a *p*, comina-se a *y*, que há de ser próximo de *x*, e cobrirá os prejuízos, ainda que, depois, condenado, possa o demandado prestar *p*" (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*. Campinas: Bookseller, 1999, tomo V, p. 178).

[285] "Essa diferença entre condenação e atos de império, ressaltada com tanta nitidez por Satta, é a distinção que se tem de fazer entre condenação e mandamentalidade, distinção, aliás, que vem sendo feita, de forma notável, pelos romanistas modernos, quando procuram mostrar a diferença fundamental entre a sentença condenatória do juiz privado, no processo formular, e a decisão autoritativa, consubstanciada no *veto* pretoriano, emanado no processo interdital" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Sentença e coisa julgada,* ob. cit., p. 83).

[286] Assim, entre outros, v., MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela inibitória*, ob. cit., p. 395; MARANHÃO, Clayton. "A consagração da teoria quinária no direito positivo brasileiro: nota breve ao artigo 14, inciso V, parágrafo único, do CPC, na redação dada pela Lei 10.351/01". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 93; DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*. 19ª ed., Salvador: JusPodivm, 2017, vol. 1, p. 338-339; GRINOVER, Ada Pellegrini. "Tutela jurisdicional nas obrigações de fazer e não fazer". *Reforma do código de processo civil.* São Paulo: Saraiva, 1996, p. 263-264; TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e não fazer.* 2ª ed., São Paulo: RT, 2003, p. 191-197. De certo modo, parece também ser esse o pensamento de Kazuo Watanabe, quando afirma que a sentença mandamental (ordem) é protegida tanto pela pena do crime de desobediência, como pela possibilidade do emprego de multas, a que aludiam os arts. 461 e 601, do CPC/73 (WATANABE, Kazuo. "Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer (arts. 273 e 461 do CPC)". *Reforma do código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 27).

um ilícito (civil, penal, administrativo ou processual), sujeitando-se à punição por esse seu ato infracional.[287]

e) ação executiva

Por fim, a ação executiva, na ótica de Pontes de Miranda, seria aquela em que se transfere para a esfera jurídica de alguém "o que nela devia estar, e não está. Segue-se até onde está o bem e retira-se de lá o bem (*ex-sequor, ex-secutio*)".[288] Envolveria, em seu pensar tanto as ações que implementassem a execução fundadas em títulos judiciais e extrajudiciais, como ainda aquelas outras que, embora dispensando fase específica de cumprimento de sentença (e a prévia formação de um título) também tivessem como finalidade a busca de bens que estão na posse ou na detenção alheias.[289]

A definição empregada por Pontes de Miranda é, sem dúvida, nebulosa e torna difícil compreender o seu alcance.[290]

Porém, autores mais recentes trabalharam esse conceito, buscando demonstrar que a essência da ação executiva, e sua nota distintiva da ação condenatória, está no fato de que lá a força executiva é *imediata*, o que autoriza a implementação da decisão sem qualquer intervalo e sem nova pretensão processual autônoma.[291] Ou seja, aqui "a peculiaridade desse tipo de ação é conter, numa única pretensão processual, o pedido de

---

[287] Ovídio Baptista da Silva, ilustrando essa conclusão, apontava que, rigorosamente, na estrutura de Pontes de Miranda, a ação condenatória sequer seria exercício verdadeiro de ação (de direito material). Traduzir-se-ia melhor como simples exercício de pretensão, na medida em que a ação condenatória parava na exigência de satisfação, sem permitir que se agisse para a realização do direito (v., SILVA, Ovídio Baptista da. "A ação condenatória como categoria processual". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 241).

[288] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*, ob. cit., tomo I, p. 135.

[289] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*, ob. cit., tomo VII, p. 25.

[290] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Sentença executiva?". *Temas de direito processual – nona série*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 182-183.

[291] "A peculiaridade da sentença condenatória reside, portanto, nisto: a decisão que se persegue com a ação condenatória não terá, por si só, força executiva. A sentença de condenação não executa, apenas dá ensejo a que, noutro processo, se postule a execução, exercitando-se nova pretensão à tutela jurídica. A esse fenômeno, Pontes de Miranda dá o nome de *eficácia executiva mediata*, para significar que a sentença de condenação, pelo próprio fato de sê-lo, não tem força máxima executiva e nem sequer *eficácia imediata* executiva que possibilite a execução, no mesmo processo, quer dizer, sem necessidade de uma nova demanda, prescindindo de uma nova pretensão processual autônoma" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Sentença e coisa julgada*. 2ª ed., Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 17). Por uma profunda análise da evolução do conceito de condenação, v., SILVA, Ovídio Baptista da. *Jurisdição e execução na tradição jurídica romano-canônica*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006, *passim*.

condenação e o de execução".[292] Mesmo que não se exija mais um novo processo para o exercício da pretensão executiva, fato é que a lei continua a condicionar o início da efetivação do direito a um requerimento da parte beneficiada,[293] o que revela a autonomia desejada pela lei para essa pretensão e, assim, a força que essa classificação exerce sobre o pensamento processual atual. Aliás, nessa mesma linha, e como observava Araken de Assis[294] examinando a lei anterior, mas em comentário que ainda vale para o texto atual, a própria previsão da admissão de que se alegue, em defesa no cumprimento da sentença, a prescrição "desde que superveniente à sentença" (art. 525, § 1º, inc. VII, do CPC) é atestado de que a lei ainda confia no fato de que a pretensão executiva é algo distinto da pretensão condenatória.

Desse modo, pode-se afirmar que a característica essencial da ação executiva é reunir, em uma só pretensão, cognição e execução. Ou seja, dispensando-se nova postulação (de efetivação) após a fase de cognição – que é medida típica da ação condenatória – aqui a execução é providência automática decorrente do próprio juízo de procedência.

Porém, se essa é a diferença existente, alguém poderia questionar por qual razão se escolheria um caminho com a necessidade de exercitar duas pretensões subsequentes (via condenatória) ao invés de uma única que reunisse as duas intenções (executiva).

Parece que a única explicação para isso está na dicotomia desenvolvida por Satta, ao tratar da diferença entre a tutela que deve ser prestada a *direitos absolutos* (chamadas por ele de *situações jurídicas finais*) e os direitos por ele denominados de *instrumentais*.[295] Segundo ele, haveria situações em que a relação entre o titular e o bem seria imediata, ou seja, em que a titularidade do bem se identificaria com a satisfação de seu interesse, tal como ocorre com a propriedade. Nesses casos, a fruição é parte integrante do conteúdo do interesse e, por isso, essas situações são chamadas pelo autor de *finais*.[296]

Ao lado dessas situações, porém, seria possível identificar outras situações (chamadas *instrumentais*) que seriam todas aquelas outras que buscam criar condições

---

[292] SILVA, Ovídio Baptista da. *Sentença e coisa julgada*, ob. cit., p. 17.
[293] CPC, arts. 513, § 1º, e 523, *caput*.
[294] ASSIS, Araken de. "Sentença executiva, sentença condenatória e execução incidental: diferença segundo a classificação pela força e efeitos", ob. cit., p. 61-62.
[295] SATTA, Salvatore. *L'esecuzione forzata*. Torino: UTET, 1954, p. 4 e ss.
[296] *Idem, ibidem*, p. 4.

para que, mediatamente, se consiga a satisfação do interesse,[297] tal como ocorre com as obrigações ou nos direitos potestativos. Nas obrigações, a satisfação de um interesse depende de ato a ser prestado por um sujeito em favor de outro, de forma que o vínculo se estabelece entre sujeito e outro sujeito e não entre sujeito e objeto.[298]

Para ele, essa diferença estrutural implica distintas formas de tutela jurisdicional, na medida em que os meios de tutela jurisdicional devem ser distintos conforme sejam distintas as naturezas dos direitos em debate ("*a seconda della diversa natura del diritto*").[299] Assim, se a satisfação do interesse se dá com a própria titularidade dele, então o campo de atuação é, no entender do autor, a mera declaração. Reconhecida a titularidade do bem, o interesse estará satisfeito, porque desnecessária qualquer outra medida. Pode até suceder que, *materialmente*, o titular ainda não tenha condições de satisfazer seu interesse, porque, por exemplo, privado da posse. Todavia, para Satta, essa satisfação "material" poderá ser alcançada a critério do titular, quando ele queira, seja pela força de seu próprio direito, seja por intermédio da força do Estado, exercida em um processo.[300]

Diferente seria a situação dos direitos instrumentais. Aqui, na lógica exposta pelo autor, o direito é um reflexo da obrigação, que a seu turno apresenta uma posição instrumental em relação à satisfação do interesse último. Por isso, impõe-se a afirmação da obrigação (o que inclui a sua determinação), ainda que essa afirmação não constitua um fim em si mesma. Aqui, essa afirmação se presta em razão de uma ulterior necessidade de tutela jurídica (própria da estrutura instrumental da obrigação), cuja constituição se dá por meio da chamada condenação.[301]

---

[297] Ob. loc. cits.

[298] "Il corrispondente diritto (riflesso di tale vincolo) non ha per contenuto che l'aspettativa di un bene da parte dell'obbligato; ed è un diritto sotto due aspetti: primo, che comprende intrinsecamente la possibilità di conseguire il bene a danno dell'obbligato, e anche contro la sua volontà; secondo, che l'obbligo crea una ragione di danno per il mancato conseguimento del bene. Posizioni nettamente strumentali, come si vede, perché solo con l'effettivo conseguimento del bene si ha la soddisfazione dell'interesse, coincidente con la costituzione di un diritto diverso da quello di obbligazione" (SATTA, Salvatore. *L'esecuzione*…, ob. cit., p. 5).

[299] *Idem, ibidem*, p. 7.

[300] "...potrà indubbiamente darsi che in linea di fatto il titolare non abbia materialmente raggiunto ancora la soddisfazione dell'interesse, ad es., perché il bene oggetto del diritto non è in suo possesso; ma questo possesso egli potrà ottenerlo quando voglia, per la forza stessa del suo diritto, sia pure sorretta dalla forza della giurisdizione, e disciplinata in un processo" (*idem, ibidem*, p. 8)

[301] "In realtà, se si tiene presente quel che sopra abbiamo accennato, e cioè che il diritto è, nel rapporto obbligatorio, un riflesso dell'obbligo, e che l'obbligo stesso ha una posizione strumentale rispetto alla soddisfazione dell'interesse, si vede chiaramente che la dichiarazione del diritto, propria delle situazioni giuridiche finali, se risolve qui nella affermazione dell'obbligo (affermazione che è nello stesso tempo determinazione). Senonchè l'affermazione dell'obbligo, a differenza della dichiarazione del diritto, non è

A partir desse contraste, afirma Satta que a grande diferença existente entre essas duas categorias está em que nas situações finais o direito reconhecido já possui em si a capacidade de realizar-se. Reconhecida a propriedade, o proprietário possui todas as condições para reivindicar a coisa, apenas não podendo tomá-la por força da proteção dada à posse (mesmo ilegítima), ou seja, por esse "tênue diafragma" ("*tenue diaframma*") da posse, que não pode ser rompido sem ruptura, também, da paz social. Já quando se trata de "declaração de obrigação" (condenação) não há direito a ser exercido, mas sim um direito a ser criado (constituído) para o adimplemento da obrigação, qual seja, o direito a cuja constituição a obrigação era instrumentalmente preordenada.[302]

Perante o direito brasileiro, sem dúvida, Ovídio Baptista da Silva foi o grande reconstrutor do conceito de ação executiva. Para ele, o cerne da ação executiva – e seu contraste com a ação condenatória – está na essência *real* da ação existente no campo do direito material. Enquanto as ações condenatórias estariam ligadas à tutela de obrigações, as ações executivas teriam por escopo a proteção de situações que almejariam a "execução real", misturando cognição e execução no intuito de obter a proteção de situações concretas.[303] Para extremar o conceito de ação executiva, segundo o autor, seria

---

mai fine a se stessa: essa è sempre e necessariamente in funzione di un'ulteriore esigenza di tutela giuridica, in armonia con la posizione strumentale dell'obbligo, e da ciò le deriva un carattere costitutivo, che si esprime appunto nel termine tradizionale di condanna, e concretamente si manifesta nell'azione esecutiva che sorge dalla condanna stessa" (*Idem, ibidem*, p. 9). Em relação aos direitos potestativos, segundo o autor, algo semelhante se passa, embora por medida distinta. Aqui, a situação exigiria a atividade judicial para a constituição da nova situação jurídica (tutela constitutiva), hábil a satisfazer o interesse da parte (ob. loc. cits).

[302] "Se è infatti vero che il diritto accertato può non essere materialmente soddisfatto, non è meno vero che il diritto medesimo ha in sé, intrinsecamente, la capacità di realizzarsi: il proprietario riconosciuto tale nei confronti dell'illegittimo possessore, per riprendersi il possesso della cosa *sua* non ha altro da fare che esercitare il proprio diritto. Se non lo può fare, ciò è per una ragione di carattere formale: e cioè che il possesso, anche illegittimo, è tutelato dalla legge, e il proprietario non può rompere questo ormai tenue diaframma, che lo separa dalla sua cosa, senza turbare la pace sociale. Per questo l'esercizio del diritto riconosciuto è ancora intermediato dalla giurisdizione, la quale si esplica sia in comandi complementari all'accertamento (ordini, inibizioni, ecc.), comandi che non sono 'condanne', ma semplici atti di imperio, sia nell'assistenza materiale alla ripresa del possesso. Quando tuttavia il possesso sarà restituito al titolare del diritto, questi non avrà niente di più di quello che aveva al momento in cui il diritto venne accertato, non sarà ad es. proprietario più o meno di quello che era. Non occorre dire quanto diversa ed opposta sia la situazione nell'ipotesi di accertamento dell'obbligo (condanna). Parlare qui di esercizio del diritto non ha alcun senso: qui non c'è un diritto da esercitare, ma un diritto da costituire in adempimento dell'obbligo, precisamente quel diritto alla cui costituzione l'obbligo era strumentalmente preordinato. Solo con la costituzione di quel diritto (che implica la espropriazione dell'obbligato) la tutela giurisdizionale sarà realizzata" (*idem, ibidem*, p. 10-11).

[303] "Seja esta a ação, ou seja porque no direito material, além da 'obrigação', existem 'direitos reais', a verdade é que temos ainda ações cujas sentenças de procedência possuem misturadas as duas funções, a cognição e a execução, enquanto sentenças que 'contêm', em seu núcleo, a eficácia executiva. É o que

necessário afastar-se dos critérios estritamente processuais para enxergar no campo do direito material as características que autorizam a concepção dessa modalidade. É o direito material – e a natureza real da ação de direito material desenvolvida – que autoriza separar a ação executiva das outras ações.[304]

Em síntese, portanto, a diferença encontrada pela doutrina para isolar a eficácia executiva das demais está na estranha frase de Pontes de Miranda, reproduzida no início deste tópico: sua finalidade está em transferir para a esfera jurídica de alguém alguma coisa que deveria estar nela, mas não está. Ou, por outras palavras, a executividade se distinguiria da condenação porque aqui se busca atos materiais capazes de trazer para o patrimônio jurídico de alguém bem que, atualmente, pertence a outrem; já na tutela executiva, o que se busca é simplesmente restituir algo que pertence a alguém ao seu próprio patrimônio jurídico.

3.3. As dificuldades em aplicar essa classificação das ações

Essa classificação das ações é disseminada no direito brasileiro, que amplamente a utiliza para as mais diversas finalidades. Não se trata, portanto, de uma classificação de uso meramente acadêmico ou didático. Ela tem significativa utilidade e emprego, a ponto de Araken de Assis afirmar que "a classificação pela força e efeitos integra o material de trabalho do advogado e do juiz no quotidiano forense, provando seu particular relevo".[305]

Não obstante se recorra a essa classificação com frequência, é inafastável a percepção de que ela gera enormes problemas. Tome-se o exemplo oferecido no início deste capítulo, a respeito da "eficácia preponderante" dos embargos de terceiros. A

---

ocorre com as execuções reais, ou *ações reais*, como, por exemplo, a ação de esbulho possessório, a ação de despejo, a *actio commodati*, a ação de depósito, a ação reivindicatória, a ação de imissão de posse, a ação de divisão, e todas as demais ações em que se pede a coisa (*res*) e não o cumprimento de uma *prestação*" (SILVA, Ovídio Baptista da. "Ações e sentenças executivas". *Jurisdição, direito material e processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 197).

[304] "Por outro lado – devemos insistir –, sem 'aventurar-nos' no direito material, será impossível descobrir as diferenças entre uma sentença condenatória e outra executiva. Supondo que as eficácias das sentenças sejam dadas pelo processo, através de 'formas de tutela', 'arrumadas' sob mil maneiras diferentes; partindo da premissa de que a jurisdição 'contenha' apenas declaração – que '*nenhuma sentença produza efeitos fora do mundo jurídico'–,* a descoberta dessa diferença torna-se impossível" (SILVA, Ovídio Baptista da. "Ações e sentenças executivas", ob. cit., p. 261-262).

[305] ASSIS, Araken de. "Sentença executiva, sentença condenatória e execução incidental: diferença segundo a classificação pela força e efeitos", ob. cit., p. 55.

depender da classe em que se coloque essa modalidade de pretensão, extraem-se distintas consequências e diverso regime jurídico.

A questão pode parecer de menor importância, por simplesmente tratar do caminho a ser empregado para a alegação da fraude contra credores, mas tem significativas consequências. Afinal, a limitação posta pela doutrina – e depois acolhida pela jurisprudência – pode significar tolher da parte alegação relevante para a defesa de sua situação jurídica ou, ao menos, impor-lhe redobrado esforço para conseguir trazer em juízo tema que o direito material lhe autorizaria.

Mas este não é o único exemplo de situação em que a classificação das ações revela importância.

Em verdade, de uma simples classificação, que inicialmente tinha o propósito de contribuir para afirmar a autonomia do direito processual frente ao direito material, ela se tornou em verdadeiro dogma para o processo, sobretudo depois que incorporada como elemento essencial do pedido.

Deveras, a evolução do conceito de pedido – em paralelo com a classificação das ações e das sentenças – fez com que se concebesse a noção do "pedido imediato", ou seja, a providência que é buscada *junto ao Estado-jurisdição*. Assim, ao lado do bem da vida que é o objeto final pretendido pela parte autora (pedido mediato), tornou-se indispensável que a parte especificasse também qual é a atuação que espera da jurisdição para a obtenção desse bem material.[306]

E, considerando que o pedido (tanto o imediato como o mediato) determina a extensão da atuação do juiz (art. 492, do CPC), conclui a doutrina que não pode a decisão judicial afastar-se da providência especificamente buscada pelo autor na petição inicial. Ainda que hoje essa regra ofereça várias atenuações (a serem examinadas adiante), fato é que o princípio da adstrição ao pedido (em particular, no que aqui importa, ao pedido imediato) pode colocar inúmeras dificuldades para o processo judicial.

Pontes de Miranda, por exemplo, como se apontou no início deste capítulo, ao tratar do princípio da fungibilidade da forma do fundamento, menciona especificamente que o juiz pode alterar a qualificação jurídica dada aos fatos trazidos pela parte autora,

---

[306] V.g., CAPONI, Remo. PROTO PISANI, Andrea. *Lineamenti di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 2001, p. 73; MURRAY, Peter L. STÜRNER, Rolf. *German civil justice*. North Caroline: Carolina Academic Press, 2004, p. 194-195; CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *O novo processo civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 14; ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Manual de direito processual civil*. 18ª ed., São Paulo: RT, 2019, p. 795-796.

contanto que essa alteração não implique a modificação da prestação jurisdicional almejada. Assim, requerida a anulação de negócio jurídico por vício decorrente de coação moral (dita também *vis compulsiva*, art. 171, inc. II, do CC) não pode o juiz alterar a qualificação desses fatos, para considerar que, em verdade, se trataria de coação física (*vis absoluta*). Isso porque essa modificação implicaria a modificação do tipo de tutela a ser prestada – de uma sentença constitutiva negativa, a situação passaria a exigir uma sentença declaratória de *inexistência* do negócio jurídico, na medida em que a coação física exclui a vontade, que é um dos elementos integrantes do negócio jurídico. Já que o juiz não pode conceder providência diversa da requerida, ter-se-ia aí um caso de sentença *extra petita*, vedada pela ordem jurídica nacional.

Por outro lado, muitas vezes, é difícil compreender o alcance das consequências decorrentes de certos efeitos sentenciais. É que, compreendida a ideia de que as ações e as sentenças apresentam vários efeitos (e que a classificação toma por base a eficácia, e consequentemente, o efeito predominante) então beira a arbitrariedade a inclusão ou não de certa consequência diante de determinadas sentenças.

Assim, por exemplo, Fredie Didier Jr. defende que, resolvido compromisso de compra e venda, é consequência natural a devolução da coisa, sendo desnecessário e irrelevante formular pedido para a obtenção desta consequência, que constituiria efeito anexo da desconstituição.[307] Evidentemente, há lógica nessa conclusão, sobretudo à vista do que preceitua o art. 182, do CC;[308] no entanto, supondo a natureza constitutiva dessa sentença, seria discutível que ela pudesse gerar repercussão física, alterando a realidade dos fatos e determinando a restituição da coisa. Não fosse a previsão legal mencionada, seria defensável, à luz da teoria dos efeitos da sentença, a conclusão que exigisse a cumulação de um pedido restitutório nesse caso, para que o dever de entregar o bem fosse exigível do réu. Não por outra razão, Ovídio Baptista da Silva defendia que "como não

[307] "Assim, resolvido o negócio e não devolvida a coisa, pode o autor-vencedor pedir a instauração de atividade executiva para a entrega do bem, já que esse direito a uma prestação (devolução da coisa) foi certificado pela sentença constitutiva, não obstante como efeito anexo, em razão da efetivação do direito potestativo de resolução do contrato. Não faria muito sentido, de fato, a interpretação que impusesse ao autor o ônus de propor outra ação de conhecimento reipersecutória, se a existência desse direito não pode ser mais discutida. Nada há a ser certificado. E, convenhamos, não é isso o que acontece no foro: a parte requer, *incontinenti*, a expedição do mandado para a devolução da coisa" (DIDIER JR., Fredie. "Sentença constitutiva e execução forçada", ob. cit., p. 261-262). Embora o autor cite julgado em apoio à sua conclusão, não parece que ele sirva a esse fim, sobretudo porque a matéria não foi especificamente tratada na decisão, que se limitou a tratar da competência para esse tipo de demanda.

[308] "Art. 182. Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente."

contenha em si eficácia executiva capaz de ensejar a restituição da posse, ou outra forma de execução forçada, a ação de anulação do negócio jurídico deve ser cumulada com o pedido de restituição da posse".[309]

Discutindo caso semelhante, Pontes de Miranda sustenta duas soluções diferentes para a força "constitutiva" de sentenças. Segundo ele, se a parte propõe ação de *nulidade* do negócio jurídico, então a procedência da demanda implica, de forma natural e implícita, a necessidade de devolução da coisa, independentemente de novo pedido. Todavia, em se tratando de ações de anulação, de resolução, de rescisão ou de revogação, a solução seria distinta. Segundo ele, nesses casos, sem que haja a cumulação de pedidos, a sentença só poderá desconstituir o negócio jurídico, sem que isso acarrete na restituição da coisa, que deverá ser postulada em outro processo. Diz ele que "quem propõe ação de nulidade de negócio jurídico pede que se restitua o objeto que está com o réu. Esse pedido altera a estrutura eficacial da ação constitutiva típica, porque o elemento executivo cresce: a ação torna-se constitutiva (negativa) -executiva, porque se decreta nulidade e se vindica. Não se dá o mesmo com as ações de anulação, de resolução, de rescisão e de revogação: quem pediu decretação da anulação do contrato de compra e venda, sem pedir a restituição da coisa entregue, não pode obter mais do que a intimação da sentença ao réu e a pretensão à preceituação, noutra ação, porque o peso de eficácia mandamental da sentença que conseguiu é apenas, normalmente, de 3. Por isso há de o autor pedir a restituição, cumulando, expressamente, os pedidos, se pela natureza do pedido não está implícito o segundo. As ações de anulação, de resolução, de rescisão e de revogação são proponíveis antes ou depois da entrega da coisa. As cargas de eficácia são as mesmas. O pedido de restituição faz subir o elemento executivo. A execução faz-se contemporânea à constituição. Se o autor da ação constitutiva negativa não incluiu o pedido de restituição, está munido, ao transitar em julgado a sentença favorável, de decisão constitutiva. O réu, que tem consigo o bem, que fora objeto do negócio jurídico desconstituído, possui o bem, e tem de ser pedido tal objeto".[310]

---

[309] SILVA, Ovídio Baptista da. *Ação de imissão de posse*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2001, p. 204. A seu ver, "a ação de anulação do negócio jurídico, no direito brasileiro, não faz a posse do bem, que fora alienado, entrar no patrimônio do autor, o que corresponderia à eficácia executiva (Pontes de Miranda, *Tratado de direito privado,* t. IV, § 424, 14), o que torna necessária a cumulação do pedido de restituição ao pedido da ação constitutiva" (ob. cit., p. 203-204).

[310] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações,* ob. cit., tomo I, p. 142-143.

Esse debate não é exclusivo da doutrina. Também a jurisprudência há muito tempo enfrenta o problema e discute a extensão que se deve dar às sentenças que desconstituem negócios jurídicos.

Assim, por exemplo, em 1993, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça considerou que é *extra petita* a sentença que, acolhendo o pedido de resolução de compromisso de compra e venda, determina também a imediata restituição do imóvel, quando isso não é objeto de pedido específico. Na ótica do julgado, porém, resolvido o contrato, se não houver a devolução da coisa, seria viável a execução da sentença constitutiva negativa.[311] O acórdão cita, ainda, em apoio a essa sua conclusão, entendimento manifestado antes da Constituição Federal de 1988[312] pelo Supremo Tribunal Federal, e também entendimento proferido pela 3ª Turma do próprio Superior Tribunal de Justiça.[313]

---

311 PROCESSO CIVIL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMOVEL. RESOLUÇÃO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. ART. 460, CPC. RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO. - CARACTERIZA-SE COMO EXTRA PETITA A DECISÃO QUE, AO ACOLHER PEDIDO DE RESOLUÇÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA, DETERMINA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE REINTEGRAÇÃO NA POSSE NÃO POSTULADA NA INICIAL. - IMPOE-SE, COMO EFEITO NECESSARIO DA RESOLUÇÃO JUDICIAL, A OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O IMOVEL OBJETO DO COMPROMISSO, SENDO CABIVEL, EM NÃO HAVENDO DEVOLUÇÃO ESPONTANEA, A EXECUÇÃO DO JULGADO RESPECTIVO, OBSERVADO, NESSE CASO, O DISPOSTO NOS ARTS 621 E SEGS., 741 E SEGS. DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL." (STJ, 4ª Turma. REsp 18.000/RJ. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 07.06.93, p. 11.262). Do corpo do acórdão, lê-se que "ausente pedido específico, não poderia o sentenciante ordenar a expedição de mandado de reintegração na posse. É certo que da decisão judicial que declara resolvido o compromisso decorrem os efeitos que lhe são inerentes, a exemplo do que se verifica, *mutatis mutandis*, nos casos de sentença anulatória (art. 158, CC). Assim, o compromissário comprador, imitido na posse do imóvel por força do ajuste, passa, em princípio, a partir do momento em que se o declara insubsistente, a ter por obrigação restitui-lo. Se não o fizer espontaneamente, compete ao compromitente vendedor, munido da sentença, fazê-la executar, na forma do disposto nos arts. 621 e segs. do diploma instrumental (...) O que não se admite é, sem a cumulação do pedido de resolução contratual com o de reintegração de posse, que o Judiciário determine a expedição de ordem de entrega do bem. Se assim fosse, caracterizado estaria inegável cerceamento de defesa ao réu, que, nas ações possessórias, deve postular eventual direito de retenção que possua na contestação, sob pena de decair de seu exercício".

312 "AÇÃO DE RESILIÇÃO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA, POR INADIMPLEMENTO DO PROMISSARIO COMPRADOR, JULGADA PROCEDENTE, COM ORDEM DE REINTEGRAÇÃO DO AUTOR NA POSSE DO IMÓVEL. CANCELAMENTO DESSA ORDEM, POR NÃO TER SIDO FORMULADO PEDIDO, A RESPEITO, NA INICIAL (ART. 460 DO CPC), SUBSISTINDO, POREM, A OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR A COISA, COMO EFEITO NECESSARIO DA SENTENÇA DE RESILIÇÃO, OBSERVADOS NA EXECUÇÃO FORÇADA OS ARTIGOS 621 E SEGUINTES, 741 E SEGUINTES DO CPC. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE PARA ESSE FIM" (STF, 1ª Turma. RE 99.339/DF. Rel. Min. Sidney Sanches. *RTJ* 114/693).

313 "COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. RESCISÃO. EXECUÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. EMBORA A SENTENÇA SEJA DE ORDEM A SOMENTE DESFAZER O CONTRATO, TAL CIRCUNSTANCIA NÃO IMPEDE A EXECUÇÃO DO JULGADO NOS MOLDES DO ART. 621, POR SER, A OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR, SEU EFEITO NECESSARIO. RECURSO

Mais recentemente, tem-se que o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que não há vício na prestação jurisdicional que confere, além do pedido, outras tutelas que seriam "decorrência lógica do pedido". Assim, por exemplo, já decidiu que é possível a determinação de restituição de bens antes partilhados como decorrência natural da anulação dessa partilha[314] ou ainda a concessão de indenização (por desapropriação indireta) diante da impossibilidade do acolhimento do pedido formulado, de reintegração de posse.[315]

Além da criação jurisprudencial, não se pode deixar de mencionar a evolução legislativa com relação ao próprio efeito condenatório. Como sabido, perante o Código de Processo Civil de 1973, considerava a lei como título executivo "a sentença condenatória proferida no processo civil" (art. 584, inc. I). Respeitava-se, nessa linha, a doutrina originalmente construída, que considerava que o efeito condenatório seria indispensável para a atribuição da força de título executivo à sentença judicial.[316]-[317]

Posteriormente, diante da nova redação dada pela Lei 11.232/05, a lei passou a considerar como título judicial "a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia" (art. 475-N, inc. I). Com isso, atribuiu-se a qualquer sentença de eficácia predominantemente declaratória força executiva, contanto que tivesse reconhecido a existência de uma certa obrigação. Deu-se com isso amplitude ímpar à exequibilidade de sentenças judiciais, autorizando que qualquer sentença que tivesse reconhecido a presença de uma obrigação

---

ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (STJ, 3ª Turma. REsp 9.020/GO. Rel. Min. Nilson Naves. DJU 17.06.91, p. 8.207).

[314] STJ, 4ª Turma. AgInt no AREsp 2.220.417/SC. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti. DJe 16.10.23.

[315] STJ, 2ª Turma. REsp 2.030.850/RS. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 28.06.23.

[316] Afirmava, nesse ponto, Friedrich Lent, que "con la sentenza di accertamento l'attore ottiene – come con quella di condanna – che sia riconosciuto esistente l'effetto giuridico affermato, ma non anche – come con l'altra – la possibilità di procedere all'esecuzione. Se egli vuole agire esecutivamente ed ha ottenuto soltanto una pronuncia di questo tipo, perciò, deve munirsi di una pronuncia ulteriore e promuovere un secondo processo" (LENT, Friedrich. *Diritto processuale civile tedesco*. Trad. Edoardo Ricci, Napoli: Morano, 1962, p. 137).

[317] É curioso recordar aqui o conhecido caso de Vladimir Herzog, jornalista torturado e morto no período da ditadura militar. Em 1976, a sua família ajuizou *ação declaratória*, com o objetivo de ver reconhecida a responsabilidade da União pela detenção arbitrária, tortura e morte do jornalista. A ação foi, em primeiro grau, julgada procedente "para declarar a existência de relação jurídica entre os autores e a ré, consistente na obrigação desta, indenizar aqueles danos materiais e morais decorrentes da morte do jornalista Vladimir Herzog, marido e pai dos autores". Após a interposição de apelação, embora reconhecida a existência da mencionada obrigação, sublinhou o então Tribunal Federal de Recursos que esses danos deveriam ser objeto de ação de indenização própria (v., sobre o histórico dessa ação, a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Herzog e outros vs. Brasil, item F, disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf, acessado em maio de 2024).

pudesse sujeitar-se ao procedimento executivo. O preceito foi muito criticado por parte da doutrina, que considerava a ampliação indevida, o que poderia apanhar situações que evidentemente jamais autorizariam qualquer execução, a exemplo da obrigação prescrita ou daquela ainda não vencida.[318]

Finalmente, o código atual, buscando atender às críticas formuladas à redação anterior e, também, às sugestões da doutrina mais recente,[319] entendeu por definir o título judicial por excelência como sendo "as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa".

Da evolução sofrida, pode-se notar a verdadeira equiparação, em termos de consequência, realizada entre a sentença que condena alguém a alguma prestação e aquela que reconhece a exigibilidade dessa mesma prestação. Em verdade, concluindo que esse reconhecimento de exigibilidade equivaleria a uma condenação, a lei brasileira praticamente adotou linha pragmática a respeito do tema, considerando que aquilo que realmente importa é o que, materialmente, representa um "reconhecimento de exigibilidade".

A partir daí, parece ser possível lançar um olhar crítico sobre a classificação em discussão.

3.4. Uma análise crítica da classificação das ações segundo seu efeito predominante

A classificação das ações pelos efeitos do provimento – como as classificações anteriores – teve, sobretudo, duas finalidades evidentes: servir ao propósito didático de explicar aquilo que é possível obter do Estado-jurisdição e reafirmar a necessária separação entre o direito material e o processo civil.

Todavia, a adesão a essa ideia foi tão grande que se passou a incorporar as ações existentes (declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva) ao pedido,

---

[318] Parte da doutrina, com efeito, sugeria interpretação mais restritiva ao preceito, basicamente para que ele fosse lido como portando um efeito condenatório, ainda que implícito, o que exigiria o reconhecimento não apenas da obrigação, mas também de sua exigibilidade. V., por exemplo, BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2006, vol. 1, p. 135-136; ASSIS, Araken de. "Sentença condenatória como título executivo". *Aspectos polêmicos da nova execução, 3 - de títulos judiciais*. Coord. Teresa Arruda Alvim, São Paulo: RT, 2006, *passim*.

[319] V., por todos, ZAVASCKI, Teori Albino. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2003, vol. 8, p. 194 e ss.; *Id.* "Sentenças declaratórias, sentenças condenatórias e eficácia executiva dos julgados". *Revista de Processo*. N. 109, jan./mar.-2003, *passim*.

como pedido imediato. E, a partir daí, passou-se a aplicar a essas categorias todos os limites típicos dos princípios da demanda e da congruência. É exatamente aí que, segundo penso, está o exagero.[320]- [321]

Se a classificação tem sua utilidade, ela não pode ser transformada em elemento determinante para a análise da extensão da tutela jurisdicional prestada.[322] E os exemplos acima trazidos demonstram bem isso. Construções que trabalham com ideias como a "decorrência lógica do pedido formulado" ou que enxergam alguma resposta como "implicitamente" dedutível do pedido realizado são tentativas de comprovar que a realidade se impõe sobre a teoria e que não é possível confinar o universo de possíveis prestações jurisdicionais viáveis a apenas cinco categorias abstratas.

Aliás, parece que o próprio Código de Processo Civil em vigor, ao tratar da interpretação do pedido, escancara as portas para que se abandone de vez a importância das cinco formas de ação para a determinação do objeto do processo. Ou, pelo menos, para que se exclua da lógica da congruência o "pedido imediato", referente a algum desses cinco efeitos.

---

[320] MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. IV, p. 409.

[321] Assim, também, alerta Adriano Gomes que "essas generalizações e a própria teoria geral costumam ser utilizadas não apenas para uma finalidade compreensiva – que auxilia o estudante e o operador do direito a situar e refletir sobre as principais questões do processo civil –, mas também como fundamento para uma interpretação sistemática de normas processuais. Essa última abordagem possui limites metodológicos e epistemológicos claros que deveriam ser pressupostos de qualquer referência à teoria geral do processo, sem que isso lhe retire qualquer reconhecimento de sua importância. Esses limites decorrem essencialmente do fato de que as classificações realizadas são, em verdade, tipologias: um agrupamento de tipos ideais ou modelos construídos a partir da acentuação de determinadas características encontradas em fenômenos e institutos jurídicos. Nem sempre aquilo que encontramos na realidade jurídica ou empírica será perfeitamente adequada ao modelo, mas isso não o torna menos útil para melhor compreender a realidade: as particularidades dos fenômenos ou institutos podem ter grande relevância merecendo ser destacados a partir da utilização da tipologia e da comparação com os tipos construídos" (GOMES, Adriano Camargo. "A tipologia das formas de tutela de Sérgio Cruz Arenhart". *Coletivização e unidade do direito – vol. IV*. Org. Edilson Vitorelli *et alli*. Londrina: Thoth, 2023, p. 43-44).

[322] Isto porque, como alerta Adriano Gomes, "os tipos são construídos a partir da 'acentuação unilateral' de determinadas características, desconsiderando aquilo que '[...] *para os fins de formação conceitual* – são consideradas influências perturbadoras [...] que [...] desautorizam a construção de conceitos gerais genuínos'. O tipo é uma generalização que resulta de uma descrição exagerada de determinadas características e da desconsideração de outras, permitindo a formação de um conceito representativo de diversos fenômenos complexos relativamente similares" (GOMES, Adriano Camargo. "A tipologia...", ob. cit., p. 45). Ora, é evidente que, se toda classificação tipológica pressupõe o *exagero* de certas características, ela não pode prestar-se para, do ponto de vista empírico, excluir do âmbito da tutela jurisdicional situações que não se amoldem *perfeitamente* ao tipo ideal concebido. Nem ela pode servir para vincular o juiz a determinada *forma do pedido*, já que isso seria tomar o conceito "exagerado" como limite para a atividade jurisdicional.

Afinal, o código impõe significativa atenuação do dever de congruência, ao afirmar que a "interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé" (art. 322, § 2º). Esses critérios, como dissemos alhures, ampliam sobremaneira a elasticidade que se deve conferir ao pedido efetivamente formulado.[323] Afinal, a análise do pedido deve considerar *todo o conjunto da postulação*, o que vai muito além da petição inicial, para abranger todos os atos postulatório existentes no processo. Por outro lado, importa ainda considerar a boa-fé, que deve governar todo o comportamento dos sujeitos processuais (art. 5º, do CPC). Ora, à luz desse princípio, deve-se sempre partir da premissa de que o autor, ao formular seu pedido, age com lealdade e de modo racional,[324] respeitando os interesses alheios[325] e considerando seu próprio comportamento, antes e durante o processo[326] e, acrescentamos, seu próprio papel como agente jurídico na sociedade.

Tudo isso considerado, é evidente que o pedido expressamente veiculado na petição inicial deve passar por um intenso processo de interpretação, o que pode atenuar (e muito) a força da vinculação existente entre o pedido *imediato* formulado e o provimento judicial deferido.[327]

A maior expressão disso é exatamente a mutação ocorrida no direito brasileiro com relação ao efeito declaratório-condenatório, tal como visto no item anterior. De um modelo rígido, inspirado na doutrina tradicional que concebeu essas ideias, em que só se emprestava força executiva à sentença "expressamente" condenatória, passou-se a um sistema em que a condenação pode ser extraída do "conjunto" da postulação e da prestação jurisdicional, bastando que haja o reconhecimento de uma prestação exigível para que seja viável o pedido de sua implementação na via do cumprimento de sentença.

---

[323] MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., vol. IV, p. 419-421.

[324] DIDIER JR., Fredie. "Princípio da boa-fé processual no direito processual civil brasileiro e seu fundamento constitucional". *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*. N. 70, out./dez.-2018, p. 187.

[325] REICHELT, Luis Alberto. "A boa-fé no direito processual civil: dimensão conceitual e leitura crítica à luz dos direitos fundamentais processuais". *Revista brasileira de direito processual.* N. 115, jul./set.-2021, p. 232.

[326] TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017, vol. VII, p. 89-90.

[327] V.g., STJ, 4ª Turma. AgInt nos EDcl no AREsp 2.438.550/SP. Rel. Min. Raul Araújo. DJe 02.05.24; STJ, 1ª Turma. AgInt no AREsp 1.902.130/SP. Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues. DJe 19.04.24; STJ, 2ª Turma. AgInt no AREsp 2.359.710/BA. Rel. Min. Mauro Campbell Marques. DJe 18.04.24; STJ, 3ª Turma. AgInt no REsp 1.820.915/SP. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 17.04.24.

Esta mudança de postura – dada sobretudo pela mudança legislativa mencionada e pelo acolhimento, na legislação, de um conceito mais amplo de condenação – está alinhada à perspectiva de tutela dos direitos e de deformalização do processo civil,[328] que deve prestar mais atenção ao conteúdo do que à forma e que deve atender mais às exigências de proteção do direito material do que, propriamente, à específica forma do pedido formulado.

Além disso, essa guinada parece transparecer o fato de que a classificação em análise sempre teve elevada carga de artificialidade.

De um lado porque, ao contrário do que se imaginava inicialmente, essa classificação não está calcada *apenas em elementos processuais*, divorciados do direito material. Se a intenção dessa classificação era se afastar de qualquer contaminação do direito material, ela fracassou inteiramente. Afinal, todo o seu fundamento acaba se voltando para a análise de pontos do direito material, como já se viu, e, assim, a distância pretendida é apenas ilusória.[329]

Ademais, já não há mais razão para essa incessante busca por autonomia. Já é mais do que sabido que o processo não se confunde com o direito material, não havendo motivo que justifique uma classificação apenas porque ela estaria assentada em dados processuais, sem qualquer olhar para as relações jurídicas materiais que constituem seu material de trabalho.

Por outro lado, é inevitável reconhecer que a classificação goza de alta dose de arbitrariedade.

Isso porque, como já mencionado, ela se assenta na premissa de uma "eficácia predominante", o que não apaga a presença das outras eficácias em qualquer ação ou sentença. Ora, se todas as ações possuem todas as eficácias, então a escolha daquela que predomina se torna um problema, muitas vezes, de preferência ou, para ser mais exato, da consequência que alguém imagina ser aquela mais necessária *para uma situação específica*. Assim, para alguns, talvez em uma ação de anulação de um contrato seja mais importante a restituição da coisa entregue – e, então, seria imaginável classificar a ação

---

[328] Cf. GRINOVER, Ada Pellegrini. "Deformalização do processo e deformalização das controvérsias". *Revista de processo*. N. 46, abr./jun.-1987, *passim*.

[329] "Se uma ação de usucapião difere de outra qualquer em virtude da pretensão de direito material afirmada existente pelo autor, como acabamos de ver, ou seja, se uma ação de anulação de contrato ou de casamento diferem entre si em razão da natureza do direito material posto em causa, então a classificação das sentenças em declaratória, constitutiva e condenatória diz respeito à natureza da controvérsia de que o respectivo processo se ocupa; e nada tem a ver com a relação processual, enquanto tal" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Curso de processo civil*. Porto Alegre: Fabris, vol. 1, 1987, p. 119).

como “mandamental”, “executiva” ou até “condenatória; já para outros, talvez o ponto chave aí fosse mesmo a anulação do contrato, o que faria com que a ação fosse considerada como constitutiva; para outros ainda, quem sabe o fundamental fosse o reconhecimento da existência do vício que leva à anulação e, assim, haveria quem apontasse a ação como declaratória. Ao final, todas as opiniões levariam ao mesmo resultado, ainda que por caminhos diversos. De toda sorte, isso revela que a classificação em si é de pouca valia, embora se considere que ela integra ponto da mais alta relevância: o pedido.

Não bastasse a constatação, hoje dominante, de que a classificação em exame toma em consideração a eficácia predominante, fato é que há evidente entrelaçamento entre as várias eficácias concebidas pela maturação da doutrina construída. É, de fato, muito difícil traçar a linha divisória entre o campo da ação condenatória e das ações constitutiva e declaratória, na medida em que todas guardam aspectos muito semelhantes, senão idênticos.[330] E acentuando a presença de elementos semelhantes em todas as formas de ação tradicionalmente conhecidas, aponta Barbosa Moreira que “apresenta a sentença constitutiva, pois, um conteúdo declaratório, que em regra só vale para as partes. Já a modificação jurídica produz-se em face de todos. Na sentença condenatória ocorre fenômeno análogo: ela igualmente contém uma declaração (da obrigação de prestar) e outro elemento, a ordem de prestar (*Leistungsbefehl*), de que deflui para o vencedor a pretensão à execução (*Vollstreckungsanspruch*). Também a sentença condenatória, destarte, realiza uma modificação jurídica, o que permite equipará-la à constitutiva; e, assim como nesta, a modificação vale *erga omnes*, enquanto a declaração, de ordinário, apenas *inter partes*”.[331]

---

[330] Barbosa Moreira, por exemplo, afirma que “o problema fundamental, todavia, permanece intacto. Não há reputar ilegítima *a priori* a tentativa de ligar-se a uma declaração o efeito executório; será porém igualmente legítima a exigência de que se esclareça *porque* dessa determinada declaração promana um efeito que outras se mostram inaptas a operar. Em que consiste, afinal, a declaração capaz de proporcionar à parte vencedora título hábil para a execução forçada? A resposta de Liebman, vazada em fórmula mais aderente à realidade, soaria: na declaração da aplicabilidade da sanção. Ora, justamente nisso é que não se pode convir sem fazer tábua rasa das hipóteses em que o juiz condena, e a sentença se executa, *sem que se trate em absoluto de sanção*; e também daquelas outras, não tão raras, em que a sanção se efetiva *na própria sentença*, sem necessidade – nem, aliás, possibilidade – de repor-se em movimento, para atuá-la, o mecanismo judicial” (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “Reflexões críticas sobre uma teoria da condenação civil”, ob. cit., p. 80).

[331] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “Coisa julgada e declaração”. *Temas de direito processual – primeira série*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1988, p. 81-82.

A constatação sequer é nova. Sempre houve intensa polêmica sobre os elementos que poderiam autorizar pensar as eficácias como categorias distintas entre si.

Carnelutti, por exemplo, sempre foi um veemente crítico da autonomia do efeito condenatório. Para ele, a condenação e a declaração são feitas do mesmo metal ("sono fatte con lo stesso metallo"),[332] variando apenas com relação ao *objeto da declaração* e não quanto à natureza da prestação jurisdicional. Criticando a opinião de Liebman, afirma Carnelutti que seria ilógico supor que a essência da condenação está na aplicação concreta da sanção existente na norma. Isto porque, ainda segundo ele, a *concretização da sanção abstrata* (concebida por Liebman) nada mais é do que declaração e a sua *atuação* (tal como também sugere Liebman) seria papel da execução. Logo, não haveria em essência qualquer diferença entre declaração e condenação, ao menos em sua estrutura processual.[333]

De certo modo, também essa é a conclusão a que chega Chiovenda, afirmando que todas as sentenças, em suma, exprimem uma vontade da lei e, *sob esse aspecto*, são idênticas.[334]

---

[332] CARNELUTTI, Francesco. "Titolo esecutivo". *Studi di diritto processuale*. Padova: CEDAM, 1939, vol. IV, p. 117.

[333] "Rispondo nei limiti dello stretto necessario, com'è mio costume. Cosa intende L. per 'applicazione della sanzione': anzi, dovrei dire, per *applicazione* in genere? Dice L.: 'bisogna che la sanzione, da astratta e generica, diventi concreta e determinata' (n. 70, pag. 17). Ma queste sono parole piuttosto vaghe. O parlando di concretezza e di determinazione il L. allude alla specificazione o alla *attuazione*. Nel primo caso la applicazione non è altro che *accertamento* (verificazione obbligatoria dei presupposti di fatto della sanzione); nel secondo non è altro che *esecuzione*. Il concepire da *condanna* come un *ens tertium* tra la pronuncia del comando concreto e la sua attuazione è nettamente illogico. Or se applicare la sanzione non vuol dire attuarla, altra via non resta se no intenderla come *accertamento del rapporto relativo alla sanzione*" (CARNELUTTI, Francesco. "Titolo esecutivo", ob. cit., p. 118). Em um primeiro momento, Carnelutti considerava que a condenação se limitava a uma declaração de um ato ilícito (CARNELUTTI, Francesco. *Lezioni di diritto processuale civile*. Padova: CEDAM, 1986, vol. 2, p. 30-41). Posteriormente, após críticas que lhe foram dirigidas, passou a considerar que a condenação seria, em verdade, uma declaração de responsabilidade (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Uteha, 1944, vol. I, p. 162-166). Ainda mais adiante, refere-se ele à existência, na condenação, de uma *dupla declaração*, a declaração do que ocorreu e do que deveria ocorrer (CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*. Napoli: Morano, 1958, p. 58). Em todos os casos, porém, insistia ele na conclusão de que sempre se estaria diante de manifestações de declarações.

[334] "Non può dirsi che la sentenza di condanna *ordina*, la sentenza di accertamento *acerta*, poichè ogni sentenza di condanna contiene um accertamento, e ogni sentenza di accertamento esprime una volontà della legge, un comando" (CHIOVENDA, Giuseppe. "L'azione nel sistema dei diritti", ob. cit., nota de rodapé 68, p. 78).

Já Calamandrei preferiu aproximar a condenação à constituição. Para ele, a função essencial da condenação seria transformar a obrigação em sujeição, conferindo-lhe força executiva. [335]

De certo modo, portanto, todos esses autores reconhecem que as tutelas jurisdicionais sempre partem da "declaração" da incidência de uma determinada norma ao caso concreto. E, além disso, consideram que a incidência dessa norma transforma a realidade, seja como simples consequência da certificação da situação, seja pela criação de novos estados (aí incluído o estado de "sujeição" ou de algo semelhante, que autorizará a imposição concreta futura da sanção prevista pela norma).

Some-se a isso a constatação, corretamente feita por Ovídio Baptista da Silva, no sentido de que a característica específica da ação condenatória – tal como construída pela doutrina clássica – dificilmente pode ser amoldada a espécie de ação (tomada aqui em seu sentido material). Isso porque essa modalidade de "ação" não é capaz de oferecer a integral proteção do interesse buscado, na medida em que sempre demandaria novo requerimento da parte para que se passasse à fase de efetivação do direito.[336]

Não é diferente a situação com a ação constitutiva. A despeito da circunstância de a sentença, nesse caso, ser a responsável pela modificação de relações jurídicas, fato é que, na ótica de muitos autores, essa modificação não se opera propriamente pela

---

[335] "in questo senso si può dire veramente che la sentenza di condanna ha natura costitutiva (...). Mentre le sanzioni di diritto sostanziale, consistenti nel sostituire un nuovo rapporto obbligatorio a quello originario, non hanno bisogno per concretarsi di una pronuncia del giudice (l'inadempimento della obbligazione primaria fa nascere senz'altro nel campo sostanziale l'obbligo di risarcire i danni), la *extrema ratio*, consistente nel trasformare la obbligazione in soggezione e nell'affidare alla forza degli organi esecutivi la tutela di quell'interesse che precedentemente era rimesso alla volontà dell'obbligato, non si può compiere che attraverso la condanna" (CALAMANDREI, Piero. "La condanna", ob. cit., p. 492).

[336] "Que a condenatória não seja uma verdadeira 'ação material', da mesma classe das declaratórias, constitutivas, executivas e mandamentais, convence-nos sua incapacidade de realizar a suposta pretensão correspondente. Seria o cumula da ilogicidade que, depois de conceituarmos a ação como a 'atividade realizadora da respectiva pretensão', concebêssemos uma ação, como condenatória, que não a realiza e cuja estranha consequência será a produção de 'outra ação', destinada – somente esta – a realizar a pretensão que constituíra o fundamento da anterior ação de conhecimento" (SILVA, Ovídio Baptista da. "Ação' e ações na história do processo civil moderno". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 429). Posteriormente, o autor aprofunda sua afirmação, concluindo que aquele que exerce pretensão (e não ação) está no campo da *exigência* (precisamente o que ocorreria no caso da condenação), mas ainda não *age* para a realização de seu interesse (campo da ação). Por isso, rigorosamente, a "ação condenatória" seria, para o campo do direito material, simples exercício de pretensão, não atingindo o nível da *ação de direito material* (v., SILVA, Ovídio Baptista da. "A ação condenatória como categoria processual". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, esp. p. 241).

sentença, senão pela incidência ao caso de norma jurídica que assim o determina.[337] Tampouco serve, como visto, tentar atrelar a ação constitutiva aos chamados *direitos potestativos*. De uma parte, essa ligação teria nenhuma serventia em termos de "classificação processual". De outra, também como visto, nem toda ação constitutiva estará ligada a direitos potestativos, salvo diante de uma forçada readequação ou da noção de constituição ou da ideia de direito potestativo. Finalmente, é de se convir, com Proto Pisani, que a realidade do fenômeno "constitutivo" abrange distintas situações e carências de tutela, sendo até mesmo duvidosa a inclusão de todas essas situações em uma única categoria.[338]

Se, então, as clássicas eficácias reconhecidas (declaratória, constitutiva e condenatória) podem ser sempre reconduzidas a modos e campos de declarações em sentido largo, não parece que haja resultados mais promissores quando se olha para as chamadas eficácias mandamental e executiva.

De um lado, porque a utilidade dessa distinção – e, em particular, da distinção entre essas eficácias e a eficácia condenatória – foi imensamente reduzida a partir do momento em que a legislação processual brasileira passou a admitir uma fungibilidade ampla entre as *técnicas* processuais que podem ser utilizadas para a tutela de prestações.[339] Realmente, partindo da premissa de que a distinção entre as eficácias condenatória, executiva e mandamental está ligada, do ponto de vista prático, à possibilidade de execução *nos mesmos autos* e do emprego amplo de medidas de indução e de sub-rogação para a obtenção da prestação ou de seu resultado,[340] tem-se que o regime atual do Código de Processo Civil torna praticamente inútil qualquer distinção. A introdução das categorias de ação mandamental e executiva no direito brasileiro teve o evidente propósito de superar a *inadequação* e a *insuficiência* do modelo condenatório

---

[337] "Anche la sentenza costitutiva attua mediante l'accertamento una preesistente volontà di legge (la volontà che si produca un mutamento giuridico): è quindi identica in ciò alle altre sentenza (di condanna e d'accertamento); e non ha nulla d'eccezionale" (CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di diritto processuale civile*. 2ª ed., Napoli: Jovene, 1923, p. 146).

[338] PROTO PISANI, Andrea. *Lezioni di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1999, p. 194 e ss. Como apontava Couture, "la doctrina no es unánime respecto de este tipo de sentencias. Ni se admite, en general, que constituyan una categoría propia, ni existe acuerdo en cuanto a las diversas sentencias que integran esta categoría entre los que admiten su existencia" (COUTURE, Eduardo. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 3ª ed., Buenos Aires: Depalma, 1958, p. 319).

[339] Por uma análise ampla desse problema, v. ARENHART, Sérgio Cruz. "Sentença condenatória para quê?". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010, *passim*.

[340] Repita-se que aqui se examina apenas as consequências práticas. Do ponto de vista teórico, seria possível traçar – como examinado em momento oportuno – diversas distinções.

então existente, permitindo que ao menos algumas categorias de interesses pudessem receber proteção mais efetiva e adequada, seja eliminando a execução *ex intervalo* (em dois processos distintos), seja eliminando a *tipicidade* então vigente para as medidas executivas admitidas.[341]

Depois de 2005, no entanto, e em particular no regime do CPC em vigor, tudo isso já está superado. Não há mais a necessidade de instauração de um novo processo para a efetivação das sentenças judiciais civis condenatórias, nem vigora mais a *tipicidade* executiva anteriormente imposta. Como se sabe, a permissão ampla do emprego de medidas "indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias" (art. 139, inc. IV, do CPC) e a abolição do "processo de execução" para sentenças civis que reconhecem a exigibilidade de prestação implicam clara *fungibilidade de técnicas*[342] e, com isso, conduzem à minimização da utilidade na classificação em análise.

É verdade que, para as prestações de pagamento de soma, a lei continua a exigir nova iniciativa da parte vencedora (arts. 513, § 1º e 523, do CPC). No entanto, essa circunstância – que pode ser eventualmente relacionada ao modelo de cômputo do prazo

---

[341] Reveladora, nesse ponto, é a seguinte passagem de texto de Ovídio Baptista da Silva: "Para penetrarmos em nossas questões, antes colocadas sob a forma de duas perguntas básicas, façamos, agora, uma inversão na ordem em que as pusemos e formulemos ao autor de nossa demanda de indenização a indagação sobre o sentido prático da sentença por ele obtida e pela qual o juiz *declarou* o demandado responsável pelo ressarcimento de danos e o *condenou* a indenizá-lo, por outras palavras e simplesmente, perguntemos-lhe de que lhe serviu a sentença condenatória. A resposta a essa pergunta se torna mais dramática quando, ao invés de ser feita ao demandante, é formulada por este a seu advogado, a quem ele entregara o caso esperando obter não um documento formal de reconhecimento de seu direito, mas a efetiva e concreta indenização dos prejuízos sofridos. No plano da realidade forense, onde dominam os fatos a que as teorias se devem afeiçoar, não é fácil dar-se ao leigo que procura amparo jurisdicional uma explicação satisfatória da natureza e utilidade da sentença de condenação. Na perspectiva eminentemente pragmática em que as partes se colocam perante o processo, a sentença condenatória pouca coisa oferece além da declaração que ela contém sobre a existência do direito invocado pelo autor e dessa virtualidade especial de constituir-se em um novo título, para uma nova demanda subsequente" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Sentença e coisa julgada*, ob. cit., p. 41).

[342] Sabe-se que, ao menos por ora, essa fungibilidade, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e também na ótica de parte da doutrina nacional, não é tão ampla no que concerne à tutela de prestação de pagar quantia, que entende que, embora constitucional o emprego de medidas coercitivas e sub-rogatórias (STF, ADIn 5.941. Rel. Min. Luiz Fux. DJe 09.02.23), seu uso é subsidiário, dependendo do prévio esgotamento das vias típicas e do respeito à proporcionalidade e à motivação específica (v., por exemplo, STJ, 4ª Turma. AgInt no HC 858.258/SP. Rel. Min. Raul Araújo. DJe 12.12.23; STJ, 3ª Turma. REsp 2.043.328/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 20.04.23). Não se justifica, porém, essa subsidiariedade criada pela jurisprudência, o que reforçaria a afirmação apresentada no texto (v., sobre isso, ARENHART, Sérgio Cruz. "Tutela atípica de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o 'é ruim, mas eu gosto'?". *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*. N. 80, abr./jun.-2021, *passim*).

de "prescrição intercorrente" para a fase executiva[343] – não desvirtua a percepção de que, em termos de técnicas processuais, há amplo leque de possibilidades permitido por lei, a atenuar sobremaneira qualquer utilidade na distinção entre eficácias condenatória, mandamental e executiva.

A despeito de tudo isso, a própria concepção das eficácias mandamental e executiva é discutível. De um lado, porque nunca foi fácil demarcar os contornos que separam a eficácia mandamental da executiva. Mesmo Ovídio Baptista da Silva, um dos principais desenvolvedores dessas ideias no Brasil, reconheceu que "as fronteiras demarcadas para estas duas espécies de tutela jurisdicional não guardam a nitidez que se poderia desejar, quando temos de visualizá-las mais de perto, utilizando instrumentos de análise de maior precisão".[344]

Regressando no tempo, enxergada a ação mandamental sob a perspectiva de Kuttner – ou seja, particularizada a ação mandamental a partir do destinatário da ordem pronunciada pelo juiz – é correta a crítica oferecida no Brasil, entre outros, por Frederico Marques, que ponderava que este critério distintivo seria incongruente com aquele empregado para a determinação das outras eficácias. Afinal, se o que importa é o destinatário da ordem, não se está pensando especificamente, na natureza da pretensão processual ou da prestação jurisdicional buscada, mas sim "no destinatário especial da sentença, que é um órgão do Estado diferente do judicial".[345] Ainda sob esse viés histórico, é de se sublinhar a percepção de Goldschmidt – um dos precursores do isolamento da ação mandamental. Até mesmo ele, reconhecidamente favorável à categoria das ações mandamentais, acabou por concluir que, em substância, as ações condenatórias estariam inseridas como espécie de ação mandamental, na medida em que

---

[343] Cf. MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil*. 9ª ed., São Paulo: RT, 2023, vol. 2, p. 812-814.

[344] SILVA, Ovídio Baptista da. "O processo civil e sua recente reforma". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 183. Prossegue o autor, afirmando que "as dificuldades, ao que supomos, provêm da origem comum dessas duas formas de tutela processual, enquanto representações modernas dos antigos interditos do direito romano clássico, portanto, instrumentos processuais diversos do procedimento privado da *actio*, de onde proveio nosso Processo de Conhecimento" (ob. loc. cits.). Todavia, o autor ainda assim sublinha que, em sua ótica, a diferença existe e deve ser observada. Para ele, "as sentenças executivas buscam a realização de um ato originalmente devido pelo demandado, enquanto a sentença mandamental expressa uma determinação imperativa, inerente e exclusiva do magistrado, enquanto representante do poder estatal" (*idem*, p. 184).

[345] MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1971, vol. II, p. 57.

aquelas veiculariam uma ordem aos órgãos executivos para realizar a sanção contida no título executivo.[346]

Sequer é útil, no modelo atual, pautar a diferença entre a ação mandamental e outras espécies de prestações jurisdicionais com base na consequência (criminal) decorrente do descumprimento da ordem. Isto porque a jurisprudência brasileira compreende que, salvo diante de expressa previsão legal, a imposição de medidas coercitivas em apoio ao cumprimento de ordem judicial descaracteriza a tipificação da conduta como crime de desobediência.[347] Portanto, a consequência do descumprimento do comando judicial é, antes, problema legislativo e, às vezes, de opção judicial, não podendo ser erigido a elemento identificador de alguma espécie própria de tutela jurisdicional ou de ação.

Além disso, a antiga distinção entre sentenças que veiculam *ordem* e sentenças que veiculam *simples imposição da lei* parece já superada. De um lado, porque não há mais nenhum obstáculo ideológico em admitir que o Poder Judiciário efetivamente desempenha atividade estatal e, portanto, está habilitado a proferir ordens. De outro, porque, como já mencionado, a legislação processual atual expressamente consigna o poder conferido aos juízes para emitir ordens, mesmo que seja para exigir o cumprimento de prestações fáticas, aí incluídas as prestações pecuniárias.

Disso tudo resulta que não há mais necessidade em utilizar a classificação em exame *como critério determinante para a fixação do pedido*. Não é mais possível que se interprete – sobretudo de forma restritiva – essas cinco categorias como limitativas à atividade jurisdicional, nomeadamente quando elas se mostrarem claramente inadequadas para atender à tutela de direito material efetivamente buscada pela parte com a demanda. Seja por conta da artificialidade dessa classificação em cinco (ou três) categorias, seja porque o próprio pedido mediato exige interpretação ampliativa (considerando a boa-fé e o conjunto da postulação), o emprego rígido das categorias de ação declaratória,

---

[346] "La acción de condena es ya una acción de mandamiento, puesto que en cuanto título ejecutivo contiene en sí un mandato dirigido al órgano de ejecución, para que lleve esta a efecto" (GOLDSCHMIDT, James. *Derecho procesal civil*, ob. cit., p. 113). V., tb., SILVA, Clóvis do Couto e. "A teoria das ações...", ob. cit., p. 253. Pontes de Miranda vê nessa opinião um "erro gravíssimo", na medida em que "a sentença condenatória apenas deu ensejo à propositura da ação executiva e o ato de mandado, para a citação, nada tem de sentencial" (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*, ob. cit., tomo V, p. 29).

[347] STJ, 6ª Turma. RHC 67.476/SP. Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura. DJe 03.05.16; STJ, 5ª Turma. HC 92.655/ES. Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. DJU 25.02.08, p. 352; STJ, 5ª Turma. HC 22.721/SP. Rel. Min. Felix Fischer. DJU 30.06.03, p. 271.

constitutiva, condenatória, mandamental e executiva é contraproducente e, no mais das vezes, só se presta para inviabilizar a adequada proteção aos direitos.

Em verdade, tudo se resume a uma única conclusão: toda sentença judicial nada mais faz do que reconhecer (ou, se for preferível, declarar) a incidência de normas jurídicas – ainda que estas normas autorizem certo grau de discricionariedade do juiz na ponderação das melhores soluções para o caso concreto[348] –, extraindo delas as consequências decorrentes. Assim, se a incidência da norma torna necessária a anulação, a verificação da nulidade, a imposição ou qualquer outra providência, é exatamente essa a providência que será determinada pelo juiz. Para tanto, o imprescindível é a análise dos fatos jurídicos descritos pela parte, com a aplicação da norma jurídica correspondente e a imposição de suas consequências. E, para esse procedimento, não deve importar saber se a medida corresponde a uma tutela do tipo declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental ou executiva.

Essencialmente, o pedido (tanto quanto a causa de pedir e outros elementos postulatórios angariados ao longo do processo) tem importância apenas em relação com os outros elementos do processo. Ele se presta enquanto elemento que delimita o espaço para o exercício do contraditório do réu, permitindo-lhe ter o alcance da possível abrangência que terá a prestação jurisdicional.[349] Determinada, ao final, a realidade fático-jurídica do caso, cumpre ao juiz aplicar o direito correto, extraindo daí as consequências exigidas pela norma – respeitadas, eventualmente, escolhas que a própria norma autorize à liberdade da parte.[350]

---

[348] Tal como sucede com a eleição da melhor técnica de indução ou de sub-rogação para o caso concreto,

[349] Como já consignou o Superior Tribunal de Justiça, "O princípio da adstrição visa apenas a assegurar o exercício, pelo réu, de seu direito de defesa, de modo que é possível o acolhimento da pretensão por fundamento autônomo, como corolário do princípio *da mihi factum dabo tibi ius*, desde que não reflita na instrução da ação." (STJ, 3ª Turma. REsp 1.007.692/RS. Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 14.10.10 – trecho do voto da relatora).

[350] De certo modo, reconhece essa circunstância Ovídio Baptista da Silva, quando afirma que "É claro que esta justificação esconde um problema ainda não solucionado. Os processualistas adjudicaram-se o direito de classificar sentenças, porém apenas as sentenças de procedência, embora se saiba que as sentenças que acolhem o pedido do autor correspondem à resposta dada pela jurisdição, quando o juiz reconhece a procedência da demanda. Essa resposta haverá de afeiçoar-se ao direito material e às respectivas exigências (pretensões) feitas pelo autor vitorioso; dito de outro modo, a sentença de procedência deverá ter, necessariamente, a mesma quantidade e a mesma qualidade do respectivo pedido formulado pelo autor vitorioso. A sentença de procedência representa o ponto de convergência entre o direito material e o processo. Não há como classificarem-se sentenças de procedência sem ter em conta a natureza do pedido formulado pelo autor" (SILVA, Ovídio Baptista da. "Sentença condenatória na Lei 11.232". *Direito e democracia*. Vol. 8, n. 1, jan./jun.-2007, p. 67).

Assim, em suma, a classificação das ações pela sua eficácia dominante deve regressar a exercer seu papel original: servir para didaticamente explicitar que a atuação jurisdicional pode abarcar amplo espectro de funções.[351] Não mais se justifica, porém, que ela seja alçada à condição de elemento *essencial* do pedido, capaz de vincular a atividade jurisdicional de forma absoluta.

O pedido, como já observado, deve ser avaliado à luz do pedido mediato formulado, tomando em conta os dois critérios apontados pela legislação para a sua interpretação: a boa-fé e o conjunto dos atos postulatórios presentes no processo. E com isso já se tem o suficiente para permitir o adequado exercício do direito ao contraditório pelo réu e para delimitar um dos principais nortes que determinará, como se verá adiante, a extensão que pode assumir a tutela jurisdicional.

Alguém poderia, no entanto, objetar que pode haver situações em que, embora possível tutela jurisdicional com alcance maior, a parte autora, por motivos próprios, deseje prestação jurisdicional de outra eficácia. Assim, por exemplo, no caso Vladimir Herzog, mencionado anteriormente, embora a família da vítima pudesse ter pretendido a indenização dos danos que haviam sido causados, preferiu ajuizar ação *declaratória* de responsabilidade.[352] O mesmo talvez pudesse também suceder em casos em que, embora possível a desconstituição de uma relação jurídica, a parte se contentasse em pretender o reconhecimento do direito a essa desconstituição – sem, todavia, chegar ao ponto de efetivamente esperar a atividade jurisdicional tendente a essa modificação.

Não parece que a objeção tenha, mais, qualquer valor.

Inicialmente, porque, como já visto, a fronteira entre o efeito condenatório e o declaratório, atualmente, é na prática inexistente, haja vista a equiparação feita pelo Código de Processo Civil entre a "sentença condenatória" e a "sentença que reconhece a exigibilidade de prestações" (art. 515, I, do CPC). Tampouco haveria relevância na hipótese em que a parte pretendesse uma sentença "declaratória" ou "condenatória" e a situação autorizasse tutela "mandamental" ou "executiva". Afinal, a ampla fungibilidade de técnicas indutivas e sub-rogatórias autorizada pela lei brasileira (arts. 536 a 538, do

---

[351] Como observa Daniel Mitidiero, o fundamental é notar que as técnicas processuais devem estar todas alinhadas à *tutela dos direitos*, de modo que "se estou diante de uma *crise de certeza*, é necessário *reconhecer* ou não a existência daquilo que é colocado em estado de dúvida. Se diante de uma *crise de estabilidade, alterar* a situação preexistente. Se diante de uma *ameaça* ou *efetiva crise de cumprimento, inibir, remover, reparar* ou *ressarcir* os seus efeitos" (MITIDIERO, Daniel. *Processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2022, p. 78).

[352] https://vladimirherzog.org/casoherzog/

CPC), faz com que jamais se considerasse o juiz vinculado ao pedido de meio de apoio previsto pela parte, salvo quando a previsão constasse de expressão do próprio direito material (v.g., art. 814, parágrafo único, do CPC). Finalmente, poder-se-ia imaginar a hipótese em que alguém, que estivesse em condições de postular a (des)constituição de alguma relação jurídica se limitasse a pedir a declaração desse direito. Aqui, parece que o problema se resolveria pela ótica da ausência de interesse processual, na medida em que dificilmente se justificaria uma resposta desse conteúdo. De outra parte, à luz dos critérios que governam a interpretação do pedido, é muito possível que mesmo a "força declaratória" dessa decisão venha a ser posteriormente interpretada como "constitutiva" e, assim, produza os efeitos correspondentes independentemente da propositura de nova demanda.[353]

Em síntese, os pedidos devem ser vistos como verdadeiramente são: exercício de pretensões fundadas em alguma norma que deve incidir sobre o caso concreto. E essa norma deve ser implementada em todo seu alcance possível, especialmente porque, à luz da proporcionalidade panprocessual já examinada, não se justifica seja a função judicial instada a atuar quando essa atuação não é apta a resolver,[354] de modo adequado e

---

[353] Parece que esta também é a orientação, por exemplo, do direito norte-americano que, embora admita "ações meramente declaratórias" (*declaratory relief*), conclui que seus efeitos podem ir muito além da mera declaração, sempre que necessário. Nessa linha, ponderam James, Hazard e Leubsdorf que "if the dispute has progressed to the point of full maturity before suit so that coercive relief is presently available, different questions arise. In some situations, injunctive relief for a threatened wrong may be prohibited, and the question is whether declaratory relief – which often has the same effect – may nevertheless be obtained. Furthermore, when the declaratory plaintiff would be entitled to coercive relief if the allegations were sustained, a question arises whether he or she may seek the 'milder' declaratory relief and abjure the claim for coercive relief. The argument against letting plaintiff do so is based on the possibility of piecemeal litigation if coercive relief turns out later to be needed, but supplemental relief seems seldom to have been necessary in practice" (JAMES JR., Fleming. HAZARD JR., Goffrey C. LEUBSDORF, John. *Civil procedure*. Boston: Little, Brown and Company, 1992, p. 29). E, mais adiante, ponderam os autores que "it is settled that the court has an area of discretion to deny declaratory judgment even under the federal act, which makes no express mention of it. The discretion cannot properly be exercised to deny relief when a case for it is made out and no valid countervailing considerations exist, but dismissal is warranted when the relief 'would not terminate the uncertainty or controversy giving rise to the proceeding' or when the issues may more appropriately be determined in another proceeding in the light of considerations already mentioned" (ob. cit., p. 29-30).

[354] Pode-se excepcionar, da função de resolução da controvérsia ou do problema levado à jurisdição, situações que envolvem as chamadas controvérsias estruturais, na medida em que, aqui, nem sempre será sequer *possível* eliminar o problema. Basta pensar em casos que discutem a implementação de políticas públicas ou a tutela de direitos fundamentais (como a saúde, a habitação ou o trabalho). Por mais que seja adequado permitir que o Judiciário participe da atividade de implementação desses valores, é inegável que em muitos casos será impossível sequer imaginar que a atividade jurisdicional busque (ou atinja) a solução dessas questões. Por isso, para muitos, aqui a função jurisdicional está mais alinhada a prestar-se como um intermediador de soluções autocompositivas ou como um organizador das etapas a serem propostas pelas

completo, o problema que lhe é trazido e a aplicar o Direito, tal como feita a promessa estatal de proteção dos interesses.[355] Não há sentido em contingenciar a atividade jurisdicional – que deve atender à inteira aplicação das normas que devem incidir no caso – deixando em aberto parto do problema que lhe foi trazido, apenas em homenagem a uma suposta vinculação a uma classificação de efeitos, que sequer pode, muitas vezes, ser perfeitamente delineada.

3.5. O problema peculiar das chamadas "ações declaratórias sobre fato"

Ainda no campo da classificação das ações examinada, alguém poderia imaginar que subsiste ao menos um interesse na preservação dessa classificação, correspondente à vedação, presente na lei brasileira, de se empregar uma ação *declaratória* para o reconhecimento com estabilidade de situações de fato. Realmente, doutrina e jurisprudência nacionais concluem, praticamente de maneira uniforme, que não é admissível no sistema nacional a ação declaratória que incida apenas sobre fatos simples.

Nesse caminho, por exemplo, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, examinando o contido no art. 19, do CPC em vigor, concluem que a ação declaratória sobre fato, de regra, não pode ser admitida, na medida em que isso poderia infringir o direito fundamental à ampla defesa (art. 5º, inc. LV, da Constituição).[356]

Pontes de Miranda, por exemplo, sem justificar sua conclusão, afirma que "a ação declarativa típica há de ter por fito declara existência ou inexistência de relação jurídica, quer esteja em causa direito, ou pretensão, ou dever, ou obrigação, quer ação ou exceção. Não pode declarar relação puramente fática (cf. 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, 9 de outubro de 1947), salvas a posse e a situação publicística de posseiro de terras do Estado. A declaração de falsidade ou autenticidade de documentos é exceção – só aparente – ao princípio de que se não declara mero fato".[357] Talvez, no entanto, seja mais fácil compreender o pensamento do autor, quando se combina essa afirmação com

---

partes (CHAYES, Abram. "The role of the judge in public law litigation". *Harvard law review.* Vol. 89, n. 7, maio-1976, esp. p. 1284).

[355] Nesse sentido, a proposta aqui formulada se aproxima da tese defendida por Botelho de Mesquita (v., MESQUITA, José Ignacio Botelho de. "Direito de ação". *Teses, estudos e pareceres de processo civil*. São Paulo: RT, 2005, vol. 1, p. 121-123.

[356] MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Comentários ao código de processo civil*. 2 ed., São Paulo: RT, 2018, vol. I, p. 403.

[357] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 4 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, tomo I, p. 143.

a posterior afirmação de que "a ação declarativa pode ser relativa a qualquer direito, inclusive direito de posse, ou à própria posse, imediata ou mediata, própria ou imprópria. Já se não trata de simples fato, porque se pôs a posse no mundo jurídico (cf. 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, 4 de julho de 1962, *R. dos T.*, 348, 583)".[358]

Ao que parece, portanto, na ótica do autor, o que não se pode admitir é uma ação *declaratória de fato puro*, na medida em que esses fatos não têm repercussão no âmbito jurídico. Todavia, quando se trata de *fato jurídico*, do qual haja consequências jurídicas aferíveis, é sim viável a ação declaratória sobre fato.[359]

Ovídio Baptista da Silva, examinando a questão, também se coloca contrário ao uso da ação declaratória para o reconhecimento de fato. Todavia, salienta o autor a existência de várias situações em que se admite a propositura de ações declaratórias que têm por objeto situações fáticas (cita, em particular, a questão do antigo concubinato e da situação possessória). Em tais casos, após admitir o uso da ação com conteúdo estritamente declaratório, acrescenta que "na verdade, o que está em causa, tanto no caso do concubinato quanto no da relação possessória, é que ambos não configuram apenas um fato simples, considerado em sua pura historicidade, mas, ao contrário, caracterizam fatos complexos, capazes de gerar importantes consequências no campo do direito".[360]

A opinião se antagoniza com a lição clássica de Chiovenda. Segundo este, "objeto da sentença declaratória não pode constitui-lo um simples fato, ainda que juridicamente relevante. Não se pode declarar que se concluiu um contrato, e sim que existe um contrato válido; não que Tício haja praticado um delito, mas que ele é responsável por danos; não que seja defeituosa certa mercadoria, mas que se tem o direito de devolvê-la; não que Caio foi admitido numa sociedade, mas que é membro dela; não que se haja verificado coabitação de Mevia e Sempronio, mas que Sembronio é pai natural. Uma ação destinada

---

[358] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Ob. cit., p. 148.

[359] Reafirmam essa conclusão os exemplos dados pelo autor, logo em seguida, a respeito de declarações sobre "relações jurídicas processuais": "são exemplos de ação declarativa de relações jurídicas processuais a ação do credor que pede declaração de haver proposto ação contra o devedor insolvente, alegando preferência, ou com título de dívida, certa e líquida (...) e as ações declarativas de que foi assinado o auto de arrematação e de que pende ação de nulidade da arrematação, nos casos em que não possa ser produzida, tempestivamente, a certidão do escrivão" (ob. cit., p. 149).

[360] SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*. 2 ed., São Paulo: RT, 2005, vol. I, p. 52

à declaração de qualquer desses fatos jurídicos deve interpretar-se, possivelmente, como destinada na realidade a declarar a relação".[361]

Alfredo Buzaid, mencionando a discussão havida na Itália sobre o emprego de ações declaratórias sobre "fatos juridicamente relevantes", acaba por concluir na mesma linha de Chiovenda, ao entender, em suma, que essas ações na realidade tratam de relações jurídicas, embora inadequadamente descritas na petição inicial.[362]

Desse ponto, já parece possível dizer que em grande medida a discussão envolve, apenas, questões gramaticais – que hoje seriam facilmente ladeadas pela dicção do art. 322, § 1º, do CPC. Se o problema é a redação do pedido ou da causa de pedir, então não há, propriamente, nenhum obstáculo de fundo que impedisse ajuizar demanda que almejasse a certificação de certa situação de fato.

Mesmo assim, esse dogma é responsável por diversas situações em que se impede que questões – tidas como "pretensões de fato" – possam ser decididas, com estabilidade de coisa julgada, pela atividade jurisdicional. Por isso, é importante incursionar sobre as razões que levaram a doutrina a considerar que a "ação declaratória" não pode ter por objeto fatos (sejam simples ou complexos, sejam jurídicos ou não).

É fácil identificar já na origem da construção da "ação declaratória" a compreensão de que essa figura, embora autônoma, não deveria autorizar emprego generalizado. Wach, nessa linha, afirmava que o objeto da ação não pode ser o esclarecimento de fatos, mas apenas a tutela de direitos.[363] Todavia, sua interpretação estava calcada na expressa redação do § 231 da lei processual alemã da época e, por isso, não pode implicar conclusão que seja universalizada.[364] Além disso, o autor, reconhecendo que, em certas circunstâncias, fatos (a exemplo da posse) podem ser objeto da ação declaratória, acaba por ampliar o conceito de relação jurídica para além dos confins tradicionalmente aceitos.[365] De todo modo, Wach não oferece uma justificativa que não seja a interpretação

---

[361] CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1942, vol. I, p. 331-332.

[362] BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*, ob. cit., p. 149.

[363] WACH, Adolf. *La pretensión de declaración*, ob. cit., p. 94-95.

[364] "La 'relación jurídica' del § 231 no es 'un hecho'; tampoco es el hecho que funda el derecho. El fin del proceso es la finalidad de protección del derecho, no la finalidad de prueba, ni la finalidad de la declaración de hechos." (ob. cit., p. 94-95).

[365] "Sin embargo, la afirmación del derecho puede asumir la forma de la afirmación de hechos, y esto ocurre con bastante frecuencia. Está fuera de duda que, lo que algunos autores llaman un hecho protegido por el derecho – me refiero a la posesión – cae bajo la noción de la relación jurídica del § 231" (ob. cit., p. 95).

literal do preceito existente no sistema alemão para negar a possibilidade de ações declaratórias sobre fato.

Esta justificativa só foi apresentada pela doutrina mais recente, a partir da lógica de que admitir essa hipótese poderia ferir o direito de defesa do réu, na medida em que não teria ele a exata dimensão da amplitude da defesa que deveria oferecer.[366] Em síntese, conclui-se que, dado que é impossível saber – a partir da simples indicação de um fato a ser certificado com estabilidade – para quais fins esse reconhecimento será posteriormente empregado, haveria risco à ampla defesa do réu ao submetê-lo a um processo sem que ele possa antever as consequências decorrentes de eventual procedência da demanda.

Em que pese a disseminação dessa opinião, sequer ela é uníssona. Mesmo na doutrina italiana, ainda que difundida a conclusão de que as ações declaratórias jamais poderiam incidir sobre fatos, sempre houve quem sustentasse a viabilidade dessa ação, indicando-se, por exemplo, o contido no art. 152, § 2º, do CPP de 1930 italiano, que expressamente aludia à declaração de inexistência do fato ilícito que houvesse sido atribuído ao réu de ação penal.[367]

---

[366] Sustentando essa ideia, Proto Pisani afirma que, embora não haja nenhum óbice dogmático à admissão de uma ação declaratória sobre fato, a observância do direito de defesa imporia essa restrição. Para ele, "Perché infatti il diritto de difesa sia concretamente esercitabile la parte deve poter sapere contro cosa difendersi: deve cioè poter sapere quale sia il bene concretamente richiesto dall'attore e quale è il danno che per esso convenuto può derivare dall'accoglimento della domanda attrice; orbene poiché la funzione propria (anche se non esaustiva) della tutela di mero accertamento è l'accertare in modo immutabile tra le parti l'esistenza o il modo di essere de un determinato *quid*, mi sembra alquanto evidente che *in tanto* il convenuto potrà essere messo in condizioni di esercitare effettivamente il suo diritto di difesa, *in quanto* il *quid* da accertare sia un qualcosa di cui possa valutare preventivamente – sia pure *grosso modo* – quali siano i possibili effetti vantaggiosi o dannosi; ove il bene richiesto dall'attore od il danno che il convenuto può subire dall'accoglimento di tale richiesta sia assolutamente indeterminato o in quanto il convenuto non sapendo contro cosa doversi effettivamente difendere non sarà in grado di individuare il parametro sulla cui base commisurare l'entità del suo sforzo di difesa" (PROTO PISANI, Andrea. "La tutela di mero accertamento". *Appunti sulla giustizia civile*. Bari: Cacucci, 1982, p. 92). Identicamente, v. CAPONI, Remo. PROTO PISANI, Andrea. *Lineamenti di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 2001, p. 120-121. No direito brasileiro, sustentando a mesma conclusão, v. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Comentários ao código de processo civil.* 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. I, p. 403.

[367] v. MICHELI, Gian Antonio. Corso de diritto processuale civile. Milano: Giuffrè, 1959, vol. I, p. 45-46. Segundo previa o art. 152, mencionado, "In ogni stato e grado del procedimento il giudice il quale riconosce che il fatto non sussiste o che l'imputato non lo ha commesso, o che la legge non lo prevede come reato, o che il reato è estinto, o che l'azione penale non poteva essere iniziata o proseguita, deve dichiararlo d'ufficio con sentenza. Quando risulta una causa di estinzione del reato, ma già esistono prove le quali rendono evidente che il fatto non sussiste o che l'imputato non lo ha commesso o che il fatto non è preveduto dalla legge come reato, il giudice pronuncia in merito, prosciogliendo con la formula prescritta".

Já o direito português é expresso em admitir a ação declaratória a respeito de fatos, afirmando o Código de Processo Civil daquele país, em seu art. 10º, n. 3, *a*, que as ações podem ter por finalidade "as de simples apreciação, obter unicamente a declaração da existência ou inexistência de um direito ou de um facto". É interessante observar que a previsão ali contida jamais foi considerada inconstitucional por inviabilizar a defesa do réu ou por extrapolar os limites do devido processo legal. Ao contrário, estabelecida a certificação jurídica a respeito de fato, tem-se a estabilização da "declaração" ali contida, de modo a vincular o Poder Judiciário a outras análises que envolvam a mesma situação de fato já apreciada.[368]

No Brasil, é verdade, a ampla maioria da doutrina sustenta a inviabilidade do ajuizamento de uma ação "declaratória" que incida exclusivamente sobre fatos. O Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, já considerou que não é admissível ação declaratória para a declaração sobre quem é o possuidor ou detentor de bem imóvel[369] e para a "declaração da reformulação do projeto inicial" de edifício.[370]

No entanto, sequer aqui essa opinião é unânime.

A jurisprudência nacional, premida pela necessidade de dar solução a problemas concretos, ocasionalmente admite o ajuizamento de ações que têm por finalidade a declaração de fato. A propósito, aliás, é expressa a previsão da Súmula 242, do Superior Tribunal de Justiça, a dizer que "*cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários*".[371] Ao lado desse eloquente exemplo, poder-se-ia

---

[368] Logicamente, para a admissão dessa ação, então, deverá a parte autora demonstrar a existência do *interesse jurídico* na declaração do fato, que consistirá na certificação desse fato jurídico para o exercício futuro de outras pretensões. A propósito, já decidiu o Tribunal da Relação de Coimbra que "ao invés do que tipicamente acontece com a acção de condenação, a acção de simples apreciação não pressupõe qualquer lesão ou violação de um direito, são meios de tutela de direitos e quem não é posta em causa a sua violação, quer efectiva, quer receada. Porém, o autor na acção tem de demonstrar que tem um interesse na obtenção da declaração judicial da existência ou inexistência que pede, pois esta, como qualquer outra acção, supõe a existência de interesse em agir" (JTRC 32/18.2T8MGR.C1, rel. Antonio Carvalho Martins, j. 08.05.19).

[369] STJ, 3ª Turma. AgRg no REsp 1.298.646/SP. Rel. Min. João Otávio de Noronha. DJe 10.12.15.

[370] STJ, a Turma. REsp 598.233/RS. Rel. p/ acórdão Min. Nancy Andrighi. DJU 29.08.05, p. 332. Ao apreciar esse feito, a Corte sublinhou que "o pedido de "*declaração de reformulação do projeto inicial*" do edifício sub judice implica pretensão à declaração de fato, não de relação jurídica, como muito bem apontado nas instâncias ordinárias. O juiz não pode, até mesmo do ponto de vista lógico, declarar um fato. Os fatos existem, ou não existem, no plano da realidade. Desses fatos emanam relações jurídicas. Estas é que podem ser reconhecidas, e até mesmo declaradas, pelo juiz".

[371] É verdade que a maioria dos julgados que subsidiaram a edição da súmula não chegaram a esclarecer, de modo expresso, os motivos que autorizariam, nesse caso, o pronunciamento declaratório sobre fatos. Ainda que os recursos que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça buscassem expressamente a análise do art. 4º, do CPC/73 (que tratava do interesse para a ação declaratória), o tribunal de regra se limitava a

apresentar muitos outros, tal como a ação de reconhecimento de "produtividade de imóvel rural"[372] – empregada para afastar o cabimento de desapropriação pelo Poder Público – ou a ação para a retificação de dados em registro de nascimento ou casamento,[373] tais como o lugar de nascimento[374] ou a sua data[375].

Esses exemplos podem ainda ser multiplicados quando se pensa na categoria de alguns fatos jurídicos, cuja discussão por meio de ação judicial é tradicionalmente aceita. Assim, por exemplo, seria possível enxergar a "declaração sobre fato" nas hipóteses de discussão de "concubinato",[376] posse ou união estável. Celso Barbi, tratando do tema, também menciona caso julgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, no qual "o pedido de declaração era de que determinada pessoa era a mesma pessoa referida em uma escritura de reconhecimento e filiação, na

---

afirmar que, no caso, era evidente o interesse do autor na declaração buscada. Os poucos julgados que enfrentavam de forma mais exata o problema se limitavam a dizer, basicamente, que não haveria razão para negar esse tipo de tutela jurisdicional, sobretudo impondo a necessidade do uso da justificação judicial, que é medida de jurisdição voluntária. Assim, por exemplo, no REsp 196.079/RS, assentou a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que "Sustenta o INSS, por sua vez, a inidoneidade da via utilizada, verberando ofensa ao artigo 4°, I e II do Código de Processo Civil. Tenho que a posição contida no acórdão em destaque reflete a melhor exegese sobre o thema decidendum e não afronta o preceito inscrito no art. 4° do CPC. Ora, o citado preceito prescreve que a ação declaratória é instrumento processual adequado para resolver incerteza sobre a existência de uma relação jurídica.

O que pretende o autor é ver esclarecida a declarada a sua situação jurídica perante a Previdência Social, que resiste a reconhecer a validade do seu tempo de serviço para fins de beneficio previdenciário. O interesse de agir é patente. Negar-lhe o direito de ação é negar-lhe uma garantia de dignidade constitucional. Não se pode admitir a tese de que seja a justificação judicial o único meio para se demonstrar a prestação de tempo de serviço. Ademais, a justificação judicial é um procedimento de jurisdição não contenciosa, não se prestando para dar o bem jurídico tutelado na lei" (STJ, 6ª Turma. REsp 196.079/RS. Rel. Min. Vicente Leal. DJU 12.04.99, p. 218). Em suma, portanto, a conclusão do Superior Tribunal de Justiça se assenta sobretudo na ideia de que a declaração em questão envolve "situação jurídica", o que contornaria o problema da discussão sobre o cabimento da ação declaratória sobre situação de fato (STJ, 3ª Seção. EREsp 98.314/RS. Rel. Min. Vicente Leal. DJU 03.11.97, p. 56.217).

[372] STJ, 1ª Turma. REsp 1.436.315/PE. Rel. Min. Sérgio Kukina. DJe 16.04.15; STJ, 2ª Turma. AgRg no AREsp 85.621/BA. Rel. Min. Humberto Martins. DJe 19.03.12; STJ, 2ª Turma. REsp 1.206.629/ES. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 23.09.11; STJ, 1ª Turma. REsp 838.007/GO. Rel. Min. José Delgado. DJU 02.04.07, p. 251; STJ, 1ª Turma. REsp 840.648/PR. Rel. Min. Denise Arruda. DJU 07.11.06, p. 264.

[373] Embora essas ações apresentem também certa carga "mandamental", não há dúvida de que o seu propósito essencial é o reconhecimento de um determinado fato, registrado de outro modo em documento público. Ademais, se é certo que essa ação pode assumir caráter de jurisdição voluntária, essa circunstância não retira dela seu caráter predominantemente "declaratório".

[374] V.g., STJ, 1ª Seção. CC 171.448/RS. Rel. Desembargador Federal convocado Manoel Erhardt. DJe 01.06.21; TJPR, 12ª Câmara Cível. AC 381.724-9, rel. Desembargador Ivan Bortoleto, DJE 01.08.07.

[375] STJ, 3ª Turma. REsp 1.194.78/MG. Rel. Min. Massami Uyeda. DJe 24.02.11; TJMG, 16ª Câmara Cível Especializada. AC 1.0000.20.560958-9/002, rel. Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, DJE 01.12.23; TJPR, 18ª Câmara Cível. AC 0002261-90.2023.8.16.0104, rel. Desembargadora Denise Kruger Pereira, DJE 13.12.23.

[376] SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários*, ob. cit., p. 55-56.

qual a caracterização do perfilhado foi pouco explícita".[377] O autor indica ainda outros casos – cuja natureza declaratória poderia ser questionável, mas que servem para demonstrar que é excessiva a vedação peremptória de ação declaratória sobre fato – como o pleito "de que a cessão e transferência de direitos ficaram perfeitos e acabados porque se verificou a condição necessária para isso"[378], ou a de "quais os bens transferidos por uma escritura".[379] Ovídio Baptista da Silva, embora não admita ações declaratórias sobre "fatos puros", considera viável o ajuizamento dessas ações para a certificação de "estados jurídicos" e de "direitos absolutos", o que inequivocamente não se confunde com a declaração sobre "relações jurídicas.[380] De certo modo, também alargando o campo de incidência das ações declaratórias, Hélio Tornaghi compreendia que *parcela* ou *aspecto* do direito pudesse ser alvo da ação declaratória.[381] Mais recentemente, também Luiz Guilherme Marinoni vem defendendo a possibilidade de tutela declaratória sobre *fatos jurídicos* que constituam questões prejudiciais, com arrimo no art. 503, do CPC.[382]-[383]

A par da manifesta existência de inúmeras ações "declaratórias" que possuem como objeto *fatos*, não parece que as objeções comumente apontadas pela doutrina nacional à admissão dessa figura se sustentem.[384]

---

[377] BARBI, Celso Agrícola. *Ação declaratória no processo civil brasileiro*. 3ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias S.A., 1968, p. 90. Para o processualista, "na verdade, tratava-se de declaração de fato, mas este era de tal forma ligado à existência de uma série de consequências jurídicas de natureza familiar, hereditária e patrimonial, que negar a ação seria deixar os autores ao desamparo de proteção jurídica de que tinham suma necessidade".

[378] Ob. cit., p. 96.

[379] Ob. cit., p. 98.

[380] SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários*..., ob. cit., p. 56. Com base nisso, defende o autro a possibilidade, autorizada pela jurisprudência, de ações declaratórias para que "o juiz *qualificasse* uma dada relação litigiosa, para dizer qual seria sua natureza", tal como nas situações em que se pede o reconhecimento do estado de concubinato, da condição de comerciante, do estado de solteiro, da situação de possuidor, a ocorrência de prescrição ou a caracterização de simulação *inocente* (p. 63-64).

[381] TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao código de processo civil.* 2ª ed., São Paulo: RT, 1976, vol. I, p. 94. No mesmo sentido, Goldschmidt afirma que "se considera como *hecho susceptible de protección jurídica* cualquier relación jurídica, es decir, todo derecho subjetivo, y aun una parte de este derecho, o un crédito ya prescrito (...) y aun un derecho a oponer excepciones, o un derecho de carácter constitutivo" (GOLDSCHMIDT, James. *Derecho procesal civil*, ob. cit., p. 105).

[382] Tratando da questão sob o prisma do art. 503, e admitindo claramente a possibilidade de que fatos jurídicos constituam questão prejudicial no direito atual, v., amplamente, MARINONI, Luiz Guilherme. *Coisa julgada sobre questão*. São Paulo: RT, 2018, p. 236 e ss.

[383] Inúmeras outras situações de "ação declaratória sobre fatos" poderiam ser mencionadas. Arrolar esses casos, no entanto, extrapola o objetivo desta análise. Para exame mais detido do assunto, v., GONÇALVES, Felipe de Oliveira. *Ação declaratória de fatos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023, *passim*.

[384] Sintetizo, adiante, os argumentos que empreguei em outro lugar para afastar as críticas formuladas pela doutrina – sobretudo a nacional – à admissão da ação declaratória sobre fato. V., mais amplamente,

Desde já, não é possível aceitar o argumento de que uma ação "declaratória" sobre fato pudesse implicar prejuízo à defesa do réu. Fosse isso verdade, ter-se-ia que também as ações declaratórias sobre a falsidade ou autenticidade documental – autorizadas expressamente pela lei – incidiriam no mesmo problema, o que conduziria à sua inconstitucionalidade. Nunca se imaginou, no entanto, a existência desse defeito com relação a essas demandas, de sorte que também não há fundamento para buscar essa violação ao direito de defesa com relação a outras ações declaratórias sobre fato. Contanto que se possa ter um horizonte determinado para a declaração sobre o fato, está devidamente atendido o direito de defesa do réu e não há motivo para supor qualquer inconstitucionalidade em sua admissão.

Aliás, nessa quadra das ações declaratórias de falsidade documental, é de se recordar que parte considerável da doutrina – nacional e internacional – admite o emprego dessa demanda também para a *falsidade ideológica*.[385] Ora, discutir a falsidade ideológica de um documento significa debater sobre a *informação* veiculada pelo documento e, portanto, sobre o fato representado pelo documento. Trata-se, assim, de discutir a falsidade *de um fato* (fato representado pelo documento). E, não obstante essa circunstância, não há preocupação doutrinária ou jurisprudencial com possível restrição à defesa do réu nesse tipo de demanda.

Tampouco seria aceitável a suposição de que a violação ao direito de defesa decorreria do fato de que essas ações poderiam resultar em efeitos *erga omnes*, o que poderia dar amplitude indeterminada ao provimento judicial ali emanado.

De um lado, seria questionável a ligação necessária entre esse efeito declaratório sobre fato e a sua extensão *erga omnes*. Como se verá em mais detalhes adiante, parte da doutrina, quando examina a ação declaratória de falsidade documental, conclui que não há problema em admitir que o provimento judicial conclua pela *falsidade* ou pela

---

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. "A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares". *Revista de processo*. N. 310, dez./2020, *passim*.

[385] V., sobre a questão, por todos, MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*. 5ª ed., São Paulo: RT, 2019, p. 778 e ss; LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2020, vol. VIII, tomo II, p. 198 e ss. Nos Tribunais, v., entre outros, STJ, 3ª Turma. REsp 1.637.099/BA, Rel. MIn . Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 02.10.17; STJ, 5ª Turma. REsp 717.216/SP. Rel. Min. Laurita Vaz. DJe 08.02.10; STJ, 3ª Turma. REsp 9.197/SC. Rel. Min. Waldemar Zveiter, DJU 11.11.91, p. 16.145; STJ, 4ª Turma. REsp 19.920/PR. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. DJU 25.10.92, p. 22.498.

autenticidade de um documento, embora de forma limitada à relação entre as partes.[386] De outro lado, a aceitação da eficácia *erga omnes* dessas declarações – com a condição de que não venha acompanhadas de uma semelhante extensão subjetiva da coisa julgada – não foi jamais vista como grande problema para a teoria dos efeitos da sentença.[387]

Ao lado dessas críticas de caráter geral, também não há razão para supor que a o direito positivo brasileiro vede a ação declaratória sobre fato. Alguém poderia supor que essa proibição é encontrada na redação do art. 19, do CPC, que apenas afirma que o interesse do autor pode estar limitado à declaração da existência, inexistência ou do modo de ser de relação jurídica ou ainda à autenticidade ou falsidade de documento. A inexistência de previsão expressa sobre o interesse em uma declaração de fato (excetuada a situação da falsidade ou autenticidade documental) seria aí interpretada como uma vedação ao cabimento dessa medida.

Essa interpretação, todavia, desconsidera que a inexistência de *previsão expressa* não significa, de modo algum, a vedação a certo tipo de tutela jurisdicional. Fosse de outro modo, inúmeras providências, cotidianamente buscadas na via judicial, deveriam ser proibidas, simplesmente porque não previstas, de modo expresso, na lei brasileira.

Na verdade, o art. 19, do CPC, visto literalmente, não proíbe ação declaratória sobre fato. Limita-se a afirmar que há interesse processual em duas situações em que ela poderia – ao menos em tese – ser questionável: na hipótese de declaração de existência, inexistência ou modo de ser de relação jurídica e no caso de falsidade ou autenticidade documental. Ambas as situações, aliás, na atualidade, dispensariam qualquer previsão que justificasse a existência de interesse processual, na medida em que é indiscutível hoje a possibilidade dessas medidas.

O dispositivo legal, com efeito, só pode ser compreendido em sua perspectiva histórica, como comando que legitimou no Brasil figura que era, no passado, de viabilidade duvidosa, ou seja, a ação de cunho declaratório. O problema da autonomia da

---

386 CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: UTEHA, 1944, vol. II, p. 468-469.

387 Com esse entendimento, v. BARBI, Celso Agrícola. *Ação declaratória*, ob. cit, p. 157-158; *Id. Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1975, vol. I, tomo I, p. 94. No direito italiano, essa também é a conclusão, entre outros, de Giuseppe Chiovenda (*Instituições de direito processual civil*. Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva 1945, vol. 3, p. 196), Vittorio Denti ("Querela di falso". *Novissimo digesto italiano*. Torino: UTET, 1967, tomo XIV, p. 662-663) e Virgílio Andrioli (*Commento ao codice di procedura civile*. Napoli: Jovene, 1964, v. 2, p. 166-169). Por uma análise do tema, v. MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*, ob. cit., p. 800 e ss.

ação declaratória já foi examinado anteriormente neste capítulo, dispensando maiores digressões. Porém, esta era a razão para o estabelecimento desse preceito no CPC de 1939: excluir qualquer dúvida a respeito do cabimento, no direito brasileiro, da tutela jurisdicional de caráter declaratório.

Assim, em preceito que regulava o interesse processual, o art. 2º, parágrafo único, daquele código, estabelecia que "o interesse do autor poderá limitar-se à declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou à declaração de autenticidade ou falsidade de documento".[388] Desde então, a previsão vem sendo repetida nas leis processuais posteriores,[389] quase que de forma acrítica. No entanto, sua finalidade original já foi há muito alcançada, o que, sem dúvida, dispensaria sua manutenção na legislação atual.

Portanto, não é razoável extrair de qualquer um dos dispositivos mencionados – art. 2º, parágrafo único, do CPC/39; art. 4º, do CPC/73; ou art. 19, do CPC atual – alguma restrição legal ao cabimento de ações declaratórias sobre fato. Sua finalidade era, simplesmente, deixar claro que a ação de caráter estritamente *declaratório* era (e é) admissível no sistema processual nacional, sobretudo porque se duvidava, na época, do cabimento de ações judiciais em situações nas quais inexistisse qualquer violação ao direito.[390]

Logo, seria no mínimo insensato extrair desses dispositivos a vedação legal à ação declaratória sobre fato.

---

[388] A propósito, considera Pedro Batista Martins, ainda a respeito do CPC/39, que "tendo o Código condicionado o direito de ação à legitimidade de um interesse, era de incontestável vantagem que definisse logo, como definiu, a natureza e a extensão desse interesse. Constituía uma *vexata quaestio* o problema do fundamento jurídico da ação, que a corrente dominante na doutrina sustentava ser o próprio direito ameaçado ou violado. Com a ação declaratória firmou-se a independência e autonomia do direito de ação, cujo exercício nem sempre supõe a violação de um direito preexistente" (MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1940, vol. I, p. 30).

[389] O CPC de 1973, praticamente, repetiu de modo integral o art. 2º, parágrafo único do CPC/39, afirmando que "O interesse do autor pode limitar-se à declaração: I - da existência ou da inexistência de relação jurídica; II - da autenticidade ou falsidade de documento. Parágrafo único. É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito" (art. 4º). A sua vez, o código atual modificou levemente a previsão, estabelecendo que "O interesse do autor pode limitar-se à declaração: I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; II - da autenticidade ou da falsidade de documento" (art. 19) e que "é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito" (art. 20).

[390] Nesse exato sentido é a crítica de Pontes de Miranda (v., PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, tomo I, p. 133 e ss).

Alguém então poderia imaginar que essa vedação estaria na previsão contida no art. 504, inc. II, do CPC atual (que equivale, em linhas gerais, ao contido no art. 469, inc. II, do CPC/73, sem que houvesse equivalente no código de 1939).[391] À medida em que esse preceito afirma que não incide coisa julgada sobre a "verdade dos fatos, estabelecida com fundamento da sentença", e considerando que a tutela declaratória teria como único propósito gerar a certeza e a segurança jurídicas, que só são obtidas com a coisa julgada, seria inviável uma ação declaratória sobre fatos.

Mais uma vez, porém, parece que o dispositivo jamais foi concebido com o propósito de vedar a ação declaratória sobre fato. De um lado, porque esse dispositivo regula apenas os limites *objetivos* da coisa julgada, prevendo que não há coisa julgada sobre os motivos expostos na sentença e sobre a verdade dos fatos, "*estabelecida como fundamento da sentença*". Portanto, o comando está limitado a negar indiscutibilidade de coisa julgada aos *fundamentos da sentença*, sejam eles os fatos estabelecidos como sua premissa, sejam eles outros motivos, empregados para o julgamento realizado. O preceito, portanto, está limitado a negar a força de coisa julgada à motivação apresentada pela decisão judicial.[392] Nada disso deveria repercutir, então, quanto à admissão ou não de ações que tenham por objeto o reconhecimento da existência ou não de fatos.[393]

---

[391] Ovídio Baptista da Silva apoia-se nessa previsão (do CPC/73) para negar a possibilidade de ações declaratórias sobre fato (v., SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários ao código de processo civil,* ob. cit., vol. 1, p. 70).

[392] A doutrina brasileira, aliás, frequentemente afirma que a previsão contida no art. 504, inc. II (ou, antes, 469, inc. II, do CPC/73) seria até mesmo desnecessária, porque já abrangida pela previsão geral contida no inciso I, que não autoriza que a coisa julgada incida sobre a *motivação* de modo geral (v., assim, TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. VIII, p. 203; TALAMINI, Eduardo. Comentários ao art. 504. *Código de processo civil anotado*. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et alli.* Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 719; SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, vol. IV, p. 477; ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: AIDE, 1992, p. 252-253).

[393] Além disso, como observamos em outro estudo, "ainda que se tratasse de discutir apenas a fundamentação da sentença, o contido no art. 504 deveria ser interpretado em harmonia com o art. 503, que permite – dentro de certas condições – que incida a coisa julgada sobre questão prejudicial. Embora tradicionalmente a interpretação do que seja "questão prejudicial" exclua as questões de fato, vale lembrar que isso se dá apenas em razão do pensamento de que não caberia a declaração sobre fato. Há, portanto, um raciocínio circular aí que não encontra fundamentação alguma na legislação em vigor: para fins do art. 503, a questão de fato não pode ser qualificada como questão prejudicial porque o art. 504, II, vedaria a declaração de veracidade de fatos incidentalmente reconhecidas em sentença; e, para interpretar o art. 504, não se pode nunca admitir a estabilização da declaração sobre questão de fato, porque ela não entra na definição de questão prejudicial do art. 503. Essa petição de princípio, se tinha substrato na legislação anterior, não se sustenta na legislação atual, não se prestando para justificar que a lei brasileira impeça expressamente a declaração sobre fato" (ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. "A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares", ob. cit., p. 192).

Sendo assim, não há nenhuma vedação legal ou constitucional à admissão de ações que tenham por finalidade oferecer estabilidade a certificações sobre fatos.

Aliás, é exatamente esse o fenômeno verificado quando se examina a eficácia civil da sentença penal absolutória ou condenatória. O art. 65, do CPP, não deixa dúvida de que se refere a *fatos* ao estabelecer que "*faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito*". Também não pode haver dúvida de que o art. 66, do CPP, alude ao *reconhecimento de fatos* quando afirma que "*não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato*". A leitura do art. 935, do Código Civil, a seu turno, conduz à mesma conclusão, quando ali se afirma que a sentença penal que reconhece a existência do fato e a autoria da conduta *não pode ser questionada* na esfera cível, quando essas questões houverem sido expressamente decididas no juízo criminal.

Em todos esses casos, o que se tem é, sem dúvida, uma "declaração sobre fato", tomada no juízo criminal e que projeta seus efeitos – e, mais que isso, a indiscutibilidade do efeito declaratório – para o juízo cível. Araken de Assis, examinando o problema, não tem dúvida em reconhecer que aqui se tem evidente situação em que foi admitida, pelo direito brasileiro, a declaração sobre fatos, ainda que ela seja permitida apenas em razão da previsão expressa dos dispositivos mencionados.[394] Excepcional ou não, a situação demonstra que o ordenamento nacional não é tão refratário como se imaginava às declarações de fato. Considerando que a comunicação entre as esferas cível e criminal é algo comum,[395] é possível concluir que é ampla a aceitação às declarações sobre fato no processo civil nacional.

Com a mesma lógica, pode-se invocar ainda a figura do denominado transporte *in utilibus* a que se referem os §§ 3º e 4º, do art. 103, do CDC.[396] Ainda que essas regras

---

[394] ASSIS, Araken de. *Eficácia civil da sentença penal*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2000, p. 162-163.

[395] O que pode ainda ser ampliado quando se pensa que regra semelhante existe no sistema de improbidades administrativas (v.g., art. 21, § 3º, da Lei 8.429/92, na redação dada pela Lei 14.230/21).

[396] "Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81; II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81; III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do

aludam à ampliação da coisa julgada para além da decisão tomada, não parece razoável supor que essa extensão ocorra, sobretudo porque isso sim implicaria violação ao direito de defesa. Afinal, tomada de forma literal a previsão contida nesses dispositivos, ter-se-ia que alguém que se defende de uma imputação penal ou de uma alegada violação a direito difuso ou coletivo (que é o tema regulado pela Lei 7.347/85 em sua visão original) também poderia ser condenado – sem qualquer possibilidade de discussão ulterior – a indenizar *prejuízos civis individuais*, que sequer foram objeto da demanda original.

Sem dúvida, o problema tratado por essas regras não envolve a coisa julgada em sua perspectiva classicamente conhecida. O que se torna imutável e indiscutível na ação que discute direitos difusos e coletivos (ou na ação penal) *não é a (relação jurídica de) responsabilidade pela indenização dos danos individualmente sofridos*, até porque isso sequer foi postulado, discutido ou decidido. O que verdadeiramente se torna imutável e indiscutível aí é a análise das questões – muitas delas, questões de fato – que foram premissa para a decisão sobre a responsabilidade (pelos danos causados aos interesses difusos ou coletivos) ou para a aplicação da sanção criminal.[397]

Em outras palavras, é a certificação da ocorrência dos fatos – v.g., autoria, dano, conduta – que estão envolvidos tanto na esfera da responsabilidade pelos danos difusos e coletivos (ou da responsabilidade criminal), quanto na dimensão da responsabilidade pelos danos causados aos direitos individuais em si considerados. A regra, em outros termos, não é diversa do comando contido no art. 935, do CC e é nesses exatos limites que a declaração (de fato) aí havida deve estender-se para outros casos.

Nenhum desses exemplos preocupa a doutrina nacional. E exatamente isso mostra que o incômodo gerado com a "declaração de fato" envolve mais um preconceito injustificado do que razões legítimas que excluam a sua possibilidade no direito brasileiro.

---

art. 81. § 1° Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe. § 2° Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual. *§ 3° Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99. § 4º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior à sentença penal condenatória."*

[397] Sobre esse problema, v. mais amplamente, ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. *Curso de processo civil coletivo*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2021, p. 244 e ss.

Superada, como aqui se propõe, a classificação tradicional das ações (declaratória, condenatória, constitutiva, mandamental e executiva), o problema se torna ainda mais insubsistente. Afinal, se sequer é importante investigar se um provimento judicial tem natureza declaratória ou não, então nenhuma razão haveria para especular se o pronunciamento – de qualquer natureza que seja – incide ou não sobre certo fato, para torná-lo incontroverso.

Em síntese, portanto, parece que mais uma vez que o que se vê no direito nacional foi o emprego dessa classificação de pedidos imediatos apenas para inviabilizar a tutela de situações que legitimamente careceriam de proteção judicial. Como visto em alguns exemplos citados anteriormente, várias controvérsias efetivas, levadas ao Judiciário, tiveram negada qualquer tutela jurisdicional apenas sob a justificativa de que seria inviável a prolação de sentença "declaratória" sobre fato. Impôs-se com isso às partes o regresso à via judicial, com outro tipo de "pedido imediato", apenas para satisfazer uma ilusória restrição à tutela de direitos.

Estranhamente, parece que o direito brasileiro, de forma inadvertida, voltou a dar importância à diferença entre *vite* e *arbor*, supostamente exilada no período mais primitivo do processo civil romano.[398]

[398] Sobre essa crítica, v., por todos, CUNHA, Alcides Alberto Munhoz da. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: RT, 2001, vol. 11, p. 55-62.

PARTE II

BUSCANDO NOVOS LIMITES PARA A ATIVIDADE JURISDICIONAL

1. A força do pedido mediato e o desconforto de algumas soluções

À vista das premissas fixadas, alguém poderia imaginar que o problema já está resolvido e que bastaria abandonar a classificação rígida dos pedidos imediatos – ou, ao menos, atenuar a sua aplicação – para que o processo civil desse passos significativos em direção a um modelo mais moderno e adequado para a tutela jurisdicional.

No entanto, infelizmente, o problema não se esgota aí. Na verdade, ciente das profundas raízes individualistas e liberais que influenciaram a concepção dos institutos do processo, tal como demonstrado no início deste texto, vê-se que, levantada a neblina criada pelo cientificismo na criação das formas de pedido imediato (declaratória, condenatória, constitutiva, mandamental e executiva) sobram inúmeras situações que são mal resolvidas no sistema atual.

O desapego às consequências práticas decorrentes das soluções que se limitam a olhar para a estrutura normativa, abstratamente considerada, bem denunciado por Sergio Chiarloni,[399] conduz a certas respostas – muitas vezes oferecidas de forma uniforme pela doutrina e pela jurisprudência nacionais – que, embora possam oferecer arranjo adequado aos institutos do processo, dificilmente passam pelo crivo da razoabilidade.

De fato, considerando os alicerces sobre os quais foram construídos os institutos fundamentais do processo – e, a partir daí, todo o edifício processual – a estrita análise das teorias, dos institutos e das normas processuais, muitas das quais altamente comprometidas com uma realidade já inexistente, pode conduzir a resultados desastrosos. Esse hábito, muito disseminado ainda hoje no cenário acadêmico e prático, acaba por tentar subordinar a realidade *atual* a pensamentos concebidos em momento histórico pretérito, em uma triste busca de encaixar o paralelepípedo no buraco do cilindro. Se o leitor se lembrar do brinquedo que muitos de nós usamos na infância, lembrar-se-á o quanto era frustrante para a criança essa tentativa, que só lograva sucesso com o uso de muita força e, no mais das vezes, com a ruína do próprio brinquedo.

Pois, parece que não aprendemos coisa alguma desde então.

---

[399] CHIARLONI, Sergio. *Introduzione allo studio del diritto processuale civile*, ob. cit., p. 6-9.

Ainda achamos que a realidade é que se deve conformar às estruturas abstratas do processo. Persistimos supondo que esses conceitos – gestados para uma realidade existente no final do século XIX – são absolutos e eternos e, por isso, devem governar também o processo civil de hoje, mesmo que a nossa cultura e a nossa sociedade atuais sejam muito diferentes daquelas em que viviam Bülow, Wach, Chiovenda, Goldschmidt, Carnelutti e todos os demais ícones da teoria do processo.

Além dessa inadequação – denunciada há tempos por muitos[400] – também é importante sublinhar que hoje há estruturas e conceitos jurídicos que não estavam disponíveis ao tempo em que a ciência processual teve construídos os seus institutos fundamentais. A evolução do direito público, a preocupação com as interrelações entre direito e cultura,[401] entre direito e economia[402] e outras tantas intersecções, a evolução da doutrina constitucional e seu impacto para o direito infraconstitucional de modo geral e tantas outras tendências precisam impactar a forma de enxergar as bases do processo civil. E, para tanto, é preciso voltar a esses institutos, para aferir se eles ainda servem – do modo como construídos – para a realidade de hoje.

Os objetivos desta segunda parte são: a) examinar algumas dessas situações que, embora formalmente palatáveis do ponto de vista processual, soam completamente divorciadas das necessidades do direito material ou da realidade concreta; b) e, a partir daí, buscar alternativas que sejam capazes de dialogar melhor com as necessidades da vida e do direito material, sem desprezar os ganhos decorrentes da observância das garantias processuais essenciais.

---

[400] Entre tantos, v., TARELLO, Giovanni. "Il problema della riforma processuale in Italia nel primo quarto del secolo. Per uno studio della genesi dottrinale e ideologica del vigente codice italiano di procedura civile". *Dottrine del processo civile*. Bologna: il Mulino, 1989, *passim*; *Id.* "L'opera di Giuseppe Chiovenda nel crepuscolo dello stato liberale". *Dottrine del processo civile*. Bologna: il Mulino, 1989, *passim*; DENTI, Vittorio. *La giustizia civile – lezioni introduttive*. Bologna: il Mulino, 1989, p. 11-48; BECKER, Laercio A. "A erosão do sagrado processual". *Qual é o jogo do processo?* Porto Alegre: Fabris, 2012, *passim*.

[401] V., por todos, CHASE, Oscar. *Law, culture, and ritual: disputing systems in cross-cultural context*. New York: NYU Press, 2007, *passim*.

[402] V.g., POSNER, Richard. *El analisis economico del derecho*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2008, *passim*; BONE, Robert G. *Civil procedure – the economics of civil procedure*. New York: Thompson West, 2003, passim; WOLKART, Erik Navarro. *Análise econômica do processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2020, *passim*.

2. Uma verdade para cada processo

2.1. Falsidade e falsidades

Em 2001, o Superior Tribunal de Justiça examinou recurso especial em que se discutia incidente de falsidade documental, arguido pelo Ministério Público, em liquidação de sentença proposta pela empresa Agropecuária Vezozzo S. C. Ltda. contra o Banco Central do Brasil.[403] O caso envolvia vultosa condenação, razão pela qual ocorreu, no processo original, a intervenção do Ministério Público Federal o qual, em sua atuação, entendeu por arguir a falsidade de determinado documento produzido no feito.

O ponto nuclear do recurso envolvia a legitimidade do Ministério Público para o incidente em questão, a tempestividade da arguição e o seu cabimento no caso concreto.

Ao apreciar o recurso, concluiu o Superior Tribunal de Justiça que o Ministério Público poderia realmente intervir no feito e, assim, deduzir a arguição em discussão. Todavia, entendeu que a arguição ocorrera a destempo, porque passados os dez dias que então era o prazo previsto para a suscitação da falsidade.

Não obstante essa conclusão, assinalou a Corte – com base em considerações de Humberto Theodoro Jr. e de Theotônio Negrão – que a rejeição do incidente não implicava a necessária aceitação da veracidade e validade do documento produzido. Ao contrário, como esclareceu o acórdão, diante da lógica da convicção racional do juiz, seria razoável que este se valesse das "diligências que entender necessárias para a comprovação da falsidade, *ex officio*". Além disso, tocaria ao magistrado "mesmo de ofício, ordenar

[403] STJ, 2ª Turma. REsp 257.263/PR. Rel. Min. Franciulli Netto. DJU 01.01.2001, p. 186. Ao acórdão proferido foi dada a seguinte ementa: "RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE FALSIDADE DOCUMENTAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CABIMENTO. INTEMPESTIVIDADE. POSSIBILIDADE DE SE AVERIGUAR A FALSIDADE DE OFÍCIO E NO CURSO DO PROCESSO PRINCIPAL. Ainda que com a prerrogativa de custos legis, está o Ministério Público sujeito aos princípios processuais constantes do sistema jurídico brasileiro e, portanto, caso permaneça inerte, pode ser atingido pela preclusão. Deve reconhecer-se, contudo, que o incidente de falsidade foi requerido intempestivamente. Não poderá, portanto, ser processado como tal e, a final, gerar os efeitos de uma decisão em incidente de falsidade, bem como fazer coisa julgada. Ao juiz, ocioso lembrar, compete, mesmo de ofício, ordenar diligências para apurar a verdade real e, conseqüentemente, a validade do documento questionado. Recurso especial provido. Decisão por unanimidade."

diligências para apurar a verdade real e, consequentemente, a validade do documento questionado".

Apesar disso, esclareceu ainda o acórdão, essas faculdades dadas ao juiz não poderiam ser confundidas com a *ação* de falsidade. Em consequência, a atuação de ofício do juiz em casos assim jamais poderia levar a consequências idênticas aos "efeitos de uma decisão em incidente de falsidade, bem como fazer coisa julgada". Diante disso, o pronunciamento judicial nesses casos, a respeito da falsidade do documento, estaria limitado ao processo específico examinado, não se projetando nem para outros feitos, nem para as mesmas partes em eventual processo subsequente.

As conclusões desenvolvidas no acórdão, por óbvio, refletem a legislação existente na época e, portanto, o regime da falsidade documental existente no CPC/73. Talvez aquelas observações pudessem ser diferentes sob o prisma do código atual e, em especial, diante da atual disciplina da arguição de falsidade (arts. 430-433) e da coisa julgada sobre questão (art. 503).

Ainda assim, a solução não deixa de suscitar algumas perguntas que merecem ser examinadas. É razoável que um documento reconhecidamente falso em um processo possa ser considerado idôneo em outro apenas porque a declaração de falsidade não decorre de uma "ação" proposta pela parte tempestivamente? A atuação *ex officio* do juiz na apuração da idoneidade de documentos merece tratamento menos eficaz do que aquela prestada em razão de demanda de alguém? Reconhecido, de ofício, falso um documento, pode o juiz oficiar à instância criminal para eventual apuração de delito? Poderia, de ofício, o juiz determinar o "cancelamento" do documento, inviabilizando que ele pudesse ser usado em outros processos ou outras relações jurídicas?

Questões como essas apontam para alguma coisa estranha no tratamento das falsidades documentais e de suas consequências para o processo civil.

2.2. Primeiras observações

O exame das declarações sobre fato apresenta cenário desafiador para o direito processual, mesmo no caso em que se aprecia a única exceção tradicionalmente admitida no Brasil: a declaração sobre falsidade ou autenticidade documental.

Afinal, soa difícil explicar a lógica que permeia a conclusão de que algo possa ser tido como falso para algumas pessoas, mas não para outras. Se pode parecer razoável que uma relação jurídica seja considerada válida ou inválida para certos sujeitos e não para

outros, é muito mais estranho aceitar que um *fato* (a falsidade de um documento) exista para alguém, mas não para outrem.

Como já mencionado anteriormente, a ação "declaratória" sobre falsidade documental é enxergada como uma exceção à regra de que só relações jurídicas poderiam ser objeto de ações declaratórias,[404] exceção esta ditada, como apontava Liebman,[405] em nome da "delicadeza do fato e das suas consequências jurídicas", na medida em que a determinação da falsidade ou da autenticidade de um documento afetaria a "prova por excelência", ou, por outras palavras, afetaria "instrumentos da justiça para a busca da verdade", o que envolveria relevante interesse público, a justificar a medida.

Diante dessa circunstância, a lei brasileira – inspirada na legislação austríaca, alemã[406] e posteriormente italiana – admite uma ação (autônoma ou incidental) especificamente desenhada para a impugnação da autenticidade de um documento, seja ele público ou particular. Não interessam para este trabalho os contornos específicos desta ação, ou eventuais polêmicas particulares que podem suscitar o procedimento previsto para essa medida.[407] Dois pontos, no entanto, merecem sim atenção, porque repercutem diretamente no tema aqui apreciado: a possibilidade de se arguir, por meio dessa ação, o falso ideológico e a extensão subjetiva de sentença que pronuncia a falsidade ou a autenticidade do documento questionado. A rigor, ambos os pontos desaguam em uma única preocupação: é possível que alguém, cuja legitimação está adstrita à proteção dos próprios interesses (art. 18, do CPC), possa promover uma medida judicial para a declaração de um fato, com efeitos que possam estender-se para além de sua própria esfera jurídica?

Em outras palavras: há incompatibilidade entre a apresentação de um pedido de falsidade – que, pelas regras próprias de legitimação, só poderiam interessar ao próprio autor – e a geração de consequências que possam afetar terceiros? Embora hoje se possa

---

[404] Em verdade, também as ações de controle abstrato de constitucionalidade envolvem elementos que não constituem relações jurídicas, incidindo sobre *normas jurídicas* (BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1975, vol. I, tomo I, p. 80, nota 142).

[405] LIEBMAN, Enrico Tullio. "L'oggetto del processo civile di falso". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962, p. 103.

[406] MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, vol. I, 1940, p. 22.

[407] Essas questões foram objeto de estudos específicos, a que se remete o leitor. V., por exemplo, MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*, ob. cit., p. 761 e ss.; LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *Comentários ao código de processo civil*. Coord. José Roberto F. Gouvêa *et alli*. São Paulo: Saraiva, 2020, vol. VIII, tomo II, p. 212 e ss.; RAMOS, Vitor de Paula. *Prova documental*. Salvador: JusPodivm, 2021, p. 35 e ss.

defender que terceiros sejam favorecidos pela declaração de falsidade/autenticidade (art. 506, do CPC), seria possível que terceiros fossem prejudicados por essa mesma decisão? Em suma: há uma declaração de fato (falsidade/autenticidade) que repercuta exclusivamente sobre as esferas jurídicas dos participantes do processo?

A análise dessas questões exige, ao menos em parte, retomar aspectos já examinados em capítulo anterior, quando se ponderou sobre os problemas decorrentes do uso da "classificação das ações" como elemento fundante da noção de pedido imediato no sistema nacional. Para avaliar a extensão dada à ação de falsidade documental, no entanto, é preciso mais uma vez percorrer esse caminho, porque ele foi crucial para que a doutrina se posicionasse a respeito do assunto. Particularmente, a fim de dar a amplitude à tutela jurisdicional prestada nesse processo, a doutrina discutiu intensamente sobre a natureza *constitutiva* ou *declaratória* dessa medida.

Sustentou esta primeira corrente, dentre outros, na Itália, Aldo Attardi. Para o autor, a finalidade da ação de falsidade documental não era apenas o reconhecimento da falsidade de um documento, mas sobretudo privar o documento de sua eficácia. Haveria, nessa intenção, uma certa finalidade "resolutiva", que atrairia, como eficácia predominante dessa ação, a constitutiva.[408]

Essa visão foi severamente criticada por grande parte da doutrina italiana que considerava que essa medida tinha natureza declaratória. Carnelutti, por exemplo, ponderava que não há razão para tratar de forma diferente o reconhecimento de falsidade no âmbito penal e na esfera cível e, sendo certo que naquele campo a decisão tem apenas conteúdo declaratório, não haveria sentido em pensar diferente para o processo civil.[409] Afirmava ainda que, se é declaratória a natureza do próprio ato que está representado pelo documento, não haveria nenhuma razão para atribuir outra natureza à sentença judicial que reconhece sua falsidade.[410] Finalmente, segundo ele, não é papel da do ato jurisdicional conferir ou retirar força de prova de qualquer documento – isso seria função

[408] "La querela di falso si propone, infatti, contro certi atti aventi una particolare efficacia, quella cioè di vincolare qualsiasi soggetto e quindi anche il giudice alle risultanze dell'atto stesso e il suo accoglimento ha appunto per effetto il venir meno di quel vincolo. Pertanto non può riconoscersi al relativo processo carattere meramente dichiarativo: esso conduce, in quanto si pervenga a ritenere che l'atto, contro cui la querela è stata proposta, sia falso, a privarlo della sua efficacia; bensì devesi ritenere che si sia di fronte ad un processo costitutivo, più precisamente *risolutivo*, avendo esso come risultato il venire meno dell'efficacia propria del documento in questione" (ATTARDI, Aldo. *L'interesse ad agire*. Padova: CEDAM, 1958, p. 187-188).

[409] CARNELUTTI, Francesco. "L'oggetto del processo civile di falso", ob. cit., p. 100.

[410] CARNELUTTI, Francesco. "L'oggetto del processo civile di falso", ob. cit., p. 101.

da lei apenas – de sorte que a única função atribuída ao juiz seria atestar se o documento possui ou não idoneidade para ser considerado como prova.[411]

Em síntese, a polêmica girava não propriamente sobre a natureza intrínseca da tutela jurisdicional prestada. O cerne da discussão tinha em mente explicar, como será mais detidamente visto adiante, se o reconhecimento de falsidade ou de autenticidade de um documento deveria gerar efeitos *erga omnes* ou apenas *inter partes*. A preocupação dos juristas, portanto, estava em entender se seria ou não possível – e, em caso positivo, de que modo – que uma decisão tomada entre determinados sujeitos pudesse afetar terceiros. Caso isso fosse possível, então estaria autorizada, ao menos aí, a tutela de interesses gerais por iniciativa de um particular, o que poderia subverter toda a lógica da congruência (afinal, supunha-se que a parte pedia algo para a tutela *de seu próprio interesse*) e, em particular, da legitimação tal como tradicionalmente enxergada. Ou seja, no intuito de explicar a limitação ou não dos efeitos de um reconhecimento imponível de fato, a doutrina se dirigia ou em direção à natureza "declaratória" da medida, ou à sua essência "constitutiva".

2.3. A ação declaratória de falsidade ideológica

Antes de prosseguir, é interessante acrescentar mais um tempero a esta discussão. Embora a questão, hoje, tenha interesse mais histórico, houve no passado intenso debate para determinar se a ação de falsidade documental deveria cingir-se à falsidade material ou se também poderia abranger a falsidade ideológica. Novamente, o tema já foi enfrentado anteriormente, ainda que de modo sumário, para tratar do problema das "declarações de fato" no Brasil. Sua análise neste momento, porém, atende a outro propósito.

Perante o Código de 1939, prevalecia a orientação de que o incidente de falsidade estava reservado ao falso material, na medida em que a falsidade ideológica seria demonstrada por qualquer prova, independentemente de um procedimento incidental específico.[412]

---

[411] Id, ibidem, p. 102.

[412] Afirmava, nessa linha, Hugo Simas que "não é o processo incidente de falsidade meio próprio para a prova dessa falsidade ideológica do documento. A simulação, tanto como o erro, ambos traduzindo uma inverdade, provam-se pelos meios comuns de direito, reservado o processo que este capítulo disciplina à falsidade material, sempre como processo acessório de outro em que o documento foi exibido, quando já encerrado o período de instrução da causa principal" (SIMAS, Hugo. *Comentários ao código de processo*

E interessante notar que assim ocorria, sobretudo, porque se enxergava, naquela época, o risco que a declaração de falsidade poderia ocasionar em prejuízo de terceiros. Assim, o estabelecimento de um processo incidente de falsidade, então reservado à falsidade material, e com claro foco sobretudo nos documentos públicos,[413] revelava, em especial, a preocupação com os efeitos que poderiam advir a terceiros da decisão sobre a falsidade ou a autenticidade que poderia ser adotada pelo magistrado.[414]

Não obstante isso, autores outros defendiam o cabimento da arguição de falsidade ideológica também,[415] apontando, no entanto, a necessidade de que, ao final do processo – incidental ou principal – o juiz determinasse o desentranhamento do documento declarado falso, com sua remessa ao Ministério Público para as providências criminais adequadas.[416] Logicamente, essa providência excluía qualquer preocupação com o futuro emprego do mesmo documento (reconhecido falso em momento anterior). Afinal, com a

---

civil. Rio de Janeiro: Forense, 1940, vol. VIII, p. 228). Essa também era a conclusão de Alfredo Buzaid (*Ação declaratória*. São Paulo: Saraiva, 1943, p. 122) Havia, no entanto, quem sustentasse opinião diversa. Frederico Marques sustentava que o incidente seria admissível para qualquer "vício instrumental", seja o falso material, seja o falso ideológico (MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1972, vol. III, p. 324), embora pareça distinguir entre o regime viável para documentos públicos e particulares. Raphael Cirigliano, nessa mesma linha, defendia regime híbrido, pelo qual, em relação aos documentos privados, só se poderia arguir o falso material; já em relação a documentos públicos, o incidente comportaria a arguição de falsos materiais ou ideológicos (CIRIGLIANO, Raphael. *Prova civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1966, p. 140-141).

[413] O CPC/39, em seu art. 718, expressamente consignava que o juiz não poderia rejeitar o pedido sem antes ouvir o "serventuário que houver feito o instrumento, bem como, se possível, as testemunhas instrumentárias". Isso se dava, segundo a doutrina, diante da presunção legal de veracidade embutida nos documentos públicos, de sorte que, depois dessa oitiva, convencendo-se o juiz de que o pedido não tinha fundamento, caberia a sua rejeição, sem maiores delongas (SIMAS, Hugo. Ob. cit., p. 233).

[414] Novamente, isso fica claro quando Hugo Simas aponta que "entre nós não há como repelir liminarmente a falsidade alegada, a não se afigurando mesmo que deve ser observado o processo prescrito no art. 718, ainda quando a parte, sendo citada, não conteste a alegação de falso, em que seria de aplicar o disposto no art. 209. E não parece que se deva dispensar, não só porque '*il falso di un documento sia cosa, per se stessa a per gli affetti che produce di tale gravità da non potersi dichiarare dal magistrato senza l'osservanza di tutte quelle cautele che la legge ritiene necessarie perche lo si abbia regolarmente ad accertare'* (Mattirolo, III, n. 75, p. 67), com porque não exige o art. 685 a contestação para proceder o juiz à instrução sumária, que terá lugar, haja ou não tenha havido contestação. É bastante atender-se a que a falsidade alegada, pode prejudicar a terceiro, sem interessar diretamente a quem exibiu o documento impugnado, que não contestará a arguição pelo proveito que possa, talvez, auferir, para se não desprezar a lição do processualista italiano" (Ob. cit., p. 231-232).

[415] Moacyr Amaral Santos, nessa linha, antecipando previsão que seria colocada no Código de 1973, já defendia que a prova pericial só seria útil nos casos de falso material; para as demais situações, seria adequado o emprego de outros meios de prova (SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária no cível e comercial*. 3ª ed., São Paulo: Max Limonad, 1966, vol. IV, p. 598-600).

[416] SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária...*, ob. cit., p. 601. A providência, sem dúvida, estava apoiada na previsão existente no CPP, em que o art. 145, inc. IV, expressamente prevê, ao tratar do incidente de falsidade, que "se reconhecida a falsidade por decisão irrecorrível, mandará desentranhar o documento e remetê-lo, com os autos do processo incidente, ao Ministério Público".

apreensão do documento e sua remessa à instância criminal, *ainda que se sustentasse a natureza* inter partes *da decisão sobre a falsidade*, não haveria mais o risco de que o documento pudesse ser utilizado em outro processo e, *a fortiori*, que pudesse vir a ser tido como verdadeiro nesse outro processo.

Posteriormente, na vigência do Código de 1973, o debate a respeito da admissão da declaração de falsidade *ideológica* aumentou. E, basicamente, dois argumentos foram apresentados para justificar a sua não admissão.

Em primeiro lugar, apontava-se que o rito estabelecido pelo código para a apuração dessa falsidade – ao menos na modalidade de incidente – somente seria compatível com a discussão de falsidade material. Isso porque expressamente se estabelecia que, após a manifestação daquele que havia produzido o documento, o juiz deveria determinar a realização de prova pericial para apurar a existência de eventual falsidade (art. 392). Considerando que a prova pericial só teria utilidade para a determinação de falsidade *material*, concluía-se que apenas para este tipo de debate serviria o incidente.[417]

Além disso, no entanto, argumentava-se que a limitação à discussão de falsos materiais estaria lastreada na natureza *declaratória* do pronunciamento a ser oferecido pelo Judiciário. Segundo a doutrina, a alegação de defeitos consistentes em vícios de vontade, presentes nas declarações postas em documento, implicaria situação de anulação do ato, o que conduziria a providências de cunho *constitutivo*. Diante disso, considerando a restrição à eficácia (predominante) declaratória da ação de falsidade documental, somente o falso material poderia ser objeto dessa demanda.[418] Finalmente, cresceu visão conciliadora, que admitia a possibilidade da alegação de falsidade ideológica para discutir "documentos narrativos", embora negasse essa possibilidade para a declaração de vícios em declarações de consentimento.[419]

---

[417] ARRUDA ALVIM, José Manoel. "Ação incidental de falsidade ideológica de laudo pericial – preclusão – sentido da palavra 'documento'. *Revista de processo*. N. 54, abr-jun., 1989, p. 227; MUNIZ, Antonio Carlos. Do incidente de falsidade. *Revista dos tribunais.* N. 541, nov. 1980, p. 27-28; AGUIAR. João Carlos Pestana de. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: RT, 1974, p. 212.

[418] Esse é o argumento particularmente defendido por Arruda Alvim, que ponderava que "no entanto, os problemas relacionados com a autenticidade intelectual são respeitantes à ação constitutiva, pois dão margem à anulação de negócio jurídico e documento que o retrata, fundado em erro, dolo, coação etc. É, assim, problema estranho à declaratória, de que estamos a tratar" (ARRUDA ALVIM, José Manoel. *Código de processo civil comentado*. São Paulo: RT, 1978, p. 361).

[419] Em doutrina, v., amplamente, THEODORO JR., Humberto. "Ação declaratória e incidente de falsidade: falso ideológico e intervenção de terceiros". *Revista de processo*. N. 51, jul./set.-1988, *passim*. Esta também tem sido a orientação da jurisprudência brasileira, que reconhece a possibilidade de alegação de falsidade

O debate, como se vê, abstraiu em grande medida do alcance a ser obtido pela medida judicial que declarasse a falsidade ou a autenticidade do documento. Todavia, essa discussão permaneceu relevante, por outros fundamentos, atrelados à extensão subjetiva da coisa julgada e dos efeitos da sentença.

2.4. Um documento falso apenas para as partes?

Se a discussão sobre o campo de abrangência da ação de falsidade (se material ou ideológica) enfrentava diversas ordens de discussão, a repercussão prática de qualquer declaração de falsidade trouxe ainda maiores indagações sobre o tema.

Afinal, é razoável que um documento seja tido como falso (ou autêntico) apenas para as partes que participaram do debate judicial, sem que o mesmo reconhecimento – com força de imutabilidade – atinja terceiros?

O tema sempre foi alvo de debate intenso na doutrina internacional. Às vezes com argumentos que confundem os efeitos de sentença com a coisa julgada, às vezes com motivos que invocam apenas a lógica das coisas, a matéria vem sendo tratada há muito tempo, demonstrando mais um caso em que a construção processual não foi capaz de resolver, de maneira satisfatória, a conflituosidade presente.

A questão central, como é evidente, diz respeito ao possível conflito entre as exigências de estabilidade – próprias do efeito declaratório – e os limites da coisa julgada no sistema normativo (brasileiro e internacional). Países como o Brasil, que têm dificuldade de atribuir efeito transcendente (em relação às partes) à coisa julgada, também têm dificuldade em aceitar que uma coisa julgada formada em relação a provimento que reconheça a falsidade de certa prova possa ser oponível, de forma estável e inquestionável, a quem não é parte no processo.

Chiovenda, por exemplo, demonstra clara preocupação com a amplitude dada à declaração de falsidade. Considera que não é razoável que um documento seja considerado falso apenas para as partes, na medida em que uma sentença que estabelece as qualidades de uma coisa não pode ser eficaz apenas para as partes, devendo valer

---

ideológica no incidente em discussão, desde que se trate de documento "narrativo", não sendo possível empregar a medida para o desfazimento de declarações de vontade (v.g., STJ, 3ª Turma. REsp 1.637.099/BA. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 02.10.17; STJ, 5ª Turma. REsp 717.216/SP. Rel. Min. Laurita Vaz. DJe 08.02.10; STJ, 3ª Turma. AgRg no REsp 1.024.640/DF. Rel. Min. Massami Uyeda. DJe 10.02.09; STJ, 4ª Turma. REsp 19.920/PR. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. DJU 25.10.93, p. 22.498).

genericamente. Segundo ele, deve haver uma diferença entre o tratamento das relações jurídicas – cuja solução judicial pode prevalecer apenas em relação às partes – e as características de uma coisa (ou de um fato) – que deve sempre valer de forma geral. Ademais, pondera que a força da declaração (de falsidade ou veracidade) deve variar segundo o conteúdo da decisão judicial e, em particular, segundo a cognição – completa ou não – obtida pelo juiz a respeito da falsidade ou da autenticidade do documento.[420]

O raciocínio de Chiovenda parece lógico, na medida em que enxerga que não é razoável que um fato (a falsidade do documento) só valha em relação às partes do processo, podendo ser amplamente discutida em outros processos ou por outros sujeitos.

Não obstante, essa conclusão foi severamente criticada por Carnelutti. Sem se referir diretamente a Chiovenda, salienta ser "superficial" imaginar alguma diferença entre o regime atribuído às relações jurídicas e aos fatos. Reafirmando ideia há muito defendida por ele, pondera Carnelutti que, em verdade, a declaração de falsidade documental *é, também, declaração de relação jurídica*, na medida em que essa falsidade tende a influenciar na validade ou não de alguma relação jurídica subjacente. Além disso, afirma ele que não seria anormal que algo fosse estabelecido como verdadeiro (ou válido) para as partes, mas não para terceiros, a exemplo do que ocorre com a nulidade do testamento, em que a causa da nulidade pode ser tida como verdadeira para alguém, mas

---

[420] "Isto não importa em nenhuma exceção aos princípios sobre os limites subjetivos da coisa julgada, visto que a coisa julgada *como julgado entre as partes* prevalece invariavelmente com respeito a todos, enquanto e desde que as relações jurídicas dos terceiros *não sejam prejudicadas*. Ora, quando não for o caso de declarar uma relação jurídica *própria das partes*, mas de declarar o modo como a lei em concreto considerará as qualidades de uma coisa, é natural que o julgado, que declara essa vontade da lei com referência às qualidades próprias de uma coisa, possa declará-la genericamente e não apenas com respeito às partes em causa. Compreende-se que as partes em causa tenham de demonstrar ao juiz seu interesse de agir e contradizer; e isso obsta a que estranhos provoquem uma sentença sobre a verdade de um documento em prejuízo dos interessados. Compreende-se ainda que uma sentença não possa *declarar a verdade* do documento só porque rejeite a queixa de falsidade por *decadência de provas* ou pela renúncia do querelante à ação (o que seria por certo grave em relação às partes dos subsequentes processos de falsidade); a lei, com efeito, quer uma *declaração de verdade* do documento, que não se produzirá senão quando o juiz, apoiado nas provas apuradas, se capacitar *positivamente* da verdade do documento. Enquanto, pois, nas ações declaratórias negativas que têm por objeto *uma relação jurídica,* a rejeição da ação implica afirmação da existência da vontade de lei negada pelo autor, a rejeição da querela de falsidade, cujo objeto é um *fato jurídico*, por si mesma não implica declaração da verdade do documento, a qual tem que ser expressa. Daí resulta que, se a parte contra a qual se produz um escrito particular, em vez de se limitar a desconhecê-la, a impugna por falsidade, e a querela é rejeitada por insuficiência de prova, ou seja, sem que o juiz declare positivamente verdadeiro o escrito, não é possível considerá-lo verificado para os fins de sua eficácia probatória" (CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1945, vol. III, p. 195-196). De modo semelhante, v. ATTARDI, Aldo. *L'interesse ad agire*, ob. cit., p. 187-188.

não para um terceiro.[421] Em sua ótica, portanto, nada impediria que os efeitos percebidos pela parte e por terceiros fossem diferentes.

Por outro lado, pondera Carnelutti, seria mais séria a discussão sobre a possibilidade de incidir a coisa julgada para terceiros quando discutida a falsidade de documentos. Conclui que, *de lege ferenda*, não haveria empecilho a tanto; porém, no sistema italiano de então, não haveria dúvida de que a coisa julgada estaria limitada às partes do processo, jamais podendo transcender a terceiros.[422]

---

[421] "Decir que el acertamiento de la falsedad no puede dejar de tener valor frente a todos porque se refiere a la cualidad de uma cosa, no a la existência de um derecho, y una cosa no puede ser verdadera y falsa frente a diversas personas, es una manera de discurrir totalmente superficial. Por una parte, no es verdad, como he observado ya, que el acertamiento de la falsedad no tenga por objeto una relación jurídica (*supra, sub e*); como tal acertamiento no se puede hacer sino en orden a un derecho, respecto al cual la falsedad tenga trascendencia, es, como en todos los demás casos, acertamiento de una relación respecto a un hecho o, en términos inversos, de una hecho respecto a la relación; por otra parte, la limitación de la eficacia de la cosa juzgada se traduce, o al menos puede traducirse, en que un mismo hecho pueda ser verdad respecto a uno y no serlo respecto a otro, o, mejor, ser o deber ser creído por uno y no por otro; también, por ejemplo, cuando se trata de la nulidad del testamento, la aplicación del art. 151 Cód. civ. lleva a la consecuencia de que el hecho del que deriva la nulidad puede ser verdadero frente a Ticio y falso frente a Cayo, si se han seguido dos procesos diversos. Por lo demás, el pretendido absurdo, precisamente en materia de falsedad, está admitido explícitamente por la ley cuando, en la hipótesis de que 'la parte interpelada declare no quererse servir del documento', establece que éste 'se tiene por rechazado en cuanto se refiere a los contendientes'; pero como un documento no se rechaza como una demanda, es claro que con esa fórmula la ley quiere decir que se tiene *por no existente* (*non est de hoc mundo*); pero aquí tenemos un documento que, según la misma ley, no existe respecto a unos ('en cuanto se refiere a los entendientes') y puede existir respecto a los demás." (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: UTEHA, 1944, vol. II, p. 468-469).

[422] "Más seriamente se plantearía la cuestión por quien se preguntase si no será posible atribuir alguna vez a la cosa juzgada civil, y en particular a la cosa juzgada sobre falsedad, una eficacia más amplia que la consentida por el art. 1351. *De iure condendo* no me atrevería a sostener que se deba dar a esta duda una solución radicalmente negativa; que el pronunciamiento no tenga valor fuera de los límites de la relación deducida en el proceso, no llega a ser un carácter esencial de la jurisdicción ya que, precisamente, tales límites no interesan en cuanto a la cosa juzgada penal; no se trata de otra cosa que de una cuestión de conveniencia, cuya diversa solución en cuanto al proceso penal y en cuanto al proceso civil, en principio, debe depender de las diferencias existentes entre ellos en cuanto a la función y a la estructura; no se podría razonablemente negar que exista en el *genus* del proceso civil alguna *species* singularmente próxima, tanto desde el punto de vista funcional como del estructural, al proceso penal, y que sea precisamente, entre otras, el proceso de falsedad si no lo es de verificación; sin ningún género de duda, lo mismo la naturaleza del hecho jurídico a que se refiere el juicio de falsedad, que si no es el delito es al menos la forma de éste, tanto que sobre el correspondiente litigio no se admite ni transacción (art. 16 Cód. proc. civ.) ni compromiso (art. 8), al menos sin homologación judicial, que la disciplina del juicio mismo, sobre todo en lo que se refiere a la intervención del Ministerio Público (hoy, sin embargo, abolida por la Ley de 23 de noviembre de 1875, núm. 2781) y la competencia por razón de la materia podrían proporcionar un considerable apoyo a una extensión de la eficacia del acertamiento civil de la falsedad; probablemente, en general, podría ayudar a este propósito la categoría del proceso civil *inquisitorio*, finamente elaborada hace poco (*supra*, núm. 166). Pero si la cuestión se examina en el terreno del derecho positivo, ¿cómo se consigue superar el obstáculo del art. 1351 Cód. civ., cuyo precepto categórico no admite derogación alguna? Es sorprendente el descuido de quién sostiene la opinión contraria en cuanto a esta norma solemne." (ob. cit., p. 469-470).

Ainda na Itália, Montesano desenvolveu a ideia de que a tutela prestada nas medidas que discutem a falsidade documental teria caráter *constitutivo sancionatório*.[423] Segundo ele, a finalidade da ação de falso é eliminar uma situação antijurídica que se reflete tanto no processo, quanto fora dele, no plano substancial (criando condições, por exemplo, para a inscrição ou o registro do documento em registros públicos). Assim, o papel repressivo da medida estaria ligado à eliminação da fé pública, que acompanha os documentos públicos e também os privados (em certas condições), e eventualmente da própria "prova legal". Por outro lado, o reconhecimento da autenticidade do documento implicaria a criação de uma específica eficácia documental-substancial, também com conteúdo repressivo de situação antijurídica, que se traduziria na violação do dever de cooperação do sujeito passivo em reconhecer a origem do documento em debate.

Vittorio Denti, a seu turno, agrupa as teorias sobre a finalidade das ações de falso documental em quatro grupos.[424] Para ele, o primeiro grupo é representado por aqueles que sustentam que o objeto da medida é discutir o fato jurídico da falsidade ou da autenticidade, inspirados pela previsão contida na redação do § 256, da ZPO (correspondente ao art. 19, do CPC brasileiro, admitindo expressamente o cabimento de ações para a declaração de existência ou inexistência de uma relação jurídica e para o reconhecimento de um documento ou para a declaração de sua falsidade). O segundo grupo é aquele correspondente à opinião de Carnelutti, há pouco mencionada. Para estes, o papel da ação de falsidade não é propriamente discutir o fato correspondente à falsidade, mas as relações jurídicas que podem formar-se ou não a depender do documento envolvido. Em terceiro lugar, ter-se-ia aqueles que concluem que a finalidade da ação de falsidade é discutir o poder que as partes teriam de impor ao juiz o reconhecimento (por conta da eficácia de prova plena que o documento possuiria perante aquele sistema

---

E arremata o autor, afirmando que "la conclusión de que tampoco la cosa juzgada sobre falsedad documental se sustrae a la regla que domina el proceso civil, se puede todavía robustecer, si hay necesidad de ello, por el hecho de las insignificantes limitaciones a que la someten sus mismos autores cuando, por ejemplo, no se atreven a sostenerla en cuanto a la verificación de escritura, que puede llevar a una neta declaración de falsedad, o, lo que es peor, cuando distinguen entre la sentencia que, en relación al juicio de falsedad, declara la verdad, y la que acierta la falsedad para atribuir sólo a esta última la eficacia extraordinaria, con una incoherencia tan grave que hace superflua toda demonstración" (ob. cit., p. 470-471).

[423] MONTESANO, Luigi. *La tutela giurisdizionale dei diritti*. Torino: UTET, 1994, p. 145 e ss.; MONTESANO, Luigi. ARIETA, Giovanni. *Diritto processuale civile*. 2ª ed., Torino: Giappichelli, 1997, vol. II, p. 123-124.

[424] DENTI, Vittorio. "Querela di falso". *Novissimo digesto italiano*. Dir. Antonio Azara e Ernesto Eula. Torino: UTET, 1967, tomo. XIV, p. 660-661.

jurídico) da existência ou não do fato retratado pelo documento. Por fim, a quarta visão, com evidente caráter "constitutivo" da medida, defende que a finalidade da discussão de falsidade seria a desconstituição do vínculo que decorre dessa eficácia específica presente na prova documental. Para Denti, todas essas visões apresentam *parte* da finalidade exercida pela ação de falsidade, embora nenhuma delas retrate o papel completo desempenhado. Por isso, acaba ele por sustentar que a finalidade da ação de falsidade é objetiva e pública, discutindo o dever judiciário de "*eliminazione dal commercio giuridico dei documenti falsi*".[425]

No Brasil, até por conta da ampla influência da doutrina italiana no tratamento da coisa julgada, a maioria da doutrina se inclinou por seguir a orientação de Carnelutti. Moacyr Amaral Santos, por exemplo, apoiado nas lições de Liebman, desde o início da vigência do CPC/73, afirma que, embora se possa admitir que a eficácia da declaração de falsidade atinja terceiros, a coisa julgada está limitada às partes do processo.[426] Pestana de Aguiar, a seu turno, também refletindo sobre o código de 1973, embora reconheça a lógica e a superioridade do pensamento de Chiovenda, pondera que no direito brasileiro não há fundamento para a transcendência da coisa julgada para além das partes, à luz do regime jurídico dado à coisa julgada no sistema nacional.[427]

---

[425] Essa eliminação da prova documental falsa constituiria verdadeiro poder-dever do juiz, mesmo quando atrelado à iniciativa da parte (DENTI, Vittorio. Ob. cit., p. 662).

[426] SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro, Forense, 1976, vol. IV, p. 245.

[427] "[t]omando-se-o insuladamente, orientar-se-ia o preceito comentado em lição de Chiovenda, na qual este adverte que a sentença não poderá declarar a verdade do documento tão-somente por desvalorizar a impugnação de falsidade em virtude de caducidade, insuficiência de provas ou renúncia do querelante à ação. Para o grande mestre o fim objetivado é uma declaração da verdade do documento com alcance geral e não só perante as partes, e este alcance não existirá senão quando o juiz, fundando-se nas provas produzidas, haja chegado a um convencimento positivo dessa verdade. O mesmo conclui para a declaração de falsidade, máxime quando é esta a atribuição de uma qualidade absolutamente incompatível com uma afirmação de verdade posterior em outro incidente suscitado a respeito do mesmo documento. Em suma, quando não se tratasse de declarar uma relação jurídica própria das partes, mas sim o modo em que a lei in concreto consideraria as qualidades de uma coisa, seria natural que a sentença, que declarasse esta vontade da mens legis a respeito das qualidades próprias de uma coisa, pudesse declará-la em geral e não somente em relação às partes litigantes. Há que se considerar, não obstante, o disposto no art. 469, n. III, que reza de modo genérico não fazer coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo. Teoricamente, a norma legal acima citada incide sobre o decidido na arguição de falsidade e se sobrepõe à melhor doutrina de Chiovenda. Mas, praticamente, torna-se incompreensível que um documento declarado verdadeiro ou falso, por decisão formalmente trânsita em julgado, possa ser de outro modo considerado em sentença declaratória de outra ação. A declaração de autenticidade ou falsidade de um documento não pode pertencer exclusivamente às partes da lide em que foi questionada. A se entender de outro modo, ou seja, daquele a que o Código conduz, encontramos a abstrata e antecipada previsão do erro judiciário na própria lei, pois uma das decisões, havendo divergência estará reconhecidamente errada. Em qualquer circunstância, admita-se, não haverá conflito de julgados, pois será distinta a área subjetiva de

Egas Moniz de Aragão, a seu turno, salienta a importância de enxergar a relação entre as provas e a formação do convencimento do juiz, de modo que a discussão de falsidade permite ao magistrado "o poder-dever de eliminar de entre as provas a serem consideradas o documento que lhe deformaria o julgamento".[428] Salienta, por isso, o autor que a finalidade da discussão em questão é, realmente, o *fato jurídico* consistente na falsidade ou na autenticidade do documento, ainda que, aqui, não fique o juiz subordinado às limitações próprias das partes, na medida em que atua, nessa esfera, em seu próprio interesse de preservar a idoneidade das provas que servirão à sua convicção.[429] Não obstante enfatize esse caráter público da medida de arguição de falsidade – concluindo até mesmo que ela pode ser iniciada de ofício pelo magistrado – o autor acaba por se render à visão majoritária no Brasil, no sentido de que a decisão tomada aqui não pode afetar terceiros.[430] Assim, por exemplo, se o terceiro, autor do documento questionado, não participa da discussão processual sobre a falsidade ou autenticidade dessa prova, não poderia ser jamais prejudicado pela decisão que reconheça a sua falsidade, já que isso implicaria a violação ao contraditório.

Alguém poderia se perguntar se, nesse caso, seria razoável que, mesmo após uma perícia judicial atestar a falsidade de um documento, o seu autor estaria livre para usá-lo ou para defender sua autenticidade, pela razão única de não ter participado da discussão na ação de falso. O ordenamento jurídico nacional, aí, mostra com toda sua exuberância que, apesar da justificativa apresentada, há algo que não parece adequado. Afinal, mesmo que esse sujeito possa vir a responder criminalmente pela falsificação encontrada, ao menos no campo cível estaria ele autorizado – pelos limites subjetivos da coisa julgada – a empregar o documento (tido como falso em processo *inter alios*) sem maiores consequências, senão a nova ação de falsidade. A falta de racionalidade, aí, é ainda mais

---

atuação de cada qual" (AGUIAR, João Carlos Pestana de. *Comentários ao código de processo civil*. Ob. cit., p. 232-233). Semelhante é a lição de Moniz de Aragão (MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Exegese do código de processo civil*. Rio de Janeiro: AIDE, s.d., vol. IV, tomo I, p. 317).

[428] MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Exegese do código de processo civil*, ob. cit., p. 297.

[429] "Por isso mesmo o objeto da arguição de falsidade é a mera declaração do fato jurídico – falsidade ou autenticidade – para o que o juiz atua seu poder-dever e não age sob limitações de ordem subjetiva emanadas das partes, por ser ele próprio o interessado número um em expungir do processo fontes de prova cuja pureza não esteja assegurada" (ob. cit., p. 298).

[430] MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Exegese,* ob. cit., p. 317. Ao lado da invocação do art. 472, do CPC/73 (que fixava os limites subjetivos da coisa julgada naquela lei), o autor ainda afirma que "em reforço a essa afirmação pode ser invocado o fato de o documento questionado nem sempre provir das pessoas que discutem sua autenticidade, bem podendo acontecer de nenhum dos litigantes participar do documento impugnado" (ob. loc. cits).

incrementada quando se tem por pressuposto, tal como bem pontua Moniz de Aragão, a percepção de que a medida de falso se presta, sobretudo, a um fim público: impedir que provas inidôneas possam ser empregadas pelo juiz para a formação de sua convicção.

Como então contornar essa incômoda conclusão?

2.5. Uma saída honrosa para a coerência

É frequente a afirmação, presente na doutrina, de que a discussão de falsidade ou autenticidade de um documento só interessa para o processo civil na sua dimensão probatória. Em outros termos, para o processo civil é irrelevante a conduta ilícita da falsidade ou as repercussões extraprocessuais desse fato: importaria apenas saber se um determinado documento deve ou não receber valor probante.[431]

Quando a única coisa que importa para o processo civil é saber se um documento permite ou não o convencimento judicial, então qualquer outra consequência que possa haver na existência ou não de um documento falso é irrelevante. Por isso se explica a afirmação de Rosenberg, no sentido de que "a demanda sobre declaração da autenticidade ou falsidade de um documento (§ 256) não tem importância prática".[432]

Aliás, é precisamente essa ligação que justifica, na ótica do código, que, quando a parte que anexou o documento aos autos decida por retirá-lo, dispensa-se a perícia e se extingue o incidente (art. 432, parágrafo único, do CPC).

Todavia, como anotado, essa leitura dá a impressão de que o Direito é um fenômeno compartimentalizado e de que o aporte de um documento falso para um processo judicial não tem nenhuma outra consequência no mundo jurídico senão aquela que esse documento possa trazer *para aquele processo*. Por outras palavras, a estrutura lógica dos efeitos da sentença, combinada com a necessária preservação do contraditório, conduz a um entendimento sobre os limites do pedido (e sobre a regra de congruência) que leva à conclusão de que o documento (possivelmente falso) *só importa para aquele processo*, sem qualquer repercussão para outras esferas. E, mesmo quando haja coisa julgada formada sobre essa discussão, é razoável imaginar que ela só se aplique a relações

---

[431] Assim, por exemplo, MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil.* 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. VII, p. 378; SILVA, João Paulo Hecker da. "Art. 432". *Código de processo civil anotado*. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et alli*. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 611; BONFIM, Daniela Santos. "Art. 432, parágrafo único". *Breves comentários ao novo código de processo civil*. Coord. Teresa Arruda Alvim *et alli*. Sã Paulo: RT, 2015, p. 1105;

[432] ROSENBERG, Leo. *Tratado*..., ob. cit., p. 246.

mantidas entre as mesmas partes? Ou que eventual coisa julgada (sobre a falsidade) só possa ser invocada em benefício de terceiros? Um documento declaradamente falso, com estabilidade de coisa julgada, pode ainda assim ser empregado por terceiro (que se sinta prejudicado por aquela declaração)?

Essa resposta, no entanto, envolve uma premissa evidentemente falsa: a de que o que ocorre no processo só importa para o direito processual civil e só é regido por suas regras. Obviamente, não é assim. Se, no campo acadêmico, para fins didáticos, separa-se o Direito em áreas distintas (conforme seus princípios e regras próprios), nunca se pode perder de vista que o Direito é um fenômeno só. Por isso, não se pode supor que a juntada de um documento falso no processo possa ser simplesmente esquecida, apenas porque a parte entendeu por retirar o documento dos autos. Daí a razão para que parte significativa da doutrina defenda que, em qualquer caso, havendo indícios da prática de crime, é dever do juiz tomar as providências necessárias para a apuração do eventual ilícito penal,[433] a par de sancionar a parte infratora com as consequências processuais ou civis cabíveis.

A questão, porém, não pode esgotar-se aí. É razoável que um documento, que tenha sido reconhecido como falso em certo processo, ainda assim possa ser empregado sem maiores cautelas ou consequências em outro processo, apenas em respeito à observância da regra de congruência e aos limites subjetivos dos efeitos da sentença e da coisa julgada? E, como já ponderado acima, pode o regime da coisa julgada sobrepor-se a um imperativo do próprio "serviço Justiça", permitindo que esse documento, em certas circunstâncias, continue a circular pelo ambiente jurisdicional?

Em síntese, como já mencionado, parece ser essa a preocupação que inspirou as posições antagônicas, antes apresentadas, de grandes processualistas italianos. O debate havido na Itália, que angariou adeptos para ambas as visões, levou a sucessivas alterações legislativas que culminaram em uma regra que tenta equilibrar o interesse público na exclusão de um documento falso com a preservação de interesses de terceiros. Embora não se preveja eficácia *erga omnes* aos efeitos da sentença ou à coisa julgada referente ao procedimento de falsidade documental, estabelece-se que a decisão que reconhece a falsidade do documento implica o "cancelamento" do documento ou a "repristinação, a

[433] Assim, MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2005, vol. 5, tomo I, p. 447; MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil.* 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. VII, p. 381-382; LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2020, vol. VIII, p. 225; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo código de processo civil comentado artigo por artigo.* 2ª ed., Salvador: JusPodivm, 2017, p. 757.

renovação ou a reforma do ato ou do documento, com a previsão do modo com o qual deve ser realizada", desde que esses procedimentos não prejudiquem interesses de terceiros não intervenientes.[434]

Raciocinando com a equivalência entre o juízo de falsidade no âmbito criminal e na esfera cível, a legislação italiana prevê que mesmo a decisão cível pode gerar efeitos para além do pretendido no processo, operando o cancelamento ou a alteração do documento, o que se projeta para possíveis futuros empregos que ele possa vir a ter. Ressalva-se a situação em que esse cancelamento ou modificação possa vir em prejuízo de terceiros, mas o fundamental aí é notar a tentativa da legislação em não permitir, como regra, que um documento reconhecido como falso possa voltar a ser empregado em outros processos sem maiores consequências.

A mesma preocupação faz com que o Código de Processo Civil da Colômbia estabeleça, em seu art. 291, que ao declarar a falsidade de um documento, deve o juiz fazer apor nele uma nota correspondente, comunicando posteriormente ao juízo penal para as apurações criminais.[435]

De modo ainda mais severo, o Código de Processo Civil peruano (art. 242) é enfático em afirmar que, reconhecida a falsidade de um documento, ele perde a sua

---

[434] Afirma o art. 226, do CPC italiano que "Il tribunale, con la sentenza che rigetta la querela di falso, ordina la restituzione del documento e dispone che, a cura del cancelliere, sia fatta menzione della sentenza sull'originale o sulla copia che ne tiene luogo; condanna inoltre la parte querelante a una pena pecuniaria non inferiore a due euro e non superiore a venti euro. Con la sentenza che accerta la falsità il tribunale, anche d'ufficio, dà le disposizioni di cui all'art. 537 del c.p.p.". e, nos termos do art. 537, do CPP italiano, estabelece-se que "1. La falsità di un atto o di un documento, accertata con sentenza di condanna, è dichiarata nel dispositivo. 2. Con lo stesso dispositivo è ordinata la cancellazione totale o parziale, secondo le circostanze e, se è il caso, la ripristinazione, la rinnovazione o la riforma dell'atto o del documento, con la prescrizione del modo con cui deve essere eseguita. La cancellazione, la ripristinazione, la rinnovazione o la riforma non è ordinata quando possono essere pregiudicati interessi di terzi non intervenuti come parti nel procedimento. 3. La pronuncia sulla falsità è impugnabile, anche autonomamente, con il mezzo previsto dalla legge per il capo che contiene la decisione sull'imputazione. 4. Le disposizioni del presente articolo si applicano anche nel caso di sentenza di proscioglimento".

[435] "Art. 291. Efectos de la declaración de falsedad. Cuando se declare total o parcialmente falso un documento, el juez lo hará constar así al margen o a continuación de él, en nota debidamente especificada. Si la falsedad recae sobre el original de un documento público, el juez la comunicará con los datos necesarios a la oficina donde se encuentre, para que allí se ponga la correspondiente nota. En todo caso, dará aviso al juez penal competente, a quien enviará las copias necesarias para la correspondiente investigación. El proceso penal sobre falsedad no suspenderá el incidente de tacha, pero la providencia con que termine aquél surtirá efectos en el proceso civil, siempre que el juez penal se hubiere pronunciado sobre la existencia del delito y se allegue copia de su decisión en cualquiera de las instancias, con anterioridad a la sentencia."

eficácia probatória. E, mais, quando esse reconhecimento ocorrer no âmbito penal, o documento perde sua eficácia em qualquer processo civil.[436]

O direito brasileiro não contém previsão específica a respeito do tema. Ao contrário, como já visto, o fato de ele enfatizar o caráter meramente "probante" da discussão sobre falsidade reafirma a ideia da independência das instâncias e, mais que isso, o regime estritamente processual da eficácia da medida.

É verdade, no entanto, que a interpretação sistemática da legislação nacional poderia, facilmente, alcançar resposta semelhante àquela atualmente dada pelo direito italiano e por outros países. Independentemente da discussão a respeito dos limites da coisa julgada ou dos efeitos da sentença, seria possível aplicar, tal como já sugerira Moacyr Amaral Santos,[437] na vigência do Código de 1939, na ação declaratória de falsidade documental – seja ela autônoma, seja ela incidental – o contido no art. 91, inc. I, alínea *a,* do Código Penal, que estabelece, como efeito anexo da sentença penal condenatória "a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé: a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito".[438] Assim, reconhecida a falsidade do documento, seria ele apreendido e inutilizado, o que, por via oblíqua, implicaria gerar efeitos *erga omnes* ao reconhecimento de falsidade.

Poder-se-ia oferecer objeção a essa faculdade, afirmando que a declaração de falsidade havida na esfera cível nem sempre reconhece a existência de um crime, de sorte que seria exagerado aplicar, a uma sentença cível, efeitos típicos de uma condenação criminal.

Não parece que a objeção tenha fundamento, no entanto.

Inicialmente, porque a lei fala indiscriminadamente em "fato ilícito", sem apontar a necessidade de que se trate de um ilícito criminal. Bastará, portanto, que a sentença reconheça que se tratem de "coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito", para que ela possa determinar a sua perda em favor da União e a sua consequente destruição. Por outro lado, também, parece razoável atribuir interpretação alargada a esse dispositivo, sobretudo porque, como já enfatizado várias

---

[436] Artículo 242. Ineficacia por falsedad de documento. Si se declara fundada la tacha de un documento por haberse probado su falsedad, no tendrá eficacia probatoria. Si en proceso penal se establece la falsedad de un documento, éste carece de eficacia probatoria en cualquier proceso civil."

[437] V., nota 416, *supra*.

[438] Proposta semelhante já havia sido feita na Itália por Carnelutti há muito tempo (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*, ob. cit., tomo II, p. 462-463).

vezes, não haveria sentido em, reconhecida a falsidade de um determinado documento – seja ela material ou ideológica, seja ela total ou parcial – permitir que o documento continue a circular normalmente, sendo utilizado (sobretudo na parte falsa) como se fosse idôneo. Ao menos é necessário que se faça a devida ressalva no documento (no caso de falsificação parcial) a respeito do reconhecimento judicial de sua falsidade e da extensão desse reconhecimento, tal como faz o direito colombiano.

Outrossim, é fato que a regra mencionada afirma que se deve preservar os interesses do "lesado ou do terceiro de boa-fé". Não parece, no entanto, que a preservação dos interesses destes autorize que possam empregar futuramente documento que foi reconhecido (com cognição suficiente) como falso.[439]

O documento que foi tido pelo Judiciário como inidôneo deve ser assim considerado de forma geral e ampla.[440] Nessa linha, reconhecido como falso o documento, o conteúdo do reconhecimento judicial – com suas razões – deve valer *para o documento*, não importando onde ele possa vir a ser utilizado.[441]

---

[439] Diante de regra semelhante existente no direito italiano, Carnelutti afirmava ser ela "singular e estranha" (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*, ob. cit., tomo II, p. 464). Segundo ele, "extraño es, desde luego, que se haya olvidado, por una parte, que el acertamiento penal de la falsedad tiene la eficacia prevista por el art. 28 Cód. proc. Pen. (*supra*, núm. 99) y por eso perjudica siempre a los terceros y, por otra parte, que la modificación es siempre posible como consecuencia del acertamiento de la falsedad en vía civil, cuja eficacia aparecerá como diversa y menor que la del acertamiento penal, dotado de eficacia *erga omnes*, tiene un valor, a los fines de la rectificación, menor que el acertamiento civil, cuya eficacia no va más allá de los límites del litigio" (ob. loc. cits).

[440] Aliás, a ação de falsidade documental revela um gigantesco problema, muitas vezes não notado: como determinar o polo passivo da ação, se a finalidade da demanda é, *tout court*, o reconhecimento de que um documento é falso? A doutrina comumente afirma que esse polo deve ser ocupado por aquele contra quem foi ou será usado o documento. Assim, por exemplo, afirma Ovídio Baptista da Silva, em comentário ao código revogado, que "deverá o autor indicar seu interesse na declaração, sustentando que o uso de documento, que ele considera autêntico, tem sua autenticidade negada pelo demandado; ou alegando que o documento falso, tido por verdadeiro pelo réu, poderá ser usado contra ele, causando-lhe um dano jurídico" (SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários*..., ob. cit., p. 60). A eleição de um determinado sujeito como "potencial" pessoa contra quem se utilizará no futuro (também eventual) o documento implica enormes dificuldades. De um lado, pode-se imaginar situações em que o possuidor do documento deseje usá-lo contra várias pessoas, o que ou reclamará o ajuizamento de várias ações de falsidade ou imporá a formação de um litisconsórcio facultativo unitário. De outro, sobretudo na primeira hipótese, a se acolher a visão dominante no direito brasileiro, essa situação poderá resultar em sentenças de diferentes conteúdos em cada um desses processos, sendo o documento considerado falso e autêntico, *ao menos para o mesmo autor*, o que claramente demonstra a falta de lógica nessa solução.

[441] Também é essa a opinião de Clarisse Leite que afirma que "o objeto dessa declaração é o *fato* da falsidade do documento e seu principal efeito é a supressão da eficácia probatória do documento (CPC, art. 427) tanto para o processo em curso como para qualquer outro" (LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *Comentários ao código de processo civil*, ob. cit., vol. VIII, tomo II, p. 228). Na mesma linha, v., TALAMINI, Eduardo. *Comentários ao código de processo civil*. Coord. Cassio Scarpinella Bueno. São Paulo: Saraiva, 2017, vol. 2 p. 643).

Evidentemente, porém, algumas situações classicamente mencionadas pela doutrina merecem ser consideradas como exceções a esse princípio geral.

Em primeiro lugar, há a situação da falsidade ideológica. Como já observado, a resistência de parte da doutrina em admitir uma ação de falsidade ideológica tem a ver com as possíveis repercussões – talvez exageradas – que esse reconhecimento teria em relações havidas por terceiros. Muitas vezes, o grau de cognição judicial possível nessas ações só autoriza reconhecer que alguma afirmação seja imprecisa, incorreta ou, mais amplamente, falsa em relação a um caso pontual examinado. Por isso, nesses casos, seria inadequado estender os efeitos do reconhecimento de falsidade para além daquele caso específico. Ainda por essa razão, a doutrina mais antiga sugeria, como visto, que a análise da falsidade ideológica fosse feita no ambiente da valoração da prova, resultando em consequências apenas para o caso concreto.

Esta situação – tal como deve suceder no caso de reconhecimento de autenticidade do documento –, no entanto, merece ser resolvida à luz da própria compreensão do julgado segundo a fundamentação oferecida. No caso do reconhecimento de autenticidade, aliás, essa sempre foi a visão mais aceita no direito atual.

Em segundo lugar, deve-se considerar a situação específica de que trata o art. 432, parágrafo único, que estabelece uma forma de "reconhecimento do pedido" no incidente de falsidade, de modo que a parte que produziu o documento pode concordar em retirá-lo e, com isso, dar fim ao incidente. Logicamente, nem sempre essa concordância implica a aceitação de que o documento é falso. Pode acontecer que a parte decida retirar o documento do processo simplesmente porque há outros elementos instrutórios que já seriam suficientes para demonstrar o fato probando e não vale a pena aguardar a tramitação do incidente de falsidade, diante da necessidade de solução final da controvérsia "principal".

Para esse tipo de caso, parece correto que, para o processo civil específico, em que a prova havia sido utilizada, a questão deva ser tida como encerrada. No entanto, se houver indícios de falsidade no documento, não pode o juiz simplesmente – como já mencionado – desconsiderar o fato. Cabe-lhe não autorizar a efetiva restituição do documento à parte que o produziu, enviando a questão à esfera criminal competente para a apuração de eventual delito e, em qualquer caso, para que se proceda a eventual cancelamento ou reconhecimento de falsidade, com efeitos *erga omnes* naquele

âmbito.[442] Nesse sentido, o direito português, por exemplo, expressamente prevê que a decisão sobre a arguição de falso deve ser sempre notificada ao Ministério Público, para eventuais providências cabíveis (art. 449º, n. 4, do CPC português).

Seja como for, parece crucial concluir que há um certo mal-estar em supor que, aqui, a atividade jurisdicional esteja limitada ao pedido formulado pela parte autora, nos limites de seu interesse processual. Não é razoável que – a despeito daquilo que se tenha reconhecido no incidente ou na ação de falsidade – outras possam ser as conclusões em outros processos, civis ou criminais.

[442] Cf., MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*, ob. cit., p. 797-798.

3. *Mandatos preventivos* e tutelas interinais

3.1. O processo e a proteção da coletividade

Em 1987, na cidade de Morón (Argentina), ao apreciar ação de indenização, proposta em razão do falecimento de três crianças (que haviam se afogado em um tanque de água existente no terreno de uma empresa de cerâmica), o magistrado concluiu pela existência de culpa da ré, por força da interrupção do curso natural das águas fluviais, o que impediu a fluência normal do córrego existente.[443] Em razão disso, entendeu por julgar procedente a demanda, fixando a indenização devida. No entanto, ponderando ainda que o risco para a coletividade decorrente da existência daquele tanque era evidente, concluiu, de ofício – com base em poderes que entendia concedidos pelo Código Civil e pelo Código de Mineração do país – por determinar também à Administração Pública a restauração do leito original do rio, impondo a drenagem das águas pluviais e o cercamento da área.

Esse ponto da sentença foi cassado, em grau de recurso, porque a Câmara de Apelações Civis e Comerciais de Morón concluiu que essa atividade oficiosa do magistrado infringia o direito de defesa e extrapolava os limites da demanda.[444] Não obstante, o entendimento manifestado pelo magistrado de 1º grau gerou certa repercussão, mesmo porque, a despeito da falta de pedido específico quanto a essas medidas profiláticas – o que sequer seria viável, diante da falta de legitimidade ativa para esse tipo de pretensão –, parecia razoável que se garantisse a segurança do local, mesmo porque outras pessoas já haviam sido ali vitimadas.

Um ano mais tarde, a Câmara Federal de Apelações de La Plata teve de se deparar com caso muito semelhante. Tratava-se de uma ação de indenização em razão da morte, por asfixia, de uma adolescente de 13 anos, também em um depósito artificial de água, proveniente de escavações realizadas pelo Exército argentino na cidade de Quilmes.[445] O Tribunal, a par de concluir pela procedência parcial da pretensão inicial (reconhecendo a

[443] Sentença proferida pelo Dr. Pedro H. Iribarne, responsável pelo Juzgado Civil y Comercial Nº 8 de Morón, in re "Altamirano, Elsa R. c/ Cerámica Martín S.A. y otros", pub. L.L. 1987-D, p. 364 e ss.
[444] Decisão 2-5-1997, publ. L.L. 1987-D, p. 364 e ss.
[445] Cámara Federal de Apelaciones de la Plata, Sala III, 8 de agosto de 1988, "Giménez, Domingo y otra c/ Estado Nacional (Ejército Argentino)".

culpa concorrente da vítima no caso), determinou, de ofício, a intimação para que o Poder Público federal, em um prazo de 30 dias, colocasse no perímetro da área uma cerca e placas com avisos de alerta, de modo a garantir a segurança da população e a prevenir eventos semelhantes futuros, sobretudo porque nas proximidades da área havia escolas primárias.

De modo semelhante, em 2005, a Suprema Corte de Justiça da província de Buenos Aires apreciou o chamado caso "Carrizo".[446] A situação envolvia uma ação por reparação de danos, decorrentes da colisão entre um veículo e um trem. Segundo a demanda, a concessionária seria responsável pelos danos causados, em especial porque as condições de prestação do serviço de transporte ferroviário seriam deficitárias e estimulariam a produção de acidentes, em particular diante da inexistência de qualquer espécie de barreira ou de alertas sonoros ou visuais no local do acidente. A ação foi julgada improcedente, porque reconhecida a culpa da vítima (que dirigia embriagada e em alta velocidade). No entanto, apesar da improcedência, a Corte manteve a medida preventiva que havia sido ditada em 1º grau, impondo a verificação sobre a persistência do estado de risco existente e, em caso positivo, a ordem para que a ré adotasse, no prazo de trinta dias, medidas de segurança que lhe competiam.

Embora os exemplos reflitam situações que poderiam facilmente ser encontradas no cotidiano brasileiro, é de se questionar se o sistema judiciário nacional autorizaria semelhante resposta. Será que, no Brasil, juízes estariam autorizados a oferecer medida desse porte, sem que houvesse violação à regra da congruência?

3.2. Os "*mandatos preventivos*" argentinos

Para o sistema argentino, as soluções acima vistas têm hoje amparo legal por força da previsão, no ordenamento jurídico, de um princípio geral de precaução. Antes limitado a alguns campos pontuais do sistema jurídico daquele país, esse princípio sofreu significativa ampliação com a introdução, em 2015, no código civil nacional, de regras que regulam tanto o dever geral de prevenção como uma ação preventiva destinada a proteger aquele dever. Segundo o art. 1.710, do Código Civil e Comercial nacional argentino, toda pessoa tem os deveres de, naquilo que lhe caiba, evitar causar um dano não justificável e adotar, de boa-fé e conforme as circunstâncias, as medidas razoáveis

[446] "Carrizo, Carlos Alberto y otra c/ Tejeda, Gustavo y otra. Daños y Perjuicios", julgado em 30.03.2005.

para evitar que esse dano possa ser causado ou ainda reduzir a sua magnitude (preservado o direito ao reembolso de valores gastos, quando essas medidas evitem ou diminuem o tamanho de um dano de responsabilidade alheia) e, finalmente, de não agravar o dano já produzido.[447]

Diante desse dever geral – e inspirado inclusive na doutrina brasileira[448] – a Argentina também concebeu uma ação preventiva (semelhante à ação inibitória do Brasil), admissível sempre que haja ação ou omissão antijurídica da qual seja previsível a produção de um dano, sua continuação ou seu agravamento, independentemente de dolo ou culpa.[449]

Foram situações como aquelas narradas no início deste capítulo que levaram à inclusão das regras mencionadas, o que, a seu turno, dá hoje suporte legal a ideias que já eram defendidas há muito pela doutrina daquele país.[450] A partir da ideia de que a responsabilidade civil apresenta, também, uma função preventiva,[451] desenvolveu-se a possibilidade de que juízes, que tenham contato com situações das quais possa advir prejuízo a outras pessoas além das partes do processo a eles submetido, podem atuar para prevenir esses danos.

---

[447] "ARTICULO 1710.- Deber de prevención del daño. Toda persona tiene el deber, en cuanto de ella dependa, de: a) evitar causar un daño no justificado; b) adoptar, de buena fe y conforme a las circunstancias, las medidas razonables para evitar que se produzca un daño, o disminuir su magnitud; si tales medidas evitan o disminuyen la magnitud de un daño del cual un tercero sería responsable, tiene derecho a que éste le reembolse el valor de los gastos en que incurrió, conforme a las reglas del enriquecimiento sin causa; c) no agravar el daño, si ya se produjo."

[448] V., por exemplo, PEYRANO, Jorge W. "Noticia sobre la acción preventiva". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 20; PERRACHIONE, Mario C. "La función preventiva y la tutela antecipada en el nuevo código civil y comercial". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 63

[449] "ARTICULO 1711.- Acción preventiva. La acción preventiva procede cuando una acción u omisión antijurídica hace previsible la producción de un daño, su continuación o agravamiento. No es exigible la concurrencia de ningún factor de atribución."

[450] V.g., MORELLO, Augusto. STIGLITZ, Gabriel. "Responsabilidad civil y prevención de daños. Los intereses difusos y el compromiso social de la justicia". *La ley*. Vol. D, 1987, *passim*; PEYRANO, Jorge W. "La jurisdicción preventiva civil en funciones". *La ley – suplemento processual*. Out-2005, *passim* (tb. depois publicado em *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, *passim*).

[451] V.g. COSTA, Carlos A. Calvo. "La prevención: la otra cara de la responsabilidad civil (? O del derecho de daños?)". *Revista de responsabilidad civil y seguros*, n. 3, 2018, *passim*; GONZÁLEZ, Matilde Zavala de. "Función preventiva de daños". *La ley*. 2011-E, *passim*; LEIVA, Claudio Fabricio. "La delimitación de la función preventiva de la responsabilidad civil en el Código Civil y Comercial Argentino". *Ius*, vol. 14, n. 46, 2020, *passim*.

Interpretando essas regras, a doutrina – fazendo coro à jurisprudência já existente – passou a defender, também com fundamento no art. 43, da Constituição argentina (que prevê o direito de *amparo*, semelhante ao mandado de segurança brasileiro) e no direito à tutela jurisdicional efetiva, que esse poder legitimaria medidas adotadas pelo Judiciário de ofício, mesmo para além do pedido formulado pela parte.[452] Alude-se, então, à figura de um juiz "profilático",[453] que tem o dever de alertar os litigantes para que cessem práticas das quais possa resultar algum dano.

E, com fundamento nessas premissas, surge na doutrina argentina a figura dos *mandatos preventivos*, ou seja, ordens judiciais – deferidas de ofício ou a requerimento das partes – mesmo em relação a terceiros alheios ao processo, tomadas a partir dos dados existentes em um processo existente que permitem ao magistrado concluir pela probabilidade de que um dano já ocorrido possa repetir-se ou se agravar, em detrimento de sujeitos identificados ou não.[454] Os casos mencionados no início deste capítulo se inseririam nessa situação e traduziriam, então, o exercício judicial de um dever geral de prevenção, cuja atuação compete não apenas aos particulares, mas também ao Poder Judiciário.

Argumentando com a tese dos poderes inerentes e com a responsabilidade social do magistrado, a doutrina enfatiza a legitimidade dessa atuação do Poder Judiciário, sobretudo em sua função alinhada ao dever de prevenção de danos.[455] Como acentua Peyrano, a jurisdição preventiva é fenômeno inseparável da realidade típica da função judiciária. Afinal, juízes que tomam contato com situações concretas em que certa situação danosa pode vir a se repetir ou a continuar não se podem furtar de adotar medidas

---

[452] V.g., PEYRANO, Jorge W. "Lineamientos de la jurisdicción preventiva". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 74-75.

[453] PEYRANO, Jorge W. "La jurisdicción preventiva civil en funciones". *La acción preventiva...,* ob. cit., p. 80-81.

[454] PEYRANO, Jorge W. *La acción preventiva*. Buenos Aires: LexisNexis, 2004, p. 22.

[455] MORELLO, Augusto M. STIGLITZ, Gabriel A. "Responsabilidad civil y prevención de daños...", ob. cit., p. 598; MASCIOTRA, Mario. "Función social del juez en el Código Civil y Comercial de la Nación. *La ley*. 2016-C, *passim*; LORENZETTI, Ricardo Luis. *Teoria da decisão judicial*. Trad. Bruno Miragem. São Paulo: RT, 2009, p. 146. Conforme pondera María Belén Redondo, "hay que pensar que las decisiones que se toman acarrean consecuencias, no sólo afectando a las partes sino que se traslada a la sociedad, que hay intereses en juego, que hay personas de por medio. De allí que la tutela preventiva se vuelve en ciertas ocasiones esencial, ya que las decisiones tomadas en un proceso o la omisión de las mismas pueden generar daños irreparables en la comunidad" (REDONDO, María Belén. "La jurisdicción preventiva en el paradigma (neo)constitucional". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 183).

capazes de impedir esses danos. Mesmo porque, ainda segundo ele, "*los jueces no pueden ser fugitivos de la realidad', como enseñaba Morello. Tampoco ciegos y mudos ante la evidencia de que pueda repetirse o agravarse un daño del tenor, verbigracia, del fallecimiento de una menor ahogada en una depresión del terreno cubierta por el agua de lluvia o del accidente de tránsito en un paso a nivel carente de barreras y de señalización lumínica o sonora*".[456]

Note-se que a experiência argentina não trata da ideia de prevenção de modo indeterminado ou abstrato. Trata, sim, da atuação judicial como ferramenta indispensável para a *prevenção de danos*. Assim, diante da percepção de que danos mencionados em processos judiciais podem não ser exclusivos da vítima envolvida, autoriza-se (e, mais que isso, exige-se) a atuação do Judiciário para impedir que novos prejuízos semelhantes possam ocorrer, impondo a adoção de providências capazes de inibir essa repetição ou essa continuação. Assim se fala em "*mandatos preventivos de daños*",[457] em juízes profiláticos[458] e em jurisdição preventiva.

Alude-se, também, à prevenção *geral* e à *especial*. A primeira, alusiva a qualquer pessoa, faz referência ao dever de todos de não realizar atividades perigosas ou, ao menos, realiza-las de forma a evitar que esses danos possam ocorrer, sob pena de responsabilização. Aqui se põe a função tradicional da responsabilidade civil, que não apenas conduz à indenização da pessoa prejudicada, mas ainda apresenta uma função dissuasória de possíveis atividades danosas ou perigosas. Já a segunda forma de prevenção, a *específica*, traduz-se no dever imposto ao Estado – seja por seus órgãos administrativos, *seja pelos órgãos judiciais* – de evitar que atividades possam implicar risco de danos à população.[459] Aí entra a ideia da ação preventiva, de que aqui se trata.

No XXVIII Congresso Nacional de Direito Processual, ocorrido em Jujuy, em 2015, a associação argentina de direito processual aprovou, em relação à tutela preventiva, a conclusão de que essa função engloba, "*por el otro, disponer las medidas preventivas que considere adecuadas cuando, en ocasión de conocer en otros asuntos –*

---

[456] PEYRANO, Jorge W. "Lineamientos de la jurisdicción preventiva". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 75-76.

[457] PEYRANO, Jorge W. "La jurisdicción preventiva". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 98.

[458] *Idem, ibidem*, p. 80.

[459] FREY, María Carla. "Jurisdicción preventiva en el derecho de daños, en la tutela del consumidor y en el derecho ambiental". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 113-114.

y aun cuando nadie se lo solicita – advierte la existencia de una situación con posibilidad cierta de causar daño o que se produzca el quebrantamiento del orden jurídico; en este caso su actuación no es propiamente jurisdiccional sino más bien de carácter administrativo (función administrativa preventiva). Se trata de lo que Jorge W. Peyrano denomina 'mandato preventivo' en su ponencia general. Se justifica esta función en la creciente demanda de jueces con 'responsabilidad social', y actualmente encuentra fundamento legal en los artículos 1710 y siguientes del Código Civil y Comercial ya que el 'deber' de 'toda persona' de evitar que se produzca un daño o disminuir su magnitud, no sólo alcanza a los particulares o a los órganos encargados de la función administrativa del Estado, sino también a los jueces en oportunidad de ejercer sus funciones".

A figura dos "*mandatos preventivos*" da jurisdição argentina, sem dúvida, apresenta aspectos desafiadores. Especialmente, parece atrair grande discussão a questão sobre as relações entre essa forma de atuação e a regra da congruência. No entanto, também sob esse aspecto o tema é tratado naquele sistema jurídico.

3.3. A regra da congruência e os "*mandatos preventivos*"

Especificamente no que se refere à regra da congruência, embora prevista na lei argentina, não foi ela capaz de obstar a atuação de ofício da magistratura nos casos mencionados.

Sob o aplauso da doutrina daquele país, entendeu-se que, em que pese o relevante papel exercido por essa regra, ela não pode ser enxergada como um cânone absoluto, inafastável e insuperável, sobretudo quando ela puder contrastar com outros deveres a que o Estado também se comprometeu. Nessa linha, argumentavam Morello e Stiglitz que, não obstante a importância do "princípio da congruência", ele deve ser compreendido dentro do sistema em que se insere. Por isso, eventualmente, exige ser adaptado e flexibilizado em razão de "valores superiores" que exijam a tutela do Direito e de outros interesses.[460]

[460] "El principio de congruencia, como el conjunto del arsenal técnico jurídico, no es el esquema rígido de conceptos o postulados, con límites infranqueables que, culaes cotos cerrados, impidam su necesaria flexibilidad y adaptación cuando requieran compatibilizarse en una armonización funcional frente a 'valores superiores', según predica la Cortes Suprema de Justicia de la Nación. Acaso la noción política de la cosa juzgada sea um ejemplo también eloquente." (MORELLO, Augusto M. STIGLITZ, Gabriel A. "Responsabilidad civil y prevención de daños...", ob. cit., p. 598). Assim, tb., MASCIOTRA, Mario. "El

Sob outro prisma, a aproximação dessa atividade com a atuação administrativa do juiz, no exercício de um verdadeiro *dever de prevenção*, atenua a importância dada à regra da congruência e legitima que o agente público (juiz), em contato com situação de risco efetivo e iminente de repetição ou continuação de danos, esteja sujeito a um *dever de agir*. Trata-se de um dever atrelado ao processo de onde surge a notícia da iminência da repetição do dano. Porém, ainda que ligado a esse processo, não se trata da específica resposta buscada pelas partes por meio da pretensão deduzida, nem a atividade preventiva exercida pelo juiz está na dependência da procedência ou não daquela pretensão. Inexiste, assim, o óbice da congruência, na medida em que a prevenção em questão é atividade autônoma imposta a todos os agentes do Estado.[461]

---

proceso justo". Disponível em http://www.saij.gob.ar/mario-masciotra-proceso-justo-dacf190132-2019-02-06/123456789-0abc-defg2310-91fcanirtcod?&o=9&f=Total%7CFecha%7CEstado%20de%20Vigencia%7CTema/Derecho%20procesal%7COrganismo%5B5%2C1%5D%7CAutor/MARIO%20MASCIOTRA%7CJurisdicci%F3n%7CTribunal%5B5%2C1%5D%7CPublicaci%F3n%5B5%2C1%5D%7CColecci%F3n%20tem%E1tica%5B5%2C1%5D%7CTipo%20de%20Documento&t=25, acessado em junho de 2024.

[461] "Si bien la medida innovativa del caso no parece ser el formato más adecuado para concretar una inspección judicial, de todos modos se entrevé, sin dejar lugar a dudas, de qué se trata. Pues de practicar una constatación de un actual estado de cosas. Más allá de ello, lo que realmente interesa es el despacho subsidiario de la medida de seguridad decretada y la declaración de que los jueces "cuentan con poderes implícitos e irrenunciables en orden a salvaguardar la eficiencia de la administración de justicia, pues les cabe ejercer su imperio jurisdiccional con la eficacia real y concreta que, por naturaleza, exige el orden jurídico, de manera que éste alcance su efectiva vigencia en el resultado positivo de las decisiones que la Constitución Nacional ha encomendado al Poder Judicial". No menos trascendente es el pronunciamiento formulado acerca de que "es inobjetable la legitimación del órgano jurisdiccional para adoptar oficiosamente medidas de la naturaleza de la aplicada en autos, en cuya disposición, como se ha visto, no media afectación del principio de congruencia. La observancia de este último corresponde ciertamente al conflicto particular debatido en la causa, el proceso de dos partes resuelto en la sentencia. Pero no es atingente al segundo de los tramos a que se viene aludiendo, la función preventiva de daños que ha asumido el juez. En este último territorio, asimismo, no puede decirse que haya afectación a la defensa en juicio de la destinataria de la medida, porque es lo cierto que la constatación de las deficiencias del cruce a nivel ha tenido lugar con su plena audiencia y posibilidad probatoria y de contradicción". Acierta así, de lleno, de Lázzari cuando expresa su opinión respecto de que en la especie no existe violación del principio de congruencia o correspondencia. Igualmente, dicho discurso viene a confirmar nuestra sospecha, ya manifestada, respecto de la autonomía de la instancia principal y de la instancia "ocasional" representada por la tramitación del mandato preventivo. Tanto es así que -como ha acontecido en el caso- las suertes de ambas instancias pueden ser disímiles (en la especie se desestimó la pretensión principal y se despachó el mandato preventivo). Tanto es así, también, que ambas instancias pueden ser susceptibles de todos los recursos legalmente admisibles, tal y como ha sucedido en el caso. ¿Cómo, entonces, puede válidamente enjuiciarse al mandato preventivo por violentar la garantía de defensa en juicio?." (PEYRANO, Jorge Walter. "La jurisdicción preventiva civil en funciones". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 85-86).

Alguém ainda poderia objetar que essa atividade, realizada de ofício e sem prévio debate entre as partes, implicaria risco efetivo à defesa da parte ré ou até mesmo de terceiro prejudicado.

No entanto, ainda no entender da doutrina argentina, não há esse risco.

De um lado, porque também o réu tem o *direito* à prevenção dos danos, até mesmo como expressão da imposição genérica do dever de não prejudicar terceiros (*alterum non laedere*).[462] De outro, porque permanecem à disposição da pessoa prejudicada todos os mecanismos e vias para impugnar a decisão judicial e para fazer valer seus interesses em juízo. Ademais, tem-se que a construção recebeu, como visto, ampla aceitação na jurisprudência argentina, até mesmo de Cortes superiores, o que chancela o emprego dos *mandatos preventivos* pelo Judiciário naquele ordenamento.

3.4. Seria essa experiência cabível também no Brasil?

É certo que os *mandatos preventivos* argentinos não são – ao menos é o que parece – aceitos pela jurisprudência brasileira. Talvez aqui o peso que se empresta à regra da congruência ainda não tenha permitido o desenvolvimento amplo dessa técnica, ou a aceitação irrestrita dessa atividade judicial.

No entanto, é forçoso convir que as premissas com que trabalham o sistema argentino e o brasileiro não são tão distintas quanto se imagina, o que poderia facilmente autorizar a importação dessa técnica também para o nosso ordenamento. Talvez, até, seja possível concluir que esses *mandatos preventivos* vivam entre nós com mais desenvoltura do que podemos imaginar.

De um lado, tanto quanto se estabelece no direito argentino, também o Brasil possui em seu texto constitucional a garantia de acesso à Justiça para qualquer lesão ou *ameaça* a direito (art. 5º, inc. XXXV). No entendimento da doutrina argentina, diante dessa previsão, é imprescindível flexibilizar a regra da congruência, especialmente frente a situações em que sua incidência possa repercutir no alijamento de situação carente de tutela de que tenha conhecimento o Judiciário. Parece inevitável que, tomando o juiz em processo judicial ciência de que há situação de risco iminente de dano, a vedação a que possa agir por força da incidência da regra da congruência pode ser caracterizada como

[462] V., PAULETTI, Ana Clara. "Jurisdicción preventiva y herramientas procesales para prevenir un juicio innecessariamente dañoso para el demandado". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 168

infringência à garantia de acesso à Justiça. Nesses termos, parece correto supor que o direito brasileiro estaria apto a dar exatamente a mesma resposta que deu a Argentina para essa situação.

Ao lado disso, embora o Brasil não possua uma regra idêntica[463] àquela presente no código civil argentino – que estabelece um dever geral de prevenção positivado – é unânime a compreensão de que também o direito brasileiro alberga um dever geral de prevenção, enraizado nas garantias constitucionais (a exemplo do princípio da solidariedade, da garantia de acesso à Justiça ou da prevenção de danos a certos direitos, tal como o patrimônio cultural) e na própria essência da responsabilidade civil.[464] Com efeito, correlato à lógica da responsabilidade civil, há um dever geral, imposto a toda a coletividade, de abster-se de praticar condutas que possam causar prejuízos a direitos (patrimoniais ou não) alheios. Ninguém, dentro de um modelo que trabalha com a lógica da reparação integral de danos (tal com o direito brasileiro, como se vê do art. 944, do CC), tem o direito de prejudicar outras pessoas (*neminem laedere*). Compreende-se que o dever de cuidado está alinhado com o princípio da boa-fé, que norteia todo o sistema jurídico nacional, aí incluído o sistema de responsabilidade civil.[465]

---

[463] Embora não haja regra idêntica, deve-se registrar que o projeto de reforma do Código Civil, em curso, pretende estabelecer deveres semelhantes àqueles previstos na legislação argentina. Assim, ao menos por ora, a proposta pretende acrescentar seis novas regras à parte geral da responsabilidade civil, com o seguinte teor: "Art. 926-A. As disposições deste Título são aplicáveis às funções preventiva, punitiva, e reparatória de danos. Art. 926-B. Toda pessoa tem o dever de adotar, de boa-fé e de acordo com as circunstâncias, medidas ao seu alcance para evitar a ocorrência de danos previsíveis que lhe seriam imputáveis, mitigar a sua extensão e não agravar o dano, caso este já tenha ocorrido. Art. 926-C. Todo aquele que crie ou seja responsável por evitar a ocorrência iminente de um dano deve custear as despesas efetuadas por terceiros para preveni-la, para evitar o seu agravamento ou para reduzir as suas consequências, desde que a realização dessas despesas se revele necessária. Art. 926-D. A tutela preventiva do ilícito é destinada a inibir a prática, a reiteração, a continuação ou agravamento de uma ação ou omissão contrária ao direito, independentemente da concorrência do dano, ou da existência de culpa ou dolo. Parágrafo único: Verificado o ilícito, pode ainda o interessado pleitear a remoção de suas consequências e a indenização pelos danos causados. Art. 926-E. Aquele que se encontrar na iminência de sofrer dano relacionado com atividade de risco desempenhada por outrem pode requerer ao juiz que o responsável seja obrigado a adotar medidas destinadas à proteção de seus bens e interesses e à inibição do dano. Art. 926-F. A tutela preventiva do ilícito ou do dano observará as regras do Código de Processo Civil sobre o julgamento das ações relativas às prestações de fazer e não fazer, e o Código de Defesa do Consumidor, no que couber. Parágrafo único. Para a tutela preventiva dos direitos são admissíveis todas as espécies de ações e técnicas processuais capazes de propiciar sua adequada e efetiva proteção, observando-se os critérios da menor restrição possível e os meios mais adequados para garantir a sua eficácia."

[464] DONNINI, Rogério. *Responsabilidade civil pós-contratual*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011, p. 46/47.

[465] V.g., SOARES, Flaviana Rampazzo. "O dever de cuidado e a responsabilidade por defeitos. *Revista de direito civil contemporâneo*. Vol. 13, out-dez./2017, p. 143.

Logo, a despeito da inexistência de uma regra específica que preveja de modo geral o princípio da prevenção, é unânime na doutrina[466] e na jurisprudência[467] nacionais a conclusão de sua existência como princípio norteador do sistema brasileiro.

Além disso, a par de pertencer à lógica ínsita a todo o ordenamento nacional, o dever de prevenção está presente de forma explícita em alguns diplomas normativos, a exemplo da Constituição (art. 216, § 4º[468]; art. 225, e seu § 1º, incs. I e II[469]; e art. 227, § 1º, inc. II[470]) do Código de Defesa do Consumidor (tal como se vê nos arts. 4º, inc. X; 5º, inc. VI; 6º, incs. VI e VII; 54-A e 104-C), da lei que cria a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/12, como se vê dos arts. 1º, parágrafo único; 3º; 4º; 5º; 6º e 7º, por exemplo) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (v.g., arts. 14; 53; 70; 70-A; 72; 73; 87).[471]

---

[466] V.g., PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Responsabilidade civil*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 11; RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: reponsabilidade civil.* 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003, p. 4; BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. 3ª ed., São Paulo: RT 1999, p. 232-239; LOPES, Teresa Ancona. *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010, *passim*; ROSENVALD, Nelson. *As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil*. São Paulo: Atlas, 2013, *passim*; LEITE, José Rubens Morato. MELO, Melissa Ely. "As funções preventivas e precaucionais da responsabilidade civil por danos ambientais". *Revista Sequência*. N. 55, dez./2007, *passim*

[467] V.g., STJ, 4ª Turma. AgInt no AREsp 2.236.660/RJ. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti. DJe 16.10.23; STJ, 3a Turma. Resp 2.027.841/MG. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 28.08.23; STJ, 4ª Turma. AgInt no AREsp 2.251.239/RJ. Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira. DJe 18.05.23; STJ, 3ª Turma. AgInt no AREsp 2.090.707/MT. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 19.10.22; STJ, 4ª Turma. REsp 1.838.184/RS. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. DJe 26.11.21; STJ, 3ª Turma. AgInt no AREsp 1.311.669/SC. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 06.12.18.

[468] "§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei."

[469] "Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético".

[470] "§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação."

[471] A par das regras expressas, essa lei é marcada pela lógica da prevenção, como ponderou o Superior Tribunal de Justiça, ao enfatizar que "O ECA, como a maior parte da legislação contemporânea, não se satisfaz com a simples tarefa de indicar os meios legais para que se reparem os danos causados a este ou aquele bem jurídico. O legislador, antes de tudo, quer prevenir a ocorrência de lesão aos direitos que assegurou. Foi com intuito de criar especial prevenção à criança e ao adolescente que o legislador impôs

Outrossim, embora o Brasil não conte com uma regra expressa que preveja o princípio da precaução na dimensão material, oferece sim regra expressa de cunho processual que garante a ampla proteção preventiva. Nos termos do que prevê o art. 497, parágrafo único, do CPC, "para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo". Essa regra, fruto da evolução no direito brasileiro da tutela inibitória,[472] enfatiza essa forma de proteção que é um dos grandes fundamentos empregados no sistema argentino para autorizar essa atuação *ex officio* do Judiciário.[473]

Enfim, ainda à semelhança do que concebe o direito argentino, também no Brasil se admite a teoria dos poderes implícitos, de origem norte-americana, segundo a qual a atribuição de certa função ou competência a determinado órgão implica, necessária e ainda que implicitamente, a outorga dos instrumentos e meios necessários para a realização dessa atribuição.[474] Segundo essa doutrina, se a Constituição atribui ao Poder Judiciário a tutela e a aplicação do direito objetivo – e, com isso, a preservação da ordem jurídica diante de conflitos e violações a direitos possíveis – então também são conferidos, mesmo que de forma implícita, todos os poderes que seriam razoavelmente exigíveis para permitir a esse órgão o exercício eficiente de suas funções.[475] Ainda segundo essa teoria, a outorga de instrumentos e poderes para que o Judiciário possa exercer sua finalidade *independe* de qualquer previsão normativa expressa do direito infraconstitucional,[476] derivando de uma condição necessária para que o Poder Judiciário possa concretizar a

---

ao poder público o dever de regular as diversões e espetáculos públicos, classificando-os por faixas etárias (art. 74, ECA)" (STJ, 3ª Turma. REsp 1.072.035/RJ. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 04.08.09)

[472] Sobre a tutela inibitória e seu desenvolvimento no direito brasileiro, v. MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela inibitória,* ob. cit., *passim*; MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2018, p. 173 e ss.; ARENHART, Sérgio Cruz. *Perfis da tutela inibitória coletiva*. São Paulo: RT, 2003, *passim*; *Id. A tutela inibitória da vida privada*. São Paulo: RT, 2000, *passim*; SPADONI, Joaquim Felipe. *Ação inibitória*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, *passim*.

[473] Fazendo referência explícita à obra de Marinoni sobre tutela inibitória, v., PEYRANO, Walter J. "Noticia sobre la acción preventiva", ob. cit., p. 20; *Id.* "La acción preventiva: certezas y dudas", ob. cit., p. 26; SANTOS, Mabel A. de los. "Vías procesales para deducir la pretensión preventiva". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016, p. 212, 213 e 219.

[474] Acolhendo expressamente essa teoria, v., por exemplo, STF, PLENO. ADIn 6.875. Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 17.03.22; STF, Pleno. ADIn 4.624. Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 07.06.23; STF, Pleno. MS 35.506. Rel. p/ acórdão Min. Ricardo Lewandowski, DJe 14.12.22; STF, Pleno. RE 570.392. Rel. Min. Carmen Lúcia, DJe 19.02.15.

[475] CARRIGAN, Jim R. "Inherent Powers and Finance". *Trial magazine 7*. N. 6, 1971, p. 22.

[476] V. Thomas v. Arn, 474 U.S. 140, 146 (1985).

sua independência, tal como previsto pela Constituição (no caso brasileiro, nos termos do art. 2º).[477] Afinal, se a Constituição exige da função jurisdicional a aplicação e a preservação do direito objetivo, e se para esse fim lhe confere independência, então implicitamente lhe confere condições para que, de forma autônoma, possa realizar essa proteção. Logo, ainda que não houvesse previsão legal expressa nesse sentido, a prerrogativa dada ao Poder Judiciário – inclusive o brasileiro – de impedir a infringência ao Direito e de prevenir a ocorrência de danos ilícitos é natural à própria natureza dessa atividade e intrínseca ao órgão a quem a proteção do ordenamento jurídico é atribuída.

Não parece haver, enfim, qualquer diferença substancial entre as premissas adotadas pelo direito argentino e o sistema brasileiro que impeça a importação para o Brasil das ordens preventivas adotadas naquele outro ordenamento.

Ademais, é fácil notar que o Brasil apresenta traços notáveis de técnicas assim concebidas e de emprego cotidiano no processo civil nacional.

3.5. As medidas interinais no direito brasileiro

O Código de Processo Civil de 1973 – e, antes dele, o código de 1939[478] – apresentavam grupo de medidas ditas "cautelares", arroladas no art. 888,[479] que ofereciam

---

[477] Cf. WEBB, G. Gregg, WHITTINGTON, Keith E. "Judicial independence, the power of the purse, and inherent judicial powers". *Judicature*. Vol. 88, n. 1. jul-ago 2004, p. 14, disponível em https://www.princeton.edu/~kewhitt/inherent_judicature.pdf, acessado em julho de 2024. Essa doutrina estende-se aos poderes outorgados aos tribunais para determinar sua administração, àqueles que importam a indicação de salários adequados aos magistrados, aos que asseguram a independência do Poder Judiciário frente às outras funções do Estado e também, como se vê no texto, ao poder conferido aos "*judges to protect themselves and their functions from the neglect or interference of the other branches of government"* (p. 14). Como acentuava o Justice Marshall, no conhecido caso McCulloch *v*. Maryland (17 U.S. 316 (1819)), "Let the end be legitimate, let it be within the scope of the Constitution, and all means which are appropriate, which are plainly adapted to that end, which are not prohibited, but consist with the letter and spirit of the Constitution, are Constitutional."

[478] Várias das medidas depois arroladas no art. 888, do CPC/73, estavam previstas nos arts. 676, 678 e 679, do CPC/39, a exemplo, da "entrega de objetos ou bens de uso pessoal da mulher e dos filhos; na separação de corpos e no depósito dos filhos, nos casos de desquite, nulidade ou anulação de casamento" (art. 676, inc. X), do afastamento temporário do cônjuge e guarda, educação e assistência temporária (art. 678) e do depósito de menores que devessem contrair matrimônio contra a vontade dos pais (art. 679, inc. I) ou do depósito de menores ou incapazes maltratados ou induzidos à prática de atos ilegais ou imorais (art. 679, II).

[479] "Art. 888. O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura: I - obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida; II - a entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos; III - a posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento; IV - o afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais; V - o depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente por seus pais, tutores ou curadores, ou por

verdadeiro desafio à doutrina processual. Mesmo que arroladas no livro que tratava do "processo cautelar", dificilmente alguém conseguiria defender essa sua essência, sem fazer muitas concessões a alguma teoria conhecida que descrevesse a tutela cautelar.

Em primeiro lugar, porque aquele rol apresentava medidas de conteúdo e função nitidamente heterogêneos, que sequer poderiam dispor de uniformidade de tratamento.

Em segundo lugar, porque aquelas medidas raramente apresentavam qualquer das características tidas como essenciais à função cautelar. Embora pudessem ser outorgadas na pendência de uma "ação principal" ou antes de seu ajuizamento, não havia referibilidade, não se destinavam a assegurar a efetividade de outra medida judicial ou qualquer outra "situação jurídica tutelável". Não havia instrumentalidade hipotética, nem estavam fundadas em risco de dano. Tampouco pressupunham a demonstração da aparência do direito. Não apresentavam, enfim, as características tradicionalmente apontadas pela doutrina como marcantes do fenômeno cautelar.

Representativa dessa situação era a medida descrita pelo art. 888, inc. II, do CPC anterior, que tratava da possibilidade de o juiz, a requerimento ou de ofício, determinasse a "entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos". Tratava-se de medida *autossatisfativa* e que, assim, afastava qualquer traço de referibilidade. Não tinha por pressuposto a proteção do direito à dissolução do casamento ou qualquer outro direito semelhante. Também não poderia ser enquadrada como antecipação de tutela,[480] porque não se tratava de adiantar a proteção que seria conferida, de regra, só ao final de algum processo judicial. Sequer era necessário que ela estivesse baseada em *periculum in mora*, não se exigindo do interessado a demonstração da imprescindibilidade de obter seus bens ou do risco que poderia decorrer da demora nessa restituição. A medida também não era fundada na aparência do direito, vez que se tratava de restituir bens que, inequivocamente, pertenciam ao cônjuge ou aos filhos. Tratava-se, enfim, apenas de uma medida necessária para regular situação criada por outra demanda, a exemplo da separação de corpos.[481]

---

eles induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral; Vl - o afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal; VII - a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita que, no interesse da criança ou do adolescente, pode, a critério do juiz, ser extensivo a cada um dos avós; Vlll - a interdição ou a demolição de prédio para resguardar a saúde, a segurança ou outro interesse público".

[480] É verdade, no entanto, que o art. 889, parágrafo único, daquele código, autorizava a antecipação da tutela nesses casos, diante da verificação de urgência na medida, o que permitiria ao juiz dispensar a oitiva prévia da parte contrária.

[481] Assim lecionava Lopes da Costa, dizendo que essa medida "não é medida preventiva. Em nenhuma das espécies desta se pode enquadrar. É apenas uma decisão provisória, consequência forçada da separação de corpos" (COSTA, Alfredo de Araújo Lopes da. *Medidas preventivas*. 3ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias, 1966, p. 107).

Em suma, ainda que essas medidas utilizassem do "procedimento cautelar" então desenhado, não preenchiam as características que lhes pudessem conferir natureza cautelar ou antecipatória. Eram medidas satisfativas, que poderiam, como sublinhado, ser deferidas até mesmo de ofício, no intuito de regular ou atender à situação criada por um processo (existente ou vindouro).

Tais medidas eram denominadas pela lei processual de "medidas provisionais", ou seja, aquelas que poderiam "prover" algo imprescindível para as necessidades de alguém em razão de um processo judicial, já em curso ou a ser instaurado.[482] Eram, como já mencionado, medidas satisfativas e sua única relação com as verdadeiras cautelares era o fato de poderem relacionar-se, em certos casos, a um conflito maior (em que estariam inseridas) ou, em outros casos, a circunstância de que exigiam resposta célere e menos formalista. Essa inserção em um conflito maior, de todo modo, dificilmente poderia ser assimilada à ideia de referibilidade, sobretudo porque essas medidas não estavam *destinadas a atender às necessidades desse outro conflito*. Elas estavam, sim, *relacionadas* a um outro processo, derivavam de situações inseridas nesse outro processo, mas não tinham por finalidade (ao menos necessária) atender aos objetivos desse outro processo. Como acentuávamos na época, essas medidas tinham o propósito de "regular" na pendência do processo, ou antes de sua propositura, alguma situação causada por esse processo.[483]

---

[482] V. SILVA, Ovídio Baptista da. *Do processo cautelar*. Rio de Janeiro: Forense, 1996, p. 538-539. Sublinha o autor, no entanto, a dificuldade em entender o elemento comum de todas as medidas descritas no preceito em exame, afirmando que "no art. 888, o legislador usou e abusou do conceito de *provisionalidade*, reunindo sob tal dispositivo pretensões heterogêneas, dentre as quais com dificuldade se descobre alguma medida realmente cautelar, além de serem várias delas de cunho visivelmente definitivo, sem qualquer vestígio de provisionalidade" (ob. cit., p. 539).

[483] ARENHART, Sérgio Cruz. "As medidas regulatórias do art. 888 do CPC". *Tutelas de urgência e cautelares*. Org. Donaldo Armelin. São Paulo: Saraiva, 2010, *passim*. Essa função "regulatória" era também enfatizada por parte da doutrina formada perante o código de 1939. Hugo Simas, por exemplo, tratando da medida de autorização de obras de conservação em coisa litigiosa, sublinhava que a determinação judicial tinha por objetivo superar o óbice de caracterizar qualquer intervenção sobre a coisa litigiosa como atentado. Conforme ponderava, na medida em que a realização de qualquer intervenção sobre a coisa litigiosa poderia caracterizar-se como atentado, foi necessário que o código de então abrisse uma permissão a que o juiz autorizasse essa obra, evitando com isso a danificação do bem e a ocorrência da situação ilícita de atentado. Em suas palavras, "desde esse momento, toda inovação ao estado de fato, contrária a direito, que lese a outra parte, constitue atentado (art. 712). Uma exceção, contudo, foi aberta, neste inciso: quando a coisa litigiosa, na pendência da lide, ou no seu ingresso, necessitar de obras de conservação. Encontra fundamento essa medida no dever de evitar o processo que os atos judiciais se desviem da sua finalidade natural de proteger direitos, para ser pretexto e ocasião da destruição de bens" (SIMAS, Hugo. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1940, vol. VIII, p. 35). No mesmo sentido, ponderava Jorge Americano que "a litigiosidade da cousa, pela verificação da litispendência, o sequestro da mesma, atribuindo-a à guarda de um depositário, obstam a qualquer obra na coisa, a qual, a ser feita sem autorização

Tirante essa característica, mais ou menos presente em todas elas, as medidas ali reguladas eram claramente de conteúdo e procedimentos diversos. Algumas exigiam a propositura de uma ação principal. Outras, a exemplo da "entrega de bens de uso pessoal" (inc. II), do "afastamento de menor autorizado a contrair casamento" (inc. IV), da "guarda e educação dos filhos" (inc. VII) e da "interdição e demolição de prédios" (inc. VIII) dispensavam esse processo, exaurindo sua função no procedimento designado para a obtenção desses fins, segundo entendia a doutrina. Outras medidas, tal como as "obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida" (inc. I), estavam inexoravelmente ligadas a um processo "principal", em que a coisa havia sido apreendida ou que constituía seu objeto.[484] Finalmente, outras dessas figuras – tais como a "posse provisória de filhos" (inc. III), o "depósito de menores e incapazes castigados imoderadamente" (inc. V) e a "separação de corpos" (inc. VI) – estavam também atreladas a outro processo, mas não exatamente porque assegurassem a tutela a ser prestada neste, senão porque tinham por objetivo regular provisoriamente situação que seria, no futuro, definida nesse outro processo.[485]

Uma característica que era marcante em todas essas medidas era a de que não tinham como pressuposto o perigo de dano. O próprio Código de Processo Civil afirmava de modo claro a desnecessidade da indicação do *periculum in mora* para a concessão de tais medidas, ao dispor, no parágrafo único do art. 889, que, "em caso de urgência, o juiz

judicial, constituirá atentado (art. 712). Tratando-se de obra embargada, a lei dá remédio no art. 390. Mas nos outros casos, socorre-se o interessado da medida provisional, requerendo as obras de conservação autorizadas pelo art. 676, n. VII, as quais cingem-se às benfeitorias necessárias" (AMERICANO, Jorge. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1942, 3º vol., p 26).

[484] Apesar disso, como apontava Lopes da Costa, essas obras não tinham por finalidade a asseguração da realização futura de direito. Seu objetivo é nitidamente satisfativo, impedindo-se com isso que, "quando vier a decisão, o direito não mais se possa satisfazer" (ob. cit., p. 123).

[485] Porém, não são apenas as figuras dos incisos III (posse provisória dos filhos), V (depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente) e VI (separação de corpos) que configuram medidas regulatórias ou que proveem uma necessidade essencial. A medida do inciso I (conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida) tem nítido caráter regulatório, pois trata de uma situação criada pelo próprio processo ou pela litispendência. A medida do inciso II (entrega de bens de uso pessoal do cônjuge), embora não exija uma ação principal ou outra tutela, regula uma situação diante de um conflito de interesses maior que pode vir a ser discutido em uma outra ação. A medida do inciso IV (afastamento de menor autorizado a contrair casamento), não obstante sequer possa se preocupar com uma ação principal, regula uma situação até que o casamento do menor, já autorizado pelo juiz, seja realizado. A medida do inciso VII (guarda e educação dos filhos) também é prestada em um procedimento autônomo, mas a tutela antecipada, neste caso, tem a particularidade de não exigir perigo de dano para poder regular a situação da guarda dos filhos até a tutela final. Não obstante, a medida do inciso VIII (interdição e demolição de prédio) somente tem a característica de prover de forma célere, permitindo a demolição e a interdição em procedimento autônomo que abre oportunidade à antecipação das tutelas de demolição e de interdição.

poderá autorizar ou ordenar as medidas, sem audiência do requerido". Por outras palavras, não havendo urgência, a medida continuava sendo devida, desde que respeitada a garantia do contraditório. Portanto, a presença do *periculum in mora* seria, nesse contexto, requisito apenas para o adiamento do contraditório, mas não para a concessão das medidas provisionais mencionadas.

Para alguns autores, as técnicas em questão nada mais seriam do que reflexo do poder geral de cautela, estabelecido no art. 798, do CPC de então. Sob essa ótica, todaos os provimentos enumerados no art. 888, do CPC/73, estariam revestidos da função cautelar, constituindo mero desdobramento dos poderes oferecidos na parte geral do Livro III, daquele código.[486] Um pouco diverso dessa compreensão é o pensamento de Pontes de Miranda. Também para ele, todas as medidas reguladas pelo art. 888, em exame, teriam natureza cautelar. No entanto, ainda segundo ele, as mesmas providências poderiam ser obtidas por procedimento autônomo e satisfativo, embora aí devessem buscar legitimação em regras outras, que não o art. 888, do CPC/73. Ou seja, segundo o autor, embora os mesmos objetivos pudessem ser alcançados por outras vias, o art. 888, daquele código, só regularia as medidas amparadas na lógica e no regime cautelar.[487] Ovídio Baptista da Silva, notório seguidor da teoria de Pontes de Miranda quanto às providências cautelares, vê nas medidas do art. 888, do CPC/73, mecanismos de antecipação de tutela. Segundo ele, é de se reconhecer a diferença entre as cautelares e as medidas provisionais, tal como trabalhada em países como a Itália e a Alemanha. Todavia, embora o legislador da época tenha alocado essas providências no livro referente ao processo cautelar, "ou não são muitas delas sequer provisionais ou, finalmente, sendo provisionais, são antecipatórias de algum efeito da sentença final de procedência e, enquanto antecipatórias, serão necessariamente satisfativas do direito de que a lide (única lide) se ocupa".[488]

---

[486] Nesse sentido, v. SANTOS, Ulderico Pires dos. *Medidas cautelares – doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 304/305.

[487] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, tomo XII, p. 457, 458, 462, 464 e 472. Assim, por exemplo, dissertava ele a propósito da medida de demolição, afirmando que "a demolição pode ser eficácia de ação condenatória de preceito cominatório, ou de ação executiva de ação condenatória; mas não se pode afastar a hipótese de demolição que seja cautelar, por ser indispensável ao evitamento dos danos, oriundos de lesão grave e de difícil separação [*sic*]. Aí, não se está a pensar em cominação, nem em nunciação de obra nova. Pede-se a demolição, como medida cautelar, por não se poder aguardar julgamento de ação principal. O que se pôs no art. 888, VIII, 2a parte, é o que menos acontece, porém não se pode negar que possa existir demolição cautelar" (ob. cit., p. 474).

[488] SILVA, Ovídio Baptista da. *Curso de processo civil.* 3ª ed., São Paulo: RT, 2000, vol. 3, p. 395. Também essa é a conclusão a que chega Alcides Munhoz da Cunha, que entende que as medidas descritas pelo art. 888, em exame, constituem todas técnicas de antecipação de efeitos da providência final, outorgadas em

Já segundo Lopes da Costa, algumas dessas medidas seriam qualificadas como atividade de polícia judicial. Isto porque seu objetivo seria apenas o de impor determinações necessárias e convenientes, diante de situações que haviam perdido o equilíbrio normal. Tal é o caso, segundo a ótica do processualista, da atribuição de guarda dos filhos a pessoa que não seja um dos pais.[489] Também é essa a conclusão a que chegava Calmon de Passos. Para ele, as medidas provisionais se prestariam à proteção do próprio processo, ou, mais precisamente, à proteção da atividade jurisdicional.[490] Por isso, elas seriam caracterizadas pelo exercício de uma espécie de poder de polícia, ora a agir sobre certos interesses materiais relevantes, ora sobre o próprio processo, cuja tutela compete ao magistrado.

---

procedimento de cognição sumária final de direitos, chamadas por ele de *provimentos sumários finais*. Em outros termos, essas medidas tratariam de casos em que, por procedimento sumarizado, caracterizado por cognição sumária, ainda que final – ou seja, sem contraditório completo e definitivo a respeito dos direitos em jogo – pretendia-se estabelecer solução para algumas questões verificadas. Em suas palavras, "há presunção absoluta de certeza do provimento sumário quando este se constitui em ato final do procedimento absolutamente sumarizado, que tende a realizar desde logo o direito primário, subjetivo. Nasce como ato final do procedimento que não encetou ou não completou o contraditório nos moldes da cognição exauriente. Esse provimento sumário contém uma presunção endoprocessual absoluta de certeza jurídica porque, a despeito do modo de formação sem profundidade na investigação dos fatos da demanda, tende a resolver suficientemente a lide que lhe é própria, não necessitando de outro provimento sucessivo no mesmo organismo processual para, incidindo sobre a mesma lide, em cognição exauriente, consolidar em certeza ou elidir a presunção, como ocorre com os provimentos sumários interinais" (CUNHA, Alcides Alberto Munhoz da. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: RT, 2000, vol. 11, p. 410). Essas medidas seriam marcadas por sua vocação a serem "atos definitivos, finais e potencialmente extintivos do processo absolutamente sumarizado, ainda que deferidos *inaudita altera parte* (provimento monitório), enquanto, pelo aspecto funcional, seus efeitos naturais podem ficar sujeitos à verificação da ausência ou inconsistência dos fundamentos da ação impugnativa. E a eficácia da presunção absoluta endoprocessual sobreviverá até que sobrevenha um eventual provimento definitivo elidindo a presunção" (ob. cit., p. 410-411). Ainda segundo ele, muitas dessas medidas estariam ligadas à proteção de direitos potestativos, que às vezes estão mesmo "fora da lide", tal como sucede com a separação de corpos. Nesses casos, pondera o autor, "não é dada ao juiz sequer a alternativa de verificar a adequação da providência ao direito invocado, porque é dele indissociável. Assim como não pode deixar de deferir a separação de corpos, não pode fazer cessar a eficácia dessa medida constrangendo um cônjuge, contra a sua vontade, ao *debitum conjugale* ou de coabitação" (ob. cit., p. 512).

[489] LOPES DA COSTA, Alfredo de Araújo. *Medidas preventivas*. 3ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias S.A., 1966, p. 19/20. Em suas palavras, algumas dessas medidas "tendem a estabelecer uma ordem qualquer conveniente numa situação que perdeu o equilíbrio normal, como no sequestro da posse, na atribuição da guarda dos filhos a outrem que não os pais".

[490] Para este autor, as medidas provisionais se prestam "ao atendimento de atribuições que se incluem no seu dever de prover sobre a boa marcha do processo e sobre as coisas e pessoas necessárias para a sua constrição, ou para atendimento do seu dever de prover sobre interesses de sujeitos postos pelo ordenamento sob a sua tutela; em suma, deveres que se inserem no seu ofício de juiz e estão relacionados instrumentalmente como seu dever maior de prestar a sua atividade jurisdicional" (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: RT, 1984, vol. X, tomo I, p. 59).

Diante dessas circunstâncias, parte da doutrina assinalava a natureza de jurisdição voluntária de grande parte das medidas arroladas no art. 888, do CPC/73,[491] o que implica enxergar aí verdadeira atividade administrativa realizada pelo juiz.[492] Havia, de fato, em grande parte dessas medidas, um processo autônomo, sumário e definitivo, pelo qual o juiz, de ofício ou a requerimento de alguém, provê solução para questões ligadas à tutela de direitos eventualmente envolvidos (ou em vias de envolver-se) em alguma controvérsia.

De certo modo, portanto, essas medidas soam muito semelhantes àquelas autorizadas – ainda que sob outros fundamentos e construções mais recentes – pelo direito argentino.

É fato que o código atual não repetiu regra com idêntico teor ao art. 888, do CPC/73. Todavia, isso não significa dizer que aquelas medidas deixaram de existir.

Na verdade, o código atual, imbuído do objetivo de abolir as chamadas "medidas cautelares específicas", entendeu – erroneamente – que poderia tratá-las todas dentro de um modelo geral de "tutela provisória", com a simples menção de que "a tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito" (art. 301, do CPC). Obviamente, isso não é possível.

Não obstante essa regulação insuficiente – que, aliás, reflete situação sempre vivida no Brasil e em outros países[493] – essas medidas continuam a ser empregadas, até porque constituem providências indispensáveis para a própria atuação jurisdicional. Assim, por exemplo, continua a ser necessária a autorização para a retirada de bens de uso pessoal de um dos sujeitos processuais,[494] a interdição ou demolição de bens que ameacem a coletividade ou o interesse público[495] e outras medidas descritas naquele preceito. E essas

---

[491] V.g., OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. LACERDA, Galeno. *Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998, vol. VIII, tomo II, p. 422

[492] Hamilton de Moraes e Barros chamou algumas dessas providências de "cautela da Administração" (BARROS, Hamilton de Moraes e. "Breves observações sobre o processo cautelar e sua disciplina no código de processo civil de 1973". *Revista de direito do Ministério Público do Estado da Guanabara.* Vol. 7, n. 18, maio/dez., 1973, p. 30).

[493] V., por exemplo, a crítica desenvolvida em MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. IV, p. 54 e ss.

[494] V.g., TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado. AI 2069284-61.2023.8.26.0000, rel. Desembargador Fernando Reverendo Vidal Akaoui, DJ 18.07.23; TJDF, 5ª Turma Cível. AI 0724235-23.2020.8.07.0000, rel. Desembargadora Maria Ivatônia. DJ 23.02.21.

[495] V.g., TJMG, 3ª Câmara Cível. AI 1.0000.22.250621-4/001, rel. Desembargadora Luzia Divina de Paula Peixoto. DJ 16.08.23; TJSP, 3ª Câmara de Direito Público. AI 2054196-46.2024.8.26.0000, rel. Desembargadora Paola Lorena. DJ 10.06.24.

medidas continuam a ser necessárias independentemente do preenchimento dos requisitos ou da observância dos ritos próprios da tutela de urgência, o que reafirma a existência de um regime específico para essas providências interinais.

Além disso, outros diplomas continuam a prever medidas semelhantes e outras, que também podem ser adotadas de ofício ou a requerimento, com conteúdo e natureza muito semelhantes aos das medidas provisionais mencionadas.

É o caso, por exemplo, das providências a que se referem os arts. 23[496] e 24,[497] da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) ou o art. 153[498], da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Embora essas previsões não sejam exatamente abundantes e muitas delas sejam tratadas em diplomas ligados à repressão de comportamentos criminosos, não se pode negar que elas têm muito em comum com as medidas autorizadas pelo direito argentino.

Ao que parece, essas medidas – tal como sublinha também a doutrina argentina – aproximam-se muito de uma atividade administrativa, ainda que prestada pela autoridade judiciária. Tomando contato com situação da qual pode resultar prejuízo a outras pessoas além daquelas envolvidas diretamente no processo – ou ainda com situação da qual possam suceder prejuízos outros, que não aqueles especificamente indicados no processo –, confere-se ao magistrado a prerrogativa de determinar medidas não requeridas de forma expressa pelas partes, mesmo de ofício.

---

[496] "Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas: I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; IV - determinar a separação de corpos. V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga; VI – conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses."

[497] "Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras: I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida; II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial; III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor; IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida. Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo."

[498] "Art. 153. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público."

Se tudo isso é verdade, e se essas técnicas continuam a poder ser empregadas, então há espaço importante para que se possa atribuir poderes de atuação para além daquilo que a parte especificamente requer. E, mais que isso, há um campo importante para que se possa enxergar que a função jurisdicional pode ter por fundamento *algo* além do pedido da parte.

4. Ações anulatórias e efeitos para terceiros

4.1. Barbosa Moreira e a ação de nulidade de patente

Em 1970, a Revista de Direito do Ministério Público do Estado da Guanabara publicou parecer de José Carlos Barbosa Moreira, que examinava a possibilidade de "repetição" de uma ação de nulidade de patente por outro colegitimado.[499] Tratava-se de uma consulta, formulada pela empresa Micro Espuma Artefatos de Borracha S.A., que perguntava se a ação de nulidade de patente proposta por um dos interessados influiria no resultado de outra demanda, fundada na mesma causa de pedir e com o mesmo pedido, formulada por outro interessado e se a situação autorizaria o reconhecimento da litispendência.

Ao examinar o caso, Barbosa Moreira inicia afirmando que essa espécie de ação pertence a um grupo especial de demandas em que "o processo a que dá origem seu exercício tem por objeto uma situação jurídica que respeita direta e homogeneamente a uma pluralidade de pessoas, de tal sorte que a norma concreta a cuja formação se visa, mediante a emissão da sentença definitiva, só e concebível como norma que se imponha, com igual eficácia, a todas essas pessoas. Em outras palavras: a disciplina porventura fixada na sentença tem de ser, por exigência lógica, disciplina a que genericamente se submetam as diversas posições jurídicas individuais relacionadas com o objeto do processo".[500] Em outros termos: essa modalidade de demanda exigiria, por questão de lógica, solução idêntica para todos.[501]

---

[499] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Declaração de nulidade de patente. Ação proposta por um dos co-legitimados. Extensão subjetiva da coisa julgada. Oponibilidade da exceção de litispendência em segundo processo instaurado no curso do primeiro". *Revista de Direito do Ministério Público do Estado da Guanabara*. N. 12, set./dez., 1970, *passim*.

[500] Ob. cit., p. 153. Enumerava o autor outros casos semelhantes, como a ação pauliana, a ação de nulidade de casamento celebrado por autoridade incompetente, a ação de anulação de casamento por defeito de idade, o pedido de interdição de suposto incapaz, a ação de declaração de indignidade de herdeiro ou legatário, a ação de deserdação, a ação de dissolução de sociedade civil ou empresarial, a ação de anulação de deliberação de assembleia social, a ação revocatória falencial e a ação popular (ob. cit., p. 154).

[501] "A nota comum a todos esses processos consiste em que o respectivo resultado é impensável como referido *apenas* a uma das pessoas habilitadas a instaurá-los, pois define uma situação jurídica que, tal qual afirmada ou negada pela sentença, não pode ser senão *verdadeira para todas* ou *falsa para todas*. Nos casos mais frequentes, trata-se de atos jurídicos em relação aos quais existe uma pluralidade de legitimados à impugnação – usado este termo em sentido genérico, para designar tanto o pedido de anulação como o de declaração de nulidade, pois nesta matéria não tem relevância, do ponto-de-vista em que nos situamos, a

Em que pese essa particularidade própria dessas formas de relação, destaca Barbosa Moreira que a legislação nacional opta por não exigir a presença de todos os interessados no processo, preferindo tratar a situação com uma legitimação "concorrente" para essas demandas.[502] No entanto, essa situação acaba por repercutir de forma delicada sobre a possível influência que uma decisão havida entre um desses colegitimados e a parte contrária possa causar sobre os outros colegitimados que não participaram do processo.[503]

Posta toda essa dificuldade, Barbosa Moreira examina, em primeiro lugar, as tendências de direito estrangeiro da época e culmina por concluir, perante o direito brasileiro, por uma situação que parece ser inusual. Defende ele que, "ressalvada a hipótese de ter sido o primeiro pedido julgado improcedente apenas por deficiência de prova, a coisa julgada que nele se constitua, valendo e face de todos os co-legitimados, torna inadmissível a ação idêntica proposta por qualquer outro deles".[504]

Para justificar essa sua conclusão, o autor apoia-se – além de argumentos de ordem lógica e pragmática – em basicamente dois fundamentos normativos. Ressaltando que a ideia de que terceiros estão sempre imunes à coisa julgada exige certos temperamentos, em primeiro lugar, o autor justifica sua conclusão no comando previso pelo art. 90, do CPC/39. Segundo esse preceito, "quando a relação jurídica litigiosa houver de ser resolvida de modo uniforme para todos os litisconsortes, os revéis, ou os que tiverem perdido algum prazo, serão representados pelos demais". Como argumenta o autor, essa regra, que trata naquele regime do litisconsórcio unitário (eventualmente) facultativo, indica que há situações em que não se concebe que a mesma relação possa ter soluções distintas para os vários interessados. É da própria natureza da relação jurídica que a solução da questão seja a mesma para todos. E, para assegurar que essa solução seja, de

---

distinção entre atos nulos e atos anuláveis, nem a distinção consequente entre ações *meramente declaratórias* e ações *constitutivas negativas*. Costuma-se dizer, então, que o ato impugnado só pode subsistir, por julgar-se válido, em relação à série total dos co-legitimados à impugnação; e se, ao contrário, for tido como defeituoso, só pode anular-se, ou declarar-se nulo, em relação a essa mesma série de pessoas, no seu conjunto. A eventualidade oposta levaria a consequências não apenas *logicamente absurdas*, senão até *praticamente inviáveis*" (ob. cit., p. 154).

[502] Em outro estudo, especificamente tratando das ações de anulação de deliberação assemblear, aliás, sublinha o autor a inconveniência e a falta de razoabilidade em se convocar todos os sócios ou acionistas para essa demanda – com o emprego, por exemplo, da citação por edital – sobretudo diante do elevado número de sujeitos que esse tipo de demanda poderia gerar (v., BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Estudos sobre o novo código de processo civil*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1974, p.74-76).

[503] Ob. cit., p. 154-155.

[504] Ob. cit., p. 169.

fato, a mesma para todos – pressupondo que, se o litisconsórcio é facultativo, os interessados poderiam propor demandas sucessivas com o mesmo objeto – a única alternativa que resta é estender a coisa julgada a todos os colegitimados, ainda que não tenham participado diretamente da relação processual.[505] Em reforço à sua conclusão, o autor ainda incursiona pelo direito alemão da época, que teria inspirado essa regra e aponta a extensão aos colegitimados autorizada para aquele sistema em casos semelhantes.

Em segundo lugar, Barbosa Moreira justifica sua conclusão no regime da ação popular e, em particular, no regime de coisa julgada prevista para essa demanda de cunho coletivo. Nos termos do art. 18, da Lei 4.717/65, em vigor até hoje, "a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova". Segundo ele, a situação a que se refere a ação popular não é muito distinta das ações de impugnação de deliberação social, conquanto nas ações que discutem atos lesivos ao patrimônio público haja um rol de colegitimados infinitamente maior e com maior possibilidade de convivência de várias demandas. Diante disso, teria sido acertada a opção do legislador em vincular todos os cidadãos à decisão da primeira ação, exceto na hipótese de insuficiência de prova.[506] Essa

---

[505] "... Se, no âmbito do mesmo processo, o resultado há de ser homogêneo, os motivos dessa necessária homogeneidade evidentemente prevalecem ainda quando prefiram os interessados agir cada qual de per si. Mas um único meio existe de assegurar a uniformidade da solução na hipótese de serem sucessivos os processos: é vincular ao pronunciamento emitido no primeiro deles, e transitado em julgado, os juízes dos eventuais processos subsequentes. Em outras palavras: ampliar a estes a autoridade da coisa julgada que naquele se constituiu, em ordem a afastar, pela proibição do reexame, a possibilidade de decisões contraditórias. Não o diz expressamente, é certo, o art. 90. Mas não há outro entendimento que com ele logicamente se compadeça. A necessariedade, a que ali se alude, de decisão uniforme no processo litisconsorcial (mesmo *facultativamente* litisconsorcial) postula a extensão, a todos os litisconsortes *potenciais*, da *res iudicata* formada no processo que um só dos co-legitimados instaurou" (ob. cit., p. 165).

[506] Ob. cit., p. 167. É interessante observar que o autor critica a solução de uma coisa julgada apenas para a hipótese de procedência (empregada posteriormente no regime da ação civil pública), justamente em razão dos riscos de sucessivas ações reiteradas com o mesmo fim. Diz ele que "observe-se que a disciplina pela qual optou nosso legislador evita o inconveniente apontado em doutrina (...) quanto às hipóteses previstas em vários ordenamentos, de extensão da coisa julgada *só no caso de procedência do pedido*. No sistema da Lei n. 4.717, não se abre ensejo ao conflito de *res iudicatae* contraditórias em relação à mesma pessoa: se a decisão de improcedência se fundamentou apenas na falta de provas bastantes, a coisa julgada *não se forma sequer para o próprio autor repelido*, que fica livre, como 'qualquer cidadão', de 'intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova'. Assim, caso o auto venha a ser depois anulado por iniciativa de cidadão *diverso*, a decisão anulatória proferida em face deste reveste-se da *auctoritas rei iudicatae* também para o primeiro, sem que isso acarrete colisão alguma. Por outro lado, rejeitado que seja o pedido porque inexistente no ato o suposto vício, poupam-se à Administração os incômodos de sucessivas impugnações pelo mesmo fundamento. O ato declarado válido fica, de uma vez

solução, em seu pensamento, harmonizaria a necessidade de dar tratamento uniforme a todos os colegitimados diante de uma situação única e o próprio interesse público em evitar a proliferação de demandas com o mesmo conteúdo.

Diante disso, e propondo a adoção do modelo da ação popular, *de lege ferenda*, para outros casos, Barbosa Moreira conclui que, por analogia, a situação da proteção das patentes – e, do mesmo modo, outros casos de relação única com pluralidade de legitimados – merece ser regida pelo regime de coisa julgada *erga omnes*, exceto no caso de insuficiência de provas.[507]

Embora a ideia tenha sido lançada, inicialmente, em um parecer, Barbosa Moreira, em estudos posteriores, mantém sua conclusão, reafirmando que, também nas ações de impugnação de deliberação assemblear, a ação proposta por um dos sócios contra a sociedade deveria ter efeitos *erga omnes* – seja no caso de procedência ou de improcedência – exceto na hipótese de insuficiência de provas.[508] Em outro estudo, insiste ser irracional a tese da convocação de todos os sócios (ou acionistas) para esse processo, particularmente com o emprego de técnicas de citação ficta, em especial diante do elevado número de sujeitos que essa convocação geral poderia gerar.[509]

Os argumentos empregados pelo autor – de ordem teórica e pragmática – são consistentes, sem dúvida. Mas será que essa orientação pode, de fato, prevalecer no sistema brasileiro?

4.2. Terceiros e coisa julgada

Embora o tema estudado por Barbosa Moreira no parecer mencionado não seja tão difundido assim, outra situação semelhante – a ação de impugnação de deliberação de sociedade empresária por sócio ou acionista – é alvo de intenso debate há muitos anos. Por isso, tomar-se-á este caso pontual para a análise do tema em discussão.

Não é necessário esforço para demonstrar que prevalece amplamente a conclusão de que – ao menos em relação a processos individuais – a coisa julgada não pode

---

por todas, imune a ataques análogos, com manifesta vantagem para a atividade administrativa, que do contrário se poderia ver inconvenientemente perturbada, até o esgotamento do prazo decadencial, por uma indefinida reiteração de demandas iguais" (*idem, ibidem*).

[507] Ob. cit., p. 168

[508] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Litisconsórcio unitário*. Rio de Janeiro: Forense, 1972, p. 148, nota 57.

[509] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Estudos sobre o novo código de processo civil*, ob. cit., p. 74-76.

prejudicar terceiros. Embora inexistente regra específica sobre o assunto, já se aceitava essa conclusão na vigência do CPC de 1939.[510]

O código de 1973 possuía regra expressa que estabelecia que "sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros" (art. 472). O preceito era enigmático porque dava a impressão de que, em certas situações, admitia-se que a coisa julgada pudesse produzir-se contra terceiros. Todavia, a doutrina da época esclarecia que a redação confusa não afastava a conclusão de que a coisa julgada não deveria prejudicar terceiros, sobretudo em respeito à garantia do contraditório.[511]

O código atual, a sua vez, atento às críticas feitas à redação anterior, limita-se a afirmar que "a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros" (art. 506). Excluiu-se a exceção aparente contida no código anterior e se prevê, expressamente, que a coisa julgada pode *beneficiar* terceiros, mas não os pode prejudicar.

Também em termos doutrinários, a orientação vem dominantemente ancorada na mesma lógica.

De certo modo, a conclusão atual – de que a coisa julgada não pode prejudicar terceiros, embora possa beneficiá-los – reflete o entendimento classicamente afirmado, ainda que por fundamentos distintos, pelo senso comum e traduzido na conclusão de que, como ato do Estado, todos estamos obrigados a reconhecer a decisão havida entre as

---

[510] MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1942, vol. III, p. 310-311; MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: AIDE, 1992, p. 288-289. Antes disso, embora se reconhecesse a importância – que vinha das lições hauridas do direito romano – da regra de que *res inter alios acta vel judicata aliis non prodest nec nocet*, ou seja, de que a coisa julgada não prejudica, nem beneficia terceiros, tinha-se essa conclusão como sujeita a exceções. João Monteiro, por exemplo, salientando a característica de que "o julgado liga todas as pessoas para quem for idêntica a mesma relação", apontava longa lista de situações em que terceiros poderiam ser prejudicados pela coisa julgada, a exemplo das obrigações solidárias e das fianças (MONTEIRO, João. *Programma do curso de processo civil*. São Paulo: Typographia Academica, 1936, p. 761-762). Idêntica era a opinião de Jorge Americano (AMERICANO, Jorge. *Processo civil e commercial no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1925, p. 229), exemplificando com as mesmas situações.

[511] V., por todos, MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*, ob. cit., p. 306 e ss. Contra, defendendo que a situação, de fato, tratava de coisa julgada perante terceiros, v., PIMENTEL, Wellington Moreira. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 1979, vol. III, p. 599 e ss.

partes; no entanto, a sua imutabilidade está limitada às partes que participaram da relação processual.[512]

A opinião de que sentenças proferidas *inter alios* podem beneficiar terceiros, embora não os possam prejudicar desagua na noção das chamadas ações concorrentes, em que vários sujeitos estão habilitados (legitimados) a postularem interesse comum ou a impugnarem o mesmo ato jurídico. É exatamente essa categoria que é empregada por Liebman para explicar a solução por ele dada para casos como aquele narrado no início deste capítulo: a sentença de procedência deveria valer em face de todos, embora a de improcedência estivesse contida aos limites das partes que atuaram na relação processual. Como adverte o autor, há nessas ações concorrentes uma peculiaridade segundo a qual "se extinguem todas pela sentença que *acolhe* uma delas, por efeito da consecução do seu escopo comum".[513] No entanto, porque essa consequência se coloca no campo dos efeitos da sentença – e não no da coisa julgada – a improcedência da primeira sentença não pode impedir que os outros legitimados concorrentes preservem as suas próprias ações e, assim, possam impugnar o mesmo ato. Logo, a sentença de improcedência, porque só pode ser imutável para as partes perante quem é dada, não pode estender a coisa julgada para prejudicar terceiros, que mantêm a higidez de seu direito de ação para impugnar o mesmo ato jurídico ou para postular o mesmo interesse.[514]

Idêntica é a resposta dada pela doutrina brasileira. Ovídio Baptista da Silva, por exemplo, tratando também das ações de anulação de deliberação assemblear, chega à mesma resposta dada por Liebman, afirmando que se impõe, para a solução da causa, diferenciar entre os efeitos da sentença e a coisa julgada. E, segundo ele, embora as sentenças de procedência, nesse campo, possam operar efeitos *erga omnes* – na medida em que o efeito constitutivo implica a constituição ou desconstituição do ato jurídico para todos –, o mesmo não ocorre com a coisa julgada. Dado que a coisa julgada está limitada

---

[512] V., por todos, CHIOVENDA, Giuseppe. *Princípios de derecho procesal civil*. Trad. José Casáis y Santaló. Madrid: Reus, 1925, tomo II, p. 429.

[513] LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945, p. 203.

[514] "O que se estende aos terceiros, isto é, aos outros legitimados à impugnação, é somente o *efeito* da sentença; e precisamente a anulação do ato impugnado, porque o *petitum* de cada uma ação inclue necessariamente, em razão da unidade e indivisibilidade do ato que se impugna, também o escopo de todas as outras concorrentes e assim o acolhimento de uma delas leva efetivamente à consequência que também para todos os outros interessados o ato já não existe. Mas este resultado não implica, com efeito, extensão da coisa julgada além dos seus costumados limites subjetivos; tal se produz legitimamente para todos porque a todos se estende a eficácia da sentença, na sua objetiva consistência determinada pelo conteúdo da decisão, mercê de um princípio geral, atribuído à sua qualidade de ato do Estado" (ob. cit., p. 204)

às partes do processo, as sentenças de improcedência – cujos efeitos declaratórios também estão contidos aos limites da relação entre as partes – operam efeitos apenas para as partes da relação processual, sem prejudicar os interesses (e a ação) de terceiros. Diante disso, conclui o autor, a sentença de improcedência não pode impedir "que outro sócio, ou até mesmo, um terceiro, estranho à sociedade, se legitime para impugnar a sentença anulatória, visando a restaurar o ato anulado".[515]

Em um primeiro momento, também Ada Pellegrini Grinover sustentou essa mesma orientação. Em nota à obra de Liebman, concordava com a necessidade de diferenciar os efeitos da sentença e a coisa julgada, concluindo que os terceiros não poderiam ser prejudicados pela coisa julgada de processo do qual não participaram. Consequentemente, defendia que os sócios que não intervieram no primeiro processo estariam livres para ajuizar novas demandas, não se lhes podendo opor o óbice da coisa julgada. Essa sucessão de ações, com possíveis soluções diversas, seria resolvida pela lógica da sucessão das decisões, prevalecendo sempre a última dada, independentemente de seu conteúdo.[516] Posteriormente, no entanto, Ada Pellegrini Grinover – reafirmando a crítica de Barbosa Moreira no sentido de que a solução de Liebman não resolve a situação dos sócios que tivessem interesse na preservação da decisão assemblear – adere à opinião de Barbosa Moreira, para concluir, na linha do texto inicialmente citado, que a solução para esses casos deve ser sempre a mesma para todos,[517] o que implicaria a extensão da coisa julgada também a terceiros nesses casos. Antecipando-se, no entanto, às críticas de que esse tipo de solução pudesse violar as garantias do contraditório e do devido processo legal, sustenta ela, a partir da lógica da tutela coletiva, que essas ações implicariam certa forma de substituição processual, em que as partes do processo atuariam também na proteção dos interesses dos ausentes, em ambos os polos. Assim, o eventual autor que demandasse a anulação da deliberação agiria em substituição a todos os sócios que almejassem idêntico resultado, enquanto a sociedade, que agiria na defesa da validade da deliberação, também atuaria na tutela dos interesses dos sócios que desejassem a preservação do ato.[518] Conclui, enfim, que "trata-se simplesmente de observar a natureza

---

[515] SILVA, Ovídio Baptista da. *Sentença e coisa julgada*. 2ª ed., Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 118.

[516] Nota de Ada Pellegrini Grinover à 3ª edição da obra de Liebman já mencionada (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. 3ª ed., Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Notas de Ada Pellegrini Grinover. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 241).

[517] GRINOVER, Ada Pellegrini. "Coisa julgada e terceiros". *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. N. 72. Jul./dez.-2010, p. 6 e ss.

[518] "Adotando-se a tese de que o autor, colegitimado à ação, seria substituto processual dos demais sócios, que se encontram na mesma situação jurídica, o problema ficaria resolvido, uma vez que, na substituição

das coisas e é exatamente à natureza das coisas que devem se adaptar os princípios e até mesmo as garantias constitucionais".[519]

É exatamente a preocupação com a preservação das garantias fundamentais do processo que fez com que outra parte da doutrina nacional buscasse solução diversa. Atentos à própria advertência de Liebman de que a eficácia *erga omnes* da coisa julgada, em casos assim, pudesse estimular o conluio entre as partes,[520] autores brasileiros tentam criar modelos próprios de legitimação que pudessem evitar esse tipo de consequência.

No intuito de ampliar a proteção de terceiros contra eventuais efeitos nocivos de uma sentença havida *inter alios*, muitos juristas focaram em criar instrumentos que convocassem todos esses "terceiros" para intervir no processo ou em qualificar esses sujeitos como genuínos terceiros, que estariam sempre protegidos contra eventuais efeitos da sentença.

Assim, por exemplo, Arruda Alvim defende que os sócios que não intervêm no processo devem ser qualificados como efetivos *terceiros*, inexistindo qualquer relação *unitária* entre eles, a sociedade e os sócios que integraram a relação processual. Em seu entender, os "associados, que não se confundem com a pessoa jurídica, não sofrem efeitos diretos, se não que apenas e tão-somente efeitos reflexos".[521] Para ele, quando muito, esses sócios poderiam intervir no processo na condição de assistentes simples, mas não podem ser tratados como integrantes de alguma relação jurídica unitária, que impusesse a formação do litisconsórcio ou que os subordinasse a efeitos diretos da sentença. Esses

---

processual, a coisa julgada abrange o substituto e os substituídos. Poder-se-ia argumentar que, nesse caso, não haveria comunhão de interesses entre todos os sócios, pois alguns poderiam ter interesse na anulação, e, outros, na validade da assembleia. Contudo, haverá sempre interesses contrapostos no processo e comunhão de interesses de cada grupo de sócios com uma das partes" (ob. cit., p. 7-8).

[519] Ob. loc. cits.

[520] Em defesa da sua tese da extensão dos efeitos da sentença em caso de procedência da ação (embora não da coisa julgada), Liebman ponderava que "acolhendo as conclusões, que, consoante o que se diz, se afiguram mais exatas, evita-se o perigo de conluio da sociedade com um sócio condescendente, que, propiciando a rejeição da sua própria ação, possa precludir toda e qualquer outra impugnação dos outros sócios" (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*, ob. cit., p. 204). O autor reconhece que sua resposta pode ter o inconveniente de expor "a sociedade a uma série interminável de impugnações sucessivas"; todavia, argumenta que isso pode ser resolvido com a criação de prazos curtos de decadência para a propositura dessas ações (ob. loc. cits.).

[521] ARRUDA ALVIM, José Manoel. "A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades de que façam parte". *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins*. Coord. Fredie Didier Jr. e Teresa Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2004, p. 47.

sócios, então, estariam quando muito expostos a *efeitos reflexos* da sentença, efeitos estes que podem ser afastados por qualquer iniciativa destes terceiros.[522]

Também preocupado com a preservação dos interesses dos sócios que não foram autores da ação de impugnação, Egas Moniz de Aragão defende que a situação implica *litisconsórcio unitário*, o que exigiria a formação da relação processual *com todos os sócios*, sejam aqueles favoráveis, sejam aqueles contrários à deliberação impugnada. Por isso, seria imprescindível a convocação de todos os sócios para participarem do processo, sob pena de se verificar a "estranha" consequência de poder haver caso em que "a deliberação será nula ou estará anulada para uns mas não pra outros sócios da mesma sociedade".[523]

Em pesquisa de fôlego, Guilherme Julio Pereira apresenta as várias posições sobre o assunto. Embora se mostre simpático à tese de Barbosa Moreira – até porque embasada em regra de direito positivo – conclui que a solução para o caso exige a análise do direito material. Entende que é, especificamente para as ações de anulação de deliberação social, do direito material que decorrem duas características fundamentais para o exame do problema: a unitariedade do ato jurídico e a identidade das situações jurídicas dos sócios ou acionistas. E, diante dessa situação singular, que remete a uma única situação material concreta, defende que seria impossível dar tratamento diverso aos vários sócios, o que implica concluir que o caso impõe uma ampliação subjetiva da coisa julgada.[524]

---

[522] "Demonstrou-se, portanto, sem desfalecimento, que sócio ou associado não é igual à pessoa jurídica (...) e que os sócios ou associados sofrem efeitos apenas reflexos da decisão e não são litisconsortes necessários, ainda que, segundo alguns, esse litisconsórcio fosse unitário. Em nosso sentir, não se trata de litisconsórcio unitário, justamente porque, nesse, a qualidade dos que são litisconsortes unitários é idêntica, o que não ocorre na espécie. Sendo reflexos os efeitos que atingem o sócio ou associado, tem-se, na verdade, aqui, hipótese de assistência simples e não de litisconsórcio nem mesmo facultativo" (ob. cit., p. 57).

[523] MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*, ob. cit., p. 303. Para perfectibilizar a convocação de todos os sócios – ciente de que isso pode implicar, em certos casos, o chamamento de diversas pessoas – o autor sugere o emprego de distintos métodos, a exemplo, da citação por edital. Não obstante isso pudesse importar situações extremas de difícil solução, na sua ótica, esses obstáculos seriam menores do que aqueles que poderiam surgir da admissão do tratamento separado de cada um dos sócios ou da aceitação de que cada sócio pudesse ajuizar sua própria demanda de forma (ob. cit., p. 304).

[524] "Em suma, é possível defender que no direito brasileiro a coisa julgada na impugnação de deliberações assembleares é *erga omnes*. A explicação material para essa extensão são as especiais naturezas do contrato de sociedade e do direito que fundamenta a anulação, desdobrando-se esse último aspecto em dois subaspectos: *unitariedade do ato jurídico* e a *identidade de situações jurídicas* titularizadas pelos acionistas. A explicação processual, por sua vez, é a *impossibilidade de tratamento diferenciado de uma mesma relação jurídica* e a *impossibilidade de conflitos de julgados*. É isso que nos leva a sustentar que, mesmo que não haja regra que derrogue o art. 472 do CPC, o direito brasileiro prevê, nessa hipótese, a ampliação subjetiva da coisa julgada" (PEREIRA, Guilherme Setoguti J. *Impugnação de deliberações de assembleia das S/A*. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 309). Com relação particularmente à tese de Barbosa Moreira, afirma o autor que "apesar dessa ser uma posição digna de respeito, não só pela autoridade

Eduardo Talamini é outro autor que examina profundamente o assunto. Ponderando as vantagens e desvantagens de cada solução possível, conclui que a melhor alternativa é preservar os terceiros contra qualquer estabilidade decorrente da sentença proferida no processo de que não participaram. Eles não estariam apanhados pela coisa julgada e poderiam, assim, deduzir suas próprias pretensões a despeito do primeiro julgamento. Outrossim, alinhando-se à primeira opinião manifestada por Ada Pellegrini Grinover, conclui que, "à falta de solução melhor, é de reconhecer, de *lege lata*, que no conflito entre duas ou mis sentenças que dêem diferente tratamento ao ato único e indivisível prevalece o pronunciamento mais recente".[525]

Já na vigência do código atual, outros autores têm compartilhado quer uma, quer outra das posições anteriormente expostas.

Em sua conhecida obra sobre os limites subjetivos da coisa julgada e dos efeitos da sentença, José Rogério Cruz e Tucci também se detém sobre o tema. Após inventariar as opiniões mais relevantes do direito italiano e brasileiro, conclui que a solução que mais se harmoniza com as exigências constitucionais nacionais é aquela que limita a coisa julgada às partes do processo.[526] Reconhece, porém, que essa solução é plena de inconvenientes práticos, sobretudo no que se refere à estabilidade das deliberações sociais e à gestão das empresas.[527] E por isso sugere que a solução ideal seria o tratamento coletivo da questão, à semelhança do que ocorre com as *class actions* norte-americanas.

---

de quem a defende mas também porque, realmente talvez fosse mais fácil defender a extensão da coisa julgada com base em uma regra positiva já existente, cremos que os reais fundamentos da coisa julgada *erga omnes* na impugnação de deliberações são aqueles que apontamos: as peculiaridades do direito material (unitariedade do ato jurídico, identidade de situações jurídicas e o vínculo que une sócios e sociedade) e o rechaço do sistema à eternização de conflitos e à contradição entre julgados. São estes elementos que, acreditamos, permitem interpretar o art. 472 do CPC de forma que a coisa julgada, nesta hipótese, seja *erga omnes*" (ob. cit., p. 310).

[525] TALAMINI, Eduardo. "Partes, terceiros e coisa julgada (os limites subjetivos da coisa julgada)". *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins*. Coord. Fredie Didier Jr. e Teresa Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2004, p. 211. O autor ainda pondera que, *de lege ferenda*, a solução que melhor resolveria a questão seria aquela proposta Egas Moniz de Aragão, ou seja, a citação de todos os interessados para que pudessem participar do processo e, assim, para que viessem a se sujeitar à coisa julgada. No entanto, conclui que, no sistema existente, a proposta não encontraria respaldo (*idem, ibidem*).

[526] TUCCI, José Rogério Cruz e. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. 2ª ed., São Paulo: Marcial Pons, 2020, p. 187.

[527] "Realmente, a exigência de não expor os atos societários de deliberação *interna corporis* a lapsos prolongados que permitam a sua respectiva impugnação visa, em última análise, a propiciar o regular desenvolvimento da atividade empresarial. É que, em prazo mais exíguo, pela inexorável delonga da tramitação do processo, a chance da indesejável ocorrência de sucessivas demandas é bem menor. Mesmo assim, esta 'proteção adicional aos interessados' não obsta a que um sócio possa ajuizar uma ação pretendendo a declaração da validade de deliberação anulada por sentença judicial. É que para esse

Outrossim, por exemplo, Elie Pierre Eid se alinha à opinião de Talamini e conclui que a solução que causa menos inconvenientes é aquela preconizada por Liebman. Assim, embora todos os sócios possam subordinar-se aos efeitos da sentença, apenas aqueles sujeitos que participaram da relação processual estariam apanhados pela coisa julgada. Como reconhece o autor, embora essa resposta não seja capaz de impedir que sócios – que fossem favoráveis à deliberação social eventualmente anulada – possam rediscutir essa questão em processos autônomos subsequentes, ao menos ela é capaz de, pela lógica da ausência do interesse processual, inviabilizar novas demandas idênticas àquela que fora julgada procedente.[528]

Lia Batista Cintra[529] reconhece a dificuldade de qualquer das soluções antes aventadas para a situação presente. Admite a utilidade da convocação de todos os sócios (favoráveis e desfavoráveis à deliberação objeto da ação) para participarem do processo, na forma proposta por Egas Moniz de Aragão, mas vê entraves de ordem legal a essa imposição. Acaba por sugerir que a questão seja resolvida ou pelo emprego da reconvenção (em que o réu inclua outros colegitimados para estender-lhes a coisa julgada),[530] ou pela conversão da ação individual em coletiva (tal como proposto, originalmente, pelo projeto de CPC)[531]. Menciona também a existência, no projeto de CPC, de um dispositivo que poderia contribuir para a solução da questão, segundo o qual, em casos de litisconsórcio unitário, seria possível ao juiz convocar os coletigimados a

---

legitimado, que não está adstrito à coisa julgada da precedente demanda, o prazo inicia-se a partir do trânsito em julgado da decisão naquela proferida" (ob. cit., p. 188).

[528] "Na doutrina nacional, a construção feita por LIEBMAN conquistou adeptos que prefeririam a ela se filiar justamente por compartilharem das mesmas premissas no tocante aos limites subjetivos da coisa julgada. A solução que recai sobre o interesse de agir, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, parece atender de forma menos gravosa às garantias dos jurisdicionados. Os problemas apontados pela insuficiência das teses em solucionar inconvenientes dela derivados não impedem que, ponderando-se todas as soluções até agora encontradas pela doutrina, seja visualizado na proposta de LIEBMAN meio de conformação do litisconsórcio facultativo unitário" (EID, Elie Pierre. *Litisconsórcio unitário*. São Paulo: RT, 2016, p. 240).

[529] CINTRA, Lia Carolina Batista. *Intervenção de terceiro por ordem do juiz*. São Paulo: RT, 2017, p. 194 e ss.

[530] "O novo Código de Processo Civil permite que o réu, mediante uso da reconvenção subjetivamente ampliativa, apresente demanda contra o autor e terceiros em litisconsórcio. A partir do momento que a apresentação de defesa não é suficiente para que o autor obtenha tutela jurisdicional, não está descartada a possibilidade de ele ajuizar demanda declaratória, pela via reconvencional, contra o autor e os demais envolvidos na situação jurídica de direito material, o que pode ser uma solução para a possibilidade de ele se tornar refém de demandas sucessivas. O restrito objeto da ação declaratória pode, contudo, causar dificuldades na prática" (CINTRA, Lia Carolina Batista. Ob. cit, p. 202).

[531] Idem, ibidem, p. 203.

integrarem o processo. Todavia, porque a previsão não foi aprovada, subsistiria no ordenamento brasileiro lacuna para a solução adequada do problema.[532]

Heitor Sica também defende que a questão deveria ser resolvida pela via coletiva. Todavia, reconhecendo que esse caminho apresenta restrições incontornáveis, aponta a necessidade do tratamento individual, sugerindo que a melhor solução seria a citação obrigatória de todos os interessados a participarem do processo, seja por imposição judicial ou por meio de negócios processuais (que poderiam até mesmo designar representantes para cada um dos grupos formados). No entanto, reconhece que, ausente a formação do litisconsórcio unitário facultativo no caso em exame, "será inevitável lhe ressalvar a aplicação da coisa julgada sobre sentença desfavorável. O encurtamento dos prazos de prescrição e decadência poderia amenizar (ou eventualmente até eliminar) o risco de seguidas demandas movidas por diferentes colegitimados".[533]

4.3. Coletivizando as tutelas individuais

Os inconvenientes das soluções imaginadas à luz da legislação individual fizeram, como se viu, que vários autores sugerissem a adoção, para esse tipo de caso, de respostas tipicamente ligadas à tutela coletiva.

Barbosa Moreira, por exemplo, no parecer que abre este capítulo, assenta suas conclusões no regime da ação popular. Muitos outros dos autores mencionados também sublinham que a solução coletiva seria de grande utilidade aqui, especialmente para compatibilizar os interesses dos terceiros com a necessidade de uma solução única para esse tipo de problema.

Também cheguei a sugerir esse mesmo tipo de resposta para o presente caso, entendendo que ela oferece a solução com menores riscos ao sistema como um todo, às empresas e às garantias processuais dos sócios e de terceiros.[534]

---

[532] Ob. loc. cits.

[533] SICA, Heitor Vitor Mendonça. "Três velhos problemas do processo litisconsorcial à luz do CPC/2015". *Revista de processo*. Vol. 256. São Paulo: RT, 2016, p. 56.

[534] ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2014, p. 212 e ss.; MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. "Extensão subjetiva da sentença e da coisa julgada em ações societárias". *O CPC de 2015 visto pelo STJ*. São Paulo: RT, 2021, *passim*.

De fato, a situação em apreço traduz aquilo que Kazuo Watanabe chama de demandas individuais com alcance coletivo ou ainda de demandas *pseudoindividuais*.[535] Trata-se de situações que, embora venham admitindo legitimação individual, pela natureza incindível da relação jurídica material, envolvem na verdade demandas de alcance coletivo. O autor oferece, aliás, como primeiro exemplo dessa situação, exatamente o caso da anulação de deliberação assemblear. Pondera que aqui não há questão de interesse específico de um ou algum acionista, mas "ação de alcance coletivo, mesmo que proposta por apenas um ou alguns dos acionistas, e a respectiva sentença, sendo acolhedora da demanda, beneficiará necessariamente a totalidade dos acionistas".[536]

Na compreensão de Watanabe, esse tipo de pretensão, embora venha admitindo tutela por legitimação individual, deveria ser alocada no plano da proteção coletiva, sob o regime próprio desse ambiente. Não se deveria – exatamente pela amplitude global que esse tipo de demanda exige – autorizar que indivíduos pudessem tratar, como se a questão dissesse respeito a seus exclusivos interesses, desses problemas globais, na medida em que o sistema individual não responde de forma adequada a essas causas.[537]

Por ora, o que importa salientar é o desconforto da doutrina em tratar do problema mencionado sob as luzes do processo individual clássico. A aplicação dos institutos processuais tradicionais – em particular a legitimidade, os efeitos da sentença e a coisa julgada – acaba sempre por impor soluções que implicam ou o risco de inúmeras ações sucessivas (com conteúdos distintos) em relação à mesma empresa, ou o risco de sonegar ao indivíduo (que não participou da primeira demanda) o acesso ao Poder Judiciário para deduzir sua pretensão sobre o assunto. Some-se a isso, ainda, o risco de que algumas dessas posições possam favorecer conluios entre as partes, com o propósito específico de

---

[535] WATANABE, Kazuo. "Relação entre demanda coletiva e demandas individuais". *Direito processual coletivo e o anteprojeto de código brasileiro de processos coletivos*. Coord. Ada Pellegrini Grinover, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Kazuo Watanabe. São Paulo: RT, 2007, *passim*.

[536] Ob. cit., p. 156.

[537] "As *ações individuais*, acaso fossem admissíveis, e não o são, devem ser decididas de modo global, atingindo todos os usuários, em razão da natureza incindível da relação jurídica substancial. Todas elas, na verdade, buscam a tutela de posições individuais que 'se inserem homogeneamente na situação global' (na expressão de Barbosa Moreira, v. citação supra), de modo que a decisão deve ser do mesmo teor para todos que se encontrem na mesma situação jurídico-substancial, o que significa que uma só demanda seria suficiente para a proteção da totalidade de usuários. Essas ações individuais são *similares às ações individuais movidas por um ou alguns acionistas para a anulação de deliberação assemblear ou à ação individual movida por uma vítima contra a poluição ambiental praticada por uma indústria*" (ob. cit., p. 160).

inviabilizar novas demandas ou, ao menos, de impor certas soluções para possíveis outras ações ajuizadas.

Tudo isso revela que a lógica tradicional não é capaz de dar solução satisfatória ao problema examinado. A constatação é uníssona mesmo entre os autores mencionados que oferecem soluções para a questão. A despeito das respostas várias que possam ser oferecidas, todos reconhecem que qualquer uma esbarra em inconvenientes e que suas respostas acabam sendo a opção pela explicação "menos ruim" para essa dificuldade.

Por fim, importa ainda sublinhar que, embora o problema tenha sido examinado sob o prisma de um específico tipo de controvérsia (a impugnação de deliberação assemblear) a situação incômoda permeia qualquer outra controvérsia semelhante. É o caso, por exemplo, da situação enfrentada pelo parecer de Barbosa Moreira (a discussão sobre a nulidade de patente), de ações que impugnam editais de licitação ou questões em concursos públicos ou quaisquer outras demandas em que o objeto da pretensão de nulidade ou de anulação (ou outra semelhante) envolva ato ou situação jurídica uma e indivisível, com consequências e efeitos para pluralidade de sujeitos legitimados à sua impugnação.

PARTE III

TRAÇANDO NOVOS HORIZONTES

1. Um novo olhar sobre a postulação no processo

1.1. O fornecimento de medicamentos e o Superior Tribunal de Justiça

Em maio de 2019, o Superior Tribunal de Justiça julgou Agravo Interno em Recurso Especial, no qual se discutia se, formulado pedido específico de fornecimento de medicação, poderia o Judiciário conceder tutela que deferisse o pleito inicial para o tratamento da doença indicada, ainda que o medicamento pudesse ter sua *dosagem* alterada no curso do tratamento ou mesmo que houvesse a necessidade de *alteração do próprio medicamento*.[538]

O caso envolvia o fornecimento do medicamento Allurene (Dienogeste 2mg) para o tratamento de paciente representada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ao julgar procedente a demanda, a sentença determinou que "os Réus forneçam à Elaine Aparecida Alves o medicamento Allurene (Dienogeste 2mg), de que necessita e conforme o receituário médico, durante o tempo prescrito pelo médico, inclusive com alteração de dosagem ou do medicamento, sob pena de multa diária".

Por força da remessa necessária – ainda que houvesse apelações voluntárias dos réus –, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais reformou em parte a sentença, por entender que ela havia se afastado do pedido e criado determinação genérica.

O Ministério Público, então, ofereceu recurso especial, em que invocava a violação ao art. 95, do CDC, e ao art. 7º, incs. I e II, da Lei 8.080/90.

Ao examinar o recurso, o Superior Tribunal de Justiça ponderou que "considerando o bem jurídico pleiteado na presente demanda, – garantia do direito

[538] STJ, 1ª Turma. AgInt no REsp 1.706.278/MG. Rel. Min. Gurgel de Faria. DJe 24.05.19. Eis a ementa do acórdão: "ADMINISTRATIVO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE FÁRMACO. ACRÉSCIMO OU SUBSTITUIÇÃO. POSSIBILIDADE. ADEQUAÇÃO DA SENTENÇA AOS LIMITES DA LIDE. PRECEDENTES 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que não se mostra razoável compelir a parte autora a ajuizar uma nova ação a cada mudança de prescrição médica, por se tratar de mera adequação do tratamento, sendo possível a substituição ou complemento do fármaco inicialmente pleiteado, mesmo após a citação do réu ou prolação da sentença. 2. Hipótese em que, considerando o bem jurídico pleiteado na presente demanda, - garantia do direito constitucional à saúde (art. 196 da CF/88) -, bem como os princípios da celeridade processual e instrumentalidade das formas, não há que se falar em julgamento extra petita quando "quando a tutela jurídica é consequência da interpretação lógico-sistemática da causa de pedir e do pedido" (AgInt nos EREsp 1208207/RN, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe 24/5/2017). 3. Agravo interno a que se nega provimento."

constitucional à saúde (art. 196 da CF/88) –, bem como os princípios da celeridade processual e instrumentalidade das formas, não há que se falar em julgamento extra petita quando 'quando a tutela jurídica é consequência da interpretação lógico-sistemática da causa de pedir e do pedido' (AgInt nos EREsp 1208207/RN, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe 24/5/2017). Nesse sentido: AgRg no AREsp 322.510/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe de 25/06/2013)."

Diante disso, afirmou que o objetivo da demanda é o "tratamento médico necessário para cessar a enfermidade da qual o paciente está acometido". E, por isso, não seria razoável impor à parte o ajuizamento de nova demanda a cada alteração da prescrição médica, na medida em que essa nova prescrição significaria "mera adequação do tratamento".

Com esses fundamentos, concluiu a Corte que a alteração, no curso do tratamento, do medicamento que havia sido inicialmente postulado não implica qualquer violação ao princípio da congruência, nem gera vício *extra petita* que possa nulificar a decisão judicial.

O entendimento, de fato, é consolidado no Superior Tribunal de Justiça, que vem reafirmando essa possibilidade em diversos de seus acórdãos.[539]

A solução, porém, não se resume ao campo do fornecimento de medicamentos. Compreensão semelhante é corrente no campo previdenciário, em que comumente se admite a fungibilidade (ou flexibilidade) entre os benefícios previdenciários, de sorte que, ainda que postulado um, seja possível o deferimento de outro se, no curso do processo, é

[539] Assim, por exemplo, ao examinar o REsp 1.062.960/RS, disse a Corte que "é comum durante um tratamento médico que haja alteração dos fármacos, o que não resulta, com isso, qualquer ofensa ao art. 264 do CPC, pois a ação em comento encontra-se fulcrada no art. 196 da CF/88, o qual garante o direito à saúde à população. Resta claro, portanto, que a simples alteração nos medicamentos postulados na inicial não se configura como modificação do pedido, o qual é o próprio tratamento médico" (STJ, 1ª Turma. REsp 1.062.960/RS. Rel. Min. Francisco Falcão. DJe 29.10.08). Apenas para seguir com os exemplos, v., STJ, 1ª Turma. AgInt no REsp 1.801.069/RS. Rel. Min. Sérgio Kukina. DJe 16.08.19; STJ, 1ª Turma. AgRg no REsp 955.388/RJ. Rel. Min. Benedito Gonçalves. DJe 24.05.12; STJ, 2ª Turma. AgRg no AgRg no AREsp 673.759/RJ. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 19.05.16.

verificado o preenchimento dos respectivos pressupostos.[540]-[541] Admitiu, nesse campo, até mesmo a concessão *ex officio* de acréscimo em benefício que não havia sido solicitado pela parte, concluindo que ele poderia ser considerado como pedido implícito, diante da exposição da situação fática necessária à sua outorga.[542] Em outros momentos, o tribunal considerou que não há julgamento *extra petita* quando se decide questões que são "reflexos" do pedido inicial.[543]

Será que isso significa que estamos assistindo a uma alteração na força do princípio da correspondência?

---

[540] Assim, por exemplo, já considerou o Superior Tribunal de Justiça como viável a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição quando requerida a aposentadoria especial, porque preenchidos os requisitos correspondentes (STJ, 2ª Turma. REsp 2.016.777/SP. Rel. Min. Assusete Magalhães. DJe 28.03.23) ou o deferimento de pensão por morte (mediante o recolhimento *post mortem* das contribuições devidas pelo falecido) quando requerida a sua aposentadoria especial (STJ, 6ª Turma. AgRg no REsp 1.105.295/PR. Rel. Min. Assusete Magalhães. DJe 29.11.12). Aliás, esse entendimento, na compreensão da Corte, deve ser aplicado até mesmo depois da coisa julgada, ou seja, "comprovados os requisitos para a pensão especial e sobrevindo o óbito da parte autora no curso do processo, mesmo que ocorra na fase de execução, é possível a conversão desse benefício em pensão por morte" (STJ, 1ª Turma. AgInt no REsp 1.984.820/SP. Min. Benedito Gonçalves. DJe 29.06.22).

[541] José Rogério Cruz e Tucci oferece outra abordagem para questões como essa. Segundo ele, é possível aplicar-se a esses casos a hipótese do "fato constante", ou seja, pela preservação "de um único fato gerador da pretensão deduzida pelo autor", ainda que possam variar os fatos secundários descritos (TUCCI, José Rogério Cruz e. *A* causa petendi *no processo civil.* São Paulo: RT, 1993, p. 160). Segundo essa ótica, seria sempre possível enxergar nesses casos um fato abstrato constante, que não varia embora variem os fatos secundários que colorem a descrição da causa de pedir. Assim, por exemplo, não importa qual seja o agente nocivo alegado para a obtenção do adicional de insalubridade; todos seriam igualmente qualificados como "agente nocivo" e, portanto, em todos a causa de pedir seria a mesma (ob. cit., p. 162). Identicamente, seria indiferente para a qualificação da causa de pedir a descrição pormenorizada da causa de incapacidade para o trabalho, podendo todas elas reduzir-se ao mesmo elemento ("incapacidade") e, assim, à mesma *causa petendi* (ob. cit., p. 161-162). Segundo o autor, "nessas duas derradeiras situações, na verdade, não se vislumbra qualquer mudança do elemento constitutivo e da respectiva lesão ao direito deduzido (*causa petendi remota*), mas, sim, de fatos indiferentes à qualificação da demanda. Tanto a incapacidade para o trabalho como a insalubridade, somadas ao nexo de causalidade, constituirão, respectivamente, o *fato constante* em ambas as hipóteses (ob. cit., p. 162).

[542] É o que ocorreu com a concessão do acréscimo de 25%, devido à pessoa que precise de auxílio constante de terceiros, nos termos do art. 45, da Lei 8.213/91. No caso, esse incremento não havia sido requerido, porém, o tribunal, entendendo que havia a descrição suficiente do quadro fático que ensejava a aplicação dessa regra previdenciária, concluiu que não era *extra* ou *ultra petita* a sentença que deferiu esse acréscimo (STJ, 2ª Turma. AREsp 1.578.201/SP. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 19.12.19).

[543] STJ, 2ª Turma. AgRg noAREsp 322.510/BA. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 25.06.13. O caso envolvia ação condenatória movida por servidor público contra município, buscando o pagamento de verbas salariais. Ao julgar procedente a demanda, o tribunal local havia – sem que houvesse pedido expresso sobre isso – determinado que o percentual de terço de férias deveria incidir sobre o salário e outras verbas integrantes da remuneração geral, bem como estabelecido o período aquisitivo desse valor. No entender do Superior Tribunal de Justiça, "não ocorre julgamento *ultra petita* se o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial", sobretudo porque "o pleito judicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento do pedido extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento *extra petita*".

1.2. O que se nota até aqui

Nos capítulos precedentes examinei situações pontuais em que a aplicação tradicional da dogmática clássica gera soluções e respostas incômodas, ilógicas e muitas vezes prejudiciais até mesmo à eficácia da atividade jurisdicional e às relações jurídicas que orbitam o processo judicial.

Soa, de fato, incompreensível que uma sentença que reconheça um documento como falso (ou mesmo como autêntico) só o faça em relação às partes do processo, restando o problema absolutamente aberto para todos os demais sujeitos. Também parece estranho que, ciente o órgão jurisdicional da ocorrência de um ilícito ou de um fato que pode prejudicar toda a coletividade, esteja ele cingido a julgar apenas o pedido da parte autora, nos limites expressos na petição inicial, devendo desprezar a realidade que lhe foi apresentada e a atuação do Direito que deveria governar sua atividade. Do mesmo modo, a dificuldade em aceitar a expansão de efeitos para terceiros em ações que tratem da nulidade, anulação ou, de modo geral, a eliminação de certo ato do mundo jurídico demonstra que há algo de insuficiente na construção teórica empregada pelo sistema brasileiro.

Embora desconfortáveis, as soluções comumente dadas a esses problemas precisam sempre lidar com a tradicional concepção do princípio da congruência e com as raízes liberais individualistas que constituem o amálgama dos institutos processuais conhecidos. Mesmo quando as respostas finalmente oferecidas se afastam dessas premissas, elas deixam um sabor de equívoco, de inadequação ou de impotência, o que revela a insuficiência da teoria tradicional para explicar esses fenômenos ou para responder a essas realidades.

Se isso acontece, evidentemente, não se pode colocar a culpa na realidade, já que, como é evidente, *não é ela que deve se adaptar à teoria do processo civil*. São as ideias que norteiam o processo civil que precisam adequar-se ou se modernizar, para atender a essa realidade.

É hora, então, de repensar essas ideias.

1.3. Abandonando as premissas individualistas do processo em busca de novos horizontes

Já foram vistas as bases individuais e liberais que moldaram o processo civil. Apenas para recordar, Ovídio Baptista da Silva há tempos evidencia os compromissos que a doutrina processual mantém com os ideais liberais e individualistas da Revolução Francesa e, sobretudo, com uma lógica falsa da "neutralidade" do juiz e da própria jurisdição.[544]

Se essa ideologia moldou o pensamento processual moderno, é natural que soe estranho que o juiz possa agir para além ou fora daquilo que foi estritamente requerido pela parte. Todavia, como observou corretamente Ovídio Baptista da Silva, não existe essa imaginada neutralidade e tudo aquilo que a jurisdição dá a uma das partes é retirada da outra[545] ou, acrescentaria eu, é retirada de toda a sociedade.

Ainda que alguns institutos tenham sofrido alguma alteração ao longo do tempo, para harmonizar-se aos fins públicos da atividade jurisdicional, parece que há ainda alguns outros elementos que permanecem como dogmas intocáveis da liberdade e do individualismo. Dentre esses, não há dúvida de que o mais importante é a ação e, consequentemente, a sua força como limite à atuação jurisdicional.

Como ponderava Calamandrei, no sistema italiano e, mais ou menos, nos demais sistemas modernos, a ação é "en lo civil y en lo penal, un límite y una condición de la jurisdicción".[546] E, na profunda observação de Tarello, atribuir à parte o impulso inicial do processo e a determinação do espaço em que a jurisdição pode atuar é característica fundamental do processo moderno, de índole liberal e individual.[547]

---

[544] "A doutrina contemporânea ainda se mantém prisioneira, mesmo quando não tenha disso uma consciência muito clara, das ideias e princípios que nortearam a Revolução Francesa e a doutrina dos Enciclopedistas, marcadamente a concepção da função jurisdicional defendida por Montesquieu, para quem o juiz não passava de um 'ser inanimado' – um 'poder nulo' – cuja missão resumia-se exclusivamente em reproduzir as palavras da lei. É a ideologia da 'neutralidade do juiz' que emoldura e dá sentido aos institutos fundamentais do nosso ordenamento processual. Ideia esta não só ingênua, mas rigorosamente falsa. Não há neutralidade possível em ciência processual. Como já o dissera o insuspeito Max Weber, 'não há qualquer análise puramente objetiva da vida cultural'; ou dos fenômenos sociais, 'que seja *independente* de determinadas perspectivas especiais e parciais'. Se isso é verdade para quem, como cientista social, debruce-se sobre o objeto da investigação, no interior de seu gabinete de trabalho, que dizer dos magistrados, solicitados e envolvidos pelo conflito judiciário, a quem se pede, e mais do que se pede, exige-se uma franca e aberta opção valorativa a respeito da conduta dos atores da cena processual?" (SILVA, Ovídio Baptista da. "Processo de conhecimento e procedimentos especiais", ob. cit., p. 103).

[545] Ob. loc. cits.

[546] CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción", ob. cit., p. 141.

[547] "Il processo napoleonico-liberale si fonda sul principio della domanda, inteso nel senso più rigoroso; non accorda al giudice alcun potere di spontaneità; si fonda inoltre sul principio della allegazione; le parti non ottengono alcuna collaborazione dalla parte del giudice nel fissare le prove; il giudice decide in ordine alla ammissibilità e alla pertinenza dei capitoli di prova" (TARELLO, Giovanni. "Il problema della riforma

Mas será ainda possível preservar essa sagrada ideia da intangibilidade da liberdade individual, tal como expressa na visão geral da ação?

É interessante observar que o mesmo Calamandrei – após lamentar o afastamento da ideia de ação do direito material – sublinha que há, de fato, casos em que a ação se torna uma "mera ação", na medida em que a jurisdição se exercerá para a aplicação do direito objetivo. Trata-se dos casos de jurisdição administrativa, em que o cidadão, titular da ação, impugna ato administrativo ilícito que, de forma indireta, atinge também interesse individual.[548]

Além disso, como conclui o mesmo autor, as várias concepções de ação encontram sua justificativa e correspondência nas mudanças da realidade histórica que nos circunda.[549] E os tempos mais recentes vêm, segundo ele, conduzindo a uma redução da importância do papel e do valor da parte em favor do Estado e do interesse público, o que reflete também nas estruturas processuais.[550]

É inegável que a contemporaneidade vê uma alteração radical do papel do Estado e, em consequência, da própria jurisdição. Esses influxos públicos, que impactam decididamente a atividade jurisdicional sem dúvida exigem também repensar a amplitude da liberdade individual, tal como expressa na dinâmica da ação e na consequente força do princípio da correlação.

1.4. A jurisdição e sua aproximação da função administrativa

processuale in Italia nel primo quarto del secolo. Per uno studio della genesi dottrinale e ideologica del vigente codice italiano di procedura civile", ob. cit., p. 16).

[548] CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción", ob. cit., p. 153-154. E, desenvolvendo ainda mais seu argumento, conclui o autor que em última análise, a evolução das coisas levou ao reconhecimento de que "la acción se ha reducido actualmente a un poder público dirigida unicamente a la actuación del derecho objetivo", até se alinhar à lógica da ação penal (idem, ibidem, p. 155).

[549] CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción", ob. cit., p. 159.

[550] "Progresivo debilitamiento del derecho subjetivo hasta reducirse a un interés ocasionalmente protegido; ampliación del derecho administrativo a expensas del derecho civil; absorción del proceso civil en la jurisdicción voluntaria o en la justicia administrativa; aumento de los poderes discrecionales del juez; desdibujamiento de los límites no sólo entre derecho privado y derecho público, sino también entre derecho sustancial y derecho procesal; descrédito creciente no sólo de las codificaciones, sino de la misma ley, entendida como norma general y abstracta preexistente al juicio; aspiración cada vez más viva al derecho caso por caso; todos éstos son los aspectos de una crisis que el procesalista sigue con ansiedad en su espejo, en el cual se refleja, traducida en fórmulas tóricas, la vasta agitación del mundo" (ob. cit., p. 159-160).

Um dos conceitos mais misteriosos e difíceis com que o processo civil trabalha é, sem dúvida, o de "jurisdição".[551]

As primeiras tentativas de definir essa função do estado na modernidade ou a viam como atividade tendente à atuação do direito, ou como função responsável pela solução das controvérsias. De certo modo, ambas as ideias convergiam para buscar uma finalidade pública para a jurisdição, ainda que por caminhos diferentes. As duas, no entanto, acabaram evidenciando suas insuficiências para esclarecer o conceito de jurisdição atual.

E assim ocorre porque também esse conceito é mutável e deve responder à realidade específica de um momento e de uma ideologia que conformam a própria noção e também a função atribuídas ao Estado. Se o Estado hoje não é mais o estado liberal de antes, então a jurisdição de hoje não pode mais ser a jurisdição pensada para aquele modelo de Estado.

Assim, embora as concepções clássicas sobre a jurisdição mantenham seu valor e sua importância – não apenas histórica, mas também como contributo para compreender para onde ir – é fundamental notar que elas revelam, na atualidade, visão parcial e talvez insuficiente para explicar a função do Estado e por conseguinte a função jurisdicional.

Carnelutti é conhecido por centrar sua teoria no conceito de lide e na finalidade do processo como atividade desenvolvida para a composição justa do litígio.[552] Por esse elemento, que foca o espaço privado do conflito e, assim, o interesse das partes, ele tem sido injustamente alocado como alguém que subordina a jurisdição ao interesse privado. Não é verdade. Mesmo que, ao menos em um primeiro momento,[553] apresente essa finalidade para a jurisdição, ele sempre sublinhou a necessidade de ver na atividade processual algo além do interesse das partes. Para ele, o processo não se desenvolve no interesse das partes, mas sim *mediante o interesse das partes*, para a realização do verdadeiro fim do processo, que é o objetivo público da composição dos conflitos, dando

---

[551] Por uma profunda análise desse conceito ao longo do tempo, v. MARINONI, Luiz Guilherme. "A jurisdição no estado contemporâneo". *Estudos de direito processual civil – homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão.* São Paulo: RT, 2005, *passim*.

[552] CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: UTEHA, 1944, vol. I, p. 287.

[553] Na evolução da obra de Carnelutti vê-se que ele acaba por concordar que o cumprimento da lei é a grande finalidade do processo. Mesmo insistindo na composição da lide, diz ele que "*composizione della lite*, come fine del processo contenzioso, e *prevenzione della disobbedienza*, come fine del processo volontario, confluiscono dunque nel concetto di *adempimento della legge*, come fine del processo in tutte le sue forme" (CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo,* ob. cit., p. 67).

razão a quem a tem.[554] Em síntese, pode-se dizer que o objetivo final do processo para ele é a obtenção da "paz com justiça".[555]

Esclarecida essa finalidade pública, importa a Carnelutti separar a função jurisdicional da função administrativa e da atividade legislativa do Estado. A diferença entre a jurisdição e a legislação estaria em que esta almejaria apenas a paz.[556]

Já a diferença entre a atividade jurisdicional e a atividade administrativa, na sua teoria, está no tipo de interesse público atendido por cada uma dessas funções. Enquanto a atividade administrativa atende a vários interesses públicos, a função jurisdicional está sempre ligada ao atendimento de um específico interesse público: a composição dos conflitos.[557] Em seu entender, tanto a função administrativa como a função jurisdicional aplicam o direito e realizam julgamentos. No entanto, a administração pública julga para o desenvolvimento de um interesse em conflito, enquanto a jurisdição julga para a composição do conflito.[558]

Em obra posterior, já apoiado em alguns elementos do direito público que ensaiava seus primeiros passos, Carnelutti volta ao tema, para afirmar que a diferença essencial entre o método legislativo, o administrativo e o judiciário é que o primeiro cria o direito de maneira *estranha às partes*, enquanto a jurisdição o atua de forma *super partes* e a administração realiza o direito *como uma das partes*. A seu ver, a legislação atua sem a necessidade da colaboração das partes ou interessados; se essa colaboração existe, ela é apenas mediata, na medida em que o povo elege seus representantes que são os responsáveis pela criação da lei.[559] Já atividade jurisdicional é caracterizada pela condição particular da atuação jurisdicional, em que o magistrado se coloca acima das partes na determinação do direito. E, finalmente, quanto à administração, entende o autor que ela atua "como uma das partes" das relações jurídicas, de modo que a produção do direito se dá por meio de um comando dirigido por uma das partes à outra.[560]

---

[554] "La finalidad de las partes es *tener razón*; la finalidad del proceso *es dar razón a quien la tenga*. En las dos fórmulas, voluntariamente sencillas, está la antítesis entre el interés interno y el interés externo: *que se dé la razón a quien la tenga*, no es un interés *de las partes*, sino un interés *de la sociedad entera*. Por tanto, no es el proceso quien sirve a las partes, sino las partes al proceso" (CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*, ob. cit., vol. 1, p. 255).

[555] Idem, ibidem, p. 287.

[556] Idem, ibidem, p. 287-288.

[557] CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*, ob. cit., vol. 1, p. 257.

[558] Idem, ibidem, p. 258.

[559] CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*, ob. cit., p. 26.

[560] "Il *proprium* dell'amministrazione giuridica è dunque la produzione del diritto *inter partes*, ad opera delle sole parti, mediante il comando di una parte all'altra" (Idem, ibidem, p. 30).

Embora por outro caminho, Chiovenda chega a resultados semelhantes. Concentra ele a sua análise na ideia da soberania do Estado, poder esse que se infiltra nas suas três funções essenciais: legislativa, executiva e jurisdicional.[561] E, para ele, a nota que distingue a atividade jurisdicional das demais é o *caráter substitutivo* de uma atividade pública em relação a uma atividade alheia,[562] seja na afirmação de uma vontade da lei, seja na concretização efetiva dessa vontade. Por outras palavras, a função administrativa, embora também atue a lei (ou, mais amplamente, o Direito), cumpre essa finalidade por conta própria, nos limites da lei; a jurisdição, ao revés, é atividade secundária, atuando *no lugar* de outra pessoa.[563]

Em virtude disso, ele conceitua a jurisdição como sendo "a atuação da lei mediante a substituição da atividade de órgãos públicos à atividade alheia, seja afirmando a existência de uma vontade de lei, seja a colocando posteriormente em prática".[564]

Outras tantas opiniões poderiam desfilar aqui, mas não é esse o propósito desta breve exposição. O que se espera demonstrar é que ambas as concepções – e tantas outras próprias dessa época – respondiam a um determinado momento histórico e a uma específica necessidade de autonomia da atuação jurisdicional. De fato, o que se observa dessas teorias era uma tentativa de isolar a função jurisdicional de qualquer outra atividade pública, dando-lhe finalidade própria e requisitos diferentes daqueles almejados pelas outras funções.

Elas respondem, de todo modo, às necessidades da época e em especial à preocupação de dar à atividade jurisdicional autonomia frente às outras funções. No entanto, dificilmente elas se prestam para descrever a jurisdição na atualidade.[565] É, aliás, estranho que, embora pareça evidente que essas teorias foram concebidas para outro

---

[561] CHIOVENDA, Giuseppe. *Princípios de derecho procesal civil*. Trad. José Casais y Santalo. Madrid: Réus, 1922, tomo I, p. 339-340.

[562] Idem, ibidem, p. 344-346.

[563] "Así puede entenderse la diferente función que tiene el juicio lógico respecto de las dos actividades. También la administración juzga porque no se obra sino basándose en un juicio, pero juzga sobre la actividad propia, mientras que la jurisdicción juzga de la actividad ajena y *de una voluntad de ley concerniente a otros*" (idem, ibidem, p. 346).

[564] "...la jurisdicción consiste en la actuación de la ley mediante la sustitución de la actividad de órganos públicos a la actividad ajena, ya sea afirmando la existencia de una voluntad de ley, ya poniéndola posteriormente en práctica" (idem, ibidem, p. 349).

[565] "Portanto, nenhuma dessas teorias responde aos valores do Estado constitucional. Não só porque ambas são escravas do princípio da supremacia da lei, mas também porque as duas negam lugar à 'compreensão' do caso concreto no raciocínio decisório, isto é, no raciocínio que leva à prestação da tutela jurisdicional" (MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil*. 8ª ed., São Paulo: RT, 2023, vol. 1, p. 117).

momento político, histórico e social, ainda continuem impactando fortemente a doutrina atual.

Apesar disso, é claro que elas não devem mais ser enxergadas como a "verdadeira" ou a "mais adequada" explicação sobre a função jurisdicional. Visões muito mais recentes merecem ser analisadas para a explicação dessa função,[566] ainda que se possa até mesmo questionar a importância e a utilidade em fazer alguma segregação nessas funções do Estado.[567] Em verdade, as fronteiras entre a atividade legislativa, a administrativa e a jurisdicional caminham para uma progressiva erosão, talvez para um futuro em que elas deixem de existir. Para este trabalho, importa salientar a aproximação entre essas todas atividades.

Mais do que isso, e também para os fins desta pesquisa, importa enxergar que os objetivos perseguidos pela função jurisdicional *não podem afastar-se* daqueles buscados por todo o Estado.[568] Além disso, importa enxergar que uma nota essencial da atividade jurisdicional não está tanto na sua relação com a atuação do Direito – já que essa atuação, particularmente daqueles expressos na Constituição, é também objetivo que pode e deve

---

[566] Porque não é este o objetivo deste trabalho, remete-se o leitor às observações críticas feitas por Luiz Guilherme Marinoni e depois ampliadas por Daniel Mitidiero e por mim, na obra acima indicada (*Curso de processo civil*, ob. cit., vol. 1, p. 115-191). Para outras análises, também enfatizando a realidade do Estado brasileiro, v. tb., GONÇALVES, Marcelo Barbi. *Teoria geral da jurisdição*. Salvador: JusPodivm, 2020, *passim*; SOUZA, André Peixoto de (org.). *Estado, poder e jurisdição*. Rio de Janeiro: GZ, 2015, *passim*.

[567] Nessa linha, Bruce Ackerman, embora reconhecendo a importância da teoria da separação dos Poderes, tal como pensada por Montesquieu, para a época, sublinha que é necessário ultrapassar esse esquema (ACKERMAN, Bruce. "Good-bye, Montesquieu". *Comparative administrative law*. Ed. Susan Rose-Ackerman e Peter L. Lindseth. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. 2010, *passim*). Segundo ele, "A 'new separation of powers' is emerging in the twenty-first century. To grasp its distinctive features will require us to develop a conceptual framework containing five or six boxes – or maybe more. And so we must say a fond farewell to Montesquieu, and create a new foundation for comparative administrative law that is equal to the challenges of modern government" (ob. cit., p. 129). Por uma crítica a essa visão, v., CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Direito, poder, justiça e processo – julgando os que nos julgam*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 89 e ss.

[568] Conforme aponta Fiss, há tempos, a estrutura do Estado é dada pela Constituição, que também identifica os valores fundamentais que devem informar e limitar essa estrutura (FISS, Owen. "The forms of justice". *Harvard law review*. Vol. 93, 1978, p. 1). Porém, como esses valores são ambíguos e, por vezes, contraditórios, é necessário que sejam concretizados diante das situações concretas, o que é feito por instituições privadas em públicas cotidianamente. E, embora a função jurisdicional não tenha o monopólio dessa concretização, possui também uma função relevante nesse espaço, de sorte que "adjudication is the social process by which judges give meaning to our public values" (ob. cit., p. 2). Logicamente, essa vinculação aos valores públicos fundamentais impõe também a observância das necessidades do direito material. "A tutela jurisdicional, além de tomar em conta a Constituição, deve considerar o caso e as necessidades do direito material, uma vez que as normas constitucionais devem iluminar a tarefa de tutela jurisdicional *dos direitos*" (MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. *Curso...*, ob. cit., vol. 1, p. 137).

ser perseguido por inúmeros outros entes públicos e privados – mas em duas características da sua forma de atuação: a observância do diálogo e a independência (e imparcialidade) do agente que oferece a função jurisdicional.[569] Dessas duas características essenciais, uma consequência inescapável vem a reboque: para garantir a sua independência e imparcialidade e para demonstrar que a atuação jurisdicional se dá em diálogo, é essencial que os juízes apresentem *justificativa adequada* para suas decisões.[570]

Em suma, *no momento atual*, é possível ver que a função jurisdicional está comprometida com a concretização dos valores essenciais da sociedade brasileira, sempre atenta às necessidades do direito material, devendo orientar sua atuação sempre pela observância do diálogo, pela preservação da independência e da imparcialidade do julgador e pela justificação da decisão.

1.5. Os reflexos dessa nova visão sobre a atuação jurisdicional (a atuação do direito)

Parece natural que, à medida em que a função jurisdicional se aproxima das outras funções do Estado – e que até mesmo se questiona se a divisão dessas funções pode encontrar algum amparo ontológico – os objetivos públicos dessa atividade se tornem mais evidentes e importantes e passem a dominar os escopos perseguidos pelo processo civil.

O público, aqui, não deve ser confundido com as finalidades "individualistas" do Estado. Não se pode imaginar que o processo civil esteja atrelado ao cumprimento de funções buscadas por este ou aquele governo, ou por esta ou aquela ideologia que eventualmente preside as demais funções do Estado.[571] O público, aqui, deve ser

---

[569] "This conception of the judicial function, which sees the judge as trying to give meaning to our constitutional values, expects a lot from judges – maybe too much. The expectation is not founded on a belief in their moral expertise, or on a denial of their humanity. Judges are most assuredly people. They are lawyers, but in terms of personal characteristics they are no different from successful businessmen of politicians. Their capacity to make a special contribution to our social life derives not from any personal traits or knowledge, but from the definition of the office in which they find themselves and through which they exercise power. That office is structured by both ideological and institutional factors that enable and perhaps even force the judge to be objective – not to express his preferences or personal beliefs, or those of the citizenry, as to what is right or just, but constantly to strive for the true meaning of the constitutional value. Two aspects of the judicial office give it this special cast: one is the judge's obligation to participate in a dialogue, and the second is his independence" (FISS, Owen. "The forms of justice", ob. cit., p. 12-13).

[570] Idem, ibidem, p. 13-14.

[571] Como alerta há tempos Adolfo di Majo, "in tutto ciò è evidente che le impostazioni più marcatamente pubblicistiche del processo civile dovevano, nelle loro versioni più esasperate, fare perdere di vista lo scopo

entendido exatamente naquela dimensão antes indicada por Fiss, como o atendimento aos objetivos traçados pela Constituição ao Estado, o que necessariamente inclui os objetivos traçados pela Constituição à jurisdição. Tampouco se pode esquecer que o atendimento a esses fins públicos jamais pode deixar de atender ao papel – atribuído desde sempre à jurisdição – de, ao dar aplicação concreta ao Direito, tutelar os direitos tal como exigido pela ordem jurídica.[572] De todo modo, não se pode negar que há uma tendência crescente do processo em caminhar rumo a valores e interesses públicos.

Aliás, essa tendência é facilmente revelada quando se vê a mecânica desenvolvida pelo código atual para que a atividade jurisdicional possa gerar decisões vinculantes. Como alerta a doutrina brasileira, paulatinamente se vem reconhecendo como função essencial da jurisdição a outorga de sentido aos textos normativos e, assim, a finalidade de gerar interpretações legitimadas que possam servir de padrão para guiar o comportamento da sociedade.[573] Nessa função, por certo, não há a preocupação direta de resolver *um caso determinado*, mas sim promover, de modo geral, a conscientização a respeito daquilo que o Direito entende como legítimo ou não.[574] Trata-se, aí, de função

---

della tutela dei diritti (del singolo), assorbito, come era, tale scopo, nella più generale funzione di attuazione del diritto oggettivo. Il profilo della cosiddetta *Rechtsschutz* doveva così rimanere un residuo storico della originaria impostazione pandettistica e superato nella più complessiva visuale giuspubblicistica del processo" (DI MAJO, Adolfo. *La tutela civile dei diritti*. 2ª ed., Milano: Giuffrè, 1993, p. 5).

[572] "Por isso, a tutela dos direitos no processo, além de viabilizar a proteção de direitos individuais ou transindividuais afirmados pelas partes, mediante decisão justa e, em sendo o caso, sua adequada efetivação (*dimensão particular da tutela dos direitos*), também visa a propiciar a unidade do direito mediante a afirmação e respeito aos precedentes judiciais (*dimensão geral da tutela dos direitos*). Tratar os casos com justiça ('to deal with cases justly' – como emblematicamente observa o legislador inglês ao enunciar o 'overriding objective' das *Civil Procedure Rules*, *rule* 1.1) e servir à unidade do direito são duas formas de dar tutela aos direitos a que se encontra teleologicamente vinculado o processo civil no Estado Constitucional" (MITIDIERO, Daniel. *Cortes superiores e cortes supremas*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2017, p. 32). Sobre o compromisso amplo do processo civil atual em dar efetividade à tutela dos direitos, v., CHANAIS, Cécile. FERRAND, Frédérique. GUINCHARD, Serge. *Procédure civile*. 33ª ed., Paris: Dalloz, 2016, p. 26-28.

[573] Como alerta Daniel Mitidiero, "a superação do cognitivismo interpretativo e da figura do *juge inanimé* na doutrina brasileira, porém, reconhecendo-se a *adscrição* de sentido como tarefa jurisdicional interpretativa *standard*, impõem que o problema da vinculação ao direito se coloque e resolva-se em outros termos. Em primeiro lugar, é preciso ver a relação entre a legislação e a jurisdição como uma *relação dinâmica e cooperativa*. Em segundo lugar, é preciso ainda identificar os instrumentos apropriados a fim de que essa relação possa frutificar e promover a unidade do direito em um *permanente equilíbrio entre estabilidade e abertura* de nosso sistema jurídico" (MITIDIERO, Daniel. *Precedentes – da persuasão à vinculação*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2017, p. 70).

[574] Como assenta Schauer, "in life, and especially in law, it is often valuable to have things settled so that others can rely on those decisions and guide their behavior accordingly (…) From the perspective of those who are subject to law's constraints, the gains from marginal improvements in the law are rarely sufficient to outweigh the losses that would come from being unable to rely even on imperfect legal rules and

que se volta à sociedade como um todo e, para esses casos, o processo e a solução da controvérsia que é aí veiculada são um *meio* para que a jurisdição obtenha esse fim.

Não há dúvida de que essa finalidade *não é, primariamente, algo criado no interesse das partes do processo*. Para elas, o fundamental é a solução de uma específica controvérsia levada ao Judiciário. Ainda que as partes possam ter interesse na segurança jurídica que pode advir da criação dessas decisões vinculantes, esse valor é gerado sobretudo no interesse de outros possíveis litigantes e do próprio Poder Judiciário,[575] de modo que, para as partes, a criação da decisão obrigatória não é um objetivo primário. Não obstante, sem dúvida, a especificação de uma única interpretação para os textos normativos assume papel fundamental para o Estado e, também, para a jurisdição. Por isso, passa a ter relevância decisiva para a própria jurisdição ocupar o espaço de legítimo intérprete do Direito,[576] ainda que esse não seja o objetivo final dos sujeitos parciais ao buscarem a proteção judicial.

De toda sorte, é evidente que o sistema processual atual assumiu importante compromisso com a formação dessas decisões. Não apenas estabeleceu um procedimento especial para a elaboração dessas decisões, como – e é isso que aqui interessa – elegeu essa como uma das *principais* atividades da função jurisdicional (sobretudo dos seus órgãos de segundo e terceiro graus) e até mesmo *desvencilhou essa atividade da iniciativa das partes*.

Realmente, de um lado, a iniciativa para a criação dessas decisões vinculantes não é exclusiva das partes. Ainda que sempre se exija a existência de um processo em curso, e, portanto, não se possa instaurar esses mecanismos "no vácuo", podem propor o

---

imperfect precedents" (SCHAUER, Frederick. *Thinking like a lawyer*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 43).

[575] Hoje, afinal, como afirma Rupert Cross, "it is a basic principle of the administration of justice that like cases should be decided alike. This is enough to account for the fact that, in almost every jurisdiction, a judge tends to decide a case in the same way as that in which a similar case has been decided by another judge" (CROSS, Rupert. *Precedent in English law*. Oxford: Clarendon Press, 1961, p. 4).

[576] "Em resumo: não há como ignorar, tanto no *common law* como no *civil law*, que uma mesma norma jurídica pode gerar diversas interpretações e, por consequência, variadas decisões judiciais. Todavia, o *common law*, certamente com a colaboração de um ambiente político e cultural propício, rapidamente intuiu que o juiz não poderia ser visto como um mero revelador do direito costumeiro, chegando a atribuir-lhe a função de criador do direito, enquanto o *civil law* permanece preso à ideia de que o juiz simplesmente atua a vontade do direito. De modo que o *common law* pode facilmente vislumbrar que a certeza jurídica apenas poderia ser obtida mediante o *stare decisis*, ao passo que o *civil law*, por ainda estar encobrindo a realidade, nos livros fala e ouve sobre a certeza jurídica na aplicação da lei, mas, em outro lugar, sente-se atordoado diante da desconfiança da população, além de envolto num emaranhado de regras que, de forma não sistemática, tentam dar alguma segurança jurídica e previsibilidade ao jurisdicionado" (MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. São Paulo: RT, 2010, p. 64).

incidente que levará a esse tipo de decisão o próprio Judiciário, as partes e eventualmente o Ministério Público ou a Defensoria Pública (v.g., 947, § 1º; 977; 1.036, § 1º, todos do CPC). A iniciativa dada ao próprio Poder Judiciário para dar início a esse tipo de procedimento revela a intenção clara do código em atribuir aos juízes o poder de ampliar de certo modo o objeto de deliberação do processo. Isso porque, a partir de então, aquele processo será usado – por iniciativa eventualmente do órgão julgador – não apenas para solucionar o caso trazido pelas partes, mas também para definir questões de direito que repercutem na esfera jurídica de vários outros sujeitos, com a mesma estabilidade e indiscutibilidade a que se sujeitarão estas partes.[577]

De outro lado, uma vez iniciado o procedimento para a criação da decisão vinculante, torna-se irrelevante a vontade das partes para o julgamento da questão a ser decidida. Vale dizer: ainda que a parte desista do recurso ou abandone o processo em que instaurado o mecanismo de criação de decisão obrigatória, isso não inviabiliza a análise da questão, nem a prolação da decisão vinculante (v.g., arts. 976, § 1º, e 988 do CPC). A solução, expressamente prevista pelo código atual para o incidente de resolução de demandas repetitivas e para os recursos com repercussão geral reconhecida e recursos repetitivos, já era anteriormente aplicada para casos de formação de decisões obrigatórias por orientação jurisprudencial.[578] É que se entende – na linha daquilo que aqui se busca

---

[577] ARENHART, Sérgio Cruz. PEREIRA, Paula Pessoa. "Precedentes e casos repetitivos. Por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância de massa?", ob. cit., *passim*. Há muito tempo, Calamandrei mencionava esse caso como um exemplo da situação de sentenças como fatos jurídicos, ao lado das sentenças italianas proferidas pela Justiça do Trabalho que, em certas condições, poderiam estabelecer regras gerais e abstratas, imponíveis contra todos. Segundo ele, "estos dos ejemplos, muy diferentes bajo tantos aspectos, ofrecen, sin embargo, este carácter común: que la sentencia acompaña, a los efectos normales del mandato especial *inter partes*, los efectos de un mandato general, formulado en modo hipotético, como los que son propios de la ley" (CALAMANDREI, Piero. "Apuntes sobre la sentencia como hecho jurídico". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EJEA, 1945, p. 544).

[578] Assim, v. STF, QO no RE 693.456. Rel. Min. Dias Toffoli. DJe 14.09.15. Sublinhou o Min. Dias Toffoli, ao analisar o tema, que, reconhecida a repercussão geral da matéria, o processo assume certa "objetividade", que retira das partes a conveniência ou não em seu julgamento. A seu turno, o Min. Luís Roberto Barroso ponderou que "se o Tribunal, ao atribuir repercussão geral, entendeu que a matéria transcende ao interesse das partes, o fato d e a parte não ter mais interesse não retira o interesse do Tribunal em prosseguir no julgamento". Do mesmo modo, STJ, Corte Especial. QO no REsp 1.063.343/RS. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 04.06.09. Ao apreciar a questão, a Min. Nancy Andrighi ponderou que "Entender que a desistência recursal impede o julgamento da idêntica questão de direito é entregar ao recorrente o poder de determinar ou manipular, arbitrariamente, a atividade jurisdicional que cumpre o dever constitucional do Superior Tribunal de Justiça, podendo ser caracterizado como verdadeiro atentado à dignidade da Justiça. A todo recorrente é dado o direito de dispor de seu interesse recursal, jamais do interesse coletivo. A homologação do pedido de desistência deve ser deferida, mas sem prejuízo da formulação de uma *orientação* quanto à questão idêntica de direito existente em múltiplos recursos." E, finalmente, acolhendo a sugestão do Min.

demonstrar – que esses mecanismos extrapolam a dimensão do interesse das partes para revelar finalidade pública. Por isso, uma vez afetado o caso para gerar a decisão vinculante, a vontade das partes (de onde é extraída a questão de direito a ser decidida com efeitos gerais) pode eventualmente impedir que sua específica insurgência seja examinada, mas não inviabilizará que a questão afetada seja apreciada com eficácia *erga omnes*.[579]

Logo, a partir da adoção mais franca de um sistema de decisões obrigatórias com eficácia geral, nota-se que a atividade jurisdicional da passos significativos para uma *objetivação* da tutela jurisdicional prestada. Esta proteção não está mais ligada unicamente ao interesse das partes ou ao conflito especificamente indicado por elas. Ela pode transcender seus interesses e atingir uma infinidade de outras situações, que também terão suas controvérsias afetadas pela solução do processo singular.

Esse fenômeno, alinhado com essa nova postura da atividade jurisdicional, analisada no item precedente, está ainda em harmonia com a lógica da *proporcionalidade* de que se tratou no início deste trabalho. Ciente de que a atividade jurisdicional pode também ser encarada como um serviço público e tendo em conta a necessidade de alocar com eficiência os recursos (escassos e elevados) disponibilizados para essa atividade, torna-se um privilégio incompatível com essa necessidade de otimização atribuir largas parcelas desses recursos a casos individuais, cuja solução só atenderá aos interesses das partes. A necessidade de gestão racional e eficiente desses recursos empurra a atividade jurisdicional a uma busca por maximizar resultados, seja na prevenção das controvérsias, seja na sua solução de forma molecularizada, sem abrir espaços para que o mesmo

---

Nilson Naves, concluiu pela inviabilidade da desistência do recurso, exatamente para evitar que o julgamento se desse "em tese". V., nesse mesmo sentido, inclusive em casos nos quais o regime de repetitivo não havia sido empregado, STJ, Corte Especial. REsp 1.102.473/RS. Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura. DJe 27.08.12; STJ, 3ª Turma. REsp 1.308.830/RS. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 19.06.12; STJ, Corte Especial. EREsp 218.426/SP. Rel. Min. Vicente Leal. DJU 19.04.04, p. 148.

[579] Há muito tempo, ponderava o Min. Luiz Fux que o regime geral que privilegia a voluntariedade dos recursos "não pode ser aplicado aos recursos repetitivos 'após a afetação' dos mesmos ao órgão que se incumbirá de uniformizar o resultado judicial. É que a técnica dos recursos repetitivos abarca interesse público indisponível pela vontade das partes. O escopo da novel técnica é atingir uma multiplicidade de demandantes, o que significa o seu espectro transindividual, suficiente por si só para tornar indisponível e impossível de desistência o recurso interposto" (FUX, Luiz. "A desistência recursal e os recursos repetitivos". *BDJur*. 2008, disponível em http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/27102, acessado em agosto de 2024.

problema volte a reivindicar a atuação do Poder Judiciário, ainda que por diferentes pessoas ou com diferente roupagem.[580]

Por isso, a experiência que hoje a atividade jurisdicional vive com a prática de criação de decisões vinculantes é apenas um dos incontáveis e potenciais reflexos da nova abordagem dessa função e de sua relação com o interesse das partes e, por conseguinte, com a lógica da correlação.

Não é mais razoável deixar ao domínio amplo das partes estabelecer – segundo seus únicos critérios pessoais e egoísticos – os limites em que a jurisdição é prestada. Não o é no caso em que haja o interesse na criação de decisões vinculantes, que possam impactar inúmeras controvérsias e até prevenir novos conflitos, e também não o é em outros casos semelhantes, a exemplo daqueles trazidos anteriormente nesta pesquisa.[581]

Ainda que não se negue a importância do princípio da demanda e mesmo as razões que levaram à concepção da regra de correlação, não é mais razoável que esses dois pilares do processo sejam aplicados como no passado. Se antes eram fundamentais a proteção e a preservação da liberdade das partes e se era a essa sociedade que tais ideias foram dirigidas, a realidade atual é muito diversa.

O excesso de litigância de modo geral, a sociedade de massa (e a explosão dos litígios repetitivos), a necessidade de um Estado presente (social)[582] e a inevitável desigualdade (tanto mais relevante em países como o Brasil) dos jurisdicionados torna necessário repensar aqueles elementos, que certamente não se coadunam com a situação presente.

---

[580] Com há muito alertava Moniz de Aragão, "com a evolução dos estudos do processo civil e a observação do relevo que nele necessariamente tem o Estado, através de seu órgão que é o juiz, percebe-se que não fazia sentido conservar o processo como uma espécie de propriedade das partes – principalmente o autor – ficando o magistrado na secundária posição de simples observador, chamado a interferir de vez em quando, a fim de desempenhar o papel de mediador da contenda" (MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Comentários ao código de processo civil*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, vol. II, p. 334).

[581] "A organização do desenvolvimento do processo por parte do juiz, *grosso modo* correspondente à expressão judicial *case management*, não exaure, todavia, o sentido e as implicações dessa nova visão. A justaposição de outro centro de poder a um hipotético domínio das partes sobre a dinâmica processual tem, de fato, uma incidência inevitável sobre concepções que fundam a ordem do processo como um todo. Em particular, a acepção tradicional do princípio dispositivo – caracterizante, até a primeira metade dos Novecentos, da maior parte das culturas processuais civis – reclama substancial redefinição. Essa evolução não implica, porém, acolhimento de uma impostação de tipo inquisitório, mas impõe a necessidade de repensar sejam as relações entre as partes, seus defensores e o juiz, seja a completa impostação ideológica do modelo processual" (DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva*, ob. cit., p. 57).

[582] V., ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. *Curso de processo civil coletivo*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2021, p. 53-58.

De outro lado, é sempre fundamental compreender que *essas ideias não valem por si mesmas*. Elas não existem porque são uma consequência inexorável de uma realidade imutável. Elas não são elementos da natureza, tomadas como um "dado". Elas são soluções contingenciais, construídas para atender a certa circunstância e em um determinado momento.

O essencial, portanto, não é o princípio da demanda (em si considerado) ou a regra da correlação. O fundamental é notar à proteção de quais valores esses elementos (e outros coligados) estão alinhados. São esses valores que devem dominar. E sua proteção pode, hoje, talvez, ser obtida por outro caminho.

Como já observado, o princípio da demanda e a ideia da congruência foram estabelecidos para atender a três valores básicos.

Em primeiro lugar,[583] eles respondem à própria lógica de atribuição das posições subjetivas: se o direito pertence a alguém, não há sentido em se obrigar seu titular à sua tutela. Fosse de outro modo, o direito deixaria de ser verdadeiramente um direito, para se tornar um dever, desnaturando a sua própria essência. Há aí, nessa primeira faceta, a nítida intenção de preservar a *liberdade* dos indivíduos frente ao Estado.

Em segundo lugar, esses princípios têm por objetivo assegurar a *imparcialidade* do juiz. Parece razoável supor que, caso fosse autorizado ao Estado agir sem a iniciativa das partes, essa prerrogativa poder-se-ia deturpar no atendimento a objetivos específicos do órgão julgador e na perda da capacidade de agir de modo independente na solução da questão.

Por fim, esses elementos atendem ainda à necessidade de permitir ao demandado o adequado *exercício do contraditório e da ampla defesa*. Ao saber exatamente aquilo que é postulado, o réu tem condições de compreender aquilo que pode vir a perder e, assim, desenhar de forma mais adequada eventual defesa que pretenda apresentar.

Estes são, sem dúvida, os valores sobre os quais foram erigidos o princípio da demanda e a regra da congruência. É para a proteção desses importantes núcleos axiológicos que esses conceitos foram pensados.

Porém, será que esses meios têm servido aos seus fins?

Parece que não, e por vários fatores que precisam ser considerados.

---

[583] V., mais detidamente, na Parte I, cap. 1.

1.6. A inadequada compreensão da realidade e seu impacto no pedido. O pedido como ato de vontade e a crise de percepção da realidade

Há uma suposição geral de que todo pedido formulado é realizado a partir da completa e adequada compreensão da realidade fático-normativa que o circunda.

Não é preciso muito esforço para notar que essa é uma premissa absolutamente falsa, sobretudo no Brasil.

Muitas vezes, pedidos são formulados sem que o autor tenha a exata compreensão sobre a extensão de seus direitos ou sobre as consequências de seu pleito.

Por vezes, isso decorre da incorreta interpretação da realidade concreta (*crise de percepção da realidade*). Os exemplos previdenciários apontados no início deste capítulo revelam, em muitos casos, essa situação.

De fato, como se viu há pouco, muitas vezes, no campo previdenciário, os pedidos são formulados à vista de uma imaginada situação de fato, que autorizaria a concessão de certo benefício. Todavia, a instrução do processo acaba por revelar que a realidade é diversa e que autorizaria a concessão de outro benefício. Para a ótica tradicional, esse erro de percepção é irrelevante e deveria, de regra, conduzir à improcedência da demanda, com a necessidade de propositura de nova ação com o pedido correto. No entanto, a sensibilidade para a situação peculiar do segurado previdenciário fez com que a jurisprudência criasse uma lógica diversa, autorizando a fungibilidade entre os benefícios previdenciários, de sorte que, ainda que requerido um determinado benefício, possa o Judiciário conceder outro, adequado ao caso concreto.

É verdade que a jurisprudência brasileira vem-se inclinando por aceitar uma certa margem de adequação da resposta jurisdicional àquilo que seria implicitamente deduzido da descrição dos fatos apresentados pela parte autora.[584] O entendimento, aliás, está em linha com a diretriz fixada no art. 322, § 2º, do CPC. No entanto, não é dessa situação que aqui se trata. O problema é que, muitas vezes, a parte (ou seu advogado) supõe que a realidade seja uma e formula a petição inicial segundo essa impressão; a reconstrução dos fatos no processo, no entanto, revela outra situação – também digna de tutela – mas cuja proteção esbarraria nos limites do pedido formulado.

---

[584] V.g. STJ, 2ª Seção. AR 5.979/SE. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 20.11.23; STJ, 1ª Turma. AgInt no AREsp 2.083.260/GO. Rel. Min. Gurgel de Faria. DJe 16.06.23; STJ, 2ª Turma. AgInt no AREsp 1.764.306/SP. Rel. Min. Francisco Falcão DJe 24.11.23.

É aí que os exemplos referentes a causas previdenciárias e a medicamentos são exceções emblemáticas. Sensível às dificuldades na exata compreensão do quadro fático-jurídico ou da condição vulnerável da parte que demanda, a jurisprudência realiza verdadeira abertura da lógica da congruência, autorizando que respostas distintas do pedido sejam legitimamente deferidas.

Por vezes, essa abertura tem por base a constatação da modificação da realidade fática, o que autoriza remodelamento da tutela jurisdicional, conforme expressa previsão legal (art. 493, do CPC). Em outros casos, no entanto, essa permissão encontra amparo, tão-só, em argumentos abertos, tais como a proteção do vulnerável ou a tutela de valores fundamentais.

Em diversos outros casos, no entanto, a mesma compreensão não é aplicada. Persiste o entendimento de que os erros na compreensão da realidade – compreensão esta que é imprescindível para que se possa deduzir de forma adequada a causa de pedir e o pedido no processo – são absolutamente irrelevantes e que é o autor que deve ter o ônus dessa exata determinação. Nessa linha, conclui a jurisprudência, por exemplo, que não se pode condenar o réu à reparação de certo dano quando a inicial indicava a ocorrência de imprudência, imperícia ou negligência médica na realização de certo procedimento e a instrução acaba por revelar que, embora não ocorrida essa culpa, teria havido violação ao dever de informação adequada.[585] Se a causa de pedir deduzida foi o "erro médico" no procedimento, mesmo que configurada a violação ao dever de informação, não é possível a condenação do profissional sem que este defeito tenha sido descrito na petição inicial.[586]

Além dessas situações, que revelam uma inadequada reconstrução da realidade fática – que determinou a também incorreta qualificação dos fatos com o consequente erro na formulação da petição inicial – é possível encontrar crise na percepção da

---

[585] STJ, 4ª Turma. REsp. 795.348/RS. Rel. Min. João Otávio de Noronha. DJe 26.08.10.

[586] "Dessa forma, restou configurada a ocorrência de julgamento extra petita, devendo, portanto, ser anulado parcialmente o acórdão recorrido na medida em que, ao condenar o recorrente ao pagamento de indenização por danos morais à ora recorrida, a despeito da inexistência de imprudência, imperícia ou negligência do médico - situações estas que culminariam na configuração da responsabilidade subjetiva deste -, o tribunal *a quo* fundamentou sua condenação tão-somente no descumprimento do dever de informar, não obstante inexistir tal alegação na petição inicial. Anulado, em parte, o acórdão recorrido, no caso em espécie, há de ser restabelecida a sentença, na medida em que o único fundamento de fato em que baseou o acórdão hostilizado para condenar o recorrente ao pagamento de indenização ora restou invalidado por não ter integrado a causa de pedir. Afastado esse fundamento, esclareço, nenhuma condenação subsiste na decisão recorrida uma vez que esta expressamente decidiu "*que a questão se remete não à culpa por erro médico, quando necessária a averiguação da omissão/ação contrária ao dever, por negligência ou imperícia, ...*'." (trechos do voto proferido no acórdão mencionado).

realidade a partir de outra ótica. É que, em outros casos, essa inadequada compreensão deriva do insuficiente entendimento sobre a forma de funcionamento – do ponto de vista jurídico e fático – e, assim, a maneira de impugnar certo comportamento ilegal.

Caso emblemático desta situação são os pedidos de remoção de conteúdo da *internet*. Em muitas situações, diante da exposição de particular a informações indesejadas, ilegais ou desonrosas, ajuíza-se ação contra o buscador de *internet* (a exemplo do Google), buscando a remoção desse conteúdo da rede. No entanto, porque esses buscadores não são os "titulares" dessas informações, nem possuem o domínio sobre as páginas que as veiculam (são, por vezes, apenas buscadores de informações existentes) eles não têm condições de remover esses dados da rede. Em tais casos, sistematicamente, a jurisprudência tem concluído que "os provedores de pesquisa não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação da página onde este estiver inserido".[587] Assim, embora possa ser reconhecida a ilegalidade da informação apresentada na *internet*, o simples fato de a demanda ser dirigida contra quem não tem o poder de exclui-la da rede torna inviável a proteção jurisdicional. Há aí, nitidamente, equívoco na compreensão do funcionamento da *internet* que conduz à impossibilidade de proteção do direito inequivocamente existente.

Também se pode citar o exemplo frequente na jurisprudência nacional da imputação da responsabilidade (objetiva) por erro médico ao hospital em que é realizado certo procedimento médico. Embora a jurisprudência admita que a casa de saúde responda pelos prejuízos causados pelos médicos que são seus empregados, não estende a mesma compreensão para as situações em que o médico não possui vínculo empregatício com o hospital – mesmo que o procedimento tenha ocorrido nas suas dependências.[588] Em muitos casos, no entanto, a parte autora pode ser levada a acreditar que o médico responsável pelo fato danoso seja sim empregado (ou mantenha vínculo de alguma natureza semelhante) do estabelecimento hospitalar, o que levaria à extensão da responsabilidade também ao nosocômio. Nessas situações, porém, ao formular o pedido contra esta empresa, terá frustrada a tutela – que provavelmente seria certa se dirigida

---

[587] STJ, 3ª Turma. AgInt no REsp 1.593.873/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 17.11.16.

[588] STJ, 3ª Turma. AgInt no REsp 1.824.326/RJ. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 19.02.20; STJ, 3ª Turma. REsp 1.635.560/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 14.11.16; STJ, 4ª Turma. AgRg no AREsp 457.611/SP. Rel. Min. Marco Buzzi. DJe 06.02.15.

contra o médico ou, ao menos, se a responsabilização do hospital fosse buscada na forma da responsabilidade subjetiva – sendo que seu erro de interpretação do fato a induz a um pedido ou a uma causa de pedir indevidos.

Não há dúvida de que todos esses exemplos convergem para uma constatação evidente: a de que a petição inicial revela verdadeiro *ato de vontade*. E esse ato de vontade pode ter a vontade, que foi manifestada, *viciada pela equivocada compreensão da realidade que se descreve ou pela equivocada forma de alteração dessa realidade (tal como se pretende)*.

Ainda que muitas vezes esse aspecto não seja devidamente enfrentado, não há dúvida de que a elaboração da petição inicial – e, de modo mais amplo, de todo ato postulatório – envolve uma declaração de vontade que, para gerar as consequências devidas, deve ter sido devidamente apresentada. Para a avaliação sobre essa correta manifestação da vontade, então, é preciso ponderar se ela se dá sobre aquilo que efetivamente ocorreu, sobre aquilo que de fato constitui a controvérsia e sobre as consequências que realmente podem ser postuladas e podem servir como correta solução – segundo a ordem jurídica – para o problema descrito. Como aponta em minucioso trabalho Paula Costa e Silva, é necessária certa aproximação entre o ato postulatório e o ato negocial, especialmente pela relevância da manifestação da vontade que é ali deduzida. Sendo inadequada a manifestação de vontade ali apresentada, é possível que se venha a frustrar toda a finalidade do próprio processo[589] ou, ao menos, o desvirtuamento de um dos seus objetivos mais essenciais, atinentes à solução da controvérsia deduzida, em razão da irrefletida aplicação da lógica da congruência.

Inúmeros exemplos são trazidos pela autora para apontar como, muitas vezes, a adequação da manifestação de vontade – ainda que sem qualquer cautela maior – é invocada como premissa para decisões judiciais. Exemplo disso, dado por ela, é o caso, examinado pelo Supremo Tribunal de Justiça português, em que o autor, que postulava a condenação do réu em dívida de valor, não havia formulado pedido de atualização ou correção monetária.[590] A Corte portuguesa concluiu que dar ao autor esses consectários seria desrespeitar a vontade real de quem havia formulado o pedido, de modo que não

[589] "Por outro lado, teremos igualmente de ter em consideração a finalidade que preside ao acto postulativo. Este é o acto através do qual a parte formula um pedido ao tribunal. Este pedido traduz aquilo que a parte quer que venha a ser ditado como solução para um conflito. Pelo que qualquer desvio relativamente ao cumprimento deste objectivo pode frustrar o fim do processo" (SILVA, Paula Costa e. *Acto e processo*. Coimbra: Coimbra, 2003, p. 320).

[590] SILVA, Paula Costa e. *Acto e processo*, ob. cit., p. 61-63.

seria possível ampliar a condenação para esses valores. Como diz a autora, no entanto, "se o autor tivesse previsto como possível a condenação do réu na actualização, seguramente que a teria pedido, dado que é uma regra de experiência que em processo a parte pede sempre aquilo a que pode ter direito. Pede pelo máximo, nunca pelo mínimo".[591] Um equívoco, portanto, na correta interpretação da realidade fático-jurídica levou a parte a não formular esse específico pedido, o que também conduziu à impossibilidade de o Judiciário deferir-lhe essa tutela que seria, inequivocamente, autorizada pela ordem jurídica.

Ora, se o ato postulatório é um ato jurídico, não se pode avaliar a efetiva e adequada manifestação da vontade sem a devida apuração da qualidade da vontade apresentada. Por isso, sugere Paula Costa e Silva, seria até mesmo possível questionar se, em certos casos, seria viável a revogação do ato processual – inclusive das afirmações apresentadas pelas partes na fase introdutória[592] - ou sua desconstituição em razão de vícios como a coação ou a falta de consciência.[593]

De toda sorte, tudo isso converge para demonstrar que, ao contrário do que muitas vezes se supõe, a vontade *é determinante* na elaboração do pedido. Por isso, eventuais divergências entre a vontade desejada e a vontade manifestada devem ser consideradas no processo e devem implicar a releitura da regra da congruência.[594]

1.7. A capacidade postulatória e a manifestação da vontade na elaboração do pedido

[591] Ob. cit., p. 62-63.

[592] "Resta saber se a parte pode retirar afirmações por si feitas nos articulados. Se a parte pode retirar confissões, por maioria de razão poderá retirar afirmações. Esta faculdade está sujeita ao limite geral: ela é livremente exercível enquanto a parte contrária não tiver aceitado especificamente as afirmações feitas" (*Idem, ibidem*, p. 281). Na sequência (p. 455 e ss.), a autora esmiuça o problema, tratando dos argumentos críticos apresentados a essa possibilidade e discorrendo sobre eles. O fundamental, de todo modo, para aquilo que aqui interessa, é evidenciar que a vontade, ao contrário do que se imagina, é muito importante para a elaboração do pedido e, consequentemente, para a regra da congruência.

[593] Idem, ibidem, p. 511 e ss.

[594] Na mesma linha – e na esteia daquilo que se defende ao longo deste trabalho – pondera Paula Costa e Silva que "os limites impostos por este princípio [refere-se ela ao princípio da demanda] a uma requalificação do efeito só podem ser compreendidos se tivermos em consideração as finalidades por ele prosseguidas. O princípio do pedido visa essencialmente proteger a posição da parte não autora do acto postulativo, que exerceu o contraditório pressupondo um acto com um concreto conteúdo. Assi, se esta puder exercer o contraditório relativamente ao efeito que o tribunal entende que deve ser decretado no caso concreto, nada se poderia retirar daquele princípio contra uma requalificação do efeito pelo qual o autor do acto pugnara" (ob. cit., p. 587).

Some-se ao ponto acima examinado uma circunstância peculiar da manifestação da vontade no processo e que às vezes não é devidamente apreciada: essa manifestação é *mediada por uma outra pessoa que traduz essa vontade e, por vezes, interfere no seu exato dimensionamento*.

De fato, como apontam Dondi, Anzanelli e Comoglio, examinar a perspectiva do advogado[595] não é algo muito habitual na cultura processual.[596] No entanto, essa miopia é responsável por inúmeras conclusões equivocadas no campo do processo, sobretudo no que respeita aos elementos que devem ser reconstruídos para que se obtenha modificações na forma como o processo se desenvolve.[597]

Por um lado, é evidente que a presença do advogado no processo é responsável por diversas escolhas feitas pela legislação. Supõe-se que a proteção do advogado torna a parte sempre ciente dos riscos da demanda e responsável pelas escolhas processuais feitas. Imagina-se que a relação cliente-advogado faz com que todas as escolhas feitas no processo – ao menos aquelas mediadas por esse profissional – sejam escolhas informadas e, assim, que qualquer manifestação presente no processo represente a exata vontade da parte.

---

[595] De regra, ao menos no Brasil, a capacidade postulatória é exercida pelo advogado. Porém, não se pode esquecer que outros sujeitos também podem desempenhar esse poder e, assim, sujeitar-se aos mesmos problemas a serem aqui examinados. Pense-se na figura do Ministério Público – quando, por exemplo, age em nome da coletividade ou até mesmo nos servidores dos Juizados Especiais que traduzem, não raras vezes, a vontade da parte nas demandas apresentadas perante aqueles órgãos.

[596] DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva*, ob. cit., p. 67.

[597] "Essas modificações da figura profissional do advogado não diminuem a sua inevitável centralidade em relação ao desenvolvimento das atividades processuais o que é mais do que incontestável, se considerarmos o seu papel de defensor técnico e de *interface* do cliente, tal como tipicamente configurado pelas leis processuais nos ordenamentos europeus continentais. Nos ordenamentos de *civil law*, a figura da parte parece, de fato, de todo sobreposta àquela do advogado, a partir do momento em que as legislações processuais, mesmo que descrevendo e regulando atividades que competem essencialmente aos advogados, não se direcionam expressamente a esses últimos, mas, acima de tudo, a seus clientes enquanto partes no processo. Essa circunstância, longe de implicar ausência ou marginalidade do papel do advogado, nesse contexto, assinala essencialmente uma propensão e uma cultura processual na qual não se fala do advogado, nada obstante a crucial importância de seu papel. Pode-se dizer que isso constitui uma especificidade particular do processo civil. Nesse contexto, de fato, ao defensor são atribuídas *ex professo* não somente escolhas técnicas essenciais de caráter endoprocessual, mas também são atribuídas desse o início da atividade procedimental a realização de escolhas estratégicas fundamentais, como aquelas que concernem à própria valoração da oportunidade de se litigar ou não. Aqui uma particular caracterização da advocacia civil essencialmente como titular da possibilidade de exercício de poderes de escolha e inclusive de apontamento. Vale dizer: de indicação e transferência de um conflito privado para a apreciação do Estado" (DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva*, ob. cit., p. 70).

Não é necessário esforço para demonstrar isso. Porém, uma rápida leitura do código de processo civil pode perfeitamente demonstrar essa simbiose presumida pela legislação processual.

Examinando a regra que estabelece os deveres processuais dos sujeitos que intervêm no processo, vê-se claramente que, embora esses deveres também sejam impostos ao advogado (ou ao Ministério Público) não estão estes sujeitos submetidos ao regime de responsabilização estabelecida pelo código (art. 77, § 6º, do CPC). Sua responsabilidade – limitada a uma responsabilidade "disciplinar" – somente é passível de apuração e punição por órgão interno, o que faz concluir pela *irrelevância de seu comportamento para fins processuais*.[598] Na mesma toada, o art. 79, da lei, limita a responsabilidade processual àquele que atua como "autor, réu ou interveniente", excluindo dessa esfera, portanto, aquele que exerce a capacidade postulatória em nome desses sujeitos. Para justificar esse entendimento, há muito tempo, a doutrina aponta a ideia de que assim deve ser porque o advogado *não é sujeito da relação processual*, já que ela é estabelecida diretamente com as partes e não com seus representantes.[599]

Do mesmo modo, evidência dessa mesma suposição (de inteira ciência da parte a respeito daquilo que é praticado no processo) é a percepção de que a vontade *da parte* só parece ser relevante em atos *praticados por ela pessoalmente*. Assim, atos que possam ter sido praticados com vícios de vontade só parecem ter relevância para o código quando *praticados pessoalmente pela parte*, sem a assistência do profissional responsável por traduzir a sua capacidade postulatória. Esses vícios, assim, podem afetar atos como a confissão (art. 393), a preclusão sobre a juntada de prova documental (art. 435, parágrafo único[600]), a renúncia ou o reconhecimento do pedido (art. 966, § 4º). No entanto, não

---

[598] É verdade que há casos pontuais em que a própria legislação estabelece alguma relevância, tal como se vê do art. 78 (que proíbe o emprego de expressões ofensivas no processo) ou dos arts. 181, 184 e 187, que estabelecem a responsabilidade do agente do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública, quando agirem com dolo ou fraude no processo. Esses comandos excepcionais, todavia, só confirmam que, em regra, esses sujeitos, tanto quanto os advogados privados, são pessoas invisíveis para fins de responsabilização processual.

[599] Assim, ABDO, Helena Najjar. *O abuso do processo*. São Paulo: RT, 2007, p. 175. Carolina Uzeda, examinando o problema, sugere a adoção de respostas diferentes a partir da convergência ou não de interesses entre advogado e cliente (v., UZEDA, Carolina. *Boa-fé no processo civil*. São Paulo: RT, 2024, p. 267-275).

[600] O código, nessa linha, estabelece que é possível a juntada posterior de documentos quando estes forem "acessíveis ou disponíveis" apenas depois da petição inicial ou da contestação. É evidente que essas situações envolvem, dentre outros casos, hipóteses em que a parte não conseguiu apresentar a seu advogado o documento para ser anexado aos autos, o que, se demonstrado, pode relevar a preclusão sobre essa

afetam, de modo algum, atos como a resposta do réu (art. 341), a revelia (art. 345), a renúncia do direito de recorrer (art. 999) ou a desistência do recurso interposto (art. 998).

Supõe-se, portanto, que atos praticados por intermédio do advogado são sempre conscientes e adequadamente informados. E é exatamente isso o que se passa também com a petição inicial. Imagina-se que a petição inicial, ao especificar certas causas de pedir e certos pedidos, implica escolha informada feita pela parte, a partir dos esclarecimentos prestados por seu advogado. E, por isso, não imagina o código que essas escolhas possam ter sido feitas sem as devidas cautelas.

Entretanto, sabe-se que as coisas são bem diferentes no mundo real.[601]

As limitações culturais, sociais, jurídicas e econômicas da parte podem fazer com que as informações prestadas ao advogado sejam incompletas, erradas ou mesmo distorcidas, o que sem dúvida impactará na formação da petição inicial. Ao receber uma construção muitas vezes parcial, incompleta ou equivocada da realidade, sem dúvida o advogado poderá ser induzido a apresentar a causa de pedir e o pedido de forma errada, o que pode redundar na improcedência do pedido, mesmo em casos nos quais a parte possa ter razão.

Também pode ocorrer a situação inversa: o advogado não ter apreendido a controvérsia tal como a parte lhe havia narrado e, a partir daí, formular de modo equivocado a indicação da causa de pedir ou do pedido.

Pode ainda suceder que, por imperícia, o advogado, mesmo tendo a percepção adequada do conflito, estabeleça, quando do momento de verter essas ideias para as categorias jurídicas da causa de pedir ou do pedido, o conflito de modo errado. Não se pode negar, de fato, a possibilidade de que a atuação inadequada do profissional do direito conduza à inviabilidade de apreciar pretensões legítimas, admitidas pela ordem jurídica.[602] É costume afirmar que essa situação seria irrelevante, à vista do princípio da

---

oportunidade. Nesse sentido, v., DELLORE, Luiz "Comentário ao art. 435". *Comentários ao código de processo civil*. Coord. Fernando da Fonseca Gajardoni *et alli*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 641

[601] Como alerta há muito tempo Denti, a intervenção obrigatória de um profissional do Direito (genericamente, o advogado), muitas vezes, "più che ad assicurare l'efficienza della gara, serve a perpetuare il tecnicismo estremo del processo" (DENTI, Vittorio. *Un progetto per la giustizia civile*. Bologna: Il Mulino, 1982, p. 124).

[602] É o caso, por exemplo, da ação proposta para afastar certa exigência tributária, em que não é formulado o pedido de compensação ou de restituição dos valores já pagos, que impedem a análise desse direito (v. g., TJDFT, 1ª Turma Cível. Ap 0700514-17.2022.8.07.0018. Rel. Desembargadora Carmen Bittencourt. DJe 30.09.22) ou ainda do caso em que a parte pede a reintegração de militar à corporação – o que seria inútil para os fins buscados com a demanda, que eram o tratamento médico do autor até a sua melhora – e deixa

fungibilidade da forma do fundamento (*iura novit curia*). Se o juiz pode, à vista dos fatos apresentados, aplicar o direito correto ao caso, então seria irrelevante que o advogado tivesse qualificado de modo equivocado o conjunto fático apresentado. No entanto, não se pode esquecer que as coisas podem ser mais complexas do que isso, na medida em que a incorreta qualificação preliminar dada ao conjunto fático conhecido pode levar a inicial a afirmar fatos irrelevantes, a deixar de afirmar fatos relevantes, a formular pedido inadequado ou ainda a deixar de formular pedido relevante. Tudo isso, sem dúvida, repercute de modo decisivo na delimitação do objeto do processo e, em consequência pode interferir no campo de atuação jurisdicional.

Ainda, ciente de que o advogado é o verdadeiro responsável por estabelecer as estratégias do processo, pode ocorrer que ele eleja via que não seja a mais correta, a mais efetiva ou a mais eficiente para seu cliente, o que também pode repercutir em uma inadequada apresentação da controvérsia no processo.[603]

Finalmente, também se pode imaginar situações em que não haja convergência suficiente entre os interesses do advogado e do seu cliente. Problemas de representatividade inadequada, muito estudadas em sistemas de *Common Law*, ainda são tema pouco explorado no Brasil e, em consequência, não se tem a devida atenção para situações (que não são raras) de assintonia entre os interesses do cliente e do seu advogado.[604]

Seja a causa que for, é necessário ter em mente que o processo civil envolve discurso técnico, nem sempre conhecido do sujeito que assumirá a condição de parte ou de interveniente nessa instituição. A dificuldade de traduzir a realidade fenomênica nesse discurso técnico pode, sem dúvida, envolver obstáculos invencíveis, que põem em

---

de formular o pedido de reforma (STJ, 1ª Turma. EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 1.476.989/RS. Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues. DJe 18.12.23).

[603] Assim, tb., DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva*, ob. cit., p. 104-105. Discutindo esse problema no campo da tutela coletiva, v., ARENHART, Sérgio Cruz. "Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes". *Processos estruturais*. Org. Marco Felix Jobim e Sérgio Cruz Arenhart. Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*.

[604] V., por exemplo. BECKER, Laercio A. "Jogos do processuais". *Qual é o jogo do processo?* Org. L. A. Becker. Porto Alegre: Fabris, 2012, p. 72-73.

evidência a necessidade de pensar o advogado como sujeito autônomo nesse ato de "manifestação da vontade".[605]-[606]

Tudo isso converge para uma conclusão mais do que evidente: nem sempre aquilo que é deduzido na petição inicial representa, de fato, a vontade da parte e o conflito por ela tido como existente. Além das situações em que a própria manifestação da vontade da parte venha viciada, é possível que o vício seja inserido na transmissão dessa narrativa para aquele que exercerá em seu nome a capacidade postulatória ou ainda na própria atividade deste sujeito, que não pode ser ignorado.

Para além de tudo isso, seria possível ainda acrescentar a esse ponto uma análise do papel constitucional dessas profissões jurídicas. Embora o tema extrapole os limites daquilo que aqui se pretende, é sabido que a Constituição deseja um compromisso fundamental dos profissionais jurídicos em relação aos fins públicos a serem prestados pela jurisdição.[607] E tudo isso também interfere na "tradução" realizada por aquele que exerce a capacidade postulatória da manifestação que lhe fora apresentada pela parte (ou que, no caso da tutela coletiva, é suposta como a manifestação da coletividade) e talvez até implique algum dilema moral entre o atendimento ao interesse do cliente e o atendimento ao interesse geral.[608]

Também esse elemento, assim, exige repensar a força da regra de congruência. E o reconhecimento desses vícios impõe novos parâmetros para identificação da verdadeira demanda e para o estabelecimento dos limites para a atividade jurisdicional.

1.8. A crise de insuficiência de tutela e a formulação do pedido

---

[605] Expressamente examinando essa complexa relação entre representante e representado no processo, v., OSNA, Gustavo. *Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*, ob. cit., p. 82-85. V., tb., a interessante abordagem em YARSHELL, Flávio Luiz. "Piadas sobre advogados: o que ainda elas nos dizem?". *Acesso à justiça, direito e sociedade – estudos em homenagem ao Professor Marc Galanter*. Coord. Flávio Luiz Yarshell, Susana Henriques da Costa e Marcelo Veiga Franco. São Paulo: Quartier Latin, 2022, *passim*.

[606] V. sobre isso, amplamente, OSNA, Gustavo. "Processo civil democrático?' Cantando 'go yankees' no Fenway Park". *Revista jurídica luso-brasileira*. Ano 4, n. 6, 2018, esp. p. 2033 e ss.

[607] A Constituição, além de prever funções específicas a vários entes que exercem a capacidade postulatória no processo civil (v.g., arts. 127, 129, 131 e 134), ainda prevê, de modo geral, em relação à advocacia, que "o advogado é indispensável à administração da justiça" (art. 133). Essa indispensabilidade pode, sem dúvida, ser vista em sua clássica acepção do compromisso assumido pelo advogado com seu cliente, mas também pode ser enxergada, dentro de uma dimensão panprocessual, sob a ótica dos compromissos que o advogado tem com o próprio serviço-Justiça, o que implica todo um novo discurso sobre essa profissão.

[608] Por uma análise desse dilema moral, v., FRIED, Charles. "The lawyer as a friend: the moral foundations of the clawyer-client relation". *The Yale law journal.* Vol. 85, 1976, *passim*.

Os elementos vistos até aqui demonstram que o pedido, como manifestação de vontade que é, pode vir contaminado por defeitos que, por várias razões, transmitem ao Judiciário falsos limites para a intervenção jurisdicional. Ao lado disso, no entanto, é possível ainda enxergar situações – e os exemplos anteriormente dados ingressam, em sua ampla maioria nessas situações – em que a própria mecânica de formalização das pretensões induz a parte a formular pedido manifestamente insuficiente ou inadequado para atender à situação material carente de proteção.

O compromisso do direito processual com as raízes individuais e liberais que iluminaram seus institutos essenciais faz com que não soe natural que alguém possa vir a juízo defender direitos ou interesses alheios. Paradigmático, a esse respeito, é o art. 18, do CPC, que reverberando princípio clássico do processo, afirma que "ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico".

Apesar disso, há várias situações em que é praticamente impossível separar as fronteiras entre o interesse do postulante e os interesses de outros sujeitos. Exemplos disso são os casos tratados referentes às chamadas declarações de fato ou à ampliação da consequência anulatória (ou de reconhecimento de nulidade) de atos jurídicos. Como visto anteriormente, é praticamente impossível nos casos de anulação de marca e patente, nos casos de anulação de deliberação assemblear ou em outros tantos casos defender que aqui se esteja diante de interesse típico individual e que aqueles que não participam do processo possam ser qualificados como meros terceiros, sujeitos apenas a alguns efeitos de eventual sentença judicial.

Há ainda diversos casos em que, embora viável a abordagem de certo conflito sob o prisma individual ou sob o prisma não individual, aquele leva a um incremento do problema geral ou, ao menos, ao agravamento do problema para aqueles que não postularam a tutela jurisdicional. Aquilo que Kazuo Watanabe chamou de ações pseudoindividuais, como já visto, é um bom exemplo disso. Embora nesses casos se possa atribuir ao indivíduo a legitimação para a proteção de certo interesse, é certo que esse interesse transcende a esfera do indivíduo. E, por isso, deixar em suas mãos traçar os limites da atividade jurisdicional é submeter um interesse de caráter geral à liberdade de

um único sujeito, o que significa subordinar a liberdade de todos os demais e os seus interesses aos objetivos egoísticos daquele que demanda.[609]

1.8.1. Os problemas estruturais

Pense-se nos inúmeros casos que hoje podem e devem ser tratados sob a ótica dos processos estruturais.

Inúmeras demandas ajuizadas com o objetivo de obter medicamentos de alto custo para o paciente autor acabam resultando em uma disfuncional atribuição de recursos públicos, em prejuízo de políticas públicas e da coletividade no intuito de atender aos objetivos de um sujeito determinado. Logicamente, nesses casos, o ideal seria tratar essa questão de modo coletivo, contribuindo para a solução da questão do ponto de vista geral. No entanto, a própria lógica da vedação à tutela de interesses alheios – e, sem dúvida, a necessidade de atender ao seu próprio interesse – estimula o indivíduo a formular pedido de concessão a ele do medicamento, em detrimento de eventual interesse da coletividade.[610] Mark Tushnet, olhando exatamente para a situação brasileira, critica o

---

[609] Como alerta Lorenzetti, "o individualismo é esquizofrênico porque divide o problema individual do problema público, quando na realidade são questões inseparáveis. Não é possível pensar juridicamente em um indivíduo isolado, mas em um indivíduo situado, ou seja, que convive com outros e que necessita do cuidado para certos bens comuns. Qualquer decisão jurídica, para ser adotada, deve ter em consideração esse aspecto, o que dá causa a uma tensão com concepções consolidadas, a neutralidade e a autonomia" (LORENZETTI, Ricardo Luis. *Teoria da decisão judicial*, ob. cit., p. 306).

[610] A literatura sobre os processos estruturais e sobre a necessidade de tratamento estrutural de diversas questões tradicionalmente tratadas como fenômenos individuais é abundante e o exame do tema transborda os limites deste trabalho. Para mais detalhes sobre o assunto – e, em particular, sobre a questão da saúde pública nessa dimensão – v., entre tantos outros, ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. JOBIM, Marco Felix. *Curso de processo estrutural*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2022, esp. p. 7-86. VITORELLI, Edilson. *Processo civil estrutural*. 5ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024, esp. p. 65-98; JOBIM, Marco Felix. *Medidas estruturantes na jurisdição constitucional*. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022, esp. p. 232-239; VIOLIN, Jordão. *Protagonismo judiciário e processo coletivo estrutural*. Salvador: JusPodivm, 2013, *passim*; DIDIER JR., Fredie. ZANETI JR., Hermes. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. "Elementos para uma teoria do processo estrutural aplicada ao processo civil brasileiro". *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*. N. 75, jan./mar.-2020, *passim*; SARLET, Ingo Wolfgang. "Direitos fundamentais sociais e mínimo existencial – notas sobre um possível papel das assim chamadas decisões estruturantes na perspectiva da jurisdição constitucional". *Processos estruturais.* 5ª ed., Coord., Sérgio Cruz Arenhart, Marco Felix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*; STEFFENS, Luana. JOBIM, Marco Felix. "A judicialização das políticas públicas durante a pandemia da COVID-19 e os processos estruturais". *Processos estruturais.* 5ª ed., Coord., Sérgio Cruz Arenhart, Marco Felix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*; PASQUALOTTO, Victória Franco. "O processo civil entre litígios tradicionais e litígios multipolares complexos: a resposta do processo estrutural". *Processos estruturais.* 5ª ed., Coord., Sérgio Cruz Arenhart, Marco Felix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*; BARROSO, Luís Roberto. "Da falta de efetivação à judicialização excessiva: direito à saúde,

acesso individual ao Judiciário em matéria de tratamento médico, apontando que, não obstante essas demandas possam parecer simples e "simpáticas" do ponto de vista individual, geram dificuldades gigantescas no que tange à alocação de recursos públicos.[611]

Compreendendo essa circunstância, aliás, a Procuradoria-Geral da República sugeriu, a partir de caso individual que chegou ao Supremo Tribunal Federal discutindo a legitimidade da União para demandas sobre medicamentos, o tratamento da questão a partir do Centro de Coordenação e Apoio às Demandas Estruturais e Litígios Complexos daquela Corte, diante da complexidade desse litígio estrutural multifacetado.[612] Examinando a manifestação, o Min. Gilmar Mendes concluiu por, de fato, dar tratamento coletivo à matéria, salientando que "seria um equívoco esta Corte analisar a matéria em tela sob o ângulo exclusivamente processual, desconsiderando a rede de relações e estruturas federativas que enfeixam a concretização do direito fundamental à saúde, no qual o Poder Judiciário, em regra, desempenha função apenas lateral, usualmente deflagrada por conta de aspectos pontualmente defeituosos de uma política pública abrangente".[613] Por isso, ainda em sua observação, "o enfrentamento adequado do tema impõe abordagem que contemple todo o processo de prestação de ações e serviços de saúde pelo Estado brasileiro, desde o custeio até a compensação financeira entre os Entes Federativos (passando pela judicialização), abrangendo os medicamentos padronizados e os não incorporados pelo Sistema Único de Saúde". Assim, e claramente indo além da

---

fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial". *Interesse público*. N. 46, nov.-2007, *passim*.

611 "Courts routinely enter orders directing the medical agencies to make the drugs available to the plaintiffs. These decisions are highly case-specific, turning on the plaintiff's precise medical condition and the value of the drug sought compared to those already available. Plaintiffs may win as often as they do because they can almost always frame their cases in quite sympathetic terms, searching for some medical benefit that would, they think, be helpful, were the government to provide it. But, these successes create difficulties for developing a rational system of allocating medical resources, as the *Soobramoney* Court understood. (…) From the perspective of the one judge deciding an "access to drugs" case in Brazil or Colombia, the expense might seem trivial. Yet, of course, in the aggregate the expense of all the individual actions might be quite substantial,…" (TUSHNET, Mark. "Reflections on judicial enforcement of social and economic rights in the Twenty-First Century". *NUJS Law Review*. Vol. 177, n. 4, 2011, p. 181).

612 Parecer oferecido pelo Procurador-Geral da República no Recurso Extraordinário n. 1.366.243/SC. Em certo momento, afirma o parecer que "Tratando-se de direito a prestações, o direito à saúde impõe tanto obrigações de proteção da saúde pessoal e pública como obrigações de cunho organizatório e procedimental – por exemplo, estabelecimento de órgãos de defesa dos titulares desse direito fundamental, como o Ministério Público e a Defensoria Pública e distribuição de atribuições entre os entes federados para viabilizar sua efetivação, inclusive na hipótese de dispensação de medicamentos".

613 STF, RE 1.366.243/SC. Rel. Min. Gilmar Mendes. Decisão Monocrática, proferida em 21.09.23.

controvérsia que era o alvo da discussão submetida à Corte (a legitimidade da União para figurar em demandas por medicamentos não padronizados no SUS), concluiu ele por submeter a questão a uma comissão especial, a fim de permitir diálogo amplo e buscar soluções efetivas para a questão da judicialização da saúde de modo geral.[614]

É importante sublinhar que vários desses casos começam por uma *ação pretensamente individual*. O recurso extraordinário n. 1.366.243/SC tem origem em uma demanda individual por saúde. O caso foi originalmente proposto perante o Juizado Especial do Estado de Santa Catarina e, após a inclusão da União no polo passivo da demanda, o feito passou a tramitar perante o Juizado Especial Federal. Excluída, no entanto, a União do feito, e confirmada a decisão de 1º grau pela 1ª Turma Recursal de Florianópolis, o Estado de Santa Catarina interpôs recurso extraordinário, que teve sua repercussão geral reconhecida em setembro de 2022. Assim, um caso que inicialmente veiculava pretensão estritamente individual agora é usado pelo Judiciário para a rediscussão do tema da judicialização de medicamentos no país. Também deriva de demandas individuais o conhecido julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.854.842/CE, que transformou em uma demanda estrutural ações que buscavam a alocação de crianças em programas de acolhimento familiar (de modo prioritário) e indenizações por danos morais em favor de menores determinados, diante da manutenção desses menores em regime de acolhimento institucional por período superior ao estabelecido em lei.[615] Verificando que o Município de Fortaleza/CE não cumpria a legislação, deixando menores em acolhimento institucional para além do prazo legal, o

---

[614] Na conclusão de sua decisão, aponta o Ministro Gilmar Mendes que "Os debates e propostas serão escalonados de acordo com os seguintes pontos, sobre os quais os interessados trarão sugestões de soluções para a mesa das tratativas: 1) Responsabilidade, custeio e ressarcimento pelo fornecimento de medicamento incorporado ou não incorporado pelo SUS; 2) Métodos extrajudiciais de solução de litígios, inclusive na esfera administrativa do SUS, de modo a prevenir e solucionar conflitos envolvendo a execução de política pública de saúde, tanto em relação aos usuários quanto em relação aos gestores do sistema; 3) Monitoramento dos usuários do SUS, desde a solicitação administrativa até a conclusão do tratamento deferido com intervenção judicial, com vistas a avaliar a qualidade e pertinência da intervenção judicial na política pública, por meio de mecanismos, protocolos e fluxogramas necessários para assegurar o acesso efetivo da população a direito fundamental, sem desequilíbrio financeiro e desprogramação orçamentária; e 4) Quaisquer outros temas que surjam nos debates, os quais sejam direta ou indiretamente interligados com os anteriores, ainda que não expressamente referidos, mas que envolvam o rearranjo federativo no tema judicialização da saúde pública. Registro, antecipadamente, que os debates da Comissão Especial deverão focar na resolução dos problemas, que, reitere-se, são de conhecimento público e notório no que se refere à judicialização da saúde pública, devendo os participantes ater-se a esse chamamento e evitar exposições alongadas e debates infrutíferos sem que sejam apresentadas soluções factíveis de serem implementadas".

[615] STJ, 3ª Turma. REsp 1.854.842/CE. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJe 04.06.20.

Ministério Público do Estado do Ceará propôs dez demandas individuais (ainda que rotuladas como ações civis públicas), pretendendo o encaminhamento dessas crianças a programa de acolhimento familiar e a reparação dos danos morais por elas sofridos. Ao apreciar o recurso, o Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial interposto pelo Ministério Público, para "anular o processo desde a citação e determinar que sejam adotadas, pelo juiz de 1o grau, as medidas de adaptação procedimental e exaurimento instrutório apropriadas à hipótese, mediante requerimento de participação, ao menos, das entidades locais do terceiro setor, dos *amici curiae* cuja atividade possua pertinência temática, da Defensoria Pública do Estado do Ceará, facultando-se, ainda, a apresentação de contribuições da União e do Estado do Ceará". Transformou, assim, processos *individuais*, dirigidos a satisfazer a pretensão de pessoas determinadas, em um espaço para que o Judiciário pudesse intervir de forma ampla, resolvendo o problema que subjaz as pretensões individuais deduzidas, ou seja, a questão estrutural referente ao acolhimento familiar das crianças naquele município.

1.8.2. Os "fundos limitados"

Semelhante é o problema que se tem quando se aprecia casos que envolvem aquilo que o direito norte-americano chama de "fundos limitados". Recorde-se de casos de violações em massa de direitos envolvendo grandes empresas, como a Encol[616] ou a 123Milhas,[617] que geraram prejuízos enormes a muitas vítimas que, provavelmente, jamais serão ressarcidos em sua integralidade. Pense-se, também, no caso do acidente aéreo ocorrido em Vinhedo, em agosto de 2024, em que um avião da Voepass caiu, no interior de São Paulo, vitimando 62 pessoas. A companhia Voepass (antiga Passaredo) passou por um processo de reestruturação em 2012, diante de dívidas superiores a R$ 150 milhões, processo este concluído em 2017.[618] Em março de 2024, a empresa perdeu os serviços da DNATA (empresa subsidiária do grupo Emirates), com dívidas de R$ 650

[616] https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/01/25/caso-construtora-encol-apos-determinacao-judicial-falida-empresa-comeca-a-pagar-ex-funcionarios.ghtml, acessado em agosto de 2024.

[617] https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/09/01/123milhas-recuperacao-judicial-clientes.htm, acessado em agosto de 2024.

[618] https://www.infomoney.com.br/business/voepass-a-cia-aerea-do-aviao-que-caiu-no-interior-de-sp/, acessado em agosto de 2024.

mil.[619] Além disso, segundo informações da imprensa, a sociedade ainda acumula dívidas trabalhistas no valor de R$ 2,6 milhões – sujeitas a pagamento por regime especial de Plano Especial de Pagamento Trabalhista – e é investigada por outras violações laborais pelo Ministério Público do Trabalho.[620] Diante desse cenário, é razoável supor que a organização já vinha enfrentando dificuldades financeiras, mesmo antes do acidente ocorrido.

Supondo que ela seja efetivamente responsável pelo acidente em questão, pode-se imaginar que ela estará exposta a inúmeras ações – individuais e coletivas – que pretendam responsabilizá-la pelos danos causados. Este conjunto de condenações sucessivas no tempo (em elevado montante) pode muito bem resultar na inviabilidade do prosseguimento das atividades da empresa e em um patrimônio insuficiente para saldar todas as dívidas existentes. Em casos assim, o tratamento individualizado das ações e indenizações leva, comumente, a que os primeiros credores recebem suas indenizações, mas isso esgota os recursos da ré. Em consequência, os outros credores ficam sujeitos a uma situação de falência que, de regra, frustra a satisfação de seus direitos (também reconhecidos).

Casos assim são evidentemente injustos, porque privilegiam alguns credores em detrimento de outros apenas pela rapidez com que aqueles conseguem acessar o patrimônio do réu comum. Por isso, legislações como a norte-americana preveem que esse tipo de caso *não pode ter uma abordagem individual*. Ainda que a ação possa iniciar-se como individual, notando o juiz que a solução do caso individual pode repercutir na esfera de terceiros, deve dar a ele um tratamento coletivo, na forma de uma *class action*. É o que prevê a regra 23 (b) (1) (B), das *Federal Rules of Civil Procedure*, ao estabelecer que a ação coletiva possa ter por base situações em que o julgamento do caso para um único indivíduo possa acabar por dispor dos interesses de outros sujeitos (que não são parte) ou possa dificultar substancialmente ou impedir a capacidade destes de proteger seus interesses.[621] Trata-se de ação coletiva em que não é autorizado o direito de

---

619 https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/victor-iraja/economia/negocios/aviao-que-caiu-voepass-cogitou-segunda-recuperacao-judicial-e-enfrentava-dificuldades-financeiras/, acessado em agosto de 2024.

620 https://www.cartacapital.com.br/justica/empresa-envolvida-em-acidente-aereo-em-vinhedo-acumula-r-26-milhoes-em-condenacoes-trabalhistas/, acessado em agosto de 2024.

621 "(b) Types of Class Actions. A class action may be maintained if Rule 23(a) is satisfied and if: (1) prosecuting separate actions by or against individual class members would create a risk of: (…) (B) adjudications with respect to individual class members that, as a practical matter, would be dispositive of the interests of the other members not parties to the individual adjudications or would substantially impair or impede their ability to protect their interests".

autoexclusão e destinada a promover a isonomia entre os interessados, ao estabelecer critérios uniformes de indenização, à vista das possibilidades do patrimônio disponível do réu comum.[622] Ao permitir o estabelecimento do valor das várias indenizações de uma só vez e segundo os mesmos critérios, esse tratamento único permite atender – ainda que minimamente – a todos os interessados e, em certos casos, quando isso puder ser relevante, até mesmo preservar a solvabilidade da ré.[623]

A medida tem certa afinidade com as ações de falência e de recuperação judicial, exatamente porque trabalham com a limitação do patrimônio disponível para a solução da controvérsia global existente.[624] Aqui, no entanto, busca-se, como objetivo principal, a satisfação de todos os interessados, ainda que pela redução proporcional dos valores que em tese poderiam ser devidos a cada um deles. Observa-se o conflito pela ótica da isonomia e considerando a necessidade de proteger litigantes potenciais,[625] preservando assim valores nem sempre enxergados pelo processo civil de cunho individual.

Logicamente, o exemplo referente à reparação de danos de muitas vítimas é apenas uma das possibilidades que se extrai dessa hipótese de ação coletiva. Vários outros tipos de tutela poderiam ser conseguidos com esse instrumento, sempre sob a ótica de

---

[622] "Através da *class action*, a lide coletiva será decidida de forma unitária em face do grupo como um todo, e cada credor receberá a sua parte do fundo proporcionalmente ao valor da sua pretensão individual (*pro rata share*). Trazendo todos os lesados a um mesmo juízo, por intermédio do representante, e com a decisão emitida em uma única ação, onde a controvérsia será conhecida em sua totalidade, a possibilidade de se promover paridade de tratamento e de se fazer justiça a todos os membros do grupo é maior do que na dispersão, assimetria e descontrole das diversas ações individuais" (GIDI, Antonio. *A* class action *como instrumento de tutela coletiva dos direitos*. São Paulo: RT, 2007, p. 151).

[623] Imagine-se, por exemplo, que a ré comum seja empresa que presta papel relevante em certa localidade ou mesmo em âmbito mais amplo e que haja interesse em que ela não venha a falir. Nesses casos, é possível que o dimensionamento das indenizações individuais ainda tome em consideração a necessidade de preservar a viabilidade da empresa, o que também pode repercutir de modo favorável à coletividade.

[624] É interessante observar que a jurisprudência nacional começa a tratar a própria falência como uma espécie de processo coletivo, de natureza estrutural, aplicando-lhe o regime adequado de ampla participação e de multipolaridade. Ao examinar, por exemplo, o REsp 1.852.165/MG, o Superior Tribunal de Justiça consignou que "a falência não pode ser considerada tão somente um processo conducente apenas à arrecadação e avaliação dos bens do falido para a satisfação do devedor da melhor forma possível. Constitui processo em que se relacionam múltiplos interesses que circundam a companhia e mesmo o interesse público de tutela do crédito e do saneamento do mercado em contraposição ao interesse da própria falida, muitas vezes colidente com o destino liquidatório. Não sem razão, a doutrina qualifica a falência como *processo estrutural*, multifacetado e policêntrico, com interesses plurais e setoriais que demandam um desencadeamento decisório especial que contemplem os diversos atores e perfis envolvidos. Nesse contexto, é imperioso reconhecer a legitimidade aos sócios e, sobretudo, aos administradores, para acompanhar o procedimento e conduzir seus interesses para que sejam sopesados na arena decisional" (STJ, 4ª Turma. REsp 1.852.165/MG. Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira. DJe 20.04.24).

[625] MARCUS, Richard L. SHERMAN, Edward F. *Complex litigation*. 3a ed., St. Paul: West Group, 1998, p. 301.

levar a uma proteção global, oferecida para impedir que alguns possam ter sua situação prejudicada pela atividade individual de outros.

O Brasil não possui regra semelhante a essa que rege a tutela coletiva norte-americana. Todavia, isso não significa dizer que aqui a solução possa ser diferente. A solução alcançada pelo sistema de ação coletiva norte-americana deveria ser, para o Brasil, também impositiva, na medida em que é a única forma de atingir a preservação da isonomia, da justiça e da solidariedade, eleitos como objetivos *fundamentais* do Estado (arts. 3º e 5º, da Constituição). Ademais, o sistema processual brasileiro possui instrumentos processuais capazes de viabilizar esse tipo de solução conjunta, não apenas por meio da tutela coletiva de direitos individuais homogêneos,[626] como também pela aplicação da técnica de atos concertados entre juízos cooperantes, a que alude o art. 69, § 3º, do CPC.

Na forma desse comando, admite-se que vários juízes cooperem entre si, estabelecendo procedimentos para, por exemplo, "a efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas", "a facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial", "a centralização de processos repetitivos" e "a execução de decisão jurisdicional" (art. 69, § 3º, incs V, VI e VII, do CPC). Por meio da Resolução n. 350/2020, o Conselho Nacional de Justiça explicitou que essa possibilidade alcança ainda mais outras situações (art. 6º), permitindo, por exemplo, a reunião de execuções contra devedor comum (inc. IV), a gestão de casos repetitivos (inc. X), a investigação patrimonial e uniformização de procedimento expropriatório (incs. XII e XIII), a criação de estratégias hábeis à implementação de políticas nacionais do Judiciário (§ 1º), além de outros atos que podem ser definidos de forma consensual (*caput*).

A flexibilidade procedimental oferecida por esse instituto permite, sem dúvida, a reunião de casos individuais que tratam de situações como aquelas antes descritas, evitando que a pulverização dessas demandas possa impedir ou dificultar a proteção dos interesses alheios, tal como dispõe a regra 23 (b) (1) (B), da lei norte-americana mencionada.

1.8.3. Reflexos pretersatisfativos da tutela jurisdicional

---

[626] Propus essa ideia há muito tempo, embora com pouca repercussão na academia ou na jurisprudência (v., ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2014, p. 221 e ss.).

Alguns dos exemplos dados acima apontam para situações em que a racionalidade processual tradicional – com a dedução individual de pretensões também individuais – implica evidente *insuficiência de proteção*.

As questões antes tratadas apontam, de fato, para dois grandes ambientes de consideração. De um lado, há casos que envolvem a inadequação da tutela prestada *para a própria parte*, à luz de questões inerentes à dinâmica rígida de apresentação dos pedidos. De outro, há situações em que a pretensão deduzida pela parte pode estar alinhada a seus interesses específicos, mas implica risco ou prejuízo à coletividade, seja porque a resposta individual tende a inviabilizar outras respostas individuais possivelmente viáveis, seja porque esta resposta obscurece a necessidade de proteção também da coletividade.

Particularmente para estes últimos casos, permitir o tratamento individual de tais questões – e também de vários outros exemplos dados nos capítulos precedentes, como é o caso da anulação da deliberação assemblear, da declaração de falsidade documental ou dos *mandatos preventivos* praticados na Argentina – conduz a um recorte exagerado da realidade e a uma atuação jurisdicional francamente deficiente, sob vários aspectos.

Permitir o tratamento dessas questões sob a racionalidade individual, como já visto, estimula a resposta desigual a situações iguais, favorece respostas incapazes de atender de fato ao conflito existente e, em muitos casos, gera soluções francamente irracionais, ilógicas e capazes até mesmo de ampliar o problema. De outro lado, olhando o problema sob o prisma da proporcionalidade panprocessual, esse tipo de abordagem importa nítida alocação inadequada de recursos públicos jurisdicionais, em manifesto antagonismo às determinações constitucionais já estudadas.

Por isso, essas respostas, embora adequadas para a visão antiga de processo civil, precisam hoje ser rechaçadas. É imprescindível notar que a tutela jurisdicional *deve*, em muitas ocasiões, ir além do pedido expressamente veiculado. Não apenas nos casos em que a jurisdição examina os chamados pedidos implícitos – cuja análise é expressamente garantida pela lei – mas também em inúmeros outros casos, é fundamental notar que a resposta jurisdicional *precisa ir além do pedido formulado pela parte*. Essas respostas, aqui chamadas de *pretersatisfativas*, são hoje a única maneira de incorporar os objetivos a serem atendidos pela prestação jurisdicional na estrutura básica do processo civil.

Aliás, é interessante notar que, *à medida em que o processo civil caminha para atender aos seus fins públicos, as fronteiras entre o processo civil individual e o processo civil coletivo tendem a esmaecer*. Os fins públicos do processo civil – amplamente aceitos

no campo da tutela coletiva – tornam há muito tempo aceita a atenuação do princípio da demanda e a ampliação do papel do juiz no processo.[627] O mesmo ocorre, por diversas outras razões, no campo do processo penal, cujo compromisso com valores públicos é indubitável.[628] Se assim ocorre em todos esses espaços, à medida em que o processo civil comum, individual, também reconhece seu compromisso com esses valores públicos, inquestionavelmente, caminha para uma aproximação com essas outras esferas e, assim, por compartilhar os mesmos valores. Nessa toada, é interessante observar que Couture chegou a aludir à "penalização do processo civil", exatamente para se referir a uma paulatina tendência à aproximação entre o processo civil e o processo penal em vários institutos, inclusive no campo da atuação *ex officio* dos órgãos jurisdicionais.[629]

---

[627] V., amplamente sobre isso, ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. *Curso de direito processual civil coletivo*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2021, p. 71 e ss. Mas a ideia de uma nova postura do órgão jurisdicional, diante de seus compromissos públicos já está presente há muito tempo na doutrina. V., por todos, DAMASKA, Mirjan R. *The faces of justice and State authority*. New Haven: Yale University Press, 1986, esp. p. 135 e ss. Como recorda Barbosa Moreira, há muito, "importa assinalar a articulação entre o incremento das funções confiadas aos órgãos judiciais, nos termos da exposição feita nos itens anteriores, e o problema teórico da autonomia do direito processual, a que se aludiu na parte geral do presente relatório. A atividade do Poder Judiciário concorre para a realização dos fins do Estado; o processo é o seu instrumento característico. Na medida em que avulta a importância do instrumento, cresce a necessidade de modelá-lo de acordo com os critérios que se reputem mais idôneos a facilitar-lhe o desempenho eficaz das tarefas a ele confiadas. Ora, as ideias básicas que informam semelhantes critérios não coincidem necessariamente com os princípios em que se inspiram a técnica e a dogmática do direito material. Considerações de ordem metodológica, impostas pelos dados mesmos da experiência, evidenciam, por exemplo, que não é razoável transplantar para o terreno processual, sem alteração, a disciplina civilística dos atos jurídicos" (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "As bases do direito processual civil". *Temas de direito processual – primeira série*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1988, p. 13).

[628] É desnecessário dizer que, no processo penal, o pedido (ou, especificamente, a tipificação contida na denúncia) é irrelevante. Por isso mesmo, a lei autoriza de modo expresso a *emendatio libelli*, permitindo que o juiz dê nova tipificação aos fatos descritos na denúncia, sem maiores cautelas ("O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave", art. 383, do CPP). Entende-se, de forma tranquila, que o réu se defende *dos fatos* que lhe são imputados e não da eventual tipificação que foi atribuída pelo Ministério Público ou mesmo de eventual pedido constante na denúncia (apenas para exemplificar, v., STF, 1ª Turma. HC 173.118. Rel. Min. Marco Aurélio. DJe 05.05.21; STF, 1ª Turma. HC 176.334-AgR. Rel. Min. Rosa Weber. DJe 12.05.21; STF, 2ª Turma. HC 230.835-AgR. Rel. Min. Edson Fachin. DJe 02.02.23; STF, 2ª Turma. HC 79.856. Rel. Min. Nelson Jobim. DJU 06.04.01, p. 68).

[629] "Alguna vez hablé desde esta misma cátedra de la tendencia moderna de la *penalización del proceso civil*. Podría hoy agregar la situación que surge del proceso inquisitorio. Hay cada día una tendencia más acusada, aun en los países de estructura liberal democrática, a permitir la iniciativa de oficio en todos aquellos casos en los cuales la voluntad privada no basta para ofrecer las garantías necesarias. Habremos de ver después el mundo nuevo que ha surgido, por ejemplo, en materia de derecho procesal de los menores, de los incapaces y de las relaciones del estado civil de las personas. Se nota ya que se estremece uno de los apotegmas del principio dispositivo" (COUTURE, Eduardo J. "Trayectoria y destino del derecho procesal civil hispanoamericano". *Estudios de derecho procesal civil*. Buenos Aires: Depalma, 1998, tomo 1, p. 313-314).

Por isso, é natural que o processo civil individual se aproxime da prática que informa os outros campos do direito processual.

Como visto, em diversos casos essa resposta para além do pedido da parte já é assimilada pelo Poder Judiciário brasileiro. Tanto nos casos das técnicas de formação de decisões obrigatórias, como nas demais situações antes descritas, vê-se que o Poder Judiciário se tem mostrado sensível a essas necessidades e, mesmo à revelia das regras expressas do código – ou, ao menos, a partir de uma interpretação criativa desses comandos – tem utilizado de processos específicos para o atingimento de fins públicos e para conferir alcance *ultra partes* ou *extra petita* às suas decisões.

Mas será isso compatível com o cenário jurídico-positivo atual?

1.9. Retornando aos fins da regra da congruência

A resposta a essa pergunta – que é, evidentemente, pela afirmativa – exige tomar como premissa que as regras processuais não podem ser interpretadas como um edifício autônomo, completamente alheio aos valores a cuja proteção se destinam. As regras, como texto que são, só podem ser interpretadas sob as lentes dos objetivos buscados e das garantias fundamentais a que estão predispostas.

Se isso é verdade, então importa recordar que a regra da congruência foi estabelecida, como já visto, para atender a três finalidades específicas.

Foram concebidas, em primeiro lugar, como reflexo da própria natureza do direito material e, de modo claro, como expressão fundamental da garantia de *liberdade individual*. Assim, se o direito material (subjetivo) é individual, não pode o Estado *impor* ao seu titular a sua tutela, como também não pode impor ao titular a tutela fora dos limites em que ele assim desejar.

Sob outro ângulo, essa regra foi pensada no intuito de preservar a imparcialidade do órgão julgador. Admitir que o juiz possa atuar de ofício é abrir margem para que ele possa escolher os casos em que pretende intervir e o alcance dessa intervenção. Ao lado disso, coloca-se em risco o distanciamento que o juiz deve ter do caso, necessário para que se garanta que sua atuação se dá no estrito interesse do Direito e não por conta de algum outro objetivo qualquer.

Finalmente, essa regra se liga à preservação do contraditório e da ampla defesa. Como já mencionado, é direito do demandado saber, com precisão, a pretensão que é

dirigida contra ele e suas bases, de modo a compreender e medir o alvo de sua defesa e, eventualmente, as consequências decorrentes de sua inércia.

A satisfação desses três fundamentos, no entanto, não exige a regra da congruência, sobretudo na forma como o processo civil a costuma enxergar.

1.9.1. A preservação da liberdade

Conforme muitas vezes já dito, a regra da congruência estabelece que a demanda não apenas dá à parte o poder de colocar em movimento a jurisdição, mas também de fixar os limites em que a prestação jurisdicional deferida é legítima. Assim se estaria preservando a liberdade do indivíduo, que é o titular do direito e, então, não pode ser obrigado a protegê-lo contra a sua vontade.[630]

Se é natural que a titularidade de um direito deva implicar o domínio sobre a iniciativa de sua tutela, não parece, todavia, que *dessa afirmação decorra naturalmente que também a extensão da tutela fique limitada aos limites atribuídos pela parte*.[631]

Afinal, a extensão da proteção não é dada pela *liberdade do sujeito de direito*. Ela está ligada à *norma jurídica* que defere a proteção. Não fosse assim, dificilmente seria possível conciliar essa lógica de "preservação da liberdade" com as exceções postas pelo direito positivo a que o juiz exceda o pedido da parte (v.g., os pedidos implícitos). Também, seria difícil explicar por qual razão, em relação a direitos indisponíveis, também seria aplicável – como sustenta a doutrina – a regra da congruência.

Aliás, é curioso que a doutrina reconheça que o autor pode postular *menos* do que tem direito – e isso vincular a atuação judicial – mas não possa postular *mais* do que tem direito ou algo diferente do que tem direito, com a mesma força vinculante à atividade do juiz. Por outras palavras: se a parte pode pedir menos do que tem direito e isso implicar limitação à atividade judicial, por que não poderia pedir mais do que tem direito (pelo ordenamento jurídico) e isso também importar na mesma vinculação à atuação do magistrado?

---

[630] V.g., DOMIT, Otávio Augusto dal Molin. Iura novit curia *e causa de pedir*. São Paulo: RT, 2016, p. 286-288.

[631] Resumindo a compreensão em sentido contrário, ponderam Edilson Vitorelli e Gustavo Osna que "de nada adiantaria dizer que o juiz depende de provocação para agir se, uma vez provocado, ele pudesse exceder por completo o pedido que lhe é posto. A demanda é, nesse sentido, um complemento lógico da inércia" (VITORELLI, Edilson. OSNA, Gustavo. *Introdução ao processo civil e à resolução de conflitos*. Salvador: JusPodivm, 2022, p. 110).

Alguém poderá dizer que o primeiro caso (pedido inferior àquilo que o direito material asseguraria à parte autora) importa em verdadeira renúncia ao direito, ato de disposição material, que se impõe ao juízo justamente por seu caráter disponível. Entretanto, é fácil notar que o argumento é frágil.

De um lado, porque a mesma lógica (vinculação ao pedido) é empregada no processo civil para direitos indisponíveis. Mesmo em relação a direitos indisponíveis – a exemplo de valores devidos ao erário ou derivados da violação de direitos fundamentais e personalíssimos – é uniforme o entendimento de que o pedido deve vincular o juiz, de sorte que, formulado pedido inferior àquilo que seria garantido pelo direito material, não poderia o juiz exceder esses limites na condenação.

Ainda de outro, porque o pedido (estrutura de natureza processual) não pode ser equiparado a ato de disposição material, figura de índole material e externa ao processo. Por outras palavras, a formulação de um pedido em valor inferior àquilo que a parte teria direito não pode importar em renúncia implícita ao excedente (no plano material) simplesmente porque são atos que operam em planos diferentes. Aliás, como a petição inicial é ato praticado por advogado, somente por meio de poderes expressos seria possível supor que o pedido formulado em valor inferior ao devido poderia, em tese, implicar renúncia ao direito material. Já que a petição inicial não é feita *pelo titular do direito*, mas por um outro sujeito que detém a capacidade postulatória de representá-lo em juízo, não é viável que se suponha a renúncia ao direito decorrente da simples circunstância de que, no processo, o pedido vertido não corresponde exatamente ao direito formulado.[632]

Afastada a equiparação do pedido inferior àquilo que o direito autorizaria à parte a uma renúncia ao direito, parece, de fato, estranho o tratamento diverso dado pelo processo civil a esse pedido "menor", ao pedido "maior" e ao pedido "diverso".

Fato, no entanto, é que em todos os casos, os limites em que os pedidos podem e devem ser atendidos estão adscritos aos limites da *norma jurídica* que regula a situação. Se o texto normativo afirma que aquele que pratica ato ilícito que cause dano a outrem deve reparar esse prejuízo (art. 927, do CC), então a extensão do dano causado é o limite

[632] Em linha com o que aqui se afirma, veja-se que a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no Tema de Repetitivo n. 289, afirmou que "a renúncia ao crédito exequendo remanescente, com a consequente extinção do processo satisfativo, reclama prévia intimação, vedada a presunção de renúncia tácita". Sem a manifestação específica do titular do direito, não é razoável que ele venha a ser penalizado com a perda do direito, quando sequer pode exercer (em juízo) pessoalmente esse direito.

da atuação jurisdicional. Se a norma estabelece a nulidade como consequência da celebração de negócio jurídico por absolutamente incapaz, então, presentes esses fatos, a consequência já foi dada pelo ordenamento jurídico, não se podendo cogitar do exercício de liberdade na aplicação ou não dessa norma.

É lógico que fora (e antes) do processo, as partes podem ser livres para pedir ou não a atuação do direito. Fora do ambiente processual, deve realmente presidir – quando for o caso – a sua liberdade. Todavia, dentro do processo, quando as partes pedem que o Estado aplique às situações por elas descritas o Direito, não podem esperar que a jurisdição atue em outros limites que não aqueles traçados pelo ordenamento jurídico.

Ninguém pode, legitimamente, por em dúvida a importância da liberdade individual, inclusive para o processo civil. No entanto, como visto, a suposição de que todo pedido revele sempre a opção livre e consciente por determinada tutela jurisdicional é uma falácia que não resiste ao mais tênue escrutínio. E por isso não se justifica dar a essa liberdade a importância tradicionalmente conferida.

Alguém ainda poderá sustentar – diante do que acabou de ser dito – que é o ordenamento jurídico que subordina a atuação jurisdicional aos limites do pedido formulado pela parte (arts. 141 e 490).[633]

Como se verá a seguir, no entanto, não parece que caiba mais na situação atual – à luz dos princípios que regem o processo civil atual e, sobretudo, da imposição constitucional (art. 37) e legal (art. 8º) da eficiência (proporcionalidade panprocessual) – a interpretação clássica a respeito da congruência. Exige-se interpretação mais elástica dessas regras e, em certos casos, até mesmo a sua superação em favor de outros princípios e regras também presentes no ordenamento nacional.

Assim, é lógico que a titularidade de um direito deva dar a esse titular o poder de dar início à atividade jurisdicional tendente ao seu reconhecimento ou à sua efetivação. Mas esta é a única consequência decorrente dessa titularidade.

1.9.2. A preservação da imparcialidade

[633] A subordinação, na verdade, é falha e desmentida pela própria legislação processual. Basta ver para o regime do efeito translativo dos recursos para recordar que, aqui, o Judiciário tem autorização expressa para conhecer de temas externos ao pedido de reforma e, inclusive, oferecendo solução contra o recorrente (*reformatio in pejus*).

O outro elemento fundamental que a regra da congruência busca preservar é a imparcialidade do juiz.[634] Segundo se afirma, atribuir ao juiz o poder de iniciativa do processo poderia comprometer sua isenção na análise do caso e, por isso, o ideal é deixar nas mãos das partes esse poder de impulsionar a atividade jurisdicional.

Novamente, parece que aqui se misturam razões para deixar nas mãos das partes a *iniciativa* do processo e a *delimitação* da atividade do juiz. É evidente que deixar nas mãos do órgão jurisdicional dar início a um processo pode implicar severo risco à sua imparcialidade, permitindo-lhe selecionar os conflitos que deseja julgar e, mesmo, estabelecendo preconcepções que sem dúvida impactarão suas decisões.

Contudo, não parece que o mesmo se aplique à fixação dos limites da atuação jurisdicional por meio do pedido. Iniciado o processo, é de se supor que o interesse do magistrado – que se presume imparcial – esteja na melhor aplicação do Direito. Vedar-lhe essa correta aplicação do Direito porque a parte lhe impôs outros limites não parece ter relação com a preservação de sua imparcialidade.

Pode-se fazer um paralelo entre a situação aqui examinada e o problema da produção da prova *ex officio*, examinada em trabalho seminal por Barbosa Moreira.[635] Como pondera o autor – ao rejeitar a alegação de que a produção de provas de ofício poderia afetar a imparcialidade do juiz – ao magistrado, em princípio, não interessa quem ganha ou perca o litígio; interessa-lhe sim que o Direito seja corretamente aplicado e, desse modo, que a solução da controvérsia se dê conforme o ordenamento jurídico. Por outro lado, não parece que a limitação da atividade judicial a certos contornos estabelecidos pela parte seja hábil e impedir ou reduzir o risco de parcialidade.[636] Esse

---

[634] Assim, v.g., MILLAR, Robert Wyness. *Os princípios formativos do processo civil*. Rio de Janeiro: Marcial Pons, 2024, p. 41-48; OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil – proposta de um formalismo-valorativo*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 94-95 e 170-172; DOMIT, Otávio Augusto dal Molin. "*Iura novit curia*, causa de pedir e formalismo processual". *O processo civil no Estado Constitucional*. Coord. Daniel Mitidiero. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 243-244.

[635] BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "O juiz e a prova". *Revista de processo*. N. 35, jul./set.-1984, esp. p. 179-182.

[636] Ainda tomando de empréstimo as ideias de Barbosa Moreira nesse outro contexto, diz ele que "deve observar-se que o risco da parcialidade ronda o juiz a cada momento da sua atividade, ao longo do processo. E se ele quiser ser parcial, não é por tal forma [refere-se ele à limitação da produção de prova de ofício] que se vai poder impedir este lamentabilíssimo resultado. As verdadeiras maneiras, os melhores remédios para prevenir a influência de simpatias ou antipatias que o juiz possa sentir, de temores ou gratidões, ou daqueles outros sentimentos que podem influenciar o espírito humano, no momento de julgar, as melhores maneiras de evitar essa influência, ou de reduzi-la ao mínimo possível, não têm nada que ver com o cerceamento do juiz, naquilo que, ao contrário, é inerente à sua tarefa de julgar, a saber, a pesquisa da verdade. (...) Pois bem, eu diria que os verdadeiros modos de exorcizar o fantasma da parcialidade consistem, sobretudo, em submeter a atividade do juiz à observância do princípio do contraditório, em

risco, hoje se sabe, contém-se muito mais eficientemente com a imposição de rígida observância à garantia do contraditório eficiente, com a exigência de adequada fundamentação das decisões e com a possibilidade de reapreciação do decidido do que por estruturas rígidas de formatação da demanda.

De outro lado, pode-se ainda estabelecer mais uma correlação importante para analisar a questão da imparcialidade aqui. Como visto há pouco, no processo penal, a ideia de correlação não se estabelece entre pedido e sentença; ela se dá entre fatos afirmados na denúncia e sentença. A tipificação dada pelo órgão acusador ou o pedido por ele formulado é irrelevante, havendo expressa previsão de lei que autoriza o juiz a condenar o réu por tipo penal diverso – ainda que mais grave do que aquele atribuído pelo órgão acusador – contanto que se mantenha nos limites dos fatos descritos (art. 383, do CPP). Mesmo que autorizada a *emendatio libelli* no processo penal, não se considera *parcial* o juiz que age desse modo, ainda que ele se afaste do pedido formulado na denúncia. Por que haveria de ser diferente no campo do processo civil? Por que, aqui, esse tipo de comportamento implica violação à sua imparcialidade?

Se, apesar das inúmeras diferenças existentes entre o processo civil e o penal, em ambas se espera que o Judiciário se dedique à atuação do direito e à tutela das situações materiais estabelecidas, então não há o que justifique que se insista em dimensionar a atividade judicial, no campo cível, aos interesses privados das partes. Menos ainda há justificativa para supor que a transgressão desses limites impostos pelas partes pelo pedido eventualmente formulado importe, aqui no campo cível, em violação à imparcialidade.

Enfim, considerando que o risco à imparcialidade se combate com a observância ao contraditório forte, com a fundamentação adequada das decisões judiciais e com a *accountability* dos órgãos do Poder Judiciário, não parece que haja risco de parcialidade apenas porque – *na devida aplicação do Direito* – o juiz acabe por ir além do pedido especificamente formulado pela parte.

---

impor ao juiz o dever de realizar a atividade de instrução sob a égide do contraditório, e proibi-lo de levar em conta na sua decisão qualquer elemento probatório colhido sem que as partes tivessem a oportunidade de participar, tanto quanto possível, da colheita, ou pelo menos, de manifestar-se sobre os resultados obtidos. E também, e principalmente, o dever da motivação, ao qual voltarei daqui a alguns minutos" (ob. cit., p. 180-181).

1.9.3. A questão do contraditório

Derradeiramente, a regra da congruência tem sido ligada à proteção da garantia do contraditório. Saber o objeto sobre o qual incidirá a atuação jurisdicional, as razões que levam a parte a solicitar a intervenção estatal e as consequências decorrentes da não participação do réu é fundamental para que a pessoa possa governar sua conduta.

Por isso, sem dúvida, o ponto referente à preservação do contraditório exige atenção maior. E por isso também esse assunto será objeto de um capítulo próprio, adiante desenvolvido.

Neste momento, todavia, importa sublinhar que a preservação do contraditório pode ocorrer de vários modos diferentes. A estrutura do contraditório – que se imaginava no passado ser única – pode ser redimensionada e reorganizada de modo a atender a inúmeras circunstâncias próprias do conflito existente.

Por isso, a necessidade de garantir o contraditório – e ninguém duvida dessa imposição constitucional – não significa, imprescindivelmente, estabelecer no início do processo aquilo sobre que versará a atuação jurisdicional e congelar esse quadro da realidade, tornando todo o mais irrelevante, desinteressante ou invisível para o Estado-jurisdição.

Em outro trabalho, já sugeri a possibilidade de que o pedido formulado no processo civil pudesse ser alterado, de forma mais ou menos livre, contanto que observado o contraditório.[637] O essencial, portanto, para que se permitisse a modificação do pedido ao longo processo seria a preservação da garantia do contraditório. E isso poderia ser realizado – evidentemente, dentro de certos critérios e balanceados os ganhos e as perdas que podem surgir para o conjunto das garantias processuais de modo geral – ao longo do processo todo, e não apenas em determinadas fases do procedimento.

Se é possível o exercício adequado do direito ao contraditório, não há– ao menos sob esse aspecto – motivo que inviabilize a modificação do pedido ou da causa de pedir no curso do processo.

De certo modo, essa resposta está também alinhada à perspectiva do processo penal que, além da *emendatio libelli* antes mencionada, admite também – mas agora sempre *com a estrita observância do contraditório* – a *mutatio libelli*. Ou seja, no

[637] ARENHART, Sérgio Cruz. "Reflexões sobre o princípio da demanda". *Processo e constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*. Coord. Luiz Fux, Nelson Nery Jr. e Teresa Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2006, *passim*.

processo penal, se da instrução do feito, entender-se pela possibilidade de atribuir nova definição do fato "em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação", deve o Ministério Público aditar a denúncia ou a queixa, reabrindo-se todo o contraditório (art. 384, do CPP).

Ora, se existe essa possibilidade de alteração dos próprios elementos da acusação ou circunstância do fato típico, diante daquilo que resulta da instrução do processo – *contanto que se garanta o contraditório adequado do réu* –, e se é possível que o réu venha a responder por esse novo delineamento fático *no âmbito criminal*, então por que motivo seria diferente no campo do processo civil?

Dito de outro modo: desde que possível a garantia do contraditório, a regra da congruência não pode ser – sob esse aspecto – óbice a que o Judiciário, dentro de certas condições, atue fora do pedido originalmente formulado.

Examinando, enfim, os três fundamentos para a previsão legal da regra da congruência, observa-se que, desde que observadas algumas cautelas, seria tranquilamente admissível que o Judiciário atuasse fora dos parâmetros indicados pelas partes *garantindo, ainda assim, as três razões que levaram à criação dessa regra ou, ao menos, não antagonizando de modo algum com os motivos que levaram à sua concepção*.

1.10. Uma nova congruência e a ampliação dos horizontes da atividade jurisdicional

Estabelecida a possível convivência entre a ampliação da atividade jurisdicional (para além do pedido formulado pela parte) e a preservação das garantias que levaram à criação da regra da congruência, é preciso pensar em parâmetros para que se possa buscar essa harmonia adequada.

A resposta há de considerar, de um lado, a própria interpretação dos pedidos formulados, sobretudo porque o código atual apresenta um panorama muito diverso do anterior nesse campo. De outro lado, deve pensar sobre as condições em que é possível não apenas interpretar de modo diverso o pedido formulado, mas, em específico, ultrapassar esse pedido, permitindo que o Judiciário aja *fora e além* dele.

Recorde-se mais uma vez: tudo isso deve ser feito à luz da lógica da proporcionalidade panprocessual e tendo em vista a preservação das garantias fundamentais que se pretendeu assegurar com a regra da congruência.

1.10.1. Reflexos na interpretação *dos pedidos*

De um lado, é certo que essa nova visão impacta a forma como devem ser interpretados os pedidos formulados pelas partes. Essa alteração já é sinalizada pela própria mudança relevante implementada pelo atual código de processo civil sobre a matéria.

Colocando-se em extremo oposto àquilo que se tinha até o código de 1973, o atual código opta por abandonar a lógica da interpretação restritiva dos pedidos, mas alinhar-se a uma evidente expansão do campo iluminado pelo pedido. O pedido, segundo afirma o art. 322, § 2º, do CPC, deve ser interpretado sob o prisma de dois grandes vetores: o conjunto da postulação e o princípio da boa-fé.

Como já observei em outro momento,[638] a ideia de observar o "conjunto da postulação" deve ser entendido não apenas como o conjunto da petição inicial, mas como o conjunto de todos os atos postulatórios deduzidos no processo.

De fato, não há dúvida de que o código sabe a diferença entre petição inicial e ato postulatório. E isso é mais do que evidente. Há muitos atos postulatórios fora da petição inicial e ao longo do processo. É o caso, por exemplo, das petições de alteração do pedido ou da causa de pedir (v.g., art. 329, do CPC), é o caso da reconvenção (art. 343, do CPC), é também o caso de muitas intervenções de terceiros (v.g., arts. 125, 130 e 133, do CPC), ou ainda o caso da arguição incidental da falsidade documental (arts. 430 e ss., do CPC). É também – e isso é significativo – o caso da previsão contida no art. 493, do CPC, que autoriza o juiz a considerar fatos constitutivos, modificativos e extintivos ocorridos no curso do processo e que sejam relevantes para a solução da controvérsia, a requerimento e *até mesmo de ofício*.[639]

---

[638] MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. IV, p. 419-421.

[639] A esse propósito, por exemplo, recorde-se que o Superior Tribunal de Justiça chancelou a possibilidade de "reafirmação da DER (data de entrada do requerimento)" no curso da demanda, com o intuito de permitir ao segurado que implementa os requisitos para a concessão de benefício previdenciário apenas depois de ajuizada a ação o gozo do benefício (Tema 995: "é possível a reafirmação da DER (Data de Entrada do Requerimento) para o momento em que implementados os requisitos para a concessão do benefício, mesmo que isso se dê no interstício entre o ajuizamento da ação e a entrega da prestação jurisdicional nas instâncias ordinárias, nos termos dos arts. 493 e 933 do CPC/2015, observada a causa de pedir"). Ou seja, embora a parte não tivesse direito ao benefício quando do ajuizamento da demanda, porque implementa os respectivos requisitos no curso do processo, releva-se a propositura precoce da ação e se defere o benefício em razão de fatos ocorridos ao longo do processo. Basta para a aplicação da tese que haja *pertinência* com a causa de pedir e com o pedido formulado (STJ, 2ª Turma. AgInt no REsp 2.085.972/SP. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 10.06.24).

Dessa sorte, há atos postulatórios ao longo de grande parte do processo por expressa previsão de lei. E isso significa dizer que a postulação pode sofrer inúmeras modificações ao longo do *iter* procedimental, convivendo bem o processo civil com essa mudança.

Mas em especial quando o art. 322, do CPC, determina que a interpretação do pedido considere esse conjunto da postulação, o que ele prevê é que deve o juiz estar ciente de que o pedido constante da petição inicial é, até o fim do processo, apenas um "projeto de pedido", uma "primeira impressão" sobre aquilo que a parte efetivamente espera obter. Afinal, se o pedido deve ser interpretado à luz do "conjunto da postulação" e se esse conjunto só será conhecido no momento de proferir a decisão, então o preceito aponta no sentido de entender aquele pedido como algo ainda em construção, que se forma gradualmente, à medida em que os argumentos, os fatos e as eventuais implicações que eles trazem a esse pedido inicial determinam a verdadeira extensão da manifestação de vontade trazida pela parte. Se é no curso do processo que os fatos são determinados e que se tem a exata definição dessa base fática que determina a aplicação do direito, então parece razoável que a interpretação do pedido seja aberta a esses influxos ocorridos no curso do processo também.

A *formação progressiva do pedido*, assim, deve encontrar apenas uma barreira hermenêutica: os fatos que compõem a causa de pedir, interpretados sob o prisma da boa-fé (ou, mais exatamente, como se verá adiante, da inexistência de má-fé). Otimiza-se, desse modo, a prestação jurisdicional, evitando – o quanto possível – que a parte tenha que voltar ao Poder Judiciário para postular novas prestações que poderiam já ter sido examinadas anteriormente.

Aproxima-se, com isso, o processo civil do processo penal, tal como visto anteriormente, e em especial com a figura da *mutatio libelli*, admitida no campo do processo penal.

De outro lado, a boa-fé exigida pela lei parece apontar não necessariamente para a avaliação da ocorrência de boa-fé objetiva no comportamento da parte postulante, mas antes em um critério *negativo*. A menção à interpretação à luz da boa-fé indica avaliar se não houve *má-fé* no comportamento da parte. Ou por outras palavras, a análise da boa-fé aqui exige, apenas, a consideração sobre se, nessa construção do pedido efetivo ao longo do processo não almeja a parte surpreender o requerido, omitir propositalmente certo

aspecto do pedido com o intuito de dificultar a defesa do réu ou induzir algum comportamento dele ou ainda gerar custos desproporcionais para o processo.[640]

Dito de outra forma, parece que a avaliação da boa-fé aqui tem mais a ver com a vedação a que a parte postulante possa *abusar* de seu direito por meio da interpretação aberta admitida pela lei processual.

Afinal, essa é a interpretação que mais se harmoniza com a lógica da proporcionalidade panprocessual e com a preservação das garantias mencionadas (em especial o contraditório e a imparcialidade). Contanto que seja viável o exercício do contraditório – e que, portanto, ele não seja prejudicado pelo comportamento abusivo da parte – não existe razão que justifique restringir a interpretação do pedido.

A jurisprudência brasileira já se tem aberto para essa forma de interpretação em certas áreas do direito, como se viu ao longo deste capítulo. No campo previdenciário, por exemplo, sobretudo diante da incidência da proteção ao hipossuficiente, é tranquila a compreensão de que "não estando restrito apenas ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, é permitido ao Tribunal extrair da interpretação lógico-sistemática da peça inicial aquilo que se pretende obter com a demanda".[641] Do mesmo modo, conclui-se que "em matéria previdenciária pode-se flexibilizar a análise do pedido contido na petição inicial, não configurando julgamento extra petita a concessão de benefício diverso do requerido, desde que o autor preencha os requisitos legais do benefício deferido, tendo em vista a relevância da questão social que envolve a matéria".[642] Também no campo da tutela coletiva são inúmeros os exemplos de flexibilização da lógica da congruência, em atenção à realidade do direito material.[643]

---

[640] Nessa linha, pondera Leonardo Nunes que "se temos um Autor que, de boa-fé, traz novos elementos no curso do processo, e se queremos um processo justo, que resolva *in totum* o problema estrutural, seria contraproducente a decisão que inadmita a alteração objetiva da demanda, ainda que ultrapassada a decisão de saneamento. Essas alterações precisam ter por objeto – e isto é um limite importante – novas pretensões que guardem pertinência com a causa em debate e já estejam, mesmo que de modo incipiente, veiculadas na demanda (garantia de ampla defesa do réu)" (NUNES, Leonardo Silva. "Ensaios sobre a postulação móvel nos processos estruturais", ob. cit., p. 517).

[641] AgInt no AREsp n. 2.054.226/RJ, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 22/8/2022, DJe de 29/8/2022.

[642] STJ, REsp 2.016.777/SP. Rel. Min. Assusete Magalhães. DJe 28.03.23. Assim tb., STJ, 2ª Turma. REsp 1.826.186/RS. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 13.09.19; STJ, 2ª Turma. AgRg no Resp 1.305.049/RJ. Rel. Min. Mauro Campbell Marques. DJE 08.05.12; STJ, 6ª Turma. AgRg no REsp 1.105295/PR. Rel. Min. Assusete Magalhães. DJe 29.11.12.

[643] Poder-se-ia aqui citar os inúmeros exemplos de ações estruturais encontradas no processo civil brasileiro. Porém, mesmo fora desse âmbito, na tutela coletiva, são correntes os exemplos de prestações judiciais oferecidas fora dos estritos limites do pedido – interpretando esse pedido de modo amplo –, no intuito de oferecer a proteção mais adequada à situação material. Tome-se, por exemplo, o caso em que o Superior

No entanto, não há motivo para que esse tipo de compreensão fique limitado a certos campos do Direito. Como a disciplina da congruência é a mesma para todo o processo civil, as regras do CPC exigem que o mesmo tipo de compreensão seja estendido para todos os pedidos formulados em processo civil.

Contanto que restrita aos fatos descritos na petição inicial, e desde que preservada a garantia do contraditório, a interpretação do pedido deve alcançar o máximo potencial viável, sobretudo em atenção à lógica da eficiência panprocessual.

A ênfase, assim, da interpretação do pedido deve girar em torno dos fatos principais descritos na inicial e da possibilidade do exercício do contraditório.[644] Dentro dessas balizas, a interpretação do pedido deve alcançar qualquer possível proteção viável, seja diante de requerimento expresso da parte, seja mesmo pela atuação *ex officio* do juiz.

Obviamente, a grande preocupação aqui há de ser a preservação do contraditório. O tema, como já esclarecido, será alvo de análise específica. No entanto, já é possível antecipar que é viável – novamente, na mesma linha do que permite o processo penal – que se garanta o contraditório também no curso do processo. Notando o juiz que, dos fatos descritos na inicial e dos ocorridos no curso do processo, é possível extrair determinada interpretação aos pedidos formulados, toca-lhe esclarecer isso às partes e permitir a elas o devido exercício do contraditório. Garantido isso, não há – dentro dos limites já ponderados – motivo que afaste essa interpretação ampla do pedido, em homenagem à própria eficiência da prestação jurisdicional.

Haverá, sempre é claro, a possibilidade de a parte *expressamente* afirmar que *não pretende certa consequência jurídica*. Afinal, se um dos objetivos da congruência é

Tribunal de Justiça chancelou a possibilidade de que, embora a ação coletiva tivesse formulado um pedido indenizatório consistente em 20% do valor do empreendimento, concluiu-se como razoável que a condenação fosse estabelecida por meio da multiplicação do valor do metro quadrado de empreendimento semelhante pelo número de metros quadrados que deveriam ser demolidos, na medida em que – segundo se afirma no acórdão – é pacífica a jurisprudência da Corte no sentido de que o pedido deve ser "interpretado logica e sistematicamente a partir de toda a petição inicial" (STJ, 2ª Turma. AgInt no REsp 1.861.667/SP. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 17.12.21).

[644] Este último ponto, aliás, parece ser o elemento já determinante para a interpretação dos pedidos na ótica do Superior Tribunal de Justiça. A Corte, com efeito, já consignou que "reitero que o intuito do artigo 322, § 2°, do CPC/15, de que a 'interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé', há muito encampado pela jurisprudência pacífica desta Corte, é sanar eventual impropriedade técnica da parte autora ao formular os pedidos, como no caso em discussão, permitindo ao magistrado extrair dos autos o provimento jurisdicional que mais se adeque à pretensão autoral, o que, decerto, não o autoriza a aumentar ou cumular o pleito realizado com aqueles que sequer foram trazidos para debate e que não é decorrência lógica do primeiro, fugindo dos limites objetivos da demanda" (STJ, 4ª Turma. AgInt no REsp 1.598.709/SP. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti. DJe 02.10.19).

preservar a liberdade da parte e o caráter disponível do direito alvo de tutela, não se pode negar que, tal como a parte pode renunciar a seu direito, pode também *de modo expresso* renunciar a certo efeito da tutela jurisdicional.

Isso, no entanto, está condicionado aos mesmos requisitos necessários para que a parte renuncie a seu direito ou à pretensão que possa exercer. Assim, essa limitação – que há de ser sempre veiculada por *manifestação expressa da parte* – depende do caráter disponível do direito (ou, ao menos, da sujeição daquele efeito à disponibilidade da parte) e à satisfação da capacidade da parte para dispor de seus direitos e de suas pretensões.

Dentro desses limites, no entanto, é razoável que a interpretação flexível e ampliada do pedido se submeta à *expressa vontade consciente* da parte, manifestada após a sinalização do Judiciário sobre o possível alcance da tutela jurisdicional a ser prestada.

1.10.2. Reflexos nos limites *estabelecidos pelos pedidos*

No entanto, como parece ser intuitivo dos exemplos antes trazidos nos capítulos precedentes, a ampliação na *interpretação* do pedido não esgota as possibilidades hoje viáveis. Também é admissível que o juiz vá *além* do pedido formulado, dando proteção a toda a coletividade *a partir* da demanda individual proposta ou, ao menos, a um grupo de pessoas a quem se refere o direito postulado de forma individual.

Tome-se o exemplo dos "*mandatos preventivos*" argentinos. Não soa razoável que, diante do risco de que um mesmo fato, denunciado em uma demanda individual, venha a violar direitos de outras pessoas ou a agravar a sua situação, deva o Judiciário agir para que esse tipo de lesão não ocorra? Será lógico que, apenas em razão da regra da congruência – e, repita-se, sem que qualquer das garantias que essa regra busca tutelar sejam ofendidas – o Judiciário feche os olhos a esse fato e se atenha a lidar com a controvérsia que lhe foi exposta nos limites do pedido que lhe foi apresentado?

Não parece que a interpretação gramatical e restritiva dos arts. 141[645] e 490[646], do CPC, possa ser preservada. Já ponderei que esses textos normativos – que estruturam a regra da congruência – devem valer pelas garantias que buscam preservar e não apenas por seu conteúdo expresso.

---

[645] "Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte."

[646] "Art. 490. O juiz resolverá o mérito acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, os pedidos formulados pelas partes."

No entanto, alguém pode imaginar que, a despeito de não haver qualquer comprometimento àquelas garantias, a regra ainda assim deve valer na medida em que é texto expresso de direito positivo que, nessa condição, merece ser observado. Apesar de tantos pontos em que essa irrefletida aplicação da lógica da congruência leva a consequências absolutamente incorretas – por defeitos de manifestação da vontade, pela inadequada correlação da vontade da parte e daquele que exerce em seu nome a capacidade postulatória, pela insuficiência de tutela que isso opera e por tantas outras razões já vistas –, é possível que alguém insista que a regra existe e deve ser inteiramente aplicada e que o máximo que se admite é certa flexibilização na *interpretação* dos pedidos, tal como já visto.

Poderia afastar a objeção demonstrando que não há texto que prescinda de interpretação e que essa interpretação deve sempre considerar os objetivos da regra – e não exatamente o seu conteúdo gramatical. Poderia também afastar a crítica apontando – como já feito – os inúmeros exemplos que fragilizam (e praticamente inviabilizam) a aplicação radical desses textos a partir de uma interpretação meramente gramatical.

Entretanto, parece que, mesmo nos limites do texto, é possível encontrar solução que, sem menosprezar tais regras, ofereça a elas conteúdo que seja adequado à realidade atual.

Uma leitura estrita dessas regras afastaria a possibilidade de que no Brasil – ao menos no atual estágio da legislação civil – se permitisse solução semelhante àquela adotada na Argentina para os "*mandatos preventivos*". Isso, no entanto, implicaria dizer que, por mais evidente que fosse o risco de que certa situação gerasse incontáveis outros danos ou lesões a direito, o Judiciário estaria de mãos atadas, porque circunscrito pelos pedidos formulados pela parte. Mas o argumento consequencialista, embora presente também na ordem jurídica (art. 20, da LINDB) e necessário para uma interpretação sistemática do texto, pode parecer insuficiente para afastar a literalidade das regras mencionadas.

Por isso, devemos sempre partir da base constitucional para a interpretação das regras de direito processual. E, no campo processual, dois preceitos são aqui mais relevantes: o art. 5º, inc. XXXV e o art. 37.

Conforme prevê o primeiro dispositivo, a lei não pode excluir da análise do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Como se vê, nesse preceito – considerado a gênese da garantia de *ação* no direito nacional – não se subordina a atuação do Judiciário à iniciativa da parte. O que se estabelece, sim, é que nenhuma lesão ou ameaça a direito

pode ser excluída da análise do Judiciário por qualquer preceito de lei. E essa percepção sustenta a possibilidade de que, tendo o Judiciário ciência de que certo fato possa implicar outras violações a direitos, toca-lhe agir diante dessa lesão ou ameaça para aplicar o Direito a essa situação. O preceito, assim, autoriza concluir que está em harmonia com a previsão constitucional a atuação do Judiciário para além do pedido da parte, desde que isso implique dar a proteção adequada a lesão ou ameaça a direito.

O art. 37, da Constituição, por sua vez, estabelece o dever de *eficiência* do Estado brasileiro que, como já visto, é a base da proporcionalidade panprocessual. A necessidade de agir eficientemente envolve a imposição de alocação adequada dos recursos públicos, o que, a seu turno, exige evitar o desperdício que poderia ser gerado, por exemplo, pela repetição de demandas desnecessárias, pelo estímulo (ou permissão) a soluções contraditórias ou pela omissão em atender de forma adequada e efetiva a situação carente de tutela. Assim, novamente, também esse preceito se alinha à possibilidade de que a atuação jurisdicional se paute pelo *dever* de otimizar a resposta oferecida em atenção às reais necessidades da situação concreta verificada.[647]

A Constituição, portanto, avaliza a ampliação aqui defendida.

Do mesmo modo, a interpretação sistemática do próprio código de processo civil autoriza essa ampliação. De início, porque também o código se refere à inafastabilidade da tutela jurisdicional (art. 3º), ao dever de eficiência (art. 8º) e é inerente à racionalidade que impregna o processo cooperativo a busca de decisão justa e efetiva, obtida com a cooperação de todos os sujeitos processuais (art. 6º).

Além disso, como já observado, os atuais compromissos do processo civil vão muito além do conflito deduzido pelas partes. Todo sistema de solução de casos repetitivos – cuja iniciativa é atribuída *também* ao próprio Judiciário, depois de iniciada uma demanda – aponta para tanto. A despeito da inexistência de pedido da parte para a criação de decisão obrigatória – que, na maioria das vezes, sequer é seu interesse – o Judiciário enxerga aí uma finalidade mais importante e se vale do processo de partes para a solução de questões que transcendem em muito a discussão por elas apresentada.

---

[647] De outro lado, como já se tentou demonstrar, essa postura ampliada para a atividade jurisdicional, desde que condicionada à alguma iniciativa da parte e desde que observados o contraditório e a limitação ao quadro fático exposto no processo, não põe em risco nenhuma das outras garantias processuais fundamentais, como o direito de defesa, a imparcialidade do juiz ou o devido processo legal. Ao contrário, outros valores fundamentais podem também ter um ganho reflexo com essa postura, tal como ocorre com a garantia de isonomia, a garantia de duração razoável do processo ou mesmo a proteção da segurança.

De outro lado, também se vê que o código abraça compromissos outros, que vão muito além do interesse das partes para se alocar em finalidades públicas. É assim, por exemplo, que ele veda o emprego do processo para a prática de ato simulado ou para a obtenção de objetivos ilícitos (art. 142) e também que ele preserva, expressamente, em diversos casos, interesses que não foram assegurados pelo pedido da parte (v.g., art. 325, parágrafo único[648]; art. 328[649] ou art. 565[650]).

Todos esses elementos revelam as finalidades públicas do processo e põem em dúvida a conclusão de que *o único seu objetivo seja resolver a controvérsia exposta pelas partes*.

Se isso é verdade, então é possível concluir que, quando o art. 141, do CPC, faz menção a que a solução da controvérsia deve dar-se "nos limites propostos pelas partes", isso não significa necessariamente dizer que a solução do mérito *sempre e apenas deve estar cingida à análise do pedido formulado pelo autor*. Afinal, o texto legal expressamente alude às partes, sendo certo que o réu, enquanto preserve sua condição de requerido, não faz pedido e, assim, não estabeleceria limite para a atuação judicial.[651] Assim, a regra não induz a que se suponha que a atividade jurisdicional esteja limitada *ao pedido* formulado pela parte autora. Indica, isso sim, que a tutela jurisdicional deve

---

[648] "Art. 325. O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo. Parágrafo único. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo.

[649] "Art. 328. Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito."

[650] "Art. 565. No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias, que observará o disposto nos §§ 2º e 4º. § 1º Concedida a liminar, se essa não for executada no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de distribuição, caberá ao juiz designar audiência de mediação, nos termos dos §§ 2º a 4º deste artigo. § 2º O Ministério Público será intimado para comparecer à audiência, e a Defensoria Pública será intimada sempre que houver parte beneficiária de gratuidade da justiça. § 3º O juiz poderá comparecer à área objeto do litígio quando sua presença se fizer necessária à efetivação da tutela jurisdicional. § 4º Os órgãos responsáveis pela política agrária e pela política urbana da União, de Estado ou do Distrito Federal e de Município onde se situe a área objeto do litígio poderão ser intimados para a audiência, a fim de se manifestarem sobre seu interesse no processo e sobre a existência de possibilidade de solução para o conflito possessório. § 5º Aplica-se o disposto neste artigo ao litígio sobre propriedade de imóvel".

[651] Sublinhe-se que a ideia de que o objeto do processo é dado exclusivamente pelo pedido formulado pela parte autora (v., por todos, DINAMARCO, Cândido Rangel. "O conceito de mérito em processo civil". *Revista de processo*. N. 34, abr./jun.-1984, *passim*) é muito questionada hoje, embora sob a análise de aspectos diversos daqueles que informam este estudo. V., sobre isso, entre vários outros, MITIDIERO, Daniel. *Da colaboração no processo civil*. 4ª ed., São Paulo: RT, 2019, p. 115-117; LANES, Júlio Cesar Goulart. *Fato e direito no processo civil cooperativo.* São Paulo: RT, 2014, p. 134-162.

estar condicionada aos limites propostos pelas partes. Mas esses limites – a par de serem excedidos em diversos espaços já mencionados – devem ser compreendidos como o *conjunto de fatos principais* trazidos pelas partes e que demarcam o *quid* da intervenção jurisdicional.

Por outro lado, com relação ao art. 490, do CPC, aqui sim há referência a que a resolução do mérito se dá pelo acolhimento ou pela rejeição, no todo ou em parte, do pedido formulado na inicial. No entanto, nada permite concluir que a resolução do mérito – da controvérsia apresentada pelas partes – seja a única atividade permitida para a função jurisdicional através do processo. Como já visto, a jurisdição desempenha muitas outras funções por meio do processo *além da resolução do mérito do conflito apresentado no processo*. Aliás, de todos esses fins, a solução da controvérsia – por dirigir-se ao interesse específico das partes do processo – é a causa eficiente da ativação da função jurisdicional, mas não é o *seu* propósito mais relevante, conforme já amplamente discutido.

Por isso, embora a regra se dirija a esclarecer os contornos do *mérito do conflito das partes*, não indica os limites da atuação jurisdicional. Afinal, não se pode confundir os limites da atuação da jurisdição com a solução do mérito da causa. Haverá casos em que a atividade jurisdicional ficará aquém da solução do mérito da controvérsia[652] e, sem dúvida, e este é o objeto desta pesquisa, haverá outros casos em que essa atividade transcenderá a análise do mérito.

Diante disso, não parece haver óbice a que a tutela jurisdicional seja prestada para além dos limites do pedido formulado pela parte (*pretersatisfativa*). Sempre que o Direito exigir esse tipo de resposta jurisdicional, deve o juiz transcender os limites do pedido formulado pela parte e tutelar o direito da maneira efetiva, eficiente e adequada.

É evidente que esse tipo de atuação não pode ocorrer sem as cautelas necessárias à preservação dos interesses das partes e dos terceiros.

a) inicialmente, não se permite que o Judiciário, nesse tipo de resposta, atue fora e antes da existência de um processo judicial já iniciado.

Conforme o que aqui se defende, não há comprometimento à imparcialidade do juiz pela simples razão de ele atuar fora dos limites estabelecidos pelo pedido da parte, contanto que sua resposta esteja subordinada à tutela necessária à preservação ou ao restabelecimento do Direito para o quadro descrito. No entanto, autorizar que o Judiciário

[652] Basta lembrar dos casos de extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485, do CPC).

atue de ofício, sem que haja qualquer processo judicial iniciado é sim risco à imparcialidade que não deve ser tolerado.

Por isso, o primeiro limite a ser fixado é que o Judiciário não deve dar início a procedimento tendente à essa tutela pretersatisfativa (art. 2º, do CPC). Somente dentro de um processo iniciado por outrem é que pode o Judiciário, agora provocado, atuar o direito e dar à situação o devido tratamento.

b) como consequência do primeiro limite, não se deve permitir que o Judiciário utilize esse processo iniciado como escusa para o seu agir além do pedido. Algum limite há de ser trazido pelo processo à atuação jurisdicional.

Esse limite, no entanto, não é o pedido apresentado pela parte. Mas é sim estabelecido pelos contornos fáticos da alegada violação ao Direito apontada. Estes contornos podem ser estabelecidos, inicialmente, pela petição inicial, mas podem também ser ampliados pela oferta de defesas de mérito indiretas (fatos extintivos, modificativos e impeditivos do direito do autor), pela apresentação de outros fatos postulatórios no curso do processo e pelos fatos novos, cuja análise é autorizada (até mesmo de ofício) no curso da demanda (v.g., arts. 342 e 493, do CPC).

Os fatos essenciais (trazidos pelas partes ou cuja análise seja autorizada por lei para o conhecimento de ofício do juiz) são o material sobre o qual deve incidir a prestação jurisdicional. É ali que se pode ter a dimensão do direito efetivamente adequado a regular o caso e, a partir daí, a extensão da tutela jurisdicional necessária a essa proteção.[653]

---

[653] Merece ser referido o julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.442.440/AC. No caso, a sentença (confirmada depois por acórdão do tribunal local) havia convertido de ofício ação de reintegração de posse em ação indenizatória (por desapropriação indireta), diante da impossibilidade de restituição da posse à proprietária do bem, já que a área havia sido ocupada por milhares de famílias de baixa renda, gerando situação consolidada. Ao apreciar o tema da congruência, ressaltou o Superior Tribunal de Justiça que "não há se falar em violação ao princípio da congruência, devendo ser aplicada à espécie a teoria da substanciação, segundo a qual apenas os fatos vinculam o julgador, que poderá atribuir-lhes a qualificação jurídica que entender adequada ao acolhimento ou à rejeição do pedido, como fulcro nos brocardos *iura novit curia* e *mihi factum dabo tibi ius* e no art. 462 do CPC/1973". Ademais, atendendo aos fins públicos do processo, considerou a Corte que "O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido da possibilidade de conversão da ação possessória em indenizatória, em respeito aos princípios da celeridade e economia processuais, a fim de assegurar ao particular a obtenção de resultado prático correspondente à restituição do bem, quando situação fática consolidada no curso da ação exigir a devida proteção jurisdicional, com fulcro nos arts. 461, § 1º, do CPC/1973. A conversão operada na espécie não configura julgamento *ultra petita* ou *extra petita*, ainda que não haja pedido explícito nesse sentido, diante da impossibilidade de devolução da posse à autora, sendo descabido o ajuizamento de outra ação quando uma parte do imóvel já foi afetada ao domínio público, mediante apossamento administrativo, sendo a outra restante ocupada de forma precária por inúmeras famílias de baixa renda com a intervenção do Município

Regressando aos exemplos dados nos capítulos anteriores, são os contornos fáticos que determinarão se um documento é falso ou não e permitirão reconhecer esse estado *para todos aqueles a quem esse reconhecimento seja necessário*. São também os fatos que indicarão se a anulação (ou o reconhecimento de nulidade) de um ato jurídico é necessária e também determinarão quem deve ser afetado por essa decisão.[654] São ainda esses mesmos contornos que explicitarão se é ou não necessário que o Judiciário tome providências para evitar novas violações a direitos ou estenda a outros sujeitos as consequências de suas decisões.[655]

Essa é, ao que parece, a grande baliza para a atuação jurisdicional para além do pedido: a avaliação dos fatos explicitados no processo e seu contraste com o Direito aplicável. A partir daí se pode definir a norma que regulará a situação concreta e que, por consequência, determinará o que será alvo da decisão e quem poderá ser atingido por ela.

---

e do Estado, que implantaram toda a infraestrutura básica no local, tornando-se a área bairros urbanos" (STJ, 1ª Turma. REsp 1.442.440/AC. Rel. Min. Gurgel de Faria. DJe 15.02.18).

[654] Essa preocupação é corrente em situações nas quais se controla a legalidade de questões de concurso público, por exemplo. Ainda que de modo incidental, o Min. Luiz Fux trouxe essa preocupação, quando ponderou que "a situação jurídica do Impetrante não se verifica somente em termos absolutos, isto é, na pontuação alcançada em cada etapa do certame, mas também em função da classificação que atinge em cada uma delas, para o que se faz indispensável verificar a situação dos demais candidatos. (...) Se é assim – como, de fato, o é –, a anulação de uma ou mais questões *exclusivamente* em favor do Impetrante viola a *isonomia*, na medida em que, se é nula uma questão, deverá sê-lo para *todos* os candidatos, sob pena de alterar uma ordem de classificação baseada no mérito" (STF, 1a Turma. MS 30.859. Rel. Min. Luiz Fux. DJe 24.10.12). O Poder Judiciário, no entanto, nem sempre apresenta essa compreensão, havendo vários julgados que, em atenção à lógica da limitação do julgamento às partes, nega a possibilidade de ampliar os efeitos da anulação a outros candidatos (v.g., TRF1, 7ª Turma. AC 0076328-61.2014.401.3800. Rel. Desembargador Federal Hercules Fajoses, DJe 11.03.2016; TJDF. 5ª Turma. Cível. AC 2008.0110748823. Rel. Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos. DJe 14.03.12).

[655] Como esclarece Jorge Peyrano, a respeito dos *mandatos preventivos* argentinos, "alguna vez se ha enjuiciado adversamente el mandato preventivo por considerar, erróneamente, que afecta al principio de congruencia. Ya hemos tenido ocasión de destacar que cuando el órgano jurisdiccional se decide a incursionar en el ámbito del mandato preventivo, se abre una suerte de nueva instancia; muy diferente a aquella que le sirve de marco y, si se quiere, de ocasión. Son dos procedimientos autónomos, susceptibles cada uno de toda la gama recursiva (recursos ordinarios, extraordinarios) correspondiente y que no se influyen uno sobre otro. La referida substanciación 'independiente' determina que, en principio, en su interior el ejercicio del plexo de atribuciones judiciales resulte pleno. Así, por ejemplo, nada impide que una vez abierta la instancia del mandato preventivo, el tribunal interviniente se cerciore del actual estado de cosas cuando las constancias de expediente marcan que el episodio correspondiente ha ocurrido tiempo atrás. Obviamente, la susodicha 'independencia' de tramitación provoca que no pueda tildarse de incongruente a una instancia en mérito de lo sucedido en la otra" (PEYRANO, Jorge W. "La jurisdicción preventiva". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge W. Peyrano. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2016, p. 99).

c) enfim, o mais importante limite a que se sujeita essa atividade jurisdicional para além do pedido da parte é a preservação do contraditório.

O ponto, por sua importância, será objeto do próximo capítulo. No entanto, é fácil antever que o contraditório é o grande elemento legitimador de qualquer comportamento jurisdicional e, em especial, daquele que pretende tutelar de forma adequada a situação material existente, ainda que para além do pedido formulado.

A preservação do contraditório tem relevância tanto no caso em que se busca maximizar a interpretação a ser dada aos pedidos efetivamente realizados quanto no caso em que se concede tutela jurisdicional para além dos pedidos formulados. Neste último caso, porém, a cautela com a preservação do contraditório exige técnicas diferenciadas e abordagem específica, na medida em que, muitas vezes, a proteção dessa garantia exigirá atender a interesses de terceiros – muitas vezes desconhecidos – com instrumentos próprios de atenção a esses sujeitos.

De todo modo, o contraditório é, aqui, condição de legitimidade para a atividade jurisdicional expandida e, por isso, constitui limite intransponível para essa possibilidade.

A par dessas cautelas, a atuação judicial que se faça para além dos pedidos formulados exige ainda o exercício prudente da autocontenção. A doutrina argentina, ao tratar dos "*mandatos preventivos*", alude a algo que poderíamos chamar de princípio da *intervenção equilibrada*.[656] Impõe-se, dessa forma, avaliar a melhor forma de intervenção judicial, de modo a equilibrar os interesses das partes – e, em especial, do possível violador – e da coletividade.

Assim, a tutela jurisdicional para além do pedido deve pautar-se pela razoabilidade e pela proporcionalidade das medidas empregadas.[657] Elas devem atender

---

[656] Como afirma Monica Barrera, "una función preventiva desmedida puede avanzar en forma indebida sobre otros derechos esenciales y, en definitiva, hay que ponderar el equilibrio de estas situaciones, para no caer en situaciones abusivas (art. 10 del CCyC)" (BARRERA, Monica. "La función preventiva en el nuevo Código Civil y Comercial de la Nación, su impacto en el proceso civil y las facultades condenatorias e instructorias de los jueces". *Infojus*, p. 6, disponível em http://www.saij.gob.ar/monica-barrera-funcion-preventiva-nuevo-codigo-civil-comercial-nacion-su-impacto-proceso-civil-facultades-condenatorias-instructorias-jueces-dacf150372-2015-07-16/123456789-0abc-defg2730-51fcanirtcod, acessado em agosto de 2024).

[657] Essa é, aliás, a expressa advertência presente no art. 1.713, do Código Civil y Comercial de la Nación, na Argentina, a afirmar que o juiz "debe ponderar los criterios de menor restricción posible y de medio más idóneo para asegurar la eficacia en la obtención de la finalidad." Tratando do tema, esclarece Mabel De los Santos que "la tutela preventiva exige 'una delicada valoración comparativa entre la importancia del interés en peligro y del interés que corresponde a quien puede imputarse tal peligro'. Señala al respecto Zavala de Gonzáles que una cosa es no coartar las actividades productivas a despecho de sus riesgos potenciales y

à menor restrição possível do interesse que é alvo da limitação e à idoneidade da restrição realizada para atingir o resultado buscado.[658] Nessa linha, não se pode negar que também é direito do réu a prevenção contra danos desnecessários que possam ser causados inclusive pelo processo.[659] Por isso, o processo deve sempre buscar o equilíbrio ideal entre os fins públicos por ele buscados, a proteção dos interesses gerais ou de grupo que também podem ser relevantes e as restrições causadas ao particular de modo individual.

A intervenção judicial equilibrada deve, repita-se, ter por balizas aquilo que é necessário para que o Direito seja restaurado ou preservado. Nesse contexto é que é necessário que o juiz tome em consideração os vários aspectos presentes e outorgue a decisão que consiga proteger de forma otimizada todos esses valores, atendendo na maior extensão possível ao maior número de interesses em jogo, sem desprezar os outros interesses que, eventualmente, possam sofrer maiores gravames.

Também na busca desse equilíbrio se vê a importância de enxergar o processo como um espaço de colaboração. Ainda que todos os sujeitos que intervêm no processo possam ter interesses antagônicos e, muitas vezes, conflitantes, é de se esperar que entre eles haja um mínimo de cooperação para que, diante da necessidade de que a tutela jurisdicional transcenda o conflito das partes, a solução mais equilibrada seja alcançada.

Daí novamente a importância do diálogo e da adequada informação da causa. Só assim será possível ter a exata dimensão do problema como um todo, dos interesses concorrentes ou conflitantes existentes e, assim, da melhor solução para a questão.

1.11. Novas formas de pedido e a necessidade de revisão da ideia de congruência

---

otra es permitir que se desplieguen sin resguardos que disminuyan esos riesgos. Puede haber beneficios sociales en producciones a las que es anexa una peligrosidad genérica, pero no hay ninguno que se desarrolle con peligrosidad concreta y dañosidad previsiblemente certera" (SANTOS, Mabel De los. "Vías procesales para deducir la pretensión preventiva". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge W. Peyrano. Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2016, p. 213).

[658] "La medida y razonabilidad de la extensión del mandato debe resultar de un juicio de ponderación, atendiendo a la menor restricción posible del derecho limitado y a la idoneidad de la restricción con relación a la obtención de la eficacia del resultado. Se trata del juicio de comparación entre la entidad y la atendibilidad de los derechos en pugna, debiendo prevalecer los extrapatrimoniales por sobre los patrimoniales, los derechos de incidencia colectiva sobre los derechos individuales, según la naturaleza de los intereses en conflicto, y predominar la tutela de la persona por sobre el patrimonio" (GALDÓS, Jorge Mario. "El mandato preventivo. Una valiosa herramienta procesal de la responsabilidad civil". *Revista de derecho de daños*. N. 2, p. 353).

[659] PAULETTI, Ana Clara. "Jurisdicción preventiva y herramientas procesales para prevenir un juicio innecessariamente danoso para el demandado". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge W. Peyrano. Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2016, p. 168.

Embora este não seja o objeto deste estudo, antes de concluir este capítulo cumpre ao menos aludir a uma tendência que vem ganhando corpo em certas áreas do processo civil, sobretudo no plano do processo constitucional, consistente na adoção de novas modalidades de (não) decisão.

Inúmeros autores brasileiros,[660] sensíveis àquilo que se sugere em outros países, têm apontado que nem sempre a prestação jurisdicional se faça por uma resposta à pretensão deduzida pela parte e, também, nem sempre se faça por uma resposta que se imponha sobre a situação descritas pelas partes.

Ciente da necessidade de privilegiar os diálogos institucionais no campo constitucional, a doutrina vem admitindo que o Judiciário aja de forma minimalista, dando a outras esferas a oportunidade de escolha sobre a melhor maneira de enfrentar algum problema relevante.[661] Ou seja, para evitar que o Judiciário se sobreponha ao papel legislativo, deixa-se ao Parlamento o espaço para interagir e suprir a lacuna política deixada por uma decisão que examina certa questão sob o ponto de vista jurídico. A decisão, assim, nesses casos, assume caráter dialógico, rompendo com a tradição processual civil da "completude" da resposta jurisdicional e da vedação ao *non liquet*.[662]

---

[660] V., em especial, MARINONI, Luiz Guilherme. *Processo constitucional e democracia.* São Paulo: RT, 2021, *passim. Id*. "A não decisão enquanto opção democrática". *Revista de processo*. N. 324. fev./2022, *passim*; *Id*. "Técnica decisória e diálogo institucional: decidir menos para deliberar melhor". *Suprema: revista de estudos constitucionais*. V. 2, n. 1, jan./jun.-2022, *passim*; CABRAL, Antonio do Passo. *Jurisdição sem decisão: non liquet e consulta jurisdicional no direito brasileiro*. 2ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*; ANDRADE, Juliana Melazzi. *Justiciabilidade e não decisão – quando o Poder Judiciário não deve decidir*. 2ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*; GODOY, Miguel Gualano de. *Devolver a constituição ao povo*. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 115 e ss.; VOGT, Fernanda Costa. PEREIRA, Lara Dourado Mapurunga. "Novas técnicas decisórias nos processos estruturais". *Processos estruturais*. 5ª ed., Org. Sérgio Cruz Arenhart, Marco Félix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024, esp. p. 505 e ss.

[661] Como explica Marinoni, "propor um *second look* é, a princípio, decidir pelo envio da questão à análise do Parlamento, de modo que também é *não decidir* determinada questão constitucional. Porém, a decisão que defere o *second look*, embora não decida a respeito da questão constitucional que deflui da impugnação da lei, declara a inconstitucionalidade de modo *provisório.* Isso significa que o *second look* adota a técnica de decidir sem o aprofundamento teórico da questão com base nos direitos fundamentais. Há uma decisão que não decide a questão que requer maior aprofundamento da deliberação popular e parlamentar, evitando-se o aprofundamento teórico com base nos princípios, porém, decide provisoriamente sobre a invalidade da lei" (MARINONI, Luiz Guilherme. "Técnica decisória e diálogo institucional: decidir menos para deliberar melhor", ob. cit., p. 53).

[662] "Diante disso, o que se percebe é que as teorias dos diálogos institucionais, apesar de invocarem diferentes formas de atuação, se opõem à ideia de supremacia judicial e enfatizam que o Poder Judiciário não tem (segundo uma abordagem empírica) e nem deve ter (segundo uma abordagem normativa) a última palavra sobre a constituição. As teorias dos diálogos institucionais mostram, assim, os limites e as insuficiências das teorias da última palavra e fomentam a possibilidade de coexistência entre parlamentos

Particularmente no campo do controle de constitucionalidade, como alerta a doutrina, a impossibilidade de decisão sob o regime clássico não é uma opção ou um favor dado pelo Poder Judiciário a outra instância. É consequência ínsita ao próprio regime democrático e à necessidade de preservação das funções atribuídas aos desenhos institucionais de outras estruturas. Por isso, aqui sobretudo, o afastamento da lógica da congruência é mais do que apenas uma tese ou uma possibilidade. É uma imposição necessária, derivada da impossibilidade de que outras soluções possam ser adotadas e da percepção de que as estruturas institucionais conseguem enxergar apenas parte de fenômenos complexos, necessitando de outras estruturas que tenham visões distintas para que o todo possa ser bem observado.[663]

Fora do campo do controle de constitucionalidade, no entanto, as técnicas da não-decisão, da decisão consultiva e, enfim, de decisões que não outorgam a proteção completa à situação apresentada também ganham corpo.

Conforme aponta Antonio do Passo Cabral, as respostas jurisdicionais consultivas estão albergadas pelo art. 30, da LINDB e podem constituir ferramenta importante para a solução de controvérsias.[664] Elas refletem mecanismo de *soft power* que, embora não vinculante, "além de terem efeito persuasivo, influenciando comportamentos, podem levar a uma conformação da conduta do destinatário independentemente da força bruta, atuando como alternativa às decisões impositivas".[665]

Pode soar ainda distante a difusão da prática desse tipo de decisão, até porque se mantém na mente do Poder Judiciário brasileiro a ideia de que sempre que há uma demanda deve haver uma decisão jurisdicional que ofereça alguma resposta a ela.[666]

---

e cortes, sem que se tenha que escolher necessariamente um em oposição ao outro. As teorias dos diálogos também mostram como juízes e cortes, ao realizarem o controle judicial de constitucionalidade das leis, se envolvem ou devem se envolver em um debate dinâmico e dialógico sobre o significado das normas constitucionais. As respostas buscadas sobre o significado da constituição devem, assim, ser construídas, e não impostas. A interação é um fato, não uma escolha ou possibilidade. O diálogo não decorre somente da manifestação de vontade de um Poder ou apenas por exigência de algum dispositivo normativo. Ao contrário, ele deve ser o produto dessa tensão entre empirismo e normativismo, que compreendem a separação entre os Poderes como algo dinâmico, e não estanque. O diálogo nasce, assim, da conjugação entre um desenho institucional e uma cultura política, de incentivos normativos e disposição dialógica" (GODOY, Miguel Gualano de. *Devolver a constituição ao povo*, ob. cit., p. 162-163).

663 SUNSTEIN, Cass R. VERMEULE, Adrian. "Interpretation and institutions". *Michigan law review*. N. 101, 2003, esp. p. 936 e 948.

664 CABRAL, Antonio do Passo. *Jurisdição sem decisão*, ob. cit., p. 220.

665 Ob. loc. cits.

666 "O Poder Judiciário deixar de decidir por entender que a questão não pode ou não deve ser decidida não é algo discutido na doutrina brasileira como ocorre em alguns países do *common law*. Por mais que não haja essa discussão doutrinária, não se trata de uma realidade distante da brasileira. Na jurisprudência do

Todavia, a abertura do sistema a essas outras técnicas revela-se como importante instrumento para decisões mais adequadas, sobretudo quando se coloca em análise temas mais sensíveis ou controvérsias mais complexas.

Muitas vezes, a decisão judicial se dá em um contexto de insuficiência informacional e a solução oferecida pode agravar ainda mais um problema já complicado. Outras vezes, há temas que envolvem desacordos morais razoáveis sobre conceitos fundamentais (v.g., descriminalização de drogas, aborto, eutanásia, políticas afirmativas etc.), que dificilmente podem ser resolvidos de forma tranquila pelo Judiciário sem que isso cause alguma espécie de ruído institucional ou algum risco de ultrapassar as funções estritamente jurisdicionais.

Para essas e tantas outras situações é que se advoga, com cada vez mais ênfase, a possibilidade de que a atividade jurisdicional pare antes da outorga completa da resposta à pretensão deduzida pela parte.

Nessa linha, pode-se imaginar que o Judiciário se limite a oferecer uma decisão-núcleo, limitada a estabelecer a ocorrência de violação a determinado direito, deixando a momento subsequente detalhar a melhor abordagem para corrigir o problema.[667] Ou ainda que outorgue uma decisão "parcial", que se limite a reconhecer a situação de ilegalidade ou de desconformidade e atribua a outro sujeito a determinação do modo de sanar a irregularidade e o cronograma para isso.[668] Pode-se ainda imaginar que o Judiciário emita decisão com reserva ou decisão de conteúdo exortativo,[669] seja para estabelecer decisão condicional – a ser complementada em momento posterior – seja para outorgar uma resposta *aberta*, exortando "agentes externos para praticarem atividades específicas, numa lógica em que é realizado o exame de capacidades institucionais para definir, por assim dizer, como será preenchido esse hiato".[670]

Supremo Tribunal Federal é possível encontrar alguns julgados no sentido de que há questões que não devem ser objeto de julgamento na esfera judicial, o que demonstra que esse 'dever de decidir' não é absoluto no Brasil" (ANDRADE, Juliana Melazzi. *Justiciabilidade e não decisão*, ob. cit., p. 30).

[667] ARENHART, Sérgio Cruz. "Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro". *Revista de processo*. N. 225, jul./2013, p. 12; ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. JOBIM, Marco Felix. *Curso de processo estrutural*, ob. cit., p. 213 e ss.

[668] Essa foi a linha adotada pela Tese 698, do Supremo Tribunal Federal, ao apontar os limites para que o Judiciário se envolva em políticas públicas. A 2ª tese apresentada estipula que "a decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado".

[669] V., sobre isso, VOGT, Fernanda Costa. PEREIRA, Lara Dourado Mapurunga. "Novas técnicas decisórias no processo estrutural", ob. cit., p. 507 e ss.

[670] Idem, ibidem, p. 509.

Nessa mesma toada, poder-se-ia até mesmo pensar na prolação de uma decisão meramente *admoestativa*, pela qual o Estado-juiz "aconselha" alguém a que adote certo comportamento, sob pena de, futuramente, sofrer alguma outra espécie de sanção ou de ver maculado o resultado de certo comportamento ou procedimento adotado.

Penso aqui em um exemplo que poderia valer-se com ganho desse tipo de técnica. Em julho de 2023, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública perante a Subseção Judiciária de Curitiba questionando a validade da licença prévia e de outros documentos que subsidiam a realização do empreendimento denominado "Ponte de Guaratuba e acessos".[671] Para quem não conhece o Paraná, Guaratuba é um município litorâneo cujo acesso é dificultado, na medida em que ele está em uma ponta da Baía de Guaratuba. Assim, para se chegar à cidade, ou é necessário contornar a baía – em um caminho que faz com que se tenha que ir até o Estado de Santa Catarina – ou é necessário o emprego de *ferry boat*, em operação há muitos anos naquela baía. Por isso, também há muito se reivindica a edificação de uma ponte, que seja capaz de ligar as duas "pontas" da baía, ou seja, os municípios de Matinhos e de Guaratuba.

Em 2022, o Governo do Estado do Paraná lançou edital para a construção dessa ponte.[672] No entanto, por entender que havia irregularidades nas licenças prévias expedidas, foi ajuizada a ação mencionada. A liminar postulada foi deferida em parte, porque se entendeu que a licença prévia que havia sido deferida ainda não havia sido aprovada pelo ICMBio. No entanto, essa liminar foi posteriormente suspensa por decisão da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região,[673] que entendeu demonstrada a grave lesão á ordem pública, à economia pública e à saúde pública, diante dos reflexos que a paralisação da obra poderia gerar particularmente sobre a região.[674] Alvo de agravos internos, deduzidos pelo ICMBio e pelo Ministério Público Federal, atualmente o

---

[671] Autos n. 5051384-11.2023.404.7000, em curso perante a 11ª Vara Federal de Curitiba.

[672] Para um detalhamento da obra e das questões adjacentes, v. o *site* criado pelo Governo do Estado para o acompanhamento da obra (https://www.pontedeguaratuba.pr.gov.br/).

[673] Autos n. 503532-85.2023.404.0000, de Suspensão de Liminar e de Sentença.

[674] Nos termos da decisão do Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, "a presente decisão não autoriza a concessão da ulterior Licença de Instalação, a ser expedida pelo IAT, sem a apresentação do EIA/RIMA, mediante autorização do ICMBio, haja vista tratar-se de condicionamento previsto na Licença Prévia no 43.623 do IAT, para construção da 'Ponte de Guaratuba e seus acessos'". No entanto, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, concluiu a decisão que se deveria "considerar válida a Licença Prévia no 43.623 do Instituto Água e Terra (IAT), obtida até então para realização da obra viária (Ponte de Guaratuba e seus acessos),
autorizando-se assim, a retomada imediata da execução contratual." A decisão de 1º grau também foi objeto de agravos de instrumento, também em tramitação.

processo – e os recursos e incidentes correspondentes – está suspenso, diante da possibilidade de solução consensual da controvérsia.

O que se tem da controvérsia atualmente existente, portanto, é a alegação de que a licença prévia – necessária para um empreendimento de elevado impacto social e ambiental – é irregular porque não submetida ao ICMBio. Ao suspender a licença prévia, e consequentemente paralisar a obra, o Judiciário sofreu relevante reação política e social, sobretudo diante da expectativa de que essa obra, desejada há muito tempo, não seja mais executada. É obviamente incorreto opinar sobre a melhor solução para esse caso, sobretudo diante das inúmeras variáveis existentes. Porém, talvez o emprego de técnicas menos agressivas – como uma determinação a que o ICMBio examinasse de forma conclusiva o pedido de licença prévia em questão ou como uma decisão admoestativa que recomendasse ao Estado do Paraná submeter de pronto o pedido ao ICMBio (ou ainda aguardasse a sua manifestação final para dar andamento às obras) – talvez pudesse atenuar a litigiosidade e evitar todas essas idas e vindas em uma controvérsia que, ao que parece, se encaminha para uma solução consensual.

Seja como for, fato é que a função jurisdicional se abre, cada vez mais, para soluções que se afastam do rigor da regra da congruência. Até mesmo pela previsão de respostas jurisdicionais que fiquem aquém daquilo que a parte espera, na busca de harmonizar as funções diversas do Estado ou de atender a outros objetivos públicos, o Judiciário se abre a novas técnicas de decisão. E isso, novamente, repercute na lógica da congruência aqui examinada.

2. A preservação da garantia de defesa e de participação nesse novo contexto

2.1. Participação no processo e efetividade da prestação jurisdicional

O rompimento ocorrido na Barragem de Fundão, em Mariana, é evento amplamente conhecido e considerado o maior desastre ambiental do Brasil. Do ponto de vista processual, o caso representa também um enorme desafio sob diversos aspectos.

Um deles consiste em um incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), instaurado junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para a definição, *grosso modo*, de aspectos da indenização devida àqueles que ficaram privados do abastecimento de água, nas localidades abastecidas pelo Rio Doce. Eram alvos de debate, em suma, a legitimidade ativa para essas ações, as provas necessárias para o recebimento da indenização, o cabimento ou não da indenização por danos morais e os critérios para a fixação da indenização eventualmente devida.[675] Contra esse acórdão (e discutindo

[675] Estas foram as teses fixadas pelo tribunal local: "Tese firmada: Será legitimado ativo para a interposição de ações em que se busque o fornecimento de água e/ou reparação em razão da interrupção do fornecimento de água e/ou de dúvida sobre sua qualidade, após o retorno da captação e sua distribuição a população, todo aquele que na petição inicial houver alegado que, à época dos fatos, encontrava-se em localidade abastecida pela captação de água do Rio Doce. Tese firmada: Para fins de comprovação da legitimidade ativa em ação que busca reparação devido à interrupção de fornecimento de água, a parte autora residente em localidades abastecidas pelo Rio Doce, deverá apresentar conta de água, luz, telefone fixo ou móvel, cartão de crédito, correspondência bancária, TV por assinatura, correspondência de órgãos públicos, da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, dentre outros que comprovem a residência da parte autora, emitida em novembro e dezembro de 2015. Na falta dos documentos especificados, que deverá ser justificada e aceita pelo Magistrado, os residentes poderão excepcionalmente, comprovar a condição de atingidos por qualquer meio de prova admitido no processo. Os não residentes deverão apresentar documentos emitidos em observância às regras do ordenamento jurídico vigente, que os identifiquem – nome e/ou CPF – e que sejam atinentes a novembro/dezembro de 2015, demonstrando ter permanecido na localidade, no mínimo, por mais de 24 horas. Tese firmada: A dúvida subjetiva acerca da qualidade da água e sua aptidão para consumo e atividades diárias, por si só, não gera dano moral. Há caracterização de dano moral em razão de suspensão do fornecimento de água por vários dias e/ou pelo fornecimento de água contaminada a população, todavia, este depende de produção de prova técnica nos próprios autos ou prova emprestada realizada com a finalidade de aferir a qualidade da água, nos termos do IRDR de nº 1.0105.16.000562-2-001. Tese firmada: A fixação do valor das indenizações imateriais nas ações decorrentes da suspensão do abastecimento de água potável pelo sistema público relativamente as localidades que captam água do Rio Doce devido ao rompimento da Barragem de rejeitos do Fundão em Mariana, MG, deve ter, além dos requisitos legais inerentes, as seguintes balizas como parâmetro: a) o tipo de alegações apresentadas nas respectivas peças de ingresso de cada processo, de modo a permitir aferir se as alegações apresentadas na exordial são genéricas, referindo-se apenas as amplas decorrências da interrupção do fornecimento de água, ou se há declinação de aspectos singulares em razão de situação

particular de cunho pessoal decorrente de sua condição de saúde ou idade; b) que o dano moral se caracteriza com a simples interrupção do fornecimento de água por dias, como ocorrido na espécie, e que, apesar de a Samarco ter atuado de modo a fornecer água potável, não conseguiu atender integralmente as necessidades da população, tendo, apenas, limitado a dimensão do dano, o qual se revela, ainda assim, como de grande dimensão; c) o feito multiplicador da indenização, tendo em vista o universo de atingidos. d) a verificação do momento em que a parte autora se direcionou para as localidades atingidas pela suspensão do abastamento público de água potável, pois, se 24 horas após o advento dos fatos, não será devido o pagamento de indenização, exceto se houver comprovada e robusta justificativa de cunho familiar para adoção de tal comportamento, ou, ainda, se for a parte residente na localidade de destino. Tese firmada: O valor da indenização moral em razão da interrupção do fornecimento de água potável pelo sistema público das localidades abastecidas pelo Rio Doce, nas Ações indenizatórias em que em suas respectivas petições iniciais não tenha sido declinada qualquer casuística pessoal, ou seja, nas ações em que o pedido inicial tão somente se embasa em alegações genéricas, referindo-se apenas as amplas decorrências da interrupção do fornecimento de água, sem declinação de aspectos singulares em razão de situação particular de cunho pessoal decorrente de sua condição de saúde ou idade, deve corresponder a R$ 2.000,00 (dois mil reais) por pessoa. VV: I - Em fase de julgamento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o Colegiado responsável por seu processamento detém pleno poder de examinar todos os requisitos – inclusive o de cabimento – necessários à fixação de teses, ainda que tenha, na oportunidade prevista no art. 981 do CPC, procedido ao juízo de admissibilidade do IRDR. Esse juízo, feito na fase inicial, de instauração do Incidente, apresenta natureza precária e provisória, comportando, assim, revisão na fase de julgamento. II - Entendimento no sentido de que a decisão sobre a admissibilidade do Incidente, tomada no momento previsto no art. 981 do CPC – portanto antes de ser aberta ao Ministério Público, às partes e aos demais interessados, a oportunidade de exercício do contraditório e ampla defesa – se torne definitiva e imutável, por preclusão, de modo a obrigar o Órgão julgador a fixar tese jurídica aplicável à situação apresentada pelo suscitante, viola, de modo frontal e direto, a Constituição da República, em seu art. 5.º, inciso LV, que garante, aos litigantes, o direito ao contraditório e à ampla defesa. III - Ao dispor que "o conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários", o artigo 984, §2.º, do Código de Processo Civil autoriza a dedução de argumento contrário à própria fixação, em si, pelo Tribunal, de tese jurídica. IV - Preceitua o artigo 976 do Código de Processo Civil ser cabível a instauração de IRDR quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Em se tratando de ações que envolvem matérias não exclusivamente jurídicas, mas questões fáticas, declinadas em causa de pedir, de grande diversidade, cuja apreciação pode levar, naturalmente, a resultados jurídicos igualmente diversos, não há falar-se em controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, a autorizar a instauração de IRDR. V - A legitimidade para pleitear indenização por danos morais, tendo como causa de pedir a suspensão do abastecimento público ou a dúvida sobre a qualidade da água, geradas em razão e a partir do rompimento da barragem do Fundão e da consequente suspensão do serviço de fornecimento pelas concessionárias municipais de distribuição de água de Minas Gerais decorre da situação fática – alegada nas demandas – de privação de uso da água, que pode ter, por sua vez, decorrido seja da interrupção de seu fornecimento, seja da impossibilidade de sua captação, e seja, ainda, da dúvida – posterior ao mencionado acidente ambiental – sobre a sua prestabilidade para consumo ou emprego em atividades domésticas ou laborais, situações que podem ter atingido (ou não) tanto residentes nas localidades servidas pelo Rio Doce quanto não residentes, mas que, na época dos fatos, lá se encontravam. VI - Afigura-se ilegal a fixação de tese, em IRDR, que imponha à parte autora a prévia demonstração, em Juízo, de sua legitimidade ativa, mediante apresentação de prova documental, podendo tal condição da ação ser demonstrada mediante uso de todo e qualquer meio lícito – inclusive prova testemunhal – nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil. VII - Constitui fato com potencial suficiente para gerar dano moral indenizável a dúvida - posterior ao acidente ambiental – desde que fundada, sobre a prestabilidade da água do Rio Doce e de reservatórios a ele adjacentes para consumo ou emprego em atividades domésticas ou laborais, ensejadora da privação de uso desse elemento essencial da natureza. Não se pode exigir-se – sob pena de violação ao princípio

também aspectos da própria admissibilidade do incidente), insurgiram-se, por recurso especial, algumas das vítimas do desastre, a empresa Samarco Mineração S.A (proprietária da barragem), a Ordem dos Advogados do Brasil-MG e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Invocavam, basicamente, diversos defeitos na tramitação do incidente, particularmente ligados à incompetência do tribunal mineiro para o seu julgamento, à inexistência de questões exclusivamente de direito, à violação ao contraditório, bem como a defeitos na própria conclusão do julgamento (com a tarifação do dano moral e a insuficiência do valor fixado para indenizar esse dano).

Ao examinar os recursos,[676] o Superior Tribunal de Justiça entendeu por anular todo o procedimento de IRDR formado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O

---

constitucional da ampla defesa – de autores de ações indenizatórias motivadas na privação de água decorrente dessa dúvida, a demonstração, materialmente impossível e incompatível com o rito dos Juizados Especiais, de que, no momento de ocorrência dessa causa de pedir, o Rio Doce ou os reservatórios a ele adjacentes estivessem efetivamente contaminados, de modo a se tornarem impróprios para utilização em consumo ou atividades domésticas ou laborais. VIII - A fixação da indenização por dano moral deverá ser feita, de forma fundamentada, em conformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e com observância dos seguintes parâmetros, a serem aferidos pelo juiz, a partir da situação fática retratada nos autos: a) gravidade e extensão do dano; b) repercussão e consequências do fato; c) condições econômicas e financeiras das partes; d) condição pessoal do lesado, levando-se em conta sua idade, sexo, nível cultural, saúde física e mental, estrutura familiar e capacidade de locomoção e de existência independente; e) condição social do lesado; f) grau de culpa do responsável pelo dano; g) conduta posterior do responsável pelo dano, quanto a providências espontaneamente tomadas objetivando mitigar o sofrimento das vítimas e a eficácia dessas medidas; h) comportamento da vítima que possa ter contribuído para a ocorrência e/ou agravamento da lesão, e i) aspecto punitivo e pedagógico da condenação. IX - Dentro de um universo de ações que versem acerca de controvérsia multitudinária, haverá casos em que situações singulares ou consequências mais gravosas sofridas pela parte autora em decorrência da privação de água, ainda que não declinadas especificamente na exordial, serão reveladas pelos demais elementos constantes dos autos – em especial as provas obtidas durante a fase instrutória – e, naturalmente, influenciarão no quantum indenizatório a ser arbitrado, fazendo-se presente, excepcionalmente, a possibilidade de se fixar um patamar indenizatório mínimo e outro máximo, de modo a se alcançarem as diferentes hipóteses verificadas nas demandas abrangidas pelo Incidente".

[676] Eis a ementa do acórdão: "PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO, EM MARIANA/MG. INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E DÚVIDA SOBRE SUA QUALIDADE APÓS O RESTABELECIMENTO. DANOS DE MASSA. PROCESSOS INDICADOS COMO REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA MULTITUDINÁRIA QUE CORRIAM NO JUIZADO ESPECIAL E EM PRIMEIRO GRAU NA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AVOCAÇÃO DE QUESTÕES. ADOÇÃO DO SISTEMA DA CAUSA-MODELO COMO FORMA DE AFASTAR TAL ALEGAÇÃO. IMPEDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES DOS PROCESSOS INDICADOS COMO REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA, SOB O ARGUMENTO DE QUE, NO SISTEMA DA CAUSA-MODELO, SÓ É PARTE QUEM PROPÕE O INCIDENTE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. NÃO CABIMENTO DO IRDR NA FORMA COMO ADMITIDO. NULIDADE. HISTÓRICO DA DEMANDA 1. Cuida-se, na origem, de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas instaurado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais após requerimento da Samarco Mineração S/A em razão dos milhares de processos individuais que têm como pedido o pagamento de indenização por danos

materiais e morais decorrentes da interrupção do fornecimento de água e do receio sobre sua qualidade com o retorno da captação e da distribuição pelos serviços de abastecimento público, após o desastre ambiental decorrente do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana. 2. A Samarco indicou como processos representativos da controvérsia as "Ações Indenizatórias de nº 00056.22-43.2016.8.13.0105 (ajuizada por Vânio Rodrigues de Sousa - doc. 2) e nº 0001312-72.2016.8.13.0273 (ajuizada por Rosângela Maria da Silva - doc. 3)" (fl. 71, e-STJ). O processo em que o Sr. Vânio Rodrigues de Sousa é autor corria perante o 2º Juizado Especial de Governador Valadares, e a ação da Sra. Rosângela Maria da Silva estava em trâmite na Vara Única de Galileia. Logo, a competência do Tribunal de Justiça para julgá-las não tinha sido inaugurada. 3. O Espólio de Vânio Rodrigues de Sousa, indicado na inicial como suscitado, opôs Embargos de Declaração ao acórdão que admitiu o IRDR (fls. 3.790-3.816, e-STJ). O recurso não foi conhecido ante a suposta ilegitimidade do embargante (fls. 3.885-3.894, e-STJ). Inconformado, o Espólio opôs novos Embargos de Declaração, argumentando que sua ação foi indicada como causa-piloto no IRDR e que, por isso, teria direito de participar ativamente da instrução e julgamento do Incidente. No julgamento dos Aclaratórios, o Tribunal a quo reconheceu a omissão, mas, por maioria, não admitiu a intervenção do Espólio no Incidente, sob o argumento de que, como sua ação tramitava no Juizado Especial, ele não seria parte no Incidente, "seja porque não se aplica ao caso o conceito de causa piloto e suas decorrências, seja porque não o instaurou. Somente se pode atribuir tal condição a Samarco, pois fora quem o manejou" (fl. 4.419, e-STJ). Na petição de fls. 1.400-1.479, e-STJ, o Espólio de Vânio Rodrigues de Sousa manifestou-se sobre o mérito do Incidente. No entanto, o Desembargador Relator indeferiu o processamento da manifestação, diante do anterior reconhecimento da sua ilegitimidade (fls. 1.836-1.837, e-STJ). 4. O mesmo ocorreu com Rosângela Maria da Silva. Às fls. 3.323-3.324, e-STJ, o Tribunal de Justiça indeferiu o pedido para que seu processo, indicado pela própria Samarco como causa-piloto, fosse julgado como tal, sob o fundamento de que ele estava em trâmite na primeira instância. O acórdão de mérito foi proferido, e a ele Rosângela Maria da Silva opôs Embargos de Declaração (fls. 8.540-8.604, e-STJ). Seu recurso não foi conhecido, diante de sua suposta ilegitimidade. 5. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais também aviou Aclaratórios contra o acórdão de mérito do IRDR. Ao julgá-lo, afirmou Tribunal a quo (fls. 8.135-8.136, e-STJ): "Assim, mesmo se encontrando a Ação por ela intentada em tramite na justiça Comum, já tendo havido, inclusive, manejo de apelação, apesar de pendente, ainda, sua tramitação, tal fato não autoriza que o processo em comento seja julgado em conjunto com o presente incidente, pois não se trata de causa-piloto. (...) Friso que quanto as Ações originadas do Juizado Especial não há causa-piloto, logo as partes dos processos que tramitam nesse microssistema não atendem ao pressuposto básico para participação em IRDR como partes já que serão partes do incidente, apenas, as partes da causa-piloto, a qual se origina somente de processos em tramitam na justiça comum." RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS 6. Em suas razões recursais (fls. 13.577-13.658, e-STJ), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais defende, em síntese, que o Tribunal a quo violou os seguintes dispositivos de lei federal: arts. 1.022, II, do CPC; e 505, 976, § 3º, e 1.009, § 1º, do CPC (inexistência de preclusão sobre a admissibilidade do IRDR); 978, parágrafo único, do CPC (incompetência do Tribunal de Justiça para julgar IRDR derivado de processo de Juizado Especial); 976, I, do CPC (questões resolvidas no presente IRDR não seriam unicamente de direito); e 983, caput, c/c 7º do CPC (violação ao princípio do contraditório); 926 e 927, I, do CPC (tarifação do dano moral); e 944, caput, do Código Civil (desproporcionalidade do valor fixado a título de indenização pelos danos morais). CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL NO CASO CONCRETO. DISTINGUIGHING EM RELAÇÃO AO RESP 1.798.374/DF, JULGADO PELA CORTE ESPECIAL 7. Não se desconhece que, ao julgar o REsp 1.798.374/DF, de Relatoria do em. Ministro Mauro Campbell Marques, a Corte Especial firmou o entendimento de que não cabe Recurso Especial contra acórdão que define, em abstrato, teses repetitivas desvinculadas de uma causa-piloto. 8. Na ocasião, a Corte Especial analisou a admissibilidade de Recurso Especial da Defensoria Pública do Distrito Federal contra acórdão fundado em pedido de revisão de tese em IRDR, em que, nas palavras do em. Ministro Mauro Campbell Marques, "sequer existe parte contrária e, consequentemente, qualquer espécie de contraditório." 9. O Superior Tribunal de Justiça, então, concluiu que "a tese jurídica fixada em abstrato no julgamento do IRDR, ainda que no âmbito da interpretação de norma infraconstitucional federal, não pode ser considerada como causa decidida sob a ótica constitucional,

o que somente ocorreria com a aplicação da referida tese jurídica ao caso selecionado para o julgamento ou na aplicação nas causas em andamento/sobrestadas (caso concreto) que versem sobre o tema repetitivo julgado no referido incidente." Consignou-se, ainda, que o não cabimento do Apelo Especial em tais casos não prejudicaria o acesso da questão federal ao STJ, "pois a tese jurídica será aplicada aos demais casos idênticos e sobrestados que aguardavam a resolução do incidente e tratavam da mesma questão jurídica, o que, ao menos em linha de princípio, viabilizaria a interposição do recurso especial." 10. No entanto, a questão posta neste Apelo Especial, ao menos na parte em que interessa para este julgamento, não diz respeito às teses abstratamente fixadas na origem, mas à aplicação, em concreto, das próprias regras processuais que envolvem o instituto do IRDR. O que se discute neste feito (e este é o *distinguishing* em relação ao que foi decidido no REsp 1.798.374 /DF) é a própria admissibilidade e a observância das regras do *due process* no Incidente inaugurado pela Samarco, como será explicitado nos itens seguintes. 11. Por se tratar de debate acerca da aplicação, em concreto, das regras processuais previstas para a admissão e o julgamento do IRDR, não haverá outra oportunidade para que as alegações da parte recorrente cheguem ao STJ. Publicadas as teses, os casos concretos serão solucionados de acordo com elas, sem possibilidade de novo debate a respeito da higidez da decisão do IRDR, que já terá transitado em julgado. ADOÇÃO DA SISTEMÁTICA DA CAUSA-MODELO E VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA 12. Da leitura dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais nota-se que aquela Corte adotou a sistemática da causa-modelo e, a partir dessa premissa, rejeitou as diversas tentativas de participação daqueles que tiveram seus processos indicados pela Samarco como representativos de controvérsia multitudinária. O TJMG chegou a afirmar que "somente se pode atribuir tal condição [de parte] a Samarco, pois fora quem o manejou" (fl. 4.419, e-STJ). 13. Para fundamentar a adoção da sistemática da causa-modelo, afirmou-se sobre os processos indicados como representativos de controvérsia: um estava em trâmite no Juizado Especial (caso do Espólio de Vânio Rodrigues de Sousa); e o outro ainda corria em primeiro grau, não podendo ser julgado imediatamente pelo Tribunal, sob pena de supressão de instância (caso de Rosângela Maria da Silva). 14. O Código de Processo Civil adotou, como regra, a sistemática da causa-piloto para o julgamento do IRDR, que nada mais é do que um incidente instaurado em um processo já em curso no Tribunal para resolver questões de direito oriundas de demandas de massa. 15. A adoção da sistemática da causa-modelo não é de livre escolha do Tribunal. Pelo contrário, o Código de Processo Civil a permite em apenas duas hipóteses: quando houver desistência da parte que teve o (único) processo selecionado como representativo de controvérsia multitudinária, nos termos do art. 976, § 1º, do CPC; e quando há "pedido de revisão da tese jurídica fixada no IRDR, o qual equivaleria ao pedido de instauração do incidente (art. 986 do CPC), [caso em que] o Órgão Julgador apenas analisa a manutenção das teses jurídicas fixadas em abstrato, sem qualquer vinculação a qualquer caso concreto." (REsp 1.798.374/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe de 21.6.2022). A peculiaridade deste caso é que nenhuma dessas duas hipóteses estava presente, mas mesmo assim a Corte local decidiu julgar uma causa-modelo, indeferindo as diversas tentativas de manifestação das partes de um dos polos da relação jurídica. 16. No Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, a regra é a participação das partes dos recursos selecionados como representativos da controvérsia, que constitui núcleo duro do princípio do contraditório, na perspectiva da representatividade adequada. O CPC/2015, sem prejuízo da participação dos *amici curiae* e MP no incidente, imputou à parte da causa-piloto a condição de representante dos eventuais afetados pela decisão, pois fala em juízo em nome de todos e em razão da identidade de interesses, de modo que a Corte a quo tem o dever de garantir que tal representação seja efetivamente exercida de forma adequada. 17. Pode-se afirmar que a garantia e a fiscalização, pela Corte, da efetiva participação das partes é ainda mais imperativa no IRDR, se comparado aos processos coletivos que visam tutelar direitos individuais homogêneos. Nestes, a decisão desfavorável ao grupo não prejudica seus membros, em razão da regra da extensão da coisa julgada *secundum eventum litis*. No IRDR, por outro lado, a decisão desfavorável será a todos aplicada, pois precedente qualificado (art. 927, III, CPC). E é regra elementar do *due process* que aquele que não participou do processo - ainda que por intermédio de representante adequado - não pode ser por ele prejudicado, pois 'todos têm direito a um dia perante a Corte.' 18. Logo, o Tribunal de origem não pode avocar o julgamento de determinadas questões de direito em causas que não lhe compete julgar e, ainda, afastar a participação de um dos lados da controvérsia sob

o fundamento de que decidiu adotar a sistemática da causa-modelo. Ora, se o julgamento de processo oriundo do Juizado Especial ou que ainda corre em primeiro grau não lhe compete, o TJMG deveria ter determinado que a Samarco indicasse processos que satisfizessem esse requisito. O próprio Relator poderia tomar essa iniciativa, selecionando processos que melhor atendessem a exigência da representatividade adequada para julgá-los como causa-piloto, respeitando o contraditório e a ampla defesa e permitindo a participação dos atores relevantes do litígio massificado. 19. Ao contrário do que afirma o Tribunal estadual, não se trata de admitir, indistintamente, a participação de todos os particulares que tiveram seus processos suspensos; isso certamente inviabilizaria o julgamento do Incidente. O ordenamento jurídico, todavia, impõe a efetiva participação, no mínimo, daqueles que tiveram seus processos indicados como causas representativas da controvérsia multitudinária, pois são, indiscutivelmente, partes interessadas no Incidente. Como afirma a doutrina, o IRDR não pode ser interpretado de maneira a dar origem a uma espécie de 'justiça de cidadãos sem rosto e sem fala', calando as vítimas de danos em massa em privilégio ao causador do dano. 20. A participação das vítimas dos danos em massa - autores das ações repetitivas - constitui o núcleo duro do princípio do contraditório no julgamento do IRDR. É o mínimo que se deve exigir para garantir a observância ao devido processo legal, sem prejuízo da participação de outros atores relevantes, como o Ministério Público e a Defensoria Pública. A participação desses órgãos públicos não dispensa esse contraditório mínimo, especialmente diante do que dispõe o art. 976, § 2º, do CPC: 'o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.' 21. Se as partes autoras dos processos selecionados não os abandonaram ou deles desistiram - pelo contrário, tentaram ser ouvidas por diversas vezes, sem sucesso -, sua efetiva participação é imposição do princípio do contraditório. 22. Especificamente quanto à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, verifica-se que sua participação na qualidade de *amicus curiae* foi indeferida (fls. 4.175-4.179, e-STJ). Mas quando a Defensoria Pública tomou a iniciativa de propor outro Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas com objeto semelhante, o Tribunal de Justiça resolveu admitir sua participação como proponente, mas já na adiantada fase do julgamento do mérito do IRDR. 23. Registre-se que essa mesma solução foi adotada, à unanimidade, pela Segunda Turma no julgamento do Recurso Especial n. 2.023.892/AP (acórdão ainda não publicado). 24. O vício atinge não apenas o acórdão de mérito, mas todo o procedimento do IRDR. É no juízo de admissibilidade do incidente, por exemplo, que são fixadas as questões de direito a serem dirimidas, devendo ser permitida a colaboração dos dois lados da relação jurídica também nesta fase. Ademais, como dito, o art. 978, parágrafo único, do CPC exige que o Tribunal responsável pela fixação da tese tenha competência para julgamento dos processos selecionados como representativos de controvérsia. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF 25. A Samarco afirma que incidiria a Súmula 283/STF, porquanto não teria sido impugnado o fundamento de que a intervenção de terceiros foi indeferida por impossibilidade de contribuição efetiva dos requerentes. O argumento não se sustenta, pois não se trata de intervenção de terceiros, mas de participação dos autores que tiveram seus processos indicados pela própria Samarco como representativos de controvérsia. 26. Para afastar a alegação de incompetência para o julgamento dos processos indicados pela Samarco, o Tribunal de Justiça adotou, fora da hipótese legalmente permitida, a sistemática da causa-modelo e, sob esse pretexto, negou participação dos autores dos processos selecionados, permitindo apenas que uma das partes da relação jurídica formada a partir do dano massificado falasse: a Samarco. É o próprio TJMG quem o afirma na conjugação desses trechos dos acórdãos que julgaram os Embargos de Declaração do MPMG e do Espólio de Vânio Rodrigues de Sousa, respectivamente: 'não houve vilipêndio ao contraditório ou ao devido processo legal, mas, sim, respeito a tais princípios, pois se ofertou comprimento as determinações que regulamentam a participação em IRDR, possibilitando o pleno contraditório, todavia somente a quem pode se manifestar no incidente.' (fl. 8.136, e-STJ, grifei) 'Somente se pode atribuir tal condição [de parte] a Samarco, pois fora quem o manejou' (fl. 4.419, e-STJ). ALEGAÇÃO DE PRECLUSÃO QUANTO AO DEBATE SOBRE OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR 27. A Samarco defende, ainda, a preclusão sobre o debate sobre os requisitos de admissibilidade do IRDR. A alegação também não merece ser acolhida, já que a violação dos arts. 983, caput, e 7º, do CPC ocorreu não apenas quando da admissibilidade do Incidente, mas também no momento do julgamento do mérito, com a fixação de teses sem a participação das vítimas do dano. 28. Não bastasse, esta Corte Superior já decidiu que 'o novo CPC

relator do caso, Min. Herman Benjamin, salientou que, ao adotar a sistemática da "causa-modelo", o tribunal local "rejeitou as diversas tentativas de participação daqueles que tiveram seus processos indicados pela Samarco como representativos de controvérsia multitudinária.[677] O TJMG chegou a afirmar que 'somente se pode atribuir tal condição [de parte] a Samarco, pois fora quem o manejou". Assim, o incidente tramitou sem a participação das vítimas do fato, simplesmente com a atuação do Tribunal que, em abstrato, examinou a controvérsia e fixou as teses.

Sublinhou ainda que, embora o Superior Tribunal de Justiça não admita, em regra, recurso especial em face de decisão proferida em IRDR (ante a inexistência de causa decidida), a situação específica demandava distinção, porque aqui se discutia a própria tramitação do incidente, sendo a única oportunidade para que as alegações das partes pudessem chegar à Corte. Enfatizou – e esse é o ponto que aqui mais interessa – que "no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, a regra é a participação das partes dos recursos selecionados como representativos da controvérsia, que constitui núcleo duro do princípio do contraditório, na perspectiva da representatividade adequada. O novo CPC imputou à parte da causa-piloto a condição de representante do grupo, pois fala em juízo em nome de toda a classe em razão da identidade de interesses, de forma que a Corte local tem o dever de garantir que tal representação seja efetivamente exercida. Pode-se afirmar que a garantia e a fiscalização, pela Corte, da efetiva participação das partes são ainda mais imperativas no IRDR, se comparada com essa mesma atividade desenvolvida nos processos coletivos que visam tutelar direitos individuais homogêneos. Nestes, a decisão desfavorável ao grupo não prejudica seus membros, em virtude da regra da extensão da

---

previu a recorribilidade excepcional ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal apenas contra o acórdão que resolver o mérito do Incidente, conforme se depreende do art. 987, caput, do CPC/15, mas não do acórdão que admite ou que inadmite a instauração do IRDR.' (REsp n. 1.631.846/DF, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. para acórdão Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 22.11.2019). Se não é cabível Recurso Especial contra o acórdão de admissibilidade do Incidente, não há que se falar em preclusão ou intempestividade no caso concreto, pois somente com o julgamento do mérito tais questões puderam ser levadas ao STJ pela via do Recurso Especial. CONCLUSÃO 29. Recurso Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais conhecido na parte em que se alega violação dos arts. 983, caput, c/c o art. 7º, do CPC e, nessa extensão, provido para fins de anular, desde o seu nascedouro, o IRDR julgado na origem, ficando prejudicadas as demais questões levantadas no Apelo nobre. 30. Prejudicados os Recursos Especiais de Michell Henriques Guerra, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais, de Rosângela Maria da Silva e do Espólio da Vânio Rodrigues de Sousa e o Agravo da Samarco Mineração S/A." (STJ, 2ª Turma. REsp 1.916.976/MG. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 23.08.24).

[677] O tribunal local não permitiu a participação das duas partes autoras de demandas individuais que haviam sido indicadas pela Samarco como representativas da controvérsia porque uma delas tramitava perante o Juizado Especial e a outra ainda estava em 1º grau.

coisa julgada *secundum eventum litis*. No IRDR, por outro lado, a decisão desfavorável será a todos aplicada. E é regra elementar do *due process* que aquele que não participou do processo – ainda que por intermédio de representante adequado – não pode ser por ele prejudicado, pois 'todos têm direito a um dia perante a Corte'.". Por isso seria tão importante a admissão para intervenção no incidente dos participantes "de um dos lados da controvérsia".

Em consequência, se não é viável a participação de todos os atingidos – porque isso inviabilizaria o julgamento do incidente – então ao menos seria necessário permitir a participação de sujeitos que pudessem traduzir a participação das vítimas dos danos em massa. E a ausência desses sujeitos, ainda no entender do Superior Tribunal de Justiça, não poderia ser suprida sequer pela presença do Ministério Público e da Defensoria Pública, na medida em que, "por mais relevantes que sejam, tais órgãos não podem ser considerados representantes adequados da categoria das vítimas do desastre ambiental que deu origem a toda esta celeuma".[678]

Ao concluir o seu voto, o Min. Herman Benjamin então aponta que o acórdão que julgou o IRDR (e, assim também, todo o procedimento do incidente que antecedeu o julgamento) padece de falta de participação adequada, na medida em que só admitiu a participação de um dos polos do conflito (a Samarco).[679] Por isso, era necessário anular todo o procedimento.

Será mesmo que a participação das vítimas nesse tipo de resposta é tão imprescindível? Será que, ao dar resposta a milhares de demandas individuais que estão em curso no tribunal mineiro, envolvendo o desastre de Mariana, aquela Corte não

---

[678] "Como dito, a participação das vítimas dos danos em massa – autores das ações repetitivas – constitui o núcleo duro do princípio do contraditório no julgamento do IRDR. É o mínimo que se deve exigir para garantir a observância ao devido processo legal, sem prejuízo da participação de outros atores relevantes, como o Ministério Público e a Defensoria Pública. A participação desses órgãos públicos não dispensa esse contraditório mínimo" (trecho do voto do relator, Min. Herman Benjamin).

[679] "Por todo o exposto, não vejo outra solução que não a de reconhecer a violação dos arts. 983, caput, e 7º do mesmo diploma legal. Para afastar a alegação de incompetência para o julgamento dos processos indicados pela Samarco, o Tribunal de Justiça adotou, fora da hipótese legalmente permitida, a sistemática da causa-modelo e, sob esse pretexto, negou participação dos autores dos processos selecionados. É o próprio TJMG quem o afirma na conjugação desses trechos dos acórdãos que julgaram os Embargos de Declaração do MPMG e do Espólio de Vânio Rodrigues de Sousa, respectivamente: "não houve vilipendio ao contraditório ou ao devido processo legal, mas, sim, respeito a tais princípios, pois se ofertou comprimento as determinações que regulamentam a participação em IRDR, possibilitando o pleno contraditório, todavia somente a quem pode se manifestar no incidente." (fl. 8.136, e-STJ, grifei).' Somente se pode atribuir tal condição [de parte] a Samarco, pois fora quem o manejou" (fl. 4.419, e-STJ)" (trecho do voto do relator, Min. Herman Benjamin).

oferece resposta isonômica, geral e eficiente a todos esses casos, evitando a pulverização de respostas e a multiplicação de demandas individuais? Apesar de decidir "em abstrato" (sem a participação de um dos polos do conflito), ao estabelecer o direito à indenização e fixar critérios para tanto, não estaria o tribunal mineiro cumprindo seu papel?

Questões como essa, de fato, exigem reflexão mais detida. É certo que otimizar a atuação jurisdicional é essencial para que o Estado possa cumprir suas funções. No entanto, a participação dos afetados, nessa atividade, é muito mais do que um simples desejo íntimo dessas pessoas: responde à própria estrutura democrática que o processo deve ter e atende a outros objetivos também cruciais.

Em muitos desses casos, porém, como no caso apresentado, a participação de todas as vítimas pode levar a um processo caótico e infindável. A admissão da ampla participação pode transformar-se no remédio que, ministrado em doses exageradas, mata o paciente.

É dentro desse espectro de preocupações que a questão da participação e do contraditório deve ser enfrentada.

2.2. O contraditório como condição para o processo civil atual

O exemplo acima oferecido mostra que, conquanto se possa ter a boa vontade de dar a melhor solução para as controvérsias, o Judiciário *não é onisciente* e a legitimação de sua atuação está condicionada à *possibilidade de participação* (no processo decisório e de implementação das decisões) daqueles que serão afetados pela resposta jurisdicional.

Tem-se aí duas das questões centrais que exigem reflexão: a busca da oferta da *melhor* decisão e a *legitimação* pela intervenção daqueles que podem ser afetados. Para o atendimento desses dois objetivos, é essencial compreender o contraditório em sua dimensão atual.

Visto no passado como simples contraponto ao direito de ação – ou seja, como mero instrumento pelo qual o réu poderia apresentar sua versão dos fatos e, assim, reagir à ação do autor – a garantia do contraditório desenvolveu-se de modo extraordinário em tempos recentes, para conformar verdadeira condição de existência de um processo justo.[680]

[680] Como ponderou há muito Vigoriti, "il *due process of law* garantisce oggi il diritto d'agire e di difendersi, inteso come possibilità concreta ed effettiva di svolgere un minimo di attività giurisdizionale, instaurando e partecipando al contraddittorio. Su queste nozioni vaghe, aperte a più contenuti, fa perno l'interpretazione

De um lado, é inegável seu papel atual como garantia de *influência* na formação da decisão judicial.[681] Enxergado como direito de efetiva *participação* no processo, hoje se vê que a mecânica de aplicação do Direito ao caso concreto está muito longe de ser algo automático ou preciso. É uma atividade *construída* e que, como tal, exige, para o bom resultado obtido, a ampla possibilidade de diálogo e de participação daqueles que estão envolvidos nesse processo de atuação do Direito ao caso. Ciente de que a determinação do fato depende de uma *construção* à luz de argumentos tomados a partir das provas apresentadas[682] e de que a especificação do direito é atividade interpretativa que pode autorizar diversas visões de um mesmo texto,[683] a participação dos sujeitos atingidos passa a ser fundamental para que a aplicação do Direito ao caso não se torne um ato exclusivo da autoridade estatal.[684]

---

moderna della clausola" (VIGORITI, Vincenzo. *Garanzie costituzionali del processo civile*. Milano: Giuffrè, 1973, p. 39-40). V., tb., nessa linha, MILLAR, Robert Wyness. *Os princípios formativos do processo civil*. Rio de Janeiro: Marcial Pons, 2024, p. 33-37; COUTURE, Eduardo J. *Estudios de derecho procesal civil*. Buenos Aires: Depalma, 1998, tomo 1, p. 46.

[681] V., por todos, TROCKER, Nicolò. *Processo civile e costituzione: problemi di diritto tedesco e italiano*. Milano: Giuffrè, 1974, p. 369-386. Como afirma o autor, o contraditório, na atualidade, pressupõe que as partes sejam colocadas na condição de "*influire attivamente*" no resultado do julgamento (ob. cit., p. 386). No Brasil, v. a ampla análise desenvolvida em CABRAL, Antonio do Passo. "Contraditório (princípio do-)". *Dicionário de princípios jurídicos*. Org. Ricardo Lobo Torres, Eduardo Takemi Kataoka e Flavio Galdino. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, *passim*.

[682] V.g., HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988, p. 64-65; *Id*. *Direito e democracia, entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol. 1, p. 20-31; GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.* Trad. Paulo Meurer, 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988, p. 707-708; FERRER-BELTRÁN, Jordi. *Prova sem convicção*. Trad. Vitor de Paula Ramos. Salvador: JusPodivm, 2022, p. 299 e ss.; MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*, ob. cit., p. 44 e ss.; RAMOS, Vitor de Paula. *Prova documental*. Salvador: JusPodivm, 2021, p. 59 e ss.

[683] RAZ, Joseph. *Between authority and interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 228 e ss.; SCHAUER, Frederick. *Thinking like a lawyer*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 151 e ss.; MACCORMICK, Neil. *Rhetoric and the rule of law*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 12 e ss.; MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. São Paulo: RT, 2010, p. 39 e ss.; MITIDIERO, Daniel. *Precedentes – da persuasão à vinculação*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2017, p. 53 e ss.; ALVIM, Teresa Arruda. DANTAS, Bruno. *Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.* 7ª ed., São Paulo: RT, 2023, p. 19-62; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. *Teoria do precedente judicial*. São Paulo: Noeses, 2012, p. 16 e ss.; PEREIRA, Carlos Frederico Bastos. *Fundamentação das decisões judiciais*. São Paulo: RT, 2019, p. 21-74; MOTTA, Otávio Verdi. *Justificação da decisão judicial*. São Paulo: RT, 2015, p. 29-100. Por uma análise crítica da determinação da norma, v., SABBAG NETO, Thomé. *Juízes criam normas?* São Paulo: RT, 2024, *passim.*

[684] "O que se pode notar é um movimento, em especial na doutrina, no sentido de retirar a legitimidade das decisões judiciais que não sejam fruto de um debate efetivo entre os sujeitos do processo. Quando a decisão limita-se a um monólogo do julgador consigo mesmo, seu conteúdo fica limitado a uma só perspectiva, enquanto o diálogo – que resulta da construção dialética de ideias – amplia o quadro de análise. Por esse motivo, o CPC/2015 adota expressamente um conceito de *contraditório como garantia de influência*, de forma que é direito das partes ver suas razões levadas em consideração pelo órgão jurisdicional no momento

Afinal, se é certo que toda a atividade processual – da determinação dos fatos ao esclarecimento da norma que regulará o conflito – envolve uma atividade construtiva, então deixar que o juiz realize esse trabalho sozinho é privá-lo de toda contribuição que pode vir daqueles que são atingidos pela decisão para a formação da melhor solução.

No passado, podia-se sem grande dificuldade defender que o esclarecimento dos fatos era uma atividade quase histórica, que poderia ser realizada unicamente pelo juiz. Também se podia dizer que a atividade de interpretação do direito era puramente intelectiva (*iura novit curia*) de sorte que poderia também ser realizada apenas pelo juiz, que teria plenas condições de entender qual seria a norma que deveria regular certa conduta.

Hoje, no entanto, não há mais como defender essas concepções. A "construção" dos fatos e a interpretação dos textos normativos envolvem atividades dialógicas e, por isso, o contraditório representa verdadeiro requisito para que essas atividades possam implementar-se de modo ótimo.[685]

Sob outro aspecto, o exercício do contraditório é também fundamental para a legitimação da atividade estatal. Representa, afinal, a concretização no processo do princípio democrático,[686] permitindo àqueles que podem ser afetados pela decisão tomar

---

da decisão. Até mesmo – e principalmente – para não acatar os fundamentos das partes, deve o juiz pronunciar-se sobre eles na fundamentação, mesmo porque, em regra, os motivos de uma decisão são mais importantes para o sucumbente do que para o vencedor da demanda..." (ARRUDA ALVIM, José Manoel. *Novo contencioso cível no CPC/2015*. São Paulo: RT, 2016, p. 68).

[685] "A essa altura, torna-se necessário que se afirme de modo veemente a necessidade de que seja oferecida às partes possibilidade de exercer seu direito ao contraditório, a respeito da solução de direito a ser dada pelo juiz ao caso, se esta não foi mencionada pelas partes e não geriu discussão. Esse é o sentido que se tem dado contemporaneamente ao princípio do contraditório: abrange, também manifestações *ex officio*. Hoje, se entende que, mesmo quando o juiz pretende manifestar-se a respeito de um tema que poderia conhecer de ofício, deve ser proporcionada às partes oportunidade de exercer o contraditório" (ALVIM, Teresa Arruda. "Vinculação do juiz aos pedidos e o princípio do *iura novit curia*". *Processo civil – estudos em homenagem ao professor doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira*. Coord. Daniel Mitidiero e Guilherme Rizzo Amaral. São Paulo: Atlas, 2012, p. 465).

[686] "A decisão deve expressar a melhor resolução do litígio, acolhendo ou refutando os argumentos constantes dos autos e as manifestações dos sujeitos processuais e o ato decisório tem de estampar de forma cristalina a síntese das contribuições colhidas pelo exercício do contraditório, ainda que seja para afastar os argumentos e elementos irrelevantes ou equivocados, para a solução da lide. Nesse contexto, a concepção do contraditório como direito de influência justifica-se na moldura de democracia participativa e deliberativa. Com efeito, dentre os escopos políticos do processo destaca-se a missão de permitir a participação do indivíduo na vida política do país. Trata-se de peculiar aspecto da condição de cidadão, o *status ativus processualis*, que consubstancia o direito fundamental de participação ativa nos procedimentos estatais decisórios, ou seja, direito de influir na formação de normas jurídicas vinculativas" (CABRAL, Antonio do Passo. "Contraditório (princípio do-)", ob. cit., p. 200). Assim tb., GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade.* Brasilia: Gazeta Jurídica, 2016, p. 15-16; JOBIM, Marco Felix. *Teoria, história e processo*. 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022, p. 168.

parte do procedimento que leva à atuação do poder do Estado. Como reflexo mais essencial da garantia do devido processo legal,[687] o contraditório se eleva a condição quase que inseparável da legítima atuação da força estatal.[688]

Para assegurar essa legitimidade, a garantia do contraditório, ademais, traz consigo também a ideia de *igualdade* dos sujeitos que podem ser atingidos pela decisão judicial.[689] Somente quando as partes são tratadas de forma igual, tendo iguais oportunidades de participar e de influir na solução da controvérsia, é que se pode, enfim, ter por respeitado o cânone de um processo democrático e justo.[690] De certo modo, o CPC de 1939 enxergava melhor essa necessidade, ao prever, tratando da causa de pedir, que a petição inicial deveria conter "o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, expostos com clareza e precisão, de maneira que o réu possa preparar a defesa" (art. 158, inc. III). A preocupação com a posição da outra parte e com o material que constitui o alvo de debate entre os sujeitos do processo – em um ambiente adequado, isonômico, transparente e de boa-fé – também é, assim, elemento indispensável para a preservação de um contraditório efetivo.

Logicamente, quando se reconhece que esse direito ao contraditório implica verdadeiro direito de participação e de influência, nasce para o órgão julgador um *dever* de atuar em diálogo e em cooperação com esses outros sujeitos.[691] O juiz, nessa ordem

---

[687] COUTURE, Eduardo J. *Estudios de derecho procesal civil*, ob. cit., tomo 1, p. 55.

[688] Sua importância, como sabido, é tão grande que, para vários autores, só há de fato processo quando o procedimento é informado pelo contraditório. Assim, por todos, Fazzalari leciona que "il 'processo' è un procedimento in cui partecipano (sono abilitati a partecipare) coloro nella cui sfera giuridica l'atto finale è destinato a svolgere effetti: in contraddittorio, e in modo che l'autore dell'atto non possa obliterare le loro attività" (FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di diritto processuale*. 8ª ed., Padova: CEDAM, 1996, p. 82).

[689] CADIET, Loic. NORMAND, Jacques. MEKKI, Soraya Amrani. *Théorie générale du procès*. Paris: PUF, 2010, p. 628-632; FAZZALARI, Elio. *Istituzioni*, ob. cit., p. 83.

[690] "A definição de processo como procedimento em contraditório destaca, no mínimo, dois aspectos importantes seus: o caráter temporal e o aspecto dialogal que o permeiam. É uma sequência de atos unida por uma finalidade comum: prestar tutela aos direitos. *É um fio com vários nós*. É um diálogo regrado entre as partes e o juiz – um contraditório pautado pela reciproca consideração e respeito entre os seus participantes, isto é, pela igualdade. É um fio com vários nós disciplinado por uma *rede*. A rede de normas que regula esse fio em seus traços fundamentais é o devido processo legal. Devido processo regulado pela lei, pelo juiz e pelas partes. Vale dizer: previsto na Constituição, adaptado pelo Código e adaptável pelo juiz e pelas partes" (MITIDIERO, Daniel. *Processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2022, p. 101).

[691] "Não há dúvida que a necessidade de um *processo justo* encontra fundamento na necessidade de obter-se uma *decisão justa* – sendo considerado mesmo seu pressuposto. Nessa perspectiva, assume o contraditório o papel de um verdadeiro '*cardine della ricerca dialettica'* pela justiça do caso concreto, funcionando como uma norma de absoluta imprescindibilidade para formação da decisão judicial. Não basta, todavia, outorgar direito a influir na construção da decisão (arts. 9º e 10 do CPC/2015) se não se prevê um correlato dever de debate acometido ao órgão jurisdicional (art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015)" (MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no processo civil*, ob. cit., p. 150). Assim, tb., THEODORO JR.,

de ideia, integra também o contraditório, como sujeito dessa garantia, ainda que com o papel de fazê-lo respeitar e respeitá-lo.[692]

Assim, a preservação do contraditório – como garantia de participação e de influência – é medida pela amplitude e profundidade com que é feita a fundamentação das decisões judiciais.[693] Só se pode ter como adequadamente fundamentada a decisão se os interessados puderam efetivamente participar da sua formação e se tiveram seus argumentos e prova suficiente e completamente considerados pelo órgão jurisdicional.

O revés disso também é verdadeiro – e, para este trabalho, é muito importante – ou seja: *se os argumentos e provas que as partes trouxeram ou poderiam ter trazidos foram adequadamente examinados e considerados pela decisão judicial, então se deve ter por respeitado o contraditório em toda a sua extensão*.

2.3. Contraditório efetivo e eficiente

Essa última observação é crucial. A conformação atual do processo civil exige a percepção de dois eixos relevantes.

Humberto. NUNES, Dierle. BAHIA, Alexandre Melo Franco. PEDRON, Flávio Quinaud. *Novo CPC – fundamentos e sistematização*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 92. Como aponta o art. 16, do CPC francês, o juiz deve, em todos os momentos fazer observar *e observar ele mesmo* o princípio do contraditório (v., discutindo esse dispositivo, com ampla referência ao entendimento da Corte da União Europeia, STRICKLER, Yves. VARNEK, Alexey. *Procédure civile*. 12ª ed., Bruxelas: Bruylant, 2022, p. 240 e ss.).

[692] "É nessa perspectiva de maior eficiência que parece oportuno reconsiderar, em combinação com outras implicações e perspectivas, o já mencionado princípio-cardeal do contraditório. Pode-se afirmar que esse princípio hoje não tutela somente o interesse de cada parte em fruir de todas as possíveis garantias de defesa. Na sua recente configuração, esse supera a tradicional justaposição da atividade defensiva da parte em favor da configuração da atividade processual como trilateral, ou seja, reservando no seu desenvolvimento um papel essencial ao juiz. Trata-se de uma nova configuração na qual o juiz, terceiro sujeito típico e necessário, tem a função de garantir e de induzir o exercício do contraditório entre as partes, além de submeter-se, ele mesmo, ao contraditório. Um fundamental *side effect* pode consistir na transformação do contraditório em instrumento de intervenção do juiz na configuração do conflito entre as partes. Por outro lado, nessa nova versão, a noção de contraditório implica também interação direta e ativa das partes na conformação da intervenção do juiz" (DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva,* ob. cit., p. 60-61).

[693] Na observação de Fuller, "the distinguishing characteristic of adjudication lies in the fact that it confers on the affected party a peculiar form of participation in the decision, that of presenting proofs and reasoned arguments for a decision in his favor. Whatever heightens the significance of this participation lifts adjudication toward its optimum expression. Whatever destroys the meaning of that participation destroys the integrity of adjudication itself" (FULLER, Lon L. "The forms and limits of adjudication". *Harvard law review*. Vol. 92, n. 2, dez.-1978, p. 364).

De um lado, a percepção de que o contraditório só é plenamente atendido se os argumentos e provas deduzidos pelos interessados – que serão atingidos pela decisão judicial – foram devidamente considerados para a produção dessa decisão judicial.[694]

De outro, é necessário sublinhar que, se todo o material que a parte poderia trazer em favor da sua tese foi apresentado no processo – ou, ainda, se a sua apresentação seria irrelevante, pela própria natureza da decisão, para a formação da convicção do juiz – então a ausência do sujeito no processo não induz necessariamente à violação da garantia do contraditório.

2.3.1. O direito à participação dos afetados

Voltemos ao primeiro ponto: o contraditório só se perfectibiliza se aqueles que forem atingidos pela decisão judicial puderem participar, de forma efetiva, da formação da decisão judicial.

Como já visto, isso envolve o direito de influência com seus diversos consectários. Inseridos nesse ponto, então, estão o direito à prova, o direito à participação e o direito a uma fundamentação que considere os argumentos e as provas deduzidas. Creio que esses aspectos já estão suficientemente tratados em doutrina e dispensam maiores digressões. No entanto, há outro aspecto que também é aqui fundamental: o direito de participação *não é necessariamente o direito de participação direta da parte*. Ou seja, a participação *pode* ocorrer de forma direta – com a convocação do próprio afetado para participar pessoalmente no processo –, mas também pode dar-se de maneira indireta, por meio de

---

[694] Por isso mesmo, não parece razoável falar em "contraditório postecipado" ou "contraditório diferido", como se costuma encontrar na doutrina nacional (v.g., NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado*. 6ª ed., São Paulo: RT, 2002, p. 25) e estrangeira (v.g., CADIET, Loic. NORMAND, Jacques. MEKKI, Soraya Amrani. *Théorie générale du procès*, ob. cit., p. 649 e ss.). Se o contraditório implica o direito de influência e de participação *na formação da decisão*, tem-se aí uma noção absolutamente inconciliável com o exercício dessa prerrogativa *após a tomada da decisão*. Contraditório diferido é, sob esse prisma, um "não-contraditório". Com isso, evidentemente, não se quer dizer que toda decisão deva ser dada *apenas depois de observado o contraditório*. Como garantia fundamental que é, o contraditório interage muitas vezes com outras garantias. E nessa interação, pode haver uma colisão entre direitos fundamentais que exigirá a devida acomodação desses valores sob o critério da proporcionalidade. Consequentemente, é legítimo pensar que, *em atenção ao outro direito fundamental*, possa o contraditório ter seu alcance restringido. O contraditório, afinal, não é um valor absoluto (v., com razão, DOTTI, Rogéria Fagundes. *Tutela da evidência*. São Paulo: RT, 2020, p. 126-127). No entanto, sua restrição só é justificável quando se estiver na presença de uma efetiva colisão entre direitos fundamentais e, apenas, dentro dos critérios da proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito). Fora disso, a chamada "postecipação" do contraditório é medida inconstitucional.

alguém que se apresente no processo para a defesa de interesses alheios e seja apto a apresentar os argumentos e as provas que esse outro sujeito traria.

O tema não é novo, mas às vezes não é bem compreendido. É lógico que, em regra, a preferência se dá pela participação direta do atingido no processo. Isso normalmente traz consigo inúmeras vantagens e simplifica o problema da análise da qualidade da participação. Se é o próprio atingido que participará da formação da decisão judicial, então as preocupações com a insuficiente proteção dos interesses dele ficam minimizadas. Não ficam excluídas – recorde-se de eventual assintonia entre a vontade do afetado e do seu advogado, por exemplo, como já tratado anteriormente –, mas, sem dúvida, esses casos oferecem menores riscos de inadequada proteção dos interesses do atingido.

Por isso, em regra, a participação *pessoal* do atingido é preferível.[695]

Dizer, no entanto, que é *preferível* não significa dizer que ela é obrigatória ou que deve ser sempre admitida. Não há, ao menos no direito brasileiro, algo semelhante ao chamado "*right to have your day in Court*". Ninguém tem o direito de *pessoalmente* aceder à jurisdição para a tutela de seus direitos. Tem, sim, todo direito a que seus interesses sejam tutelados. Mas isso não significa dizer que essa tutela deva ocorrer por *atividade própria do afetado*. O que a Constituição garante é que a lei não exclua da análise do Poder Judiciário nenhum tipo de lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV). Não há, todavia, nenhuma garantia constitucional que estabeleça o dever de o Judiciário ouvir *pessoalmente* o lesado ou lhe garanta acesso individual à tutela de seus direitos. Mesmo no direito norte-americano, onde é muito frequente a referência à existência de um direito ao "dia na Corte" como um direito fundamental,[696] há abalizadas vozes que sustentam a inexistência desse direito, que deve ser compreendido como o direito a que os interesses da pessoa sejam adequadamente "representados"[697] ou tutelados.

---

[695] V., para mais detalhes, ARENHART, Sérgio Cruz. "Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes". *Processos estruturais*. Org. Marco Felix Jobim, Gustavo Osna e Sérgio Cruz Arenhart. Salvador: JusPodivm, 2024, *passim*.

[696] V.g., *Martin v. Wilks*, 490 U.S. 755 (1989). Segundo entendeu a Suprema Corte norte-americana nesse caso, "one is not bound by a judgment *in personam* in a litigation in which he is not designated as a party or to which he has not been made a party by service of process".

[697] Como afirma Owen Fiss, "we might have to live with these consequences if the right of participation were constitutionally grounded, but that is far from clear. I believe that what the Constitution guarantees is not a right of participation, but rather what I will call a 'right of representation': not a day in court but the right to have one's interests adequately represented" (FISS, Owen. "The allure of individualism". *Iowa law review*. Vol. 78, n. 5, jul.-1993, p. 970-971). No Brasil, v., TEMER, Sofia. *Participação no processo civil:*

Não há razões para que se veja de modo diverso as coisas no Brasil. O texto constitucional é bastante claro a esse respeito, estabelecendo que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Nesse ponto, a previsão é diversa daquela constante, por exemplo, na Constituição italiana – que prevê que "todos possam agir em juízo para a tutela dos próprios direitos e interesses legítimos" (art. 24) – ou da portuguesa – que na mesma linha estabelece que "a todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios econômicos" (art. 20º, n. 1). Nesses exemplos, há expressa referência a que *todos* devem ter direito de acesso ao sistema jurisdicional para a tutela de seus direitos, o que poderia justificar a primazia da atuação individual, feita pelo titular do direito.

No caso brasileiro, ao contrário, a referência constitucional deixa claro que a garantia de acesso envolve também *"direitos não individuais"* (coletivos) e que a garantia oferecida transcende, em muito, o simples "acesso individual" ao Judiciário, para abranger a efetiva apreciação (e consequentemente a tutela) de qualquer lesão ou ameaça a direito.[698] A garantia constitucional, portanto, enfoca a situação de lesão ou ameaça a direito e não o acesso *individual* ao Poder Judiciário para reclamar em face delas. Por isso, a garantia está ligada à tutela dos direitos, mas não necessariamente por atividade a ser desenvolvida por seu titular.

Daí a razão de se concluir que o direito fundamental existente é o de que qualquer lesão ou ameaça a direito possa ser levada à apreciação jurisdicional, ainda que por intermédio de outras pessoas, que não o titular do direito violado ou ameaçado.

Evidentemente, sendo possível, é preferível – por razões de participação democrática, de política judiciária e mesmo pragmáticas – que essas questões sejam apresentadas ao Judiciário (ou ao sistema de Justiça de modo amplo) por iniciativa daquele que se diz titular do direito violado ou ameaçado.

Todavia, em inúmeras situações essa possibilidade não existe ou é muito difícil de ser realizada. Em situações que envolvam número muito grande de afetados é praticamente impossível que o processo tramite com a presença de todos eles, sem

---

repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: JusPodivm, 2022, p. 340 e ss.

[698] Há, aqui, evidente ruptura com as previsões das constituições anteriores (v.g., art. 150, § 4º, da Constituição de 1967 e art. 153, § 4º, da Constituição de 1969), que aludiam apenas ao acesso ao Judiciário para apreciação de "qualquer lesão de direito individual".

prejuízo à duração razoável do processo e à proporcionalidade panprocessual. O mesmo pode ocorrer quando os afetados são incertos, estão espalhados por diversos locais (do território nacional e mesmo fora dele) ou ainda não possuam capacidade para atuar no processo (estar em juízo).

Para esses casos, evidentemente, não há problema algum em que a lesão ou a ameaça a direito seja trazida a juízo por alguém que defenda esse direito em nome de seu titular. Mesmo que o direito infraconstitucional sinalize a prioridade da atuação do suposto titular do direito (art. 18, do CPC[699]), o próprio texto legal esclarece que o "ordenamento jurídico" pode permitir que alguém pleiteie em nome próprio direito alheio (substituição processual). Ademais, embora o texto não o esclareça, dentro de certas condições, é também possível que alguém pleiteie direito alheio em nome alheio (representação processual).

Entretanto, para que essa possibilidade ocorra – *nos termos garantidos pelo direito ao contraditório em sua visão atual* – não basta uma simples menção de que alguém se apresenta em juízo para a tutela de interesse alheio. É necessário aferir se aquele que o faz tem efetivas condições de *participar* e *influir* na tomada da decisão no sentido desejado e imaginado pelo titular do direito. Por outras palavras, é necessário aferir se aquele que se apresenta para participar do processo tem condições de fazê-lo, no mínimo, com o mesmo grau de *efetividade* que seria alcançado pela atuação da parte.

Aqui, no entanto, haverá que se contrastar esse grau de *efetividade* com o grau de *eficiência* que pode ser alcançado pelo exercício do contraditório. Como dito, se em muitos casos é desejável a participação pessoal daquele que foi atingido pela lesão ou ameaça, em muitos outros isso poderá implicar inaceitável lesão à *eficiência* da prestação jurisdicional. Para esses casos – considerados de modo geral – é que a tutela dos interesses em juízo pode ser atribuída a terceiros. É exatamente por isso que, acima, foram colocadas no mesmo patamar as situações em que são desconhecidos os atingidos (e, portanto, é impossível sua presença no processo) e aquelas em que é difícil agrupar esses sujeitos, seja por sua dispersão, seja pelo seu volume, seja ainda por outra razão que possa, de forma intolerável, infringir o cânone da proporcionalidade panprocessual.

Em todos esses casos, deve-se autorizar que a tutela dos interesses dos afetados se dê por outro sujeito – seja por meio da técnica da substituição processual, seja pelo regime

[699] "Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico."

da representação processual, quando as hipóteses legais estiverem presentes, seja ainda por meio de uma legitimação extraordinária inominada (que aqui será chamada de representação adequada, apenas pela disseminação da expressão).

Por outras palavras, mesmo quando não prevista de forma expressa na legislação situação que autorize a substituição processual ou a representação processual (clássica), é possível admitir-se a incidência da *representação adequada*, sempre que isso for necessário e adequado para *preservar a garantia do contraditório*, mas a participação individual dos sujeitos afetados seja inviável ou não recomendada, à luz da lógica da proporcionalidade panprocessual. Do mesmo modo, é sempre viável admitir que essa representação adequada se apresente na formação de grupos e sub-grupos específicos, com a atuação de diferentes atores, aptos a apresentar cada um dos pontos de vista eventualmente relevantes para a solução da controvérsia.

2.3.2. Contraditório, interpretação do pedido e expansão da tutela jurisdicional

Garantida a observância do contraditório eficiente e efetivo, é possível agregar a última pedra que faltava na admissão de critérios mais amplos para a interpretação dos pedidos formulados e também na expansão, para além do pedido, da tutela jurisdicional.

a) a interpretação do pedido e o contraditório

Sem dúvida, pensar na interpretação ampla do pedido – à luz da boa-fé e do conjunto da postulação, como já examinado – torna-se tarefa fácil quando se consegue observar o contraditório.

Aqui, em regra, o contraditório envolverá os sujeitos que já estão presentes na relação processual, na medida em que se trata apenas de dar ao pedido efetivamente realizado o seu maior alcance possível. De regra, isso implicará a manutenção dos mesmos limites (amplos) do conflito inicialmente deduzido, já que tudo girará em torno do mesmo conjunto fático-jurídico básico que vem delineado ao longo do processo.

O problema da preservação do contraditório nesse caso se torna fácil de resolver. Basta que o juiz, antes de dar a interpretação que entenda adequada ao pedido formulado consulte as partes a respeito desse alcance. Ouvidas as partes, elas terão oportunidade de se manifestar – e, se necessário, de produzir a prova correspondente – sobre os limites a

serem dados ao pedido formulado. E, cientes do alcance que se pretende dar ao pedido formulado, podem adotar as medidas que entenderem adequadas para influir na tomada da decisão judicial dentro desses limites.[700]

Alguém poderia supor, no entanto, que há um limite temporal para essa interpretação (talvez se possa dizer "ampliativa") do pedido. Alguém poderia imaginar que isso estaria contido às fases em que se autoriza a modificação ou o aditamento do pedido (art. 329, do CPC) ou, talvez, ao momento em que a pretensão inicial é julgada em 1º grau (na linha do que pode parecer sugerir o art. 493, do CPC). Não parece, no entanto, que esses limites possam ser tidos como insuperáveis.

É lógico que, quanto antes feita a consulta às partes sobre o alcance do pedido, tanto melhor e mais fácil será o desenvolvimento do contraditório. Contudo, como expressamente prevê o código brasileiro e como já examinado antes, algumas espécies de alegações (de fato ou de direito) podem ser trazidos ao processo *em qualquer fase*, contanto que possam ser enquadrados nos casos estabelecidos em lei (art. 342, do CPC[701]). Se essas alegações podem ser apresentadas em momentos indeterminados – e se elas podem impactar na formulação da "postulação" – então, desde que inexistente má-fé, podem subsidiar a interpretação adequada ou ampliada do pedido formulado.

Assim, em síntese, é possível que a interpretação do pedido ocorra *em qualquer momento em que caiba ao Judiciário examiná-lo*.[702] Se esse exame pode ocorrer em 1º grau, em grau de recurso, ou mesmo na fase executiva (v.g., arts. 509, inc. II e 525, § 1º, incs. III, V e VII do CPC[703]), então esse é o momento final em que a interpretação do

---

[700] De modo semelhante ao que aqui se defende, estabelece o art. 493, parágrafo único, do CPC, que "Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir."

[701] "Art. 342. Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando: I - relativas a direito ou a fato superveniente; II - competir ao juiz conhecer delas de ofício; III - por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição." A última das hipóteses, aliás, prevê de modo expresso que há alegações (de fato ou de direito) que podem ser apresentados em qualquer tempo ou grau de jurisdição.

[702] A rigor, a partir da premissa de que as exigências de prequestionamento e de esgotamento de instâncias têm sido interpretadas de forma exagerada pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, é possível que até mesmo naqueles graus excepcionais a nova interpretação seja oferecida. Aliás, os exemplos dados anteriormente – em matéria previdenciária e de medicamentos – provêm justamente da "reinterpretação" dada por essas Cortes a pedidos formulados.

[703] Diz o art. 509, do CPC: "Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor: (...) II - pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo". A sua vez, afirma o art. 525, § 1º, incs. III, V e VII, do CPC: "Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. § 1º Na impugnação, o executado poderá alegar: III - inexequibilidade

pedido deve ocorrer. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nesse passo, vem tratando de forma alargada essa possibilidade de interpretação elástica do pedido, afirmando que não viola a regra da congruência – nem do contraditório – o resultado que "encontra-se previsto objetivamente no ordenamento disciplinador do instrumento processual utilizado e insere-se no âmbito do desdobramento causal, possível e natural, da controvérsia".[704]

Nas hipóteses, por outro lado, em que a participação *pessoal* dos envolvidos seja inviável ou contrarie o cânone da proporcionalidade panprocessual, então também aqui serão aplicáveis as regras referentes à representação adequada, sempre no intuito de dar guarida ao contraditório em sua máxima dimensão. Ainda assim, observado o contraditório, fica assegurada a devida participação e, assim, legitimada a interpretação necessária e adequada dos pedidos formulados.

b) a expansão do pedido e o contraditório

Como já mencionado, admitir a expansão da resposta jurisdicional para além do pedido formulado tem tido, como grande óbice, a preservação do contraditório. Porque se supõe que esse contraditório é impossível é que, comumente, a expansão aqui defendida é tida como inviável.

Todavia, o momento atual da doutrina permite concluir que, mesmo para esses casos, é viável a preservação do contraditório, o que, então, abre espaço para que a resposta jurisdicional possa ser prestada para além do pedido. A ideia, na verdade, sequer é nova. Autores como Jairo Parra Quijano, há anos, defende que, contanto que observado

---

do título ou inexigibilidade da obrigação; V - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções; VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença". Essas causas de impugnação do cumprimento de sentença envolvem, como se vê, alegações que interferem diretamente sobre o objeto da decisão judicial exequenda e, portanto, também representam alegações novas, que podem ter interferência sobre a "postulação" considerada como um todo.

[704] STJ, 2ª Turma. REsp 1.823.551/AM. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 11.10.19. Assim, também, STJ, 3ª Turma. AgInt no REsp 1.695.770/RJ. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. DJe 17.10.18; STJ, 4ª Turma. AgInt nos EDcl no REsp 1.930.876/SP. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti. DJe 24.03.22. Também demonstrando a preocupação com a garantia do contraditório, o Superior Tribunal de Justiça já entendeu por legítima a petição inicial em que a descrição dos fatos é adequada e suficiente e, assim, apta ao exercício do contraditório (STJ, 2ª Turma. REsp 817.557/ES. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 10.02.10).

o contraditório, seria razoável admitir o julgamento fora dos pedidos formulados pela parte.[705]

Logicamente, ao afetar terceiros, o exercício do contraditório *pessoal* pode ser inviabilizado. Se ele for possível e necessário[706] – tal como ocorre, por exemplo, na situação da desconsideração da personalidade jurídica (arts. 133-137, do CPC), no reconhecimento da fraude à execução (art. 792, § 4º, do CPC[707]) ou ainda na responsabilização de bem do casal, com o comprometimento do cônjuge que não é parte (art. 842, do CPC[708]) – a sua observância deve ser a regra geral do sistema.

Em muitas circunstâncias, porém, essa participação pessoal será inviável. Mas, nem por isso, a ampliação da decisão judicial para além do pedido será impossível.

É que hoje tem ganhado espaço a participação por meio da representação adequada dos interesses postos em debate. Mesmo sem previsão legal expressa para todos os casos – e ainda que essa participação por representação adequada seja pouco aprofundada nos debates jurisprudenciais brasileiros – crescem os números de situações em que se considera que a preservação do contraditório está garantida por parte de uma representação de um legitimado exponencial, que faz as vezes de todos os demais sujeitos afetados no processo.

Assim, por exemplo, ao reconhecer a legitimidade de uma ONG – cujo objeto social era apenas "proteger e defender interesse difuso ou coletivo" – para o ajuizamento de ação coletiva para a defesa do direito a transporte especial para pessoas com mobilidade reduzida, o Superior Tribunal de Justiça valeu-se da noção de representação

---

[705] "Este principio hay que ductilizarlo, claro que sin violar el derecho de contradicción, por ejemplo se alega: la filiación extramatrimonial, con sustento en las relaciones sexuales por la época de la Concepción, pero se prueba, inclusive por propia confesión del demandado, la posesión notória del estado de hijo por el tempo exigido por la ley, no hay razón válida de ningún tipo para negar la declaratória con sustento que esa causal no se alegó, porque ello significa negar el derecho sustancial y concebir el proceso como 'una libre competición individual'" (QUIJANO, Jairo Parra. El futuro del proceso civil. *Anais das XV Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual*. Bogotá: Instituto Colombiano de Derecho Procesal, 1996, p. 462)

[706] Recorde-se, de fato, que há casos em que o terceiro é beneficiado pela decisão judicial. Nesses casos, desde que o benefício seja indubitável, o contraditório – como direito de influência – será desnecessário e, assim, o problema aqui examinado não incide. É o caso, por exemplo, da previsão contida no art. 328, do CPC, que estabelece que "Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito". É também o caso de se pensar na incidência da coisa julgada *em benefício* de terceiro, autorizada pelo art. 506, do CPC ("A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros").

[707] "§ 4º Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias."

[708] "Art. 842. Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens."

adequada para ponderar que, “se pessoas vulneráveis ou hipervulneráveis são submetidas, ao contrário da maioria ou de grupo privilegiado, a agruras para vocalizar individualmente suas legítimas pretensões em face de desrespeito a direitos que lhes são legalmente conferidos, a elas negar o acesso coletivo à justiça equivaleria a injustiçá-las ao dobro, à chaga social substantiva adicionando a deformidade jurídica processual. Numa palavra, significa, pelo uso asséptico do processo civil, indiretamente enfraquecer ou quebrar o dogma da igualdade de oportunidades e da vedação absoluta de discriminação, virando de cabeça para baixo a presunção de que direitos existem para serem cumpridos e cobrados”.[709] Considerou, ademais, nesse mesmo julgado, que o próprio requisito de pertinência temática exigido pela legislação nacional deve ser interpretado em consonância com os fins da tutela coletiva, e, em especial, com a aferição de “alguma afinidade psicológica e técnica com a temática em discussão, nada além disso”.[710]

Em outro feito, o mesmo Superior Tribunal de Justiça reconheceu que, em casos submetidos ao regime de julgamento de recursos repetitivos, a permissão de que uma tese possa ser aplicada a diversos casos está assentada na premissa de que, a partir de uma modalidade de representação adequada, há forma de coletivização de demandas individuais.[711] Ainda em outro caso, o Superior Tribunal de Justiça considerou que o

---

[709] STJ, 2ª Turma. REsp 1.864.136/SP. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 17.12.21.

[710] “Pertinência temática traduz mecanismo de cunho ético e pragmático, jamais de filtro ideológico, com dupla função. Primeira, a de controlar a impertinência do espertalhão, que usurpa o processo coletivo para auferir benefícios, em regra financeiros, não para a comunidade, mas exclusivamente para si, escudado contra cobrança de "adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas" e condenação, "salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais" (Lei 7.347/1985, art. 18). Segunda, a impertinência do oportunista que, instigado por modismo ou à caça de promoção pessoal, ao lhe faltar conhecimento e lhe sobrar despreparo técnico e vaidade, põe em risco exatamente preciosos direitos das pessoas ou bens que diz socorrer, perigo esse mitigado, é certo, pela intervenção do Ministério Público como fiscal da lei – com a prerrogativa, entre outras, de aditamento da petição inicial e a obrigatoriedade de assumir a titularidade ativa se houver ‘desistência infundada ou abandono da ação’ –, além da possibilidade de intervenção dos outros colegitimados como litisconsortes (art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º). Em suma, a missão judicial de aferir a adequação entre o objeto da ação e a finalidade institucional tem, tirante situações de flagrante abuso, só este propósito: identificar alguma afinidade psicológica e técnica com a temática em discussão, nada além disso” (trecho do voto do relator).

[711] Ao examinar a possibilidade de, a partir de um caso concreto, fixar tese abrangente, ponderou a Corte que, “sem olvidar a relevância da questão posta, o que ensejou a afetação deste recurso especial ao colegiado ampliado da Segunda Seção, este fato, em si, não autoriza proceder a uma fixação de tese apartada do caso concreto, na medida em que não se está sob o procedimento dos recursos especiais repetitivos, em que se promove, a partir de uma representação adequada, a coletivização de demandas individuais” (STJ, 2ª Seção. REsp 1.797.924/MT. Rel. p/ acórdão Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 19.11.20). Idêntico é o posicionamento da Corte no julgamento do caso que foi mencionado do início deste capítulo e ainda em vários outros, em que se consigna que “No Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, a regra é a

Ministério Público possui representatividade adequada para proteger os interesses de criança e adolescente em acolhimento institucional, de sorte a dispensar a nomeação de curador especial para a sua tutela.[712]

Dos exemplos mencionados, vê-se que a preocupação com a existência de representação adequada de interesses de sujeitos ausentes vem ganhando corpo na jurisprudência brasileira, mesmo em espaços nos quais não há expressa previsão legal que autorize alguém a atuar em nome de terceiros.

Por isso, mesmo sem qualquer alteração legislativa, é possível concluir que a representação adequada pode ser o elemento essencial para resolver o dilema da tutela dos interesses dos ausentes, de modo a permitir a segura preservação do contraditório para além do pedido e em relação a sujeitos não participantes do processo.

2.4. Contraditório, representação adequada e representação virtual

O direito de participação e de influência na decisão judicial, então, pode ser realizado de modo pessoal pelo sujeito afetado e também pode ocorrer por intermédio da atuação de outros sujeitos, por representação adequada, mesmo fora das hipóteses legais em que é autorizada a substituição ou a representação processual clássica.

É até possível dizer que a representação adequada pode configurar mecanismo de proteção do contraditório *superior* àquele obtido pelos casos em que se autoriza a

---

participação das partes dos Recursos selecionados como representativos da controvérsia, que constitui núcleo duro do princípio do contraditório, na perspectiva da representatividade adequada. O CPC/2015, sem prejuízo da participação dos *amici curiae* e MP no incidente, imputou à parte da causa-piloto a condição de representante dos eventuais afetados pela decisão, pois versa sobre juízo em nome de todos e em razão da identidade de interesses, de modo que a Corte a quo tem o dever de garantir que tal representação seja efetivamente exercida de forma adequada" (STJ, 2ª Turma. REsp 2.023.892/AP. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe 16.05.24)

712 "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCEDIMENTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE. PROIBIÇÃO DE VISITAÇÃO DA AGRAVANTE AOS MENORES. NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL À LIDE. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AOS MENORES. REPRESENTAÇÃO ADEQUADA DO "PARQUET". AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (STJ, 3ª Turma. AgRg no AREsp 426.059/RJ. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. DJe 16.09.14). Ponderou a Corte que "Ademais, não se se sustenta a tese da obrigatória e automática intervenção da Defensoria Pública, seja porque os menores não são partes no processo, mas destinatários da proteção; seja porque a intervenção no procedimento de acolhimento institucional de criança e adolescente está inserida dentre as funções institucionais do Ministério Público (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, art. 201, III); seja, ainda, porque sequer se cogitou da existência de prejuízo aos menores" (trecho do voto do relator). E de modo semelhante decidiu em ação de destituição de poder familiar (STJ, 3ª Turma. AgRg no Ag 1.369.745/RJ. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. DJe 16.04.12).

substituição e a representação processual tradicionais. E isso porque na representação adequada há ferramentas de controle que podem ser capazes de verificar a aderência entre a atuação daquele que age no processo e os interesses do sujeito ausente, algo que simplesmente não existe nas técnicas de substituição e de representação comumente admitidas.

Ou seja, na substituição processual e na representação processual, espera-se que aquele que age em juízo o faça no interesse do sujeito ausente. Entretanto, não há qualquer garantia de que isso realmente ocorrerá. E, mesmo que não ocorra – e que se demonstre que, de fato, os interesses do terceiro não foram minimamente protegidos e que ele não teve qualquer oportunidade de, por intermédio do substituto ou do representante, influir na decisão judicial – não há instrumento que assegure seu direito de evitar a incidência dos efeitos da decisão judicial. Tome-se o exemplo da alienação da coisa litigiosa no curso do processo (art. 109, do CPC). Nos termos do que prevê a lei brasileiro, se a parte contrária não consentir com a sucessão de partes, a parte original prosseguirá no processo, agora na defesa do direito alheio (adquirente), na condição de substituto processual. Nessa condição, entende o código que "estendem-se os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias ao adquirente ou cessionário" (art. 109, § 3º, do CPC), mesmo que o substituto processual tenha atuado de forma negligente na condução do processo e, assim, no exercício do contraditório.

O mesmo pode ocorrer quando se pensa na atuação dos sujeitos participantes dos mecanismos de formação de decisões vinculantes (recursos repetitivos, IRDR ou IAC, por exemplo) e a afetação de interesses de terceiros ausentes. Mesmo que o código demonstre alguma preocupação com a participação de sujeitos que não sejam as partes do processo afetado para a formação da tese vinculante (v.g., arts. 983[713] e 1.038,[714] do CPC), é notório que esses instrumentos são insuficientes. De um lado, porque é virtualmente impossível admitir a intervenção de *todos os sujeitos interessados,* de forma

[713] "Art. 983. O relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida, e, em seguida, manifestar-se-á o Ministério Público, no mesmo prazo. § 1º Para instruir o incidente, o relator poderá designar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria...".

[714] Art. 1.038. O relator poderá: I - solicitar ou admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, considerando a relevância da matéria e consoante dispuser o regimento interno; II - fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria, com a finalidade de instruir o procedimento;..."

individual, nesses incidentes. De outro, porque a intervenção de órgãos e entidades "com interesse" na solução da questão também não implica – na visão da jurisprudência consolidada[715] – a ampla participação de qualquer entidade que se afirme interessada na discussão. Além disso, ainda que essa intervenção dessas entidades fosse ampla, isso não se confunde com previsão que seja capaz de assegurar a representação adequada dos sujeitos ausentes.

Sequer a participação do Ministério Público (ou, eventualmente, da Defensoria Pública) nesse tipo de incidente é garantia de que os interesses de terceiros estarão atendidos. Aliás, o próprio acórdão mencionado no início deste capítulo faz expressa referência a isso, com toda razão. De fato, ainda que essas instituições gozem de legitimidade para a tutela de valores da coletividade, não há garantia de que a sua atuação realmente corresponde aos anseios dos ausentes e que sua intervenção seja suficiente para garantir, de modo amplo, a participação e a influência que estes terceiros desejariam sobre a decisão judicial.

Desse modo, pensar em representação adequada é oferecer mais do que aquilo que o sistema jurídico oferece no comum dos casos para a tutela dos interesses dos ausentes. É necessário, no entanto, estabelecer critérios para que essa representação constitua, de modo seguro, uma representação *adequada*. Do contrário, corre-se o risco de gerar uma representação *inadequada*, o que, a seu turno, implica a falta de tutela dos interesses dos ausentes, em clara infringência ao devido processo legal e à preservação do contraditório.[716]

---

[715] É entendimento corrente na jurisprudência que a intervenção do *amicus curiae*, que seria o veículo de atuação dessas entidades na formação das decisões vinculantes, é regido pelo regime do art. 138, do CPC, o que implica discricionariedade da Corte na admissão desses sujeitos e na definição de seus poderes. V.g., STF, Pleno. ADIn 6.767-ED. Rel. Min. Rosa Weber. DJe 05.05.22; STF, Pleno. AgR na ADIn 5.108/DF. Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 07.03.18; STF, Pleno, ADIn 3.460-ED/DF. Rel. Min. Teori Zavascki. DJe 11.03.15; STJ, 1ª Seção. AgInt no EREsp 1.439.753/PE. Rel. Min. Teodoro Silva Santos. DJe 18.06.24.

[716] Como afirma Antono Gidi "los intereses de los miembros ausentes del grupo pueden ser mal representados o ser víctimas de fraude. Sin embargo, los miembros ausentes no deben estar obligados por los actos de una representación inadecuada. La mesma noción de una 'representación inadecuada' debe ser vista como una contradicción en sus términos: una inadecuada representación es una no-representación. En consecuencia, aunque la legislación de la acción colectiva brasileña no aborda este tema, y aun no sea la opinión general entre los juristas brasileños, yo sugiero que una representación incompetente de los derechos del grupo por un representante debe ser considerada como una violación al debido procso legal garantizado por la Constitución brasileña. En tales circunstancias, el tribunal debe desechar el caso. Si el tribunal no lo hace e inadvertidamente decide sobre el fondo del caso, la sentencia no debe tener efectos de coisa juzgada" (GIDI, Antonio. *Las acciones colectivas y la tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales en Brasil – un modelo para países de derecho civil*. Trad. Lucio Cabrera Acevedo. México: UNAM, 2004, p. 80).

2.4.1. Um modelo para a representação adequada no Brasil

Não é este o campo de tratar, de forma detida, do instituto da representatividade adequada. Isso já foi feito de forma muito mais aprofundada por vários outros autores nacionais[717] e também já foi alvo de minhas preocupações em outros estudos.[718]

Neste momento, o que me parece ser relevante é recordar que a representação adequada é sim admitida no direito brasileiro e que ela pode ser alçada – desde que corretamente interpretada – a um elemento suficiente para preservar o direito de participação de terceiros e, assim, para que se possa estender a eles os efeitos de uma certa decisão judicial, tal como se eles tivessem participado, de forma pessoal, do processo.

Para este fim, é importante assegurar que esses sujeitos não participantes tenham tido, *ao longo de todo o processo*, seus interesses protegidos pelo sujeito presente. Além disso, é fundamental avaliar se a atuação do representante adequado não oferece conflito de interesses com os interesses dos ausentes e se a proteção destes últimos interesses é feita de forma *adequada* e *justa*, tal como seria supostamente possível de ser realizada pelo próprio titular do direito.

O direito norte-americano, berço do desenvolvimento da ideia de "representação adequada" – em especial, mas não só, para a admissão da tutela coletiva – expressamente

---

[717] V.g., VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2022, p. 264 e ss.; VENTURI, Elton. *Processo civil coletivo*. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 219 e ss.; DIDIER JR., Fredie. ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil*. 11ª ed., Salvador: JusPodivm, 2017, vol. 4, p. 204 e ss.; GUIMARÃES, João Paulo Lordelo. *A certificação coletiva: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos*. Salvador: JusPodivm, 2020, *passim*; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. "A legitimação, a representatividade adequada e a certificação nos processos coletivos e as ações coletivas passivas". *Revista de processo*. N. 209, jul./2012, *passim*; COSTA, Susana Henriques da. "O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro". *As grandes transformações do processo civil brasileiro – estudos em homenagem ao professor Kazuo Watanabe.* Coord. Carlos Alberto de Salles. São Paulo: Quartier Latin, 2009, *passim*; GIDI, Antonio. "La representación adecuada en las acciones colectivas brasileñas y el avance del Codigo Modelo". *La tutela de los derechos difusos, colectivos y individuales homogéneos: hacia un Código Modelo para Iberoamerica*. Coord. Antonio Gidi e Eduardo Ferrer Mac-Gregor. México: Porrua, 2004, *passim*; MACEDO, Lucas Buril de. "O controle judicial da representação adequada: notas ao tratamento legal e doutrinário e proposta de adequação constitucional de seus efeitos". *Revista de processo.* n. 227, jan./2014, *passim*.

[718] ARENHART, Sérgio Cruz. "Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes", ob. cit., *passim*; ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. *Curso de processo civil.* 3ª ed., São Paulo: RT, 2021, p. 202 e ss.

prevê que para a admissão da atuação por representação, é necessária a aferição da existência de "*fair and adequate protection of the interests of the class by the representative party*" (regra 23(a)(4), das *Federal Rules of Civil Procedure*). Além disso, naquele sistema, exige-se, em regra, a capacidade e disposição do representante em atuar em prol do grupo e a avaliação da competência do representante legal (advogado) em conduzir a demanda.[719] A par disso, a atuação do representante adequado deve pautar-se pelo princípio de não prejudicar ("*do no harm principle*").[720] Ou seja, a atuação do representante adequado não pode implicar prejuízo deliberado e evidente para o ausente. Como aponta Linda Mullenix,[721] os critérios que devem ser empregados para a avaliação da representatividade adequada estão ligados à preservação do direito ao devido processo legal. E, por isso, é fundamental que se tenha atenção redobrada à atuação desse sujeito, especialmente para que os ausentes não se exponham a impactos de uma decisão judicial na qual não tiveram sequer a oportunidade de ver seus interesses (aí incluídos seus argumentos e suas provas) apresentados e efetivamente considerados na formação da decisão judicial.

O ponto crucial dessa análise, portanto, envolve a preocupação de, sem esvaziar o papel desempenhado por essas ações coletivas naquele sistema, assegurar um mínimo de padrão de tutela para os interesses dos ausentes.

De maneira mais próxima do direito brasileiro, o Código Modelo de Processos Coletivos para Iberoamérica traduziu os requisitos de representação adequada em seu art.

---

[719] V.g., BRONSTEEN, John. FISS, Owen. "The class action rule". *Notre dame law review*. N. 78, vol. 5, 2003, 1.425-1.426. No passado, exigia-se também a "pertinência" do representante ao grupo representado (a chamada "*typicality*"). No entanto, com o aumento de ações coletivas que tutelavam direitos sociais – muitas vezes promovidas por associações que não eram compostas de pessoas atingidas pelos fatos discutidos – essa exigência foi sendo atenuada, bastando que se afira se o representante ostenta condições de proteger de forma suficiente o grupo atingido (v., STRICKLER Jr., George M. "Protecting the class: the search for the adequate representative in class action litigation". *DePaul law review*. Vol. 34, n. 1, 1984, p. 118 e ss.; DOWS, Howard M. "Federal class actions: due process by adequacy of representation (identity of claims) and the impact of *general telephone v. falcon*". *Ohio State Law Journal*. V. 54, n. 3, 1993, p. 645 e ss.; GIDI, Antonio. *A* class action *como instrumento de tutela coletiva dos direitos*. São Paulo: RT, 2007, p. 105 e ss.).

[720] TIDMARSH, Jay. "Rethinking adequacy of representation". *Texas law review*. V. 87, 2009, p. 1175 e ss. Argumentando de forma um pouco diversa, com a preocupação de que exigências muito severas possam esvaziar a ação coletiva naquele país, e entendendo como suficiente a ideia de que o fundamental é que o legitimado adequado não coloque os ausentes em posição inferior àquela em que estariam se estivessem litigando de forma individual, v. BURCH, Elizabeth Chamblee. "Procedural adequacy". *Texas law review*. N. 55, 2009, *passim*.

[721] MULLENIX. Linda S. "Taking adequacy seriously: the inadequate assessment of adequacy in litigation and settlement classes". *Vanderbilt law review*. N. 57, vol. 5, oct./2004, p. 1.734.

2º, § 2º. Ali, prevê-se que "na análise da representatividade adequada o juiz deverá analisar dados como: a – a credibilidade, capacidade, prestígio e experiência do legitimado; b – seu histórico na proteção judicial e extrajudicial dos interesses ou direitos dos membros do grupo, categoria ou classe; c – sua conduta em outros processos coletivos; d – a coincidência entre os interesses dos membros do grupo, categoria ou classe e o objeto da demanda; e – o tempo de instituição da associação e a representatividade desta ou da pessoa física perante o grupo, categoria ou classe". Também se estabelece que o controle de representação adequada deve ocorrer ao longo de todo o processo, sendo possível a troca do representante adequado sempre que se verificar a ausência de um desses requisitos (art. 2º, § 3º). Ainda no campo da tutela coletiva, o Projeto de Lei n. 1.641/21 – de autoria do Deputado Federal Paulo Teixeira e que busca modernizar o tratamento da ação civil pública – trata do assunto, estabelecendo que na análise da legitimação adequada do autor coletivo, deve o juiz considerar "o grau de proteção adequada do grupo ou do interesse protegido" (art. 7º, § 2º). E, para esse fim, deve avaliar critérios como "I - credibilidade, capacidade e experiência do legitimado; II – seu histórico na proteção judicial e extrajudicial dos interesses ou direitos previstos nesta lei; III – sua conduta em outros processos coletivos; IV – a pertinência entre os interesses tutelados pelo legitimado e o objeto da demanda; V – o tempo mínimo de instituição da associação de 1 (um) ano e a representatividade desta perante o grupo, categoria ou classe".[722]

[722] Outro projeto também em trâmite no Congresso Nacional com o objetivo de atualizar a disciplina da ação civil pública é o Projeto 4.441/20. Nele o tratamento da representatividade adequada é feito a partir de dois critérios básicos: de um lado, a inexistência de conflito de interesses do representante com o grupo; de outro, a avaliação de que a finalidade institucional da parte "tenha aderência à situação litigiosa e ao grupo lesado" (art. 6º, § 1º). Ademais, estabelece o art. 6º, § 2º, do projeto, especificamente quanto à legitimidade das associações para a ação coletiva que "a adequação da legitimidade das associações civis será aferida a partir da análise dos seguintes critérios, entre outros: I –o número de associados; II –a capacidade financeira para arcar com despesas processuais da ação; III –o histórico na defesa judicial e extrajudicial dos direitos coletivos; IV - o tempo de constituição e o grau de representatividade perante o grupo". Por fim, o terceiro projeto que trata do assunto (o Projeto de Lei 4.558/20) limita-se a tratar dos critérios de representatividade adequada para as associações legitimadas à tutela coletiva. E, para tanto, explicita que "a representatividade adequada da associação poderá ser demonstrada: I – pelo número de associados; II – pela capacidade financeira, inclusive para arcar com despesas processuais da ação coletiva; III – pelo rol de casos, que deve ser apresentado, de que a associação participou, judicial ou extrajudicialmente; IV – pelo quadro de especialistas no tema do objeto protegido pela ação, que deve existir na associação, quando da propositura da ação; V – pelo laudo indicativo do número de pessoas atingidas pelo alegado dano, apresentado com a propositura da ação; VI – por outros meios adequados". Embora sejam todos projetos de lei, a análise dos requisitos aqui apresentados pode dar uma ideia do estado atual de discussão da doutrina nacional sobre a questão.

Em que pese o fato de que, particularmente nos Estados Unidos, o tema seja tratado quase que exclusivamente no campo da tutela coletiva,[723] é fácil compreender que, no que se refere ao direito brasileiro, a lógica que preside essa modalidade de processo também pode ser relevante para outros campos.

No controle da representatividade adequada dos incidentes existentes para a criação de decisões vinculantes, por exemplo, essa mecânica permite dar um mínimo de segurança jurídica – e de respeito ao contraditório – a todos aqueles que não participaram da formação da tese obrigatória. Também no controle da representatividade adequada do *amicus curiae*,[724] na forma prevista pelo art. 138, do CPC e em outras leis específicas (como as que regulam as ações de controle de constitucionalidade), esses critérios podem e devem ser empregados para aferir se o sujeito que se apresenta para participar do processo satisfaz, de fato, o requisito legal.[725]

E o mesmo há de ser considerado em qualquer outra situação, tal como aqui se defende, em que, porque inviável a participação individual de terceiros atingidos, o processo deva desenvolver-se com a preocupação em preservar o contraditório desses ausentes.

---

[723] V.g., TIDMARSH, Jay. "Rethinking adequacy of representation", ob. cit., p. 1.137-1.151; DOWNS, Howard M. "Federal class actions:…", ob. cit., p. 635-636.

[724] Em específico aquele que age em favor da tutela dos interesses de certo grupo (v., sobre isso, amplamente, BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012, p. 114-115; MUNHOZ, Manoela Virmond. *A participação do amicus curiae*. São Paulo: RT, 2024, p. 46-54; MIGLIAVACCA, Carolina Moraes. *Amicus curiae no código de processo civil de 2015*. Londrina: Thoth, 2021, *passim*).

[725] Como observei em outro lugar (ARENHART, Sérgio Cruz. "Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes", ob. cit., p. 1.302-1.303), a intervenção de *amici curiae* – e, reflexamente, o controle de representatividade adequada – tem sido feito de modo quase aleatório pelas Cortes superiores. Isso às vezes faz com que sejam admitidos a participar um número demasiadamente grande de sujeitos – sem que, em consequência, seus argumentos e sua intervenção sejam efetivamente considerados pelo Tribunal – e, em outras oportunidades, faz com que esse número seja exageradamente restrito – o que também leva a uma sub-representação dos interesses dos ausentes. Ademais, os critérios muitas vezes empregados para a aferição dessa representação adequada são vagos e raramente identificam o compromisso daquele que intervém com o grupo representado. Nessa linha, como mencionei alhures (*idem, ibidem*, p. 1.317), o Supremo Tribunal Federal já usou como critério para a aferição da representatividade adequada (e, assim, para a admissão de *amici curiae*) a utilidade da participação do terceiro para o Tribunal, a pluralização do debate para ampliar o nível de informação da Corte e a suficiência de representatividade. No entanto, com frequência, não há efetiva e aprofundado escrutínio para aferir a ligação entre o representante e o grupo tido como representado, o que pode colocar em risco, como dito no texto, a preservação do contraditório e, assim, a própria estrutura participativa da formação da decisão judicial (nesse sentido, v., MARÇAL, Felipe Barreto. "Repensando os mecanismos de ampliação do contraditório". *Revista de processo*. N. 283, set./2018, p. 107).

A técnica da representação adequada, então, é uma importante ferramenta para conseguir preservar o direito ao contraditório desses sujeitos ausentes.[726] É, sobretudo, instrumento muito mais legítimo do que simplesmente ignorar a existência desses terceiros (inclusive dos "futuros terceiros"), tal como sucede frequentemente no tratamento das técnicas de formação de decisões vinculantes a que alude o Código de Processo Civil.

2.4.2. A representação virtual como alternativa legítima

Entretanto, é possível que em muitas situações seja difícil paralisar o processo para realizar uma avaliação efetiva e minuciosa do preenchimento dos requisitos mencionados. Por outro lado, ainda que seja viável o emprego de medidas de participação direta de grupos grandes de atingidos ou, até mesmo, imaginar formas de permitir que pessoas indeterminadas (ao menos em um primeiro momento) manifestem sua vontade, esses mecanismos tendem a surtir pouco resultado.[727]

Por isso, é possível pensar em instrumentos mais radicais de representação, que podem atender, de forma razoável, à garantia do contraditório como direito de participação desses ausentes.

---

[726] Calha recordar que, nos Estados Unidos, o julgamento do caso *Hansberry v. Lee* (311 U.S. 32 (1940)), tido como importante precedente para reafirmar a ideia de que violaria a cláusula do devido processo legal vincular alguém a uma decisão judicial sem que seus interesses tenham sido devidamente representados, não se aplica apenas para ações coletivas, mas para qualquer situação em que se possa afetar interesses de terceiros. Como afirma Marinoni, "Hansberry dá dois recados. O primeiro é o de que o ausente não pode ser prejudicado quando, sob o pressuposto de necessidade de tutela de direitos de titularidade de muitos, aquele que participa diretamente não tem substancial razão e condições concretas para defender os direitos daqueles que ficaram alheios ao processo. O segundo, e mais importante, é o de que esta ideia foi elevada ao patamar do devido processo legal, de modo que nenhuma regra infraconstitucional ou decisão judicial pode legitimamente sustentar prejuízo ao ausente que não foi adequadamente representado" (MARINONI, Luiz Guilherme. *Coisa julgada sobre questão*. São Paulo: RT, 2018, p. 129). V., tb., BONE, Robert G. "The puzzling idea of adjudicative representation: lessons for aggregate litigation and class action". *George Washington law review*. N. 79, 2011, p. 577-578.

[727] "The bottom line then is that class counsel is and will remain the sovereign of the class action with the class representative being largely a titular figurehead. In turn, this means that only modest hopes can be placed on proposals to enhance voice as a means of protecting class members. Thus, although some commentators have proposed expanded rights for all class members to intervene and participate in class action decisions, the result of such reforms is likely to be modest at best. Amidst the cacophony of multiple voices, the trial court will as usual favor those arguing for approval of the proposed settlement." (COFFEE Jr., John. "Class action accountability: reconciling exit, voice, and loyalty in representative litigation". *Columbia law review*. N. 100, 2000, p. 413)

Nos Estados Unidos, por exemplo, alude-se também à figura da *virtual representation* como outra forma, mesmo que excepcional, de representação de interesses de ausentes. A figura remonta a certas situações de direito material em que a efetiva presença da do titular do direito seria inviável, tal como sucede com a proteção dos interesses de nascituro em situações de sucessão ou com a proteção de sujeitos indeterminados para a tutela de direitos de acionistas.[728] A esfera de aplicação do instituto é restrita, mas há quem defenda a ampliação do seu uso, como técnica de aperfeiçoamento da representatividade adequada, sobretudo para além dos confins da tutela coletiva.[729] De outro lado, no entanto, a visão da jurisprudência[730] e de outra parte da doutrina[731] é flagrantemente contrária a essa possibilidade, ponderando que essa ampliação pode

---

[728] "The doctrine of virtual representation recognizes that there are situations where all requisite parties cannot appear before the court, and therefore provides that the absent proper parties can be represented by persons present who hold the same interest in the controversy and who will therefore adequately protect the absent proper parties' interest. Absent parties will in fact be virtually represented and justice will not fail because of their absence. The doctrine is most often applied in cases involving numerous parties, i.e., where proper parties with identical interests are so numerous that all of them cannot be conveniently brought before the court. Such cases arise in receivers' suits to assess insurance subscribers' liability,' proceedings to determine water rights,' suits to determine tax liability of a given class,' and suits to enforce stockholders' rights." (DUFFY, L. A. "The doctrine of virtual representation in Texas". *Southwestern law journal*. Vol. 11, 1957, p. 210).

[729] BONE, Robert G. "Rethinking the 'day in court' ideal and nonparty preclusion. *New York law review*. N. 67, 1992, *passim*.

[730] No conhecido caso *Taylor v. Sturgell* – 553, U.S. 880 (2008) – discutiu a Suprema Corte se alguém, que era ligado à parte de outro processo e que discutia basicamente as mesmas questões discutidas nesse outro processo, poderia ser proibido de litigar sobre essa questão. Basicamente, a situação enfrentada tratava de uma pessoa (Greg Herrick) que havia solicitado à *Federal Aviation Administration* (FAA), com fundamento no *Freedom of Information Act* (FOIA), documentos referentes a um avião antigo F-45, para fins de restauro. O pedido foi negado, porque os mencionados documentos envolviam segredos industriais que mereciam proteção. Greg Herrick, então, ajuizou uma ação almejando a obtenção dos mencionados documentos, julgada improcedente. Posteriormente, Brent Taylor, conhecido de Herrick, formulou idêntica solicitação à FAA, também indeferida. Diante da rejeição de seu pedido, ajuizou também outra demanda, basicamente reproduzindo os argumentos da ação proposta por Herrick (somados a outros dois argumentos). O Tribunal distrital, em decisão posteriormente confirmada pela Corte de Apelações de Columbia, concluiu que Taylor não poderia ajuizar essa demanda, na medida em que, nos termos da teoria da *virtual representation*, aquele interesse já havia sido adequadamente trazido à análise jurisdicional, não sendo cabível nova pretensão (que praticamente reproduzia a anterior) ainda que oferecida por pessoa distinta. Concluiu a Corte de Apelações que o interesse apresentado por Taylor era basicamente o mesmo antes deduzido por Herrick e que a primeira demanda se desenvolveu em pleno e adequado contraditório, com a representação adequada dos interesses de Taylor. Por isso, a pretensão de Taylor também estaria preclusa em razão da primeira decisão. Levada a questão à Suprema Corte norte-americana, entendeu a Corte por anular as decisões das instâncias ordinárias, afirmando que a possibilidade de que terceiros possam ser prejudicados por decisões tomadas em processos dos quais não participaram deve ser interpretada de forma restrita, sendo cabível apenas em seis casos, entre os quais não estava a hipótese mencionada.

[731] JOHNSON, Jack L. "Due or voodoo process: virtual representation as a justification for the preclusion of a nonparty's claim". *Tulsa law review*, n. 68, 1994, *passim*.

colocar em risco a garantia do devido processo legal e também o direito ao "*day in Court*", tido como indispensável para o sistema judiciário daquele país.

É verdade que esse direito (o direito ao "dia na Corte") é um dos principais aspectos daqueles que sustentam, naquele país, interpretação restritiva das ações coletivas e, em linhas gerais, de qualquer instrumento que permita que terceiros possam ser prejudicados por decisões das quais não participaram.[732] No Brasil, porém, considerando que esse não é visto como um direito essencial, é de se questionar se a mesma solução dada para o direito norte-americano também seria aplicável para cá.[733]

Não parece que os mesmos obstáculos que ensejam a categórica resposta dada pela Suprema Corte norte-americana possam ser inteiramente aplicados no Brasil. De um lado, vale recordar que é com base na garantia do "dia na Corte" que se exige, nos Estados Unidos, a notificação específica dos afetados para que possam ser vinculados a decisões tomadas em processos coletivos.[734] De outro, como se vê dos precedentes norte-americanos citados, naquele país é corrente a compreensão de que o direito ao "dia na Corte" é elemento inerente à garantia do devido processo legal, de modo que seu afastamento só é viável em casos muito específicos.

Não parece que haja razões para que as mesmas compreensões valham para o Brasil.

Inicialmente, não há no Brasil nada semelhante ao direito ao "dia na Corte". Os incidentes e recursos que podem gerar decisões vinculantes para todos – e inclusive para feitos futuros – são a maior demonstração disso e da compreensão de que a eficiência pode ditar limitações ao direito individual de buscar a solução na via judiciária.[735]

---

[732] "As for the first point, although designing procedures to ensure good outcomes is no easy task, the main obstacle to class treatment historically has not so much been fear of bad outcomes, but concern about depriving absent class members of their own day in court. Guaranteeing a personal day in court is partly about outcome quality, but what makes the day-in-court right such a problem for the class action is its connection to process-based values, such as legitimacy and respect for the dignity of individual litigants. Any normative account of adequate representation, therefore, must explain how representation can substitute for a personal day in court and satisfy process-based values" (BONE, Robert G. "The puzzling idea of adjudicative representation…", ob. cit., p. 578).

[733] Defendendo que sim e rejeitando a possibilidade de aplicação no Brasil da *virtual representation*, v. MARINONI, Luiz Guilherme. *Coisa julgada sobre questão*, ob. cit., p. 102-121.

[734] *Martin v. Wilks*, 490 U.S. 755 (1989).

[735] V.g., VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo*, ob. cit., p. 186-227; TEMER, Sofia. *Participação no processo civil*..., ob. cit., p. 324-330; ZANETI Jr., Hermes. "Aggregate litigation cases in Brazil: Noteworthy considerations on the aggregation of cases, class actions and binding precedents in litigations pursuant to the new CPC/2015". *Revista de direito brasileiro*. Vol. 24, n. 9, set./dez.-2019, p. 438.

Em segundo lugar, porque mesmo nos Estados Unidos, e fora dos casos conhecidos de ação coletiva admite-se que, em certos casos, terceiros possam ser vinculados pela atuação alheia. Aliás, o próprio precedente Taylor v. Sturgell, já mencionado, aponta isso e descreve pelo menos seis hipóteses em que isso é admitido de forma expressa pela Suprema Corte daquele país.[736]

Em terceiro lugar, porque mesmo nos Estados Unidos há quem entenda que as razões empregadas pela Suprema Corte daquele país para justificar o entendimento

---

[736] Como acentuou a Justice Ginsburg, relatora do caso, "Though hardly in doubt, the rule against nonparty preclusion is subject to exceptions. For present purposes, the recognized exceptions can be grouped into six categories. First, "[a] person who agrees to be bound by the determination of issues in an action between others is bound in accordance with the terms of his agreement." 1 Restatement (Second) of Judgments §40, p. 390 (1980) (hereinafter Restatement). For example, "if separate actions involving the same transaction are brought by different plaintiffs against the same defendant, all the parties to all the actions may agree that the question of the defendant's liability will be definitely determined, one way or the other, in a 'test case.' " D. Shapiro, Civil Procedure: Preclusion in Civil Actions 77–78 (2001) (hereinafter Shapiro). See also California v. Texas, 459 U. S. 1096, 1097 (1983) (dismissing certain defendants from a suit based on a stipulation "that each of said defendants … will be bound by a final judgment of this Court" on a specified issue). Second, nonparty preclusion may be justified based on a variety of pre-existing "substantive legal relationship[s]" between the person to be bound and a party to the judgment. Shapiro 78. See also Richards, 517 U. S., at 798. Qualifying relationships include, but are not limited to, preceding and succeeding owners of property, bailee and bailor, and assignee and assignor. See 2 Restatement §§43–44, 52, 55. These exceptions originated "as much from the needs of property law as from the values of preclusion by judgment." 18A C. Wright, A. Miller, & E. Cooper, Federal Practice and Procedure §4448, p. 329 (2d ed. 2002) (hereinafter Wright & Miller). Third, we have confirmed that, "in certain limited circumstances," a nonparty may be bound by a judgment because she was "adequately represented by someone with the same interests who [wa]s a party" to the suit. Richards, 517 U. S., at 798 (internal quotation marks omitted). Representative suits with preclusive effect on nonparties include properly conducted class actions, see Martin, 490 U. S., at 762, n. 2 (citing Fed. Rule Civ. Proc. 23), and suits brought by trustees, guardians, and other fiduciaries, see Sea-Land Services, Inc. v. Gaudet, 414 U. S. 573, 593 (1974). See also 1 Restatement §41. Fourth, a nonparty is bound by a judgment if she "assume[d] control" over the litigation in which that judgment was rendered. Montana, 440 U. S., at 154. See also Schnell v. Peter Eckrich & Sons, Inc., 365 U. S. 260, 262, n. 4 (1961); 1 Restatement §39. Because such a person has had "the opportunity to present proofs and argument," he has already "had his day in court" even though he was not a formal party to the litigation. Id., Comment a, p. 382. Fifth, a party bound by a judgment may not avoid its preclusive force by relitigating through a proxy. Preclusion is thus in order when a person who did not participate in a litigation later brings suit as the designated representative of a person who was a party to the prior adjudication. See Chicago, R. I. & P. R. Co. v. Schendel, 270 U. S. 611, 620, 623 (1926); 18A Wright & Miller §4454, pp. 433–434. And although our decisions have not addressed the issue directly, it also seems clear that preclusion is appropriate when a nonparty later brings suit as an agent for a party who is bound by a judgment. See id., §4449, p. 335. Sixth, in certain circumstances a special statutory scheme may "expressly foreclos[e] successive litigation by nonlitigants … if the scheme is otherwise consistent with due process." Martin, 490 U. S., at 762, n. 2. Examples of such schemes include bankruptcy and probate proceedings, see ibid., and quo warranto actions or other suits that, "under [the governing] law, [may] be brought only on behalf of the public at large," Richards, 517 U. S., at 804.*"*

manifestado em *Taylor v. Sturgell* podem conduzir a extremos desnecessários e podem mostrar-se inconsistentes e ilógicos.[737]

Realmente, pensando sobre essa decisão (ou outra qualquer semelhante) será razoável que alguém, apenas por ser outra pessoa, possa deduzir pretensão idêntica a outra já deduzida, com os mesmos fundamentos, contra a mesma parte contrária e ter direito a um processo completo – que consumirá tempo, recursos e esforços de muitos sujeitos, muitas vezes com ampla instrução e alongada fase recursal – apenas para chegar à mesma conclusão do processo anterior? Ou, pior, para chegar a conclusão *diversa* daquela chegada no processo anterior, sem nenhum mínimo elemento (argumentação ou prova) distinto?

Como lembra Bone, o processo não pode ser enxergado como um simples palco para que as partes possam combater livremente em busca da satisfação de seus interesses. Ele é instituição voltada à consecução de fins públicos e esses fins modelam também os limites em que a liberdade individual é expressada[738] e, acrescentaria eu, em que dentro de certas condições razoáveis, pessoas podem ou não ser autorizadas a litigar. E por isso é razoável – sobretudo à luz da proporcionalidade panprocessual – que se restrinja a hipótese de "relitigância" das mesmas questões e da mesma pretensão, mesmo que ela venha apresentada por sujeitos diversos, desde que presentes algumas condições.

Bone aponta que se pode enfrentar o problema da participação/representação na formação da decisão judicial por meio de duas análises diversas: a primeira baseada no

---

[737] A propósito, pondera Robert Bone que "This analysis addresses only the process-based aspects of the day- in-court right. There are still outcome-based reasons that must be considered. In Taylor, for example, Herrick, the first plaintiff, failed to raise certain arguments on appeal, which, according to the court of appeals, might have made a difference to the outcome. The lower courts used claim preclusion to bar Taylor from bringing the FOIA claim at all, but one could argue on outcome-based grounds that issue preclusion is more appropriate. Although Taylor should be precluded from relitigating the issues that Herrick actually litigated and lost, he should be allowed to litigate issues that were omitted from Herrick's suit, especially given the public interest at stake and the slippery slope of extending claim preclusion to all FOIA cases. The Supreme Court decided only the claim preclusion question, but lower courts and commentators assume that the opinion rejects the virtual-representation theory for issue preclusion as well. This is a mistake as far as sound policy is concerned" (BONE, Robert G. "The puzzling idea of adjudicative representation…", ob. cit., p. 613-614).

[738] "The main conclusion of the foregoing analysis is that the day-in-court right is best understood as a right to control litigation insofar as relevant institutional considerations support personal control. It is a right insofar as it resists or constrains reasons for limiting control that sound exclusively in improving aggregate welfare or achieving collective social goals. But it does not guarantee a zone of relatively unfettered freedom. Litigation is not a field where adversaries engage in unrestrained combat. Litigation is the way adjudication accomplishes its goals, and the public goals of adjudication shape the procedural rights litigants possess" (BONE, Robert G. "The puzzling idea of adjudicative representation…", ob. cit., p. 624).

resultado da intervenção (*outcome-based approach*) e a segunda fundada no procedimento que a intervenção legitima (*process-based approach*).[739]

A perspectiva *procedimental* reforça o papel que a intervenção das partes tem para a legitimação da solução jurisdicional e para a preservação da dignidade e da autonomia das pessoas afetadas pelo processo.[740] Já a análise do *resultado* foca no produto obtido pela atuação jurisdicional e considera adequada a participação/representação se esse resultado obtido é considerado como *ótimo* também para o terceiro ausente.[741] Embora essa segunda dimensão não seja a mais usual nos Estados Unidos, e possa trazer problemas de avaliação concreta sobre a determinação desse resultado ótimo, é possível ver que, no Brasil, a adoção desse pode gerar ganhos significativos em diversos instrumentos representativos, inclusive, nas técnicas de formação de decisões vinculantes.

De início, pense-se na lógica presente nas ações populares. É inegável a importância desse tipo de ação para a proteção do patrimônio público e, em linhas gerais, de valores públicos. Segundo prevê a lei, qualquer cidadão, independentemente da demonstração de capacidade técnica, de experiência, de boa-fé ou de qualquer outra condição, é legitimado para seu ajuizamento (art. 5º, inc. LXXIII, da Constituição e art. 1º, da Lei 4.717/65). Mesmo que não se exija qualquer qualidade maior do autor da ação popular, a sentença proferida no processo iniciado por esse sujeito é capaz de gerar coisa julgada *erga omnes*, salvo na hipótese de improcedência por insuficiência de prova (art. 18, da Lei 4.717/65). Assim, a despeito da qualidade da defesa realizada pelo autor popular, ou dos argumentos deduzidos, ou ainda da combatividade que o sujeito tenha apresentado no processo, a sentença ali proferida, em regra, vinculará a todos, impedindo novas demandas sobre o mesmo objeto. Aparentemente, a lei confia que a presença do

---

[739] *Idem, ibidem*, p. 581.

[740] *Idem, ibidem*, p. 585.

[741] Conforme explica Bone, "Judges and scholars often measure outcome quality in terms of accuracy. According to this view, B should be allowed to litigate anew only if doing so is likely to reduce the error risk compared with A's suit. It is important to recognize that this has nothing to do with whether B might win if allowed to litigate on his own. Even if it is likely that B would win, it would still be perfectly proper to bind B to A's loss if there is no reason to believe that B's litigation choices would produce a more accurate result. It follows that there is no convincing outcome-based justification for allowing B to relitigate when there is no reason to believe that the result of relitigation will be any better than the result already produced by A's suit" (idem, ibidem, p. 582). "The reason is that A's litigation choices produce a result that is socially optimal for B, too. In other words, while representation might help ensure a quality outcome, it is the quality of the outcome that justifies binding B, not the existence of a representative relationship" (*idem, ibidem*, p. 583).

Ministério Público (art. 7º, inc. I, alínea *a*, da Lei 4.717/65) e a possibilidade de que outros cidadãos se habilitem como litisconsortes do autor (art. 6º, § 5º, da Lei 4.717/65) são suficientes para gerar a proteção do interesse público – e, indiretamente, do interesse de toda a coletividade – e suprir eventual deficiência na atuação do autor original popular. Como se sabe, no entanto, essa confiança do legislador nem sempre se verifica na prática. Nem sempre há alinhamento entre o interesse do agente do Ministério Público e aquele sustentado pelo autor popular e, de outro lado, também não há nenhuma garantia de que, mesmo quando haja essa sobreposição de interesses, a atuação do Ministério Público será suficiente para proteger de modo adequado a coletividade – ou, pior ainda, os vários interesses que podem conviver dentro da coletividade. De outra parte, a participação massiva de outros cidadãos nesse processo, a par de meramente acadêmica, é de todo inviável, na medida em que tornaria o processo um monstrengo que não seria jamais concluído.

A garantia de que esse efeito "preclusivo" de outras demandas ficasse restrito a situações em que os outros cidadãos trouxessem os mesmos argumentos e as mesmas provas da primeira demanda provavelmente constituiria importante garantia para preservar a situação dos ausentes, ao mesmo tempo em que vedaria a relitigância da mesma causa (com as mesmas provas e as mesmas alegações).

Situação semelhante é aquela tratada, agora no processo individual, pela posição assumida pelo assistente diante da revelia do assistido. Conforme prevê o art. 121, parágrafo único, do CPC, na hipótese de assistência simples, "sendo revel ou, de qualquer outro modo, omisso o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual". Como se sabe, o assistente simples não tem nenhuma relação jurídica própria deduzida no processo; ainda assim, se revel ou omisso o assistido, o assistente se torna seu substituto processual, conduzindo o processo em benefício desse terceiro. O assistido, verdadeira parte do processo, é um ausente que, por previsão expressa de lei, será tutelado pela atividade do assistente.

Como facilmente se vê, o código não subordina a vinculação do assistido à qualidade do trabalho desempenhado pelo assistente. Fá-lo, sem dúvida, por supor que a atuação do assistente, por menos diligente que seja, ainda é melhor do que a omissão em que incidiu o assistido. Todavia, é fácil notar que, mais uma vez, essa suposição é açodada. É possível imaginar situações em que a atuação do assistente possa prejudicar

ainda mais a situação do assistido omisso.[742] Não obstante, o código simplesmente ignora qualquer discussão sobre a qualidade da atuação desse substituto processual, vinculando o ausente, em qualquer caso, à conduta desse sujeito.

Idêntico é o problema quando se olha para a situação dos representantes de modo geral no processo civil (v.g., arts. 71 e 75, do CPC). A despeito de algum reflexo no plano civil (v.g., arts. 116 e 119, do CC), em regra a atuação do representante vincula o representado, mesmo quando insuficiente, inadequada ou indiligente a sua atuação.

Novamente, o que se vê é que o código de processo civil não se preocupa com a qualidade da atuação desse terceiro, tomando por premissa que sempre os seus atos vincularão o ausente (representado), independentemente da qualidade ou da origem da razão que justifica a atuação desse representante.

Talvez o caso mais eloquente, de todo modo, é a força da intervenção (ou mesmo da falta dela) daquele que é parte no processo paradigma – eleito para a formação de decisão vinculante – sobre os ausentes. Como sabido, nos termos do CPC, a decisão tomada a partir de um caso concreto dentro de algum incidente ou procedimento específico para a solução de casos repetitivos (IRDR, recurso repetitivo ou IAC, por exemplo) tem a capacidade de alcançar força vinculante para todos os outros casos em que a mesma questão de direito seja discutida ou venha, no futuro, a ser apresentada (arts. 985 e 1.040, do CPC).

Ainda que muitos autores tratem o tema como uma modalidade abrasileirada de formação de precedentes – na linha do que amplamente conhecido em países de *Common law* – parece mais acertado enxergar aqui uma forma especial de coisa julgada parcial, formada sobre uma ou algumas das questões apresentadas no processo.[743] Sendo assim,

---

[742] Imagine-se, por exemplo, caso em que o assistente, agora substituto processual, requer a produção de uma prova que, colhida, se mostra desfavorável ao assistido.

[743] Remete-se o leitor à análise específica do tema (ARENHART, Sérgio Cruz. PEREIRA, Paula Pessoa. "Precedentes e casos repetitivos. por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução de litigância de massa? ob. cit., *passim*). Também importante, para cá, é a lição de Daniel Mitidiero que, ao tratar do genuíno sistema de precedentes, pondera que "se o problema é promover segurança jurídica, liberdade e igualdade diante da necessidade de resolver questões idênticas, várias técnicas processuais podem ser consideradas. Coisa julgada sobre questão em benefício de terceiros (*non-mutual colateral estoppel*), ações coletivas para a tutela de direitos individuais homogêneos (*class action*), incidentes de coletivização de questões (como o *Musterverfahren* e a *group litigation order*) e precedentes (*stare decisis*) são ferramentas que se encontram à disposição. Embora possam ser resolvidas por meio de precedentes, as questões idênticas respondem bem a instrumentos que exigem maior precisão para a aferição da congruência. Vale dizer: as questões idênticas podem ser tratadas em 'ambientes decisórios rígidos' e até mesmo por meio de uma visão simples – 'mística' ou 'ingênua' – dos precedentes"

novamente, o que aqui se tem é que a atuação de um indivíduo, isoladamente considerado e, muitas vezes, sem qualquer grau de representatividade adequada,[744] é tomada como suficiente para ensejar a "proteção suficiente" de todos os demais sujeitos e propiciar uma decisão que vincula *a todos*, a despeito de eles não terem tido a oportunidade de participar do processo ou da formação da decisão.

(MITIDIERO, Daniel. *Ratio decidendi – quando uma questão é idêntica, semelhante ou distinta?* São Paulo: RT, 2023, p. 88-89).

[744] Esse ponto foi observado pelo Min. Herman Benjamin, ao proferir voto vencido no REsp 911.802. O caso envolvia recurso especial, submetido ao regime de recursos repetitivos, que discutia a legitimidade da cobrança de assinatura básica residencial. Ao apreciar a situação, o Min. Herman Benjamin apontou a perplexidade de resolver situação tão sensível a partir de *um caso individual* e, especialmente, de um caso individual envolvendo *uma pessoa triplamente vulnerável*, que não estava em condições de responder por todos os consumidores atingidos. Dizia ele que é "difícil negar que, no âmbito do STJ, a demanda não estava madura para, de cara, prolatar-se decisão unificadora e uniformizadora a orientar a Seção, suas duas Turmas e todos os Tribunais e juízos do Brasil. Em litígios dessa envergadura, que envolvem milhões de jurisdicionados, é indispensável a preservação do espaço técnico-retórico para exposição ampla, investigação criteriosa e dissecação minuciosa dos temas ora levantados ou que venham a ser levantados. Do contrário, restringir-se-á o salutar debate e tolher-se-á o contraditório, tão necessários ao embasamento de uma boa e segura decisão do Colegiado dos Dez. É bem verdade que o Regimento Interno prevê a "afetação" de processos à Seção "em razão da relevância da questão jurídica, ou da necessidade de prevenir divergências entre as Turmas" (art. 127). Contudo, escolheu-se exatamente uma ação individual, de uma contratante do Rio Grande do Sul, *triplamente vulnerável* na acepção do modelo constitucional *welfarista* de 1988 - consumidora, pobre e negra -, para se fixar o precedente uniformizador, mesmo sabendo-se da existência de várias *ações civis públicas*, sobre a mesma matéria, que tramitam pelo País afora. Ou seja, inverteu-se a lógica do processo civil coletivo: em vez da ação civil pública fazer coisa julgada *erga omnes*, é a ação individual que, por um expediente interno do Tribunal, de natureza pragmática, de fato transforma-se, em consequência da eficácia uniformizadora da decisão colegiada, em instrumento de solução de conflitos coletivos e massificados. Não se resiste aqui à tentação de apontar o paradoxo. Enquanto o ordenamento jurídico nacional nega ao consumidor-indivíduo, sujeito vulnerável, legitimação para a propositura de ação civil pública (Lei 7347/1985 e CDC), o STJ, pela porta dos fundos, aceita que uma demanda individual - ambiente jurídico-processual mais favorável à prevalência dos interesses do sujeito hiperpoderoso (*in casu* o fornecedor de serviço de telefonia) - venha a cumprir o papel de ação civil pública às avessas, pois o provimento em favor da empresa servirá para matar na origem milhares de demandas assemelhadas - individuais e coletivas. Aliás, em seus Memoriais, foi precisamente esse um dos argumentos (a avalanche de ações individuais) utilizado pela concessionária para justificar uma imediata intervenção da Seção. Finalmente, elegeu-se exatamente a demanda de uma consumidora pobre e negra (como dissemos acima, triplamente vulnerável), destituída de recursos financeiros para se fazer presente fisicamente no STJ, por meio de apresentação de memoriais, audiências com os Ministros e sustentação oral. (...) Em síntese, a vitória das empresas de telefonia, que hoje se prenuncia, não é exclusivamente de mérito; é, antes de tudo, o sucesso de uma estratégia judicial, legal na forma, mas que, na substância, arranha o precioso princípio do acesso à justiça, uma vez que, intencionalmente ou não, inviabiliza o debate judicial e o efetivo contraditório, rasgando a *ratio essendi* do sistema de processo civil coletivo em vigor (Lei 7347/85 e CDC)" (STJ, 1ª Seção. REsp 911.802/SP. Rel. Min. José Delgado. DJe 01.09.08 – os trechos mencionados são do voto vencido do Min. Herman Benjamin). Não obstante os ponderáveis argumentos expostos pelo Ministro, a maioria da 1ª Seção entendeu por dar provimento ao recurso especial da empresa de telefonia, autorizando a cobrança da tarifa mensal em discussão.

Técnicas de solução de casos de massa, como essas, sem dúvida ganhariam muito ao permitir uma participação mais ampla dos atingidos na formação da decisão. Se essa participação individual é impossível – e de regra o é mesmo – alguma forma de participação por sujeito exponencial deveria ser sempre autorizada. Não basta, porém, a autorização para a participação de *qualquer pessoa*. Permitir isso seria o mesmo que não deixar qualquer sujeito participar, na medida em que a *inadequada representação* de todo o grupo não dista muito da absoluta inexistência de representação. Tudo isso aponta para a necessidade de preocupação com a *adequação da representatividade* daquele que está no processo e que, ao fim e ao cabo, defenderá interesse que pode repercutir na esfera jurídica de terceiros.

Se, muitas vezes, é difícil apurar todos os elementos necessários à avaliação dessa *adequação*, ao menos é possível se ter em mente que, *a depender do resultado alcançado no processo*, é fácil determinar que a atuação desse sujeito foi adequada. Se o resultado final é favorável à parte (e, consequentemente, aos ausentes em benefício de quem ele também atuou) ou, ao menos, *se todos os argumentos e provas virtualmente relevantes foram apresentados, discutidos e foram ponderados na elaboração da decisão judicial* – completando-se, assim, a finalidade do exercício do contraditório – então se deve ter por adequada a representação desse sujeito, não havendo óbice a que se torne a decisão obrigatória também para esses ausentes.

O cerne da questão, portanto, pode ser resumido da seguinte forma. É imprescindível atentar para a *adequação da representatividade* exercida pelo sujeito presente em relação aos *ausentes* do processo, para que se possa autorizar que esses terceiros possam sofrer efeitos – inclusive negativos – da solução judicial dada no processo. A avaliação dessa *adequação* pode dar-se de dois modos diversos. O primeiro – que poderíamos chamar de avaliação *analítica* – toma em consideração critérios objetivos a serem preenchidos pelo sujeito presente no processo, e que podem indicar que a sua atuação é e será suficiente para garantir a devida participação (e o direito de influência) sobre a decisão judicial, inclusive no que tange aos interesses dos terceiros ausentes. O segundo – que denominaremos de avaliação *consequencialista* – analisa dois aspectos diferentes: *a)* o resultado da demanda e as suas consequências favoráveis ou não

aos ausentes;[745]-[746] e *b)* os *argumentos* e as *provas* deduzidos no processo e seu debate e consideração pela decisão, de modo a exaurir o contraditório – inclusive dos terceiros – sobre o tema decidido.

Assim, sob esse último viés, sempre que a atividade do representante for considerada *suficiente* – porque abrangente e porque tenha esgotado os argumentos e provas que os terceiros poderiam trazer no processo, de modo a impactar a solução judicial – é de se considerar que o contraditório, inclusive o contraditório desses terceiros ausentes, foi plenamente observado. E, por isso, não se justifica que esses terceiros, apenas porque em processo outro, se apresentem *pessoalmente*, tenham o direito de relitigar a questão.

Talvez a solução aqui proposta possa ser objetada porque estimula que os sujeitos presentes "guardem" alegações e provas para serem deduzidas em processo futuro – particularmente por aqueles sujeitos ausentes no primeiro processo – em clara má-fé processual. Não parece que o risco imaginado seja concreto.

Isso porque a parte que está presente no processo não tem qualquer interesse (e qualquer utilidade) em omitir argumentos e provas para que outros possam utilizar em outros processos. Afinal, para essa parte "*presente*", o resultado será sempre o mesmo: se

---

[745] Essa racionalidade, sem dúvida, está presente na redação do art. 506, do CPC, que, em princípio, embora não autorize que terceiros possam ser prejudicados pela coisa julgada formada em algum processo, permite que elas sejam *beneficiadas* por essa coisa julgada. Também é essa racionalidade que subjaz o regime da coisa julgada coletiva, no que se refere a direitos individuais homogêneos. Como estabelece o art. 103, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, "os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99". A leitura dessas regras indica que, no caso de vitória do "representante", sempre se presume que a sua atuação tenha sido adequada em benefício alheio. Assim, nada impediria que a mesma racionalidade fosse aplicada para além desses dois casos regrados.

[746] Parece evidente que, nem sempre, a determinação sobre se uma decisão é ou não favorável a um ausente ou a um grupo de ausentes é matéria de fácil análise. Sem dúvida, o Código de Defesa do Consumidor supõe que toda sentença de *procedência* da ação coletiva seja favorável ao grupo (art. 103, inc. III). Porém, é fácil ver que essa suposição é superficial e, muitas vezes, equivocada. Afinal, a sentença de procedência pode não representar os interesses de alguns dos membros do grupo ou, de modo mais amplo, de parte dos ausentes. Pode-se pensar, assim, por exemplo, em casos nos quais o resultado prático alcançado por uma sentença coletiva (de procedência) acabe por tornar mais prejudicial a situação do indivíduo. É o que ocorreu, por exemplo, em ações coletivas propostas para a revisão de contratos de adesão em matéria de financiamento habitacional; embora se obtivesse, em certos casos, decisão inicial de procedência (que exonerava os mutuários do pagamento de certos valores ou apresentava critérios de cálculo mais favoráveis ao pagamento dos empréstimos), muitas vezes essas decisões eram revistas, gerando um passivo ao final do contrato tão alto que tornava praticamente inviável a quitação do imóvel. Aí se vê uma sentença "aparentemente" favorável ao grupo, mas que, concretamente, expunha os consumidores a uma situação de risco que praticamente os prejudicou ao final.

a falta desse argumento ou dessa prova implicar o insucesso de sua posição no processo, para ele o resultado será sempre a coisa julgada em seu prejuízo, protegida ainda pela eficácia preclusiva da coisa julgada. Assim, partindo da mesma suposição de que uma parte não tem interesse na vitória alheia, é de se concluir que a parte "*presente*" não tem, no processo brasileiro, nenhum estímulo para agir de forma insuficiente no processo, apenas para favorecer interesses alheios.

2.5. Inversão do ônus da discussão e preservação do contraditório

Resulta daquilo que até aqui se expôs que a preservação do contraditório – elemento fundamental para a legitimação de qualquer atividade jurisdicional e, com ainda mais ênfase, para aquela que possa afetar interesses alheios – deve ser observada sob um prisma *utilitário*. O direito de influência na decisão judicial não se confunde com o mero direito de, infrutiferamente, estar no processo. Afinal, a simples circunstância de alguém estar presente em um processo e "atuar" segundo seu interesse não é o mesmo que afirmar que essa sua atuação implique efetivo exercício de participação e influência.

Poder-se-ia aqui fazer um paralelo com o uso de medicamentos. Tomar um medicamento que não tem nenhuma relação com a doença do paciente não pode ser considerado como a adoção de técnica para influir no combate a essa doença. É, isso sim, apenas ingerir um produto que, sem ter efeito curativo algum, pode até mesmo intoxicar o paciente. Assim, também, ocorre com a preservação do direito de estar no processo para alguém sob o *abstrato e inútil* selo do contraditório. A par de essa "participação" ser completamente inútil para influenciar a convicção ou a formação da decisão judicial, ela ainda pode gerar consequências negativas, seja ao proteger um sujeito de uma decisão judicial que deveria incidir legitimamente sobre ele, seja ao alongar desnecessariamente a solução de certa questão ou causa.

Assim, apenas a *participação útil* pode ser de fato considerada como exercício do contraditório. O contraditório não é um direito abstrato, brandido por qualquer pessoa que possa ser afetada por decisão judicial. Ele é direito que deve ter uma expressão *concreta*, aferível através da *potencial* influência que a participação do sujeito pode exercer na formação da decisão.

É por essa razão que, reiterando o que disse no item precedente, não se justifica permitir a alguém participar de um processo, quando sua participação for incapaz de gerar qualquer influência na tomada da decisão.[747]

Pensando assim em um contraditório eficiente, pode-se imaginar ao menos duas técnicas capazes de viabilizar a extensão dos efeitos de uma decisão judicial para além das partes, sem que isso incorra em infringência à garantia do contraditório.

Em primeiro lugar, é possível aplicar para cá a antiga e conhecida técnica da *condenação com reserva de exceção*. Alvo de aprofundado estudo de Chiovenda,[748] a ideia da técnica é limitar a cognição do magistrado no processo a apenas parte da controvérsia, o que permite acelerar a satisfação do autor da demanda, reservando a outro processo algumas outras discussões que poderiam também ser pertinentes ao caso.[749] A decisão definitiva apresentada no processo, então, implica, como observa Chiovenda, que da sentença "*non può nascere la certezza del diritto se non in un grado più o meno limitato, mentre nasce piena ed attuale l'azione esecutiva*".[750]

Verifica-se, assim, nessa técnica, uma sentença condicionada, que só se tornará plena se não forem deduzidas, posteriormente, as exceções que foram reservadas para outro local ou se elas forem rejeitadas. Ocorre aí o fracionamento da análise do mérito, de sorte que parte das discussões que lhe são próprias fica reservada para um outro espaço.[751]

---

[747] É verdade que os arts. 9º e 10, do CPC, exigem a prévia oitiva das partes antes de qualquer decisão. Porém, é fácil arrolar situações em que essa regra não tem qualquer aplicação, pela simples razão de que não tem também qualquer utilidade a oitiva prévia. Imagine-se, por exemplo, a situação do juiz que pretende reconhecer-se suspeito por motivo de foro íntimo (art. 145, § 1º, do CPC). De que serviria ouvir as partes antes da tomada dessa decisão? Absolutamente, de nada. Ainda assim será razoável defender que nesse caso as regras mencionadas devem incidir e uma decisão tomada sem essa prévia oitiva é nula?

[748] CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios de derecho procesal civil*. Trad. José Casais y Santaló. Madrid: Reus, 1922, tomo I, p. 238-244; *Id.* "Azioni sommarie. La sentenza di condanna con riserva". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I. p. 121 e ss.

[749] Como afirma o autor, essa técnica "consente talvolta una cognizione del giudice *incompleta perché parziale*, cioè limitata ad una parte degli elementi di decisione; permette che talune eccezioni non siano subito esaminate, ma se proposte vengano *riservate*, e frattanto abbia luogo la condanna del convenuto (qualora – s'intende – quella parte delle sue difese di cui è ammesso l'immediato giudizio non basti per la sua assoluzione)" (CHIOVENDA, Giuseppe. "Azioni sommarie…", p. 122).

[750] CHIOVENDA, Giuseppe. "Azioni sommarie...", ob. cit., p. 123.

[751] Como lembram Fernanda Vogt e Lara Pereira, embora a figura tenha sido pensada à luz do contexto italiano, "o mesmo raciocínio pode ser empregado no direito brasileiro, o qual admite o fracionamento do mérito nos artigos 354 e 356 do CPC. Se as questões podem ser manipuladas para serem conhecidas de forma flexível no tempo, é possível também haver cenários de gerenciamento não antes imaginados. A sentença com reserva consiste na espera por uma fase cognitiva complementar, posterior ao procedimento comum" (VOGT, Fernanda Costa. PEREIRA, Lara Dourado Mapurunga. "Novas técnicas decisórias nos processos estruturais", ob. cit., p. 508).

Forma-se, então, uma espécie de processo de "lide parcial", em que parte da discussão que potencialmente poderia ser oferecida é relegada a um outro processo, em favor de valores relevantes para o processo e cuja tutela merece ser prestigiada.[752]

Ao lado dessa primeira técnica – e, de certo modo, como uma decorrência natural dela –, é possível imaginar que o juiz, de certo modo, inverta o ônus da discussão sobre a suficiência da "representação adequada" havida. Por outras palavras, ao considerar que houve suficiente defesa dos ausentes, não é indispensável que o juiz se aprofunde na aferição de qualquer alegação ou prova que, em tese, viesse ou pudesse vir a ser trazida para o processo. Havendo razoáveis motivos que levem a acreditar que a situação dos ausentes foi adequadamente protegida, pode o juiz deixar sempre em aberto para processo futuro debate mais robusto sobre isso, seja dentro do mesmo processo, seja em processo subsequente.

Logicamente, processos com reserva de exceção (e, do mesmo modo, a inversão do ônus da prova da inadequação da representação) são, em regra, questão atinente à legislação.[753] Não é dado ao juiz restringir, por sua iniciativa, a cognição de certo processo ou modificar os critérios legais estabelecidos para tanto.

Por isso, o que aqui se defende é que ao considerar que os ausentes tiveram seus interesses adequadamente protegidos, eventual discussão mais aprofundada sobre a matéria sempre poderá ser feita em outro processo. Ou seja, em outro processo subsequente, a parte interessada sempre poderá levantar a questão sobre eventuais argumentos e provas que não foram apresentados na demanda original e que poderiam levar a diferente solução para a causa. Ou ainda, sempre poderá demonstrar que sua posição específica não foi adequadamente apresentada, o que lhe deve garantir a oportunidade de rediscutir a questão e buscar outra resposta para o caso.

Como demonstra Ovídio Baptista da Silva, o fato de que parcela da discussão fique reservado para momento ulterior – e, talvez, até mesmo para processo ulterior – não

---

[752] "Sempre que o legislador procura atender a esta segunda opção, privilegiando a *efetividade* do direito em detrimento de uma justiça definitiva, a lide – como conflito existente fora do processo e, portanto, como uma categoria apenas sociológica – entrará na relação processual como uma *lide parcial*, como uma lide onde nem todo o conflito possível poderá ser tratado, naquele instante, pelo julgador" (SILVA, Ovídio Baptista da. "A 'plenitude de defesa' no processo civil". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 115).

[753] Assim, v. LIEBMAN, Enrico Tullio. "Contro il patto *solve et repete*". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962, p. 249. Por uma crítica a essa visão, porém, v. amplamente, SILVA, Ovídio Baptista da. "O contraditório nas ações sumárias". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, *passim*.

é em si óbice à legitimidade da técnica. Assim como esse tipo de lógica é admissível em diversos outros procedimentos, a exemplo do processo de execução ou de certas ações que envolvam negócios jurídicos abstratos, nada impediria que, em prol da garantia da efetividade da prestação jurisdicional – e acrescentaria eu, em razão da própria proporcionalidade panprocessual – seja razoável reduzir a dimensão do contraditório nesse momento específico, estabelecendo a inversão dos ônus típicos do processo.[754]

Aliás, bem vistas as coisas, é possível notar que essa é basicamente a técnica adotada pelo CPC atual para o tratamento das decisões vinculantes.

Decisões tomadas em recursos repetitivos, incidentes de assunção de competência e incidentes de resolução de demandas repetitivas geram, em um primeiro momento, força obrigatória geral (*erga omnes*). Assim, todos estão sujeitos a essas decisões e devem os juízes (ao menos aqueles ligados ao tribunal de onde provém a decisão) aplicá-las nos exatos termos e limites em que elas foram proferidas.

No entanto, a própria legislação ressalva a possibilidade de uma certa "distinção" de circunstâncias, que autorizaria o afastamento da decisão obrigatória e a análise mais detida do tema apresentado pela parte em seu caso (v.g., art. 1.037, §§ 9º a 13, do CPC).[755] Demonstrando a parte interessada que seu caso é diverso daquele que havia sido examinado pelo Tribunal – ou seja, que seu caso apresenta peculiaridades que não foram consideradas e que permitem à Corte interpretar a questão de direito de modo diferente da maneira como havia originalmente interpretado – permite-se que seus argumentos sejam considerados e que a solução da sua controvérsia seja diferente.

Como se vê, a solução aqui é basicamente a mesma defendida no presente texto. Supõe a lei que a interpretação fixada pelo Tribunal seja a correta para o caso, particularmente porque também pressupõe que tenha havido um debate completo e sadio que permita responder à questão de direito. Diante dessas suposições, a lei atribui eficácia *erga omnes* à decisão e exige que ela seja observada por todos os juízes vinculados ao órgão que proferiu a decisão obrigatória. No entanto, ciente também de que pode ter ocorrido alguma "sub-representação" de interesses ou aspectos particulares que não foram devidamente apreciados pelo órgão prolator da decisão, autoriza que essas

---

[754] SILVA, Ovídio Baptista da. "O contraditório nas ações sumárias", ob. cit., p. 280-281.

[755] MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*, ob. cit., p. 326 e ss.; MITIDIERO, Daniel. *Precedentes.* 2ª ed., São Paulo: RT, 2017, p. 99 e ss; MARQUES, Mauro Campbell. ALVIM, Eduardo Arruda. NEVES, Guilherme Pimenta da Veiga. TESOLIN, Fabiano. *Recurso especial*. Curitiba: Direito Contemporâneo, 2022, p. 399-401; JOBIM, Marco Felix. OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte de. *Súmula, jurisprudência e precedente*. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022, p. 79 e ss.

circunstâncias sejam apontadas pelo interessado e, com isso, autoriza a reabertura da discussão, *por iniciativa desse sujeito que estava ausente da formação da primeira decisão*.

Contanto que o Judiciário esteja aberto a esse diálogo constante e a essa avaliação meticulosa de temas não enfrentados ou de situações de "sub-representação", parece legítimo o emprego da ideia de representação adequada dos interesses dos ausentes, invertendo-se o ônus da discussão de possíveis questões peculiares e de casos não representados.

Um fim de um trabalho incompleto

Todo trabalho de pesquisa pode até estar terminado, mas jamais estará concluído. As ideias aqui desenvolvidas, como não poderia deixar de ser, são apenas opiniões provisórias, que podem talvez servir de pautas para diálogos futuros e, quem sabe, para que possamos avançar na consolidação das estruturas do processo civil atual.

Certamente, as ideias aqui desenvolvidas são passíveis de muitas críticas. De um lado, críticas que podem analisar aspectos técnicos do desenvolvimento do tema, das premissas adotadas ou de equívocos metodológicos. De outro lado, críticas que espelham diferentes ideologias sobre a função do processo e sobre a maneira como ele deve desenvolver-se. Todas essas críticas são sempre legítimas, exatamente porque propiciam o diálogo que se quer fomentar e que é essencial para que as ideias possam passar pelo crivo do diálogo e, assim, aperfeiçoar-se.

Por isso mesmo, este é e sempre será um trabalho incompleto. Até que ele possa ser examinado e debatido, ele jamais estará concluído. Até que ele possa ser aperfeiçoado a partir de outros olhares, ele nunca poderá servir a incrementar a doutrina processual. Até que ele possa ter supridas as suas faltas e ser avaliado à luz de outras ideologias, ele será sempre um esboço a ser trabalhado.

Não obstante isso, se as ideias aqui apresentadas puderem servir para colocar dúvida em noções sedimentadas da doutrina, então já será o bastante.

É certo que deixar o processo tradicional – de cunho individual e posto sob a responsabilidade dos titulares do conflito – em busca de um processo completamente "público" e "social" é impossível. Sempre há espaço para o processo tradicional e ele é sempre mais do que desejado.

Por outro lado, também não há certeza de que um modelo que expanda desmesuradamente a tutela dos direitos por meio de modelos de agregação de demandas, sob a atuação de um representante efetivo e adequado, seja a solução ideal para o processo civil moderno.[756] Os limites, as possibilidades e as vantagens ou desvantagens de uma

[756] Judith Resnik, a propósito, também aponta essa preocupação e a dúvida sobre até que ponto esse modelo pode contribuir. Afirma ela que "aggregation may thus be seen as one response to the inadequacies of the individualized system, and as such, offers an opportunity to improve upon those failings. But aggregation also comes with risks – of stunning concentrations of power in a very few people who, if lawyers, may become exceedingly powerful as gatekeepers and compensation distributors and who, if judges and their

tutela de direitos de várias pessoas realizada por um sujeito exponencial ainda não são fáceis de determinar perante o direito brasileiro.[757]

Fato é, no entanto, que parece cada vez mais necessário buscar novas possibilidades de atuação dentro do processo. O modelo atual, sem dúvida, continua útil e necessário. Porém, não é capaz de responder a certas situações que são correntes e que exigem algum tipo de resposta. Daí a tentativa aqui desenvolvida.

O tema do acesso à Justiça vem inquietando os estudiosos há muito tempo. Afinal, como garantir que o jurisdicionado tenha o maior acesso possível aos Tribunais e a outras formas de solução de controvérsia sem que isso comprometa a qualidade e a tempestividade na resposta a ser dada? Entre os extremos de garantir o acesso individual e indiscriminado à Justiça estatal e o fechamento do sistema de tutela jurisdicional para certos segmentos sociais ou para certos tipos de controvérsia, é necessário encontrar um ponto de equilíbrio que seja capaz de otimizar, na medida do possível, os recursos disponíveis e atender, na maior extensão possível, à demanda existente.

Tudo isso, no entanto, não se consegue por intermédio dos mesmos modelos e das mesmas estruturas concebidas há muitos anos, quando esses problemas inexistiam ou, ao menos, eram muito menores.[758] É preciso, então, buscar outros caminhos, mais rentes à

---

appointees, do much of their work at inaccessible settlement conferences and claims facilities. Thus, while not enamored of the "old fashioned" tort system, I am also skeptical of the claimed success that aggregation-proponents have already begun to make about processes that are being invented as I write. (RESNIK, Judith. "From 'cases' to 'litigation'". *Law and contemporary problems.* Vol. 54, n. 3, 1991, p. 66).

[757] Também não o são no sistema anglo-americano, como novamente afirma Resnik. Questiona ela: "Can aggregate litigation attend both to individuals and to groups? Can it offer adequate means of finding and assessing liability? Can it cabin and legitimate the power it creates? Can it invite public participation? Can it generate the narratives that translate into shared stories that become social and political reference points? The nomenclature that surrounds aggregation is not promising in its valuation of individuals' claims, nor is there much indication of self-conscious efforts to constrain the authority of judges and lawyers or to invite the public in. Lawyers have "stables" or "warehouses" of clients. The principals proliferate, but increasingly the principals are the representatives not of litigants but of lawyers and judges. In one large case, judges and lawyers close to the litigation did not know how to pronounce the lead plaintiff's name. In another, the participants at the bargaining table included the "plaintiffs' lawyers' lawyer" – indicating that it was plaintiffs' lawyers (who often have far more financially at stake than any individual client) who were critical stakeholders. Judges act by reliance on special masters, experts, monitors, and other court – appointed assistants, chosen by judges to act as their special emissaries. The entire arena of this kind of litigation itself – once called "protracted" – is now blanketed with the title "complex litigation". With the label "complex" comes an implicit judgment that individual cases are "simple," "routine," "run-of-the-mill," "garden variety" claims to which little (or at least less) attention should be paid." (Ob. loc. cits., p. 67)

[758] De fato, no Brasil de 1827 já se via discursos inflamados contra o excesso de litigância e os elevados custos do processo nacional. Nicolau Vergueiro, então deputado, ao defender a limitação de alçadas no Poder Judiciário, ponderava: "Creio que é melhor arriscar um pouco de injustiça, para obter uma decisão pronta e ficar o tempo para tratar de outros negócios, do que gastar-se o tempo e muito dinheiro em demandas na incerteza do direito que cada um presume obter, como perda certa e pouca esperança de lucro"

realidade atual e mais próximos daquilo que a sociedade brasileira de hoje necessita. Tudo isso, é evidente, não se faz sem um grande risco de errar. Ainda assim, não fosse a necessidade de superar os riscos e os temores do desconhecido, muitas das inovações e descobertas jamais teriam sido atingidas.

Como tudo em direito processual, as ideias aqui defendidas vêm permeadas de elementos culturais e são fruto de conceitos que se alinham com as perspectivas que sempre desenvolvi. Elas refletem visões pessoais de mundo e experiências particulares. Quando, porém, não é assim?

Deixo agora com o leitor o prudente juízo de aproveitar aquilo que daqui pode ser aproveitado e deixar de lado aquilo que não tenha nenhuma utilidade.

Seja como for, fica sempre o meu mais sincero agradecimento pela leitura – se possível, pelo debate – e, sobretudo, a meu sincero intuito de contribuir para um processo civil que seja mais efetivo, mais eficiente, mais adequado e mais tempestivo para todos.

(*in* SLEMIAN, Andréa. "O Supremo Tribunal de Justiça nos primórdios do Império do Brasil (1828-1841)". *O Supremo Tribunal de Justiça do império*. Org. José Reinaldo de Lima Lopes. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 31).

Referências bibliográficas

ABDO, Helena Najjar. *O abuso do processo*. São Paulo: RT, 2007.

ACKERMAN, Bruce. "Good-bye, Montesquieu". *Comparative administrative law*. Ed. Susan Rose-Ackerman e Peter L. Lindseth. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. 2010.

AGUIAR. João Carlos Pestana de. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: RT, 1974, vol. IV.

ALBUQUERQUE, Pedro de. *Responsabilidade processual por litigância de má fé, abuso de direito e responsabilidade civil em virtude de actos praticados no processo*. Coimbra: Almedina, 2006.

ALEXY, Robert. "Constitutional rights and proportionality". *Journal for constitutional theory and philosophy of law.* N. 22, 2014, disponível em https://journals.openedition.org/revus/2783, acessado em março de 2024.

ALEXY, Robert. "Constitutional rights, balancing, and rationality". *Ratio juris*. Vol. 16, n. 2, junho-2003.

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. 3ª reimpr., Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ALFF, Hannah Pereira. *Gestão judiciária e técnicas do processo agregado*. Londrina: Thoth, 2021.

ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. *Direito judiciário brasileiro*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.

ALVIM, Teresa Arruda. "Judicial activism as a goals setting – civil justice in Brazil". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

ALVIM, Teresa Arruda. "Vinculação do juiz aos pedidos e o princípio do *iura novit curia*". *Processo civil – estudos em homenagem ao professor doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira*. Coord. Daniel Mitidiero e Guilherme Rizzo Amaral. São Paulo: Atlas, 2012.

ALVIM, Teresa Arruda. DANTAS, Bruno. *Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.* 7ª ed., São Paulo: RT, 2023.

AMERICANO, Jorge. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1942, 3º vol.

AMERICANO, Jorge. *Processo civil e commercial no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1925.

ANDRADE, Juliana Melazzi. *Justiciabilidade e não decisão – quando o Poder Judiciário não deve decidir*. 2ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024.

ANDREWS, Neil. "The adversarial principle: fairness and efficiency: reflections on the recommendations of the Woolf Report". *Reform of civil procedure – essays on 'Access to Justice'*. Ed. A.A.S. Zuckerman e Ross Cranston. Oxford: Clarendon Press, 1995.

ANDRIOLI, Virgílio. *Commento ao codice di procedura civile*. Napoli: Jovene, 1964, v. 2.

ARAÚJO, Fabio Caldas. "Julgamento além do pedido – Haroldo Valladão e sua projeção no sistema processual e material". *Teorias do processo – dos clássicos aos contemporâneos*. Org. Antonio Pereira Gaio Junior e Marco Felix Jobim. Londrina: Thoth, 2020, vol. II.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de. GABRIEL, Anderson de Paiva. PORTO, Fábio Ribeiro. "O futuro da Justiça e o mundo 4.0". *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*. N. 84, abr./jun. 2022.

ARENHART, Sérgio Cruz. "As medidas regulatórias do art. 888 do CPC". *Tutelas de urgência e cautelares*. Org. Donaldo Armelin. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARENHART, Sérgio Cruz. "Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro". *Revista de processo*. N. 225, jul./2013.

ARENHART, Sérgio Cruz. "Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes". *Processos estruturais*. Org. Marco Felix Jobim, Gustavo Osna e Sérgio Cruz Arenhart. Salvador: JusPodivm, 2024.

ARENHART, Sérgio Cruz. "Reflexões sobre o princípio da demanda". *Processo e constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*. Coord. Luiz Fux, Nelson Nery Jr. e Teresa Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2006.

ARENHART, Sérgio Cruz. "Sentença condenatória para quê?". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

ARENHART, Sérgio Cruz. "Tutela atípica de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o 'é ruim, mas eu gosto'?". *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*. N. 80, abr./jun.-2021.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2014.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais homogêneos*. São Paulo: RT, 2013.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*. São Paulo: RT, 2000.

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. "A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares". *Revista de processo*. N. 310, dez./2020.

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. *Curso de direito processual civil coletivo*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2021.

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. JOBIM, Marco Felix. *Curso de processo estrutural*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2022.

ARENHART, Sérgio Cruz. PEREIRA, Paula Pessoa. "Precedentes e casos repetitivos. Por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância de massa?" *Revista de Processo Comparado*. V. 5 n. 10, jul./dez 2019.

ARENHART, Sérgio Cruz. *Perfis da tutela inibitória coletiva*. São Paulo: RT, 2003.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código de processo civil comentado*. São Paulo: RT, 1979, vol. V.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Manual de direito processual civil*. 18ª ed., São Paulo: RT, 2019.

ARRUDA ALVIM, José Manoel. "A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades de que façam parte". *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins*. Coord. Fredie Didier Jr. e Teresa Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2004.

ARRUDA ALVIM, José Manoel. "Ação incidental de falsidade ideológica de laudo pericial – preclusão – sentido da palavra 'documento'. *Revista de processo*. N. 54, abr-jun., 1989.

ARRUDA ALVIM, José Manoel. *Novo contencioso cível no CPC/2015*. São Paulo: RT, 2016.

ASSIS, Araken de. "Sentença condenatória como título executivo". *Aspectos polêmicos da nova execução, 3 - de títulos judiciais*. Coord. Teresa Arruda Alvim, São Paulo: RT, 2006.

ASSIS, Araken de. "Sentença executiva, sentença condenatória e execução incidental: diferença segundo a classificação pela força e efeitos". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

ASSIS, Araken de. *Eficácia civil da sentença penal*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2000.

ATTARDI, Aldo. *L'interesse ad agire*. Padova: CEDAM, 1958.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 15ª ed., São Paulo: Malheiros, 2014.

BACKER, Inge Lorange. "Goals of civil justice in Norway: readiness for a pragmatic reform". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

BARBI, Celso Agrícola. *Ação declaratória no processo civil brasileiro*. 3ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias S.A., 1968.

BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1975, vol. I, tomo I.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "A sentença mandamental – da Alemanha ao Brasil". *Temas de direito processual – sétima série*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "As bases do direito processual civil". *Temas de direito processual – primeira série*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1988.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Aspectos da 'execução' em matéria de obrigação de emitir declaração de vontade". *Temas de direito processual – sexta série.* São Paulo: Saraiva, 1997.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Coisa julgada e declaração". *Temas de direito processual – primeira série*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1988.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Correlação entre o pedido e a sentença". *Revista de processo*. N. 83, jul./set.- 1996

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Declaração de nulidade de patente. Ação proposta por um dos co-legitimados. Extensão subjetiva da coisa julgada. Oponibilidade da exceção de litispendência em segundo processo instaurado no curso do primeiro". *Revista de Direito do Ministério Público do Estado da Guanabara*. N. 12, set./dez., 1970.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "O juiz e a prova". *Revista de processo*. N. 35, jul./set.-1984.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Reflexões críticas sobre uma teoria da condenação civil". *Temas de direito processual – primeira série*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1988.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Sentença executiva?". *Temas de direito processual – nona série*. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Tendências em matéria de execução de sentenças e ordens judiciais". *Revista de processo*. N. 41, vol. 11, jan./mar., 1986.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Estudos sobre o novo código de processo civil*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1974.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Litisconsórcio unitário*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

BARRERA, Monica. "La función preventiva en el nuevo Código Civil y Comercial de la Nación, su impacto en el proceso civil y las facultades condenatorias e instructorias de los jueces". *Infojus*, p. 6, disponível em http://www.saij.gob.ar/monica-barrera-funcion-preventiva-nuevo-codigo-civil-comercial-nacion-su-impacto-proceso-civil-facultades-condenatorias-instructorias-jueces-dacf150372-2015-07-16/123456789-0abc-defg2730-51fcanirtcod, acessado em agosto de 2024.

BARROS, Hamilton de Moraes e. "Breves observações sobre o processo cautelar e sua disciplina no código de processo civil de 1973". *Revista de direito do Ministério Público do Estado da Guanabara.* Vol. 7, n. 18, maio/dez., 1973.

BARROSO, Luís Roberto. "Da falta de efetivação à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial". *Interesse público*. N. 46, nov.-2007.

BARROSO, Luís Roberto. BARCELLOS, Ana Paula de. "O começo da história – a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro". *Crise e desafios da constituição*. Coord. José Adércio Leite Sampaio. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

BECKER, Laercio A. "A erosão do sagrado processual". *Qual é o jogo do processo?* Org. L. A. Becker. Porto Alegre: Fabris, 2012.

BECKER, Laercio A. "Jogos do processuais". *Qual é o jogo do processo?* Org. L. A. Becker. Porto Alegre: Fabris, 2012.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. "Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório". *Causa de pedir e pedido no processo civil (questões polêmicas)*. Coord. José Rogério Cruz e Tucci e José Roberto dos Santos Bedaque. São Paulo: RT, 2002.

BENEDUZI, Renato. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. II.

BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. 3ª ed., São Paulo: RT 1999.

BONE, Robert G. "Rethinking the 'day in court' ideal and nonparty preclusion. *New York law review*. N. 67, 1992.

BONE, Robert G. "The puzzling idea of adjudicative representation: lessons for aggregate litigation and class action". *George Washington law review*. N. 79, 2011.

BONE, Robert G. *Civil procedure – the economics of civil procedure*. New York: Thompson West, 2003.

BONFIM, Daniela Santos. "Art. 432, parágrafo único". *Breves comentários ao novo código de processo civil*. Coord. Teresa Arruda Alvim *et alli*. Sã Paulo: RT, 2015.

BRONSTEEN, John. FISS, Owen. "The class action rule". *Notre dame law review*. N. 78, vol. 5, 2003.

BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2006, vol. 1.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BULOW, Oskar. *La teoria de las excepciones procesales y los presupuestos procesales*. Trad. Miguel Angel Rosas Lichtschein. Buenos Aires: EJEA, 1964.

BURCH, Elizabeth Chamblee. "Procedural adequacy". *Texas law review*. N. 55, 2009.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. *Teoria do precedente judicial*. São Paulo: Noeses, 2012.

BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1986.

BUZAID, Alfredo. *Ação declaratória*. São Paulo: Saraiva, 1943.

CABRAL, Antonio do Passo. "Alguns mitos do processo (ii): Liebman e a coisa julgada". *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*. N. 52. Abr./jun., 2014.

CABRAL, Antonio do Passo. "Contraditório (princípio do-)". *Dicionário de princípios jurídicos*. Org. Ricardo Lobo Torres, Eduardo Takemi Kataoka e Flavio Galdino. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. 4ª ed., Salvador: JusPodivm, 2023.

CABRAL, Antonio do Passo. *Juiz natural e eficiência processual – flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. São Paulo: RT, 2021.

CABRAL, Antonio do Passo. *Jurisdição sem decisão: non liquet e consulta jurisdicional no direito brasileiro*. 2ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024.

CADIET, Loic. "Les conventions relatives au procès en droit français". *Revista de processo*. N. 160, jun./2008.

CADIET, Loic. NORMAND, Jacques. MEKKI, Soraya Amrani. *Théorie générale du procès*. Paris: PUF, 2010.

CADIET, Loïc. *Perspectivas sobre o sistema da justiça civil francesa – seis lições brasileiras*. Trad. Daniel Mitidiero *et alli*. São Paulo: RT, 2017.

CALAMANDREI, Piero. "Apuntes sobre la sentencia como hecho jurídico". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EJEA, 1945.

CALAMANDREI, Piero. "El concepto de 'litis' en el pensamiento de Francesco Carnelutti". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliográfica Argentina, 1945.

CALAMANDREI, Piero. "El proceso como situación jurídica". *Estudios sobre el proceso civil.* Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EJEA, 1945.

CALAMANDREI, Piero. "La condanna". *Opere giuridiche*. Napoli: Morano, 1972, vol. V.

CALAMANDREI, Piero. "La relatividad del concepto de acción". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliográfica Argentina, 1945.

CALAMANDREI, Piero. "Limites entre jurisdicción y administración em la sentencia civil". *Estudios sobre el proceso civil*. Trad. Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliográfico Argentina, 1945 (artigo originalmente publicado na *Rivista di diritto commerciale*, 1917).

CALAMANDREI, Piero. *Instituciones de derecho procesal civil*. Trad. Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Librería 'El Foro', 1996, vol. I.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao código de processo civil*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998, vol. III.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Direito, poder, justiça e processo – julgando os que nos julgam*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CAMPOS, Santiago Pereira. "Proporcionalidad procesal y justicia civil: tempo de cambios". *Revista eletrônica de direito processual*. Vol. 23, n. 2, maio-ago/2022 (disponível em https://doi.org/10.12957/redp.2022.67850, acessado em agosto de 2024).

CAPPELLETTI, Mauro. *El testimonio de la parte en el sistema de la oralidad*. Trad. Tomás A. Banzhaf. La Plata: Librería Editora Platense, 2002, 1ª parte.

CAPONI, Remo. "Autonomia privata e processo civile: gli accordi processuali". *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*. Vol. 62, n. 3, 2008.

CAPONI, Remo. "Diritti sociali e giustizia civile: eredità storica e prospettive di tutela collettiva". *Revista da faculdade de direito da UFPR*. N. 54, 2011.

CAPONI, Remo. “Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: prime note sistematiche”. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*. Vol. 65, n. 2. Padova: CEDAM, 2011.

CAPONI, Remo. “Il principio di proporzionalità nella giustizia civile: risvolti intorno di ‘class action’”. *Bolletino risorse on line*. Disponível em www.giustamm.it/private/new_2010/ART_3730.htm, acessado em agosto de 2024.

CAPONI, Remo. “Rigidità e flessibilità del processo civile”. *Rivista di diritto processuale*. N. 6, nov./dez.-2016.

CAPONI, Remo. PISANI, Andrea Proto. *Lineamenti di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 2001.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *O novo processo civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

CARNELUTTI, Francesco. “Bilancio de una polemica”. *Studi di diritto processuale*. Padova: CEDAM, 1939, vol. III.

CARNELUTTI, Francesco. “Efficacia, autorità e immutabilità della sentenza”. *Studi di diritto processuale*. Padova: CEDAM, 1939, vol. III.

CARNELUTTI, Francesco. “Titolo esecutivo”. *Studi di diritto processuale*. Padova: CEDAM, 1939, vol. IV.

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo.* Napoli: Morano, 1958.

CARNELUTTI, Francesco. *Instituzioni del nuovo processo civile italiano*. 4ª ed., Roma: Foro Italiano, 1051, vol. I.

CARNELUTTI, Francesco. *Lezioni di diritto processuale civile*. Padova: La Litotipo, 1926 (reimpr., 1986), vol. 1.

CARNELUTTI, Francesco. *Lezioni di diritto processuale civile*. Padova: CEDAM, 1986, vol. 2.

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Uteha, 1944, vol. II.

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de derecho procesal civil*. Trad. Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Uteha, 1944, vol. I.

CARRIGAN, Jim R. “Inherent Powers and Finance”. *Trial magazine 7*. N. 6, 1971.

CASTILLO, Niceto Alcalá-Zamora y. *Proceso, autocomposición y autodefensa*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

CHANAIS, Cécile. FERRAND, Frédérique. GUINCHARD, Serge. *Procédure civile*. 33ª ed., Paris: Dalloz, 2016.

CHASE, Oscar. *Law, culture, and ritual: disputing systems in cross-cultural context*. New York: NYU Press, 2007.

CHAYES, Abram. "The role of the judge in public law litigation". *Harvard law review.* Vol. 89, n. 7, maio-1976.

CHIARLONI, Sergio. *Introduzione allo studio del diritto processuale civile*. Torino: Giappichelli, 1975.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Azione di mero accertamento". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 3.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Azione". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 3.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Azioni e sentenze di mero accertamento". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 3.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Azioni sommarie. La sentenza di condanna con riserva". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Dell'azione nascente dal contratto preliminare". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Identificazione delle azioni. Sulla regola 'ne eat iudex ultra petita partium'". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I.

CHIOVENDA, Giuseppe. "L'azione nel sistema dei diritti". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 1.

CHIOVENDA, Giuseppe. "L'idea romana nel processo civile moderno". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. III.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Sulla 'eccezione'". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. I.

CHIOVENDA, Giuseppe. "Sulla influenza delle idee romane nella formazione dei processi civili moderni". *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993, vol. 3.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil.* Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1942, vol. I.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva 1945, vol. 3.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di diritto processuale civile*. 2ª ed., Napoli: Jovene, 1923.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios de derecho procesal civil*. Trad. de José Casais y Santaló. Madrid: Reus, 1922, tomo I.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Princípios de derecho procesal civil*. Trad. José Casáis y Santaló. Madrid: Reus, 1925, tomo II.

CINTRA, Lia Carolina Batista. *Intervenção de terceiro por ordem do juiz*. São Paulo: RT, 2017.

CIRIGLIANO, Raphael. *Prova civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

CIULLA, Matthew T. "A disproportionate response? The 2015 proportionality amendments to Federal Rules of Civil Procedure 26(b). *Notre Dame Law Review.* Vol. 92, 2017.

COFFEE Jr., John. "Class action accountability: reconciling exit, voice, and loyalty in representative litigation". *Columbia law review*. N. 100, 2000.

CORRÊA TELLES, José Homem. *Doutrina das acções*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.

COSTA CARVALHO, Luiz Antonio da. *Curso theorico-pratico de direito judiciário civil*. 1º vol. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº, 1936.

COSTA, Alfredo de Araújo Lopes da. *Medidas preventivas*. 3ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias, 1966.

COSTA, Carlos A. Calvo. "La prevención: la otra cara de la responsabilidad civil (? O del derecho de daños?)". *Revista de responsabilidad civil y seguros*, n. 3, 2018.

COSTA, Susana Henriques da. "O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro". *As grandes transformações do processo civil brasileiro – estudos em homenagem ao professor Kazuo Watanabe.* Coord. Carlos Alberto de Salles. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

COUTURE, Eduardo J. *Estudios de derecho procesal civil*. Buenos Aires: Depalma, 1998, tomo 1.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 3ª ed., Buenos Aires: Depalma, 1958.

COUTURE, Eduardo J. *Introdução ao estudo do processo civil*. 3ª ed. Trad. Mozart Victor Russomano, Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CROFT, Clyde. "Changing the culture of civil litigation", p. 11, disponível em https://www.supremecourt.vic.gov.au/sites/default/files/assets/2017/09/32/80d13f878/changing%2Bthe%2Bculture%2Bof%2Bcivil%2Blitigation%2Ba%2Bpractitioners%2Bduties%2Bunder%2Bthe%2Bcivil%2Bprocedure%2Bact.pdf, acessado em março de 2024.

CROSS, Rupert. *Precedent in English law*. Oxford: Clarendon Press, 1961.

CUNHA, Alcides Alberto Munhoz da. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: RT, 2001, vol. 11.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. "A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro". *Revista de processo*. Vol. 233, jul./2014.

DALL`AGNOL, Antonio. *Comentários ao Código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, vol. 2.

DAMASKA, Mirjan R. *The faces of justice and State authority*. New Haven: Yale University Press, 1986.

DELLORE, Luiz "Comentário ao art. 435". *Comentários ao código de processo civil*. Coord. Fernando da Fonseca Gajardoni *et alli*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DENTI, Vittorio. "Querela di falso". *Novissimo digesto italiano*. Dir. Antonio Azara e Ernesto Eula. Torino: UTET, 1967, tomo XIV.

DENTI, Vittorio. *La giustizia civile – lezioni introduttive*. Bologna: il Mulino, 1989.

DENTI, Vittorio. *Un progetto per la giustizia civile*. Bologna: Il Mulino, 1982.

DI MAJO, Adolfo. *La tutela civile dei diritti*. 2ª ed., Milano: Giuffrè, 1993.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 14ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

DIDIER JR, Fredie. "Sentença constitutiva e execução forçada". *Teoria quinaria da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Coord. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

DIDIER JR, Fredie. *Ensaios sobre os negócios jurídicos processuais*. 4ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024.

DIDIER JR., Fredie. "Princípio da boa-fé processual no direito processual civil brasileiro e seu fundamento constitucional". *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*. N. 70, out./dez.-2018.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*. 19ª ed., Salvador: JusPodivm, 2017, vol. 1.

DIDIER JR., Fredie. ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil*. 11ª ed., Salvador: JusPodivm, 2017, vol. 4.

DIDIER JR., Fredie. ZANETI JR., Hermes. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. "Elementos para uma teoria do processo estrutural aplicada ao processo civil brasileiro". *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*. N. 75, jan./mar.-2020.

DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito em processo civil”. *Revista de processo*. N. 34, abr./jun.-1984.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2000, vol. I.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 2004, vol. IV.

DOMIT, Otávio Augusto dal Molin. “*Iura novit curia*, causa de pedir e formalismo processual”. *O processo civil no Estado Constitucional*. Coord. Daniel Mitidiero. Salvador: JusPodivm, 2012.

DOMIT, Otávio Augusto dal Molin. Iura novit curia *e causa de pedir*. São Paulo: RT, 2016.

DONDI, Angelo. ANSANELLI, Vincenzo. COMOGLIO, Paolo. *Processo civil comparado – uma perspectiva evolutiva*. São Paulo: RT, 2017.

DONNINI, Rogério. *Responsabilidade civil pós-contratual*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

DOTTI, Rogéria Fagundes. *Tutela da evidência*. São Paulo: RT, 2020.

DOWS, Howard M. “Federal class actions: due process by adequacy of representation (identity of claims) and the impact of *general telephone v. falcon*”. *Ohio State Law Journal*. V. 54, n. 3, 1993.

DUFFY, L. A. “The doctrine of virtual representation in Texas”. *Southwestern law journal*. Vol. 11, 1957.

ECHANDÍA, Hernando Devis. *Teoría general del proceso*. 2ª ed., Buenos Aires: Editorial Universidad, 1997.

EID, Elie Pierre. *Litisconsórcio unitário*. São Paulo: RT, 2016.

FACHINELO, João Antonio Tschá. *Execução de direitos individuais homogêneos*. São Paulo: RT, 2023.

FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di diritto processuale*. 8ª ed., Padova: CEDAM, 1996.

FERRER-BELTRÁN, Jordi. *Prova sem convicção*. Trad. Vitor de Paula Ramos. Salvador: JusPodivm, 2022

FISS, Owen. “The allure of individualism”. *Iowa law review*. Vol. 78, n. 5, jul.-1993.

FISS, Owen. “The forms of justice”. *Harvard law review*. Vol. 93, 1978.

FONSECA, Ricardo Marcelo. “Estados, poderes e jurisdições: modelos de análise e a experiência brasileira”. *Estado, poder e jurisdição*. Org. André Peixoto de Souza. Rio de Janeiro: GZ, 2015.

FREITAS, José Lebre de. *Introdução ao processo civil*. 2ª ed., Coimbra: Coimbra, 2006.

FREITAS, Juarez. *O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais.* São Paulo: Malheiros, 1997.

FREY, María Carla. "Jurisdicción preventiva en el derecho de daños, en la tutela del consumidor y en el derecho ambiental". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

FRIED, Charles. "The lawyer as a friend: the moral foundations of the clawyer-client relation". *The Yale law journal.* Vol. 85, 1976.

FULLER, Lon L. "The forms and limits of adjudication". *Harvard law review*. Vol. 92, n. 2, dez.-1978.

FUX, Luiz. "A desistência recursal e os recursos repetitivos". *BDJur*. 2008, disponível em http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/27102, acessado em agosto de 2024.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.* Trad. Paulo Meurer, 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988.

GAJARDONI, Fernando Fonseca. "Gestão de conflitos nos Estados Unidos e no Brasil". *Revista Eletrônica de Direito Processual*. v. 19, n. 3, p. 276-295, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.12957/redp.2018.39174. Acesso em: 03 abr. 2024.

GALDÓS, Jorge Mario. "El mandato preventivo. Una valiosa herramienta procesal de la responsabilidad civil". *Revista de derecho de daños*. N. 2.

GALIC, Aleš. "(In)compatibility of procedural preclusions with the goals of civil justice: an ongoing debate in Slovenia". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

GIDI, Antonio. "La representación adecuada en las acciones colectivas brasileñas y el avance del Codigo Modelo". *La tutela de los derechos difusos, colectivos y individuales homogéneos: hacia un Código Modelo para Iberoamerica*. Coord. Antonio Gidi e Eduardo Ferrer Mac-Gregor. México: Porrua, 2004.

GIDI, Antonio. *A* class action *como instrumento de tutela coletiva dos direitos*. São Paulo: RT, 2007.

GIDI, Antonio. *Las acciones colectivas y la tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales en Brasil – un modelo para países de derecho civil*. Trad. Lucio Cabrera Acevedo. México: UNAM, 2004.

GODOY, Miguel Gualano de. *Devolver a constituição ao povo*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GOLDSCHMIDT, James. *Derecho procesal civil*. Trad. Leonardo Prieto Castro. Barcelona: Labor, 1936.

GOLDSCHMIDT, James. *Il processo come situazione giuridica (prima parte)*. Trad. Marino Marinelli. Torino: Giappichelli, 2019.

GOMES, Adriano Camargo. "A tipologia das formas de tutela de Sérgio Cruz Arenhart". *Coletivização e unidade do direito – vol. IV*. Org. Edilson Vitorelli *et alli*. Londrina: Thoth, 2023.

GOMES, Adriano Camargo. "Teoria geral do processo: pressupostos para uma reconstrução". *50 anos da teoria geral do processo no Brasil – passado, presente e futuro*. Coord. Flávio Luiz Yarshell e Camilo Zufelato. Londrina: Thoth, 2024.

GONÇALVES, Felipe de Oliveira. *Ação declaratória de fatos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

GONÇALVES, Marcelo Barbi. *Teoria geral da jurisdição*. Salvador: JusPodivm, 2020.

GONZÁLEZ, Matilde Zavala de. "Función preventiva de daños". *La ley*. 2011-E.

GRINOVER, Ada Pellegrini. "Coisa julgada e terceiros". *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. N. 72. jul./dez.-2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. "Deformalização do processo e deformalização das controvérsias". *Revista de processo*. N. 46, abr./jun.-1987.

GRINOVER, Ada Pellegrini. "Tutela jurisdicional nas obrigações de fazer e não fazer". *Reforma do código de processo civil.* São Paulo: Saraiva, 1996.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade.* Brasilia: Gazeta Jurídica, 2016.

GUASP, Jaime. *Concepto y método de derecho procesal*. Madrid: Civitas, 1997.

GUIMARÃES, João Paulo Lordelo. *A certificação coletiva: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos*. Salvador: JusPodivm, 2020.

HABERMAS, Jurgen. *Between facts and norms*. Trad. William Rehg. Cambridge: Polity, 1996.

HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988, p. 64-65; *Id*. *Direito e democracia, entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol. 1.

HAZARD JR., Geoffrey. TARUFFO, Michele. MITIDIERO, Daniel. *A justiça civil – dos Estados Unidos ao Brasil.* São Paulo: RT, 2023.

HEINITZ, Ernesto. *I limiti oggettivi della cosa giudicata*. Padova: CEDAM, 1937.

JAMES Jr, Fleming. HAZARD Jr., Geoffrey C. LEUBSDORF, John. *Civil procedure*. 4ª ed., Boston: Little, brown and Company, 1992.

JAUERNIG, Othmar. *Direito processual civil*. 25ª ed., da obra de Friedrich Lent. Trad. F. Silveira Ramos. Coimbra: Almedina, 2002.

JOBIM, Marco Felix. *As funções da eficiência no processo civil brasileiro*. São Paulo: RT, 2017.

JOBIM, Marco Felix. *Medidas estruturantes na jurisdição constitucional*. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022.

JOBIM, Marco Felix. OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte de. *Súmula, jurisprudência e precedente*. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022.

JOBIM, Marco Felix. *Teoria, história e processo*. 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022.

JOHNSON, Jack L. "Due or voodoo process: virtual representation as a justification for the preclusion of a nonparty's claim". *Tulsa law review*, n. 68, 1994.

JOLOWICZ, J. A. *On civil procedure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 9ª ed., São Paulo: RT, 2013.

KENGYEL, Miklós. CZOBOLY, Gerlely. "Battle between individual rights and public interest in Hungarian Civil Procedure". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

KOLLER, Christian. "Civil justice in Austrian-German tradition". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

LANES, Júlio Cesar Goulart. *Fato e direito no processo civil cooperativo.* São Paulo: RT, 2014.

LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *Comentários ao código de processo civil*. Coord. José Roberto F. Gouvêa *et alli*. São Paulo: Saraiva, 2020, vol. VIII, tomo II.

LEITE, José Rubens Morato. MELO, Melissa Ely. "As funções preventivas e precaucionais da responsabilidade civil por danos ambientais". *Revista Sequência*. N. 55, dez./2007.

LEIVA, Claudio Fabricio. "La delimitación de la función preventiva de la responsabilidad civil en el Código Civil y Comercial Argentino". *Ius*, vol. 14, n. 46, 2020.

LENT, Friedrich. *Diritto processuale civile tedesco*. Trad. Edoardo Ricci, Napoli: Morano, 1962.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de pedir e pedido – o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. "Contro il patto *solve et repete*". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962.

LIEBMAN, Enrico Tullio. "Fondamento del principio dispositivo". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962.

LIEBMAN, Enrico Tullio. "L'azione nella teoria del processo civile". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962.

LIEBMAN, Enrico Tullio. "L'oggetto del processo civile di falso". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962.

LIEBMAN, Enrico Tullio. "L'opera scientifica di James Goldschmidt e la teoria del rapporto processuale". *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. 3ª ed., Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Notas de Ada Pellegrini Grinover. Rio de Janeiro: Forense, 1984 (nota de Ada Pellegrini Grinover).

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença.* Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di diritto processuale civile – principi.* 5ª ed., Milano: Giuffrè, 1992, vol. 1.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de execução*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1963.

LOPES, Teresa Ancona. *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Teoria da decisão judicial*. Trad. Bruno Miragem. São Paulo: RT, 2009.

MACCORMICK, Neil. *Rhetoric and the rule of law*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MACEDO, Lucas Buril de. "O controle judicial da representação adequada: notas ao tratamento legal e doutrinário e proposta de adequação constitucional de seus efeitos". *Revista de processo.* n. 227, jan./2014.

MALACHINI, Edson Ribas. "As ações (e sentenças) condenatórias, mandamentais e executivas". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

MARANHÃO, Clayton. *O princípio da congruência no processo de conhecimento de primeiro grau*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Direito das Relações Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 1998.

MARANHÃO, Clayton. "A consagração da teoria quinária no direito positivo brasileiro: nota breve ao artigo 14, inciso V, parágrafo único, do CPC, na redação dada pela Lei 10.351/01". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

MARÇAL, Felipe Barreto. "Repensando os mecanismos de ampliação do contraditório". *Revista de processo*. N. 283, set./2018.

MARCUS, Richard L. "*Déjà vu* all over again'? An American reaction to the Woolf Report". *Reform of civil procedure – essays on 'Access to Justice'*. Ed. A.A.S. Zuckerman e Ross Cranston. Oxford: Clarendon Press, 1995.

MARCUS, Richard L. SHERMAN, Edward F. *Complex litigation*. 3a ed., St. Paul: West Group, 1998.

MARINONI, Luiz Guilherme. "A jurisdição no estado contemporâneo". *Estudos de direito processual civil – homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão.* São Paulo: RT, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme. "A não decisão enquanto opção democrática". *Revista de processo*. N. 324. fev./2022.

MARINONI, Luiz Guilherme. "Técnica decisória e diálogo institucional: decidir menos para deliberar melhor". *Suprema: revista de estudos constitucionais*. V. 2, n. 1, jan./jun.-2022.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. "Extensão subjetiva da sentença e da coisa julgada em ações societárias". *O CPC de 2015 visto pelo STJ*. São Paulo: RT, 2021.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. IV.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil.* 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. VII.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2005, vol. 5, tomo I.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. IV.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil*. 9ª ed., São Paulo: RT, 2023, vol. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil*. 8ª ed., São Paulo: RT, 2023, vol. 1.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*. 5ª ed., São Paulo: RT, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Coisa julgada sobre questão*. São Paulo: RT, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2022.

MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. 1.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. São Paulo: RT, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Processo constitucional e democracia.* São Paulo: RT, 2021.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. São Paulo: RT, 1997.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela inibitória. 8ª ed., São Paulo: RT, 2022.

MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1971, vol. II.

MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1972, vol. III.

MARQUES, Mauro Campbell. ALVIM, Eduardo Arruda. NEVES, Guilherme Pimenta da Veiga. TESOLIN, Fabiano. *Recurso especial*. Curitiba: Direito Contemporâneo, 2022.

MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1941, vol. II.

MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1940, vol. I.

MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1942, vol. III.

MASCIOTRA, Mario. “El proceso justo”. Disponível em http://www.saij.gob.ar/mario-masciotra-proceso-justo-dacf190132-2019-02-06/123456789-0abc-defg2310-91fcanirtcod?&o=9&f=Total%7CFecha%7CEstado%20de%20Vigencia%7CTema/Derecho%20procesal%7COrganismo%5B5%2C1%5D%7CAutor/MARIO%20MASCIOTRA%7CJurisdicci%F3n%7CTribunal%5B5%2C1%5D%7CPublicaci%F3n%5B5%2C1%5D%7CColecci%F3n%20tem%E1tica%5B5%2C1%5D%7CTipo%20de%20Documento&t=25, acessado em junho de 2024.

MASCIOTRA, Mario. “Función social del juez en el Código Civil y Comercial de la Nación. *La ley*. 2016-C.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. “A legitimação, a representatividade adequada e a certificação nos processos coletivos e as ações coletivas passivas”. *Revista de processo*. N. 209, jul./2012.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de. “Direito de ação”. *Teses, estudos e pareceres de processo civil*. São Paulo: RT, 2005, vol. 1.

MICHELI, Gian Antonio. Corso de diritto processuale civile. Milano: Giuffrè, 1959, vol. I.

MIGLIAVACCA, Carolina Moraes. *Amicus curiae no código de processo civil de 2015*. Londrina: Thoth, 2021.

MILLAR, Robert Wyness. *Os princípios formativos do processo civil*. Rio de Janeiro:

MITIDIERO, Daniel. *Cortes superiores e cortes supremas*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2017.

MITIDIERO, Daniel. *Da colaboração no processo civil*. 4ª ed., São Paulo: RT, 2019.

MITIDIERO, Daniel. *Precedentes – da persuasão à vinculação*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2017.

MITIDIERO, Daniel. *Processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2022.

MITIDIERO, Daniel. *Ratio decidendi – quando uma questão é idêntica, semelhante ou distinta?* São Paulo: RT, 2023.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Comentários ao código de processo civil*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, vol. II.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Exegese do código de processo civil*. Rio de Janeiro: AIDE, s.d., vol. IV, tomo I.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: AIDE, 1992.

MONTEIRO, João. *Programma do curso de processo civil*. 5ª ed., São Paulo: Typographia Academica, 1936.

MONTESANO, Luigi. ARIETA, Giovanni. *Diritto processuale civile*. 2ª ed., Torino: Giappichelli, 1997, vol. II.

MONTESANO, Luigi. *La tutela giurisdizionale dei diritti*. Torino: UTET, 1994.

MORELLO, Augusto. STIGLITZ, Gabriel. "Responsabilidad civil y prevención de daños. Los intereses difusos y el compromiso social de la justicia". *La ley*. Vol. D, 1987.

MORTARA, Lodovico. *Principii di procedura civile*. Firenze: G. Barbèra Editore, 1919.

MOTTA, Otávio Verdi. *Justificação da decisão judicial*. São Paulo: RT, 2015.

MULLENIX. Linda S. "Taking adequacy seriously: the inadequate assessment of adequacy in litigation and settlement classes". *Vanderbilt law review*. N. 57, vol. 5, oct./2004.

MUNHOZ, Manoela Virmond. *A participação do amicus curiae*. São Paulo: RT, 2024.

MUNIZ, Antonio Carlos. Do incidente de falsidade. *Revista dos tribunais.* N. 541, nov. 1980.

MURRAY, Peter L. STÜRNER, Rolf. *German civil justice*. North Caroline: Carolina Academic Press, 2004.

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado*. 6ª ed., São Paulo: RT, 2002.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo código de processo civil comentado artigo por artigo.* 2ª ed., Salvador: JusPodivm, 2017.

NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Negócios jurídicos processuais*. 5ª ed., Salvador: JusPodivm, 2023.

NOKHRIN, Dmitri Heroldovich. "Civil litigation in Russia: 'Guided justice' and revival of public interest". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

NUNES, Leonardo Silva. "Ensaios sobre a postulação móvel nos processos estruturais". *Coletivização e unidade do direito – vol. IV*. Londrina: Thoth, 2023.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil – proposta de um formalismo-valorativo*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. LACERDA, Galeno. *Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998, vol. VIII, tomo II.

OSNA, Gustav. *Direitos individuais homogêneos*. São Paulo: RT, 2014.

OSNA, Gustavo. "Coletivizações e proporcionalidade – escolhendo as portas da tutela coletiva. *Coletivização e unidade do direito*. Org. Marco Felix Jobim *et alli*. Londrina: Thoth, 2020, vol. II.

OSNA, Gustavo. “Solidariedade passiva e chamamento ao processo: conflito e releitura a partir da efetividade processual”. *Revista de direito civil contemporâneo*. Vol. 40, jul.-set./2024.

OSNA, Gustavo. “Processo civil democrático?’ Cantando ‘go yankees’ no Fenway Park”. *Revista jurídica luso-brasileira*. Ano 4, n. 6, 2018.

OSNA, Gustavo. *Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*. São Paulo: RT, 2017.

PANZAROLA, Andrea. “Il principio di proporzionalità tra utilitarismo anglosassone e codice processuale attuali”. *Rivista di diritto processuale*. N. 6, nov./dez.-2016.

PASQUALOTTO, Victória Franco. “O processo civil entre litígios tradicionais e litígios multipolares complexos: a resposta do processo estrutural”. *Processos estruturais.* 5ª ed., Coord., Sérgio Cruz Arenhart, Marco Felix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024.

PASQUALOTTO, Victória. *Processo civil comparado – do direito comparado à comparação no processo civil*. São Paulo: RT, 2022.

PAULA BATISTA, Francisco de. *Compêndio de teoria e prática do processo civil comparado com o comercial e de hermenêutica jurídica*. 7ª ed., Lisboa: A. M. Teixeira, 1910.

PAULETTI, Ana Clara. “Jurisdicción preventiva y herramientas procesales para prevenir un juicio innecessariamente dañoso para el demandado”. *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Responsabilidade civil*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Carlos Frederico Bastos. *Fundamentação das decisões judiciais*. São Paulo: RT, 2019.

PEREIRA, Guilherme Setoguti J. *Impugnação de deliberações de assembleia das S/A*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

PERRACHIONE, Mario C. “La función preventiva y la tutela antecipada en el nuevo código civil y comercial”. *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

PEYRANO, Jorge W. “La jurisdicción preventiva civil en funciones”. *La ley – suplemento processual*. Out-2005.

PEYRANO, Jorge W. “La jurisdicción preventiva”. *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

PEYRANO, Jorge W. “Lineamientos de la jurisdicción preventiva”. *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

PEYRANO, Jorge W. “Noticia sobre la acción preventiva”. *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

PEYRANO, Jorge W. *La acción preventiva*. Buenos Aires: LexisNexis, 2004.

PEYRANO, Jorge Walter. “La jurisdicción preventiva civil en funciones”. *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

PICHÉ, Catherine. “La proportionnalité procédurale: une perspective comparative”. *Revue de droit de l’Université de Sherbrooke*. N. 40, 2009-2010.

PIMENTEL, Wellington Moreira. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 1979, vol. III.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, tomo II.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997, tomo V.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1996, tomo IV.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, tomo I.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, tomo XII.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*. Campinas: Bookseller, 1998, tomo I.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*. Campinas: Bookseller, 1998, tomo III.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado das ações*. Campinas: Bookseller, 1999, tomo V.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Borsoi, 1955, tomo V.

PORTANOVA, Rui. *Princípios do processo civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado,1995.

POSNER, Richard. *El analisis economico del derecho*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2008.

PROTO PISANI, Andrea. "Per un nuovo códice di procedura civile. *Il foro italiano.* Vol. 132, n. 1, 2009.

PROTO PISANI, Andrea. "La tutela di mero accertamento". *Appunti sulla giustizia civile*. Bari: Cacucci, 1982.

PROTO PISANI, Andrea. *Appunti sulla giustizia civile*. Bari: Cacucci, 1982.

PROTO PISANI, Andrea. *Lezioni di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1999.

PULIDO, Carlos Bernal. *El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005.

QUIJANO, Jairo Parra. El futuro del proceso civil. *Anais das XV Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual*. Bogotá: Instituto Colombiano de Derecho Procesal, 1996.

RAGONE, Alvaro Perez. "La revalorización de la audiencia preliminar o preparatoria: una mirada desde la justicia distributiva en el proceso civil". *Revista de processo*. N. 252, fev./2016.

RAMOS, Vitor de Paula. *Prova documental*. Salvador: JusPodivm, 2021.

RAZ, Joseph. *Between authority and interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

REDONDO, Bruno Garcia. *Negócios jurídicos processuais atípicos*. 3ª ed., Londrina: Thoth, 2024, *passim*.

REDONDO, María Belén. "La jurisdicción preventiva en el paradigma (neo)constitucional". *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

REICHELT, Luis Alberto. "A boa-fé no direito processual civil: dimensão conceitual e leitura crítica à luz dos direitos fundamentais processuais". *Revista brasileira de direito processual.* N. 115, jul./set.-2021.

RESNIK, Judith. "From 'cases' to 'litigation'". *Law and contemporary problems.* Vol. 54, n. 3, 1991.

RESNIK, Judith. “Managerial judges: the potential costs”. *Public administration review*. N. 45, nov./1985.

RHEE, C. H. (Remco) van. “Civil justice in pursuit of efficiency – the Netherlands (with some reflections on France and Belgium”. *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

ROCCO, Alfredo. *La sentenza civile*. Milano: Giuffrè, 1962 (reimpressão da 1ª ed., de 1906).

ROCCO, Ugo. *Corso di teoria e pratica del processo civile*. Napoli: Libreria Scientifica Editrice, 1951, vol. I.

ROCCO, Ugo. *L’autorità della cosa giudicata e i suoi limiti soggettivi*. Roma: Athenaeum, 1917.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: reponsabilidade civil.* 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

ROSENBERG, Leo. *La carga de la prueba*. Trad. Ernesto Krotoschin. Buenos Aires: EJEA, 1956.

ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*. Trad. Angela Romero Vera. Buenos Aires: EJEA. Tomo II, 1955.

ROSENVALD, Nelson. *As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil*. São Paulo: Atlas, 2013.

ROTHENBURG, Walter Claudius. *Direitos sociais são direitos fundamentais – simples assim*. Salvador: JusPodivm, 2021.

SABBAG NETO, Thomé. *Juízes criam normas?* São Paulo: RT, 2024.

SANTOS, Mabel A. de los. “Vías procesales para deducir la pretensión preventiva”. *La acción preventiva en el código civil y comercial de la nación*. Dir. Jorge Walter Peyrano; Coord. Silvia L. Esperanza. Santa Fé: Rubinzal, 2016.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, vol. IV.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária no cível e comercial*. 3ª ed., São Paulo: Max Limonad, 1966, vol. IV.

SANTOS, Ulderico Pires dos. *Medidas cautelares – doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 1979.

SARLET, Ingo Wolfgang. “Direitos fundamentais sociais e mínimo existencial – notas sobre um possível papel das assim chamadas decisões estruturantes na perspectiva da

jurisdição constitucional". *Processos estruturais.* 5ª ed., Coord., Sérgio Cruz Arenhart, Marco Felix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024.

SATTA, Salvatore. *L'esecuzione forzata*. Torino: UTET, 1954.

SCHAUER, Frederick. *The force of law*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

SCHAUER, Frederick. *Thinking like a lawyer*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SCHWAB, Karl Heinz. *El objeto litigioso en el proceso civil*. Trad. Carlos Antonio Agurto Gonzales *et alli*. Santiago: Olejnik, 2021.

SHAVELL, Steven. "The social versus the private incentive to bring suit in a costly legal system". *The journal of legal studies*. Vol. 11, n. 2, jun.-1982.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. "Três velhos problemas do processo litisconsorcial à luz do CPC/2015". *Revista de processo*. Vol. 256. São Paulo: RT, 2016.

SILVA, Clóvis do Couto e. "A teoria das ações em Pontes de Miranda". *Revista de informação legislativa*. Brasília. N. 100, out./dez.-1988.

SILVA, João Paulo Hecker da. "Art. 432". *Código de processo civil anotado*. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et alli*. Rio de Janeiro: GZ, 2016.

SILVA, Ovídio A Baptista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Ovídio Baptista da. "Processo de conhecimento e procedimentos especiais". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Ovídio Baptista da. "A 'plenitude da defesa' no processo civil". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Ovídio Baptista da. "A ação condenatória como categoria processual". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Ovídio Baptista da. "Ação' e ações na história do processo civil moderno". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

SILVA, Ovídio Baptista da. "Ações e sentenças executivas". *Jurisdição, direito material e processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SILVA, Ovídio Baptista da. "Celeridade *versus* economia processual". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Ovídio Baptista da. "Direito material e processo". *Jurisdição, direito material e processo.* Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SILVA, Ovídio Baptista da. "O contraditório nas ações sumárias". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Ovídio Baptista da. "O processo civil e sua recente reforma". *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Ovídio Baptista da. "Sentença condenatória na Lei 11.232". *Direito e democracia*. Vol. 8, n. 1, jan./jun.-2007.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Ação de imissão de posse*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2001.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2005, vol. 1.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Curso de processo civil.* 3ª ed., São Paulo: RT, 2000, vol. 3.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Curso de processo civil*. Porto Alegre: Fabris, vol. 1, 1987.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Do processo cautelar*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Jurisdição e execução na tradição jurídica romano-canônica*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Sentença e coisa julgada*. 2ª ed., Porto Alegre: Fabris, 1988.

SILVA, Paula Costa e. *Acto e processo*. Coimbra: Coimbra, 2003.

SILVA, Paula Costa e. *Perturbações no cumprimento dos negócios processuais*. Salvador: JusPodivm, 2020.

SILVESTRI, Elisabetta. "Goals of civil justice when nothing works: the case of Italy". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

SIMAS, Hugo. *Comentários ao código de processo civil.* Rio de Janeiro: Forense, 1940, vol. VIII.

SLEMIAN, Andréa. "O Supremo Tribunal de Justiça nos primórdios do Império do Brasil (1828-1841)". *O Supremo Tribunal de Justiça do império*. Org. José Reinaldo de Lima Lopes. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOARES, Flaviana Rampazzo. "O dever de cuidado e a responsabilidade por defeitos. *Revista de direito civil contemporâneo*. Vol. 13, out-dez./2017.

SORABJI, John. "English civil justice: another attempt at a new approach to Justice". *Revista de processo*. N. 243, maio-2015.

SOUZA, André Peixoto de (org.). *Estado, poder e jurisdição*. Rio de Janeiro: GZ, 2015.

SPADONI, Joaquim Felipe. *Ação inibitória*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007.

STEFFENS, Luana. JOBIM, Marco Felix. "A judicialização das políticas públicas durante a pandemia da COVID-19 e os processos estruturais". *Processos estruturais.* 5ª

ed., Coord., Sérgio Cruz Arenhart, Marco Felix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024.

STRICKLER Jr., George M. "Protecting the class: the search for the adequate representative in class action litigation". *DePaul law review*. Vol. 34, n. 1, 1984.

STRICKLER, Yves. VARNEK, Alexey. *Procédure civile*. 12ª ed., Bruxelas: Bruylant, 2022.

SUNSTEIN, Cass R. VERMEULE, Adrian. "Interpretation and institutions". *Michigan law review*. N. 101, 2003.

TALAMINI, Eduardo. "Partes, terceiros e coisa julgada (os limites subjetivos da coisa julgada)". *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins*. Coord. Fredie Didier Jr. e Teresa Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2004.

TALAMINI, Eduardo. "Comentários ao art. 504". *Código de processo civil anotado*. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et alli.* Rio de Janeiro: GZ, 2016.

TALAMINI, Eduardo. *Comentários ao código de processo civil*. Coord. Cassio Scarpinella Bueno. São Paulo: Saraiva, 2017, vol. 2.

TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e não fazer.* 2ª ed., São Paulo: RT, 2003.

TARELLO, Giovanni. "Il problema della riforma processuale in Italia nel primo quarto del secolo. Per uno studio della genesi dottrinale e ideologica del vigente codice italiano di procedura civile". *Dottrine del processo civile*. Bologna: il Mulino, 1989.

TARELLO, Giovanni. "L'opera di Giuseppe Chiovenda nel crepuscolo dello stato liberale". *Dottrine del processo civile*. Bologna: il Mulino, 1989.

TARELLO, Giovanni. "Quattro boni giuristi per una cattiva azione". *Dottrine del processo civile*. Bologna: Il Mulino, 1989.

TARUFFO, Michele. MITIDIERO, Daniel. *A justiça civil – da Itália ao Brasil, dos Setecentos a Hoje*. São Paulo: RT, 2018

TEMER, Sofia. *Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação*. Salvador: JusPodivm, 2022.

THEODORO JR., Humberto. "Ação declaratória e incidente de falsidade: falso ideológico e intervenção de terceiros". *Revista de processo*. N. 51, jul./set.-1988.

THEODORO JR., Humberto. "As sentenças determinativas e a classificação das ações". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

THEODORO JR., Humberto. NUNES, Dierle. BAHIA, Alexandre Melo Franco. PEDRON, Flávio Quinaud. *Novo CPC – fundamentos e sistematização*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TIDMARSH, Jay. "Rethinking adequacy of representation". *Texas law review*. V. 87, 2009.

TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 1976, vol. I.

TROCKER, Nicolò. *Processo civile e costituzione: problemi di diritto tedesco e italiano*. Milano: Giuffrè, 1974.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *A* causa petendi *no processo civil*. São Paulo: RT, 1993.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2018, vol. VIII.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017, vol. VII.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. 2ª ed., São Paulo: Marcial Pons, 2020.

TUSHNET, Mark. "Reflections on judicial enforcement of social and economic rights in the Twenty-First Century". *NUJS Law Review*. Vol. 177, n. 4, 2011.

UZEDA, Carolina. *Boa-fé no processo civil*. São Paulo: RT, 2024.

UZELAC, Alan. "Goals of civil justice and civil procedure in the contemporary world". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

VENTURI, Elton. *Processo civil coletivo*. São Paulo: Malheiros, 2007.

VIGORITI, Vincenzo. *Garanzie costituzionali del processo civile*. Milano: Giuffrè, 1973.

VIOLIN, Jordão. *Protagonismo judiciário e processo coletivo estrutural*. Salvador: JusPodivm, 2013.

VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo*. 3ª ed., São Paulo: RT, 2022.

VITORELLI, Edilson. OSNA, Gustavo. *Introdução ao processo civil e à resolução de conflitos*. Salvador: JusPodivm, 2022.

VITORELLI, Edilson. *Processo civil estrutural*. 5ª ed., Salvador: JusPodivm, 2024.

VOGT, Fernanda Costa. PEREIRA, Lara Dourado Mapurunga. "Novas técnicas decisórias nos processos estruturais". *Processos estruturais*. 5ª ed., Org. Sérgio Cruz Arenhart, Marco Félix Jobim e Gustavo Osna. Salvador: JusPodivm, 2024.

WACH, Adolf. *La pretension de declaración – un aporte a la teoria de la pretensión de protección del derecho*. Trad. Juan M. Semon da obra original, publicada em 1889. Buenos Aires: EJEA, 1962.

WATANABE, Kazuo. "Relação entre demanda coletiva e demandas individuais". *Direito processual coletivo e o anteprojeto de código brasileiro de processos coletivos*. Coord. Ada Pellegrini Grinover, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Kazuo Watanabe. São Paulo: RT, 2007.

WATANABE, Kazuo. "Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer (arts. 273 e 461 do CPC)". *Reforma do código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.

WEBB, G. Gregg, WHITTINGTON, Keith E. "Judicial independence, the power of the purse, and inherent judicial powers". *Judicature*. Vol. 88, n. 1. jul-ago 2004.

WINDSCHEID, Bernhard. MUTHER, Theodor. *Polemica intorno all'*"*actio*". Trad. Ernst Heinitz e Giovanni Pugliese. Firenze: Sansoni, 1954.

WOLKART, Erik Navarro. *Análise econômica do processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2020.

YARSHELL, Flávio Luiz. "Piadas sobre advogados: o que ainda elas nos dizem?". *Acesso à justiça, direito e sociedade – estudos em homenagem ao Professor Marc Galanter*. Coord. Flávio Luiz Yarshell, Susana Henriques da Costa e Marcelo Veiga Franco. São Paulo: Quartier Latin, 2022.

YARSHELL, Flavio Luiz. *Tutela jurisdicional específica nas obrigações de declaração de vontade*. São Paulo: Malheiros, 1993.

YULIN, Fu. "Social Harmony at the cost of trust crisis: goals of civil justice in China". *Goals of civil justice and civil procedure in contemporary judicial systems*. Ed. Alan Uzelac. Heidelberg: Springer, 2014.

ZANETI JR., Hermes. "A eficácia constitutiva da sentença". *Teoria quinária da ação – estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento*. Org. Eduardo José da Fonseca Costa *et alli*. Salvador: JusPodivm, 2010.

ZANETI Jr., Hermes. "Aggregate litigation cases in Brazil: Noteworthy considerations on the aggregation of cases, class actions and binding precedents in litigations pursuant to the new CPC/2015". *Revista de direito brasileiro*. Vol. 24, n. 9, set./dez.-2019.

ZAVASCKI, Teori Albino. "Sentenças declaratórias, sentenças condenatórias e eficácia executiva dos julgados". *Revista de Processo*. N. 109, jan./mar.-2003.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Comentários ao código de processo civil*. 2ª ed., São Paulo: RT, 2003, vol. 8.

ZUCKERMAN, A.A.S. "Reform in the shadow of lawyers' interests". *Reform of civil procedure – essays on 'Access to Justice'*. Ed. A.A.S. Zuckerman e Ross Cranston. Oxford: Clarendon Press, 1995.

ZUFELATO, Camilo. "Flexibilização procedimental e gestão processual no direito brasileiro. *I Colóquio Brasil-Itália de direito processual civil*. Org. Camilo Zufelato *et alli.* Salvador: JusPodivm, 2016.

uso



Sérgio Cruz Arenhart

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1180676244369627
ID Lattes: **1180676244369627**
Última atualização do currículo em 02/10/2024

É mestre e doutor em Direito pela UFPR e pós-doutor pela Università degli Studi di Firenze. Professor Associado dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da UFPR, é também Procurador Regional da República. Ex-juiz Federal, possuindo mais de vinte obras publicadas, além de diversos artigos, no Brasil e no exterior. Professor Visitante na Universidade de Zagreb (Croácia). **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Sérgio Cruz Arenhart

Nome em citações bibliográficas

ARENHART, S. C.;ARENHART, SÉRGIO CRUZ

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/1180676244369627

Orcid iD

? https://orcid.org/0000-0002-0846-3064

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Universidade Federal do Paraná, Reitoria.
Praça Santos Andrade, 7
Centro
80020-310 - Curitiba, PR - Brasil

Formação acadêmica/titulação

1999 - 2002

Doutorado em Direito.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
Título: a tutela inibitória coletiva , Ano de obtenção: 2002.
Orientador: luiz guilherme marinoni.
Palavras-chave: tutela; técnica; processo; inibitória.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Setores de atividade: Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Justiça.

1995 - 1998

Mestrado em Direito.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
Título: A tutela jurisdicional da vda privada, Ano de Obtenção: 1998.
Orientador: Luiz Guilherme Marinoni.

1989 - 1994

Graduação em Direito.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Pós-doutorado

2010 - 2010

Pós-Doutorado.
Università degli Studi di Firenze, UNIFI, Itália.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Tutela coletiva.

Atuação Profissional

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 40

Universidade Tuiuti do Paraná, UTP, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2010

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 40

Faculdade de Direito de Curitiba, FDC, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 1998

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor auxiliar de ensino

Ministério Público Federal, MPF, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador da República

Vínculo institucional

1995 - 1996

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor

Poder Judiciário Federal, JF, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - 1997

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz Federal

University of Zagreb, UNIZG, Croácia.

Vínculo institucional

2017 - 2017

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 5

Outras informações

Professor Visitante na Universidade de Zagreb - Programa Erasmus +

Projetos de pesquisa

2017 - Atual

Processos Estruturais

Descrição: O objetivo do projeto é examinar o funcionamento dos processos estruturais no direito brasileiro, em particular com ênfase na visão jurisprudencial do assunto.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Mariam Joaquim - Integrante / João Fachinello - Integrante / Flávia Trieger Grupenmacher - Integrante / Manoela Virmond Munhoz - Integrante / Caroline Paglia Nadal - Integrante / Gustavo Matschulat - Integrante / Caroline Martynetz - Integrante / Isabela de Araujo Zambon Elias - Integrante / Thais Carraro Garcia - Integrante / Thalyssa Lisandra da Luz - Integrante / José Lucas Cazarin Simões - Integrante.

2015 - Atual

Duplo Grau de Jurisdição - Os Empecilhos do Sistema e a Consequente Ineficiência da Proposta Jurisdicional. Mudanças Trazidas pelo Novo Código de Processo Civil

Descrição: O projeto pretende examinar o duplo grau de jurisdição, os obstáculos por ele trazidos à tutela jurisdicional efetiva e os mecanismos do novo CPC que buscam minimizar esses problemas e otimizar a função do duplo grau de jurisdição..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Paula Gabrielle Tracz - Integrante.

2011 - 2012

Efetividade e técnica processual: reflexões sobre a execução da tutela específica

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Mayara Roth Isfer - Integrante / Marcella Pereira Ferraro - Integrante.
Financiador(es): Universidade Federal do Paraná - Bolsa.

2010 - 2011

Constituição e tutela jurisdicional: análise das formas alternativas de resolução de litígios

Descrição: Este projeto visa ao exame da adequação entre meios alternativos de solução de litígios (arbitragem, Justiça Desportiva, entre outros) e o

princípio constitucional do acesso à justiça. A elevação das garantias processuais como o devido processo legal e a inafastabilidade da jurisdição ao plano constitucional coloca em xeque a emergência de formas de soluções de controvérsias que pretendem afastar a interferência do Estado em questões particulares. Neste sentido, é essencial dirigir-se ao exame fundamentalmente da arbitragem e da justiça desportiva à luz das garantias da Constituição da República..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Adriano Gomes - Integrante.

2010 - 2011

O stare decisis e a afirmação do direito fundamental a uma tutela jurisdicional tempestiva

Descrição: O objetivo geral da pesquisa é, mediante uma aproximação crítica entre as tradições jurídicas do common law e a do civil law, compreender a relevância do stare decisis ? instituto referente à obrigatoriedade dos precedentes judiciais - para a efetividade do direito fundamental a uma tutela tempestiva, assegurado constitucionalmente no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Larissa Guimarães - Integrante.

Projetos de extensão

2022 - Atual

Grupo de Estudos em Processo Civil

Descrição: Analisar as principais tendências do direito processual civil.
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (29) / Mestrado acadêmico: (4) / Doutorado: (5) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Eduardo Talamini - Integrante / Caroline Paglia Nadal - Integrante / William Soares Pugliese - Integrante / Livia Losso Andreatini - Integrante / Guilherme Augusto Vezaro Eiras - Integrante / Felipe Barreto Marçal - Integrante / Mateus Simioni de Bittencourt - Integrante / Guilherme Soffiatti - Integrante / Vinicius André Zimmermann - Integrante / Estefani de Araújo Franco - Integrante / Beatriz Blattner Ienne Stoltz - Integrante / Luiza Carneiro Ramos - Integrante / Caio Augusto Tedesco Romani - Integrante / Cristian Luan Rodrigues - Integrante / Giovanna de Araújo Trevisan - Integrante / Raquel Fernandes - Integrante / Rafaella de Aragão Gonçalves Nakayama Borges - Integrante / Lucas Camparoto de Souza - Integrante / Tiago Gabriel Waculicz Andrade - Integrante / Stephany Vitoria Alves Orgino - Integrante / Diego REschette Spagnolli - Integrante / Felipe Delle Diatczuk - Integrante / Jorge Henrique Anorozo Coutinho - Integrante / Guilherme Luiz Hack Lamy - Integrante / João Victor Lopes Muniz de Souza -

Integrante / Sérgio Roberto Martins Junior - Integrante / Ana Luiza Busnello de Souza - Integrante / Arthur Gressler Wontroba - Integrante / Giovana BAtista Sadloski - Integrante / Luiza de Paulo Formaggine - Integrante / Lucas Lunardelli Zwicker - Integrante / Leonardo Marquezze Pozzebon - Integrante / Gabriela Sasson Rassi - Integrante / Lyan Jesus de Andrade - Integrante / Francisco Gubert Garcez Duarte - Integrante / Lorena Parzianello Dagios - Integrante / Vitor Gabriel Kleinert - Integrante.

2021 - 2021

Rodadas de pesquisa em processo civil - Execução no processo coletivo a Execução contra a Fazenda Pública

Descrição: Estudar as particularidades da execução no processo coletivo, especialmente quando envolvido o Poder Público.
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Caroline Paglia Nadal - Integrante / João Antonio Tschá Fachinello - Integrante / Bruna Schweitzer Medina - Integrante / Guilherme Augusto Vezaro Eiras - Integrante.

2021 - 2021

Rodadas de pesquisa em processo civil - Prova nos juizados especiais e Processo Constitucional

Descrição: Analisar os impactos da teoria da prova - sobretudo no campo dos juizados especiais - e sua conformidade com as garantias constitucionais do processo.
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Caroline Paglia Nadal - Integrante / João Antonio Tschá Fachinello - Integrante / Bruna Schweitzer Medina - Integrante / Bruna de Oliveira Cordeiro Hanthorne - Integrante / Luiz Henrique Krassuski Fortes - Integrante.

2021 - 2021

Rodadas de pesquisa em processo civil - boa-fé processual e saneamento e organização do processo

Descrição: Estudar os impactos da boa-fé processual nas fases de saneamento e organização do processo.
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (1) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Caroline Paglia Nadal - Integrante / João Antonio Tschá Fachinello - Integrante / Bruna Schweitzer Medina - Integrante / Livia Losso Andreatini - Integrante / Carolina Uzeda Libardoni - Integrante.

2017 - Atual

Observatório de Processos Coletivos

Descrição: Analisar os processos coletivos existentes no Judiciário nacional..
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Clayton Maranhão - Integrante / Marcella Pereira Ferraro - Integrante / Manoela Virmond Munhoz - Integrante / João Antonio Tschá Fachinello - Integrante / Luiz Gustavo Fagundes Purgato - Integrante.

Membro de corpo editorial

2016 - Atual

Periódico: Revista do Tribunal Regional Federal 1. Regiao

2007 - Atual

Periódico: Revista Jurídica (Porto Alegre)

2007 - 2008

Periódico: Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná

1996 - Atual

Periódico: Gênesis. Revista de Direito Processual Civil

Revisor de periódico

2011 - 2011

Periódico: Direitos fundamentais & justiça

2011 - 2011

Periódico: Direitos fundamentais & justiça

2017 - Atual

Periódico: REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

2017 - Atual

Periódico: REVISTA DE PROCESSO

2017 - Atual

Periódico: REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (IMPRESSO)

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Tutela coletiva.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Francês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Italiano

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2007

Votos de Congratulações e Aplausos, Câmara Municipal de Curitiba.

2005

Moção de Louvor, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

1995

Prêmio Professor Alcides Munhoz Neto, UFPR.

1995

Prêmio Laertes Macedo Munhoz, UFPR.

1995

Prêmio Eneas Marques dos Santos, UFPR.

1995

Prêmio Vieira Cavalcanti, UFPR.

1995

Prêmio Prof. Teixeira de Freitas, UFPR.

1995

Prêmio Faculdade de Direito, UFPR.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

SciELO

Total de trabalhos:1 Total de citações:1

Arenhart, Sérgio Cruz Data: 12/03/2019

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . O Ministério Público e a Representação

Adequada nas Ações Coletivas. REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL, v. 109, p. 110, 2022.

2.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Desmistificando os processos estruturais - 'processos estruturais' e 'segurança jurídica'. REVISTA DE PROCESSO, v. 330, p. 239-262, 2022.

3.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Desmstificando os processos estruturais - 'processos estruturais' e 'separação de poderes'. REVISTA DE PROCESSO, v. 331, p. 239-259, 2022.

4.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Desmistificando os processos estruturais - 'Processos estruturais' e 'capacidades institucionais'. REVISTA DE PROCESSO, v. 332, p. 205-224, 2022.

5.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . A execução de decisões coletivas pelo Ministério Público: uma questão de interesse social. Revista eletrônica de direito processual, v. 23, p. 435-451, 2022.

6.

ARENHART, S. C.. Uma carta de Sérgio Arenhart. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1046, p. 37, 2022.

7.

ARENHART, S. C.; Judith Martins-Costa . Resenha da obra Perturbações no cumprimento dos negócios processuais, de Paula Costa e Silva. REVISTA DE PROCESSO, v. 314, p. 517, 2021.

8.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ; Gustavo Osna . Notas sobre a autocomposição no processo coletivo. REVISTA DE PROCESSO, v. 316, p. 239-274, 2021.

9.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . COVID-19 and its Impacts on South American Procedural Law. INTERNATIONAL JOURNAL OF PROCEDURAL LAW, v. 10, p. 202-215, 2020.

10.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares. REVISTA DE PROCESSO, v. 310, p. 173-204, 2020.

11.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ. Atipicidade executiva no direito brasileiro. Ius Dictum, v. 00, p. 17-26, 2020.

12.

ARENHART, S. C.. A prova estatística e sua utilidade em litígios complexos. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1000, p. 451, 2019.

13.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ. A prova estatística e sua utilidade em litígios complexos. REVISTA DIREITO E PRAXIS JCR, v. 10, p. 661-677, 2019.

14.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, S. C.** . Prof. Egas Dirceu Moniz de Aragão. REVISTA DE PROCESSO, v. 296, p. 475-478, 2019.

15.

ARENHART, S. C.. Tutela atípica de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o 'é ruim, mas eu gosto'?. REVISTA DE PROCESSO, v. 281, p. 141-170, 2018.

16.

ARENHART, S. C.. Acesso à Justiça: relatório brasileiro. REVISTA DE PROCESSO COMPARADO, v. 6, p. 15-36, 2017.

17.

ARENHART, S. C.. Os terceiros e as decisões vinculantes no novo CPC. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 82, p. 296-315, 2016.

18.

ARENHART, S. C.. Tutelas sumárias, tutelas de urgência e o pensamento de Alcides Mnhoz da Cunha. Revista de Processo, v. 241, p. 205-220, 2015.

19.

ARENHART, S. C.. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. Revista de Processo Comparado, v. 2, p. 211-232, 2015.

20.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . A proteção ressarcitória de danos coletivos e o devido processo legal - a experiência brasileira. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 58, p. 5-37, 2014.

21.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, S. C.** . Collective Tort Litigation and Due Process of Law: the Brazilian Experience. International Journal of Procedural Law, v. 4, p. 42-61, 2014.

22.

ARENHART, S. C.. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 59, p. 67-85, 2014.

23.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . A extensão da proteção pelos sindicatos e associações dos direitos individuais homogêneos. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 927, p. 565-582, 2013.

24.

ARENHART, S. C.; Aluisio Castro Mendes ; Gustavo Osna . Cumprimento de sentenças coletivas: da pulverização à molecularização. Revista de Processo, v. 222, p. 41-64, 2013.

25.

ARENHART, S. C.. Coisa julgada e coletivização de interesses individuais. Processos Coletivos, v. 4, p. 1, 2013.

26.

ARENHART, S. C.. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. Revista de Processo, v. 225, p. 389, 2013.

27.

ARENHART, S. C.; Aluisio Castro Mendes ; Gustavo Osna . Cumprimento de sentenças coletivas: da pulverização à molecularização. Revista de Processo, v.

222, p. 41-64, 2013.

28.

ARENHART, S. C.. La intervención judicial y el cumplimiento de la tutela especifica. Revista Peruana de Derecho Procesal, v. 16, p. 133-148, 2011.

29.

ARENHART, S. C.. La eficacia condenatoria de las sentencias y el cumplimiento de prestaciones. Revista Peruana de Derecho Procesal, v. 15, p. 29-50, 2010.

30.

ARENHART, S. C.. Reflexiones sobre el principio de la demanda. Revista Peruana de Derecho Procesal, v. 13, p. 237-278, 2009.

31.

ARENHART, S. C.. O Ministério Público e a tutela coletiva: o advogado que queria ser juiz. MPMG jurídico, v. ed esp, p. 55-57, 2009.

32.

ARENHART, S. C.. A intervenção judicial e o cumprimento da tutela específica. Revista juridica (Porto Alegre. 1953), v. 385, p. 45-60, 2009.

33.

ARENHART, S. C.. A doutrina brasileira da multa coercitiva - três questões ainda polêmicas. Revista Forense, v. 396, p. 233-255, 2008.

34.

ARENHART, S. C.. A penhorabilidade de imóvel de família de elevado valor e de altos salários. Revista Forense, v. 398, p. 617-626, 2008.

35.

ARENHART, S. C.. La oralidad en la justicia. El caso brasileño. Ius et Praxis (Talca), v. 2, p. 127-145, 2008.

36.

ARENHART, S. C.. A definição do interesse de intervenção e a nova reforma do processo civil brasileiro. Revista Forense Eletrônica, v. 389, p. 608-612, 2007.

37.

ARENHART, S. C.. A prisão civil como meio coercitivo. Gênesis. Revista de Direito Processual Civil, v. 41, p. 177-200, 2007.

38.

ARENHART, S. C.. Onus da prova e sua modificação no processo civil brasileiro. Revista Jurídica (Porto Alegre), v. 54, p. 25-60, 2006.

39.

ARENHART, S. C.. A verdade e a prova no processo civil. Revista de Derecho Procesal (Madrid), v. 7, p. 71-109, 2005.

40.

ARENHART, S. C.. Breves observações sobre o procedimento arbitral. Jus Navigandi (Teresina), v. 770, p. 1-2, 2005.

41.

ARENHART, S. C.. Ação civil pública - benefício previdenciário a idosos - dificuldades (bloqueio) - direito coletivo. Revista de Processo, v. 117, p. 325-340, 2004.

42.

ARENHART, S. C.. Breves observações sobre o amparo, no Código Processual Constitucional de Tucumán, feitas por um estrangeiro. Revista de Processo, v. 107, p. 97-116, 2002.

43.

ARENHART, S. C.. A nova postura do relator no julgamento dos recursos. Revista de Processo, v. 103, 2001.

44.

ARENHART, S. C.. A tutela inibitória e o 'amparo de protección colectivo' no codigo processual constitucional da província de Tucuman - Argentina. Gênesis. Revista de Direito Processual Civil, Tucuman, v. 14, p. 25, 1999.

45.

ARENHART, S. C.. A verdade substancial. Gênesis. Revista de Direito Processual Civil, Curitiba, v. 3, 1996.

46.

ARENHART, S. C.. "Mandado de Segurança. Prazo para Impetração". Gênesis. Revista de Direito Processual Civil, v. 1, p. 179-185, 1996.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ; JOBIM, M. F. (Org.) ; Gustavo Osna (Org.) . Processos Estruturais. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2024. v. 1. 1436p .

2.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna (Org.) ; JOBIM, M. F. (Org.) ; ZANETTI JUNIOR, H. (Org.) ; Edilson Vitorelli (Org.) ; REICHELT, L. A. (Org.) . Coletivização e unidade do direito - vol IV. 1. ed. Londria: Toth, 2023. v. 1. 746p .

3.

ARENHART, S. C.. Cinco anos de vigência do CPC/2015 - o que mudou?. 1. ed. Curitiba: PDU, 2022. v. 1. 149p .

4.

ARENHART, S. C.; JOBIM, M. F. (Org.) ; Gustavo Osna (Org.) . Processos estruturais. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2022. v. 1. 1280p .

5.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna ; JOBIM, M. F. . Curso de Processo Estrutural. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1. 374p .

6.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Código de Processo Civil Comentado. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1. 1240p .

7.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Curso de Processo Civil. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 3. 1216p .

8.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Manual do Processo Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1. 636p .

9.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Curso de processo civil coletivo. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1. 528p .

10.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Prova e convicção. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1. 984p .

11.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ; Luiz Guilherme Marinoni . Prueba. 1. ed. Lima - Peru: Palestra Editores, 2022. v. 2. 520p .

12.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Curso de processo civil coletivo. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. v. 1. 510p .

13.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna ; JOBIM, M. F. . Curso de Processo Estrutural. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. v. 1. 336p .

14.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Código de Processo Civil Comentado. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. v. 1. 1472p .

15.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Curso de Processo Civil. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. v. 3. 1216p .

16.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna ; alvaro ragone ; SAHIAN, J. . Procesos colectivos en acción - visión y misión. 1. ed. Buenos Aires: La Ley, 2021. v. 1. 521p .

17.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Curso de Processo Civil Coletivo. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 1. 471p .

18.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, SÉRGIO CRUZ** ; Daniel Francisco Mitidiero . Manual do processo civil. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 1. 684p .

19.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, SÉRGIO CRUZ** ; Daniel Francisco Mitidiero . Curso de processo civil. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 3.

20.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, SÉRGIO CRUZ** ; Daniel Francisco Mitidiero . Código de processo civil comentado. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 1. 1465p .

21.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Curso de Processo Civil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. v. 3. 608p .

22.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Curso de Processo Civil Coletivo. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. v. 1. 427p .

23.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Manual do processo civil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. v. 1. 666p .

24.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Prova e convicção. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. v. 1. 943p .

25.

ARENHART, S. C.; JOBIM, M. F. (Org.) . Processos estruturais. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 1. 927p .

26.

ARENHART, S. C.; MOREIRA, E. B. ; Marcella Pereira Ferraro ; BAGATIN, A. C. . Comentários à Lei de Ação Civil Pública. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. v. 1. 766p .

27.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Curso de Processo Civil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. v. 1. 1195p .

28.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Prova e Convicção. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. v. 1. 944p .

29.

ARENHART, S. C.; JOBIM, M. F. (Org.) . Processos Estruturais. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 1. 607p .

30.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero (Org.) ; DOTTI, R. (Org.) . O processo civil entre a técnica processual e a tutela dos direitos. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 1. 1320p .

31.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Código de processo civil comentado. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 1. 1341p .

32.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Novo Curso de Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 3.

33.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Novo curso de processo civil. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2016. v. 1.

34.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Novo curso de processo civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 2.

35.

Daniel Francisco Mitidiero ; **ARENHART, S. C.** ; Luiz Guilherme Marinoni . Novo curso de processo civil. 2. ed. são Paulo: revista dos Tribunais, 2016. v. 3.

36.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Novo código de processo civil comentado. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

37.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . O novo processo civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

38.

ARENHART, S. C.; Marcella Pereira Ferraro ; MOREIRA, E. B. ; BAGATIN, A. C. . Comentários à Lei de Ação Civil Pública. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1. 570p .

39.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, S. C.** . Comentários ao Código de Processo Civil - vol. IV. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1. 524p .

40.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, S. C.** . Comentários ao Código de Processo Civil - vol. VII. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1. 576p .

41.

Daniel Francisco Mitidiero (Org.) ; Luiz Guilherme Marinoni (Org.) ; **ARENHART, S. C.** (Org.) . Comentários ao Código de Processo Civil. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. XVII.

42.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, S. C.** . Comentários ao Código de Processo Civil - vol. VI. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1. 332p .

43.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Novo Curso de Processo Civil. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 3.

44.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Prova e convicção. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 1. 911p .

45.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . O novo processo civil. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 1.

46.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Novo código de processo civil comentado. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 1.

47.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, S. C.** . Processo de Conhecimento. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1. 718p .

48.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Execução. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1. 506p .

49.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Processo Cautelar. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1. 396p .

50.

ARENHART, S. C.. A tutela coletiva de interesses individuais - Para além da proteção dos interesses individuais homogêneos. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1. 427p .

51.

ARENHART, S. C.. A tutela coletiva de interesses individuais - para além da proteção dos interesses individuais homogêneos. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1. 396p .

52.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Prova. 1. ed. Sçao Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. v. 1. 830p .

53.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Processo de Conhecimento. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 1. 832p .

54.

ARENHART, S. C.; antonio gidi ; elton venturi . Código Modelo de Procesos Coletivos - um diálogo iberoamericano - comentarios articulo por articulo. 1. ed. Mexico: Porrua, 2008. v. 1. 453p .

55.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Processo Cautelar. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 1. 396p .

56.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Execução. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 1. 500p .

57.

ARENHART, S. C.. Curso de processo civil - Processo de Conhecimento. 6. ed. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 1. 814p .

58.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Curso de processo civil - Execução - vol. 3. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 1. 477p .

59.

ARENHART, S. C.. Perfis da Tutela Inibitória Coletiva. 1. ed. São Paulo: RT, 2003. v. 1. 447p .

60.

ARENHART, S. C.. Manual do processo de conhecimento. , 2001.

61.

ARENHART, S. C.. A tutela inibitória da vida privada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

62.

ARENHART, S. C.. Comentários ao CPC. , 2000.

Capítulos de livros publicados

1.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ. Tecnologia e devido processo. In: Clayton de Albuquerque Maranhão; Caroline Amadori Cavet. (Org.). Processo, ciência e tecnologia. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. 1, p. 405-427.

2.

ARENHART, S. C.. A Súmula 150, do Supremo Tribunal Federal, e a prescrição executiva. In: Firly Nascimento Filho; Márcio Vieira Souto Costa Ferreira; Renato Beneduzi. (Org.). Estudos em homenagem a Sérgio Bermudes. 1ed.Rio de Janeiro: GZ, 2023, v. 1, p. 743-754.

3.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ. Litigância repetitiva e o Ministério Público. In: Fabiano da Rosa Tesolin; André de Azevedo Machado. (Org.). Direito Federal Brasileiro - 15 anos de jurisdição no STJ dos Ministros Og Fernandes, Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques. 1ed.Londrina: Editora Toth, 2023, v. 1, p. 987-1003.

4.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ. O amicus curiae especialista no processo constitucional. In: Luiz Edson Fachin; Luis Roberto Barroso; Alvaro Ricardo de Souza Cruz. (Org.). A Constituição da Democracia em seus 35 anos. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2023, v. 1, p. 347-361.

5.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ; Gustavo Osna . O processo estrutural e a participação judicial em políticas públicas. In: Matheus Casimiro; Eduarda Cunha. (Org.). Direito e política - um diálogo possível?. 1ed.Londrina: Thoth, 2023, v. 1, p. 277-293.

6.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ; Gustavo Osna . A efetivação consensual de decisões no processo estrutural: algumas notas. In: Araken de Assis; Gilberto Gomes Bruschi. (Org.). Processo de execução e cumprimento de sentença - temas atuais e controvertidos. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023, v. 4, p. 47-64.

7.

ARENHART, S. C.. Tutela atípuca de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o 'é ruim, mas eu gosto'?. In: Eduardo Talamini; Marcos Youji Minami. (Org.). Medidas executivas atípicas. 3ed.Salvador: JusPodivm, 2022, v. , p. 1023-.

8.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . 'Problemas complexos' e 'processo estrutural': significado conceitual e possibilidades de efetivação. In: Matheus Casimiro; Eduarda Cunha. (Org.). Processos estruturais no sul global. 1ed.Londrina: Toth, 2022, v. 1, p. 263-284.

9.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Notas sobre a autocomposição no processo coletivo. In: Flávio Luiz Yarshell; Susana Henriques da Costa; Marcelo Veiga Franco. (Org.). Acesso à Justiça, Direito e Sociedade - Estudos em homenagem ao Professor Marc Galanter. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. 1, p. 775-808.

10.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Notas sobre a autocomposição no processo coletivo. In: Luiz Guilherme Marinoni; Cristina Bichels Leitão. (Org.). Arbitragem e direito processual. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v. , p. 527-562.

11.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares. In: Fredie Didier Jr.; Antonio do Passo Cabral. (Org.). Cooperação judiciária nacional. 1ed.Salvador: JusPodivm, 2021, v. , p. 509-536.

12.

ARENHART, S. C.. A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal e a prescrição executiva. In: Araken de Assis; Gilberto Gomes Bruschi. (Org.). Processo de execução e cumprimento de sentença - Temas atuais e controvertidos. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v. 2, p. 803-812.

13.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Extensão subjetiva da sentença e coisa julgada em ações societárias. In: Teresa Arruda Alvim; Sérgio Luiz Kukina; Pedro Miranda de Oliveira; Alexandre Freire. (Org.). O CPC de 2015 visto pelo STJ. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v. , p. 1037-1060.

14.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . "Demasiados recursos" no pensamento de Egas Moniz de Aragão. In: Antonio Pereira Gaio Junior; Marco Felix Jobim. (Org.). Teorias do processo. 1ed.Londrina: Toth, 2021, v. 3, p. 237-248.

15.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . A ação civil pública e o processo coletivo sob o contexto constitucional: breves diagnósticos e alguns desafios. In: Clèmerson Merlin Clève. (Org.). Direito constitucional brasileiro. 2ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 889-905.

16.

ARENHART, S. C.. Ainda sobre a verdade no processo. In: Daniel de Resende Salgado; Luís Felipe Schneider Kircher; Ronaldo Pinheiro de Queiroz. (Org.). Altos estudos sobre a prova no processo penal. 1ed.Salvador: JusPodivm, 2020, v. 1, p. 23-60.

17.

Luiz Guilherme Marinoni ; **ARENHART, S. C.** . Pautas para a identificação de um precedente. In: José Flávio Bianchi; Rodrigo Gomes de Mendonça Pinheiro; Teresa Arruda Alvim. (Org.). Jurisdição e direito privado. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 423-440.

18.

ARENHART, S. C.. A prova estatística e sua utilidade em litígios complexos. In: Carlos Henrique Soares; Leonardo Silva Nunes; Luiz Augusto de Lima Ávila. (Org.). Direito em tempos de crise: soluções processuais adequadas para a tutela de direitos coletivos e individuais. 1ed.Belo Horizonte: Dialética, 2020, v. , p. 483-498.

19.

ARENHART, S. C.. O devido processo legal, a participação e a representação de interesses em processos complexos. In: Luiz Guilherme Marinoni; Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). Processo constitucional. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 961-988.

20.

ARENHART, S. C.. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do Carvão. In: Santiago Pereira Campos. (Org.). Justicia Colectiva en Iberoamerica. 1ed.Montevideu: La Ley, 2019, v. 1, p. 557-580.

21.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . Accountability e transparência

da Justiça Civil no Brasil. In: Daniel Mitidiero. (Org.). Accountability e transparência da justiça civil. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 63-82.

22.

ARENHART, S. C.. Processo multipolar, participação e repersentação de interesses concorrentes. In: Sérgio Cruz Arenhart; Marco Felix Jobim. (Org.). Processos estruturais. 2ed.Salvador: JusPodivm, 2019, v. 1, p. 799-823.

23.

ARENHART, S. C.. Rapport Brésilien. In: Loic Cadiet; Frédérique Ferrand. (Org.). Les singularités brésiliennes du procès civil à l'epreuve du système français de justice. 1ed.Paris: Societé de Législation Comparée, 2019, v. 1, p. 11-32.

24.

ARENHART, S. C.; Paula Pereira . Precedentes e casos repetitivos: por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância de massa. In: Ingo Wolfgang Sarlet; Marco Félix Jobim. (Org.). Precedentes judiciais - diálogos transnacionais. 1ed.Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018, v. 1, p. 169-204.

25.

ARENHART, S. C.. The Brazilian Collective Redress System. In: Uzelac, A; van Rhee, C.. (Org.). Transformation of Civil Justice. 1ed.Cham: Springer International Publishing, 2018, v. 1, p. 229-247.

26.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Derecho fundamental al proceso justo: Derechos fundamentales procesales en Brasil. In: Daniel Mitidiero; Jordi Nieva Fenoll; Eduardo Oteiza; Giovanni Priori Posada; Diana María Ramírez Carvajal; Michele Taruffo. (Org.). Los principios procesales de la justicia civil en Iberoamerica. 1ed.Lima - Peru: Palestra Editores, 2018, v. 1, p. 79-135.

27.

Gustavo Osna ; **ARENHART, S. C.** . "Os acordos processuais" no novo CPC - aproximações preliminares. In: Darci Guimarães Ribeiro e Marco Félix Jobim. (Org.). Desvendando o novo CPC. 3ed.Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017, v. , p. 265-.

28.

ARENHART, S. C.. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: Sérgio Cruz Arenhart, Marco Félix Jobim. (Org.). Processos estruturais. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2017, v. 1, p. 423-449.

29.

ARENHART, S. C.. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero, Rogéria Dotti. (Org.). O processo civil entre a técnica processual e a tutela dos direitos. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 739-758.

30.

ARENHART, S. C.. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. In: Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe, Susana Henriques da Costa. (Org.). O processo para solução de conflitos de interesse público. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2017, v. 1, p. 475-492.

31.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . La tutela dei diritti della società nel codice di procedura civile del 2015. In: Pier Filippo Giuggioli; Naiara Posenato. (Org.). Diritto dell'impresa e degli investimenti in Brasile. 1ed.Milano: Wolters Kluwer, 2017, v. 1, p. 255-276.

32.

ARENHART, S. C.. Comentários aos arts. 405-429. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr.; Eduardo Talamini; Bruno Dantas. (Org.). Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 1069-1088.

33.

ARENHART, S. C.. O STJ e o tratamento da prescrição em ações coletivas. In: Isabel Gallotti; Bruno Dantas; Alexandre Freire; Fernando da Fonseca Gajardoni; José Miguel Garcia Medina. (Org.). O papel da jurisprudência no STJ. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 1, p. 1167-1184.

34.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . A ação civil pública e o processo coletivo sob o contexto constitucional: breves diagnósticos e alguns desafios. In: Clèmerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro - teoria da constituição e direitos fundamentais. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 1, p. 796-812.

35.

ARENHART, S. C.. O Supremo Tribunal Federal e a Prisão Civil. In: Luiz Guilherme Marinoni; Valerio de Oliveira Mazzuoli. (Org.). Controle de Convencionalidade - um panorama latino-americano. 1ed.Brasilia: Gazeta Jurídica, 2013, v. 1, p. 259-308.

36.

ARENHART, S. C.. Comentários ao art. 5º, incisos LXIX e LXX. In: J. J. Gomes Canotilho; Gilmar Ferreira Mendes; Ingo Wolfgang Sarlet; Lenio Luiz Streck. (Org.). Comentários à Constituição do Brasil. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2013, v. 1, p. 476-.

37.

ARENHART, S. C.. Coisa julgada e coletivização de interesses individuais. In: Daniel Mitidiero; Guilherme Rizzo Amaral. (Org.). Processo Civil - Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. 1ed.São Paulo: Atlas, 2012, v. 1, p. 425-458.

38.

ARENHART, S. C.. As medidas regulatórias do art. 888 do CPC. In: Donaldo Armelin. (Org.). Tutelas de urgência e cautelares. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2010, v. , p. 1008-.

39.

ARENHART, S. C.. Sentença condenatória para que?. In: Eduardo José da Fonseca Costa; Luiz Eduardo Ribeiro Mourão; Pedro Henrique Pedrosa Nogueira. (Org.). Teoria Quinária da Ação - Estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos de seu falecimento. Salvador: JusPodium, 2010, v. , p. 613-631.

40.

ARENHART, S. C.. Comentário ao art. 5o, LXXIII, da Constituição da República Brasileira. In: Paulo Bonavides; Jorge Miranda; Walber de Moura Agra. (Org.). Comentários à Constituiçao Federal de 1988. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. 1, p. 287-303.

41.

ARENHART, S. C.; antonio gidi ; elton venturi ; Luiz Manoel Gomes Jr. ; Pablo Gutierrez de Cabiedes ; Eduardo Oteiza ; Alberto Benitez ; Teori Zavascki ; Martin B. Muñoz ; Osvaldo Gozaini ; Gregorio Assagra de Almeida . Dos provimentos jurisdicionais. In: Antonio Gidi; Eduardo Ferrer Mac-Gregor. (Org.). Comentários ao código modelo de processos coletivos. 1ed.Salvador: JusPodium, 2009, v. 1, p. 105-202.

42.

ARENHART, S. C.. Ônus da prova e sua modificação no processo civil brasileiro. In: Daniel Amorim Assumpção Neves. (Org.). Provas - Aspectos Atuais do Direito Probatório. 1ed.São Paulo: Método, 2009, v. 1, p. 329-365.

43.

ARENHART, S. C.. A doutrina brasileira da multa coercitiva - três questões ainda polêmicas. In: José Miguel Garcia Meina; Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz; Luís Otávio Sequeira de Cerqueira; Luiz Manoel Gomes Junior. (Org.). Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. , p. 535-549.

44.

ARENHART, S. C.. A tutela de direitos individuais homogêneos e as demandas ressarcitórias em pecúnia. In: Ada Pellegrini Grinover;Aluisio Gonçalves de Castro Mendes;Kazuo Watanabe. (Org.). Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, v. , p. 216-230.

45.

ARENHART, S. C.. A prisão civil como meio coercitivo. In: Pedro Manoel Abreu;Pedro Miranda de Oliveira. (Org.). Direito e processo - Estudos em homenagem ao Desembargador Norberto Ungaretti. 1ed.Florianópolis: Conceito Editorial, 2007, v. , p. 839-858.

46.

ARENHART, S. C.. O recurso de terceiro prejudicado e as decisões vinculantes. In: Nelson Nery Jr.; Teresa Arruda Alvim Wambier. (Org.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, v. 11, p. 424-438.

47.

ARENHART, S. C.. A prisão civil como meio coercitivo. In: José Maria Rosa Tesheinter; Mariângela Guerreiro Milhoranza; Sergio Gilberto Porto. (Org.). Instrumentos de coerção e outros temas de direito processual civil. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2007, v. 1, p. 633-655.

48.

ARENHART, S. C.. A penhorabilidade de imóvel de família de elevado valor e de altos salários. In: Araken de Assis; Eduardo Arruda Alvim; Nelson Nery Jr.; Rodrigo Mazzei; Teresa Arruda Alvim Wambier; Thereza Alvim. (Org.). Direito civil e processo. Sao Paulo: RT, 2007, v. , p. 523-529.

49.

ARENHART, S. C.. Reflexões sobre o princípio da demanda. In: Luiz Fux; Nelson Nery Jr.; Teresa Celina Arruda Alvim Wambier. (Org.). Processo e Constituição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, v. , p. -.

50.

ARENHART, S. C.. O indício e a prova no direito processual. In: Bento Herculano Duarte; Ronnie Preuss Duarte. (Org.). Processo civil - aspectos relevantes. São Paulo: Método, 2006, v. , p. 289-316.

51.

ARENHART, S. C.. O onus da prova e sua modificação no regime do Código

de Defesa do Consumidor. In: Marcelo Conrado. (Org.). Repensando o direito do consumidor - 15 anos de CDC. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, 2005, v. , p. 93-113.

52.

ARENHART, S. C.. A antecipação de tutela e as alterações da Lei n. 10.444/2002. In: Luiz Guilherme Marinoni. (Org.). Estudos de direito processual civil - homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, v. , p. 276-291.

53.

ARENHART, S. C.. As ações coletivas e o controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário. In: Rodrigo Mazzei; Rita Dias Nolasco. (Org.). Processo civil coletivo. São Paulo: Quartier Latin, 2005, v. , p. 504-527.

54.

ARENHART, S. C.. A efetivação de provimentos judiciais e a participação de terceiros. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr.. (Org.). Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, v. , p. 951-993.

55.

ARENHART, S. C.. Ação discriminatória. In: Cristiano Chaves de Farias; Fredie Didier Jr.. (Org.). Procedimentos especiais cíveis - legislação extravagante. São Paulo: Saraiva, 2003, v. , p. 851-865.

56.

ARENHART, S. C.. A defesa do executado pela via recursal. In: Nelson Nery Jr.; Teresa Arruda Alvim Wambier. (Org.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 4, p. -.

57.

ARENHART, S. C.. Tutela específica das obrigações de entrega de coisa. In: Luiz Guilherme Marinoni; Fredie Didier Jr.. (Org.). A segunda etapa da reforma processual civil. São Paulo: Malheiros, 2001, v. , p. 133-160.

58.

ARENHART, S. C.. Juizados Especiais Federais: Pontos Polêmicos. In: Eduardo Didonet Teixeira. (Org.). Juizados Especiais Federais: Primeiras Impressões. Curitiba: Genesis, 2001, v. , p. 33-50.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

ARENHART, S. C.. Os 'bilhões da Lava Jato': um festival de notícias equivocadas. Estado de São Paulo, São Paulo, p. 1, 14 maio 2019.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

ARENHART, S. C.. Tutela provisória no novo CPC. In: II Congresso de direito processual - desafios do novo código de processo civil, 2016, Curitiba. II Congresso de direito processual civil - desafios do novo código de processo civil. Curitiba: Instituto dos Advogados do Paraná, 2016. v. 1. p. 155-188.

2.

ARENHART, S. C.. O processo coletivo no Direito brasileiro atual. In: I Conferência Internacional de Derecho Procesal y XXIII Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal, 2012, Buenos Aires. Processos colectivos - class actions. Buenos Aires: Rubinzal, 2012. v. 1. p. 479-486.

3.

ARENHART, S. C.. Questões pontuais do projeto de lei da ação civil pública. In: Ministério Público e o projeto do sistema único das ações coletivas, 2011, Brasilia. Ações Coletivas - Críticas para Construção da Nova Lei da Ação Civil Pública. Brasília: Gráfica e Editora Movimento, 2009. p. 248-258.

Apresentações de Trabalho

1.

ARENHART, S. C.. A PRDC no Paraná. 2009. (Apresentação de Trabalho/ Comunicação).

Outras produções bibliográficas

1.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . Prefácio à edição brasileira. São Paulo, 2017. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

2.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Processo Civil Comparado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. (Tradução/ Livro).

3.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna . Direito, Cultura e Ritual - Sistemas de Resolução de Conflitos no Contexto da Cultura Comparada. São Paulo: Marcel Pons, 2014. (Tradução/Livro).

4.

ARENHART, S. C.; Remo Caponi . O princípio da proporcionalidade na justiça civil: primeiras notas sistemáticas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011 (tradução).

5.

ARENHART, S. C.. O princípio da proporcionalidade na justiça civil: primeiras notas sistemáticas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. (Tradução/Artigo).

6.

ARENHART, S. C.. Ainda a (im)penhorabilidade de altos salários e imóveis de elevado valor - ponderações sobre a crítica de José Maria Tesheiner. Porto Alegre: Paginas de Direito, 2008 (Artigo publicado em página da internet).

7.

ARENHART, S. C.. Apresentação. Salvador, 2008. (Prefácio, Pósfacio/ Apresentação)>.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1.

ARENHART, S. C.. World Justice Project of Law Index. 2016.

Demais tipos de produção técnica

1.

ARENHART, S. C.. Controle judicial de políticas públicas sociais. 2021. .

2.

ARENHART, S. C.. Processos estruturais. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

3.

ARENHART, S. C.. Questões polêmicas da execução. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

4.

ARENHART, S. C.. Curso de Formação Continuada para Magistrados - Processo Civil. 2019. .

5.

ARENHART, S. C.. 1o Curso Nacional sobre Precedentes Judiciais. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

6.

ARENHART, S. C.. Workshop: Demandas estruturais e litígios de alta complexidade. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

7.

ARENHART, S. C.. O novo CPC e a Atuação do Ministério Público - Turma II. 2018. .

8.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

9.

ARENHART, S. C.. Especialização em Direito Civil, do Consumo e Processo - Turma 2018. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Daniel Francisco Mitidiero . I Jornada de Direito Processual Civil - Comissão: Tutela de Urgência e Procedimentos Especiais. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

11.

ARENHART, S. C.. Questões polêmicas da execução no CPC-2015. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

12.

ARENHART, S. C.. Corso de Aperfeiçoamento 'Preparando Recursos para os Tribunais Superiores'. 2016. .

13.

ARENHART, S. C.. Atualização o Novo Código de Processo Civil. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

14.

ARENHART, S. C.. Pós-graduação em Direito Processual Civil. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

15.

ARENHART, S. C.; DOTTI, R. ; Luiz Guilherme Marinoni . Curso de Atualização em Direito Processual Civil. 2016. .

16.

ARENHART, S. C.. Técnicas de atuação extrajudicial e judicial na tutela coletiva. 2016. .

17.

ARENHART, S. C.. 1ª Semana de Formação Continuada para Magistrados. 2015. .

18.

ARENHART, S. C.. Preparando Recursos para os Tribunais Superiores. 2015. .

19.

ARENHART, S. C.. Grupo de Trabalho sobre O Novo Código de Processo Civil. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

20.

ARENHART, S. C.. Curso Novo Código de Processo Civil. 2015. .

21.

ARENHART, S. C.. Curso de Aperfeiçoamento 'Alterações no CPC e impactos

na tutela do MPT'. 2015. .

22.

ARENHART, S. C.. Novo Código de Processo Civil - Turma VII. 2015. .

23.

ARENHART, S. C.. Novo código de processo civil. 2015. .

24.

ARENHART, S. C.. Alterações no CPC e impactos na atuação do MPT. 2015. .

25.

ARENHART, S. C.. Novas Tendências do Processo Civil. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil Contemporâneo. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

27.

ARENHART, S. C.. 'The World Justice Project' (Rule of Law Index). 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Participação em questionário).

28.

ARENHART, S. C.; antonio gidi . Aspectos Contemporâneos da Tutela Coletiva. 2013. .

29.

ARENHART, S. C.. Programa de Instrutoria do Ministério Público Federal. 2013. .

30.

ARENHART, S. C.. Projeto do Código de Processo Civil na Comissão - Aula inaugural da ESMAFE/PR - 2o semesetre 2013. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

31.

ARENHART, S. C.. Curriculo Permanente - Modulo VII - Direito Processual Civil. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

32.

ARENHART, S. C.. Reformas processuais: civil e penal. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

33.

ARENHART, S. C.. Curso de Pós-graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito Processual Civil. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

34.

ARENHART, S. C.. Curso de Pós-graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito Processual Civil. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

35.

ARENHART, S. C.; elton venturi ; Geisa Rodrigues . Comissão para análise e formulação de propostas relativas ao Projeto de Reforma do Código de Processo Civil da Escola Superior do Ministério Público da União. 2010. (Comissão Institucional).

36.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil Individual e Coletivo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/ Especialização).

37.

ARENHART, S. C.. Curso Permanente de Aperfeiçoamento para Magistrados Federais da 4a Região. 2009. .

38.

ARENHART, S. C.. Curso Permanente de Aperfeiçoamento para Magistrados da 4a Região. 2009. .

39.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

40.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Civil e Processual Civil. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

41.

ARENHART, S. C.; elton venturi ; Gregorio Assagra de Almeida ; Luiz Manoel Gomes Jr. . Comissão Especial de Juristas para elaboração do anteprojeto da nova Lei da Ação Civil Pública. 2009. (Comissão Institucional).

42.

ARENHART, S. C.. Comissão Especial de Juristas para elaboração do Anteprojeto de reforma da Lei da Ação Civil Pública. 2009. (Comissão Institucional).

43.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Contemporâneo. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

44.

ARENHART, S. C.. Especialização em Direito Civil e Processual Civil. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

45.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

46.

ARENHART, S. C.. Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

47.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

48.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

49.

ARENHART, S. C.; alvaro ragone . Estudos complementares - "Proceso civil actual, familias juridicas y culturales". 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

50.

ARENHART, S. C.. Pós-graduação em direito processual civil - 4a edição. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

51.

ARENHART, S. C.. 2o Curzo de Pós-graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Processual do Trabalho. 2007. (Curso de curta duração ministrado/ Especialização).

52.

ARENHART, S. C.. Pós-graduação em Direito Processual Civil - 4a edição. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

53.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Civil e Processual Civil. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

54.

ARENHART, S. C.. 3o Curso de Especialização da ABDPC. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

55.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

56.

ARENHART, S. C.. Curso de Pós-graduação - Especialização lato sensu - em Direito Processual Civil. 2006. (Curso de curta duração ministrado/ Especialização).

57.

ARENHART, S. C.. Curso de Especialização em Direito Processual Civil Individual e Coletivo. 2006. (Curso de curta duração ministrado/ Especialização).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

ARENHART, S. C.; Eduardo Scarparo; Eugênio Facchini Neto. Participação em banca de Victoria Franco Pasqualotto. Cultura Jurídica Comparatista: do direito cmoparado ao processo civil comparado. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2.

João Gualberto Garcez Ramos; **ARENHART, S. C.**; Gustavo Badaró. Participação em banca de Heric Stilben. Conquista Normanda e Influências da Europa Continental na Formação do Processo Penal Inglês: por um direito probatório independente do discurso dicotômico acerca de sistemas processuais penais. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

3.

ARENHART, S. C.; DIDIER JR., F.; Wilson Alves de Souza. Participação em banca de Ulisses Lopes de Souza Junior. A prova no processo estrutural. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Bahia.

4.

ARENHART, S. C.; AVILA, H. B.; MATTOS, S. L. W.; Daniel Francisco Mitidiero. Participação em banca de Luciana Robles de Almeida. O que significa violar uma norma jurídica? Da teoria geral do direito ao direito processual civil. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5.

ARENHART, S. C.; VAZ, C.; RIBEIRO, D. H.; JOBIM, M. F.. Participação em banca de Bruna Bier da Silva. O devido processo legal coletivo de massa apesar da cultura jurídica do autointeresse. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

6.

ARENHART, S. C.; Daniel Hachem; José Sérgio Cristóvam. Participação em banca de Cristina Borges Ribas Maksym. Dano moral coletivo no direito administrativo: o Estado como causador e como vítima. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

7.

ARENHART, S. C.; elton venturi; Daniel Francisco Mitidiero. Participação em banca de Melina Faucz Kletemberg. A representação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

8.

ARENHART, S. C.; Leonardo Nunes; Ludmila Reis. Participação em banca de Ana Maria Damasceno de Carvalho Faria. Meios atípicos de execução e o cumprimento de sentenças estruturais: entre a legitimidade constitucional e a efetividade. 2019. Dissertação (Mestrado em Novos Direitos, Novos Sujeitos) - Universidade Federal de Ouro Preto.

9.

ARENHART, S. C.; Leonardo Nunes; Alexandre Bahia. Participação em banca de Samuel Paiva Cota. Do pedido e da participação: proposições para o desenvolvimento de uma teoria acerca dos processos estruturais. 2019. Dissertação (Mestrado em Novos Direitos, Novos Sujeitos) - Universidade Federal de Ouro Preto.

10.

ARENHART, S. C.; Pedro Miranda de Oliveira; Julio Muller. Participação em banca de Mario Roberto dos Santos. A participação dos ausentes no incidente de resolução de demandas repetitivas. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

11.

ARENHART, S. C.; TALAMINI, E.; Alexandre Câmara. Participação em banca de Ricardo Menezes da Silva. Tratamento adequado de demandas repetitivas no primeiro grau: uma análise a partir do novo código de processo civil. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

12.

TALAMINI, E.; SICA, H. V. M.; **ARENHART, S. C.**. Participação em banca de Maurício Pereira Doutor. Medidas executivas atípicas na execução por quantia certa: diretrizes e limites de aplicação. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

13.

ARENHART, S. C.; Guilherme Freire de Barros Teixeira; Gustavo Osna; TOMIO, F. R. L.. Participação em banca de Letticia de Pauli Schaitza. A técnica do quorum ampliado no julgamento de recursos de apelação e agravo de instrumento cíveis. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

14.

ARENHART, S. C.; DIDIER JR., F.; JOBIM, M. F.; CARVALHO JUNIOR, P. L.. Participação em banca de Matheus Souza Galdino. Elementos para uma compreensão tipológica dos processos estruturais. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Bahia.

15.

ARENHART, S. C.; ALVIM, E. P. A.; ALVIM, T. C. D. A.. Participação em banca de Fabiano da Rosa Tesolin. Sanabilidade de vícios na admissibilidade dos embargos de divergência nos tribunais superiores. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

16.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna; PUGLIESE, W. S.. Participação em banca de Thiago Simões Pessoa. A ação probatória autônoma aplicada aos processos coletivos. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

17.

ARENHART, S. C.; CABRAL, A. P.; Francisco Verbic; Marco Antonio Rodrigues. Participação em banca de Felipe Barreto Marcal. Medidas e processos estruturantes (policêntricos ou multifocais): características e compatibilização com o ordenamento processual brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

18.

ARENHART, S. C.; JOBIM, M. F.; Edilson Vitorelli. Participação em banca de Bruno de Lima Picoli. Processo estrutural. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

19.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; SICA, H. V. M.; Cassio Scarpinella Bueno. Participação em banca de Paulo Guilherme Ribeiro da Rosa Mazini. A técnica da evidência e a atuação de ofício do juiz na dimensão do direito fundamental à efetividade. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

20.

ARENHART, S. C.; TALAMINI, E.; BEDAQUE, J. R. S.; KOZIKOSKI, S. M.; Guilherme Freire de Barros Teixeira. Participação em banca de Frederico Augusto Gomes. A estabilização da tutela antecipada. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

21.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; José Maria Tesheiner; JOBIM,

M. F.. Participação em banca de Fabrício Costa Pozatti. Tutela urgente satisfativa de efeitos irreversíveis: regra processual e a tutela dos direitos. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

22.

ARENHART, S. C.; elton venturi; Gregorio Assagra de Almeida. Participação em banca de Fernanda Lissa Fujiwara Homma. Execuções judiciais pecuniárias de processos coletivos no Brasil: entre a fluid recovery, a cy pres e os fundos. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

23.

ARENHART, S. C.; José Maria Tesheiner; Darci Guimarães Ribeiro. Participação em banca de Felipe Walquil Ferraro. A valoração da prova testemunhal: um estudo comparativo entre o direito brasileiro e o direito federal dos estados unidos da américa. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

24.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Murilo Teixeira Avelino. O controle judicial da prova técnica e científica. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

25.

ARENHART, S. C.; elton venturi; SICA, H. V. M.. Participação em banca de Gresiéli Taíse Ficanha. Decisões vinculantes. O contraditório e a apresentação argumentativa no processo judicial. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

26.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; MATTOS, S. L. W.. Participação em banca de Cynthia Brodt Martins. Prova na tutela inibitória. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

27.

ARENHART, S. C.; José Maria Tesheiner; JOBIM, M. F.. Participação em banca de Pedro Garcia Verdi. A aplicação de decisões estruturantes nas ações relativas a interesses transindividuais. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

28.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Camila Sailer Rafanhim de Borba. A (in)disponibilidade individual de direitos trabalhistas na execução da tutela coletiva de direitos individuais homogêneos: a superação do dogma da autonomia da vontade do trabalhador e a efetividade da tutela coletiva. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

29.

ARENHART, S. C.; CABRAL, A. P.; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Marcella Pereira Ferraro. Do processo bipolar a um processo coletivo estrutural. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

30.

ARENHART, S. C.; elton venturi; ROTHEMBURG, W. C.. Participação em banca de Carlos Eduardo Rangel Xavier. Eficácia vinculante no direito brasileiro: do "efeito vinculante" (eficácia vinculante explícita) à eficácia vinculante (implícita). 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

31.

ARENHART, S. C.; Gisele Fernandes Góes; LEAL, P. S. T.. Participação em banca de Alexandre Pereira Bonna. Indenização punitiva e ações coletivas: reação aos danos individuais de massa. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

32.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Rogério Rudiniki Neto. Ação coletiva passiva e ação duplamente coletiva. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

33.

Angela Cassia Costaldello; Luiz Alberto Blanchet; **ARENHART, S. C.**. Participação em banca de Juliana Chevônica Alves de Lima. O controle dos atos políticos pelo Poder Judiciário: da imunidade do poder político à sindicabillidade judicial. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

34.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; ZANETTI JUNIOR, H.; AVILA, H. B.. Participação em banca de Vitor Lia de Paula Ramos. Onus da prova no processo civil - linhas pela construção de um dever de produzir provas. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

35.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; AVILA, H. B.; CABRAL, A. P.. Participação em banca de Rafael Sirangelo Belmonte de Abreu. Igualdade e processo civil - Perfis conceitual, funcional e estrutural do Direito Fundamental à isonomia no Processo Civil do Estado Constitucional. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

36.

ARENHART, S. C.; SHIMURA, S.; PIZZOL, P. M.. Participação em banca de RICARDO MAGALHÃES DE MENDONÇA. A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA TUTELA ESPECÍFICA: A EXECUÇÃO JUDICIAL EM MATÉRIA DE DIREITOS SOCIAIS CONTRA O PODER PÚBLICO. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

37.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Giovanni Posada. Participação em banca de Flor Deifilia Zúñiga Maldonado. Eficácia dos precedentes vinculantes: A importância da sua teorização no Peru. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

38.

ARENHART, S. C.; Aluisio Castro Mendes; Alcides Munhoz da Cunha. Participação em banca de Gustavo Osna. Direitos individuais homogêneos? Relendo a coletivização instrumentalmente. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

39.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; Daniel Francisco Mitidiero. Participação em banca de André Luiz Bauml Tesser. Perigo de dano e perigo de demora: apontamentos para uma distinção entre tutela cautelar e antecipação de tutela urgente e alguns reflexos. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

40.

Luiz Guilherme Marinoni; **ARENHART, S. C.**; DIDIER JR., F.. Participação em banca de Christian Alex Delgado Suarez. Efetividade processual e tutela preventiva dos direitos. Bases para o estudo da tutela inibitória no processo civil peruano. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

41.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; José Rogério Cruz e Tucci; Klaus Klopin. Participação em banca de Otavio Augusto Dal Molin Domit. Iura Novit Curia - O Juiz e a Qualificação Jurídica da Demanda no Processo Civil Brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

42.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; antonio gidi; elton venturi. Participação em banca de Thiago Merege Pereira. Mandado de segurança coletivo: legitimidade, objeto e coisa julgada. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

43.

ARENHART, S. C.; Teresa Celina Arruda Alvim Wambier; Cesar Antonio

Serbena. Participação em banca de Elton Baiocco. A introdução de novas tecnologias como forma de racionalizar a prestação jurisdicional: perspectivas e desafios. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

44.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Jordi Ferrer Beltrán. Participação em banca de Simone Trento. Efetividade da tutela jurisdicional em matéria probatória: standard e ônus da prova. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

45.

ARENHART, S. C.; Carlos Alberto Alvaro de Oliveira; Daniel Francisco Mitidiero; Klaus Klopin; Daisson Flach. Participação em banca de Vinicius Augusto Andrioli. Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade sobre a Coisa Julgada. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

46.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; DIDIER JR., F.. Participação em banca de Jordão Violin. Processo Coletivo e Protagonismo Judiciário - O controle de decisões políticas mediante ações coletivas. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

47.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; Luiz Guilherme Marinoni. Participação em banca de Renata Polichuk. Segurança jurídica dos atos jurisdicionais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

48.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; Luiz Guilherme Marinoni. Participação em banca de William Soares Pugliese. Teoria dos precedentes e interpretação legislativa - crítica ao julgamento uniforme de recursos repetitivos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

49.

ARENHART, S. C.; Tereza Thibau; Fernando Jayme. Participação em banca de Edilson Vitorelli Diniz Lima. A execução coletiva pecuniária: Uma análise da (não) reparação do dano coletivo no Direito brasileiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

50.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; José Maria Tesheiner. Participação em banca de Gustavo Bohrer. Estabilização da tutela antecipada. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

51.

ARENHART, S. C.; alvaro ragone; Celso Luiz Ludwig. Participação em banca de Juliana Pondé Fonseca. Problemas estruturais do Judiciário: por um judiciário factível. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

52.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; Luiz Guilherme Marinoni. Participação em banca de Guilherme Augusto Bittencourt Correa. O papel do condutor do processo (juiz togado, juiz leigo e conciliador) no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

53.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; Francisco Carlos Duarte. Participação em banca de Karina da Silva Magatão. A tutela ressarcitória específica do consumidor. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

54.

ARENHART, S. C.; Antonio Carlos Efing; Cinthia de Almendra Freitas. Participação em banca de Leonel Vinicius Jaeger Betti Junior. O princípio da transparência relacionado à sustentabilidade na produção e no consumo. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

55.

ARENHART, S. C.; Clayton Maranhão; Luiz Guilherme Marinoni. Participação em banca de Homero Figueiredo Lima e Marchese. Identificação da ação - elementos teóricos para a efetividade processual. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

56.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; José Maria Tesheiner. Participação em banca de Leonardo Santana de Abreu. Direito, Processo e Ação: Perspectiva da Classificação das Eficácias e da Efetividade. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

57.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Luiz Manoel Gomes Jr.. Participação em banca de Vicente de Paula Ataíde Jr.. A multa coercitiva como crédito do Estado. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

58.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; Clayton Maranhão. Participação em banca de Estevão Lourenço Corrêa. Reconhecimento e Execução, no Brasil, de Sentença Estrangeira oriunda de Estado-Membro do Mercosul. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

59.

ARENHART, S. C.; Ovídio Baptista da Silva; STRECK, L. L.. Participação em banca de Daniela Boito Maurmann Hidalgo. Da ideologia à autenticidade na compreensão dos pressupostos do acontecer do direito material no processo: uma aposta paradoxal na ação de direito material como categoria hermenêutica. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

60.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; Luiz Guilherme Marinoni. Participação em banca de Anita Caruso Puchta. Penhora de dinheiro on-line como corolário do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

61.

ARENHART, S. C.; elton venturi; Vera Karam de Chueiri. Participação em banca de Everton Rafael Borges. O perfil constitucional do Ministério Público de intervenção fundada no interesse público justificador. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

62.

ARENHART, S. C.; Carlos Alberto Alvaro de Oliveira; Daniel Francisco Mitidiero; José Maria Tesheiner. Participação em banca de Patrícia Trunfo Teixeira. O Supremo Tribunal Federal e a Repercussão Geral da Questão Constitucional. 2008. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

63.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; elton venturi. Participação em banca de Moara Rodrigues França. Tutela inibitória para proteção dos direitos sobre a marca. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

64.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; elton venturi. Participação em banca de Emanuela Catafesta Ribas. A súmula impeditiva de recursos à luz dos princípios constitucionais. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

65.

ARENHART, S. C.; Edson Ribas Malachini; Clayton Maranhão. Participação em banca de Marcus Vinicius Tadeu Pereira. A defesa intraprocessual do devedor na execução e perspectivas de sua ampliação à luz da evolução dos princípios do processo civil brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

66.

ARENHART, S. C.; Guilherme Rizzo do Amaral; Luiz Guilherme Marinoni. Participação em banca de Bruno Marzullo Zaroni. Efetividade da execução por meio de multa - a problemática em relação à pessoa jurídica. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

67.

ARENHART, S. C.; Ovídio Baptista da Silva; Edson Ribas Malachini. Participação em banca de Eduardo Matuk Ferreira. Direito de defesa e à adequada cognição: a problemática do tempo no processo civil. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

68.

ARENHART, S. C.; Edson Ribas Malachini; Teresa Celina Arruda Alvim Wambier. Participação em banca de Maria Andrea de Machado Bustamante Vieira. Sincretismo Processual: Análise das tutelas mandmentais e executivas lato sensu como técnicas potencializadoras da efetividade das decisões judiciais. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

69.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Flavio Luiz de Oliveira. Participação em banca de Rafaela Almeida do Amaral. A concretização do direito fundamental de ação. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

70.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Mario José Martins da Silva Mateiro. Os argumentos anômicos do discurso jurídico atual a luz de uma concepção sistêmico-autopoético do direito brasileiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

71.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Roberto Benghi del Claro. A tutela ressarcitória na forma específica da teoria dos direitos fundamentais. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

72.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Rosane Gil Kolotelo Wendpap. O acesso a prestação jurisdicional no contexto da integração entre a argentina e o brasil. 2003. Dissertação (Mestrado em Integração Latino - Americana) -

Universidade Federal de Santa Maria.

73.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Valclir Natalino da Silva. Natureza jurídica dos tratados internacionais a luz do conceito atual de soberania e do princípio da segurança jurídica. 2003. Dissertação (Mestrado em Integração Latino - Americana) - Universidade Federal de Santa Maria.

74.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Marcos Vinícius Terra Camargo. A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

75.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Glenda Biotto Palla. Formação do Estado: aspectos históricos e ideológicos. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

76.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Edgard Fernando Barbosa. A comissão de permanência e o princípio da justiça contratual. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

77.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Letícia Pohl. Dignidade Penal e carência de tutela penal nos crimes de omissão de recolhimento de tributos. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

78.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; José R. Morato Leite. Participação em banca de Luciane Gonçalves Tessler. Tutelas jurisdicionais do meio ambiente: inibitória, de remoção do ilicito e do ressarcimento na forma específica. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

79.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Andreza Cristina Stonoga. Tutela inibitória: a prevenção do ilícito ambiental. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

80.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Carlos Francisco Buttenbender. Efeitos preclusivos da fixação dos pontos controvertidos e a efetividade da prestação jurisdicional. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade

Federal do Paraná.

81.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Acir Bueno de CArvalho. Os indícios no contexto probatório processual penal. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

82.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Edson Fernando Hauagge. Vias alternativas de resolução de conflitos e a falta de paridade entre as partes. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

Teses de doutorado

1.

ARENHART, S. C.; Clayton Maranhão; antonio gidi; JOBIM, M. F.; GODOY, M. G.. Participação em banca de Jordão Violin. Processos estruturais em perspectiva comparada: a experiência norte-americana na resolução de litígios policêntricos. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

2.

ARENHART, S. C.; Daisson Flach; JOBIM, M. F.; MATTOS, S. L. W.; MARDER, A. S.. Participação em banca de Leonardo Santana de Abreu. Contraditório no processo civil: conceito, função e critérios de aplicação. 2019.

3.

ARENHART, S. C.; ALVIM, T. A.; Luiz Guilherme Marinoni; TALAMINI, E.; Daniel Francisco Mitidiero. Participação em banca de Rogéria Fagundes Dotti. Tutela da evidência: prova do direito, fragilidade da defas e o dever de antecipar a termo. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

4.

ARENHART, S. C.; elton venturi; CAMBI, E. A. S.; Alessandra Furlan; ANSELMO, J. R.. Participação em banca de Rafael Gomiero Pitta. Pre-suit e pretrial: as lições do sistema angloamericano para as necessárias reformas do procedimento probatório brasileiro. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Norte do Paraná.

5.

ARENHART, S. C.; José Rogério Cruz e Tucci; YARSHALL, F. L.; Caio Mario da Silva Pereira Neto; Paula Forgioni. Participação em banca de Adriano Camargo Gomes. Técnicas processuais adequadas à tutela reparatória dos danos a direitos individuais decorrentes de infrações à ordem econômica. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

6.

ARENHART, S. C.; ALVIM, T. A.; LAMY, E.; William Ferreira; Alexandre Rosa; Francisco de Oliveira Neto; Orlando Silva Neto. Participação em banca de Fernando Vieira Luz. "Sistema de Precedentes" do CPC/15: a aplicação do direito jurisprudencial à luz do direito como integridade de Ronald Dworkin. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

7.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Clayton Maranhão; Daniel Francisco Mitidiero; BONATO, G.. Participação em banca de André Luiz Bauml Tesser. A coisa julgada sobre questão e a resolução do conflito entre liberdade e segurança jurídica na hipótese de ações cumuláveis. 2018.

8.

ARENHART, S. C.; Nelson Nery Jr; Alexandre Câmara; Tercio Sampaio Ferraz Jr; José Manoel de Arruda Alvim. Participação em banca de Leonard Ziesemer Schmitz. Raciocínio probatório por inferÇencias critérios para o uso e controle das presunções judiciais. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

9.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; Teresa Celina Arruda Alvim Wambier; Daisson Flach; MATTOS, S. L. W.; MELLO, C. A. P.. Participação em banca de Alexandre Salgado Marder. A coerência na construção de um sistema de precedentes - Deveres dirigidos às Cortes de precedentes. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

10.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Daniel Francisco Mitidiero; Vera Karam de Chueiri; Luiz Rodrigues Wambier. Participação em banca de Paula Pessoa Pereira. Supermaioria como regra de decisão na jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Fedearl. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

11.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Cesar Antonio Serbena; Daniel Francisco Mitidiero; Rogério Schietti. Participação em banca de Simone Trento. A medida da cognoscibilidade das questões concernentes à prova dos fatos em recurso especial e extraordinário: a assunção pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal do status de cortes de precedentes. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

12.

ARENHART, S. C.; GONCALVES, G. F. M.; JAYME, F. G.. Participação em banca de Guilherme Bacelar Patrício de Assis. Precedentes vinculantes em recursos extraordinário e especial repetitivos. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

13.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; BARBOZA, E. Q.; MACEDO JR., R. P.; KOZICKI, K.; Vera Karam de Chueiri. Participação em banca de William Soares Pugliese. A ratio da jurisprudência: coerência, integridade, estabilidade e uniformidade. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

14.

ARENHART, S. C.; alvaro ragone; Luiz Guilherme Marinoni; Daniel Francisco Mitidiero; Clayton Maranhão. Participação em banca de Gustavo Osna. Do ceticismo moderado ao panprocessualismo: atando as pontas por um processo real. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

15.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; TALAMINI, E.; Luiz Guilherme Marinoni; BONATO, G.. Participação em banca de Ricardo Alexandre da Silva. Limites objetivos da coisa julgada. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

16.

ARENHART, S. C.; elton venturi; Clayton Maranhão; CAMBI, E.; KOZIKOSKI, S. M.. Participação em banca de Adriano Consentino Cordeiro. Negócios jurídicos processuais e as consequências do seu descumprimento. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

17.

ARENHART, S. C.; Gisele Fernandes Góes; Antonio Maués; José Cláidio Brito Filho; Rodrigo Brandão. Participação em banca de Sandoval Alves da Silva. A tutela coletiva dos direitos humanos: o diálogo institucional como instrumento de atuação do Ministério Público para a concretização dos direitos sociais. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

18.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; ZANETTI JUNIOR, H.; José Rogério Cruz e Tucci; AVILA, H. B.. Participação em banca de Henry Gonçalves Lummertz. Jurisprudência e Confiança - A Jurisprudência como base de Confiança. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

19.

ARENHART, S. C.; MOREIRA, E. B.; TALAMINI, E.; COSTA, S. H.; RODRIGUEZ, J. R.. Participação em banca de Juliana Pondé Fonseca. Litigando contra o Estado: o processo entre o direito e a política. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

20.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Clemerson Merlin Cleve; DIDIER JR., F.; MAZZEI, R. R.. Participação em banca de Edilson Vitorelli Diniz Lima. O devido processo legal coletivo: representação, participação e efetividade da tutela jurisdicional. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

21.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Elmer da Silva Marquese. Os precedentes judiciais obrigatórios como fonte do direito no estado constitucional brasileiro. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

22.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Bruno Marzullo Zaroni. Deliberação e julgamento colegiado. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

23.

ARENHART, S. C.; José Maria Tesheiner; Daniel Francisco Mitidiero; Eugênio Facchini Neto; Carlos Alberto Molinaro. Participação em banca de Rodrigo Coimbra Santos. OS DIREITOS COM OBJETO DIFUSO E A PRESCRIÇÃO. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

24.

ARENHART, S. C.; Loic Cadiet; Raul Nuñes. Participação em banca de Oscar Silva Alvarez. La transparencia patrimonial del deudor en la ejecucion civil. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Pontificia Universidad Católica de Valparaiso.

25.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Daniel Francisco Mitidiero; Clemerson Merlin Cleve; Guilherme Freire de Barros Teixeira. Participação em banca de Mauro Sérgio Rocha. Aplicação Direta dos Princípios Constitucionais: Racionalidade e Controle dsa Decisões Judiciais nas Hipóteses de Ausência ou Deficitária Mediação Legislativa. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

26.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; alvaro ragone; elton venturi; Cesar Antonio Serbena. Participação em banca de Vicente de Paula Ataíde Junior. Pragmatismo e processo. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

27.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Phillip Gil França. A adequada tutela jurisdicional do ato administrativo discricionário como instrumento de promoção e realização dos objetivos fundamentais da república brasileira - fundamentos e contornos da ação direta de ilegalidade da discricionariedade administrativa de interesse nacional. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

28.

ARENHART, S. C.; Edson Ribas Malachini; Vladimir Passos de Freitas; Claudia Maria Barbosa; Francisco Carlos Duarte. Participação em banca de Liliane Maria Busato Batista. Evolução do ambiente social e econômico: necessidade de revisitar o sistema recursal brasileiro frente ao princípio constitucional que assegura razoável duração ao processo. 2010. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

29.

ARENHART, S. C.; Araken de Assis; Eduardo Appio; Luiz Guilherme Marinoni; CARDOSO FILHO, P. C. A.. Participação em banca de Sandro Marcelo Kozikoski. Limites e possibilidades do efeito vinculante advindo do controle difuso: neoconstitucionalismo, amicus curiae e a pluralização do debate. 2010. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

30.

ARENHART, S. C.; Carlos Alberto Alvaro de Oliveira; Guilherme Rizzo do Amaral; Darci Guimarães Ribeiro; Daniel Francisco Mitidiero; José Maria Tesheiner. Participação em banca de Klaus Cohen Koplin. Tutela Jurisdicional Mandamental. 2008. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

31.

ARENHART, S. C.; STRECK, L. L.; Ovídio Baptista da Silva; Francisco Cardozo Oliveira. Participação em banca de Angela Araújo da Silveira Espíndola. Superação do racionalismo no processo civil enquanto condições de possibilidade para a construção das tutelas preventivas: um problema de estrutura ou função?. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

32.

ARENHART, S. C.; Ovídio Baptista da Silva; Leonel Pires Ohlweiler; Darci Guimarães Ribeiro; João Baptista Lopes. Participação em banca de Fábio Luiz Gomes. Responsabilidade objetiva e antecipação de tutela: uma visão crítica. 2005. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

33.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Sandra Regina Leal. Direitos humanos:uma cartografia da emancipação. 2004. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

Qualificações de Doutorado

1.

ARENHART, S. C.; Vera Karam de Chueiri; FARACO, A. D.. Participação em banca de Rodrigo Fernandes Lima Dalledone. Regulação da atividade econômica e controle judicial. 2020. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

2.

ARENHART, S. C.; Rodrigo Sanches Rios; Tracy dos Santos. Participação em banca de Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco Lamy. O criminal compliance como ferramenta de enforcement anticorrupção. 2019. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

3.

ARENHART, S. C.; DIDIER JR., F.; Vicente Ataide Jr.. Participação em banca de Thaís Amoroso Paschoal Lunardi. Entre ativismo e garantismo: Fundamentos para a gestão da prova pelo juiz no processo civil à luz do paradigma racionalista. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

4.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; Clayton Maranhão. Participação em banca de André Luiz Bauml Tesser. A coisa julgada sobre questão e a resolução do dilema entre liberdade e segurança jurídica na hipótese de ações cumuláveis. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

5.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; Clayton Maranhão. Participação em banca de Paula Pessoa Pereira. Votos e razões: maioria como regra de decisão no Supremo Tribunal Federal. 2017. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

6.

ARENHART, S. C.; Clayton Maranhão; CAMBI, E.. Participação em banca de Adriano Consentino Cordeiro. O descumprimento dos negócios jurídicos processuais e os incidentes de apuração de condutas ilícitas processuais no processo civil cooperativo. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

7.

ARENHART, S. C.; Daniel Francisco Mitidiero; TALAMINI, E.. Participação em banca de Ricardo Alexandre da Silva. Coisa julgada e a previsibilidade do direito como tarefa do estado constitucional: do dispositivo à questão, da aleatoriedade à confiança. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

8.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Elmer da Silva Marques. Por uma aplicação constitucional dos precedentes judiciais obrigatórios. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

9.

ARENHART, S. C.; Clayton Maranhão; Daniel Francisco Mitidiero. Participação em banca de Bruno Marzullo Zaroni. Deliberação e Julgamento Colegiado. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

10.

ARENHART, S. C.; DIDIER JR., F.; Clemerson Merlin Cleve. Participação em banca de Edilson Vitorelli Diniz Lima. O devido processo legal coletivo: representação, participação e efetividade da tutela jurisdicional. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

11.

ARENHART, S. C.; YARSHALL, F. L.; CAMPILONGO, C.. Participação em banca de Adriano Camargo Gomes. Técnicas Processuais Adequadas à Tutela Reparatória dos Danos Decorrentes de Ilícios Concorrenciais. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade de São Paulo.

12.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Simone Trento. As decisões acerca da prova dos fatos e o papel do STJ e STF a este respeito. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

13.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de William Soares Pugliese. Jurisprudência: fonte do direito no ordenamento jurídico brasileiro. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

14.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha; Eduardo Appio. Participação em banca de Sandro Marcelo Kozikoski. Repercussão geral e efeitto vinculante no controle difuso: a influência do neoconstitucionalismo e a importância da pluralização do debate. 2010. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

15.

ARENHART, S. C.; alvaro ragone. Participação em banca de Oscar Silva

Alvarez. La transparencia patrimonial del deudor en el proceso esecutivo. 2008. Exame de qualificação (Doutorando em direito) - Pontificia Universidad Católica de Valparaiso.

16.

ARENHART, S. C.; alvaro ragone. Participação em banca de Francesco Carretta Muñoz. Infraccion al deber de coherencia en el proceso civil. 2008. Exame de qualificação (Doutorando em direito) - Pontificia Universidad Católica de Valparaiso.

Qualificações de Mestrado

1.

ARENHART, S. C.; Gustavo Osna; PUGLIESE, W. S.. Participação em banca de Thiago Simões Pessoa. A ação probatória autônoma aplicada aos processos coletivos. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

2.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Camila Sailer Rafanhim de Borba. A Renúncia Individual do Trabalhador na Execução Coletiva de Sentença. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Carolina Borges Soares.Profundidade da cognição da técnica encartada no par. 6o do art. 273 do CPC: um problema revisitado à luz de uma classificação pautada na presunção sobre a qual se funda a inconrrovérsia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

2.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha. Participação em banca de Fernanda Coelho.A relativização da coisa julgada no processo civil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

3.

Alcides Munhoz da Cunha; **ARENHART, S. C.**. Participação em banca de André Rigão Gomes.Tutela de Urgência e Tutela de Emergência. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

4.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha. Participação em banca de Thiago Merege Pereira.Aspectos Polêmicos da Lei 11.232/2005: multa do artigo 475-J e honorários advocatícios no cumprimento de sentença. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

5.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha. Participação em banca de Marcelo Miranda Ribeiro.A tutela antecipada do artigo 273 do código de processo civil como instrumento para uma prestação jurisdicional mais tempestiva e efetiva. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

6.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha. Participação em banca de Rodrigo Otávio Rodas.Elementos estruturantes para o estudo da reunião de causas por conexão no processo civil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

7.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni. Participação em banca de Diego Ricardo Camargo Franzoni.A antecipação de tutela de soma em dinheiro. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

8.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha. Participação em banca de José Carlos Bulgari Junior.A tutela antecipada na sentneça de improcedência: revogação e restabelecimento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

9.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Felipe de Moraes Lima.Impugnação ao cumprimento da sentença. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

10.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Diego Mialski Fontana.A tutela antecipada no abuso de direito de defesa: instrumento de efetivação do princípio fundamental à razoável duração do processo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

11.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Rafael Marques Marsala.Limites

subjetivos da coisa julgada na tutela coletiva: análise a partir do sistema formado pela LACP e pelo CDC. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

12.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Gustavo Roberto Mazzo.Uniformização de jurisprudência nos juizados especiais federais: artigo 14 da lei n. 10.259/2001. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

13.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Giuliano de Freitas.Tutelas jurisdicionais da saúde: tutela inibitória e de remoção do ilícito. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

14.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Juliana Chevonica Alves de Lima.Atos políticos, controle e mandado de segurança. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

15.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Cassia Camila Cirino dos Santos.A representatividade adequada nas ações coletivas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

16.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Luiz Fernando CAstanheira.Coisa julgada inconstitucional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

17.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Mateus Campos Felipe.Limites objetivos da coisa julgada. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

18.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Luisa Tami Makita.Relativização da coisa julgada. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

19.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Raquel Brodsky Rodrigues.A tutela inibitória do direito à intimidade frente à liberdade de comunicação: um

estudo a partir do caso Cicarelli. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

20.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Francisco Wilson Pampuch Jr..A revelia e seus efeitos no Código de Processo Civil de 1973: análise sob a luz dos preceitos constitucionais processuais. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

21.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Guilherme Nazareno Lazzari.A limitação territorial dos efeitos da sentença na Lei da Ação Civil Pública: inconstitucionalidade. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

22.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Eduardo Chavez Pina Ribeiro.Coisa julgada inconstitucional - (im)possibilidade de sua relativização. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

23.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Daniel Wunder Hachem.A concretização jurisdicional de direitos fundamentais: uma nova construção do mandado de injunção no direito brasileiro. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

24.

ARENHART, S. C.. Participação em banca de Cintia Marta Ataídes.O processo de execução e a penhora on line: vantagens e desvantagens na sua aplicação. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

ARENHART, S. C.. 30o Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul - 2a fase. 2012. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

2.

ARENHART, S. C.; Gisele Fernandes Góes. Comissão Julgadora do Concurso ao Magistério Superior - Classe de Professor Assistente - Matéria Teoria do Processo, Direito Processual Civil e Prática Jurídica Cível. 2011. Universidade Federal da Bahia.

3.

ARENHART, S. C.. XIV Concurso Públcio do Tribunal Regional Federal da 4a Região para o Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto. 2010. Poder Judiciário Federal.

4.

ARENHART, S. C.; elimar szaniawski; eroulths cortiano junior. Teste seletivo para professor substituto de Direito Civil na UFPR. 2006. Universidade Federal do Paraná.

5.

ARENHART, S. C.. Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto da Disciplina de Processo do Trabalho. 2006. Universidade Federal do Paraná.

6.

ARENHART, S. C.. Banca Examinadora do Concurso Público para seleção de Advogados do Escritório Modelo de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da Universidade FEderal do Paraná. 1996. Universidade Federal do Paraná.

Outras participações

1.

ARENHART, S. C.. Banca de Seleção - 3a Etapa para ingresso no programa de mestrado profissional em Direito do PPGPD/ENFAM. 2022. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

2.

ARENHART, S. C.; Paulo Nalin; Carlos Pianovski; Aline Campos. Comissão de Análise de Pós-doutorado de Aline França Campos. 2018. Universidade Federal do Paraná.

3.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Clayton Maranhão. Comissão de Análise de Pós-Doutorado. 2017. Universidade Federal do Paraná.

4.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Clayton Maranhão; alvaro ragone; TALAMINI, E.. Comissão de Análise de Pos-doutorado. 2017. Universidade Federal do Paraná.

5.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni; Daniel Francisco Mitidiero. Comissão de Análise do Resultado de Pesquisa de Pós-doutorado. 2014. Universidade Federal do Paraná.

6.

ARENHART, S. C.. Comissão Examinadora do candidato ao Pós-doutoramento Jorge de Oliveira Vargas. 2012. Universidade Federal do Paraná.

7.

ARENHART, S. C.. Banca Avaliadora da XI Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR. 2009. Universidade Federal do Paraná.

8.

ARENHART, S. C.; antonio peres gediel; LEITE, E. O.. Banca da 3a fase do exame de ingresso no doutorado do setor de ciências jurídicas da UFPR - área de Direito das Relações Sociais. 2008. Universidade Federal do Paraná.

9.

ARENHART, S. C.. Banca corretora do concurso da Revista Jurídica Themis n. 19. 2008. Universidade Federal do Paraná.

10.

ARENHART, S. C.. Banca de seleção para ingresso no programa de pós-graduação em direito - Mestrado - da UFPR. 2008. Universidade Federal do Paraná.

11.

ARENHART, S. C.; alvaro ragone; Luiz Guilherme Marinoni; Carlos Alberto Alvaro de Oliveira; eroulths cortiano junior. Comissão de análise do resultado de pesquisa de pós-doutoramento. A tutela jurisdicional das minorias. 2007. Universidade Federal do Paraná.

12.

ARENHART, S. C.. Banca Avaliadora da VII Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR. 2006. Universidade Federal do Paraná.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

III Congresso Nacional de Processo, Constituição e Tecnologia. Novos paradigmas do Processo Estrutural. 2024. (Congresso).

2.

VI Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados.Precedentes e cooperação judicial. 2024. (Encontro).

3.

Forum Internacional Justiça e Inovação.Transformações do direito processual na era digital. 2023. (Seminário).

4.

III Jornada de Direito Processual Civil - Comissão VI - Processo Coletivo e Estrutural.Jurista da comissão. 2023. (Seminário).

5.

13o Encontro Anual AASP. Painel Direito Processual Civil. 2022. (Congresso).

6.

Circuito Nacional de Processo Civil: A Advocacia e o CPC - Etapa Paraná. Filtros Recursais: a relevância no recurso especial e a repercussão geral no recurso extraordinário. 2022. (Congresso).

7.

II Congresso Internacional de Processos Estruturais. Linhas gerais do processo estrutural. 2022. (Congresso).

8.

III Congresso Brasileiro de Processo Civil. Um novo olhar sobre a teoria da prova. 2022. (Congresso).

9.

La procédure au service de l'humain - Congrès à la mémoire du Prof. Jean-François Renucci. Les innovations récentes en procédure civile brésilienne. 2022. (Congresso).

10.

XIV Jornadas Brasileiras de Direito Processual. Aspectos Processuais da Improbidade Administrativa. 2022. (Congresso).

11.

18o Encontro Direito em Debate por Estudos de Casos.A alteração do polo ativo nas ações coletivas - O estudo do REsp 1.388.792/SE e do REsp 1.372.59/SP. 2021. (Encontro).

12.

Certificação em Liderança, Capacidade de Aprender e Resiliência. 2021. (Outra).

13.

Debates sobre os projetos de Lei da Ação Civil Pública.O projeto de lei Ada Pellegrini Grinover e suas inovações. 2021. (Seminário).

14.

Evento de encerramento do Ano Letivo da Escola Judicial do TRT da 9a Região.O CPC/2015 cinco anos depois: onde viemos parar?. 2021. (Encontro).

15.

O futuro do processo coletivo brasileiro.Principais inovações dos projetos de lei sobre processo coletivo. 2021. (Simpósio).

16.

Procesos colectivos: acción, misión y visión.Derechos individuales homogéneos. 2021. (Seminário).

17.

Processo estrutural: desafios e oportunidades.Medidas estruturantes no processo ambiental. 2021. (Oficina).

18.

Seminário de Processo Civil em memória do professor Egas Dirceu Moniz de Aragão.Saneamento do processo e provas. 2021. (Seminário).

19.

Seminário Leilões na Justiça do Trabalho e o CPC/15.As novidades do CPC/15 no campo dos leilões. 2021. (Seminário).

20.

Tutela provisória em ações de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário.Tutela provisória em ações de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário. 2021. (Seminário).

21.

Colóquio de Direito Processual Civil 2020. Processos estruturais na experiência brasileira. 2020. (Congresso).

22.

V Congresso de Processo Civil. Execução e cumprimento de sentença. 2020. (Congresso).

23.

Ciclo de Debates: Precedentes outros olhares.O Brasil adotou mesmo um sistema de precedentes?. 2019. (Simpósio).

24.

Direito e Mineração: tendências técnicas e jurídicas. Impactos globais das decisões judiciais nos litígios de interesse público: um estudo à luz do conflito relativo à exploração de carvão em Santa Catarina. 2019. (Congresso).

25.

II Congresso Brasileiro de Direito Processual Constitucional. Tutela dos Direitos Fundamentais e Sentenças Estruturantes. 2019. (Congresso).

26.

II Congresso Internacional de Coletivização e Unidade do Direito. Estabilidades e instabilidades no processo estrutural. 2019. (Congresso).

27.

III Congresso Brasileiro e I Congresso Internacional de Direito Processual Civil de Garibaldi. Aspectos da Prova no CPC. 2019. (Congresso).

28.

II Seminário Internacional de Direitos Humanos: Decisão judicial, argumentação jurídica e contemporaneidade.Vivemos um decisionismo judicial?. 2019. (Seminário).

29.

I Seminário de Direito Animal da UFPR.Interlocuções entre Direito Animal e Direito Processual Civil. 2019. (Seminário).

30.

Simpósio Soberania e Integração de Fronteiras.Ações coletivas no mercosul. 2019. (Simpósio).

31.

1o Fórum Jurídico - Tutela Específica nos Processos Estruturais.Processo estrutural na experiência jurisdicional brasileira: estudo de casos. 2018. (Seminário).

32.

30 Anos da Constituição Brasileira: Desafios e Perspectivas. A CF/88 e o Estado Constitucional. 2018. (Congresso).

33.

Avanços e Retrocessos no CPC/2015.Provas no CPC/2015. 2018. (Seminário).

34.

Congresso Goiano de Direito Processual Civil. O sistema de precedentes e o modelo de solução de casos repetitivos no CPC. 2018. (Congresso).

35.

Congresso Nacional do Novo CPC - Etapa Vale do Itajaí. Medidas executivas atípicas no novo CPC. 2018. (Congresso).

36.

Desafios da Resolução Consensual de Conflitos para o Ministério Público: Aspectos cíveis e sancionatórios.Acordos e políticas públicas. 2018. (Seminário).

37.

I Congresso Internacional de Coletivização e Unidade do Direito. Desafios do processo multipolar. 2018. (Congresso).

38.

II Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil. Teoria da Prova no CPC/2015. 2018. (Congresso).

39.

II Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil de Garibaldi. Técnicas executivas atípicas. 2018. (Congresso).

40.

IV Congresso de Processo Civil. Tutela Provisória. 2018. (Congresso).

41.

IV Congresso de Processo Civil de Florianópolis. O novo CPC instituiu um sistema de precedentes?. 2018. (Congresso).

42.

O processo estrutural como garantia da implementação de políticas públicas.O processo estrutural na experiência brasileira. 2018. (Oficina).

43.

Seminário Teori Zavsacki.Sentenças mandamentais e executivas no novo CPC. 2018. (Seminário).

44.

V Congresso Mulheres no Processo Civil Brasileiro. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência. 2018. (Congresso).

45.

Aula Magna.O novo código de processo civil e os direitos fundamentais. 2017. (Outra).

46.

Congresso Nacional do novo CPC - Etapa Joinville. Medidas executivas atípicas no novo CPC. 2017. (Congresso).

47.

Fórum Aspectos do Novo CPC.A tutela provisória no novo CPC. 2017. (Seminário).

48.

I Ciclo de Debates da Universidade Positivo sobre o novo Código de Processo Civil.Saneamento e Provas. 2017. (Seminário).

49.

I Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil. Decisões estruturais no processo civil brasileiro. 2017. (Congresso).

50.

III Congresso de Processo Civil: CPC/2015. Painel: Execução. 2017. (Congresso).

51.

Journées Franco-Brésiliennes - Singularités Brésiliennes à du Systªeme Franãis de Justice. L'Accès à la Justice. 2017. (Congresso).

52.

Seminário CPC.Tutela da Evidência. 2017. (Seminário).

53.

Simpósio Brasileiro de Processo Civil.Medidas executivas. 2017. (Simpósio).

54.

VI Conferência Estadual dos Advogados. Painel 13 - Precedentes, coisa julgada, tutela provisória e efetividade. 2017. (Congresso).

55.

1º Ciclo de Estudos: A efetividade da tutela coletiva em políticas públicas.Políticas Públicas e os desafios da tutela coletiva judicial. 2016. (Oficina).

56.

Aula Magna do Curso de Direito da Universidade Dom Bosco.O novo Código de Processo Civil. 2016. (Outra).

57.

Brazil-Japan International Symposium 2016.Public Prosecutor's Office and Protection of Collective/Individual Rights. 2016. (Simpósio).

58.

Hora de Atualização.O novo CPC e o Supremo Tribunal Federal. 2016. (Outra).

59.

I Congresso de Processo Civil. Tutela plurisubjetiva no novo CPC. 2016. (Congresso).

60.

II Congresso do Novo CPC - Pontos Polêmicos. Tutela Provisória. 2016. (Congresso).

61.

II Seminário: Novo Código de Processo Civil: Impactos Concretos após 6 meses de vigência.A tutela provisória no novo CPC: impactos práticos do novo regime. 2016. (Seminário).

62.

Processo Civil - Novas Tendências: Homenagem ao Prof. Celso Agricola Barbi. Cumprimento de Sentença e Execução. 2016. (Congresso).

63.

Temas de direito ambiemtal 2o Ciclo.Processos estruturais ambientais. 2016. (Oficina).

64.

VII Encontro Nacional do Ministério Público (COPEVID): 10 anos da Lei Maria da Penha, avanços e desafios.As medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha e o novo Código de Processo Civil. 2016. (Encontro).

65.

Workshop Acciones de Clase: Lecciones y Habilidades.intervenção. 2016. (Oficina).

66.

XXV Jornadas Ibero-americanas de Direito Processual. Tutela dos direitos transindividuais. 2016. (Congresso).

67.

XXXIV Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito Aplicado.Aula Magna "O Novo Código de Processo Civil". 2016. (Outra).

68.

13º Encontro de Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul.Os impactos do novo CPC nas ações coletivas e a tutela de urgência. 2015. (Encontro).

69.

4ª Congresso Internacional de Direito. O novo código de processo civil: ferramenta para as partes ou para o Estado?. 2015. (Congresso).

70.

Congresso CPC 2015. Decisão judicial e precedentes. 2015. (Congresso).

71.

Curso de especialização em direito processual civil.Questões polêmicas da execução no novo CPC. 2015. (Outra).

72.

Desafios e Perspectivas do Direito Processual.Novas perspectivas da execução brasileira. 2015. (Seminário).

73.

Diálogos sobre o novo Código de Processo Civil.Execução. 2015. (Seminário).

74.

Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.O Direito à Prova

no Novo CPC. 2015. (Encontro).

75.

III Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo. Tutela de urgência e tutela de evidência. 2015. (Congresso).

76.

O Novo CPC e a Concretização dos Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas. A gestão processual no novo CPC. 2015. (Congresso).

77.

Os desafios do Ministério Público Contemporâneo.O Ministério Público no novo código de processo civil. 2015. (Seminário).

78.

Os impactos do novo código de processo civil na jurisdição federal.Principais mudanças no novo código de processo civil com impactos na justiça federal. 2015. (Encontro).

79.

Universitas e Direito. Proteção à Pessoa e o Novo Código de Processo Civil. 2015. (Congresso).

80.

VI Congresso Internacional Revisitando o Direito Público. Linhas Gerais do novo CPC. 2015. (Congresso).

81.

80º Curso Estadual de Aperfeiçoamento para Magistrados.Recursos em Espécie. 2014. (Encontro).

82.

Anteprojeto do CPC e seu impacto no processo do trabalho.Linhas essenciais do projeto de CPC. 2014. (Oficina).

83.

Ciclo Permanente de Debates Jurídicos - Direito do Trabalho e Direito Processual Civil.O direito à prova no novo CPC. 2014. (Seminário).

84.

Encontro Estadual de Procuradores do Estado do Paraná.Reflexões sobre Ações Coletivas. 2014. (Encontro).

85.

II Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho de Santa Catarina.A gestão processual como mecanismo de tutela de direitos fundamentais processuais. 2014. (Encontro).

86.

II Encuentro Argentino-Brasilero de Derecho Procesal.Los vulnerables en el proceso civil. 2014. (Encontro).

87.

IV Jornada de Direito do Consumidor Bancário e II Jornada Brasilcon de Estudos sobre Direito do Consumidor. O PLS 282/2012 e os Desafios do Processo Coletivo. 2014. (Congresso).

88.

Novos Paradigmas do direito processual: o novo CPC em debate. A gestão processual no novo CPC. 2014. (Congresso).

89.

O Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho.Onus da Prova. 2014. (Simpósio).

90.

Simpósio de Direito Processual Civil sobre o novo CPC: uma homenagem ao prof. Alcides Alberto Munhoz da Cunha.As tutelas sumárias na ótica do Prof. Alcides Munhoz da Cunha e o projeto de novo CPC. 2014. (Simpósio).

91.

V Conferência Estadual dos Advogados. As Reformas que o Brasil precisa no Processo Civil. 2014. (Congresso).

92.

XI Semana Acadêmica do Curso de Direito: Processo e Democracia.Jurisdição no Estado Contemporâneo. 2014. (Simpósio).

93.

Ciclo de Estudos Tutela Coletiva.A liquidação de sentença no processo coletivo. 2013. (Simpósio).

94.

II Virada Acadêmica de Direito - Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Acesso à Justiça: percalços e perspectivas. 2013. (Congresso).

95.

Jornadas ESMAFE/PR-Itaipu: Temas Atuais da Justiça Federal.Intervenção do Poder Judiciário em Políticas Públicas. 2013. (Seminário).

96.

O processo no Estado Constitucional - Congresso em homenagem aos 100 anos da Universidade Federal do Paraná. Processos coletivos. 2013. (Congresso).

97.

Curso de Especialização em Direito Civil e Processual Civil.Perspectivas do Novo Processo Civil. 2012. (Outra).

98.

I Conferência Internacional de Derecho Procesal y XXIII Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal. relatório brasileiro sobre processos coletivos. 2012. (Congresso).

99.

I Simpósio sobre Assistência Social e Juizados Especiais Previdenciários.O Papel do Ministério Público nas Demandas Sociais. 2012. (Simpósio).

100.

Seminário "O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Eficaz".Processo Coletivo: problema ou solução?. 2012. (Seminário).

101.

Seminario Internacional "Dialogo sobre los desafíos de las reformas en materias no penales en America Latina".Los procesos colectivos en America: acuerdos, cosa juzgada y ejecución. 2012. (Seminário).

102.

XVI CONAMAT - Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Ampla defesa e efetividade dos provimentos judiciais. Um paradoxo superável?. 2012. (Congresso).

103.

Curso de Atualização para Magistrados - Processo Civil.Tutela coletiva e incidente de coletivização. 2011. (Outra).

104.

Curso de Capacitação para Advogados em Direito Processual Civil - o novo CPC em perspectiva: o hoje e o amanhã do advogado no foro.A execução hoje e no novo CPC na perspectiva da efetividade da tutela jurisdicional. 2011. (Oficina).

105.

Curso Regional de Aperfeiçoamento para Magistrados.Fazenda Pública em Juízo. 2011. (Oficina).

106.

Encontro Latino-Americano de Direito Processual Civil - Processo Civil e Constituição. Tutela coletiva e democracia participativa. 2011. (Congresso).

107.

Evento de Extensão Universitária Semana do Calouro 2011.Unificação e Harmonização do Direito Privado na UE: Exemplos para a América Latina. 2011. (Outra).

108.

I Jornada de Direito do Consumidor Bancário. A ação civil pública para defesa de interesses individuais homogêneos. 2011. (Congresso).

109.

Reunião de Audiencia Pública da Comissão Especial de análise do Projeto de Lei n. 8046 de 20120, do Senado Federal, que trata do Código de Processo Civil.Análise das propostas de alteração do CPC. 2011. (Outra).

110.

Segunda Cultural.Questões sobre a nova execução no processo civil. 2011. (Seminário).

111.

Seminário "As Reformas do Processo Civil".A tutela de urgência e o projeto de CPC. 2011. (Seminário).

112.

Seminário sobre Direitos da Personalidade.Aplicabilidade da tutela inibitória na proteção dos direitos da personalidade. 2011. (Seminário).

113.

"Class Action", prime valutazioni e prospettive di applicazione. 2010. (Congresso).

114.

Cinquentenário da Faculdade de Direito "Professor Jacy de Assis".Aspectos relevantes da instrução processual brasileira. 2010. (Seminário).

115.

Congresso de Direito Processual - Desafios do Novo Processo Civil e Penal - Homenagem ao Prof. Luiz Guilherme Marinoni. Técnica Processual e Tutela dos Direitos. 2010. (Congresso).

116.

IV Congresso de Direito da UEL. Reflexos econômicos no processo civil. 2010. (Congresso).

117.

4o Encontro Internacional de Direito Público.A tutela jurisdicional na perspectiva dos direitos fundamentais. 2009. (Encontro).

118.

Curso de Formação de Magistrados do Trabalho da 9a Região.Tutelas de Urgência. 2009. (Oficina).

119.

I Congresso de Direito dsa Cidades: Desafios do Século XXI - Prevenção, Planejamento e Responsabilidade. Tutela coletiva e o projeto da nova lei de ação civil pública. 2009. (Congresso).

120.

II Congresso de Direito Municipal - O MUNDO DA CIDADE E A CIDADE NO MUNDO. O Projeto de Lei que disciplina a nova Ação Civil Pública e demais Ações Coletivas. 2009. (Congresso).

121.

II Encontro Internacional de Direitos Humanos e Metrópoles e I Encontro da Rede de Defensorias Locais e Metropolitanas.Análise das estatísticas da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 2009. (Encontro).

122.

I Semana Acadêmica Temática da Faculdade de Direito da UTP.Tutela Inibitória. 2009. (Outra).

123.

IV Seminário Jurídico.Novidades sobre a Execução Civil. 2009. (Seminário).

124.

Seminário Nacional "Ministério Público e o Sistema Único das Ações Coletivas".Questões Polêmicas no Projeto: Legitimidade, Competência e Coisa Julgada. 2009. (Seminário).

125.

XV Encontro Nacional de Procuradoras e Procuradores dos Direitos do Cidadão.exposição. 2009. (Encontro).

126.

2a Semana Acadêmica de 2008.Processo e o acesso à justiça: 20 anos de luta pela igualdade. 2008. (Seminário).

127.

Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado. Reformas das legislações processuais para simplificação. 2008. (Congresso).

128.

Congresso Brasileiro de Direitos da Personalidade no Âmbito do Direito Contratual e das Relações Familiares. A proteção judicial dos direitos da personalidade. 2008. (Congresso).

129.

Congresso Brasileiro de Direito Supra-individual. Os desafios do processo coletivo. 2008. (Congresso).

130.

Congresso Nacional da Magistratura do Trabalho - CONAMAT. A Execução como instrumento da efetividade dos direitos decorrenets da relação de trabalho". 2008. (Congresso).

131.

Desafíos de una nueva Justicia Civil.Tutela cautelar y anticipativa en el proceso civil braslieno. 2008. (Seminário).

132.

Desafíos de una nueva Justicia Civil.Embargo on line y la tutela ejecutiva del credito en Brasil. 2008. (Seminário).

133.

Direitos fundamentais e a dogmática jurídica.Tribunais Superiores e Jurisdição Política. 2008. (Seminário).

134.

IV Encontro dos Juizados Especiais Federais da 4a Região.Conciliar é Legal, mas é preciso avançar: tutela inibitória contra o poder público como saída para a multiplicação de ações semelhantes nos juizados especiais federais. 2008. (Encontro).

135.

La oralidad y las reformas procesales.La oralidad en la Justicia. El caso brasileño. 2008. (Seminário).

136.

Semana Acadêmica do CAHS - Direitos Fundamentais e a Dogmática Jurídica Contemporânea.Tribunais Superiores e Jurisdição Política. 2008. (Seminário).

137.

Seminário de Direito Processual Civil em homenagem ao Dr. Ovídio Baptista da Silva - Tutela de Urgência.Aspectos controvertidos da antecipação de tutela. 2008. (Seminário).

138.

VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil e Penal. Controle Judicial sobre a Arbitragem. 2008. (Congresso).

139.

XV Conferência Estadual da Ordem dos Advogados de Santa Catarina.Jurisprudência Política dos Tribunais Superiores. 2008. (Seminário).

140.

XXI Jornadas do Instituto Iberoamericano de Direito Processual. 2008. (Congresso).

141.

1o Ciclo de Palestras em Homenagem ao Cinquentenário da Associação dos Magistrados do Paraná. Execução Extrajudicial - Temas Controvertidos. 2007. (Congresso).

142.

1o Colóquio Jurídico do Vale do Aço.Novidades sobre a execução. 2007. (Seminário).

143.

1o Seminário Brasileiro de Direito Processual e Empresarial.Impugnação do executado após a lei n. 11.382/206. 2007. (Seminário).

144.

As novíssimas reformas do processo civil brasileiro.A execução de títulos extrajudiciais após a reforma do CPC. 2007. (Seminário).

145.

Colóquio sobre o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos.Os problemas atuais da tutela coletiva. 2007. (Seminário).

146.

Curso de Ingresso do Ministério Público Federal.Ação civil pública. 2007. (Oficina).

147.

II Congresso de Direito Processual Civil. Execução Provisória. 2007. (Congresso).

148.

II Seminário de Direito Processual Civil - O Novo Direito Processual e as Garantias Constitucionais.A garantia fundamental de acesso ao Poder Judiciário e as novas formas de tutela. 2007. (Seminário).

149.

Semana Acadêmica da CESUMAR.Aspectos Relevantes da Nova Execução. 2007. (Seminário).

150.

Semana Acadêmica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.As alterações da tutela processual: uma nova mentalidade. 2007. (Seminário).

151.

Semana Comemorativa do Ministério Público de Minas Gerais.A nova execução de títulos executivos extrajudiciais. 2007. (Simpósio).

152.

Seminário Semana do Ministério Público.Anteprojeto do Código de Processo Coletivo. 2007. (Seminário).

153.

VIII Semana Jurídica - A democratização do direito e o acesso à justiça.Considerações sobre o novo regime da Execução Civil. 2007. (Seminário).

154.

5a Semana Acadêmica.Reformas do CPC. 2006. (Seminário).

155.

5a Semana Acadêmica da Universidade Tuiuti do Paraná.Reformas do CPC. 2006. (Simpósio).

156.

Conflitos de Jurisdição, de Competência e de Atribuições.Os conflitos de competência e o direito à razoável duração do processo. 2006. (Seminário).

157.

III Ciclo de Palestras de Processo Civil. Processo civil coletivo. 2006. (Congresso).

158.

Semana Acadêmica do Curso de Direito da UNIPAR.O acesso à justiça e os princípios processuais constitucionais. 2006. (Simpósio).

159.

Semana Accioly Neto.Tutela inibitória. 2006. (Seminário).

160.

Simpósio Brasileiro de Direito Ambiental - Interesse Público.Direito ambiental: aspectos processuais. 2006. (Simpósio).

161.

XII Encontro Nacional de Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão.Análise da atuação da PRDC no Paraná. 2006. (Encontro).

162.

A Reforma do Judiciário: Aspectos Processuais Civis. O Poder Público e as Reformas Processuais. 2005. (Congresso).

163.

2o Encontro Sudeste de Procuradores do Trabalho.Tutela inibitória e efetivação de direitos coletivos. 2004. (Encontro).

164.

I Ciclo de Palestras de Processo Civil. Medidas cominatórias:natureza, espécies e modo de sua efetivação. 2004. (Congresso).

165.

II Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil, Penal e Juizados Especiais.

Novidades sobre a antecipação de tutela. 2001. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

ARENHART, S. C.. Cinco anos de vigência do CPC/15 - o que mudou?. 2021. (Outro).

2.

ARENHART, SÉRGIO CRUZ. Rodadas de pesquisa em processo civil - boa-fé processual e saneamento e organização do processo. 2021. (Outro).

3.

ARENHART, S. C.. Rodadas de pesquisa em processo civil - Execução no processo coletivo a Execução contra a Fazenda Pública. 2021. (Outro).

4.

ARENHART, S. C.. Rodadas de pesquisa em processo civil - Prova nos juizados especiais e Processo Constitucional. 2021. (Outro).

5.

ARENHART, S. C.; DOTTI, R. ; CABRAL, A. P. ; ALVIM, T. A. . Congresso Internacional - Novas Tendências do Direito Processual. 2019. (Congresso).

6.

Alan Uzelac ; **ARENHART, S. C.** . A tradição jurídica socialista. 2018. (Outro).

7.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; DOTTI, R. . II Congresso de Direito Processual - Homenagem ao Professor Alcides Munhoz da Cunha. 2016. (Congresso).

8.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; DOTTI, R. . Curso de Atualização em Direito Processual Civil. 2016. (Congresso).

9.

ARENHART, S. C.; antonio gidi . Palestra "A experiência da class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos". 2013. (Outro).

10.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; Clayton Maranhão . O processo no Estado Constitucional - Congresso em homenagem aos 100 anos da Universidade Federal do Paraná. 2013. (Congresso).

11.

ARENHART, S. C.; Cesar Antonio Serbena . 1o Congresso do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em e-Justiça da UFPR - O Poder Judiciário e Sociedade da Informação. 2012. (Congresso).

12.

Remo Caponi ; **ARENHART, S. C.** . Palestra "A experiência da class action na jurisprudência italiana". 2012. (Outro).

13.

ARENHART, S. C.; Alcides Munhoz da Cunha ; alvaro ragone ; Daniel Francisco Mitidiero ; Luiz Guilherme Marinoni . Encontro Latino-Americano de Direito Processual Civil - Processo Civil e Constituição. 2011. (Congresso).

14.

ARENHART, S. C.; Sergio Chiarloni ; Federico Carpi . Medidas de execução indireta no ordenamento italiano atual. 2011. (Outro).

15.

Daniel Francisco Mitidiero ; Araken de Assis ; **ARENHART, S. C.** . Mesa Redonda sobre "Novas e Velhas Questões do Processo Civil". 2009. (Outro).

16.

ARENHART, S. C.; antonio gidi . O projeto de código brasileiro de processos coletivos. 2008. (Exposição).

17.

ARENHART, S. C.; alvaro ragone . As famílias de direito processual comparado. 2007. (Exposição).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

Paulo Guilherme Ribeiro da Rosa Mazini. A técnica da evidência e a atuação de ofício do juiz na dimensão do direito fundamental à efetividade. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

2.

Bruno de Lima Picoli. Processo estrutural. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

3.

Gresiéli Taíse Ficanha. Decisões vinculantes. O contraditório e a apresentação argumentativa no processo judicial. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

4.

Marcella Pereira Ferraro. Do processo bipolar a um processo coletivo estrutural. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

5.

Rogério Rudiniki Neto. Ação coletiva passiva e ação duplamente coletiva. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

6.

André Luiz Bauml Tesser. Perigo de dano e perigo de demora: apontamentos para uma distinção entre tutela cautelar e antecipação de tutela urgente e alguns reflexos. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

7.

Gustavo Osna. Direitos individuais homogêneos? Relendo a coletivização instrumentalmente. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

8.

Elton Baiocco. A introdução de novas tecnologias como forma de racionalizar a prestação jurisdicional: perspectivas e desafios. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

9.

Jordão Violin. Processo Coletivo e Protagonismo Judiciário - O controle de decisões políticas mediante ações coletivas. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

10.

Andre Luiz Bauml Tesser. Perigo de dano e perigo de demora. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

11.

Elton Baiocco. Processo e meios eletrônicos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

12.

Juliana Pondé Fonseca. Problemas estruturais do Judiciário: por um judiciário factível. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

13.

Gustavo Osna. Tutela dos direitos individuais homogêneos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

14.

Guilherme Augusto Bittencourt Correa. O papel do condutor do processo (juiz togado, juiz leigo e conciliador) no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

15.

Karina da Silva Magatão. A tutela ressarcitória específica do consumidor. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

16.

Emanuela Catafesta Ribas. A súmula impeditiva de recursos à luz dos princípios constitucionais. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

17.

Moara Rodrigues França. Tutela inibitória para proteção dos direitos sobre a marca. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

18.

Everton Rafael Borges. O perfil constitucional do Ministério Público de Intervenção fundada no interesse público justificador. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

19.

Vicente de Paula Ataide Jr.. A multa coercitiva como crédito do Estado. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

Tese de doutorado

1.

José Herval Sampaio Júnior. A Argumentação Jurídica Calcada em Elementos Concretos como Pressuposto da Atividade Jurisdicional Contemporânea. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

2.

Gustavo Osna. Do ceticismo moderado ao panprocessualismo: atando as pontas por um processo real. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

3.

Juliana Pondé Fonseca. Litigando contra o Estado: o processo entre o direito e a política. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

4.

Vicente de Paula Ataíde Junior. Pragmatismo e processo. 2013. Tese

(Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

Supervisão de pós-doutorado

1.

Marco Felix Jobim. 2018. Universidade Federal do Paraná, . Sérgio Cruz Arenhart.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Guilherme Luis Hack Lamy. Diretrizes de aplicação das medidas executivas nas execuções de pagar quantia: a não excepcionalidade do art. 139, IV, do CPC. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

2.

Felipe de Morais LIma. Impugnação ao cumprimento de sentença. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

3.

Rafael Marques Marsala. Limites subjetivos da coisa julgada na tutela coletiva: análise a partir do sistema formado pela LACP e pelo CDC. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

4.

Juliana Chevonica Alves de Lima. Atos políticos, controle e mandado de seguranca. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

5.

Gustavo Roberto Mazzo. Uniformização de Jurisprudencia nos Juizados Especiais Federais: artigo 14 da lei n. 10.259/2001. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

6.

Diego Mialski Fontana. A tutela antecipada no abuso de direito de defesa: instrumento de efetivação do princípio fundamental à duração razoável do processo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

7.

Giuliano de Freitas. Tutelas jurisdicionais da saúde: tutela inibitória e de remoção do ilícito. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

8.

José Carlos Bulgari Junior. A tutela antecipada na sentença de improcedência: Revogação e restabelecimento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

9.

Cassia Camila Cirino dos Santos. A representatividade adequada nas ações coletivas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

10.

Luiz Fernando Castanheira. Coisa julgada inconstitucional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

11.

Daniel Wunder Hachem. A concretização jurisdicional de direitos fundamentais: uma nova construção do mandado de injunção no direito brasileiro. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

12.

Mateus Campos Felipe. Lmites objetivos da coisa julgada. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

13.

Luisa Tami Makita. Relativização da coisa julgada. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

14.

Raquel Brodsky Rodrigues. A tutela inibitória do direito à intimidade frente à liberdade de comunicação: um estudo a partir do caso Cicarelli. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

15.

Francisco Wilson Pampuch Jr. A revelia e seus efeitos no código de processo civil de 1973: análise sob a luz dos preceitos constitucionais processuais. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

16.

Guillherme Nazareno Lazzari. A limitação territorial dos efeitos da sentença na Lei da Ação Civil Publica: inconstitucionalidade. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

17.

Eduardo Chavez Pina Ribeiro. Coisa julgada inconstitucional - (im)possibilidade de sua relativização. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

18.

Cintia Marta Ataídes. O processo de execução e a penhora on line: vantagens e desvantagens na sua aplicação. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

Orientações de outra natureza

1.

Luiz Henrique Krassuski Fortes. Programa de Iniciação à Docência - Monitoria. 2011. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

2.

Luiz Henrique Krassuski Fortes. Direito Processual Civil C. 2011. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

Inovação

Projetos de pesquisa

2017 - Atual

Processos Estruturais

Descrição: O objetivo do projeto é examinar o funcionamento dos processos estruturais no direito brasileiro, em particular com ênfase na visão jurisprudencial do assunto.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Mariam Joaquim - Integrante / João Fachinello - Integrante / Flávia Trieger Grupenmacher - Integrante / Manoela Virmond Munhoz - Integrante / Caroline Paglia Nadal - Integrante / Gustavo Matschulat - Integrante / Caroline Martynetz - Integrante / Isabela de Araujo Zambon Elias - Integrante / Thais Carraro Garcia - Integrante / Thalyssa Lisandra da Luz - Integrante / José Lucas Cazarin Simões - Integrante.

2015 - Atual

Duplo Grau de Jurisdição - Os Empecilhos do Sistema e a Consequente Ineficiência da Proposta Jurisdicional. Mudanças Trazidas pelo Novo Código de Processo Civil

Descrição: O projeto pretende examinar o duplo grau de jurisdição, os obstáculos por ele trazidos à tutela jurisdicional efetiva e os mecanismos do novo CPC que buscam minimizar esses problemas e otimizar a função do duplo grau de jurisdição..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Sérgio Cruz Arenhart - Coordenador / Paula Gabrielle Tracz - Integrante.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1.

ARENHART, S. C.. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. Revista de Processo, v. 225, p. 389, 2013.

2.

ARENHART, S. C.; Aluisio Castro Mendes ; Gustavo Osna . Cumprimento de

sentenças coletivas: da pulverização à molecularização. Revista de Processo, v. 222, p. 41-64, 2013.

3.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni . A proteção ressarcitória de danos coletivos e o devido processo legal - a experiência brasileira. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 58, p. 5-37, 2014.

Livros e capítulos

1.

ARENHART, S. C.; JOBIM, M. F. (Org.) . Processos Estruturais. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 1. 607p .

2.

ARENHART, S. C.; JOBIM, M. F. (Org.) ; Gustavo Osna (Org.) . Processos estruturais. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2022. v. 1. 1280p .

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

ARENHART, S. C.; Luiz Guilherme Marinoni ; DOTTI, R. . Curso de Atualização em Direito Processual Civil. 2016. (Congresso).

Outras informações relevantes

Professor Visitante na Universidade de Zagreb (Croácia) – Programa Erasmus + (2017)

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 15/10/2024 às 15:32:12

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes